UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

RAIMUNDO JUCIER SOUSA DE ASSIS

A IMINÊNCIA DA SUBORDINAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS:

**A afirmação do Brasil como periferia do capitalismo
na exposição universal de Chicago.**

São Paulo
2016

RAIMUNDO JUCIER SOUSA DE ASSIS

A IMINÊNCIA DA SUBORDINAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS:

**A afirmação do Brasil como periferia do capitalismo
na exposição universal de Chicago.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências (Geografia Humana).

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientação: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

**São Paulo
2016**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio Convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A149i ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de.

A iminência da subordinação aos Estados Unidos: A afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago / Raimundo Jucier Sousa de Assis; orientador Manoel Fernandes de Sousa Neto. – São Paulo, 2016.

369 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geopolítica do Capitalismo. 2. Imperialismo Americano. 3. Brasil como Periferia do Capitalismo. 4. Exposição Universal de Chicago. I. Sousa Neto, Manoel Fernandes de, orient. II. Título.

RAIMUNDO JUCIER SOUSA DE ASSIS

A IMINÊNCIA DA SUBORDINAÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS:

**A afirmação do Brasil como periferia do capitalismo
na exposição universal de Chicago.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
como requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Ciências (Geografia Humana).

Orientação: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa
Neto

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.(a). Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof.(a). Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof.(a). Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof.(a). Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof.(a). Dr.(a). _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Para meus pais, três irmãos e um sobrinho

AGRADECIMENTOS

Impossível concluir um texto sem a interlocução direta e indireta com algumas pessoas, dedicando aqui nosso reconhecimento a todas elas.

Ao professor Manoel Fernandes de Sousa Neto ficam os profundos agradecimentos pelos excelentes diálogos travados no processo de orientação desta pesquisa, tendo como aporte ainda a coordenação dos debates realizados no Grupo de Estudos do Capital, numa profícua relação entre Karl Marx e David Harvey. Sem essa interlocução, este texto não teria a mesma forma e conteúdo, assim como seu autor, sem todos esses momentos e mais os incontáveis encontros regados a tantas palavras e à possibilidade alargada para tanta autonomia na travessia da investigação.

Não teríamos como esquecer a atenção, no início da pesquisa, dos professores Alda Heizer, Paulo Mesquita e Perla Zusman. Com eles tive a oportunidade de ter acesso rápido aos livros e textos que tratavam das exposições universais e, em específico, da exposição universal de Chicago. Todos esses materiais nos serviram para saber como as exposições universais vinham sendo pensadas e como poderíamos contribuir para alargar as interpretações a partir do nosso objeto de estudo.

À professora Amélia Damiani ficam os agradecimentos pela participação na nossa banca de qualificação, momento decisivo para continuarmos caminhando na perspectiva teórica que havíamos iniciado, bem como na nossa banca de defesa, momento que somamos também nossos agradecimentos aos professores Osvaldo Coggiola, Paulo Godoy e Fábio Pitta. À Priscila e ao Rodrigo agradeço por terem lido a qualificação ainda na sua forma inicial, dando sugestões importantes. Ao professor Antônio Carlos Robert Moraes, nossa saudosa lembrança, pela longa conversa que dedicou ao nosso projeto inicial, mesmo com sua saúde física debilitada.

Agradeço ao Leonardo Ribeiro, pela tradução do resumo e das citações em rodapé no texto. Ao revisor Marcos Visnadi, pela paciência em ler todas as linhas desta tese, ajudando sobremaneira na sua clareza. À Marla Arianne, na tradução de textos e por ter dedicado carinho para escutar sobre tantas coisas estranhas para ela – mas que, ao final, nem pareciam tanto assim. Ao meu irmão, Júnior, por também traduzir um conjunto de textos oficiais comigo, sobretudo o catálogo oficial do Brasil enviado para a exposição universal de Chicago, elaborando os mapas para a tese.

Ficam aqui os profundos agradecimentos para o professor Carlos Rerisson, que, além da elaboração de tabelas, quadros e gráficos, da formatação do trabalho e das dicas para

simplificar alguns momentos da apresentação do texto, foi, nos últimos três anos, um grande amigo e irmão, sendo essa afetividade central para continuarmos escrevendo, afinarmos a crítica e respirarmos com um pouco mais de leveza. Aqui não cabem palavras para descrever a importância dessa amizade. Na mesma medida, queria dizer que este texto não seria o mesmo sem a presença da professora Lúcia Helena, dedicando horas e horas de diálogos tanto em sua casa quanto por telefone. Hospedou-me em diversas ocasiões, fez do café da manhã uma aula e, com as mais belas escolhidas palavras, me presenteou com um coração do tamanho desse mundo. Afinal, acordar na casa desses amigos, abraçá-los, ou mesmo me despedir sem consultas, aos pedaços de bilhetes de papel, fez parte contínua dessa travessia.

Queria agradecer ao amigo e professor Alan Robson, que leu este texto por inteiro, levantou estatísticas, apresentou bibliografias, compartilhou, em primeira mão, todos os momentos da minha vida e da escrita do texto. Alan é esse tipo de intelectual destemido, que devora o texto e faz perguntas impossíveis, que risca páginas inteiras e adianta que o essencial ainda não foi dito, que fica feliz quando encontra uma evolução posterior naquilo que havia criticado, tendo sentado comigo nos momentos mais difíceis. Não é possível esquecer de uma linda carta que me enviou, falando que eu precisava tomar cuidado rapidamente com a tese, preocupado com minha saúde e se eu estava dormindo bem, alertando que eu tinha uma responsabilidade imensa na formação intelectual dele e uma excelente tese, coisas que eu ainda não tinha percebido.

Ainda em São Paulo, não teria como fechar este escrito sem reconhecer a importância de excelentes companhias, como Samarone, Carlos, Erivaldo, Denis, Gilmar, Marcel, Samuel, Roger, Priscila, Ana e Kalil. Todos perdidos naquela cidade, ou desconhecidos com a falta de afetividade e o silêncio daquela multidão de bocas. Com esse grupo, fizemos os dias e noites de Sampa serem menos desgastantes e aprendemos demais com a novidade que cada um trazia e socializava para o outro, com um ato de compartilhar a vida, vivendo momentos que foram desde atos políticos até shows da Virada Cultural, ambos pedagógicos para os recém-exilados.

Aos amigos Flávio, Barbara, Eider, Carla, Anita, Jardélia, Luís, Jéssica, Chiquinho, Breno, Thiago, Wellington, Jânio e Maria que, mesmo espalhados em diversos lugares no Brasil, não deixaram de compartilhar muitas coisas da vida por telefone, fazendo sempre aguardarmos os próximos encontros. Um abraço imenso.

Para o CNPq fica o agradecimento pela bolsa de estudos de doutoramento, essencial para realizarmos essa investigação.

O capitalismo passa por seu curso específico de desenvolvimento, dependendo das condições nesse ou naquele território, e que a dinâmica fundamental do capitalismo força as principais potências capitalistas a lutas e confrontações geopolíticas.

David Harvey em *A geopolítica do capitalismo*, 2005.

A única certeza é que o sistema deverá encontrar novos espaços e territórios de expansão, assim como deverá derrubar novas fronteiras, movido pela mesma energia fundamental empregada em suas competições e em suas guerras internas.

José Luís Fiori em *História, estratégia e desenvolvimento - por uma geopolítica do capitalismo*, 2014.

RESUMO

Considerando as exposições universais como espetáculos produtores de vitrines da geopolítica do capitalismo, elaboradas com o intuito de comparar os centros e as periferias do mercado mundial, a presente investigação compõe uma análise sobre as “informações gratuitas” oferecidas pelo Brasil no contexto da aproximação geopolítica com os Estados Unidos na transição do século XIX para o século XX. Organizamos nossa pesquisa a partir de fontes documentais que se referem a produção de livros, de catálogos e de relatórios escritos, bem como, das amostras dos produtos da natureza e da agricultura que foram selecionadas, inventariadas e dispostas para serem juntamente apresentadas na exposição universal de Chicago. Os textos e amostras sobre o território do Brasil ocultavam um encontro de processos históricos entre centro e periferia: por um lado, os Estados Unidos buscavam operacionalizar o “pan-americanismo” da Doutrina Monroe, definindo a América Latina como sua área de influência, seu espaço novo no presente e para o futuro de seus domínios, naquela era de neocolonialismo das grandes potências; por outro lado, as frações de classes dominantes e os representantes de oligarquias no Brasil no início da República emitiam, por meio de textos e propagandas em tom científico, as seguranças para a reprodução do capitalismo no Brasil, a partir da demonstração de que se tinha o controle da propriedade, os extensos “espaços virgens” ainda existentes para serem explorados, produtos primários para exportação e capacidade para importar os excedentes de capital e de trabalho. Além do mais, esses documentos permitiam que partes do território do Brasil pudessem ser estudadas e arquivadas por aqueles que tivessem acesso a essa produção intelectual, documentos que demarcavam com precisão as riquezas naturais e as potências da exploração da natureza para mineração, monocultura ou mesmo para investimentos no desenvolvimento de infraestrutura de transporte, como as ferrovias. Afinal, mesmo que a apresentação de qualquer Estado moderno na exposição universal de Chicago não permitisse ser reduzida a intenções bilaterais, o escoamento de grande parte da produção do café e do açúcar para os Estados Unidos, a criação de uma Constituição brasileira com aportes políticos e jurídicos americanos, a disposição e intervenção dos Estados Unidos na Revolta da Armada e um início de acordo comercial travado entre os dois Estados, salvando a balança comercial brasileira no início da década de 1890, permitem que entendamos o envio da elaboração intelectual sobre os produtos primários como parcela dos estoques de ideias e de fontes atrativas que ocultavam prenúncios da subordinação do território do Brasil aos possuidores de capital e aos representantes políticos do imperialismo americano.

Palavras-chave: Geopolítica do capitalismo; Imperialismo americano; Brasil como periferia do capitalismo; Exposição Universal de Chicago.

ABSTRACT

Considering Universal Fairs as geopolitical showcase spectacles of capitalism, created in the aim to compare the centers and periphery of global market, the present investigation dispose an analysis over the Brazilian territory in the transition from XIXth to XXth century, right after the abolition of slavery and the beginning of the First Republic. It was discussed the “free information” which was offered do the American imperialism, in one hand, shaped by an array of intellectual products about the Brazilian territory, produced by State representatives, from fractions of dominant class or their intellectual partners, such as books, catalogues and reports, and, in another hand, by the reports of combined samples of manufactures from foreign and internal markets, both elected to be exposed in the Brazil’s exposition in the Universal Fair of Chicago, in 1893. Despite the intense subordination to the free-commerce imperialism of Great Britain and other European centers, the transition from eighteenth to nineteenth century presented a major part of fractions from the dominant classes and the Brazilian’s State deputies, seeking for closeness to the capital holders and political chiefs from the United States of America, relations that became reciprocal by supporting the very military coup in the foundations of the Brazilian’s first Republic, in 1889, recognized by the United States. In this way, the United States of America managed to proceed with their “pan-americanism” by the Monroe’s Doctrine, which was already prepared. On the other side, Brazilian oligarchies emitted texts and propaganda in scientific language over the reproduction of capitalism in Brazil, the control of property, the extensive “virgin spaces” that already existed to be explored. Adding to this, these documents allowed that parts of the Brazilian territory could be studied and archived by those who had access to this intellectual products, documents which stated with precision the natural richness and the potentialities of the exploration of nature to mining, monoculture, or even to investments for developing transportation infrastructure, such as railways. After all, the trade of great part of the coffee to the United States of America, the creation of a Brazilian constitution with political and juridical affairs to Americans, the United States’ interventions in *Revolta da Armada*, and the beginning of a trade agreement signed by both States, saving the Brazilian trade balance in the beginning of the 1890 decade, enable us to understand how sending the intellectual production over its natural resources and their products to all who demonstrate interest hide, especially, part of the stock of ideas and attractive sources that accumulated as part of the subordination of the Brazilian territory to the capital holders and political representatives of the American imperialism.

Keywords: Capitalism geopolitics; American imperialism; Brazil as peripheral to capitalism; Chicago Universal Fair.

RESUMÉ

La présente thèse considère que les expositions universelles ont été de grands spectacles de la géopolitique du capitalisme, élaborés avec l'objectif de comparer les centres aux périphéries du marché mondial. Dans ce contexte, la présente recherche analyse le territoire du Brésil dans la transition entre le XIXe et le XXe siècle, après l'abolition formelle de l'esclavage et le début de la première république. La problématisation est faite sur les « informations gratuites » qui ont été offerts à l'impérialisme américain, représentées par des produits intellectuels en format de livres, catalogues et rapports produits par les représentants de l'État du Brésil. Parmi ces représentants, on observe les membres des classes aisées et leurs collaborateurs intellectuels qui exposaient l'échantillon des produits du commerce interne et extérieur dans le pavillon du Brésil de l'exposition universelle de Chicago 1893. Malgré l'insubordination à l'impérialisme du livre commerce imposé par la Grande Bretagne et d'autres centres européens, la transition entre les XIXe et XXe siècles signalait une approximation de cheffes politiques brésiliennes aux États-Unis dont les relations devenaient, progressivement, plus réciproques depuis l'appui au coup militaire qui a fondé la première République, en 1889, reconnue d'immédiat par les gouverneurs américains. Ainsi, le matériel exposé occultait une tension historique entre centre et périphérie : d'un côté, les États-Unis voulait mettre en œuvre le « panaméricanisme » de la *Doctrine Monroe* ; de l'autre, les classes dominantes et les oligarchies brésiliennes du début de la République publiait par des textes et propagandes scientifiques que le Brésil avait tous les moyens pour la propagation du capitalisme, partir de: contrôle de propriétés foncières, les « espaces vierges » qui pourraient être exploités, l'exportation des produits primaires et la capacité d'absorption des excédents du capital et du travail. En outre, ces documents ont permis que les parties du territoire brésilien soient mise à la disposition de ceux qui avaient accès à la production intellectuelle, car ces documents signalaient avec précision les richesses naturelles et les possibilités de leurs explorations dans les domaines de: l'exploitation minière, la monoculture et l'investissement pour les infrastructures de transports, comme les chemins de fer. Après tout, la présentation dans l'exposition de Chicago a représenté plus que les simples relations bilatérales. Elle a influencé la création d'une constitution brésilienne à la mode juridique américaine, représentant aussi la disposition américaine pour intervenir dans la révolte de l'armée et le début d'un accord commercial qui sauverait la balance commerciale du Brésil dans le début des années 1890. Enfin, tout cela nous permet de comprendre que l'exposition des produits primaires brésiliens a été présentée en tant qu'une idée d'attraction qui occultait le début d'une subordination du Brésil vers les représentants politiques de l'impérialisme américain.

Mots-clés: Géopolitique du capitalisme; Impérialisme américain; Brésil périphérie du capitalisme; Exposition Universelle de Chicago.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	Principais exposições universais entre 1851 e 1900.....	44
Gráfico 01	Investimentos nas cidades-sede das Exposições Universais.....	54
Gráfico 02	Tecido urbano produzido para as principais exposições universais.....	65
Gráfico 03	Expositores nas principais exposições universais.....	99
Gráfico 04	Proporção entre países/continentes com expositores oficiais.....	99
Quadro 02	Força mecânica empregada nas estradas de ferro, na navegação e na indústria (em cavalos-vapor).....	140
Quadro 03	Produção de aço bruto (em toneladas).....	140
Quadro 04	Produção de aço (média anual).....	140
Quadro 05	Produção de carvão (em toneladas).....	141
Quadro 06	Produtos manufaturados (em milhões de libras esterlinas).....	141
Quadro 07	Subscrições financeiras para a exposição universal de Chicago.....	159
Quadro 08	Apropriações financeiras internas de estados americanos.....	160
Quadro 09	Receita inicial da comissão da exposição de Chicago.....	161
Figura 01	Planta do sítio da exposição universal de Chicago.....	163
Figura 02	Midway Plaisance.....	167
Gráfico 05	Visitantes nas Principais Exposições Universais do Oitocentos.....	328
Quadro 10	Prêmios conquistados pelo Brasil na exposição universal de Chicago..	344

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Comércio Exterior do Brasil (1851-1900).....	201
Tabela 02	Brasil: Principais Produtos de Exportação 1851 a 1900.....	201
Tabela 03	Principais Parceiros do Brasil no Comércio Internacional.....	215
Tabela 04	Borracha Exportada do Território do Pará (1871 – 1891).....	295
Tabela 05	Extração de Castanha no Território do Pará (1871 – 1891).....	296
Tabela 06	Exportação de Café do Território do Ceará.....	306
Tabela 07	Exportação de Café do Território da Bahia.....	307
Tabela 08	Café Exportado do Território de São Paulo.....	307
Tabela 09	Exportação de Cacau do Território da Bahia.....	314
Tabela 10	Exportação de Cacau do Território do Pará.....	314

SUMÁRIO

I – Introdução – Um passado geopolítico sobrevive entre nós.....	13
Parte I – Os centros dominam as periferias	
II – As Exposições Universais na Expansão Geográfica do Mercado Mundial.....	37
2.1 Exposições universais, acumulação e crises do capitalismo na Grã-Bretanha.....	39
2.2 Exposições universais, acumulação e crises do capitalismo na França.....	60
2.3 As exposições universais na grande depressão entre 1873 e 1895.....	71
2.4 Abastecendo os arquivos imperialistas com produtos intelectuais.....	80
2.5 As exposições universais como templo do fetichismo da mercadoria.....	97
III – Estados Unidos: um novo centro da geopolítica do capitalismo.....	112
3.1 O <i>territorialismo continental</i> como base do imperialismo americano.....	115
3.2 Os excedentes de capital impulsionam novas expansões imperialistas.....	130
3.3 A exposição universal de Chicago numa centralidade urbana da nova potência.....	146
3.4 <i>The World's Columbian Exposition</i> homenageia à expansão geográfica.....	156
Parte II – A afirmação de uma periferia	
IV – Atendendo ao Convite Geopolítico: a exposição universal de Chicago no início da Primeira República no Brasil.....	178
4.1 A Restauração da Moeda Colonial.....	180
4.2 As aproximações geopolíticas com os Estados Unidos.....	203
4.3 Agentes para Chicago na busca pela inserção no mercado mundial.....	228
V – Brasil: a “entrega” de um território para os negócios nos Estados Unidos.....	266
5.1 As exportações que afirmavam uma periferia.....	268
5.2 As reservas dos produtos minerais e vegetais.....	281
5.3 Produtos da Agricultura e o “apelo” por infraestruturas.....	298
5.4 Fragmentos do Brasil na ala da periferia no espetáculo em Chicago.....	327
VI – Considerações Finais.....	347
Fontes e Referências.....	355

I

A retórica expansionista norte-americana havia previsivelmente projetados mercados no exterior como se fossem uma fronteira externa, com a alegação de que, agora, os produtos e os investimentos norte-americanos exigiam estabelecimentos fora do país que somente uma política tipo Portas Abertas poderia garantir.

Perry Anderson em *A política externa norte-americana e seus teóricos*, 2015.

A elite estava dividida entre aqueles que favoreciam a Europa, como Eduardo Prado, e os que defendiam os EUA como modelo e aliado em potencial, como Joaquim Nabuco. Nabuco teve a palavra final: era contrário a escravidão, mas defendia com afinco a soberania territorial brasileira. Considerava a Doutrina Monroe e a consequente ambição hegemônica dos EUA o melhor método para garantir essa soberania (...) E ele instruiu seu seguidor, o barão do Rio Branco, responsável pela junção de complexos elementos da política externa, vinculando o que chamou de aproximação aos EUA a uma expansão agressiva, embora não violenta, em direção à bacia do Amazonas.

Joseph Tulchin em *América Latina e Estados Unidos*, 2016.

Embora falemos de uma nova era, o mundo parece ser aquele com que estamos familiarizados. Mas, na verdade, está muito diferente.

Fareed Zakaria em *O mundo pós-americano*, 2008.

Finalizar este texto no momento em que a presidenta Dilma Rousseff passa por um golpe político, com intensa guinada do “governo interino” para a reconstrução das relações com o imperialismo norte-americano, sobretudo pelos interesses na exploração do petróleo das fontes do pré-sal, aqueceu ainda mais os últimos dias de escrita sobre a temática da subordinação geopolítica do Brasil aos Estados Unidos¹. Rer ler algumas passagens de Eduardo Galeano nos posicionou ainda diante de um fato assombroso sobre essa reconstrução da subordinação do Brasil aos Estados Unidos, que antecede a disputa pela privatização do pré-sal: relembra que um conjunto de empresas americanas, que pretendiam explorar minérios na

---

¹ Tem sido possível verificarmos um conjunto de textos sobre o sentido geopolítico do golpe da presidenta Dilma Rousseff, sendo comum a esses materiais uma guinada do “novo” governo para as restaurações das relações tradicionais com os Estados Unidos, reforçando a reprimarização do país a partir da exportação de *commodities* e tendo na “privatização dos recursos naturais”, entre eles as reservas petrolíferas pré-sal, a marca da renovação da chamada “confiança de mercado”. Cf. VITAGLIANO, Luís Fernando. “A geopolítica do golpe”. **Revista Carta Maior**, 26 de setembro de 2015; BERNHARDT, Aroldo. “BRICS e pré-sal: a geopolítica do golpe”. **Jornal Brasil** 247, 25 de julho de 2016; MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. “Aspectos geopolíticos do golpe”. **Jornal O Cafezinho**, 5 de março de 2016; FIORI, José Luís. “Os golpistas e seus economistas de plantão”. **Jornal GGN**, 25 de setembro de 2015; MARINGONI, Gilberto. “Rumo à direita na política externa”. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 59-64.

Amazônia, participou fortemente da derrubada de João Goulart, apoiando o golpe de 1964 – que foi o caminho tanto para evitar a prometida reforma agrária quanto para garantir a abertura da floresta, com concessão do marechal Castello Branco, para dominar áreas ricas em ouro, diamante, manganês e nióbio, passando esses recursos a serem explorados sob o controle dos Estados Unidos².

Entre tantas obras que tratam ainda da abertura do território do Brasil para o imperialismo norte-americano na ditadura militar (1964-1985), o contato com Octávio Ianni já havia nos alertado para que o chamado *milagre brasileiro*, entre 1968 e 1973, que antecedeu a grande crise de sobreacumulação do capitalismo a partir da década de 1970, também foi parcela da determinação do imperialismo americano na agricultura para exportação e na industrialização dependente³. Na verdade, grande parte das obras que demarcam o protagonismo dos Estados Unidos sobre a América Latina recortam o período após a Segunda Guerra Mundial e as ditaduras militares como momentos efetivos dessa dominação, mesmo que, em retrospecto, elaborem as reconstruções sobre as origens do poder econômico e político dos Estados Unidos sobre o centro e o sul da América na transição do século XIX para o século XX⁴.

E isso tem uma explicação! Como lembra Perry Anderson, até a Primeira Guerra Mundial os Estados Unidos conseguiram manter suas taxas de lucratividade a partir do mercado interno, sendo suas exportações apenas 10% do Produto Interno Bruto. No entanto, apresenta o autor que durante todo o século XIX e, sobretudo, nas últimas décadas do

---

² Pelo menos três passagens podem ser aqui lembradas: “No Brasil, as esplêndidas jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubaram dois presidentes – Jânio Quadros e João Goulart –, antes que o marechal Castelo Branco, que tomou o poder em 1964, os cedesse a *Hanna Mining Co.* Outro amigo anterior do embaixador dos Estados Unidos, o presidente Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), havia concedido à *Bethlehem Steel*, alguns anos antes, os 40 milhões de toneladas de manganês do Estado do Amapá, uma das maiores jazidas do mundo, em troca de 1,4% para o Estado sobre as rendas de exportação” (p. 177); “Em virtude do acordo firmado em 1964, os aviões da Força Aérea dos Estados Unidos haviam sobrevoado e fotografado [a Amazônia]. Utilizaram equipamentos de centímetros para detectar jazidas de minerais radioativos pela emissão de ondas de luz de intensidade variável, electromagnetômetros, para radiografar o subsolo rico em minerais não ferrosos, e magnetômetros para descobrir e medir ferro. Os informes e as fotografias obtidas no levantamento da extensão e profundidade das riquezas secretas da Amazônia foram postos em mãos de empresas privadas, interessadas no assunto, graças aos bons serviços do *Geological Survey* do governo dos Estados Unidos. Na imensa região, comprovou-se a existência de ouro, prata, diamantes, gipsita, hematita, tantálio, toro, urânio, quartzo, cobre, manganês, chumbo, sulfato, potássio, bauxita, zinco, zircônio, cromo e mercúrio” (p. 179-180); “As concessões legais arrancam ao Brasil, comodamente, suas mais fabulosas riquezas naturais. Para citar mais um exemplo, a maior jazida de nióbio do mundo, que está em Araxá, pertence a filial da *Niobium Corporation*, de Nova York. Do nióbio provêm vários metais que se utilizam, por sua grande resistência as temperaturas altas, para construção de reatores nucleares, foguetes e naves espaciais, satélites ou simples jatos” (181-182). GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. 49ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. Cf., em destaque, o capítulo 3, “As fontes subterrâneas do poder”.

³ IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976.

⁴ TULCHIN, Joseph S. **América Latina e Estados Unidos: uma relação turbulenta**. Tradução de Lavinia Silveira. São Paulo: Contexto, 2016.

Oitocentos, os representantes políticos e os possuidores de capital dos Estados Unidos já difundiam entre eles que ser apenas uma potência da América, isolada dos demais centros e periferias, não os contentavam para uma nação que surgiu com o objetivo de levar a civilização do novo mundo para todos do planeta. Projetava-se o controle para o comércio do mundo, tomadas de terras e subordinações de territórios, sendo os avanços políticos e militares na América Latina, como em Cuba, no Panamá, no Havaí e na fronteira com o México, os avisos da constituição de uma potência imperialista que montava suas práticas expansionistas na virada para o século XX⁵.

Há algum tempo (diríamos pelo menos quatro anos), já vínhamos nos perguntando sobre qual seriam as origens da intervenção americana nos superávits do Brasil envolvendo as exportações dos produtos primários, como açúcar, carne e café, bem como na exploração de jazidas de minérios, no processo de industrialização ou mesmo nos apoios às intervenções militares e aos golpes políticos no interior da história política e econômica do Brasil. O período de iminência da transferência da dívida externa de Londres para Nova York também surgiu como uma questão que nos exigia atenção como parte da problemática que buscava articular os acordos geopolíticos com os chefes de Estado e possuidores de capital norte-americanos ao interesse em transformar o Brasil numa contínua zona de influência – fosse para prover a renovação das matérias-primas para a produção industrializada, fosse para servir como espaço aberto para a exportação do capital excedente dos Estados Unidos na forma de bens industrializados e de empréstimos financeiros⁶.

De forma mais instigante, o temário geopolítico entre Brasil e Estados Unidos tomou o centro da nossa investigação quando acessamos a interpretação de Eric Hobsbawm sobre esse período de transição do século XIX para o século XX, conceituado pelo autor como parte da chamada Era dos Impérios, entre 1875 e 1914, um período enigmático no que se refere as redefinições geopolíticas que antecedem a Primeira Guerra Mundial. Marcado pelos enormes excedentes de capital e de força de trabalho em busca de serem absorvidos por “novos mercados” na periferia do capitalismo, esse período se conformou pelo controle de grandes potências industriais e financeiras que partilharam o planeta, estruturando parcela relevante da relação entre centro e periferia nas décadas posteriores. Trata-se de um período que, mesmo

---

⁵ ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Tradução de Georges Kormikiaris. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁶ Sobre esses temas, dois textos aqui nos guiam nessa reconstrução da problemática entre Brasil e EUA: SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3, 1974, p. 547-593; e ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

que não o estejamos mais vivendo da forma como ele era, é a base da sociedade que vive oculta entre nós. Entre as potências, esse período marcou a elevação dos Estados Unidos a grande centro da produção industrial do planeta, sendo a expansão geográfica para além das suas fronteiras continentais, exatamente nessa transição, o processo econômico e político iniciado pelos possuidores de capital e chefes políticos norte-americanos⁷.

“Paradoxalmente, a origem de boa parte do que ainda caracteriza o final do século XX são os últimos trinta anos que antecedem a Primeira Guerra Mundial.”⁸ Mesmo sabendo que já estamos na segunda década do século XXI e muitas mudanças políticas e econômicas ocorreram mundialmente, essas palavras de Hobsbawm têm nos inspirado bastante para revelarmos como a grande crise de sobreacumulação de capital e o avanço dos centros desses excedentes sobre as periferias do capitalismo, a partir de 1873, guardam um conjunto de pistas sobre as aproximações geopolíticas entre os possuidores de capital e os representantes políticos dos Estados Unidos com as frações de classes dominantes e os representantes do Estado no Brasil. Em retrospectiva, esse período abriga as raízes da longa duração da subordinação do Brasil aos Estados Unidos e, concomitantemente, o início do afastamento das potências europeias, sobretudo, da Grã-Bretanha como grande centro que conseguia estabilizar a balança comercial brasileira a partir da compra dos produtos primários.

Como assinala o próprio Hobsbawm, esse período de transição do século XIX para o século XX, em geral, se constitui como uma “zona de penumbra” sobre um passado que “ainda faz parte de nós, mas não está inteiramente dentro do nosso alcance pessoal”⁹, já que as memórias e as referências que fazemos ao nosso presente, em grande medida, se referenciam aos efeitos drásticos após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, as ditaduras militares na América Latina, a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, a crise do poder do imperialismo americano, a ascensão da China como novo centro do capitalismo, esquecendo que há muitos enigmas e assimetrias do passado que se ocultam em nosso presente e que precisam ser revelados pelas investigações capazes de interligar o presente com esse passado geopolítico que ainda sobrevive entre nós.

Diz Hobsbawm:

Se esses períodos estiverem muitos distantes – geográfica, cronológica ou emocionalmente –, podem sobreviver exclusivamente através de *reliquias*

---

⁷ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

⁸ Ibidem, p. 19.

⁹ Ibidem, p. 19.

inanimadas dos mortos: palavras e símbolos, escritos impressos ou gravados, objetos materiais, ou imagens (...) A Era dos Impérios exige desmitificação porque nós não vivemos mais nela, mas não sabemos o quanto dela ainda vive em nós¹⁰.

Nessa perspectiva, em *A Iminência da Subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia na exposição universal de Chicago*, temos o objetivo de analisar como a inicial aproximação geopolítica entre Brasil e Estados Unidos envolveu o convite norte-americano e a participação do Brasil com o envio de representantes políticos, textos e amostras dos produtos da natureza e da agricultura para a exposição universal de Chicago. Entendendo as exposições universais como espetáculos derivados do processo geral da acumulação de capital, bem como, das crises de sobreacumulação na segunda metade do século XIX, especificamos como os Estados Unidos na posição de um novo centro da geopolítica do capitalismo, tornou a exposição universal de Chicago uma vitrine dessa nova potência industrial e de capital excedente, faminta por novas articulações com os representantes da América Latina. Apreendemos, assim, como o Brasil usou desse espetáculo em Chicago para restaurar sua permanência como um centro portador de recursos naturais e matérias-primas, aberto para estabelecer novas trocas comerciais e investimentos financeiros, sobretudo, dos Estados Unidos. Essa moeda de troca, entre um centro portador de produtos primários e um centro de excedentes de mercadorias e capital financeiro, confirmava a aproximação geopolítica entre uma potência imperialista e uma periferia do capitalismo, afirmação que já vinha se realizando, naquele período, por um acordo aduaneiro entre os dois países, que durou entre 1891 e 1895, e foi a marca das iminências dessa subordinação política e econômica do Brasil – mesmo que, na prática, se constituísse para uma periferia como a principal saída para as exportações dos produtos primários.

Foi justamente nesse período do primeiro acordo comercial que o Brasil aceitou o convite dos Estados Unidos para participar da exposição universal de Chicago. Aceitar o convite e ir a Chicago já eram duas demonstrações de “amizade” entre os representantes dos dois países e, para aquele período de trocas comerciais, marcavam o início das aproximações recíprocas também no plano econômico. Naquele momento dos interesses das frações de classes dominantes do Brasil, passamos a descobrir a elaboração de um conjunto de livros, relatórios, catálogos, mapas e da seleção das amostras de produtos do interior do Brasil que foram enviados para a exposição que ocorreu em 1893. Referem-se a *relíquias inanimadas*, elaboradas, escritas e apresentadas por pessoas já mortas, documentos oficiais sobre a história dessa viagem de representantes, escritos e objetos do Brasil aos Estados Unidos no período de

¹⁰ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 17-19.

aproximações geopolíticas entre os dois países, que nos permite parcela do remonte tanto das relações comerciais quanto do envio da produção intelectual sobre o território brasileiro para os norte-americanos.

Como se tratam de documentos oficiais, cabe aqui lembrar que os lemos com aquele espírito analítico de Jacques Le Goff ao dizer que “qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem”. Dessa forma, nossa atividade criativa, para essa ocasião, busca ser capaz de relacionar a produção desses documentos oficiais com os personagens representantes do Estado, da economia e das instituições públicas e privadas nesse período de aproximação geopolítica entre Brasil e Estados Unidos no final do século XIX, ou melhor, de “começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” que trataram do Brasil nos Estados Unidos¹¹.

Organizamos nossa investigação a partir dessas fontes documentais, que se referem à produção de livros, de catálogos e de relatórios escritos e enviados para a exposição universal de Chicago, bem como das amostras dos produtos da natureza e da agricultura que foram selecionadas, inventariadas e dispostas para serem juntamente exibidas no espetáculo numa das maiores cidades dos Estados Unidos e do mundo no final do século XIX. E, mesmo que em qualquer exposição universal seja difícil limitar a apresentação de um Estado moderno a um interesse apenas bilateral (já que numa feira tudo está disposto para todos), interpretamos a apresentação do Brasil em Chicago como um processo que ressaltava o prenúncio da aproximação geopolítica com os Estados Unidos, sobretudo a partir do acordo aduaneiro iniciado em 1891, e como a principal força geopolítica oculta nos materiais, tornando-se em várias ocasiões explícitas pelos próprios autores. Cabe ainda assinalar que a montagem de um *escritório americano* em Washington, exigindo o envio de livros de história, geografia, estatística, mapas e demais documentos oficiais, contendo dados dos recursos, da produção e do comércio, fazia parte da concretização desse e de possíveis outros acordos na década de 1890, cumprindo esses produtos intelectuais enviados para a exposição universal de Chicago parcela também dessa iminência subordinada da aproximação geopolítica entre Brasil e Estados Unidos¹².

---

¹¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003, p. 538.

¹² Sobre o detalhe desses debates para a montagem do acordo aduaneiro, do escritório americano e da relação do Brasil com os Estados Unidos, cf. o “Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil por Quintino Bocayuva, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 5-17.

Se para construirmos essa problematização sobre as aproximações geopolíticas entre Brasil e Estados Unidos, partindo desses materiais enviados para a exposição universal de Chicago, “a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno” para que somente após a conclusão dessa investigação se possa “expor adequadamente o movimento real”, como já lembrava K. Marx ao falar do método de pesquisa no livro *O Capital*¹³, cabe revelar ao leitor que a partir do levantamento de *fontes primárias* fomos construindo dois eixos de investigação que nos permitiu detalhar: a) as preparações dos Estados Unidos e das transformações urbanas de Chicago para sediar a exposição universal, como um momento de desenvolvimento das forças produtivas, da construção de uma particularidade do imperialismo americano e das relações sociais de produção no interior do vale do Mississipi. O convite aos países dos centros e das periferias do capitalismo para participar da exposição universal de Chicago pode ser interpretado aqui como um encontro geopolítico num recorte espaço-temporal da acumulação de capital nos Estados Unidos; b) rastreamos as publicações de livros, de catálogos e de relatórios do Brasil para essa exposição universal, bem como, a seleção, a disposição e a organização das coleções de amostras dos produtos da natureza e do trabalho humano que foram enviadas para Chicago com a finalidade de compor a apresentação desse país, sendo o recorte dos produtos da natureza (vegetais e minerais), dos produtos da agricultura (matérias-primas e alimentos) e das infraestruturas de transporte (as ferrovias) nossa busca pelo detalhamento que esses temas concentraram nos materiais enviados para os Estados Unidos.

O primeiro eixo, voltado para os detalhes das preparações dos Estados Unidos e das transformações da cidade de Chicago para a exposição universal, fortalece-se empiricamente a partir da apreciação dos livros, regulamentos oficiais da exposição, normas para publicação de textos para os países do exterior e para a exposição de amostras dos produtos de cada Estado nacional em distintos departamentos. Fez-se necessário ainda pesquisar as matérias de jornais que conduziram a organização da exposição universal de Chicago e a maneira como esses textos foram traduzidos para escala particular do Brasil, nos possibilitando apreender como e o que foi transmitido para os representantes do Estado e dos produtos primários no Brasil no que diz respeito às intenções do convite para participar da exposição universal de Chicago, bem como, dos diversos motivos para visitar o interior dos Estados Unidos.

---

¹³ MARX, Karl; ENGELS, F. **O Capital**: crítica da economia política. Vol 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 90.

Referimo-nos aqui, principalmente, ao livro *The World's Columbian Exposition Chicago, 1893*, organizado por George Davis, diretor geral da exposição universal de Chicago¹⁴. Essa obra que traz uma história oficial completa dos preparativos da exposição universal, descrevendo desde as articulações iniciais entre comissão e corporação para planejar a exposição até os departamentos (grupos de edifícios) planejados no Jackson Park, sítio escolhido ao sul de Chicago para sediar a exposição. O livro elabora um resumo do próprio espetáculo em Chicago, na medida em que foi preparado após a consolidação dos planejamentos da exposição. Além desse escrito, a obra em dois volumes intitulada *The Book of Fair*, de Hubert Howe Bancroft, tem nos permitido adentrar também no espetáculo da própria exposição universal de Chicago, trazendo uma descrição detalhada do que aconteceu no interior dos departamentos, fornecendo assim evidências para comparar as apresentações dos centros e das periferias do mercado mundial na exposição universal de Chicago¹⁵.

Ainda no interior desse primeiro eixo, para o caso do Brasil, foram de suma importância os textos enviados por Moses P. Handy, chefe do Department of Publicity and Promotion of the World's Columbian Exposition, que foram traduzidos e publicados no Brasil nas páginas da Revista *Auxiliador da Indústria Nacional* entre 1891 e 1892. A recepção desses textos no Brasil permitiu a importação dos detalhes da construção da exposição universal, por exemplo, dos motivos da escolha de Chicago para sediar a exposição universal, dos recursos arrecadados com dinheiro público e subscrições privadas para começar as obras, do detalhamento das infraestruturas físicas (ferrovias, armazéns, portos, etc.) e sociais (hotéis, hospitais, restaurantes, etc.) da cidade naquela época, dos números sobre a nacionalidade de imigrantes europeus, do número de Estados modernos e de territórios colonizados que confirmavam participação, bem como dos negócios que deveriam ser feitos por cada país para conseguir o acesso às terras no Jackson Park para construção de seus edifícios¹⁶.

---

¹⁴ DAVIS, George R & PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition Chicago, 1893**. Philadelphia, Pa, Chicago III: International Publishing Co, 1893. Esse livro e tantos outros documentos oficiais com que trabalhamos e que tratam da exposição universal estão disponíveis na *filed under* intitulada *World's Columbian Exposition, 1893: Chicago III*, <http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/>.

¹⁵ BANCROFT, Hubert Howe. **The Book of Fair: An Historical and Descriptive**. Volume 1. Presentation of the World's Science, Art, and Industry, as Viewed through the Columbian Exposition at Chicago, 1893. Chicago: Bancroft Company, Publishers, 1893, p. 542; BANCROFT, Hubert Howe. **The Book of Fair: An Historical and Descriptive**. Volume 2. Presentation of the World's Science, Art, and Industry, as Viewed through the Columbian Exposition at Chicago, 1893. Chicago: Bancroft Company, Publishers, 1893, p. 468. Esses livros podem ser encontrados no arquivo de obras raras na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

¹⁶ Brasil. Periódico **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891/1892. Essas revistas foram encontradas no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

Além desses documentos dos Estados Unidos publicados e traduzidos no Brasil, aproveitamos para averiguar os relatórios do Ministério da Agricultura, as mensagens dos governadores aos presidentes, as mensagens dos presidentes ao Congresso Nacional e os relatórios do Ministério das Relações Exteriores, documentos essenciais para entender como se propagaram, entre 1891 e 1894, as informações no que diz respeito à recepção das notícias que viajaram dos Estados Unidos para o Brasil, a preparação particular do Brasil para a sua apresentação na exposição universal de Chicago e as relações internacionais referentes às trocas comerciais e às relações políticas que vinham sendo realizadas entre Brasil e Estados Unidos naquela época¹⁷.

Esse levantamento detalhado de documentos nessa primeira “frente de pesquisa” nos aproximou das poderosas retóricas do poder realizadas pela comissão e a corporação que organizou a exposição universal de Chicago, bem como nos possibilitou problematizar como os convites enviados aos representantes dos Estados e do capital, entre eles o Brasil, estavam relacionados com a demarcação da partilha do planeta no âmbito do mercado mundial, expressão bem demarcada pela robusta proposta para o envio dos próprios documentos, sobretudo os catálogos e a seleção dos produtos a partir de doze departamentos temáticos distintos, abrangendo desde os produtos primários até as últimas invenções envolvendo a eletricidade¹⁸.

O segundo eixo, voltado para a pesquisa dos materiais escritos e a lista de produtos que foram enviados para a apresentação do Brasil na exposição universal de Chicago, teve como essência também o papel de identificar, a fim de biografar e de diferenciar, os personagens que organizaram as comissões centrais, representaram política e economicamente o Brasil e produziram conhecimento sobre esse território para os Estados Unidos na transição do século XIX para o século XX. Esse eixo se torna interessante por se tratar do contato direto com a elaboração dos livros, de catálogos, de relatórios, de mapas, etc. produzidos também no contexto interno de afirmação e conflitos político-econômicos dos primeiros anos da república no Brasil, sendo claramente a produção fragmentada da apresentação escrita sobre o território do Brasil para os Estados Unidos o resultado

---

¹⁷ Os relatórios dos ministérios, as mensagens dos governadores e dos presidentes foram adquiridos digitalmente a partir das pesquisas no Center for Research Libraries, organizado pela Universidade de Chicago e mais de duzentas instituições que digitalizaram documentos da América Latina. Os arquivos fazem parte do fundo Brazilian Government Documents, podendo ser visualizados a partir da página *on-line* <http://www.crl.edu/collections/digital>.

¹⁸ EUA. World's Columbian Commission. **Classification of the World's Columbian exposition, Chicago, U.S.A., 1891**. Chicago: Donohue and Henneberry, 1891, p. 122. Essa classificação também pode ser encontrada digitalizada na *filed under* intitulado *World's Columbian Exposition (1893: Chicago III)*, <http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/>.

encontrado. O destaque mais marcante refere-se à presença de densos materiais sobre as unidades federativas, que ganharam com a Primeira República nova autonomia para negociar os produtos da natureza e do trabalho humano, se apropriar dos rendimentos das exportações e legislar sobre os meios de produção e o comércio nos limites de seus territórios. Assim, a apresentação do Brasil em termos de produtos intelectuais escritos para a exposição universal de Chicago ganhou destaque pelos livros, catálogos, relatórios, produtos, mapas e representantes das unidades federativas dos estados de São Paulo, do Ceará, da Bahia e do Pará.

Na pressa de alguns pesquisadores, como foi o caso de Pedro Tórtima, chegou-se a afirmar que o Brasil não havia participado da exposição universal de Chicago, no final do século XIX, sendo o elemento central dessa asseveração o argumento de que estava o país envolvido com a Revolta da Armada e os conflitos políticos inerentes ao processo de transição da monarquia para a república¹⁹. A pista oferecida por Sandra Jatahy Pesavento comprova, com alguns documentos, que o Brasil havia participado da exposição universal de Chicago; no entanto, o movimento da realidade interna no início da república rebateu fortemente as formas de elaboração e envio dos materiais do pensamento e de representantes políticos para os Estados Unidos, sendo o resultado mais evidente desse contexto a fragmentação dos conhecimentos elaborados sobre o território do Brasil para o espetáculo de Chicago²⁰.

Para o caso particular dessa investigação, temos nos deparado com longos materiais escritos em diversas formas da produção intelectual, elaborados sobre as unidades federativas de São Paulo, da Bahia, do Ceará e do Pará com os objetivos de apresentar as particularidades dos seus territórios e o Estado moderno do Brasil. São livros, catálogos e relatórios extensos, com uso de muitas estatísticas, descrições da superfície terrestre e alguns mapas compostos com as eleições das amostras dos produtos. Esses documentos são intitulados sempre com os nomes dos territórios de São Paulo, da Bahia, do Ceará e do Pará. Os livros estão divididos em partes: uma sobre os quadros naturais do território, destacando os vegetais e os minerais; outra sobre a agricultura, a indústria e os rendimentos estatais; uma vinculada aos transportes, comunicação e à segurança territorial, à questão da população ou dos imigrantes, etc. E, mesmo os catálogos seguindo as regras postadas pelos Estados Unidos, tem sido possível

---

¹⁹ Acreditando nas informações que estavam na fotografia de Darnold, esse equívoco pode ser encontrado, por exemplo, no texto de TÓRTIMA, Pedro. **Exposições mundiais e nacionais: a participação do Brasil**. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 150 anos, Rio de Janeiro, Studio HMF, 1990, p. 306.

²⁰ Sobre essa segunda interpretação, ganha destaque o argumento de PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

agruparmos e interpretarmos como expressões do domínio da natureza a partir da extração de vegetais e minerais, ou mesmo da produção agrícola, do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção no interior do território do Brasil.

Essas produções intelectuais publicadas pelos representantes de São Paulo, da Bahia, do Ceará e do Pará, algumas encontradas em língua portuguesa e outras somente em inglês, que nos servem como documentos para a análise do segundo eixo, foram: a) *Estado do Ceará – exposição de Chicago 1892 – 1893: Catálogo dos Productos, remetidos a Exposição Preparatória do Rio de Janeiro, 1892*²¹; b) *O Estado do Ceará na Exposição de Chicago de 1893*²²; c) *Synopse Histórica da Estrada de Ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufatureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago, 1892*²³; d) *O Estado do Pará: apontamentos para a exposição universal de Chicago, 1892*²⁴; e) *Memória sobre o Estado da Bahia para a Exposição de Chicago de 1893*²⁵; e f) *The State of São Paulo: the land of coffee, Brazil, Chicago, 1893*²⁶.

Esse segundo eixo nos apresentou alguns dos nomes dos autores dos materiais escritos sobre a compilação dos produtos da natureza e da agricultura enviados para os Estados Unidos. Mesmo que a identificação desses personagens e sua posição social sejam reveladas somente mais adiante, cabe ressaltar como a forma de elaboração intelectual sobre parcelas do Brasil, para a exposição universal de Chicago, se constituiu como um veículo de propaganda poderoso e uma forma de testar recortes da matéria terrestre que demarcavam com precisão a configuração do território e o potencial primário-exportador.

²¹ ARQUIVO Público do Ceará. Comissão Central do Ceará. **Exposição de Chicago 1892 – 1893: Catálogo dos Productos, remetidos a Exposição Preparatória do Rio de Janeiro.** Fortaleza-Ceará: Tipografia Econômica – Praça do Ferreira, 1892, p. 274.

²² BRAZIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **O Estado do Ceará na Exposição de Chicago (1893).** Fortaleza: Tipografia da República, 1893, 218p. Esse livro também foi encontrado Arquivo Público do Ceará (APEC).

²³ CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. “Synopse Histórica da Estrada de Ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufatureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago, 1892”, 252-272p. (fac-símele). IN: FILHO, José Capelo; SARMIENTO, Lúcia. **Arquitetura Ferroviária no Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 2010, Anexo.

²⁴ GAMA AREU, José Coelho; SANTA ROSA, Henrique A; TAVARES, Alexandre. A; et.al. **O Estado do Pará: apontamentos para a exposição universal de Chicago, 1892**, p. 86. Pode ser encontrado digitalmente a partir da página do Arquivo da Universidade Federal do Pará (UFPA 2.0), cf. <https://ufpadoisponzero.wordpress.com/2013/03/07/o-estado-do-para-apontamentos-para-a-exposicao-de-chicago>.

²⁵ VIANNA, Francisco Vicente; **Memória sobre o Estado da Bahia.** Salvador: Typografia e encadernação do Diário da Bahia, 1892, p. 686. As versões tanto em português como em inglês pode ser encontrada digitalizada na *filed under* intitulado *World's Columbian Exposition (1893: Chicago III)*, <http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/>.

²⁶ PINTO, Adolpho A. **The State of São Paulo or the land of Coffee.** John Anderson Publishing Company, Printers, 1893, p. 27. Essa versão em inglês pode ser encontrada digitalizada na *filed under* intitulado *World's Columbian Exposition (1893: Chicago III)*, <http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/>.

Além disso, a produção intelectual conseguia transformar “as coisas grandes” em pequenas miniaturas detalhadas no papel (sobre os recursos naturais, a agricultura, os transportes, etc.) ou as amostras “de um estoque” dos produtos da natureza ou da possível expansão dos produtos do trabalho em alguns produtos da agricultura. A produção intelectual sobre a materialidade dos territórios era inerente aos projetos econômicos e políticos que se pretendiam para essas unidades federativas particulares, nas quais esses eram nomes intermediadores diretos do domínio e da leitura sobre os territórios na sua relação com o mercado mundial.

Sabiam todos aqueles que escreveram esses documentos que qualquer território se tornava adequadamente trocável, vendável, ou mesmo um fundo de investimentos para os centros da acumulação de capital, na medida em que conseguiam transformar sua materialidade territorial em propaganda, em objeto portátil, que pudesse circular em diversas direções ao serem apresentados os interesses de exploração vinculados aos textos, aos catálogos e às amostras dos produtos que serviam ou poderiam vir a servir na expansão da inserção dessas particularidades na divisão internacional do trabalho. Sem dúvida, a ampliação da apresentação do Brasil também a partir da análise do catálogo geral enviado para Chicago²⁷, com rico detalhamento do envio de objetos das outras unidades federativas, mais a lista de prêmios conquistados por produto ao final da exposição²⁸, somada aos personagens que viajaram até aos Estados Unidos a fim de vislumbrar as repercussões durante e após a exposição, nos interessou para problematizar o contexto da aproximação das relações geopolíticas entre Brasil e Estados no final do século XIX.

A análise da relação entre Brasil e Estados Unidos, que tem como investigação a produção intelectual e as amostras dos produtos desse território enviados para a organização de um espetáculo em Chicago, tem sido pensada a partir da perspectiva teórica da *geopolítica do capitalismo* desenvolvida pelo geógrafo David Harvey²⁹. Falamos “desenvolvida” por ser Harvey aquele que, de forma contundente, trata como o excedente de capital e de trabalho tem

---

²⁷ Brazilian Commission. **Catalogue of the Brazilian section at the World's Columbian Exposition**. Chicago: E. Campbell, Printer, 1893. Disponível em: *World's Columbian Exposition (1893: Chicago III)*, <http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/book/>.

²⁸ Os prêmios podem ser conferidos a partir do relatório do ministro Bibiano Sergio Macedo de Fontoura Costallat. **Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Relatório do Ano de 1893. Apresentado em maio de 1894.

²⁹ Escolhemos chamar de “geopolítica do capitalismo” por se referir ao título de um artigo clássico do autor, que trata do esforço dessa construção teórica; mas outras terminologias, como “geografia da acumulação de capital” ou “geografia histórica do capitalismo” cabiam como semelhante. Sobre dúvidas, pode-se cf. HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. Em destaque, o capítulo 5, “A geopolítica do capitalismo”.

exigido a contínua expansão geográfica do capital, a exportação de capital na forma de bens de consumo, tecnologias e capital financeiro dos centros para a periferia, da prática imperialista e militarista como processos destrutivos, de trabalhadores e das próprias infraestruturas dos territórios, como medidas que possibilitam sobreviver ao modo de produção capitalista. Em outras palavras, a tese central de Harvey é que “a acumulação de capital sempre foi uma questão profundamente geográfica” e, principalmente, que “sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político”³⁰.

O impulso central da *geopolítica do capitalismo*, de Harvey, encontra na compreensão da teoria da acumulação e da superprodução de Karl Marx a sua centralidade para a interpretação da sociedade capitalista, essa que tem na produção de mercadorias sua finalidade, produzindo seus resultados em quantidade sempre maiores, da mesma forma que concentra a acumulação de capital e a força de trabalho em quantidade também maiores. Essa condição da existência de uma sociedade produtora de excedentes, dialeticamente concentradora da apropriação do capital e da força de trabalho nas mãos dos poucos possuidores de capital, transforma a acumulação expandida em um processo contínuo, em alguns períodos paralisado pelo problema gerado pelos estoques de excedentes de capital e força de trabalho – os dois lados da moeda sem absorção, em processos de desvalorização, estando os períodos de depressão e de crise vinculados diretamente ao acúmulo de excedentes nos centros da acumulação de capital, sendo esta uma contradição inerente a esse modo de produção³¹.

Por conseguinte, para a elaboração da perspectiva da *geopolítica do capitalismo*, dois níveis centrais de análise foram postos em relação com Harvey: o primeiro trata de compreendermos que a formação da totalidade no modo capitalista de produção tem relação direta com a *teoria geral da acumulação* de Marx, isto é, a lógica abstrata do capitalismo conduz à construção de uma totalidade (de uma universalização) em que o impulso para a acumulação de capital e, assim, as crises de sobreacumulação estão como lados indissociáveis no centro do movimento contínuo *numa escala expansível como um todo*, criando a produção

---

³⁰ HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004, p. 40.

³¹ Uma síntese do pensamento de Marx por Harvey, para a elaboração da teoria da geopolítica do capitalismo, pode ser consultada em HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013; e HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. Em destaque, o capítulo 5, “A geopolítica do capitalismo”.

contínua de mercadorias um mundo a sua imagem e semelhança. O segundo: no conjunto de sua obra, Harvey busca relacionar a teoria da acumulação, de Marx, à construção do entendimento da própria *geopolítica do capitalismo*, que, nos termos pensados originalmente por Rosa Luxemburgo, se constitui também como uma prática teórica que propõe, a partir da universalidade abstratamente concebida do movimento da lógica interna do modo capitalista de produção criada por Marx, se propõe a pensar as formações econômicas e políticas concretas num dado período, escavar o movimento dos fenômenos na vida social que possibilitam falar da relação entre processos e coisas em configurações particulares, entre centros e territórios periféricos, sem perder o processo geral de abstração do qual a acumulação de capital necessita para se realizar³².

A partir da compreensão de que os centros da acumulação de capital, baseados na extração do mais-valor e portadores dos grandes bancos, necessitam do domínio de outras sociedades na periferia do capitalismo, a teoria da *geopolítica do capitalismo* faz dialogar duas dialéticas, interna e externa, que interligam os processos de produção, de mobilização e de absorção de excedentes de capital, e que são intituladas por Harvey como o *duplo aspecto da acumulação*: de um lado, a dialética interna reforça a teoria de Marx sobre a compreensão da acumulação de capital baseada na exploração da força de trabalho na produção de mercadorias, ou seja, da formalidade da exploração da força de trabalho a partir de contratos na fábrica, na mina, etc.; de outro, a dialética externa a essa lógica restaura a teoria da acumulação primitiva de capitais, intitulando-a de *acumulação por espoliação*, apresentando nessa ressignificação que, concomitantemente à produção de excedentes de mercadoria que se dá no chão da fábrica, expropriam-se e transferem-se excedentes produzidos por relações sociais de produção não capitalista para dentro da circulação do capital, excedentes nascidos da continuidade da pilhagem dos meios de produção e da expropriação da força de trabalho, métodos violentos e antigos que estão na história da geopolítica do capitalismo, marcada pelas colonizações e por intervenções dos centros da acumulação de capital a partir das práticas imperialistas³³.

---

³² Sobre a relação entre David Harvey e Rosa Luxemburgo é possível verificarmos passagens semelhantes nos dois textos sobre essa proposição metodológica para pensar a sociedade capitalista no movimento entre o particular e o universal. Cf. LUXEMBURGO, Rosa. “A acumulação de capital – Uma anticrítica”. In: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e acumulação de capital**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972, p. 63-188; HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, Boitempo, 2013; HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, principalmente o capítulo 2, “A geografia da acumulação de capital”.

³³ O debate sobre esse aspecto dual da acumulação pode ser consultado em HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5ª ed. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

A proposta específica da teoria da *geopolítica do capitalismo* para Harvey, inspirada sobretudo em Karl Marx e em Rosa Luxemburgo, tem sua centralidade no *excedente* de capital e de força de trabalho, visto esse duplo excedente como o agente principal do desenvolvimento capitalista que, contraditoriamente, se conforma como condição necessária para o processo ininterrupto da acumulação que, ao não conseguir o êxito de possuir capital e trabalho excedente, produz um obstáculo próprio à continuidade do processo de acumulação. Portanto, o triplo imperativo da produção, da mobilização e da absorção de excedente de capital e de força de trabalho é o processo interligado pensado pela teoria da *geopolítica do capitalismo*, dilatando as reflexões sobre a sobrevivência do capitalismo como capacidade dos possuidores de capital e dos representantes de Estado de buscar fins lucrativos para os seus excedentes, sobretudo nos tensos períodos em que capital e força de trabalho inaproveitados coexistem como composição da crise de uma grande depressão.

No entanto, mesmo que nossas análises tenham sua centralidade nesse autor e na forma como tem pensado o mercado mundial dentro da proposição de uma *geopolítica do capitalismo*, veremos que outros teóricos que têm como aporte central a teoria da acumulação e das crises de superprodução a partir de Karl Marx, como a já citada Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin³⁴, Eric Hobsbawm³⁵, Mike Davis³⁶, Osvaldo Coggiola³⁷, entre outros, que tratam de uma geopolítica do planeta movida pela força do imperialismo, também operam teórica e metodologicamente no escrito como um todo. E, ainda mais, numa sociedade produtora de excedentes tanto de capital quanto da força do trabalho, a teoria da *geopolítica do capitalismo* abre para pensarmos como em períodos positivos de crescimento da taxa de lucros e, sobretudo, dos momentos de crises de sobreacumulação (momentos de desvalorização que não encontram formas lucrativas de absorção dos excedentes de capital e de trabalho) redefinem-se as relações entre centros e periferias, as dinâmicas dos mercados internos e externos, as novas partilhas do planeta e, não estranhamente, muitas espionagens e guerras como forças no interior dessa sobrevivência do modo de produção capitalista pelo retorno do crescimento ou estabilização da taxa de lucros.

Nessa perspectiva, o movimento interpretativo de pensar a realidade a partir da *geopolítica do capitalismo* nos trouxe, como desafio inicial, não só apreender, em específico,

³⁴ LENIN, Vladimir L. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

³⁵ HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

³⁶ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

³⁷ COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões - 1873-1896 e 1929-1939: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009.

a apresentação do Brasil na exposição universal de Chicago, mas iniciar seu desvendamento como parte de uma forma de fazer espetáculo, inerente ao profícuo momento da história do capitalismo na segunda metade do século XIX, no que se refere ao processo geral da acumulação de capital e das crises de sobreacumulação. Por isso, resolvemos reconstruir no capítulo 1, intitulado “As Exposições Universais na Expansão Geográfica do Mercado Mundial”, uma forma de pensar as exposições universais – primeiro, articuladas com o processo de acumulação de capital na segunda metade do século XIX e com duas crises de sobreacumulação que abalaram aqueles cinquenta anos (entre 1847 e 1851; 1873 e 1895); segundo, com as práticas de intensificação da produção e do consumo dos produtos da grande indústria no interior da Europa, bem como com as absorções do capital ocioso em transportes e nas construções urbanas no interior desses centros de acumulação da indústria moderna; terceiro, com os deslocamentos de capitais excedentes (mercadorias, capital produtivo e empréstimos) dos centros industriais para a periferia do capitalismo; quarto, com a expansão de um centro de escoamento da elaboração de produtos intelectuais, a partir de textos sobre os recursos naturais, as matérias-primas e alimentos provindos da agricultura, com o desenvolvimento das forças produtivas, textos que, com as amostras de mercadorias ou de produtos da natureza, revelavam os projetos de desenvolvimento do capitalismo nas sociedades dos centros industriais e financeiros ou nas periferias qualificadas como exportadoras de produtos-primários.

No primeiro momento verificamos que foi a partir da disputa da periferia que os centros garantiram a expansão contínua de seus domínios, à medida que conseguiam renovar constantemente a produção a partir da divisão territorial do planeta entre produtores industrializados e de matérias-primas, bem como da formação de mercados externos para seus excedentes. Contudo, no ato do espetáculo das exposições universais, não nos deparamos claramente com o domínio dos centros sobre as periferias, que tanto direta quanto indiretamente estão ocultas a todos eles, tornando-se uma forte armadilha para sua compreensão.

Epifanicamente inapreensíveis são os espetáculos. Eventos de contemplação e de difícil desvendamento imediato, amontoam um conjunto de objetos, em sua maioria, sem seus produtores vivos (ou já naturalizados pela separação do produto do seu próprio trabalho) e, sobretudo, por hierarquizar pacificamente o mundo entre “civilizados” e aqueles “em processo de civilização”, sendo esses materiais de apresentação dos territórios nas exposições, tanto escritos como amostras de produtos, um convite para nos perdermos na aparência da visualidade do espetáculo. Em outras palavras, não são perceptíveis para o nervo óptico no ato

do espetáculo as práticas imperialistas, as relações entre centros e periferias, as trocas desiguais, a exploração do trabalho e a violência que escondem muitos das coisas expostas em cada cerimônia estimulada pela ideologia do progresso.

Adentrar no que se ocultava no universo das aparências faz desse momento um ensaio sobre a crítica do fetiche e do papel reificante das exposições universais que, na sua condição de *templo das mercadorias*, encobrem a diversidade de particularidades econômicas e políticas que estão articuladas pelo mercado mundial. Assim, esse primeiro capítulo é central para detalharmos uma interpretação das exposições universais como um conjunto de *espetáculos* políticos, ideológicos e fetichistas, que são derivados diretamente do processo geral de acumulação de capital e das crises de sobreacumulação, tendo sua especificidade marcada pela capacidade de criar uma *vitrine do/para os centros imperialistas*, na medida em que tematizava os resultados alcançados no âmbito do mercado mundial e pela qualidade de acumular as apresentações das condições materiais prévias da periferia do capitalismo. Os livros e as amostras dos produtos referem-se diretamente aos interesses de desenvolver lucrativamente as forças produtivas, novas trocas comerciais e, sobretudo, de criar as expectativas de expansão geográfica dos centros da indústria moderna sobre os novos mercados do mundo, principalmente quando se propunha forjar um tal “mundo em miniatura” – de materiais escritos e com amostras de (possíveis) mercadorias – que deveria ser vislumbrado em uma ou mais visitas a alguma “capital da modernidade”.

Encarar as exposições universais como um espetáculo que ocultava o domínio dos centros imperialistas sobre uma periferia extremamente diversa fez-nos sentir outras potencialidades da teoria da geopolítica do capitalismo, mesmo que as mediações entre o particular e o universal tenham sido refeitas a partir do próprio tempo que investigamos. Tornou-se assim interessante verificarmos como os representantes do Estado e das suas relações com outros grupos interestatais cumpriram uma função na estratégia dos centros e das periferias para a abertura de espaços novos para a absorção de excedentes de capital e de trabalho. Dessa forma, entendendo que os Estados têm suas histórias particulares na divisão internacional do trabalho em tempos distintos, tornou-se necessário adentrarmos nas formações econômicas e sociais particulares, principalmente na formação dos Estados Unidos como uma grande potência industrial e na permanência do Brasil como uma periferia do capitalismo no final do século XIX. Esse foi o recurso metodológico encontrado para sairmos do espetáculo e adentrarmos nas formações particulares de cada país. Na maioria das vezes, foi submergindo até as lavouras de algodão e de café, ou mesmo numa fábrica de fundição de ferro ou de relógios, que, além de investigarmos sobre as lutas de classes que também

ocorriam nessas particularidades, nos deparamos com agentes locais do desenvolvimento do capitalismo que agiam de acordo com a universalidade criada pela produção de mercadorias e das possibilidades de inserir cada vez mais seus produtos no mercado mundial.

Nesse sentido, o capítulo 2, intitulado “Estados Unidos: um novo centro da geopolítica do capitalismo”, objetiva interpretar a emergência dos Estados Unidos da América como uma particularidade do poder político-econômico que preparou a expansão das suas bases imperialistas, contraditoriamente, no período da grande depressão de excedentes de capital entre 1873 e 1895. Dessa forma, num primeiro momento, tratamos de compreender a formação econômica e social dos Estados Unidos, sobretudo após a Guerra de Secessão, que delineou o projeto de imperialismo continental americano, centro da montagem das suas bases materiais, com excedentes da natureza e da indústria, para a expansão geográfica da acumulação de capital que se constituiu como território em constante redefinição interna das fronteiras e de muitas transformações das propriedades baseadas no próprio trabalho – de indígenas, camponeses e ex-escravos – em meios de produção privados, evidenciando a separação entre possuidores de capital e vendedores de trabalho na América como determinante. Para os Estados Unidos, o final do século XIX foi motivado pela sua disputa do domínio dos mercados consumidores da América do Sul, sendo essa expansão das práticas imperialistas americanas de suma importância para compreendermos o papel da exposição universal de Chicago como um momento em que os excedentes de capital dos Estados Unidos buscavam mercados exteriores além do espesso mercado doméstico (que permitia saciar grande parte da produção industrial e do capital financeiro excedente).

Após essa compreensão, busca-se entender como a grande depressão, que abalou os centros da indústria europeia, dialeticamente constituiu os Estados Unidos como um novo centro da geopolítica do capitalismo. Assim sendo, buscamos interpretar os interesses contextuais dos Estados Unidos da América em sediar a sua segunda exposição universal na cidade de Chicago, bem como ler as transformações no tecido urbano de Chicago como uma própria exposição que era sediada por uma cidade que havia se estruturado espacialmente a partir dos investimentos dos excedentes de capital no período da grande crise de sobreacumulação entre 1873 e 1895. Aqui, sem dúvida, mora outra grande contribuição da teoria da geopolítica do capitalismo para pensar as exposições universais, isto é, apresentar como o projeto de reformas urbanas e urbanização faz parte da absorção de excedentes de capital e de trabalho, ao mesmo tempo que cria as estruturas espaciais necessárias para inserir cidades no interior dos países no rol das capitais da modernidade, símbolos particulares da concentração de capital. Assim, verifica-se, no final do capítulo, como a exposição universal

de Chicago já se tornara, antes mesmo dos resultados, um interesse material e simbólico dessa transformação dos Estados Unidos da América, fosse por parte dos representantes de Estado, fosse por parte de capitalistas individuais. Ainda nessa ocasião, interpretamos como a proposta de propaganda da exposição universal, mais o conjunto de gastos econômicos e interesses políticos, sem falar na quantidade e qualidade dos convidados dos centros e das periferias do capitalismo, nos davam um bom panorama da geopolítica no final do século XIX.

No entanto, mais uma vez nos afastamos do sítio do espetáculo da exposição universal de Chicago para pensar qual era a posição econômica e política do Brasil na geopolítica do capitalismo, já que, para nós, se tornou cada vez mais difícil entender o Brasil apenas pelos textos, pelas estatísticas, pelos produtos expostos, pelo descritivismo presentista dos materiais, pelos discursos sobre as recepções, de americanos e brasileiros, sobre os resultados atingidos em Chicago. Assim, no capítulo 3, intitulado “Atendendo ao Convite Geopolítico: a exposição universal de Chicago no início da Primeira República no Brasil”, apresentamos nossa compreensão sobre como a formação econômica e social do Brasil constituiu um conjunto de frações de classes dominantes sob o domínio dos centros imperialistas – em nosso caso específico, no contexto de transição da monarquia para a república na segunda metade do século XIX. Mesmo após a independência política de Portugal, veremos que dois processos conjuntos aconteceram: por um lado, foi restaurado o sentido da colonização do Brasil como um país primário-exportador, subordinado externamente às práticas do imperialismo de livre-comércio da Grã-Bretanha e internamente dominado por aqueles que estavam envolvidos com as grandes unidades produtivas; por outro, desvendamos como a crise da monarquia, que ocorreu paralelamente à grande depressão dos centros da acumulação de capital, a partir de 1873, foi marcada pelo afastamento da Inglaterra na estabilização da balança comercial do Brasil no que se refere à compra dos produtos primários, aproximando os interesses das frações de classes dominantes no interior do país com os Estados Unidos, sendo a expansão da propriedade privada, a abolição formal da escravização, a expansão da força de trabalho livre, a recepção de imigrantes, a necessidade de desenvolver as forças produtivas, a especialização em alguns produtos de interesses dos Estados Unidos e a fundação da república partes do processo histórico que abria o território do Brasil para o redirecionamento da sua produção e das relações sociais, mesmo que no comércio exterior permanecesse qualificado por exportar produtos primários.

O apoio ao golpe militar da república, em 1889, reconhecido de pronto pelos Estados Unidos; a criação de uma Constituição nacional com aportes políticos e jurídicos americanos; a disposição e intervenção americana na Revolta da Armada no Rio de Janeiro, em 1893; e, principalmente, o primeiro acordo comercial construído entre os dois países, entre 1891 e 1895, fruto da participação do Brasil na Conferência Internacional Americana, em 1890, marcavam prontamente a relação entre um centro da acumulação de capital e uma periferia do capitalismo. No começo da última década do século XIX, com o afastamento dos ingleses como principais compradores dos produtos primários do Brasil, os Estados Unidos transformaram-se na saída principal para as exportações dos produtos primários brasileiros, estabilizando pontualmente a balança comercial, os rendimentos nacionais e um projeto de desenvolvimento interno do capitalismo, articulado com o crescimento da exportação de café, açúcar, cacau, couros, etc.

Concluimos essa seção analisando quais foram os agentes da permanência do desenvolvimento do capitalismo periférico que estiveram envolvidos com a produção específica dos materiais escritos e amostras de produtos, compondo esses nomes a organização específica por comissões centrais, entre unidades federativas, para a exposição universal de Chicago. Assim, aproveita-se esse momento para reconhecer quem eram esses representantes dos territórios e dos produtos e quem eram os intelectuais que estavam envolvidos como colaboradores dos projetos das classes dominantes nas comissões centrais de São Paulo, da Bahia, do Ceará e do Pará. Faz-se o esforço, em relação aos representantes dos produtos primários, de identificar o que negociavam no mercado interno e no mercado mundial, que posições políticas assumiam no interior dos territórios que estavam fixados e que propaganda emitiam para esse novo centro da acumulação de capital. Para os profissionais liberais e representantes políticos dos Estados produtores de conhecimentos sobre os territórios, nos empenhamos em especificar quais filiações nacionais e internacionais estavam próximas e como o sistema político americano (o federalismo republicano) inspirava esses personagens a defenderem a república, mesmo que em condições históricas, econômicas e políticas bem distintas.

No último capítulo, intitulado “Brasil: a ‘entrega’ de um território para os negócios nos Estados Unidos”, tratamos da análise das ideias desses agentes postas nos livros e nos catálogos, bem como das amostras de produtos do interior do Brasil que viajaram até a exposição universal de Chicago. Completamos nossa investigação apresentando que não tratamos os personagens apenas com a preocupação de quem escreveu os livros (se eram proprietários de terras ou funcionários públicos), mas nos permitimos avançar para pensar

como essas ideias estavam vinculadas a um projeto de Estado extremamente articulado com as classes dominantes envolvidas na produção e exportação de artigos coloniais naquele contexto de proximidade com os Estados Unidos. O desejo foi de acompanhar que posição econômica e política ocultava os documentos e apresentar, dessa forma, como as trocas comerciais que já vinham se realizando com os Estados Unidos, estabilizando a balança comercial brasileira, compunham um processo determinante naquele período nos escritos, sobretudo pelos interesses de ampliação das exportações para esse novo comércio exterior pelas frações de classes dominantes.

Além das comprovações que envolvem as inspirações políticas no sistema americano e nas trocas comerciais entre os dois países, avançamos para tratar como os temas relacionados aos produtos da natureza (vegetais e minerais), aos produtos da agricultura (matérias-primas e alimentos) e o apelo pela expansão nas infraestruturas de transporte foram expostos nos materiais escritos e em amostras de produtos primários na exposição universal de Chicago. Saber sobre a forma como esses agentes do desenvolvimento do capitalismo periférico, em nome das unidades federativas, pensavam os territórios foi uma medida substancial para interpretarmos como a natureza natural e o domínio dessa natureza eram lidos pelos próprios autores, assim como que expansões de domínio e que transformações territoriais eram pensadas para essas particularidades pelas oligarquias que dominavam a economia e a política em cada ordem local.

A interpretação da participação do Brasil foi concluída numa busca por materiais que revelassem como esse país, no interior do espetáculo da exposição universal de Chicago, fora avaliado pelos possuidores de capital e representantes de Estado nos Estados Unidos e pelos representantes dos produtos primários, políticos e colaboradores intelectuais enviados pelo Brasil. Adentramos ao universo do fetiche da mercadoria, do *sex-appel do inorgânico*, da animação das coisas mortas expostas e da reificação das relações sociais que adormecem nelas. No interior do espetáculo, a multidão pouco apreende o domínio dos centros imperialistas sobre as periferias a partir da exaltação do progresso, e muito menos consegue absorver alguns interesses periféricos ocultos nos livros e nas amostras dos produtos à medida que a periferia aderiu à retórica civilizatória.

Dessa forma, nossa contribuição perpassa a revelação de como a produção de um certo tipo de conhecimento e exposição de amostras do Brasil afirmaram esse país como uma periferia do capitalismo que estava interligada, por um lado, com o processo geral da acumulação expandida de capital e a exportação da produção de excedentes dos centros do capitalismo e, por outro, como um país que buscava abrir mercados novos para a exportação

de produtos primários, sendo a proximidade com os Estados Unidos da América a iminência da subordinação que estava sendo constituída para os anos seguintes. A crítica ao uso da produção intelectual para detalhar como o território do Brasil pode ser intensamente explorado, com extração de recursos e a monocultura ou como um “espaço novo” para as exportações dos excedentes de força de trabalho, de bens industrializados e de capital financeiro para investimentos em infraestruturas de transporte, parece ser o entendimento do projeto de país que suas frações de classes dominantes vislumbravam nos Estados Unidos, a potência imperialista que surgia como uma força consumidora capaz de aumentar o nível dos rendimentos nacionais e das unidades federativas, mesmo que para isso o país precisasse continuar especializado na produção de produtos-primários.

Em suma, analisamos um território em que as frações de classes dominantes, a reboque dos empréstimos e da importação de produtos industrializados dos possuidores de excedente de capital da Grã-Bretanha e da proximidade geopolítica a partir da exportação de produtos primários para os Estados Unidos, buscavam expandir seus domínios no interior das unidades federativas por meio da propaganda e da abertura da extração de recursos naturais e de produtos da agricultura. Todos os representantes do Estado e as frações de classe dominantes sabiam que ficar de fora da divisão territorial do trabalho pelo mercado mundial poderia ser o início do seu enfraquecimento e quiçá do seu desaparecimento, caso existissem forças e projetos da classe trabalhadora que ameaçassem o poder. Não foi à toa que qualquer ato de resistência social (como o caso de Canudos) assustasse os proprietários de terras, os donos de casas estrangeiras de importação, os chefes de Estados, os políticos defensores da república e os centros da acumulação de capital, que enxergavam no Brasil sua permanência como exportador dos produtos da natureza e da agricultura, além de ser um espaço promissor para escoar as mercadorias industrializadas e os capitais financeiros em quantidades sempre maiores produzidas pelas potências imperialistas.

Parte I

Os centros dominam as periferias

II

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Karl Marx & Friedrich Engels em *Manifesto comunista*, 2010.

Nessa época, o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo estava transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em constante realidade operacional. A história, doravante, passava a ser história mundial.

Eric Hobsbawm em *A era do capital*, 2007.

Desta época originam-se as passagens e os *intérieurs*, os pavilhões de exposição e os panoramas. São resquícios de um mundo onírico. Com o abalo da economia de mercado, começamos a reconhecer os monumentos da burguesia como ruínas antes mesmo de seu desmoronamento.

Walter Benjamin, em *Passagens*, 2007.

Cada exposição universal, na segunda metade do século XIX, expressava as necessidades contextuais dos possuidores de capital e dos representantes de Estados modernos nos centros do capitalismo de avaliar os resultados atingidos de suas práticas imperialistas. Por conseguinte, essas exposições também expressavam a possibilidade de abrir novas trocas desiguais com as frações de classes dominantes e os representantes da política estatal nas periferias possuidoras de matérias-primas, com o fito de expandir os vínculos criados anteriormente ou encontrar mercados novos para os seus excedentes de capital que se acumulavam e, em tempos longos, se desvalorizam nos estoques. A epifania da inapreensibilidade do domínio imperialista, provocada pela imediata fantasmagoria do próprio mercado mundial – que opera no interior das exposições universais na forma de espetáculo –, exige de nossa parte, como desafio inicial, interpretar como as exposições universais estavam vinculadas à reprodução do modo capitalista de produção e por que elas se afirmavam exatamente no contexto de expansão geográfica do mercado mundial.

Dessa forma, neste capítulo construímos uma interpretação das *exposições universais* – primeiro, articuladas com o processo de acumulação de capital em geral e também com duas grandes crises de sobreacumulação de capital nos últimos cinquenta anos do século XIX; segundo, com as práticas de expansão da grande indústria no interior da Europa e na

intensificação dos investimentos do capital financeiro em infraestrutura de transportes e nas construções urbanas no interior desses centros de acumulação da indústria moderna, sendo tudo isso ainda feito sob a sombra da ruptura que poderia ocorrer pela força dos movimentos revolucionários europeus; terceiro, com os deslocamentos de capitais excedentes (mercadorias, capital produtivo e dinheiro) dos centros industriais para a periferia do capitalismo como forma de encontrar saídas temporárias para as crises de sobreacumulação e desvalorização dos capitais excedentes; quarto, com a expansão da elaboração de conhecimentos, a partir de textos (livros, catálogos, mapas, relatórios, etc.) e das amostras de matérias-primas e alimentos envolvidos nas exportações, ou mesmo de estoques de produtos desconhecidos pelos centros e utilizados pelas periferias como valores de uso ainda não inseridos no mercado mundial. Essa produção de conhecimentos na demarcação das qualidades dos territórios dos Estados modernos ou colonizados transformava-se em *informações gratuitas para os centros* uma oferta de novos produtos que permitissem alargar a própria expansão da produção e da circulação no mercado mundial em tempos de disputas por matérias-primas.

Em suma, dedicamo-nos a interpretar as exposições universais como um conjunto de *espetáculos* que eram derivados diretamente do processo geral de acumulação de capital e das crises de sobreacumulação. Suas especificidades estavam atestadas pela capacidade de tematizar os resultados das práticas imperialistas no âmbito do mercado mundial e, sobretudo, pela peculiaridade de apresentar as *condições prévias* e as expectativas de expansão geográfica dos centros do capital financeiro e da indústria moderna sobre os novos mercados do mundo. Forjava-se, ao final, *um mundo em miniatura* sobre a geopolítica do capitalismo, uma vitrine sobre a barbárie disfarçada de civilização, que deveria ser vislumbrada em uma ou mais visitas pelos possuidores de capital, pelos representantes de Estados e pela maioria de *turistas*, que consumia alguma cidade que se projetava como *capital da modernidade*.

2.1 Exposições universais, acumulação e crises do capitalismo na Grã-Bretanha

Entre os mais diversos ângulos a partir dos quais se podem pensar as exposições universais dos últimos cinquenta anos do século XIX, escolhemos interpretá-las como expressões fenomênicas (considerando-se os espetáculos) da própria *conexão orgânica* entre os centros da acumulação de capital baseado na extração de mais-valor por meio da exploração do trabalho assalariado (aqueles que sobreacumulavam bens de consumo, bens de produção e capital financeiro com os resultados do processo geral de exploração do trabalho

na fábrica, na mina, no fundo agrícola e no mercado de mercadorias) e as relações de comando desses centros com as formações econômicas e sociais pré-capitalistas, marcadas pelas práticas de colonização direta (na África, Ásia, etc.), bem como pela prática de *colonização informal* em territórios com Estados independentes politicamente já estabelecidos (como na América do Sul)³⁸.

Nesse sentido, compreendemos que as exposições universais ocultavam, no outro lado da moeda das suas aparências montadas sob a forma de espetáculo, as condições objetivas dos centros e das periferias. Não apresentavam, portanto, de que modo os centros da acumulação de capital, baseados na produtividade da indústria moderna, sobreviviam das taxas de lucro extraídas da exploração do tempo de trabalho não pago (mais-valor) e da luta contínua contra os trabalhadores que pretendiam não ser miseráveis; tampouco explicitavam como esses centros recriavam nas periferias as condições necessárias para a reprodução contínua do capital. As exposições universais, em suma, não expunham que muitas vezes o resultado da materialização das condições necessárias para a subordinação das periferias aos centros era fruto de uma prática sangrenta, que se realizava com base na violência direta, no engano, na opressão, nos conflitos pelos meios de produção, nas trocas desiguais e na pilhagem dos recursos naturais pelas formas opressivas dos possuidores de capital. Mesmo que nada disso fosse discursado como aspecto presente nas exposições universais (como veremos mais à frente, por meio de depoimentos de seus organizadores), era exatamente esse o aspecto central que permitia reunir representantes, textos e amostras de produtos das diversas partes do globo.

Os espetáculos das exposições universais expressavam, tanto para as formações econômicas e sociais que poderíamos chamar de periféricas, uma resposta ao acúmulo de trocas desiguais subordinadas às ordens dos centros imperialistas, um mercado potencial para o consumo do capital excedente produzido nos centros da acumulação de capital e como territórios que abrigavam as ofertas de novos produtos (matérias-primas e meios de subsistência), necessários para alargar as trocas desiguais, a renovação da produção de mais-valor nos centros e um barateamento dos meios de subsistência para a também força de trabalho excedente, empregada ou desempregada, nos centros do mercado mundial. Num pacto de colonização direta, ou mesmo de imperialismo informal dos Estados independentes,

---

³⁸ Nossa inspiração para pensar essa compreensão das exposições universais como parte da conexão orgânica entre centro e periferias encontra-se em LUXEMBURGO, Rosa. “A acumulação de capital – uma anticrítica”. In: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e acumulação de capital**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972, p. 63-188; e HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

as exposições universais não questionavam de que modo os personagens dos centros tornavam-se frações de classes dominantes internas nos territórios periféricos ou subordinavam, via capital, a sobrevivência das classes dominantes na periferia do capitalismo à associação com eles, numa luta de domínio direto e indireto desses territórios pelos centros de extração de mais-valor³⁹. Por isso, as exposições universais podem ser consideradas como os espetáculos da geopolítica do capitalismo, uma reunião de balanço dos resultados das práticas imperialistas e de iminência de futuras expansões geográficas, uma característica difícil de ser negligenciada por nós mesmo que prevalecesse o clima de diversão no ato das apresentações dos Estados modernos⁴⁰.

Essa preparação das exposições universais como um ponto de encontro entre os centros e as periferias nos permite, agora, elencar alguns dos seus objetivos comuns na segunda metade do século XIX: celebrar o livre-comércio nos moldes das práticas imperialistas britânicas, ou mesmo (sobretudo após a partir da década de 1870) a partir da proteção dos mercados nacionais e da rivalização pelos mercados externos; dividir a apresentação do mundo entre Estados nacionais e assim delimitar qual é *o outro território* e *a outra sociedade* que se compõe como particularidade nas suas formas de produzir e fazer a vida; demarcar o processo de expansão geográfica dos centros de acumulação industrial e, nesse sentido, suas práticas de atuação no interior dos seus territórios e no mundo; delimitar as periferias; divulgar a superioridade do domínio de *povos brancos* sobre sociedades e territórios dos *povos com cor*, mesmo que o sentido de *união* fosse proclamado; demonstrar o poder bélico que os centros industriais concentravam para a segurança dos seus territórios; divulgar as invenções técnicas e as máquinas como formas de domínio da natureza necessárias para qualquer sociedade chegar à dita civilização marcada pela produtividade industrial; e fortificar ideologicamente a *hegemonia* dos países do Norte e, sem dúvidas, as

---

³⁹ Nossa inspiração para pensar essa compreensão das exposições universais encontra-se em LUXEMBURGO, Rosa. “A acumulação de capital – uma anticrítica”. In: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e acumulação de capital**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972, p. 63-188; HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁴⁰ Assim, sob o véu da pacificidade das exposições universais, ocultavam-se os obstáculos para um processo contínuo de acumulação e, não raramente, escondiam-se as guerras, as competições entre capitalistas individuais e todos os processos de violência militar que foram ou estavam sendo executados para a realização ininterrupta do processo de acumulação. Não custa recordar aqui Robert Kurz, ao exclamar que o processo de “valorização do valor” e de domínio dos outros territórios no século XIX, ambos na perspectiva sempre da geração de mais dinheiro, ocorreu, sobretudo, pela força das armas de guerra, pelo envolvimento dos centros e das periferias em guerra constante, numa “economia política das armas de fogo”, sabendo cada inimigo, interno e externo aos Estados dominantes, do poder de extermínio que estava vinculado à disputa dos territórios, dos mercados e à manutenção da ordem monetária pela exploração da força de trabalho. Cf. KURZ, Robert. **O estouro da modernidade com tostões e canhões**: inovações com armas de fogo, expansão pela guerra: uma olhada à pré-história do trabalho abstrato. Tradução de Lumir Nahodil. São Paulo: Exit/Obeco, 2012.

rivalizações intracapitalistas pelas novas partes do mundo, sendo necessário, assim, fazer das exposições universais um movimento também de encontro entre os representantes dos Estados modernos e as frações das classes dominantes dos diversos territórios.

Como adverte Immanuel Wallerstein, “sempre foi o mundo capitalista que buscou os produtos das regiões externas a ele, e não o contrário”⁴¹ – e, talvez seja possível acrescentar, que sempre também foram os centros da acumulação de capital que procuraram as periferias para absorver seus *produtos* excedentes. Em geral, cabe dizer que as exposições universais fizeram parte dessa continuidade do projeto de ininterruptão da captura e controle das periferias pelos centros da geopolítica do capitalismo. Essa prática, tida como necessária para o processo incessante da acumulação de capital, isto é, como condição para o prosseguimento da manutenção das taxas crescentes de lucros, transformava a própria organização das exposições universais em uma decorrência do mercado mundial derivado da produtividade de mercadorias geradas pela grande indústria e, na mesma medida, em luta constante desses centros pela abertura de novos caminhos – *espaços novos* que possibilitariam a venda dos excedentes, já que a produção capitalista era cada vez maior, levando ao empilhamento de mercadorias em seus estoques e ao problema constante das crises, uma vez que esse excedente era passível de desvalorização ou de destruição caso não se encontrassem formas seguras de negociação.

Sobre a produção capitalista, alertava Rosa Luxemburgo:

(...) a produção é (...) como um bêbado às curvas, cumprindo as suas funções através de altos e baixos, de instabilidade de preços e de crises. Mas a instabilidade de preços e as crises têm uma única função na sociedade: integrar a produção privada caótica num contexto mais geral sem o qual a sociedade rapidamente se desintegraria⁴².

É sobre a proposta da *integração* que o processo geral de acumulação de capital e as crises de sobreacumulação reúnem as diversas particularidades, com o clima de aparente pacificidade nas exposições universais. Antes de adentrarmos na especificidade das apresentações dos Estados modernos e territórios coloniais que estavam sendo divulgadas no plano da superfície imediata das exposições universais, nos deteremos em alguns dos detalhes do contexto de origem e desenrolar desses espetáculos. Acreditamos que esse é o caminho

⁴¹ WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. São Paulo: Contraponto, 2001, p. 36.

⁴² LUXEMBURGO, Rosa. “A acumulação de capital – uma anticrítica”. In: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e acumulação de capital**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972, p. 74.

mais indicado e que nos permitirá entender que o problema a ser enfrentado pelos centros da geopolítica do capitalismo, naquele momento, estava na busca de alternativas para superar as barreiras espaciais e temporais dos seus mercados internos a partir da expansão geográfica do mercado mundial. Essa alternativa de *maior integração* evidencia que, além de permitir ligar empiricamente as diversas partes do mundo (por meio do processo geral de acumulação de capital que buscava dividir os territórios com base nos produtos que eram oferecidos ao mercado mundial), as exposições se constituíam como uma estratégia lucrativa para os capitais excedentes dos centros da acumulação do capital durante as crises de sobreacumulação – crises que, dialeticamente, se compunham como o outro lado da moeda dos períodos anteriores, de intenso lucro, marcados pelo crescimento econômico.

Para os últimos cinquenta anos do século XIX, cabe frisar que as exposições universais foram elaboradas sob fundamentos do processo de acumulação no âmbito do mercado mundial e, sobretudo, entre duas crises de sobreacumulação que abalaram as certezas de uma produção ininterrupta, sendo necessário ainda frisar o conjunto de movimentos sociais que, em diversos momentos e lugares, se rebelaram contra os representantes do Estado e os possuidores do capital excedente. De fato, a base dos *fenômenos-eventos* das exposições universais tem, como processo histórico, pelo menos, três grandes processos impulsores daquele período: a) a crise de sobreacumulação de 1847 a 1851 e os movimentos de contestação de 1848; b) a retomada da burguesia industrial, a expansão da industrialização na Europa e o avanço do processo de acumulação de capital entre 1851 e o início da década de 1870, mesmo que não possamos esquecer a crise de 1856-1857 na Europa; e c) a grande crise de sobreacumulação entre 1873 e 1895, marcada em seu início pela experiência e repressão à Comuna de Paris e revelada pelos processos de expansão geográfica do capitalismo, sobretudo para a África e para a Ásia, como uma das saídas para essa depressão pela via das práticas imperialistas.

Intercaladas por um período de acumulação contínua de 22 anos (de 1851 a 1873), essas duas grandes crises de sobreacumulação (sem contar as diversas crises pontuais que ocorreram nos últimos cinquenta anos do século XIX) agitaram profundamente os dias no interior da Europa, principalmente as particularidades dos Estados centrais do capitalismo industrial e da colonização naquele período: a Inglaterra e a França. Ao mesmo tempo, tiveram relação direta com a expansão da grande indústria no interior do continente europeu e com a construção dos Estados Unidos da América e da Alemanha como novos centros industriais da acumulação expandida de capital ainda no último quartel do século XIX. Como

veremos, essas crises também deixaram claro o papel da expansão da periferia do capitalismo para suprir as matérias-primas e os meios de subsistência para esses centros industriais.

A relação da origem das exposições universais com o processo geral de acumulação e crises de sobreacumulação é tamanha que foi exatamente no interior dos Estados da Inglaterra e da França, territórios em que se situavam as principais forças competidoras pelo mercado mundial, que se iniciaram e se concentraram as práticas das exposições universais. Entre 1851 (ano da primeira exposição do Oitocentos, em Londres) e 1900 (ano da última exposição do século, em Paris), as principais exposições universais se constituíram como *espetáculos* normatizados, especialmente no interior das experiências espaço-temporais das cidades que também concentravam o capital nesses centros de acumulação da grande indústria. Afinal, era em Londres, Paris, etc. que se acumulavam os trabalhadores e os consumidores, além dos grandes bancos, que endividavam as periferias com seus empréstimos (Quadro 01).

Quadro 01 – Principais exposições universais entre 1851 e 1900

Data	Local	Duração
1851	Londres	1º de maio – 11 de outubro
1855	Paris	15 de maio – 15 de novembro
1862	Londres	1º de maio – 1º de novembro
1867	Paris	1º de abril – 3 de novembro
1873	Viena	1º de maio – 31 de outubro
1876	Filadélfia	10 de maio – 10 de novembro
1878	Paris	20 de maio – 10 de novembro
1889	Paris	5 de maio – 31 de outubro
1893	Chicago	1º de maio – 3 de outubro
1900	Paris	10 de maio – 8 de novembro

Fonte: Adaptado de PLUM, W. 1979; GUDEHUS, B.S & RASMUSSEN, 1992.

Tratar das principais exposições universais do Oitocentos nesses centros é, de alguma forma, também entender como a geopolítica do capitalismo estava formatada e como foi se reconfigurando naquele período de montagem das bases materiais de rivalização entre os centros de realização de mais-valor, que compunham as principais forças político-econômicas do século XIX; é, assim, compreender os métodos utilizados por esses centros para acumular mais capital e para encontrar saídas de médio prazo para os períodos da crise

de sobreacumulação, a partir do imperialismo, do domínio territorial, da expansão geográfica, do comércio do excedente de capital, e dos investimentos externos⁴³.

Ora, quando falamos que a origem das exposições universais tem como contexto o processo geral de acumulação de capital e as crises de sobreacumulação capitalista, não estamos aqui querendo negar que as práticas das exposições (locais ou nacionais) não surgiram mesmo antes disso⁴⁴. Nosso interesse está em dizer, logo a seguir, que a crise de 1847-1850 apresentava para os centros de acumulação de capital sob a lógica da valorização do valor a necessidade de outras práticas de publicidade e comparação dos resultados do mercado mundial atingidos até então. Entre essas novas práticas, estavam às propostas das exposições universais como uma vitrine de comparação entre os centros e as periferias do mercado mundial. Essas ações novas só eram possíveis por parte dos centros de gravidade econômica da geopolítica do capitalismo, mesmo que as inserções no mercado mundial fossem de interesse e de sobrevivência também dos representantes de Estado e das frações das classes dominantes na periferia do capitalismo.

Assim, as exposições universais foram edificadas pelo fato de permitirem divulgar e materializar a necessidade de intensificar o domínio das trocas comerciais desses centros com os mercados antigos (colônias, países recém-independentes, etc.) e para servir de *guia* na abertura de novos mercados. Perfazia-se como um *espetáculo* que trazia a particularidade dos Estados modernos industrializados e a extensão-inserção com outros Estados qualificado pela exportação de produtos primários exportadores, tanto como um dos instrumentos para ampliar os resultados do mercado mundial quanto como uma estratégia que servisse para sair das crises periódicas no modo de produção capitalista. Desse modo, nada melhor que reunir os possuidores de capital, os representantes dos Estados modernos e todos aqueles aptos a negociar e a aceitar o convite para participar dessa vitrine específica do imperialismo.

---

⁴³ Consideramos neste capítulo como *exposições universais principais* aquelas que ocorreram nos centros de acumulação de capital industrial, dialeticamente, nos centros colonizadores e de práticas imperialistas daquele período, locus de crise de sobreacumulação e palco das tradicionais experiências de movimentos sociais proletários. É claro que, além das exposições que aqui destacamos, outras foram realizadas. Para um quadro mais detalhado de tantas outras exposições que ocorreram no Oitocentos, cf. GUDEHUS, B.S; RASMUSSEN, A. **Les fastes du progrès: le guide des expositions universelles (1851-1992)**. Paris: Flammarion, 1992.

⁴⁴ Falamos em “consolidação” pelo fato de existirem exposições nacionais desde o final do século XVIII, na França. Com o movimento de fundação da república pela Revolução Francesa (em 1789), iniciaram-se as exposições nesse país como uma estratégia para desenvolver a indústria, o mercado interno e a educação dos trabalhadores-consumidores. No entanto, não é possível lermos as exposições universais que foram se constituindo, na segunda metade do século XIX, como mera evolução das exposições anteriores. No Oitocentos, como vamos ver, as determinações históricas da superprodução e das crises de excedentes de capital é que vão mobilizar a consolidação das exposições como feiras do mercado mundial; é a superprodução inglesa baseada nos capitalistas industriais e sua competição com a própria França que vai fazer a Inglaterra sediar a primeira exposição. Sobre um histórico das exposições, cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

A crise de sobreacumulação, entre 1847 e 1851, é um exemplo bem fulgente, especialmente para a Inglaterra e a França, desse movimento entre as ações econômicas e políticas tomadas no âmbito dos centros de acumulação, bem como de suas atitudes externas na periferia. Essa foi a dupla saída encontrada pelos representantes de Estado e os capitalistas, individuais ou em grupo, para expandir o mercado mundial, intensificar o poder dos centros de acumulação industrial, anexar outras periferias no processo de produção, envolver novos territórios para as próximas crises (tornando-as, assim, cada vez mais mundiais) e para tentar reprimir as frentes de lutas que se levantaram nesse período no interior desses Estados (sedes da grande indústria), principalmente contra o desemprego, a miséria, a segregação social, a centralização do poder político e os altos custos dos meios de subsistência nas cidades (formadas, em grande medida, por proletários, lupemproletários e camponeses expropriados)⁴⁵.

No calor dessa depressão e das contestações sociais em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels já haviam escrito que duas alternativas articuladas se apresentavam como práticas da burguesia para a superação da crise: a primeira estava em destruir uma série de forças produtivas e de produtos do próprio trabalho como uma forma de encerrar os estoques, regularizando assim parcela dos preços; já a segunda consistia na abertura de “novos mercados” consumidores para os produtos, investindo nos métodos de expansão do mercado mundial, como outra maneira de sustentar a crescente taxa de lucros. A única ideia que a cabeça dos burgueses não abrigava, alertavam os autores, era abrir mão do produto realizado sob a exploração do trabalho, dos contratos que lhes garantiam a propriedade privada e das forças econômicas que exerciam na definição das políticas e nos usos do tesouro nacional dos Estados modernos⁴⁶.

Conta Marx que dois acontecimentos econômicos, um na Inglaterra e outro na França, foram processos explosivos para as práticas tanto da burguesia como do proletariado para enfrentar a crise de 1847 a 1851. Na Inglaterra, uma crise geral econômica e da indústria afetada pelos preços de matérias-primas e grãos colocava em xeque os especuladores ferroviários, os grandes comerciantes coloniais, bancos provinciais e fábricas inglesas. Na França, a doença da batata-inglesa, as quebras das safras e o aumento do preço dos meios de subsistência para manter minimamente os trabalhadores apresentavam os limites da aristocracia financeira, como ficou bem representado pelo movimento entre proletários e

---

⁴⁵ Sobre algumas das frentes de lutas, cf. MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

⁴⁶ Idem. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pin. São Paulo: Boitempo, 2013.

burgueses contra essa aristocracia. Cabia ao proletariado lutar contra essas classes que dominavam os produtos da força de trabalho, o capital excedente, bem como as representações políticas, essas que não haviam entendido, no começo da crise, que o pânico nas finanças era apenas o presságio de uma crise nos centros da geopolítica do capitalismo⁴⁷.

Para Osvaldo Coggiola, a crise de 1847 a 1851 foi a última crise “mista”, isto é, que reuniu tanto a *subprodução agrícola* (problemas nas colheitas, no mercado de cereais, etc.) como a *superprodução de produtos industriais*, principalmente no que se referia à indústria têxtil⁴⁸. A ideia de “última” para a crise de 1846 a 1851 está ligada, ainda, com a leitura do conjunto de crises “mistadas-pontuais” que ocorreram na primeira metade do século XIX, em 1816, 1825 e 1836, e que tiveram também como epicentro a Inglaterra, abalando profundamente a França e outros países europeus produtores de matérias-primas e de meios de subsistência⁴⁹.

Internamente, na Europa, a crise iniciada em 1847 evidenciava como a divisão internacional do trabalho admitia um poder para a Inglaterra – o centro capitalista mais forte – sobre o próprio continente no que dizia respeito à compra de matérias-primas e de alimentos e à venda de produtos industrializados. Externamente, a crise demonstrava o controle da Inglaterra sobre o mercado mundial tanto nas formações pré-capitalistas quanto nos Estados

---

⁴⁷ MARX, Karl, **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012. Em outro texto já relatava Marx: “A crise comercial geral que ocorreu na Europa no outono de 1847 (...) foi acompanhada por um pânico no mercado financeiro de Londres, começando nos últimos dias de abril e alcançando seu clímax em 4 de maio de 1847. Durante estes últimos dias todas as transações monetárias foram levadas a uma completa paralisação, mas a partir de 4 de maio a pressão diminui e os negociantes e jornalistas congratulam-se sobre o caráter transitório e acidental do pânico. Poucos meses mais tarde a crise comercial e industrial europeia eclodiu publicamente, da qual o pânico monetário tinha sido apenas um sintoma e presságio”. Cf. MARX, Karl. “A crise monetária na Europa”. Tradução de Paulo Barsotti. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, nº 23, 2009, p. 133.

⁴⁸ A ideia de “crise mista” se refere ao movimento de transformação das determinações históricas da acumulação capitalista do comércio mercantil (da circulação) para os processos de produção das mercadorias (a produção de mais-valor extraída dos trabalhadores assalariados) a partir da forte concentração de maquinário. Ainda se refere ao movimento de transição entre pré-capitalismo e capitalismo. Lembra o autor que as crises pré-capitalistas estavam articuladas com “as catástrofes naturais, como geadas, enchentes, secas, pragas e epidemias, ou o envolvimento de povos em guerras”, e que a resistência do modo de produção pré-capitalista do campesinato provocava escassez e privação dos meios de subsistência, ganhando a qualidade de ser crises de “subproduções”. As crises no modo capitalista de produção, baseado na produção contínua de mercadorias para o mercado mundial, se caracterizam como crises de excedentes, de capitais paralisados em forma de dinheiro, maquinário e produtos. Se trata da crise de superprodução, gerando períodos de sobreacumulação. De forma didática, Coggiola recorre ao livro terceiro de *O capital*, de Karl Marx, para recordar que “o maquinário que não se emprega não é capital. O trabalho que não se explora não é capital. As matérias-primas que ficam inúteis não são capital. Os valores de uso (assim como o maquinário recém-construído) que não são empregados ou que ficam por terminar, as mercadorias que apodrecem nos armazéns: tudo isso é destruição de capital, e se traduz num estancamento do processo de reprodução e no fato de que os meios de produção não entram em jogo com este caráter. Tanto seu valor de uso como seu valor de troca, portanto, se perdem”. MARX *apud* COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões 1873-1896 e 1929-1939: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 61.

⁴⁹ *Ibidem*.

recém-independentes e, assim, evidenciava como a Europa dependia dessa articulação britânica, entre as particularidades dos produtos do trabalho, para manter não só a Inglaterra como o próprio mercado interno europeu⁵⁰.

A centralização da indústria na Inglaterra e na França demonstrou, no período da crise iniciada em 1847, que era necessário criar outros espaços, fornecedores de matérias-primas, para *alimentar as máquinas*, e outras fontes de meios de subsistência para explorar os trabalhadores. Essa se confirmava como uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento histórico-geográfico da própria indústria no interior da Europa. Dessa forma, para superar a falta de produtos provindos do solo e da natureza e para negociar os excedentes produzidos no plano da indústria moderna, se fazia necessário multiplicar o espaço geográfico da economia capitalista a partir da intensificação das trocas comerciais – e exatamente isso que foi feito, com as diversas formas de violência possível, pelos representantes de Estado e pelos possuidores de capital entre 1847 e 1873⁵¹.

É por isso que David Harvey, olhando de maneira retrospectiva, tem chamado essa convulsão de 1847 a 1851 não de última, mas de “primeira grande crise de sobreacumulação capitalista”, argumentando que esse colapso econômico atingiu toda a Europa com a dúvida do que fazer com os excedentes, provocou deslocamentos geográficos de novos investimentos de capitais e “fez surgir movimentos revolucionários burgueses (tendo havido uma participação um tanto importante da classe trabalhadora) em todo o continente”⁵².

Sobre a alternativa para abrandar a crise, acrescenta Harvey que a saída para essa primeira grande depressão capitalista esteve na produção de um duplo movimento: de um lado, investimentos em infraestrutura de longo prazo, “do tipo formulado nas teorias dos gastos produtivos de Estado que estavam na base da transformação de Paris por Haussmann e da ampla atenção dada a programas de transporte, de água e esgoto e de investimentos em habitação e equipamentos públicos em muitos outros países europeus”; de outro, expansões geográficas concentradas particularmente no comércio atlântico, “sendo os Estados Unidos um ponto de venda primordial”⁵³.

---

⁵⁰ “A Inglaterra exporta para os países ultramarinos desproporcionalmente mais do que todo o continente, de modo que a quantidade de exportação continental para esses países sempre depende, em cada caso, da exportação ultramarina da Inglaterra”. MARX, Karl, **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 148.

⁵¹ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

⁵² HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5ª ed. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011, p. 43.

⁵³ Ibidem, p. 43-44.

Essa dupla articulação, entre intensificação interna dos investimentos em infraestrutura (ligados à geração de novos postos de empregos e de consumidores de mercadorias nos centros de acumulação) e investimentos seguros dos excedentes em territórios no exterior, compôs dois lados de uma mesma medalha que era usada como uma estratégia concomitante para sair desse período de crise e para desenhar as novas configurações da geopolítica do capitalismo. O objetivo não estava somente em negociar os excedentes, mas na possibilidade de se produzir acréscimos finais capazes de manter uma taxa média de lucros e, desse modo, acrescentar o capital que foi investido inicialmente em matérias-primas, capital produtivo, salários e acúmulo de capital financeiro, possibilitando negócios com o capital emprestado para a construção de infraestrutura e empréstimos voltados para a criação de postos de trabalho que pudessem movimentar o consumo das mercadorias na periferia⁵⁴.

Algumas décadas depois, Engels já afirmava que a crise de 1847 e a repressão aos movimentos em 1848 constituíram a força revitalizadora da burguesia industrial, que se compôs, de forma mais clara, na potência que estava ocultada na indústria moderna da Inglaterra e da França, que seria expressada nos anos seguintes com o desenvolvimento das forças produtivas nesses territórios e com a expansão das relações sociais de produção industrial no interior da Europa. A crise produziria como resultado, nas décadas seguintes à de 1850, o processo maciço de industrialização da Áustria, da Hungria, da Polônia, da Bélgica e da Rússia, assim como os processos que formariam a futura Alemanha e, acrescentaríamos, os EUA, formando-os como fortes centros de acumulação industrial. De fato, a luta entre burguesia e proletariado, travada claramente na Inglaterra, na França e em outros pequenos centros industriais, “foi disseminada por toda a Europa e atingiu uma intensidade ainda impensável em 1848”⁵⁵.

As atitudes tomadas pelos representantes de Estado e dos possuidores de capital no interior da Inglaterra nesse período de crise nos oferece uma excelente argumentação no que diz respeito ao papel que a produção do ferro e do aço, a implantação de estradas de ferro, a exportação de ferro para a maquinaria e a construção de monumentos públicos exerceram nesse duplo movimento de superação da crise de sobreacumulação de 1847 e 1851 e, ainda mais, nos processos crescentes da taxa média de lucro até o início da década de 1870. Enfim,

---

⁵⁴ HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.p. 41-73.

⁵⁵ ENGELS, F. “Prefácio”. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélcio Scheneider. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 16-17.

as apostas estiveram voltadas para os investimentos em infraestrutura e em capital fixo, como sistemas de transporte, de comunicação, de água e esgoto, prédios, etc., necessários para a circulação do capital e do trabalho, mas igualmente uma forma lucrativa pela grande capacidade de absorção dos excedentes.

Para Eric Hobsbawm, a partir de 1840 a burguesia inglesa encontrou, na construção de estradas de ferro, um meio seguro para investir as acumulações de capitais excedentes e dar continuidade ao já bastante tecnificado território britânico. Esses investimentos, que objetivavam somente mais lucratividade não estavam todos relacionados diretamente a uma espécie de demanda efetiva; pelo contrário, argumenta-se que “muitas estradas construídas eram (...) inteiramente irracionais segundo quaisquer critérios”⁵⁶, sendo muitos dos vultuosos gastos feitos de maneira temerária, estúpida, insana e com caráter ligado aos próprios processos especulativos na reprodução do capital financeiro, ou seja, eram seguros apenas no que se referiria ao retorno do dinheiro aos bolsos da burguesia, pago pelos cofres de Estados ou por outros proprietários⁵⁷.

Junto à possibilidade de transformar os excedentes em capitais adicionados de novos lucros, no caso específico da crise de 1847 a 1851, o foco central esteve em tentar materializar o máximo de forças produtivas na formação de uma infraestrutura interna de transporte que fortalecesse o mercado interno na Inglaterra. Cabia, assim, aos gastos da burguesia em ferrovias ligar os principais pontos geográficos do território nacional com as possibilidades de oferecer rápidas linhas de circulação de matérias-primas, de alimentos, de trabalhadores, de mercadorias e de informações pela velocidade da máquina, prática que funcionava como sinônimo simbólico da *ultramodernidade*, dado aos territórios ricos em ferro e em máquinas incorporados naquele período.

No entanto, à luz de Mike Davis, é possível apreendermos que, além dos investimentos da Inglaterra no interior da Europa e nos Estados Unidos na exportação de capital produtivo, os anos posteriores a 1850 foram marcados pela expansão do imperialismo britânico para a Ásia, que aparece como um centro importador de produtos industrializados e exportador de matérias-primas e alimentos. Além disso, alerta o autor, a América do Sul

---

⁵⁶ HOBBSAWM, E. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 103.

⁵⁷ “A economia simplesmente não tinha como absorver um investimento industrial dessa magnitude [um excedente de 60 milhões por ano], e na verdade a crescente disposição de empresários calculistas em meter as mãos nos bolsos para fazer despesas nada lucrativas (como, por exemplo, os gigantescos, medonhos e caríssimos edifícios de prefeituras que as cidades do norte começaram a usar como arma em suas guerras de rivalidades, depois de 1848), atesta não só sua crescente riqueza, como também suas poupanças cada vez maiores, em excesso ao que as indústrias locais necessitavam para reinvestimentos.” Ibidem, p. 105.

inteira, incluindo o Brasil, era colônia informal da Grã-Bretanha no século XIX, com seus territórios que o padrão-ouro havia confiscado das finanças públicas, exportadores de matérias-primas importadores dos excedentes britânicos (como iremos debater no capítulo 3)⁵⁸.

Tratando especificamente da Índia e da China, Davis relata que a conquista desses territórios – que durante o século XVIII produziam a metade das manufaturas mundiais, sobretudo de tecidos, e que ainda tinham grande disponibilidade da produção de cereais – era para a Inglaterra um dos maiores resultados do imperialismo no Oitocentos e precisava ser exibida. Mas, como assinala o autor, a conquista expandiu a miséria. Após 1850, “os camponeses e trabalhadores agrícolas se tornaram drasticamente mais vulneráveis (...) quando suas economias locais foram violentamente incorporadas ao mercado mundial”⁵⁹. Davis analisa que a interpretação do que era atraso nesses territórios, pelas frações das próprias classes dominantes internas, já eram as necessidades criadas tipicamente pelas trocas desiguais entre a Grã-Bretanha e as periferias, reações às estruturas formais e informais do próprio imperialismo.

O histórico habitual da história econômica do século XIX é que a Ásia ficou paralisada enquanto a Revolução Industrial impulsionou a Grã-Bretanha, seguida dos Estados Unidos e por fim do resto da Europa Ocidental, a toda velocidade, pelo caminho do crescimento do PIB (...) Superficialmente, claro, isso é verdade (...) embora a Ásia perdeu sua predominância na economia mundial muito depois do que talvez imagine a maioria de nós (...) A desindustrialização da Ásia, pela substituição de mercadorias têxtil de fabricação local por importações de algodão de Lancashire, alcançou o clímax apenas nas décadas após a construção do *Palácio de Cristal*. A Grã-Bretanha exportou 51 milhões de jardas de tecido para a Ásia em 1831; 995 milhões em 1871; 1 bilhão⁶⁰.

Poderíamos dizer, assim, que a primeira exposição universal, a chamada *The Great Exhibition of the Works of Industry of All Nations* (conhecida como a exposição universal de Londres de 1851), usou dessas obras ferroviárias e da formação desse comércio interno na Europa, intensificado pela crise de 1846 a 1851, para colocar a Grã-Bretanha como o modelo de nação capitalista que deveria ser o ponto de partida para os demais Estados modernos⁶¹ e,

⁵⁸ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

⁵⁹ Ibidem, p. 298.

⁶⁰ Ibidem, p. 304.

⁶¹ Essa exposição foi organizada pelo príncipe Alberto (ou Henry Cole, aquele mesmo que era amigo de John Stuart Mill, esposo da princesa Vitória) e alguns dos principais financiadores seriam os próprios proprietários dos caminhos de ferro. Sobre os discursos, os preparativos e o debate sobre o financiamento das obras construídas nesse contexto para a exposição universal de Londres, cf. LEITÃO, Nicolau Andresen. **Exposições universais**: Londres 1851. Lisboa: Expo 98, 1994.

ao mesmo tempo, aproveitou para apresentar o país para os representantes de Estados e possuidores de capital como um centro mundial que anexara diversas partes do planeta, uma prova da potência que buscava fugir da crise com o discurso da “civilização” expansionista, nos termos de Edward Said, na prática de *acumular territórios* numa escala verdadeiramente assombrosa, tornando os aspectos da vida em vários lugares no mundo tocados pelas práticas imperialistas britânicas⁶².

Assim, essa primeira exposição já nascia confundida com os próprios resultados do mercado mundial e como prévia das bases imperialistas que estavam sendo montadas sobre o mundo, mesmo que se possa ainda dizer que essa exposição inaugural da burguesia surgiu bastante assustada pela abertura revolucionária de 1848 ou, como frisou Marx, pelas evidências do abismo que se estendiam por debaixo da superfície da acumulação de capital industrial, que fazia da apresentação da realidade ao público de forma tão sólida, aparências que “só precisavam pôr-se em movimento para fazer saltar em pedaços continentes inteiros de duros penhascos” pela luta dos proletários contra as classes dominantes⁶³.

Sobre a *Great Exhibition*, Marx e Engels, em 1850, já se referiam a esse espetáculo como um projeto da burguesia que, de um lado, apresentava sua capacidade ilimitada de poder e, de outro, disfarçava o fantasma da crise e dos movimentos sociais que assombrava a ordem dos representantes de Estados e das mercadorias em meados do século:

Esta exposição é uma prova contundente do poder concentrado, com a qual a grande indústria rompe por todas as partes as barreiras nacionais e confunde cada vez mais as peculiaridades locais da produção, as condições sociais, o caráter de cada povo em particular. Ao expor, concentrada num pequeno espaço, a massa total das forças produtivas da indústria moderna, precisamente em uma época em que as modernas relações burguesas já têm sido sepultadas por todos os lados, dita exposição apresenta, concomitantemente, à contemplação, o material que se produziu em meio a essas circunstâncias convulsionadas e que ainda se segue produzindo dia a dia para construir com ele uma nova sociedade. Com esta exposição, a burguesia do mundo erige na moderna Roma seu Panteão, no qual exhibe, com orgulhosa autossatisfação, seus deuses, os quais ela mesma se construiu (...) A burguesia celebra esta sua festa máxima num momento em que é iminente o desmoronamento que lhe demonstrará mais concludentemente que nunca, como se lhe têm escapado por entre os dedos as forças criadas por ela mesma⁶⁴.

⁶² SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 40-41.

⁶³ MARX, Karl. “Discurso pronunciado na festa de aniversário do People’s Paper”. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 298-299;

⁶⁴ Texto de Marx e Engels publicado no livro *Werke* [Obras], vol. 7, Berlim, 1964, citado no livro de PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX**: espetáculos da transformação sócio-cultural. Bonn: Instituto de Pesquisa Friedrich-Ebert Stiftung, 1979, p. 22-23.

O cinismo da burguesia estava em fazer da saída da própria crise de sobreacumulação, da sua própria contradição interna, um espetáculo que fizesse ocultar qualquer sentimento social de depressão econômica e repressão social posta, interna e externamente, pela Inglaterra, principalmente a partir das decisões tomadas em Londres. Com isso, realizava-se também uma cerimônia que usava e abusava dos recursos excedentes à fórmula de Londres para fazer, com altos investimentos internos em infraestrutura física, monumentos e transformações do espaço urbano que permitissem concentrar todos os visitantes e expositores num mesmo monumento para festejar as forças concentradas na Inglaterra.

A construção do sedutor *Crystal Palace* (palácio arquitetado pelo jardineiro Joseph Paxton entre 1850-1851) para abrigar as nações no Hyde Park, no coração de Londres, como uma obra de ferro e vidro ao custo de 170 mil libras, com 564 metros de altura e 124 metros de largura, que parece seduzir até os mais críticos, foi o anúncio do início dos grandes dispêndios financeiros que iriam se realizar, nos últimos cinquenta anos do século XIX, para se fazer uma exposição universal e para materializar os excedentes também na produção da geografia material de cidades da acumulação capitalista. Mesmo que nosso foco agora seja Londres, não se pode perder de vista que as exposições universais foram usadas e se envolveram em geral na produção também de um espaço urbano nas *capitais da modernidade* que as sediaram. Construções de caráter fixo ou mesmo temporário foram capazes de absorver e redefinir zonas inteiras das cidades, como veremos, em específico no próximo capítulo, com as transformações de Chicago para sediar a sua exposição universal (Gráfico 01).

Nessa esteira, os próprios investimentos urbanos já diziam muito sobre o poder dos representantes de Estado e dos possuidores de capital no mercado mundial. Como afirma Maurício Leitão, da forma como a exposição de Londres foi pensada, ela não poderia acontecer em qualquer período anterior nem em outro lugar. A Inglaterra era naqueles idos a nação mais poderosa política e economicamente no globo, “dona e senhora do mais extenso império que o mundo jamais vira e duma frota naval maior que a do resto do planeta todo junto”⁶⁵. “Os produtos da indústria britânica atingiam a América, a África e a Ásia, e parecia que o domínio inglês sobre o mundo não encontrava concorrentes”⁶⁶. Essas constatações fazem da primeira exposição universal uma imagem da força que a dominação da burguesia na Inglaterra exercia sobre o mundo.

⁶⁵ LEITÃO, Nicolau Andresen. **Exposições universais**: Londres 1851. Lisboa: Expo 98, 1994, p. 9.

⁶⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997a, p. 77.

Gráfico 01 – Investimentos nas cidades-sede das Exposições Universais

Fonte: adaptado de GUDEHUS, B.S & RASMUSSEN, A. **Les Fastes du Progrès: le guide des expositions universelles (1851-1992).** Paris: Flammarion, 1992.

Sendo assim, a *Great Exhibition* explicitaria que a Inglaterra estava no auge da reestruturação da geopolítica do mercado mundial e que seu modo de *imperialismo de livre-comércio* construído durante todo o século XIX, como concebe Giovanni Arrighi, certificava a segurança para a resolução dos problemas internos à Europa a partir da colonização direta da Ásia, do controle das rotas do Atlântico e da defesa do intercâmbio livre de mercadorias com a periferia do capitalismo, três componentes que colocavam os britânicos e a cidade de Londres como centros de controle do mercado mundial.

Nenhum governante territorialista jamais havia incorporado em seus domínios territoriais tão numerosos, tão populosos e tão vastos quanto fez o Reino Unido no século XIX. E nenhum governante territorialista jamais havia extraído à força, em tão curto prazo, tantos tributos – em mão de obra, recursos naturais e meios de pagamento – quanto fizeram o Estado britânico e seus clientes no subcontinente indiano durante o século XIX. Parte desses tributos foi usado para alicerçar e expandir o aparelho coercitivo através do qual mais e mais súditos não ocidentais foram acrescentados ao império territorial. Mas outra parte, igualmente respeitável, foi canalizada para Londres sob diversas formas, sendo reciclada nos circuitos de riqueza através dos quais o poderio britânico no mundo ocidental era continuamente reproduzido e ampliado⁶⁷.

⁶⁷ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2012, p. 54.

Basta o esforço de enumerar os organizadores da primeira exposição universal, como recomenda José Luiz Werneck da Silva, para se ter uma evidente dimensão da ligação que essa exposição assumia com as trocas mundiais. Além de Henry Cole (“o príncipe”), outros membros fariam parte da comissão organizadora da *Great Exhibition*, como “o caixeiro-viajante Richard Cobden, um dos fundadores, em 1836, da *Anti-Corn Law Association*; ou W. E Gladstone, o antigo *tory* convertido ao liberalismo e que reduziria as alfândegas a um simples aparelho fiscal; ou Robert Louis Stevenson, inventor ligado a locomotiva a vapor (...); ou John Shepard, da *East India Company* que, depois da Guerra dos Cípiaios em 1857, cederia à Coroa do Reino Unido a administração daquela dependência colonial; ou o professor J. Hopkins, presidente da *Geological Society*”. Em sua conclusão, o autor se pergunta o que levava um caixeiro, um parlamentar, um burocrata colonial e um cientista a se unirem, em 1851, para montar uma exposição⁶⁸.

Todos esses homens sabiam da necessidade de divulgar o poder que a Inglaterra tinha sobre grandes parcelas do mundo, e da necessidade de consolidar mais mercados externos, pois já tinham a astúcia de perceber que a *intensificação* dos gastos internos na Inglaterra em estradas de ferro, que resultaria na montagem de uma malha ferroviária de 9.650 quilômetros já em 1850 e na ligação de um conjunto de cidades no território britânico, não seria o bastante para absorver o excedente de capital financeiro, da produção de ferro, de aço, etc., e de desempregados, mesmo que continuasse a ser o meio mais estratégico de investimento. Sabiam também que, além das possibilidades de materializar o capital em infraestrutura de longo prazo, as construções ferroviárias criavam postos de exploração de trabalho, novos consumidores e novas formas de os empresários inverterem seu capital imobilizado em médio prazo a partir dos produtos e na diminuição do tempo de circulação das pessoas, das mercadorias e das informações nas diferentes particularidades da vida social.

“O mais óbvio escoadouro disponível que havia para esse excedente de capital era o investimento no exterior”⁶⁹, afirma Hobsbawm acerca da continuação das práticas imperialistas que buscavam, pela via da expansão geográfica, os negócios para os excedentes que dormiam nos cofres dos capitalistas ingleses. De certo modo, a mesma estratégia das estradas de ferro (e deslocamentos de capitais) criada para o interior da Inglaterra e da Europa em geral foi também uma das saídas para superar e evitar novas crises de sobreacumulação

---

⁶⁸ SILVA, José Luiz Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 1992, p. 62.

⁶⁹ HOBSSBAWM, E. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 105.

entre 1851 e o início da década de 1870, e, ao mesmo tempo, para apresentar aos demais Estados nacionais que aquela máquina que deslizava sobre os trilhos poderiam gerar lucros internos na medida em que encurtava o tempo de relação entre os territórios e possibilitava uma *integração* mais efetiva ao mercado mundial, tornando também a expansão dos trilhos uma forma de expansão das práticas imperialistas sobre uma diversidade de territórios⁷⁰.

Alguns autores, como o próprio Maurice Doob, chegam a dizer que “entre 1857 e 1865 houve uma mudança do capital britânico, que então se dirigia as ferrovias e obras públicas indianas, sendo o ferro para as estradas da Índia quase exclusivamente fornecidos por encomendas britânicas”⁷¹. Dois textos escritos por Marx em 1853 afirmavam que *o domínio britânico na Índia* apresentava a destrutividade que os possuidores de capital britânicos vinham cometendo naquele país. Esse projeto inglês, para a segunda metade do século XIX, executava na Índia a expropriação de comunidades tradicionais hindus que viviam de modo autônomo, concomitantemente à implantação do latifúndio em antigos solos cultivados por agriculturas comunitárias, à liberação de força de trabalho da agricultura indígena e da indústria doméstica para a indústria têxtil e à implantação de estradas de ferro⁷².

Mesmo que Marx tenha se equivocado sobre o futuro revolucionário que essas transformações poderiam gestar para a história dos trabalhadores hindus – dada a “missão revolucionária” da burguesia já revelada por Marshall Berman –, talvez o que se possa aproveitar dos textos de Marx são as evidências para entender a anarquia da superprodução capitalista e como o Império Britânico, naquele período após a primeira crise de sobreacumulação, alargava sua corrida por um amplo novo mercado para os produtos capitalistas, quer de bens de consumo como de capital produtivo, sendo o discurso da retirada da Índia do seu isolamento, interno e externo, uma totalitária justificativa do poder destrutivo da expansão geográfica do capital a partir do processo violento de desenvolvimento das forças produtivas e das transformações das relações sociais de produção na periferia do capitalismo⁷³.

---

⁷⁰ “A ausência de crises a partir de 1848 baseia-se na extensão do mercado mundial, que redistribui o capital supérfluo inglês e europeu em investimentos e circulação no mundo todo em diversos ramos de inversão”. ENGELS *apud* COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões 1873-1896 e 1929-1939: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009, 212p, p. 74.

⁷¹ DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 6ª ed. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. p. 363.

⁷² MARX, Karl. “O domínio britânico na Índia”. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 286-291; MARX, Karl. “Futuros resultados do domínio britânico na Índia”. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 292-297.

⁷³ A interpretação de Berman sobre o entusiasmo de Marx com os feitos burgueses é para esses textos sobre a Índia uma provocativa fonte sobre a crítica da leitura dos aspectos positivos da destruição capitalista de comunidades tradicionais para a construção de uma vida livre, possível e revolucionária. Cf. BERMAN,

O Palácio de Cristal, assinala Davis, também representava como outros territórios na Ásia, na África e na América Latina não haviam conseguido desenvolver (ou não estavam livres para desenvolver) um sistema de manufaturas artesanais no nível da competição mundial, ou mesmo como organizavam socialmente um processo de autogestão da terra e de abolição da propriedade privada dos meios de produção que desviavam do controle britânico. Oculta sob os vidros e as colunas de ferro, estava também a força militar ou a ameaça militar mobilizada caso houvessem tentativas de desenvolver territorialmente medidas que fugissem totalmente à configuração da economia do mercado mundial. Como destacava o autor, “toda tentativa séria de uma sociedade não-ocidental para implantar um projeto de desenvolvimento ou criar regras econômicas de comércio era acompanhada de uma resposta militar”, o que faria das mudanças na propriedade da terra e nos trabalhos na implantação de ferrovias um ato totalitário dos ingleses na periferia⁷⁴.

A estrada de ferro, além de ser, em si mesma, um bom negócio, se transformava numa mercadoria ainda mais requerida por intensificar as transações comerciais (quando ligada com o navio a vapor e o telégrafo a diversos portos), “encurtava” as distâncias, aumentando assim a velocidade das vendas e dos lucros, na medida que permitia comprimir o tempo de circulação das mercadorias, multiplicava os lugares de troca e fazia com que mais parcelas do mundo, de alguma maneira, se tornassem parte dessa economia. É nesse espírito que Hobsbawm arremata dizendo que “essa criação de um único mundo expandido é talvez a mais importante manifestação” desse período entre 1851 a 1875, mesmo que também enfatize as marcas trágicas deixadas pela implantação dos trilhos⁷⁵.

Nesse sentido, afirma Plum que a exposição universal de Londres, por diversos ângulos, foi produto das próprias transformações internas e externas à Inglaterra. Após a crise instalada em 1847, as práticas tomadas pelos britânicos, nos dois anos seguintes, já anunciavam o retorno do crescimento econômico no mercado mundial e o controle de médio prazo da crise, sendo a exposição uma demonstração dessa transformação das relações político-econômicas interna e externamente.

Os anos que medeiam entre 1849 a 1853 tiveram características particularmente favoráveis na Inglaterra, devido a uma expansão econômica geral. Singular relevo

---

Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁷⁴ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 305.

⁷⁵ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 59.

teve a intensificação dos investimentos em todos os setores industriais, de um modo particularmente notório na construção de ferrovias e navios bem como na exportação de capitais. A vida mercantil européia foi abarcando os países e povos mais remotos e criou nas regiões mais distantes da terra novos centros de comunicação e produção. A exposição mundial de Londres de 1851 foi a demonstração de uma transformação nas relações comerciais do mercado mundial e marcou o início de um processo, tanto de auge econômico das nações industrializadas da Europa ocidental, incluindo os Estados Unidos, como do desenvolvimento de sistemas globais de comunicação e de transporte⁷⁶.

Se a primeira exposição, em 1851, nascia no contexto de superação, a médio prazo, da crise que iniciara em 1847, pode-se dizer que a segunda exposição na Inglaterra, a chamada *London International Exhibition on Industry and Art*, em 1862, foi constituída após uma breve interrupção no processo de acumulação entre 1857 e 1858, sendo, no entanto, uma depressão pontual que, segundo Hobsbawm, não afetaria a grande expansão do capital e o extraordinário crescimento dos lucros durante a década de 1850 e o início de 1873 na Europa ocidental⁷⁷. Mesmo, assim, também foi realizada durante o período que Marx chama de “crise algodoeira”, entre 1861 e 1865, momento em que foram interrompidas as exportações de algodão norte-americano devido à Guerra de Secessão, entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos. Trata-se de uma exposição universal em meio aos altos preços da matéria-prima do algodão e da corrida britânica por essa matéria-prima na Ásia e América Latina, de modo que possibilitasse voltarem a funcionar as máquinas a todo vapor⁷⁸.

À frente da organização dessa segunda exposição estavam o próprio presidente da companhia dos caminhos de ferro de Londres (Charles Wentworth Dilke, o duque de Buckingham) e alguns dos personagens que participaram da comissão da *Great Exhibition*, como Thomas Baring, Thomas Fairbairn, J. J. Mayo, Henry Cole, etc. Os gastos de 458 mil libras, mais do que o dobro gasto na primeira exposição uma década antes, buscavam recuperar a popularidade da experiência do estilo mundializador de se fazer uma exposição no centro político-econômico do capitalismo⁷⁹. Ao mesmo tempo, Marx recorda que o número de desempregados, em 1862, já era idêntico ao de 1848. “Segundo (...) relatório dos trabalhadores algodoeiros de Lancashire e Cheshire estavam plenamente ocupados, naquele

⁷⁶ PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX**: espetáculos da transformação sócio-cultural. Bonn: Instituto de Pesquisa Friedrich-Ebert Stiftung, 1979, p. 65.

⁷⁷ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

⁷⁸ MARX, Karl. **O capital**. Vol. III/Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 94.

⁷⁹ Dados levantados por GUDEHUS, B. S.; RASMUSSEN, A. **Les fastes du progrès: le guide des expositions universelles (1851-1992)**. Paris: Flammarion, 1992, p. 71.

tempo, 40. 146 ou 11%, ocupados com tempo limitado de trabalho, 134.767 ou 38%, e desocupados, 179.721 ou 50%”⁸⁰.

Mesmo buscando fugir, na aparência, da recuperação da crise de 1848, e sem anunciar que o algodão grosseiro importado da Índia era motivo de demissões, diminuição de salários e desaceleração das máquinas de fiar, a segunda exposição universal de Londres, em 1862, realizada no Kensington Gore, ao sul do Hyde Park, fugia às normas do conforto e do espetáculo que se poderiam fazer com o capital excedente. Descreve S. J. Pesavento que essa exposição não contou com um projeto arquitetônico sedutor, confortável e transcendental ao ser comparado ao Palácio de Cristal. Na verdade, o edifício, em vez de ferro e vidro, era uma “construção pesada, com um pórtico sem ornamentos, demonstrando pouca elegância (...), era também mal-arejado e produzia um calor insuportável aos visitantes”⁸¹.

Mesmo assim, o que merece destaque além do conforto e da engenharia que geralmente ganham as atenções dos escritores, é como essas construções, para abrigar parcela das primeiras exposições universais, expressavam o deslanchamento do processo de modernização no interior da Inglaterra (construtora do mundo como sua estufa) e, concomitantemente, um espectro da modernização para as periferias do capitalismo. E, mais uma vez à luz de Marshal Berman, vemos que se trata de edifícios que tinham a função de intimidar e forçar o espectador a silenciar para sempre: “assim, vastas plateias, milhões de pessoas de todos os cantos do mundo ‘quieta e persistentemente se movem ao seu redor’, incapazes de responder de outra forma que não sim e calar-se”⁸². Ao final, os monumentos apresentavam uma aparência de indestrutibilidade do poder britânico para todos os séculos, uma demonstração de força similar àquela contra os movimentos de 1848, sinalizando a ameaça radical que seria se contrapor a esse tipo de projeto expressado em edifícios – mesmo que, após a exposição, o Palácio de Cristal tenha sido desmontado, desmanchado-se no ar como tudo que é sólido nesse mundo destrutivo.

A perda da autonomia pessoal no interior desses edifícios era sentida pela proibição de “mostrar a língua” na visita ao seu interior, como relata Dostoievski sobre o Palácio de Cristal⁸³. Mesmo assim, não era de se duvidar que a contradição também se instalasse

⁸⁰ MARX, Karl. **O capital**. Vol. III/Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 99.

⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997a, p. 111.

⁸² BERMAN, Marsall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 276.

⁸³ “Acreditam num edifício de cristal indestrutível por todos os séculos, um edifício tal que não se poderá mostrar a língua, às escondidas, nem fazer figa dentro do bolso. E eu temo esse edifício justamente porque é de

independentemente do ataque psíquico provocados pelos gigantes monumentos. Pelo contrário, muitos visitantes queriam vê-los. Berman lembra que as pessoas comuns inglesas e os estrangeiros de todos os cantos do mundo adotaram, o Palácio de Cristal, logo após a exposição universal, como local de passeio, transformando-o num espaço de reunião que já não tinha somente a ver com o espetáculo da divisão internacional do trabalho⁸⁴. Além dessa primeira experiência, como anota Walter Benjamin, no interior da própria exposição de Londres, de 1862, se realizou um encontro que contribuiu para a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), mostrando, de alguma maneira, que o crescimento econômico não estava separado dos processos de reorganização da classe que vendia sua força de trabalho, sendo a apropriação do desenvolvimento das próprias forças produtivas parte desse projeto excitante de libertação⁸⁵.

2.2 Exposições universais, acumulação e crises do capitalismo na França

Até agora tratamos, contextualmente, da origem da primeira e da segunda exposição universal ligada ao processo histórico da acumulação e das crises do capitalismo na Inglaterra, como produto das práticas internas e externas do *imperialismo de livre comércio britânico*. Atitudes semelhantes, em contexto econômico e político com seus aspectos particulares, também expressaram a origem das exposições universais como parte do projeto dos representantes do Estado moderno e dos possuidores de capital na própria França. Ligados ao projeto de acumulação interna e externa como práticas para superar a crise de sobreacumulação, iniciada em 1847, bem como as organizações sociais que, politicamente, lançaram forças coletivas bem mais fortes em Paris que em Londres, as exposições universais também foram utilizados como *internacionais da burguesia* em Paris, sendo uma parcela das ações de propagação dos resultados do imperialismo francês, bem como, das transformações de Paris como uma daquelas importantes cidades dos centros da geopolítica do capitalismo na segunda metade do século XIX.

Materializar, especular e lucrar com a implantação de estradas de ferro, além de acelerar a expansão do controle sobre distintos territórios, também foi à prática adotada pelos

---

cristal e indestrutível por todos os séculos, e por não poder mostrar-lhe a língua, nem mesmo as escondidas”. (Dostoievski citado por BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 276).

⁸⁴ Ibidem, p. 278.

⁸⁵ BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 45.

franceses. Entre as décadas de 1850 e 1870, a França focou ainda grande parcela dos seus gastos, sob as ordens do barão de Haussmann, na intensificação da *destruição pouco criativa* do conjunto de obras projetadas para reformular a configuração medieval das ruas que marcava a paisagem de Paris. Externamente, o país dava continuidade ao controle de parcelas do mercado mundial a partir de um caráter mais protecionista, diferente das atitudes de *livre mercado* tidas como prática e ideologia dos representantes da Inglaterra. No entanto, independentemente das condutas políticas internas e externas, o domínio territorial além-mar e a produção de novas configurações espaciais estiveram como projeto também para o processo de acumulação e para a saída de sobreacumulação dos possuidores de capital e dos representantes da política estatal francesa.

A derrubada da monarquia de Luís Felipe e da chamada aristocracia financeira pelo movimento unificado entre burgueses e massa de trabalhadores a favor da república, em fevereiro de 1848; a derrota dos trabalhadores em junho do mesmo ano e a divisão do poder entre a burguesia industrial e os aristocratas financeiros; o golpe de Estado de Luís Bonaparte e a implantação do Segundo Reinado, em 1851; foram, no intervalo de quatro anos, as atitudes tomadas, processualmente, pela classe dominante para recuperar a França da crise econômica e consumir um Estado a favor do auspício dos especuladores financeiros, dos donos das indústrias e dos grandes comerciantes coloniais de alimentos e matérias-primas⁸⁶.

Paris, como lugar de reunião das fábricas e, assim, do proletariado era, no mesmo instante, *ameaça* aos capitalistas e *possibilidade* de acumulação. *Ameaça* por aglomerar o conjunto de expropriados que só tinha sua força de trabalho para vender e, desse modo, nada tinha a perder (a não ser a vida) nas lutas contra as frações da classe dominante burguesa. *Possibilidade* por ser esse centro fabril-proletário também o núcleo da conexão principal da burguesia da França com o mercado mundial, cidade que deixava evidente, na sua vida cotidiana, que as “relações de produção francesas [eram] condicionadas pelo comércio exterior da França, por sua posição no mercado mundial e pelos seus limites”⁸⁷.

Esse caráter de centralização, para Walter Benjamin, torna-se ainda mais marcante quando se lê Paris a partir das *passagens*. Lugar de reunião dos diversos produtos do mundo, as *passagens parisienses* se configuravam em longos corredores que aglomeravam grandes lojas na capital da França, os chamados *magasins de nouveautés* (origem das lojas de

---

⁸⁶ MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁸⁷ Idem. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 46.

departamentos). Esses são os primeiros estabelecimentos a manter grandes estoques de mercadorias; eles “ofereciam uma seleção completa de mercadorias em várias especialidades. Divididas em setores específicos, estendiam-se por vários andares, ocupando um grande número de empregados”⁸⁸.

Os *magasins de nouveautés* eram expressões do *mundo em miniatura*, do próprio mundo expandido e controlado pelos centros da economia industrial, que estava concentrado e contemplado em um único local para o consumo. E as *passagens* são as formas urbanas que nos levam a entender como os negócios entre os representantes do Estado francês, os capitalistas industriais da França e os banqueiros estavam conectados com os cantos mais remotos do mundo, pois os *magasins* e as *passagens* se constituíam como materialidades das determinações histórico-geográficas que partiam da França – tendo nesse ponto a força da prática imperialista na periferia – para trazer as novidades dos territórios mais diversos aos corredores da cidade de Paris.

Se o “império é o estilo do terrorismo revolucionário, para qual o Estado é um fim em si”⁸⁹, se é o Estado, na representação de Napoleão Bonaparte, o instrumento de dominação interna e externa necessário, administrativamente, para a reprodução da classe dominante, a crise de meados de 1847, em Paris, apresentava, internamente, a conjuntura de poder dos especuladores e da especulação com dinheiro supérfluo que fora reproduzido nesse centro da geopolítica do capitalismo. A dúvida sobre o que fazer com os excedentes, com a queda das especulações e com o próprio dinheiro do tesouro nacional entrava como uma pauta; a outra questão estaria em como controlar os movimentos sociais, como criar empregos, usar a crise para consolidar novos grupos burgueses, inserir superficialmente a população na política formal, se sobressair nessa depressão.

A crise iniciada em 1847, dessa forma, uniu essas duas condições. E para ser amenizada precisou, primeiro, controlar os movimentos sociais internos, independentemente dos diversos métodos bárbaros: assassinando, prendendo ou exilando os trabalhadores. Intensificavam-se, ainda internamente, os investimentos dos excedentes na própria destruição de guetos e ruas de Paris – gerando empregos nos serviços e nas construções urbanas para uma massa de desempregados –, no mesmo instante em que gestava outra configuração espacial a partir da infraestrutura de transporte e de novos capitais fixos que redefiniam os novos usos de Paris. Em segundo lugar, a partir de investimentos externos em ferrovias e com

---

⁸⁸ BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 39.

⁸⁹ Ibidem, p. 40.

empréstimos de capitais disponibilizados para outras construções na periferia, a saída da crise estava casada com o processo de investimentos e fortificações a partir da própria expansão externa pela via da colonização, esta que gerava o fornecimento necessário dos meios de subsistência e matérias-primas no interior da França.

Para Harvey, os representantes da França, na busca de encontrar terrenos lucrativos para a absorção de capital excedente no decorrer da crise, em 1848, apostaram, sobretudo, na urbanização interna e nos investimentos de obra no exterior, por exemplo, no canal de Suez, que se uniram aos demais projetos que reconfiguravam espacialmente o centro e a periferia na medida em que retirava da “ociosidade” os excedentes de capital e os excedentes paralisados de trabalho:

A urbanização proporciona um caminho para resolver o problema do capital excedente. Considere o caso da Paris do Segundo Império. A crise de 1848 foi uma das primeiras crises explícitas de capital excedente e foi extensiva à Europa. Ela atingiu Paris de maneira particularmente forte e, com capital não empregado, o resultado foi uma revolução abortiva por parte dos trabalhadores desempregados e daqueles utópicos que viam uma república socialista como antídoto à ganância e à desigualdade capitalistas. Mas a burguesia, revidando violentamente contra os revolucionários, não poderia resolver a crise e o resultado foi a ascensão ao poder de Napoleão Bonaparte, que se autoproclamou imperador em 1852. Para sobreviver politicamente, o imperador sabia que deveria lidar com o problema do capital excedente e fez isso anunciando um vasto programa de investimento infraestrutural tanto interno quanto no exterior. No exterior, isto significou a construção de estradas de ferro através da Europa e descendo ao Oriente, bem como apoio para obras grandiosas como o Canal de Suez. Internamente, significou consolidar a rede ferroviária, construir portos e ancoradouros. Mas, acima de tudo, significou reconfigurar a infraestrutura urbana de Paris⁹⁰.

Ora, o projeto de abrir grandes avenidas, como rememora Benjamin, além de apresentar a intensificação do poder do capital em uma cidade que era autocongratulada como a “capital da modernidade” pelos franceses, também agia contra as barricadas que se davam nas ruas mais estreitas do tecido urbano de herança medieval⁹¹. Avenidas, esgotos, transportes, além de meras infraestruturas físicas e sociais, segregavam a vida social e as formas de usar o espaço urbano de Paris que, igualmente a uma mercadoria da fábrica,

⁹⁰ HARVEY, David. “A liberdade da cidade”. Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. **Geosp – Espaço e Tempo**, nº 26, 2009, p. 10.

⁹¹ “A atividade de Haussmann incorpora-se ao imperialismo napoleônico que favorece o capitalismo financeiro (...). A verdadeira finalidade dos trabalhos de Haussmann era proteger-se contra a eventualidade de uma guerra civil. Queria tornar-se para sempre impossível a construção de barricadas nas ruas de Paris (...). A largura das ruas tornará impossível a construção de barricadas, e novas vias ligarão em linha direta as casernas aos bairros operários”. BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 63-64.

ganhava sua qualidade sendo dominado e, assim, produzido a partir da troca pelo dinheiro, isto é, por aquilo que se podia pagar pelos pedaços e serviços e pelo consumo da cidade⁹².

Inspirado em Benjamin, Jorge Grespan interpreta que as reformas de Paris fazem parte do “jogo” da especulação financeira na destruição da antiga cidade. Espaço e tempo na cidade se transformavam a partir da força do dinheiro, das fantasmagorias construídas por essa criação sensível como representação específica do próprio capitalismo, casando a função da aceleração da circulação de capital, tal como o controle da circulação de pessoas. Nessa medida, as transformações da geografia material de Paris anunciavam as transformações temporais da própria reprodução do dinheiro e dos processos de acumulação vinculados ao capital financeiro.

Às “fantasmagorias do espaço” criadas pelas reformas urbanas de Haussmann, que substituíam o valor de uso tradicional de ruas e habitações pela qualidade fictícia de “passagens”, largas avenidas e bulevares, “correspondem as fantasmagorias do tempo”, que agora também possui uma nova qualidade: na bolsa de valores se “joga” com valores futuros, de um futuro que talvez não se realize; o presente agora vive dessa especulação, só tem sentido por ela (...). O dinheiro que financia essa especulação é aquele que também financia as reformas da cidade, as exposições mundiais, a construção e manutenção das passagens com suas vitrines, a moda. Tudo isso também para se valorizar ficticiamente, isto é, pela criação de “fantasmagorias”. Ele pode fazê-lo, porque é o “sensível supra-sensível”, é a forma privilegiada de existência do capital, de acordo com Marx⁹³.

A capacidade de especular sobre a cidade e transformar o acesso à rua e outras dimensões da vida social mediadas pelo dinheiro ganhara, com o barão de Haussman, os sentidos para a saída da crise de sobreacumulação, ao mesmo tempo que embelezava estrategicamente a cidade. Remodelar Paris, entre 1853 e o final da década de 1870, foi a estratégia para tornar crescentes as taxas de juros, para empregar a população desempregada nos projetos que haviam sido formados sobre a derrota da própria classe trabalhadora, para criar novas instituições financeiras e para manter Paris como um dos centros concentradores de acumulação sempre crescente de capital no mercado mundial.

A exposição universal de Paris, em 1855, designada oficialmente de *Exposition Universelle des Produits de l'Agriculture, de l'Industrie et des Beaux-Arts de Paris*, inaugurada por Napoleão III, marcava, com o Palácio da Indústria, a representação da recuperação do controle das contradições internas e das atuações externas do país após a crise de 1848, retomando o crescimento das taxas de lucro. Por outro lado, a exposição em Paris

⁹² LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

⁹³ GRESPAN, Jorge. “A alegoria e o símbolo: as representações da modernidade em Walter Benjamin”. In: Carlos Eduardo Machado (Org.). São Paulo: Unesp, 2014 (Prelo).

respondia de forma direta à inauguração das exposições universais pela Inglaterra, com gastos tão grandiosos como aqueles realizados na primeira exposição (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Tecido urbano produzido para as principais exposições universais

Fonte: Adaptado de PLUM, W. 1979.

A exposição apresentava uma Paris em reformas, com rastros das expropriações que, em nome do progresso, faziam da destruição do espaço urbano algo de grandioso para os visitantes liberais, defensores da monarquia, de colônias francesas ou dos recentes Estados formalmente independentes. Desde a primeira exposição universal em Londres, já havia ficado claro que organizar uma exposição tinha relação direta com a produção da geografia material das cidades. E, juntamente à característica de um evento feito com a produção do espaço urbano, Paris apresentava a inversão da canalização dos excedentes de capital financeiro em infraestrutura da cidade, fazendo da exposição de 1855 uma evidência da expulsão dos pobres do centro tradicional e, do ato da exposição em si, um grande negócio para os redesenhos da geografia material interna a fim de sustentar a reprodução das relações sociais dos novos processos de acumulação do capital. De alguma forma, não havia nenhum país-sede da acumulação de capital que não usasse as exposições universais para transformar espacialmente a cidade que as sediassem. Ao se constituir como centro dos resultados e das condições de expandir os excedentes de capital, as exposições universais construíram os valores universais do dinheiro, dos bens de produção e dos bens de consumo ligados a uma

cidade que também se constituía como uma mercadoria. “As fantasias de *Grandville* transferem para o universo o caráter da mercadoria. Elas o modernizam”⁹⁴.

Foi dessa forma que, enquanto no Palácio da Indústria com teto de vidro e vigas de ferro, em 1855, se apresentavam máquinas, matérias-primas, minérios e outras possibilidades para a expansão geográfica da divisão internacional do trabalho, Paris estava sendo, após os movimentos de 1848, inteiramente destruída de forma nada criativa aos moldes dos representantes do Estado e do capital.

Haussmann pensou na cidade como um todo numa escala mais grandiosa, anexou os subúrbios, redesenhou bairros inteiros (tal como *Les Halles*), mais do que apenas fragmentos e pedaços do tecido urbano. Ele mudou a cidade por atacado mais do que a varejo. Para fazer isto, precisou de novas instituições financeiras e de instrumentos de crédito. O que ele fez de fato foi ajudar a resolver o problema do capital excedente estabelecendo um sistema [dos gastos produtivos estatais] de melhoramentos urbanos infraestruturais com dívidas financiadas⁹⁵.

Para os possuidores de capital, não haveria outra forma que não fosse encontrar saídas temporárias e lucrativas para a absorção do seu excedente para os períodos de crise. O interessante é que, após a exposição de 1855 em Paris, Marx vai escrever, entre 1856 e 1858, um conjunto de textos tratando de uma nova crise, pontual e destrutiva, do capital na Europa, mais especificamente na França. Essa questão em relação à origem da crise para o autor já era um ponto peculiar, pois, em vez de surgir na Inglaterra, essa crise tivera início na França e isso dizia muito do contexto particular especulativo do capital financeiro pelo *Crédit Mobilier*, obcecado em especular nos diversos departamentos, com ferrovias ou produtos têxteis, cereais ou bancários, etc., sendo a própria corrida desenfreada dos especuladores franceses a causa da crise (mesmo que muitas vezes as finanças que abasteciam os bancos em toda a Europa fossem ainda, sobretudo, inglesas).

A partir dessa análise, Marx, tratando da estabilização que viviam os possuidores de capital na Inglaterra – primeiro, devido às saídas encontradas para seus excedentes em novos continentes, como a Ásia, segundo, devido ao retorno às formas mais grosseiras de especulação pelos ingleses, “visível e sem verniz” (sintomas de presságio também da própria crise de 1847-1848) –, compreende que a pilhagem do excedente em forma de dinheiro da Inglaterra, resultado das vendas em exportações, também a envolvia na conexão da própria crise francesa, mesmo que fizesse sentir a depressão de outra forma:

⁹⁴ BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 44.

⁹⁵ HARVEY, David. “A liberdade da cidade”. Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. **Geosp – Espaço e Tempo**, nº 26, 2009, p. 10-11.

Os ingleses estão propensos a se felicitar pela transferência do foco de especulação de sua ilha livre e sóbria para o continente desordenado e despoticamente conduzido; mas em seguida esquecem a intensa ansiedade com a qual observam o balanço mensal do banco da França, que influi na pilha de lingotes de ouro e prata no santuário do banco da Inglaterra; esquecem que é o capital inglês que em grande medida abastece as grandes artérias dos *Crédits Mobiliers* Europeus com o líquido divino, esquecem que o “rumor” do comércio e da produção abundantes na Inglaterra, que agora estão exaltando por ter alcançado a quantia de quase 110 milhões de libras de exportação, é o resultado direto da especulação “silenciosa” que denunciam no continente, tanto quanto a sua política liberal de 1854 e 1856 é o resultado do golpe de estado de Bonaparte⁹⁶.

“O que os políticos mais perspicazes temiam, então, era uma repetição da crise de 1825 e 1836; do que eles têm certeza agora é de uma edição ampliada não apenas da crise de 1847, mas também das revoluções de 1848”⁹⁷, assinalava Marx. Ao interpretar que o pânico instalado pela questão financeira era apenas mais um presságio de mais uma crise comercial e industrial europeia, destacava ainda a extensão dessa crise maior devido à expansão do próprio processo de industrialização no interior do continente, acelerando em rede, assim, a crise entre os centros em Berlim, Paris, Londres e Viena. Os resultados com os gastos da guerra na Crimeia, bem como com as revoltas que estavam ocorrendo na Índia, segundo Marx, alertavam para todos que a universalidade do processo geral de acumulação de capital e do poder dos bancos nessas sociedades também haviam criado a universalidade para uma revolução continental profunda, capaz de derrubar qualquer imperador. “As eleições de Paris, as detenções de Paris e os processos de Paris podem ser lidos verdadeiramente apenas considerando o estado da Bolsa de Paris, cujos distúrbios precederam a agitação eleitoral e a ela sobreviveram”⁹⁸.

Mesmo que não se refira diretamente à exibição de Paris, de 1855, Marx elabora que todo esse intervalo, entre 1847 a 1856, ficou marcado pela convicção da burguesia industrial e financeira de que a vitória sobre os movimentos de 1847 lhe possibilitaria as bases materiais acumulativas infinitas e uma sobrevivência com força total na especulação financeira, sendo a montagem ainda da política conservadora nos Estados nacionais um reforço a essa própria afirmação da estabilidade aparente do modo capitalista de produção.

E acrescenta:

---

⁹⁶ MARX, Karl. “A crise econômica na Europa”. Tradução de Paulo Barsotti. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, nº 23, 2009, p. 129.

⁹⁷ Ibidem, p. 135.

⁹⁸ Idem. “A situação da Europa” / “O estado financeiro da França”. Tradução de Paulo Barsotti. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, nº 23, 2009, p. 147. p. 146-149.

Todo o período que vai de meados de 1849 até o presente aparece, então, como um mero intervalo dado pela história para a Velha Sociedade Europeia, a fim de lhe permitir uma última exibição condensada de todas suas tendências. Na política, a adoração da espada; na moral, a corrupção geral e o retorno hipócrita às superstições desenfreadas; em política econômica, a mania de enriquecer-se sem as penas da produção – tais têm sido as tendências manifestadas pela sociedade durante suas orgias contra-revolucionárias no período de 1849-56⁹⁹.

Ora, a exposição universal em Paris, de 1855, já fazia parte dessa própria orgia contrarrevolucionária do período, ao fazer da proposta da “fraternidade universal” uma capa “pacífica” para as condições concretas do período, que não eram nada condizentes com a realidade que presenciava Paris. Na verdade, “o que distingue o presente período de especulação na Europa é a universalidade de sua violência”¹⁰⁰, a maneira como as próprias retomadas dos crescimentos das taxas de lucro após a grande crise de 1848, agiam totalitariamente sobre a forma e o conteúdo de uma cidade e da Europa pela via da própria especulação financeira, marca que, ao fundo, representava o poder dos possuidores do capital dos bancos e das indústrias e dos representantes dos Estados a favor de mais acumulação.

Para Harvey, a construção do próprio Palácio da Indústria, para a exposição universal de 1855, fazia parte das tentativas de ruptura, tanto no pensamento quanto na ação, com as ruínas dos movimentos republicanos de 1848. A ruptura proposta por Haussmann dizia respeito à afirmação do Império como única alternativa para a França, sendo a mudança na escala espacial dos projetos, largura das ruas e tamanho dos edifícios uma aplicação direta do poder do Império. No entanto, o interior do Palácio da Indústria, afirma o autor, era um “espaço cavernoso”, um presente estampado na forma de grandiosidade, bem diferente das passagens parisienses que haviam sido tão importantes para o comércio da cidade. “A forma e os materiais são os mesmos, mas houve uma extraordinária mudança de escala”¹⁰¹.

A segunda *Exposition Universelle de Paris*, de 1867, foi realizada, por exemplo, com a cidade já bastante reformulada, afeiçoada aos gostos dos especuladores urbanos, dos banqueiros e da burguesia industrial. Além disso, foi construída no período de maior crescimento econômico daqueles anos após a primeira grande crise, a de 1856-1857, e nada era mais dolorido para a classe trabalhadora que assistir a parte da cerimônia do imperialismo se realizando no mesmo *Champ-de-Mars*, um dos locais rememorados pelas barricadas e pelo massacre dos trabalhadores em junho de 1848. Além disso, na ocasião da exposição universal,

⁹⁹ MARX, Karl. “A crise monetária na Europa”. Tradução de Paulo Barsotti. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, nº 23, 2009, p. 135.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 129.

¹⁰¹ HARVEY, David. **Paris: capital da modernidade**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 25.

estavam ali pessoas da França e de outros países, como expectadores do cenário montado para apresentar aos visitantes a “capital da modernidade” em sua aparência, ou seja, a produção do espaço urbano como fantasmagoria mercadológica para as massas ávidas por espetáculo e linguagem estética.

Segundo o próprio Walter Benjamin, “a fantasmagoria da cultura capitalista alcança seu desdobramento mais brilhante na exposição universal de 1867. O império está no auge de seu poder. Paris afirma-se como a capital do luxo e das modas”¹⁰², o utopismo liberal de um domínio duradouro do capital é a canção que se apresentava na paisagem da vida urbana e no bolso dos banqueiros. Poucos da burguesia imaginavam uma crise do processo geral de acumulação de capital que paralisasse as taxas médias de lucro, que vinham sendo crescentes, mesmo aos trancos de crises pontuais, desde o início da década de 1850.

Em tom contrário ao que pensava a burguesia, de síntese das duas exposições em Paris até aquela época, afirma Harvey:

A monumentalidade mais permanente que acompanhou a reconstrução do tecido urbano (espaços e perspectivas para privilegiar a visibilidade e o acesso a importantes símbolos do poder imperial) ajudou na legitimação do novo regime. A dramaticidade das obras públicas e a resplandecência da nova arquitetura destacavam a atmosfera de intencionalidades (...) as exposições universais de 1855 e 1867 incrementaram a glória do Império (...) mas houve um declínio rápido dessa teatralidade em 1862, quando o poder imperial foi pouco a pouco diminuindo diante do poder do capital e do comércio como forças condutoras na reconstrução de Paris (...) Havia sinais mais inquietantes operando na cultura da governança e da pacificação pelo espetáculo. Por exemplo, quando Luís Bonaparte convidou os trabalhadores de vários ofícios a relatar-lhe coletivamente suas opiniões sobre as maravilhosas novas tecnologias exibidas na exposição universal de 1867, eles não se mostraram impressionados pelo espetáculo e, em vez disso, apontaram para a degradação do trabalho e dos ofícios, assim como para a inferioridade dos produtos. Concluíram, em geral, que era melhor criar associações de trabalhadores¹⁰³.

As especulações financeiras, os jogos nas bolsas de valores e as fraudes perderiam os seus efeitos reformuladores dos capitais excedentes ainda no final da década de 1860. A estratégia de produzir materialmente a geografia de Paris como saída para a crise e as barricadas em 1848, mostraria seus limites nas décadas seguintes. Enfim, as formas encontradas internamente na França para produzir mais capital a partir do excedente que estava paralisado já não respondiam lucrativamente como no início; politicamente, o assassinato do jornalista republicano Victor Noir pelo sobrinho de Luís Bonaparte, em 1869,

¹⁰² BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 45.

¹⁰³ HARVEY, David. **Paris: capital da modernidade**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 281-282 e 298.

reunindo no mínimo 20 mil pessoas no enterro, apresentava uma nova festa, agora um espetáculo ameaçador, para o império que já anunciava não se estruturar da mesma forma com a presença de uma nova crise¹⁰⁴.

Os capitalistas financeiros, os bancocratas e os capitalistas industriais não conseguiam produzir as taxas crescentes de acumulação como os capitalistas desejavam já no final dessa década. Harvey afirma que, então, estava aberto um período para novas depressões, agora aliadas ainda mais aos problemas geopolíticos intensificados entre Estados nacionais e um grande número de produtos estocados que não conseguiam ser negociados:

O sistema funcionou muito bem por uns quinze anos. Mas então quebrou em 1868. Haussmann foi tirado do poder, Napoleão III em desespero foi à guerra contra a Alemanha de Bismarck e perdeu e, no vácuo que se seguiu, levantou-se a Comuna de Paris, um dos mais revolucionários episódios na história urbana do capitalismo. O problema do capital excedente não se extingue sob o capitalismo, ele tem apenas soluções temporárias, mas com grandes impactos irreversíveis sobre a vida urbana¹⁰⁵.

Segundo Hobsbawm, “as exportações europeias, de fato, tinham mais que quadruplicado entre 1848 e 1875”¹⁰⁶, no entanto, grande parte dos negócios nesses anos de crescimento da acumulação de excedentes havia sido feita no interior da Europa, de maneira concentrada nos Estados Unidos e em padrões semelhantes nas periferias, bastante envolvidas como consumidoras dos produtos importados. O início da década de 1870 apresentava uma Inglaterra e uma França abarrotadas de mercadorias, precisando abrir linhas de navegação, expandir o transporte ferroviário e realizar investimentos na periferia do capitalismo. Não seria estranho se novos fenômenos de crise nas bolsas de valores apresentassem, como um aspecto mais profundo, uma queda tendencial da taxa de juros devido ao grande estoque de excedentes de capital e de trabalho paralisados. Com ajustes diferentes dos da Inglaterra e da França, com seus excedentes, outras potências como a Alemanha e os Estados Unidos reformulavam uma disputa pelas periferias do capitalismo, sobretudo, pelas matérias-primas que eram necessárias para a grande quantidade de produtos industrializados em marcha.

¹⁰⁴ HARVEY, David. **Paris: capital da modernidade**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 299.

¹⁰⁵ Idem. “A liberdade da cidade”. Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boecha. **Geosp – Espaço e Tempo**, nº 26, 2009, p. 11.

¹⁰⁶ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 106.

2.3 As exposições universais na grande depressão entre 1873 e 1895

Os 22 anos de crescimento econômico, mesmo marcado por crises pontuais, chegava ao fim justamente no período em que se organizava e era inaugurada a exposição universal de Viena, em 1873. Ironicamente, a crise começara exatamente naquele país. A chamada grande depressão, entre 1873 e 1895, tivera como fenômeno a quebra da bolsa de valores de Viena. As especulações e os especuladores se viram atrapalhados mais uma vez com as contradições internas provocadas pelo próprio processo contínuo de acumulação, mostrando para os representantes de Estados, capitalistas individuais e movimentos dos trabalhadores a necessidade de redesenhar as estratégias, pois para os trabalhadores já se sabia que o período de crise de sobreacumulação é o período em que existe possibilidade de ditaduras e, ao mesmo tempo, da revolução dos vendedores de força de trabalho.

Na França, antes mesmo da exposição universal de Viena, a Comuna de Paris, em 1871, se constituía como o movimento revolucionário mais radical do século XIX e que questionaria as transformações que foram impostas pelo governo de Napoleão III, associado aos capitalistas financeiros e industriais, aos banqueiros, etc. O massacre da Comuna de Paris e a manutenção da segregação social nessa cidade representaram o cruel passo que tomariam os centros da geopolítica do capitalismo nas décadas seguintes. A Comuna, na leitura do próprio Harvey, perdera pela desigual correlação de forças para os exércitos industrializados que não aceitaram a alternativa de fazer daquela cidade o centro da prática e da imaginação livre do começo da conquista revolucionária dos trabalhadores¹⁰⁷.

Entretanto, diferentemente da crise de 1847, que foi controlada nos dois anos seguintes, a crise no início da década de 1870 evidenciava que a força que derrotou a Comuna de Paris não tinha tantos controles sobre a reprodução do capital financeiro. Essa fagulha identificava um fenômeno mais profundo, caracterizado pela sobreacumulação e pela queda tendencial da taxa de lucro, que se apresentava crescente na década anterior. Falamos que a sobreacumulação tivera seu início no plano do capital financeiro por ter como fenômeno a quebra da bolsa de valores; no entanto, o processo de depressão estava articulado com a produção direta de mercadorias – na medida em que expressava, no conjunto, as dificuldades de escoamento da produção industrial excedente, a queda dos preços das mercadorias, as dificuldades para manter as taxas de lucro, o fechamento dos circuitos das trocas comerciais e, por conseguinte, o estocamento em massa de capital (de mercadorias, produtivo e de moeda),

---

¹⁰⁷ HARVEY, David. “Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination”, *Annals of the Association of American Geographers*, n° 80, 1990, p. 408-434.

agravado ainda pela falência de empresas, pelos altos índices de desemprego, pela redução de salários, etc.

Sobre a grande depressão em 1873, Coggiola nos explica tanto a origem dessa crise em Viena como seus rebatimentos na vida social de outros territórios:

A crise econômica iniciada em 1873, com o craque da bolsa de Viena, atingiu dimensões mundiais ao atingir a economia inglesa, centro indiscutido do capitalismo industrial. De imediato, o craque austríaco foi seguido de falências bancárias na Áustria e depois na Alemanha; a indústria pesada alemã acabava de conhecer, devido ao esforço provocado pela guerra franco-prussiana, com a construção de estradas de ferro e de navios, uma forte ascensão, que se emperrou com a elevação dos custos e com a baixa rentabilidade; a produção de ferro fundido caiu em 21% em 1874, e seu preço teve uma queda de 37% (...) [Na Grã-Bretanha] o número de falências aumentou progressivamente: de 7490 em 1873, para 13.130 em 1879. Em 1878 muitos estabelecimentos bancários decretaram a suspensão de pagamentos; as quedas bancárias, em vez de preceder à crise industrial, se produziram no decorrer da depressão. Os preços caíram, as exportações inglesas se reduziram em 25% entre 1872 e 1879, o desemprego cresceu de modo inédito no país pioneiro da revolução industrial (...). Nos Estados Unidos, a depressão esteve ligada à especulação ferroviária. A simultaneidade na aparição de dificuldades, tanto de um lado como de outro, da Mancha e do Atlântico, ilustra a integração das economias industriais em matéria comercial, e mais ainda em matéria de movimentos de capitais¹⁰⁸.

A crise iniciada pela quebra da bolsa de valores, em 1873, evidenciava os excedentes de capital que estavam paralisados no interior dos Estados industrializados que controlavam o mercado mundial. Contraditoriamente, a proposta para a sua saída estava nas dificuldades de expandir interna e externamente, que exigia descongestionar as rotas dos mercados a partir da criação de novos espaços na divisão internacional do trabalho. “A ampliação, intensiva e extensiva, desse mercado, colocou-se como um imperativo: ela não seria atingida, no entanto, de modo pacífico e harmonioso, mas através da concorrência econômica, de contradições políticas e de enfrentamentos bélicos.”¹⁰⁹

De fato, para manter as taxas médias de lucro, os países mais industrializados deveriam internamente intensificar o consumo, bem como encontrar alternativas para empregar a classe trabalhadora desempregada e, externamente, abrir novos mercados e novas relações na reconstrução da geopolítica do capitalismo para negociar o estoque de mercadorias em forma de capital produtivo, dinheiro, força de trabalho excedente e bens de consumo. O contexto da grande depressão, entre 1873 e 1895, construiu o que se passou a chamar de imperialismo, expressão que se refere à repartição do mapa do mundo entre as potências industriais. Também, diferentemente do domínio disparado do imperialismo de

¹⁰⁸ COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões 1873-1896 e 1929-1939: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente.** São Paulo: Alameda, 2009, p. 71-73.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 78.

livre-comércio da Grã-Bretanha, referencia-se nos novos centros, como Estados Unidos e Alemanha, a política protecionista dessas economias nacionais que usaram do Estado para defender as empresas dos possuidores de capital internos, bem como para criar acordos entre as chamadas áreas de influência nos cantos ainda não controlados e conformados como periferias do capitalismo.

Nas palavras de Hobsbawm, a grande depressão provocada pelos excedentes de capital fez do neocolonialismo da África e da Ásia uma política de abertura de novos mercados:

O período que nos ocupa é obviamente a era de um novo tipo de império, o colonial (...) Entre 1880 e 1914, e a maior parte do mundo, à exceção da Europa e das Américas, foi formalmente dividida em territórios sob o governo direto ou sob dominação política indireta de um ou outro Estado de um pequeno grupo: principalmente, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, EUA e Japão. As vítimas desse processo foram, até certo ponto, os antigos impérios europeus pré-industriais sobreviventes da Espanha e de Portugal, o primeiro mais que o segundo, apesar das tentativas de estender o território sob seu controle no noroeste africano (...) Duas regiões maiores do mundo, para fins práticos, foram inteiramente divididas: África e Pacífico. Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, então totalmente distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e – ainda em escala modesta – japoneses¹¹⁰.

Hannah Arendt afirma que a burguesia havia percebido que os processos (e os métodos) violentos da “assim chamada acumulação primitiva” precisavam também se reproduzir constantemente para que o motor da acumulação de capital em geral não morresse de repente. Era necessário não perder de vista o controle e a expropriação contínua das sociedades periféricas e redefinir a cartografia das novas fontes de matérias-primas, do uso compulsório da força de trabalho e da expansão do crédito, este último estratégico para promover a produção e a circulação do dinheiro supérfluo.

A expansão imperialista havia sido deflagrada por um tipo curioso de crise econômica: a superprodução de capital e o surgimento do dinheiro “supérfluo”, causado por um excesso de poupança, que já não podia ser produtivamente investido dentro das fronteiras nacionais. Pela primeira vez o investimento de poderio não abria o caminho ao investimento de dinheiro, mas a exportação do poder acompanhava os caminhos do dinheiro exportado, seguindo-o de perto, visto que investimentos incontrolados nos países distantes ameaçavam transformar as vastas camadas da sociedade em meros jogadores, mudar toda a economia capitalista de sistema de produção para um sistema de especulação financeira, e substituir os lucros da produção por lucros de comissão. Na década imediatamente anterior à era

---

¹¹⁰ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 99-100.

imperialista, os anos 70 do século XIX, aumentaram de fato – e sem precedentes – as falcaturas, os escândalos financeiros e a jogatina no mercado de ações¹¹¹.

De certa forma, a crise entre 1873 e 1895 colocava um limite para as práticas mundiais do livre-comércio anunciado pela Inglaterra, mesmo que esse país usasse tal proposta até o fim do século. O limite estava na própria condição histórica da industrialização de outros países, economias nacionais que haviam se industrializado durante o século XIX, passando a rivalizar por territórios e disputar entre si os mercados, o controle das rotas de matérias-primas e dos meios de subsistência na periferia do capitalismo. Sem dúvida, um dos marcos para esse momento esteve na composição de uma reconfiguração da geopolítica do capitalismo a partir da Conferência de Berlim (1884), momento em que se redivide a África e a Ásia entre os representantes do capital e do Estado da Inglaterra e da França, abrindo nessa proposta neocolonialista um “espaço novo” para a ampliação do capital e da barbárie contra as populações locais¹¹².

Para Davis, o redirecionamento da Grã-Bretanha estaria nos investimentos do imperialismo de livre-comércio para a África e a Ásia, sobretudo a Índia: “As expropriações da riqueza da Índia e da China não foram essenciais para a hegemonia da Inglaterra, mas foram absolutamente cruciais para adiar seu declínio”¹¹³. O autor assinala ainda que grande parte da produtividade das novas potências (Estados Unidos e Alemanha) e o protecionismo usado por esses novos centros com as periferias do capitalismo ameaçaram os possuidores de capital da Grã-Bretanha nas disputas por novos mercados. No entanto, todos usaram da expansão geográfica para fazer da grande depressão um período de grande expansão das potências imperialistas.

Durante o prolongado período de crescimento intermitente de 1873 a 1896, a taxa de formação de capital e de aumento de produtividade tanto de mão-de-obra quanto do capital na Grã-Bretanha começou a apresentar uma dramática redução de velocidade. Permaneceu amarrada a produtos e tecnologias obsoletas, enquanto por trás de suas barreiras tarifárias a Alemanha e os Estados Unidos forjaram a liderança nas determinantes indústrias do petróleo, química e elétrica. Com as importações britânicas e o investimento estrangeiro continuaram dinamizando o crescimento local da Austrália à Dinamarca, a potencial “tesoura” entre produtividade e consumo do Reino Unido ameaçou toda a estrutura do comércio mundial (...) A Grã-Bretanha tinha em suas transações com a Índia e a China enormes excedentes anuais que lhe permitiam sustentar déficits igualmente grandes com os Estados Unidos, a Alemanha e Domínios brancos. É verdade que a Grã-Bretanha também tinha

¹¹¹ ARENDT, Hannah. “Imperialismo”. In: **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 201-202.

¹¹² DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

¹¹³ Ibidem, p. 306.

pequenos lucros com o transporte marítimo, seguros, atividades bancárias e investimento estrangeiro¹¹⁴.

Para Davis, um dos impactos da grande depressão de 1873 a 1895 foi, para as periferias do capitalismo (também chamado de “prototerceiro mundo”), o endividamento de grande parte dos pequenos camponeses, ou mesmo sua ruína, ao serem forçosamente incorporados com seus produtos tropicais ao mercado mundial, enfraquecendo a soberania alimentar que ainda lhes restava: “Entre 1875 e 1900, anos que incluíram as piores fomes da história indiana, as exportações anuais de grãos aumentaram de 3 milhões para 10 milhões de toneladas”¹¹⁵. Os baixos preços de grande parte dos produtos tropicais no último quartel do século XIX, combinados com impostos altos, dívidas externas crônicas, proibição de acesso a recursos comuns, etc., criaram uma adversidade à subsistência. Diferentemente do que se poderia pensar da incorporação de fragmentos do território ao mercado mundial como motivo de desenvolvimento, afirma Davis que “a integração de milhões de agricultores tropicais no mercado mundial durante fins do século XIX foi acompanhada de uma drástica deterioração em suas relações de comércio”¹¹⁶.

A Índia, claro, foi o maior mercado cativo da história mundial, subindo do terceiro para o primeiro lugar entre os consumidores de produtos britânicos no quarto século depois de 1870 (...) A Índia foi obrigada a absorver o excedente de produtos industriais cada vez mais obsoletos e não competitivos da Grã-Bretanha (...) O comércio externo da Índia transportado por mar aumentou mais de oito vezes entre 1846 a 1886. Além do cultivo de ópio em Bengala, novas monoculturas de exportação de índigo, algodão, trigo e arroz ocuparam milhões de hectares de cultura de subsistência. Parte dessa produção, claro, destinou-se a assegurar-se os baixos preços dos grãos na metrópole, após a ruína financeira da agricultura inglesa na década de 1870. Entre 1875 e 1900, anos que incluíram as piores fomes da história indiana, as exportações anuais de grãos aumentaram de 3 milhões para 10 milhões de toneladas¹¹⁷.

O fortalecimento da industrialização da Suécia e da Rússia, a transferência de bens de produção estocados para algumas antigas colônias e, principalmente, a posição da formação de novos centros da geopolítica do capitalismo, como é o caso da Alemanha e dos Estados Unidos, marcavam a expansão do desenvolvimento das forças produtivas e da criação das condições necessárias para a ampliação da acumulação do capital, expressando como o nível de produtividade e a saturação dos mercados alargavam novas práticas imperialistas

---

¹¹⁴ Ibidem, p. 306-308.

¹¹⁵ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 309.

¹¹⁶ Ibidem, p. 300.

¹¹⁷ Ibidem, p. 309.

com a colonização direta e indireta. A expansão territorial de países que faziam parte do centro da acumulação expandida (como a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e os Estados Unidos) para além-mar, no último quartel do século XIX demarcava o novo desenho político-econômico competitivo dos centros da acumulação de capital.

Hobsbawm dá uma ideia dessa expansão geográfica:

A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de 10 milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de 9, a Alemanha conquistou 2 milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente, da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade à custa da China, da Rússia e da Coreia. As antigas colônias de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados; a Espanha, mesmo sendo perdedora líquida (para os EUA), ainda conseguiu tomar alguns territórios pedregosos no Marrocos e no Saara Ocidental. O crescimento da Rússia Imperial é mais difícil de avaliar, pois todo ele se deu em territórios adjacentes e constituiu o prosseguimento de alguns séculos de expansão territorial do Estado czarista; ademais, como veremos, a Rússia perdeu algum território para o Japão. Dentre os principais impérios coloniais, apenas o holandês não conseguiu, ou não quis, adquirir novos territórios, salvo por meio da extensão de seu controle efetivo às ilhas indonésias, que há muito possuía “formalmente”. Dentre os menores, a Suécia liquidou a única colônia que lhe restava, uma ilha das Índias Ocidentais, vendendo-a à França, e a Dinamarca estava prestes a fazer o mesmo – conservando apenas a Islândia e a Groelândia como territórios dependentes”¹¹⁸.

O que se convencionou chamar de imperialismo, a partir de 1870, na verdade traduzia a maneira como no interior desses Estados nacionais se monopolizava a acumulação de capital e se fazia das expansões geográficas um ato de terror dos capitalistas individuais a favor de seus capitais, ou mesmo a favor dos grupos de capitalistas que montavam organizações com o fito de monopolizar os mercados de produtos industriais e de matérias-primas, usando representantes de Estados como demonstração nítida de que, com o *terceiro elemento da relação entre capital e trabalho*, como atesta Alisson Leandro Mascaro¹¹⁹, a forma política estatal aparecia como um definidor da ordem mundial da produção e da circulação de capital nos territórios.

Nas palavras de Coggiola, a grande depressão teve, nesse período, a rivalização entre os Estados nacionais como o outro lado da moeda do processo de acumulação de capital:

A crise abriu espaço para a crescente monopolização das economias nacionais, e permitiu a intensificação da expansão imperialista, acirrando a tensão entre as grandes potências capitalistas. Os limites do liberalismo econômico apareceram definitivamente. A teoria do *laissez-faire* triunfou enquanto perduraram as condições históricas favoráveis à adoção de uma política e uma economia liberais.

¹¹⁸ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 101-102.

¹¹⁹ MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

Na Grã-Bretanha de meados do século XIX, mais do que em qualquer outro país do mundo, essas condições se fizeram presentes, até que a Grande Depressão dos anos 1873-1896 a atingiu, como havia alcançado todos os demais países ou colônias integrantes do sistema econômico capitalista. A expansão geográfica do capital e a exploração de mercados externos, dando início ao imperialismo capitalista, foi a solução encontrada pela Europa para a crise (...). A rivalidade levou as empresas a dividir o globo entre reservas formais ou informais para seus próprios negócios, mercados e exportações de capital, processo também devido à crescente não-disponibilidade de matérias-primas na maioria dos próprios países desenvolvidos. As novas indústrias demandavam petróleo, borracha, metais não-ferrosos. A nova economia de consumo demandava quantidades crescentes não apenas de matérias-primas produzidas nos países desenvolvidos, mas também daquelas que não podiam produzir¹²⁰.

Como veremos no próximo capítulo, a entrada dos Estados Unidos como potência imperialista, após a guerra civil entre os representantes dos estados do Norte e do Sul do país, foi fortalecida, principalmente, pela exportação de capital da Grã-Bretanha para esse país e pelo desenvolvimento da agricultura mecanizada, de uma indústria de bens de produção e bens de consumo desenvolvida nos Estados Unidos com a composição de um território qualificado pelo seu caráter agrário exportador e pela grande indústria, que teria como base o próprio capital financeiro excedente que buscava saídas seguras nos investimentos americanos. Acrescente a esse processo outro paralelo, o do número de imigrantes que procuravam os Estados Unidos para se tornarem trabalhadores ou “proprietários das terras soltas no Oeste”, ou mesmo para investir seus capitais no novo centro imperialista que se constituía no chamado Novo Mundo.

A *Exposition Universelle de Paris*, em 1878, nos aparece como um bom exemplo da continuidade contextual da dita “capital da modernidade” como sede das exposições universais e, ao mesmo tempo, das evidências do contexto da segunda grande crise de sobreacumulação. É a primeira exposição após a queda da monarquia, após a catástrofe genocida da Comuna de Paris, da derrota da guerra Franco-Prussiana no começo da década de 1870 e da segunda onda colonizadora fomentada pela França após o início da grande depressão.

No clima de crise carregado de autoritarismo, já disse Luis Ángel Sánchez Gómez que essa exposição tinha o objetivo de expandir a ideologia da civilização e os valores da Terceira República, dar novo impulso à industrialização interna, ampliar o número de empregos a partir da implantação de infraestrutura de transporte e recuperar a posição de

---

¹²⁰ COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões 1873-1896 e 1929-1939: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente.** São Paulo: Alameda, 2009, p. 81.

potência colonialista europeia no âmbito geoestratégico internacional, hegemonia colocada em xeque durante os acontecimentos revolucionários da Comuna de Paris¹²¹.

A força dessa exposição de 1878, ainda destaca o autor, estaria em apresentar para os “cidadãos” franceses e de demais países que a perda dos territórios de Alsácia e Lorena para a Alemanha não diminuía o poder da França sobre o mundo, destacando na exposição universal o poder que o país possuía em territórios além-mar, como Argélia, Marrocos, Egito, etc. Essa ideia de montar a “seção colonial” atingiu, depois desse evento, maior detalhe das exposições de 1889 e 1900, em Paris, como a representação de uma reconsolidação entre o poder político-econômico da França e os domínios territoriais de sociedade de além-mar.

A sessão colonial das exposições universais, de 1878 até o final do século XIX, apresentava como a França e as grandes potências, além de manterem alguns de seus territórios coloniais, prosseguiram na busca de outras colônias e das chamadas áreas de influência. O avanço para a tomada da Ásia e, principalmente, da África demonstrava a rápida expansão geográfica e o casamento entre colonialismo e especulação na bolsa de valores, dos novos investimentos financeiros na periferia e da nova divisão do trabalho em escala internacional. Esse “violento movimento de recolonização do planeta permitiu ao capitalismo sair da grande depressão”¹²².

Mais de duas décadas de crise não significaram, assim, uma saída solidária para os expropriados dos meios de produção na periferia do capitalismo. Na interpretação de Mike Davis, o período de 1876 até 1896 ainda se apresenta para os críticos do imperialismo como uma *história secreta* no que se refere ao conjunto de assassinatos que poderiam ser evitados, mas foram gestados pela força da Inglaterra em suas colônias, sobretudo na Índia, no período de três grandes secas que ocorreram, ligadas à crise do próprio imperialismo inglês.

A contradição da sobreacumulação esbarrava assim com a fome generalizada no período da grande depressão. As ferrovias implantadas no Oitocentos só serviram para drenar as riquezas naturais, os produtos agrícolas produzidos com a exploração do trabalho, utilizar o território para os investimentos em canais, mas não evitaram a morte de 29 milhões de pessoas no último quartel do século XIX. Se as crises de sobreacumulação incorporavam os novos territórios a partir das ferrovias, das fábricas, dos investimentos em obras urbanas ou mesmo da agricultura tecnificada na periferia, Mike Davis argumenta que foi exatamente

---

¹²¹ SÁNCHEZ GOMEZ, Luis Ángel. “Ciencia, exotismo y colonialismo en la exposición universal de Paris de 1878”, *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. 28, 2006, p. 191-212.

¹²² COGGIOLA, Osvaldo. *As Grandes Depressões 1873-1896 e 1929-1939: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 85.

devido a essa violenta incorporação, marcada pelo discurso da retirada da Índia do isolamento, que milhões morreram na transição do século XIX para o século XX¹²³.

“O caminho para a nova ordem mundial vitoriana era pavimentado com os corpos dos pobres”¹²⁴, talvez seja assim que Mike Davis nos explique como a Inglaterra continuou, até o final do XIX, como um centro da geopolítica do capitalismo que sobreviveu pela ideologia do progresso e pela prática do imperialismo de livre-comércio, mesmo que não sediasse mais nenhuma exposição universal no último quartel do século. As principais exposições universais continuariam a se concentrar na França, ganhando o destaque dos pesquisadores a exposição de 1889 (aquela da torre Eiffel), e migraram para os novos centros do imperialismo, como foi o caso dos Estados Unidos da América e a Alemanha. Esta última, mesmo se formando como um grande centro industrial e financeiro do século XIX, ganhou destaque nas exposições pelas suas participações, havendo ainda sediado uma exposição em Berlim, em 1892. No último quartel do século XIX, as bases materiais capitalistas estavam consolidadas e ficariam mais bem explícitas na necessidade das coligações entre os possuidores de capital e os representantes de Estados, mesmo que, nas décadas posteriores, os mesmos Estados formassem as frentes opostas de batalhas da Primeira Guerra Mundial.

Dessa forma, dizer que as exposições universais se constituíam derivadas do processo de acumulação de capital e de grandes crises de sobreacumulação que se originaram, fortemente, no interior dos centros industriais e financeiros europeus e norte-americanos é avançarmos para interpretar que elas se compuseram, na verdade, como um conjunto de *espetáculos* que acompanhava a escala ampla do movimento da geopolítica do capitalismo no final do Oitocentos, tempo caracterizado por Hobsbawm como tendo ao menos um forte aspecto: a divisão nítida do planeta a partir da construção de dois mundos, *um mundo rico e detentor da indústria moderna*, movimentado pela propriedade privada da máquina, da terra, do trabalho assalariado e dos capitais bancários¹²⁵, e *outro mundo, periférico, qualificado principalmente pela produção primária*, como a de alimentos e matérias-primas, marcado fortemente por relações de trabalho compulsório e pela depredação, sendo ainda esse *segundo mundo* assinalado pela condição direta de subordinação potencial ou real ao primeiro, quer quando se pensa nas possibilidades de sua expansão da acumulação interna (e manutenção das

¹²³ DAVIS, MIKE. **Holocaustos coloniais**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

¹²⁴ DAVIS, MIKE. **Holocaustos coloniais**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 20.

¹²⁵ Esse *primeiro mundo* se trata da minoria de países com fortes economias industriais que se constituíram no século XIX, como a Inglaterra, a Bélgica, a França, a Alemanha e os Estados Unidos. Cf. HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**, 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

frações da classe dominantes), quer quando se trata dos processos iniciais de industrialização e de modernização de seus territórios (e a construção de uma classe detentora dos meios de produção da indústria moderna na periferia), sem falar de todos os atos de exploração da força de trabalho e da violência com os modos pré-capitalistas que resistem ao desenvolvimento das forças produtivas¹²⁶.

O contexto em que se realizam as exposições universais é a época do início da sobreacumulação de capital. Faz parte da era em que a burguesia, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, do domínio dos meios de produção, do arsenal industrial bélico, da reprodução de capital financeiro, da grande produção de mercadorias de bens de consumo e dos grandes jogos com a bolsa de valores na produção de capitais especulativos, tentava encontrar meios seguros para expandir constantemente as trocas comerciais e abrir novos mercados para a acumulação crescente de capitais. Assim, como veremos na seção seguinte, a quantidade de mercadorias produzidas, as invenções das máquinas-ferramentas, a antecipação de máquinas para o processo de produção, as novas matérias-primas, a abertura em geral de novos mercados e as práticas ideológicas de defesa dos impérios exigiam novos adoradores das fantasmagorias que estavam pregadas nos livros, relatórios, catálogos, mapas, nas amostras de mercadorias e de produtos da natureza, tudo selecionado e exposto com os interesses utilitários para a expansão geográfica do mercado mundial.

2.4 Abastecendo os arquivos imperialistas com produtos intelectuais

O efeito imediato da elaboração da seção anterior é a seguinte afirmação: independentemente das exposições universais, havia uma geopolítica da acumulação de capital que tinha como centro de domínio os possuidores de capital e os representantes de Estados que sediavam, concentravam e se apropriavam do mais-valor extraído da produção com base na grande indústria moderna e dos jogos financeiros especulativos. No entanto, esse excedente da produção e da circulação de mercadorias providas das potências imperialistas, numa relação inexorável com as periferias do capitalismo, não surgia separado da produção de conhecimentos intelectuais. Se “pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo”, assinala também Marx “que das

---

¹²⁶ De certa forma, esse segundo mundo não guarda uma coerência histórica em si mesmo, diferindo muito nos variados aspectos sociais, além dos quadros naturais, e sendo sua posição de controle e subordinação aos centros industriais e colonizadores sua principal dimensão de proximidade comparativa; enfim, ele se refere ao conjunto de territórios colonizados, formal ou informalmente, que se integrou na divisão internacional do trabalho controlada pelos centros industriais. Cf. HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

numerosas literaturas nacionais ou locais nasce uma literatura universal”¹²⁷. E é sobre essa relação entre imperialismo e produção intelectual elaborada e enviada para as exposições universais, como mais um aspecto, agora cultural, dos impulsos da acumulação e da sobreacumulação dos centros imperialistas, que trataremos nesta seção sobre um dos primeiros papéis das exposições universais.

Antes mesmo de tratarmos do espetáculo em si das exposições universais, torna-se necessária evidenciá-las como centros de escoamento da produção de conhecimentos dos cantos mais remotos do mundo. Produtos que poderíamos chamar de intelectuais ou da cultura (pelo seu nível de refinamento escrito, na forma de livros, catálogos, relatórios, inventários, mapas, etc.) eram, antes dos casos específicos, formas de pensar estabelecidas pelos centros imperialistas para as periferias. Esses produtos intelectuais, assim, faziam parte do *mercado de ideias* que estava interligado, sobretudo, para as frações de classes dominantes das periferias do capitalismo com o avanço da expansão geográfica e da ocidentalização do mundo.

Hobsbawm já havia alertado que:

o que o imperialismo trouxe às elites efetivas ou potenciais do mundo dependente foi, portanto, essencialmente a ocidentalização. Esse processo já estava, sem dúvida, em curso há muito tempo. Por várias décadas fora claro, para todos os governos e elites confrontadas à dependência ou à conquista, que eles tinham que se ocidentalizar, caso contrário desapareceriam. De fato, as ideologias que inspiraram essas elites na era do imperialismo datavam dos anos entre a Revolução Francesa e meados do século XIX, como quando revestiram a forma positivista de Auguste Comte (1798-1857), doutrina modernizadora que inspirou governos do Brasil, do México e do início da Revolução Turca¹²⁸.

Nessa aproximação entre imperialismo e produção intelectual, Octavio Ianni interpreta que as difusões e as aceitações das formas de se fazer ciência a partir das potências imperialistas faziam parte da reprodução da subordinação das periferias frente aos centros produtores de excedentes e da entrega dos excedentes de recursos e de produtos das periferias: “Daí a importância das idéias e concepções, doutrinas e teorias, com as quais se codificam, legitimam e reproduzem as relações, os processos e as estruturas de dominação política e apropriações econômicas nesses países [periféricos]”¹²⁹. Dessa forma, esses produtos intelectuais, intitulados pelo autor como “cultura imperialista”, “aspectos da cultura imperialista”, “produção cultural de cunho imperialista” ou “indústria cultural do

¹²⁷ MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 43.

¹²⁸ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 128-129.

¹²⁹ IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 7.

imperialismo” eram parcelas ideológicas da acumulação de capital entre as classes dominantes dos centros e das periferias na medida que ofertavam informações gratuitas aos moldes das potências imperiais.

Nessa perspectiva, a partir do conjunto de escritos escoados para as exposições universais era permitido compor um estoque de conhecimento que, primeiro, evidenciava o resultado da expansão do mercado mundial, os alcances da produção capitalista da grande indústria, as anexações que os centros do capitalismo conseguiram realizar nos “planetas” *pré-capitalistas* e nas *economias intermediárias* a partir das trocas comerciais, dos investimentos em forças produtivas já implantadas e dos domínios diretos dos recursos naturais nos territórios; segundo, tinham a função de apresentar as *condições prévias* para a renovação contínua da reprodução da acumulação ampliada de capital nos centros e, sobretudo, na periferia do capitalismo. Na medida em que localizavam a situação do excedente de trabalho que poderia ser explorado, os novos mercados estavam ou poderiam ser abertos a partir daqueles encontros, alargando as projeções sobre o aperfeiçoamento de novas capacidades produtivas, novas extrações de recursos naturais, novos centros de escoamento da produção e da mobilidade da força de trabalho em outros territórios, que poderiam ser promovidos pelos investimentos dos excedentes no exterior.

Mesmo que existissem oscilações entre o crescimento (ou desintegração) de seções, de classes e de grupos, a divisão dos assuntos (ou mesmo a diversidade de livros, catálogos, relatórios, inventários, mapas que escoaram para as exposições) trataria de todos ou de ao menos alguns temas-chave. Predominava a divisão entre a) *produtos brutos*, concebidos como produtos de minas e pedreiras, químicos e farmacêuticos, alimentos, materiais vegetais e animais empregados na manufatura, todos os outros produtos da natureza ainda não comercializados; b) *máquinas*, como os produtos da mecânica naval, as locomotivas e vagões de ferrovia, as ferramentas utilizadas na manufatura, máquinas-ferramentas, sistemas técnicos ligados à mecânica, à engenharia civil, militar e elétrica, máquinas e instrumentos para arquitetura e horticultura, instrumentos científicos, instrumentos de matemática, de física, de música e os materiais da indústria bélica; c) *produtos manufaturados e industrializados*, como tecidos, fios, linhas, tinturas, joalheria, produtos cerâmicos, decorativos, substâncias minerais e vegetais industrializadas e demais objetos confeccionados com pouco uso de mecânica e muito dispêndio de energia humana, como mesas e objetos de madeira; e d) *belas-artes*, entendidas como produtos de manufaturas diversas, como esculturas, modelos de roupa, de artesanatos e outros produtos locais, decoração de ruas, pinturas, fotografias, álbuns, livros, mapas e demais confecções que representavam o refinamento das criações humanas e as

formas de fazer a vida nos territórios. Também faziam parte as bandas de música, as danças, os cultos que particularizavam as sociedades e até mesmo a exposição dos próprios “corpos primitivos” dos delinquentes do darwinismo sociais.

Apenas para apresentar alguns números (mesmo que não pretendamos nos perder neles) sobre a expansão das seções, das classes e dos grupos, listamos aqui, rapidamente, as quantidades ampliadas das fragmentações que formataram as exposições universais: a *Great Exhibition* de 1851, por exemplo, desenhou sua exposição em 4 seções e 30 classes; a exposição universal de Paris de 1855, em 8 seções e 30 classes; a exposição universal de Londres de 1862, em 4 seções e 40 classes; a exposição universal de Paris de 1867, em 10 seções e 95 classes; a exposição universal de Viena de 1873, em 26 classes; a exposição universal da Filadélfia, em 1876, tinha 7 seções e 340 classes; a exposição universal de Paris de 1878, 9 seções e 90 classes; a exposição universal de Paris de 1889, 9 seções e 83 classes; a exposição universal de Chicago, 12 seções, 172 grupos e 917 classes; e a exposição universal de Paris de 1900, 18 seções e 121 classes¹³⁰.

O estoque de fontes de conhecimento sobre esses grandes temas no mundo, guiando-nos no pensamento de Simon Kuznets, eram as fontes externas necessárias para o crescimento das taxas de lucro dos centros, assim como os fluxos internacionais de matérias-primas e capital, de trabalhadores e de guerras¹³¹. As exposições universais não tratavam, dessa forma, somente de mostrar o mundo, mas, peculiarmente, de mostrar o mundo como uma mercadoria especializada e hierarquizada pelas forças político-econômicas dos territórios da indústria moderna, expressa nas *latitudes da dominação* postas na própria narrativa sobre as riquezas dos territórios, a seleção dos produtos, a localização da produção, dados de importações e exportações, etc.

Os centros da indústria moderna, na ânsia para produzir a dita “*história da civilização*”, que faz o inventário das formas de vida e das criações da humanidade ponto a ponto¹³², também fizeram das exposições universais um centro de empilhamento dos documentos produzidos pelos diversos expositores de distintos países. Pregados a esses documentos estavam fatos, nomes de representantes estatais, nome de localidades, listas de produtos da natureza, do artesanato, da manufatura, da indústria moderna, descrições sobre

¹³⁰ Dados de divisão entre seções e classes, de cada exposição levantados por GUDEHUS, B. S. ; RASMUSSEN, A. **Les fastes du progrès: le guide des expositions universelles (1851-1992)**. Paris: Flammarion, 1992.

¹³¹ KUZNETS, Simon. **Modern Economic Growth: rate, structure and spread**. New Haven: Yale University Press, 1966, p. 285-286.

¹³² BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 53.

cada peça exposta, preços e leis de terra, extensão das linhas de ferrovias, dados evolutivos sobre a balança comercial do Estado, destacando, cada tipo de produto, além do crescimento da população disposta a trabalhar, dos detalhes étnicos, etc. – tudo, enfim, que se poderia conceber como informação necessária para detalhar as *riquezas das nações* e comparar as *formas de fazer a vida* nos diversos territórios.

Cabia aos produtores de conhecimentos para as exposições, nas palavras de Plum, “a tarefa de abranger a existência do homem em sua totalidade e de expor, em grandes estudos empíricos, o sentido da história da humanidade”. O autor ainda usa outras expressões para tratar dessa tarefa de produzir conhecimentos que abarcassem tudo do mundo, como uma “investigação empírica burocratizada”, uma “infinitude de feitos empíricos”, “concepções macroscópicas” e uma “visão de conjunto tão ampla quanto possível” do domínio da natureza como algo presumível pela “razão humana”, ou seja, pelos critérios da ciência empiricista-positivista e das técnicas de pesquisas que estavam dispostas para o ato de explorar e descobrir¹³³.

Esses conhecimentos produzidos, segundo os estudos de Zusman e Lois, faziam das exposições universais espaços institucionais de expressão dos territórios nacionais com base na produção da ciência, lugares nos quais se divulgariam a imagem de “verdade” a partir do conhecimento burocrático e racional de cada Estado territorial¹³⁴. Essa divulgação dos territórios nacionais com base na razão humana, acrescenta ainda Marta de Almeida, ocorria, principalmente, por meio de congressos e encontros científicos que eram realizados no interior das próprias exposições universais como “uma das formas mais efetivas de divulgação e reforço do imaginário relativo às nações”¹³⁵. Os materiais escritos sobre os territórios nacionais se apresentavam como um conjunto importante de documentos que revelavam os temas de interesses da apresentação dos países, bem como o universo das conexões institucionais, das filiações nacionais e internacionais dos intelectuais e das afinidades pessoais entre aqueles que produziam os conhecimentos sobre os territórios.

¹³³ PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX**: espetáculos da transformação sócio-cultural. Tradução de Wanderlei de Paula Barreto e Ana Maria Zanutto de Paula Barreto. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 6.

¹³⁴ ZUSMAN, Perla. “Geografias civilizatórias: la participación argentina en dos exposiciones universales estadounidenses (1876 – 1893)”, **ANAI I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico**, Uberlândia, UFU, 2008.; ZUSMAN, Perla; LOIS, Carla, “Producción de conocimiento geográfico y propaganda política en la construcción de la Argentina moderna (1860 – 1915)”, **ANAI VII Congreso Argentino Chileno de Estudios Históricos e Integración Cultural**, Salta, 25 al 27 de abril del 2007. As autoras têm se dedicado aos estudos da participação da Argentina nas exposições universais.

¹³⁵ ALMEIDA, Marta de. “Congressos e exposições científicas: temas e fontes para a história”. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2010, p. 197.

Para Bravo, o aspecto central do destaque dessas produções intelectuais nas exposições universais esteve em atrelar a questão da produção de ícones de nacionalidade, sobre as colônias e as periferias do capitalismo, ligados à expansão das práticas de expansão do mercado mundial. A preparação de materiais para as viagens, produzidos por sociedades geográficas e instituições nacionais, como livros, mapas, descrições diversas sobre as paisagens, compêndios estatísticos, catálogos e descrições territoriais em relatórios de comissões sobre temas específicos tinham o objetivo de expressar as ditas “ficções dos Estados” sobre os graus de “civilização” da sociedade exposta, e, para contar, a partir da autoridade da ciência, sobre a potência racional que existia no interior dos Estados para atrair capital (investimentos do exterior) e trabalho (imigrantes) – os dois elementos que, somados à terra, formavam a tríade da própria economia política clássica¹³⁶.

Como iremos analisar mais à frente (capítulos 3 e 4), os livros enviados pelo Brasil para a exposição universal de Chicago, por exemplo, eram obras das formas de se fazer ciência e pensar a partir dos centros do capitalismo. Eram típicas do século XIX, como afirma Paul Claval, essas obras descritivas que buscavam operar a favor da exploração dos territórios na medida que apresentavam uma “observação sobre o papel do espaço na vida econômica”, ou melhor, que descreviam a economia espacial no interior dos Estados¹³⁷. Localizar a produção agrícola, descrever a diferenciação econômica entre os países e as especificidades produtivas de cada território, na era das ferrovias e dos rápidos navios beijando os portos, estava relacionado com uma sociedade que se construía pela produção e trocas de riquezas. “O problema da riqueza e da produção se desenvolveu desde o século dezessete. Nasceu da observação da paisagem e da realidade geográfica (...) No século dezoito a atenção concentrou-se cada vez mais sobre a produção e a troca de riquezas”. E o século XIX “fazia a distinção entre os países industrializados, os novos países industrializados e os países atrasados”¹³⁸.

No entanto, mesmo que o autor não vincule o último quartel do século XIX como momento da grande expansão dos centros imperialistas em busca de controlar os mercados de matérias-primas e dos produtos da agricultura, bem como não trate da abertura de espaço novo para os investimentos financeiros, para a venda dos produtos excedentes e do uso de reservas de força de trabalho como um processo inerente a uma sociedade produtora de

¹³⁶ BRAVO, Álvaro Fernández. “Latinoamericanismo y representación: iconografías de la nacionalidad en las exposiciones universales (París, 1889 y 1900)”. In: **La ciencia en la Argentina entre siglos: textos, contextos e instituciones**. Marcelo Monserrat (Org.), Buenos Aires: Cuadernos Argentinos Manantial, 2000, p. 171-185.

¹³⁷ CLAVAL, Paul. “Geografía económica e economía”. **Revista GeoTextos**, vol. 1, nº 1, 2005, p. 11.

¹³⁸ Ibidem, p. 13-14.

excedentes que faz da expansão geográfica, com acordos comerciais ou mesmo com invasões militares, uma forma de sobrevivência do capital, ele nos oferece uma leitura sobre a origem desse tipo de exposição escrita do território. Orienta-nos para interpretar que esses tratados de economia espacial surgiram na Alemanha, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, podendo ser dito que eram parcelas de mais um sopro eurocêntrico e colonizador para o mundo, demarcando como deveriam ser cientificamente aceitos os gêneros alimentícios, as matérias-primas, as fontes de energia e os produtos industriais. Ainda demarcava os países exportadores, os fluxos das mercadorias e dos mercados onde as transações comerciais ocorriam ou poderiam ocorrer. Ao final, essas obras ofereciam informações aos centros do capitalismo mundial sobre uma periferia interessada também em negociar aquilo que se produzia em seu território controlado por suas frações de classes dominantes.

Na busca de expansão, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção no âmbito do conhecimento sobre os territórios atuavam como um elemento essencial para a expansão do capitalismo:

As forças produtivas e as relações de produção, ou as relações de apropriação econômica e dominação política não se encadeiam, reproduzem e expandem se não se expressam em ideias, valores, princípios e doutrinas (ou formas de pensar) organizados segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção (...) Entendo que a produção intelectual, em sentido lato, é a base da cultura capitalista, tanto material como espiritual. Isto significa que a produção intelectual compreende, por exemplo, tanto a economia política clássica como os princípios de construção e funcionamento da máquina a vapor (...) Em última instância, essa produção intelectual conforma a essência da ideologia burguesa, tanto no país dominante como no subordinado¹³⁹.

Desse modo, a investigação sobre esses “tesouros da civilização”, usando outra expressão de Benjamin, coloca-nos diante da *ideologia do progresso*, de uma documentação coisificada das próprias sociedades e de um conjunto fantasmagórico de conhecimentos territoriais, de inspiração enciclopédica, sobre as próprias coisas e formas localizadas de se fazer a vida que era apresentada nas formas de textos diversos, como catálogos, mapas, livros, relatórios, estatísticas, etc. Em outras palavras, eram os olhares dos vencedores sobre a própria sociedade e os territórios que estavam sendo difundidos, não expressando, assim, uma crítica necessária sobre os níveis de barbárie que estavam sendo executados com o projeto da dita civilização, as imposições para a grande massa da periferia que estava identificada com aquele projeto, sendo comum aos documentos das exposições universais uma afirmação e um pedido de inserção no próprio desejo de mais civilização.

---

¹³⁹ IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 13-14.

Sobre a *ideologia do progresso*, diz ainda Benjamin que ela executa uma leitura darwinista-positivista da história, pondo o tempo histórico de modo linear, em que o presente é uma superação do passado, que por sua vez se torna apenas uma dimensão separada e causal para o entendimento da realidade que se vive, algo que precisa ser superado – sobretudo, para as sociedades ditas atrasadas. Benjamin destaca ainda que a *ideologia do progresso* apresenta a dicotomia entre antigo e moderno, sendo o domínio da natureza a partir da técnica um dado necessário de civilização e a superação da tradição. Contudo, seus resultados ideológicos estão na naturalização da exploração da força de trabalho, na destrutividade da natureza cometida pelos processos técnicos como sinônimos de aperfeiçoamento da vida humana e na negação dos aglomerados de forças produtivas como poderes técnicos que estão perfilados à produção da mercadoria e, assim, à destrutividade da liberdade de se fazer a vida, que passa a ser ligada à catástrofe da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores. Enfim, atender à *ideologia do progresso* se trata de propagar a concepção de história das classes dominantes e dos representantes das instituições representativas do poder político, econômico e cultural, sendo a defesa dessa ideologia o cerne do discurso do desenvolvimento e da civilização material das diversas sociedades no capitalismo¹⁴⁰.

Esse caráter destrutivista no apoio à expansão da missão civilizatória, como trata Marildo Menegath, oculta a própria lógica constitutiva de uma sociedade capitalista que se ancora e que desenvolve suas contradições sociais sobretudo nos últimos cinquenta anos do século XIX, com base na destruição, contrariamente ao *excesso de civilização* baseado no desenvolvimento das forças produtivas, que é necessário para a continuidade do processo de acumulação¹⁴¹. Assim, como atesta Benjamin, é possível ler essas produções intelectuais que se propõem a ser representantes da cultura ou patrimônios do estágio de civilização como *documentos da barbárie*, fonte da narrativa dos vencedores sobre o desenvolvimento das forças produtivas nos seus territórios, ocultadores das mudanças destrutivas das formas de fazer a vida em diversas sociedades, reificadoras das contradições que ocorrem entre aqueles afetados pelo projeto de civilização e os vencedores representantes desse projeto¹⁴².

Assim, a escolha de ler os textos produzidos para as exposições universais (livros, catálogos, relatórios, mapas, etc.) como *documentos de barbárie* se liga à interpretação crítica feita por Benjamin das formas como os historicistas burgueses (todos que criam discursos a

¹⁴⁰ Cf. BENJAMIN, W. “História y coleccionismo: Edward Fuchs”. In: **Discursos interrompidos**. Madrid: Taurus, 1973, p. 87-135.

¹⁴¹ MENEGATH, Marildo. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. Cf., para esse período, os capítulos 1 e 2 – respectivamente, “A atualidade da barbárie” e “Civilização em excesso”.

¹⁴² BENJAMIN, Walter. Op.cit., loc. cit.

favor do projeto da classe dominante) selecionam as fontes dos vencedores para narrar a história da sociedade. Os *documentos de barbárie* se referem ao debate da ideologia como a consciência das classes dominantes sobre as demais classes, ou seja, dos textos que abrigam em seu âmago a distorção das contradições sociais, a ocultação das lutas de classes no interior da sociedade capitalista e, sobretudo, a ocultação do debate desses documentos oficiais como documentos daqueles que continuam a vencer ou a herdar a continuidade dos vencedores, geralmente, sendo apresentados como um projeto de toda a sociedade, uma identidade nacional.

Aqui estendemos o entendimento dos *documentos de barbárie*, elaborados pelos representantes do Estado e da mercadoria no Brasil, como parte de uma narrativa historicista dominante que pretende, a partir da propaganda superficial de um recorte da superfície terrestre, transformar o território de uso em um território de troca, transformar produtos feitos para o uso local em mercadorias para a troca no mercado, expandir as formas sociais do processo de troca no território a partir da separação da grande massa da população dos meios de produção e da negociação dos recursos naturais dos territórios. Para as exposições universais pode-se dizer que o *documento de barbárie* – da particularidade territorial de uma sociedade – se apresenta como parcela da ideologia que comporia o quebra-cabeça da geopolítica do capitalismo, sendo a produção de cada texto em papel a produção de uma peça falante da inversão do mundo e parte da montagem desse mundo invertido que deveria ser exibido nos centros imperialistas como a própria verdade da sociedade apresentada.

As exposições universais, entre as crises do capitalismo, cumpriam o papel de apresentar o resultado da conquista do globo por parte das potências industriais, bem como as condições prévias para as novas investidas das relações entre centros e periferias, sendo muito desse segundo trabalho realizado pelos intelectuais da própria periferia, sobretudo de forma escrita sob os modelos dos tratados científicos, um dos resultados do processo de ocidentalização promovido pelos centros do imperialismo. Como reconhece O. Ianni, “o conhecimento científico (...) participa dinamicamente das relações, processos e estruturas que garantem o funcionamento, a reprodução e a extensão do capitalismo”¹⁴³; o autor ainda acrescenta: “essa extensão das relações econômicas internacionais implicam em criar e aperfeiçoar todo um sistema mundial de coleta, processamento, manipulação de dados, informações, interpretações e boatos”¹⁴⁴.

---

¹⁴³ IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 17.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 18.

De fato, apresentar as mudanças nos modos de se relacionar com a natureza num fragmento do território da sociedade, ou mesmo planejar essas transformações a partir de um texto escrito que evidencie a necessidade da implantação de ferrovias para explorar novas jazidas, eram fortes evidências de um pequeno número de escritores, sobretudo das frações das classes dominantes ou como seus colaboradores intelectuais, caminhavam as propostas mudanças das suas formas de fazer vida articulada com os próprios centros da acumulação de capital. Além disso, era também um ato de *glamour*, como lembra Hobsbawm ao afirmar que as classes dominantes e os representantes de Estados subordinados às potências imperialistas “tinham que se ocidentalizar, caso contrário desapareceriam”¹⁴⁵. Dessa forma, essa inerente leitura da produção intelectual como parcela da essência da *ideologia* do modo de produção capitalista, que circulava de modo privilegiado nas exposições universais, se especificava, em grande medida, na prisão do pensamento ao imediato quantitativo das sociedades e, assim, na descontextualização desses conhecimentos e dos artigos apresentados por cada Estado com a particularidade das contradições sociais internas nos territórios que participavam ou que pretendiam ampliar sua inserção na divisão internacional do trabalho.

Com isso, erigia-se a qualidade de “vitrines da geopolítica do capitalismo” quando se fazia reproduzir empiricamente os fatos ou produtos que se inventariavam, preferencialmente quando não se qualificava que esse território ou aquele objeto exposto estavam articulados com a destruição das relações sociais pré-capitalistas que eram predominantes, ou mesmo com a entrada de investimentos internos ou estrangeiros que destruíam comunidades tradicionais e ambientes naturais, concentrando também a riqueza e os meios de produção e socializando a pobreza na periferia. Apresentavam textos sobre o mundo a partir da divisão entre Estados-nação ou entre metrópoles e colônias como um destino da evolução da civilização. Na verdade, estavam tais países hierarquizados com base nas formas de se fazer ciência, de pensar tecnicamente o domínio da natureza, do controle sobre a acumulação de capital, da concentração do arsenal bélico e do domínio das formas de se relacionar com outros territórios a partir de uma racionalidade político-econômica que tinha sua raiz nos países industrializados, na dialética constituída entre os centros e as periferias.

Nesse sentido, os conhecimentos produzidos e arrolados para se apresentar, agrupavam uma série de detalhes sobre os Estados modernos, mesmo que negassem a potencialidade de crises de sobreacumulação e, assim, o potencial destrutivo e expansivo inerente a todas as crises na medida em que se tomava como atitude as estratégias de retorno

---

¹⁴⁵ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 128-129.

do crescimento da taxa média de lucros a partir da expansão geográfica do capital e de novos avanços sobre as periferias. Enquanto se divulgava como um encontro mundial que abria oportunidades para se falar e saber dos *outros* do centro e da periferia, se ocultavam do diálogo o eurocentrismo, os projetos neocoloniais e as práticas imperialistas que estavam como fantasmagorias nessa forma de produzir e circular o conhecimento. Afinal, o caráter reificado dos conhecimentos produzidos e que circulavam nas exposições universais dizia respeito à consciência social dominante, que torna “universais” a própria valorização do capital e as estratégias necessárias para o desenvolvimento material da vida social e para a divulgação dos valores espirituais vinculados às próprias formas sociais dominantes desenvolvidas pela sociabilidade capitalista.

Nas interpretações realizadas por Hardman, esse encontro entre os conhecimentos oficiais produzidos para as exposições universais tinha ligação direta com a questão do desenvolvimento e a riqueza das nações, demarcava as faces das ideologias e tornava isso uma das funções centrais que estavam determinadas para as exposições universais após 1850:

As exposições universais da segunda metade do século XIX e princípios do XX constituem certamente um dos veios mais férteis para o estudo da ideologia articulada à imagem da “riqueza das nações”. Os catálogos e relatórios desses eventos iluminam de forma ímpar vários aspectos do otimismo progressista que impregnava a atmosfera da sociedade burguesa em formação. Encontram-se ali expostos o ideal obsessivo do saber enciclopédico e não menos conhecido europocentrismo, garbosamente fantasiado de cosmopolitismo liberal e altruísta¹⁴⁶.

Ainda sobre essa relação entre as exposições universais e as ideologias, destacando as ocultações das contradições internas do capitalismo que estava sendo negadas no certame das ideias das práticas imperialistas, discorre Pesavento:

O conteúdo ideológico é produzido pelo contingente das motivações implícitas que as exposições universais encerram. Ou seja, por intermédio das exposições manifestam-se certa forma de representação do real que busca socializar determinadas imagens e ocultar outros tantos processos subjacentes àquela realidade (...). Assim, a exposição procura transmitir valores e idéias, como a solidariedade entre as nações e harmonia entre as classes, a crença no progresso ilimitado e a confiança nas potencialidades do homem no controle da natureza, a fé nas virtudes da razão e no caráter positivo das máquinas, etc. Por outro lado, a exposição busca ocultar a exploração do homem pelo homem, a concorrência imperialista entre as nações e o processo de submissão do trabalhador à máquina¹⁴⁷.

¹⁴⁶ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 63.

¹⁴⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 44.

Essas *vitrines da geopolítica do capitalismo* pretendiam propagar, com os conhecimentos produzidos, o projeto de “saída do atraso” dos diversos países da periferia. Desse modo, ideologicamente, dificilmente os representantes das periferias iriam se considerar ou ser considerados enquanto tais nas exposições universais. A questão mais sublime em destaque era a incorporação que cada particularidade tinha ou poderia ter no mercado mundial. A ideologia do progresso da dita *evolução* da história das civilizações ganha seu peso a partir dos resultados que são alcançados – com as mostras dos artigos enumerados nos catálogos, relatórios, livros, etc. – por cada Estado. Com essas mesmas fontes, as exposições aproveitavam para classificar a humanidade com base nos produtos, entendendo-os como formas de fazer a própria vida nos diversos quadros naturais da terra.

Para Hobsbawm, esses poucos alfabetizados na periferia, que muitas vezes escreviam bem em francês e inglês, eram “intermediários” entre os centros e as periferias do capitalismo¹⁴⁸. Como frações de classes dominantes ou a serviço delas, elaboravam os projetos dos Estados e dos possuidores de capital a partir da realidade particular que viviam. Desse modo, operavam produzindo conhecimento comercial e propagandístico, buscando a afirmação dos territórios e, assim, a expansão geográfica de sua inserção no mercado mundial. Não por acaso, os países eram lembrados pelas próprias imaginações criadas nos livros, catálogos, pelas matérias nos jornais e pelas intenções que estavam impregnadas nos objetos que eram apresentados pelos seus expositores durante os últimos cinquenta anos do século XIX.

Era o mundo dos “brancos”, europeus ou formados por essas populações emigrantes, os que possuíam máquinas, armas bélicas industrializadas e as técnicas ditas “avançadas” de domínio da natureza. Para os territórios da periferia, em especial grandes parcelas da África, Ásia e América Latina, estava demarcada a “população primitiva”, casada com as técnicas de artesanato e os modos de vida pré-capitalistas, com os produtos da natureza, as matérias-primas e as especialidades na produção de alimentos e de artigos coloniais produzidos com pouca inserção de maquinário. Em suma, esses conhecimentos enciclopédicos sobre os territórios dos Estados modernos revelavam o domínio e o desejo de transformação desses centros da industrialização sobre o mercado mundial e, ainda, se perfaziam como armas-guias sobre a possibilidade de empilhar riquezas e se expandir pelos meios mais fáceis.

Como afirma Erika Gólcher, as exposições universais foram uma das maneiras encontradas pelos países imperialistas para *conhecer os outros países e fomentar o*

---

¹⁴⁸ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 133.

*comércio*¹⁴⁹. Saber o que cada país tinha era pôr em prática uma estratégia imperialista de esquadrihar particularidades políticas, econômicas e da vida social do mundo da geografia material de outros Estados, fazendo com que as exposições universais apresentassem para as potências colonizadoras os melhores percursos para onde se expandir e o que explorar das diversas geografias materiais e sociais, sobretudo no hemisfério Sul.

Essa estratégia de coerção dos centros industrializados compartilhava nas exposições universais de um duplo consentimento: primeiro, que todos os representantes das periferias no Sul, claro, pelo seu nível de subordinação no mercado mundial, ganhariam com a expansão geográfica do imperialismo caso seus representantes dos Estados e possuidores de capital conseguissem se articular na divisão internacional do trabalho, que tinha como centro as indústrias modernas no Norte. Por isso, a oportunidade poderia ser divulgada de forma inversa na periferia – entre as frações das classes dominantes – que propagandeavam essa chance de se expor para os centros de acumulação do capital como uma possibilidade para fomentar os projetos de expansão interna nessa intersecção com os representantes do mercado mundial. Segundo, que cada país precisava representar, dessa maneira, a *sua face mais civilizada* e, concomitantemente, *suas anomalias*, que impediam a inserção perene do território representado no circuito das trocas mundiais e no processo da dita civilização ocidental. Expor-se, dessa forma, era se adequar à régua da ideologia do progresso como *concepção historicista da história da humanidade* que dividia o mundo a partir de uma sucessão de fases, entre civilizados e bárbaros, povos sem cor e povos com cor, avançados e atrasados, racionais e irracionais, adultos e infantis, industrializados e não industrializados, dicotomias essas que sempre colocavam aos segundos a necessidade de mais integração com os centros da acumulação de capital para as terras distantes¹⁵⁰.

O ato de produzir conhecimento sobre essas sociedades já se fazia como parte da própria tarefa de dividir o mundo para classificar, fazendo dos chamados “infantis”, “não industrializados”, “irracionais”, “primitivos”, “atrasados”, “selvagens”, “incivilizados” e “bárbaros” o furor exótico das exposições universais.

Como missão manifesta, elas [as exposições universais] objetivam informatizar, explicar, inventariar e sintetizar. Partilhando da preocupação enciclopédica vinda do século das luzes, de tudo catalogar, classificando segundo critérios científicos, as exposições universais receberiam ainda os influxos de uma proposta comtiana,

¹⁴⁹ GÓLCHER, Erika. “Imperios y ferias mundiales: la época liberal”, *Anuario de Estudios Centroamericanos*, Universidad de Costa Rica, vol. 24, 1988, p. 75-94.

¹⁵⁰ Sobre a ideologia do progresso e a crítica da concepção de história da burguesia, cf. BENJAMIN, W. “História y coleccionismo: Edward Fuchs”. In: *Discursos interrompidos*. Madrid: Taurus, 1973, p. 87-135.

nascida no século XIX e que identificava a difusão dos saberes como um dever positivista. Catálogo do conhecimento humano acumulado, síntese de todas as regiões e épocas, a exposição funcionava para seus visitantes como uma janela para o mundo. Ela exibia o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico, o longínquo¹⁵¹.

Conhecer, nas exposições universais, era possibilitar, pelo barômetro da ideologia do progresso de cada país, dominar a natureza e aqueles que se confundiam com ela por serem igualmente tratados como recursos naturais, produtos da terra ou da floresta; era apresentar as possibilidades para explorar tudo isso num só conjunto disciplinado pelo conhecimento instrumentalizado para a *mercantilização de tudo*; era entregar e negociar uma sociedade sob o controle de alguns nomes, sendo o conhecimento escrito a fonte que nos leva às constatações desses próprios personagens, quase sempre nomes de frações das classes dominantes ou de homens privados (os profissionais da nascente classe média – os colaboradores do capital) que vendiam seus trabalhos, feitos nos padrões epistêmicos dominantes, para essas classes de mesma posição¹⁵².

Na *luta pela geografia mundial* por parte dos centros industriais, cabia às periferias *entregar* suas particularidades territoriais a partir do processo de produção do seu próprio conhecimento. Obedecer às classificações, às seleções de assuntos e se apresentar sob a égide da descrição e da estatística atendiam exatamente ao projeto dominante de varredura dos Estados e de grupos com sede nos centros imperialistas da geopolítica do capitalismo. Vale lembrar que os materiais enviados, como catálogos, livros de descrição da superfície terrestre, relatórios enumerativos, estatísticos e mapas, eram as mesmas formas de produção intelectual criadas havia muito pelos Estados colonizadores para se saber do mundo de além-mar¹⁵³.

Destaca Bravo que, para América Latina, África e Ásia, as ideologias nacionais, ao mesmo tempo que difundiam um discurso científico pelos livros de viagens e na organização de objetos para a mostra, forjavam-se como imagens nacionais e regionais ligadas aos elementos da natureza, que se convertia, nesse fazer científico, em mercadorias, matérias-primas colocadas à disposição no mercado mundial, transformando-se as exposições

¹⁵¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais:** espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 45.

¹⁵² Para as exposições universais, por exemplo, se preparavam textos na língua materna dos países, bem como em outras línguas, sendo os materiais traduzidos para o francês e o inglês, idiomas esses já considerados como os dominantes na aglutinação dos países no mercado mundial.

¹⁵³ As formas de reproduzir o conhecimento usado durante as exposições universais eram as mesmas usadas pelos colonizadores e impérios para conhecer os territórios de além-mar; talvez a diferença digna de nota esteja na atitude do próprio colonizado de produzir o conhecimento para os centros dominantes. Cf., por exemplo, NIETO OLARTE, Mauricio. “La comprensión del Nuevo Mundo: geografía e historia natural en el siglo XVI”. In: Diana Bonnett and Felipe Castañeda (Org.). **El Nuevo Mundo:** problemas y debates. Bogotá: Universidad de los Andes, 2004, pp. 1-21.

universais em símbolos dos seus próprios países, ícones das nacionalidades. É assim que, além de mera difusão do discurso científico, a produção de conhecimentos para as exposições universais tinha o papel de “abastecer os arquivos metropolitanos” sobre a oferta que existia de matérias-primas, trabalhadores e segurança social nos territórios mais distantes propícios aos investimentos pelos detentores de capital excedente¹⁵⁴.

Aliado aos jornais e às propagandas em geral da imprensa, cabia àquele que escrevia para as exposições internalizar o espírito do explorador geográfico, o qual se serve do conhecimento para expandir as informações dos limites naturais e dos diversos domínios da superfície terrestre, compondo os compêndios com as informações das mais distintas, sobre as particularidades dos territórios que recortam o cosmo, com temas que transitavam desde a exploração das terras e das paisagens desconhecidas a tudo mais que se tornasse de interesse para as vontades expansionistas dos centros das grandes indústrias.

Tratar de máquinas e matérias-primas em um mesmo evento foi, enfim, usar as exposições universais como uma vitrine das formas de divulgação da cartografia material das forças produtivas do capitalismo e, principalmente, da racionalidade instrumental, de pensar a natureza na sociedade industrial. Essa forma discursiva de divulgar, dominar, igualar pela razão e comparar por modelos tautológicos era mais uma das armas usadas para elaborar os *cálculos egoístas* que estariam ligados às propagandas de controle da natureza-população por parte dos Estados nacionais e do *projeto de civilização* que estava atrelado ao sinônimo da inserção da maquinaria a partir de meados do século XIX. Em suma, identificação das sociedades desmaquinadas como sociedades que não teriam outro futuro a não ser sua aderência à sociedade industrial.

Atendendo aos pressupostos de um pensamento das frações das classes dominantes, para as quais “o que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito”¹⁵⁵, a produção de conhecimento para as exposições universais vão se constituir como o saber necessário para as cerimônias do imperialismo no Oitocentos, usando da linguagem matemática, primeiro, para fazer das riquezas dos territórios nacionais algo que a demonstração do seu controle se apresente como um conjunto de mensurações, classificações e detalhismos; segundo, essa mensuração tem a pretensão de buscar uma imagem semelhante *ao que é*, sendo a imitação mais perfeita da aparência dos territórios nacionais, pelas

---

¹⁵⁴ BRAVO, Álvaro Fernández. “Latinoamericanismo y representación: iconografías de la nacionalidad en las exposiciones universales (París, 1889 y 1900)”. In: **La ciencia en la Argentina entre siglos: textos, contextos e instituciones**. Marcelo Monserrat (Org.). Buenos Aires: Cuadernos Argentinos Manantial, 2000, p. 171-185.

¹⁵⁵ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 20.

representações de suas *geografias mudas*, o exercício intelectual e científico mais completo para as exposições universais.

Os números possibilitavam igualar os centros e as periferias pela razão. Possibilitavam, ao mesmo tempo, comparar e construir os cálculos de equivalência e perpetuar o abstrato sobre a realização da vida concreta. Assim, como já lembravam Theodor Adorno e Max Horkheimer, “a sociedade burguesa está dominada pelo equivalente. Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas”¹⁵⁶. Para uma economia burguesa, esse tipo de domínio é exatamente a forma como todas as realidades sociais concretas, a natureza e os territórios vão se transformar em dados abstratos. O domínio da natureza na forma matemática é o utensílio central do conhecimento instrumentalizado a serviço do mercado, capaz de transformar todas as coisas em “algo de reproduzível”, sendo a própria indústria resultado dialético desse tipo de dominação.

Sobre a questão de firmar o pensamento no plano da imediatez e da tautologia, argumentam Adorno e Horkheimer:

Na redução do pensamento a uma aparelhagem matemática está implícita a ratificação do mundo como sua própria medida. O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediato dado (...) o formalismo matemático, cujo instrumento é o número, a figura mais abstrata do imediato, mantém o pensamento firmemente preso à mera imediatez. O factual tem a última palavra, o conhecimento restringe-se à sua repetição, o pensamento transforma-se em mera tautologia. Quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução¹⁵⁷.

Executava-se, com os catálogos e livros sobre os territórios, no mínimo uma *duplicação*, principalmente da natureza. Não se expunha uma natureza apenas como um conhecimento de história natural. Divulgava-se que certos tipos de árvores poderiam se transformar em ótima lenha, que diversas reservas de minérios inexploradas poderiam servir como matéria-prima para as indústrias da guerra e para construção, que o sal estocado em territórios virgens poderia ser explorado com poucos investimentos estrangeiros, com o uso simples de algumas máquinas e o desenvolvimento dos transportes; anunciavam-se países com reservas de recursos naturais como países promissores e países industrializados como os modelos de sociedade a serem seguidos.

---

¹⁵⁶ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 20.

¹⁵⁷ Ibidem, p.20.

Além dos materiais escritos, já naquela época, a própria qualificação da técnica de fotografar e da fotografia permitia a reunião e matematização de imagens como possibilidades para se acompanhar a aceleração que a máquina imprimia no transporte de pessoas, mercadorias e informações. Já destaca Benjamin, por exemplo, que na exposição universal de 1855, em Paris, se oferecia, pela primeira vez, uma mostra dedicada à fotografia. E conclui: “a fotografia amplia enormemente a esfera da economia mercantil, lançando no mercado uma quantidade ilimitada de figuras, paisagens, eventos, jamais utilizados ou utilizados apenas como quadros para clientes individuais”¹⁵⁸.

Os números, as imagens enquadradas e toda uma calculabilidade de possível domínio da natureza estavam relacionados diretamente com o *otimismo técnico* que fora criado na sociedade industrial e propagandeado nas exposições universais como a meta inicial para dominar material e simbolicamente a superfície terrestre, desenvolver um processo de industrialização ligado ainda à modernização dos territórios com os transportes e, por fim, para se atingir uma *civilização completa* dos Estados nacionais aos moldes do desenvolvimento industrial, tendo como exemplo a maneira tardia norte-americana de industrialização, que se constituía numa antiga colônia da Grã-Bretanha.

Esse otimismo era exatamente a crença na ideologia do progresso e na leitura linear da história, pautados na fé de que a razão mercantil ligada à máquina iria levar ao desenvolvimento e à liberdade dos indivíduos a partir da técnica, sendo o otimismo técnico diretamente uma crença na leitura da história como sucessão de fases, ou seja, o instrumento que faltava para superar as normas do tempo da natureza sobre a vida humana. O encantamento pelas estradas de ferro e pelos bondes urbanos, pelos navios e pelas máquinas a vapor, pelo telégrafo e pelo telefone, pela bicicleta e por um bom material bélico, rigidamente funcionalizados, fazia das exposições universais centros de operacionalização coisificada da história mundial, de certa forma vislumbrando a técnica como fins evolutivos puros e não regressivos.

Essa lógica matemática de representar os territórios esconde a barbárie presa nos próprios documentos, que funcionavam como realidade concreta ou como expectativa de mais barbárie, na medida em que exigia progresso técnico e civilização nos territórios. Ou, dizendo com outras palavras, esses conjuntos de documentos enviados para as exposições universais nos fazem lembrar uma afirmação famosa de Benjamin, “nunca houve um documento da cultura que não fosse também um documento da barbárie”, frase elaborada pelo autor ao

---

¹⁵⁸ BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 43.

interpretar a eleição das representações nacionais, por exemplo, nos museus, que se transmitem *tal qual são* para as sociedades no presente como herança e patrimônio que devem ser aderidas como a “verdadeira” história das sociedades¹⁵⁹.

No entanto, cabe agora compreender que esse encontro entre Estados qualificados como primários-exportadores e exportadores de produtos industrializados, bem como de capital na forma de máquinas e moedas, faria dos espetáculos algo inapreensível, de todas as exposições como um templo do exotismo periférico e do fetichismo da mercadoria.

2.5 As exposições universais como templo do fetichismo da mercadoria

As exposições universais eram uma prática do Ocidente e de ocidentalismo, um encontro entre materiais escritos, amostras de produtos dos cantos mais remotos do mundo e de visitantes dos diversos territórios que conformavam o globo. O caráter específico posto para as exposições universais, nos últimos cinquenta anos do século XIX, estava em se transformarem numa *vitrine da geopolítica do capitalismo*, constituída a partir da realização da circulação de conhecimentos detalhados sobre os Estados modernos e colonizados, da apresentação de mercadorias já inseridas nas trocas comerciais do mercado mundial, de fontes de matérias-primas ainda não exploradas e de produtos ainda em busca de investimentos. As recentes invenções de máquinas, os novos testes de produtos da natureza na produção de mercadorias, um mapeamento dos meios de subsistência capazes de alargar o mercado mundial, tudo isso era possível de se tornar sabido a partir das exposições universais. Enfim, entre a intitulação científica do chamado *exotismo* para a aparência dos produtos e as formas de fazer da vida nas periferias do capitalismo e o *segredo do fetichismo da mercadoria* oculto nas mercadorias das fábricas, iremos nesta última seção mostrar a atenção para as exterioridades dos objetos, como os nervos óticos dos visitantes nas exposições universais contemplavam as formas e as funções dos produtos expostos nos pavilhões dos Estados modernos.

A finalidade de expor os países por *produtos intelectuais* e *reliquias inanimadas* encontrava-se relacionada, diretamente, com a necessidade dos Estados nacionais de elaborarem sua própria imagem de nação moderna particular na divisão internacional do trabalho a partir dos artigos da natureza, da agricultura, da indústria, das belas-artes e, em síntese, contabilizados pelo barômetro da ideologia do progresso, forjando ao final,

---

¹⁵⁹ BENJAMIN, W. “História y coleccionismo: Edward Fuchs”. In: **Discursos interrumpidos**. Madrid: Taurus, 1973, p. 87-135, p. 225.

panoramas do território dito nacional no *trem da civilização*. Ou seja, foram ocasiões de identificar e delimitar para os países participantes o que era o Nós (o Brasil ou a Costa Rica, Argentina ou México, por exemplo) para que assim pudesse ser criada a dicotomia com os Outros (a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e os demais Estados modernos)¹⁶⁰. “Daí a vocação abrangente daqueles certames, reunindo tradição e novidade, técnicas rudimentares e experimentais, dentro do espírito enciclopédico de classificar todas as coisas do mundo, espécie de utopia ansiosa em não perder nada de vista.”¹⁶¹

Nessa disposição de objetos, nos lembramos das afirmações de Hardman de que “engana-se, pois, quem supuser que o espaço das primeiras exposições universais foi ocupado exclusivamente pelo desfile racional, meticuloso e calculista de produtos da indústria moderna”. Ganhava destaque em quantidade os produtos da mineração, da agricultura, artesanatos, as manufaturas, as belas-artes, etc. “Pode-se afirmar, baseando-se nos relatórios oficiais, que esses setores antigos da produção preenchiam ampla maioria nos catálogos e mostruários.”¹⁶² De fato, as imensas quantidades apresentadas de matérias-primas, meios de subsistência, manufaturas, artesanatos e novos produtos da natureza exibiam, em si, a criação do mercado mundial pela grande indústria, desenvolvendo um projeto de integração internacional com os objetivos por excelência da acumulação contínua de capital (Gráficos 03 e 04).

Inspirando-nos em Rosa Luxemburgo, para além da relação com a quantidade de produtos, se pode ainda dizer que os temas das exposições universais relacionavam, diretamente, *o processo de produção no centro do capitalismo* (as capacidades expropriatórias dos tempos de trabalho que se atingiu no mundo da mercadoria, o alto grau de produtividade que se desenvolveu na relação entre força de trabalho e os meios de produção, produzindo sempre um produto maior que o necessário e todas as formas de se gerar mais lucros com essa expansão) com *o processo de circulação e consumo* das mercadorias. As exposições deixam claro que as invenções, materializadas pelo trabalho ou ainda no plano da inteligência para se inserir na história, e as máquinas já inseridas, o capital produtivo e as mercadorias, em geral, sendo apresentadas para serem trocadas por dinheiro a partir da inserção no mercado mundial. Só o dinheiro é capaz de ampliar incessantemente as

---

¹⁶⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Nós e os Outros: as exposições universais e o imaginário europeu sobre a América”. In: BESSONE, T. M. T.; QUEIROZ, T. **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**, A. P. São Paulo: Edusp, 1997b, p. 557-568.

¹⁶¹ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 71.

¹⁶² Ibidem, p. 71.

capacidades do capital de reinvestimento – e, além disso, com o adiantamento do crédito para as periferias, possibilitava a retirada das mercadorias dos armazéns, dos estoques e dos depósitos das fábricas no caminho do mercado)¹⁶³.

Gráfico 03 – Expositores nas principais exposições universais

Fonte: Adaptado de GUDEHUS, B. S. & RASMUSSEN, 1992.

Gráfico 04 – Proporção entre países/continentes com expositores oficiais

Fonte: Adaptado de GUDEHUS, B. S. & RASMUSSEN, 1992.

¹⁶³ LUXEMBURGO, Rosa. "O segundo e o terceiro volumes d'O Capital'. *Crítica Marxista*, nº 209, p. 135-143, 2009.

Na chamada *livre-concorrência* ou no *fechamento protecionista* entre capitalistas individuais, adverte Luxemburgo, “reina a mais total anarquia (...) aqui ninguém se preocupa com o outro e ninguém se preocupa com o todo. E, no entanto, justamente no meio dessa anarquia, o capitalista sente a que ponto depende dos outros, a que ponto depende, em todos os sentidos, da sociedade”¹⁶⁴. Foi essa a rotina comum a que todas as exposições universais aderiram, reunindo conhecimentos e produtos das colônias e antigas colônias, destacadas quase sempre como produtoras de matérias-primas, de meios de subsistência e de manufaturas, enfim, como territórios subjugados aos centros da acumulação de capital, mesmo que essa fosse a maneira como as classes dominantes locais também lucrassem com as trocas desiguais.

Dessa forma, não se estranharia que essas divisões, entre os produtos apresentados, também atendessem às especificidades da participação dos países no mercado mundial, particularidade essa que ficaria bem explícita desde a exposição no Palácio de Cristal de Londres, em 1851, onde se escolheu organizar a distribuição dos pavilhões pela latitude que cada país configurava no globo terrestre¹⁶⁵. A disposição dos pavilhões, assim, demarcava a qualidade das latitudes a partir dos produtos exibidos pelos países. Os próprios temas abrigados e, desse modo, os objetos que compunham a parcela do *mundo em miniatura* de cada país comumente estavam bem distinguidos entre países industrializados e não industrializados, isso quando não se reunia, no mesmo pavilhão, o colonizador expondo os produtos das próprias colônias, apresentando nessa atitude a intersecção direta entre os domínios dos territórios da periferia no movimento da realidade da geografia histórica do capitalismo¹⁶⁶.

Os produtos do conhecimento e as amostras, ao qualificar as latitudes das “origens” dos materiais expostos, qualificavam diretamente “a riqueza das nações” e a potência que cada país tinha para se inserir na divisão internacional do trabalho entre os territórios no mercado mundial. “Os fracassos de determinados ramos da indústria ou o desempenho desfavorável de uma nação participante na mostra, costumavam ser equiparados a derrotas

---

¹⁶⁴ Ibidem, p. 138.

¹⁶⁵ Sobre a organização interna da *Great Exhibition*, de 1851, pode ser consultado o livro de LEITÃO, Nicolau Andresen. **Exposições Universais**: Londres 1851. Lisboa: Expo 98, 1994.

¹⁶⁶ “Esta miniatura del globo reproduce también las relaciones de poder entre las naciones y, naturalmente, las dimensiones y la riqueza de los pabellones nacionales aspiran a reproducir su poder económico y político.” BRAVO, Álvaro Fernández. “Latinoamericanismo y representación: iconografías de la nacionalidad en las exposiciones universales (París, 1889 y 1900)”. In: **La ciencia en la Argentina entre siglos**: textos, contextos e instituciones, Marcelo Monserrat (Org.). Buenos Aires: Cuadernos Argentinos Manantial, 2000, p. 173.

nacionais.”¹⁶⁷ Além dessa mera exposição de mercadorias e de textos em diversos gêneros, o Palácio conseguia ainda reunir as instituições, as empresas e os personagens da vida pública e da vida privada que tinham interesses em fazer negócios com aquilo que cada Estado moderno e cada capitalista individual tinha para negociar. Eis o sentido instrumental das amostras, impregnadas por uma finalidade que deveria gerar o interesse e a confiança de possíveis investimentos, trocas comerciais e compras de produtos em novos mercados, ao mesmo tempo, que ocultava as relações sociais de produção formadora das qualidades dos produtos e, assim, negava as contradições sociais que perfaziam as relações concretas no ato de produção da mercadoria aos visitantes.

Elaborar uma *vitrine da geopolítica do capitalismo* de forma abrangente sobre os resultados e as novas condições para a expansão geográfica foi uma das principais funções dadas pelos centros da acumulação do mercado mundial para as exposições universais. Essas vitrines poderiam ser vista quer pelas *transparências* dos materiais escritos, quer pelos *transluzimentos* das amostras dos produtos do comércio expostos durante o espetáculo em si. Ainda é possível falar dessa face de vitrine, sobretudo, por entendermos que as exposições universais constituíam um *mundo em miniatura* de papel e de objetos que pretendiam atrair um visitante que se distraísse observando o artigo exposto como uma parte, certamente, do *Great Globe*¹⁶⁸.

Sem dúvida foram a máquina a vapor, movida pela combustão interna, e, logo no último quartel do século XIX, a máquina elétrica que abriram o campo para a diminuição do tempo de trabalho humano, a construção de um tempo médio com a expansão e competição do trabalho assalariado e a exploração da natureza como aspecto do poder tecnificado dos dominantes. A sofisticação dos equipamentos na produção também indicava os altos custos das despesas iniciais de uma fábrica e, dessa forma, expor tudo isso em contraste com as classes dominantes das periferias, que sobreviviam da pilhagem dos produtos da natureza e da

---

¹⁶⁷ PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX**: espetáculos da transformação sócio-cultural. Tradução de Wanderlei de Paula Barreto e Ana Maria Zanutto de Paula Barreto. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 106.

¹⁶⁸ *The Great Globe* faz referência ao projeto elaborado por Elisée Reclus, em 1898, para a exposição universal de Paris, em 1900, que tinha o objetivo de construir um grande globo, na escala de 1 para 100.000, com o fito de apresentar os detalhes da superfície terrestre que não podiam ser vistos nos mapas de papel que circulavam na Europa. Cf. “M. Reclus’s Great Globe”, **The New York Times**, Published in October, 29, 1898. No entanto, para aquela ocasião, o projeto do *Great Globe* havia sido derrotado por falta de recursos e o monumento de maior destaque estava no Palácio da Eletricidade, bem exposto para nós no filme *Nós que aqui estamos por nós esperamos*, de 1999, dirigido por Marcelo Masagão, sendo um dos destaques na película o momento em que se acendem pela primeira vez 5.700 lâmpadas como um símbolo de concentração de poder no Palácio da Eletricidade e, na cena seguinte, no mesmo ano, o assassinato de Paul Norman, um daqueles homens nos Estados Unidos que não tinham energia elétrica em casa e, ironicamente, foi assassinado pela invenção da cadeira elétrica.

exploração violenta da força de trabalho, era o grande deleite daqueles que orquestravam a geopolítica do capitalismo e, assim, a grande parcela dos excedentes de capital na forma de moeda, mercadorias e meios de produção. No entanto, esse conjunto de máquinas, além dos instrumentos científicos, de certa maneira, casava com as necessidades das demais frações das classes dominantes e representantes políticos dos países – não industrializados ou em processo tardio de industrialização – de controlar a natureza dos seus territórios e de se inserir na divisão internacional do trabalho a partir da negociação de produtos da natureza ou industriais.

Nas exposições universais, além dessas técnicas rigidamente funcionalizadas, já inseridas na produção de mercadorias e circulação do conhecimento no mercado mundial, muitas outras máquinas e invenções eram apresentadas antecipadamente, antes mesmo de entrar no processo de desenvolvimento direto como força produtiva ou como mercadoria produzida em série¹⁶⁹. De alguma forma, esse caráter de apresentar previamente as possíveis condições produtivas fazia parte do papel dos jornais da imprensa e dos pavilhões em oferecer, aos visitantes, o passo a passo da indústria, do comércio, das tecnologias e da ciência para a ampliação do domínio da natureza¹⁷⁰. Porém, cabe sublinhar, mesmo aquelas invenções que poderiam ser concebidas, nessa medida, como forças ocultas que ainda não participavam diretamente da produção e circulação de mercadorias, pessoas e informações, eram elas mesmas possibilidades abertas para o presente e, sobretudo, para as explorações e expansões dos capitais industriais do mercado mundial no futuro¹⁷¹.

---

¹⁶⁹ “Esse caráter de antecipação, de exibir maravilhas mecânicas e novos processos técnicos com os olhos postos no futuro, constitui aspecto marcante conforme se adentra no universo das exposições.” HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva**, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 65.

¹⁷⁰ Sobre a exibição de máquinas na exposição de Paris, em 1878, com caráter de antecipação, relata Luíz Ángel Sánchez Gómez: “Muchos de aquellos artefactos tardarán aún años en comenzar su después imparable expansión comercial y social. Nos referimos a inventos como la máquina de escribir, las de coser y lavar domésticas, el frigorífico, el neumático de caucho, el motor de cuatro tiempos y, sobre todo, el megáfono, el micrófono y el primer fonógrafo, los tres artilugios fruto del ingenio de [Thomas] Edison”. E ainda sobre *los adelantos previos*, ao ser apresentadas essas máquinas, conclui: “un ejemplo evidente de que el concepto de progreso no puede ni debe vincularse con la idea de una desbocada revolución de las técnicas, sino con la de un avance paulatino e inexorable que siempre se apoya sobre las aportaciones del más inmediato pasado”. SÁNCHEZ GÓMEZ, Luis Ángel. “Ciencia, exotismo y colonialismo en la exposición universal de París de 1878”, **Cuadernos de Historia Contemporánea**, vol. 28, 2006, p. 195-196.

¹⁷¹ Tomando como exemplo a exposição universal de Londres de 1851, interpreta Plum que algumas dessas novas invenções faziam parte das bases tecnológicas e científicas do imperialismo que estavam sendo assentadas na continuidade da exploração do mundo continental, atmosférico e marítimo: “Na exploração da terra haviam sido realizados grandes progressos até então. No entanto, não somente no mapa terrestre haviam ainda manchas brancas, também o mar e a atmosfera estavam até meados do século passado inexplorados em suas profundezas. Na exposição mundial foram exibidos então numerosos modelos de submarinos, escafandros, máquinas voadoras e balões dirigíveis. Os visitantes da Exposição Universal de Londres, de 1851, dificilmente poderiam avaliar o significado futuro dessas invenções. Essas máquinas encontravam-se numa etapa de experimentação precoce e embrional”. PLUM, Werner, **Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**.

As chamadas invenções técnicas, como analisa Maurice Dobb, se refeririam ao processo maior de transformações econômicas, de alterações técnicas e das mudanças nas relações sociais de trabalho que se materializavam nos centros da Revolução Industrial. Reforça ainda o autor que muitas das invenções, criadas no final do século XVIII e durante todo o século XIX, além de não revolucionarem imediatamente a indústria moderna, ou seja, de não possuírem êxito prático nem inserções nas unidades de produção, levaram entre vinte e trinta anos (ou mais) para serem inseridas nos sistemas produtivos, e tantas outras invenções sequer foram aproveitadas ou selecionadas como técnicas que deveriam centralizar algum tipo de atenção, no que se referia aos investimentos financeiros na produção¹⁷².

Dobb explica que as invenções, mesmo aquelas não inseridas diretamente nas unidades de produção, eram produtos sociais de um contexto de expansão da produtividade industrial do capitalismo, principalmente, durante a segunda metade do século XIX. Na ânsia de transformar o maior número possível dos produtos da natureza em mercadorias para o mercado, cabia aos inventores buscar resolver os problemas vinculados à redução, sobretudo, do tempo da produção, do número de trabalhadores e das segmentações do processo produtivo em distintos lugares, sendo a reunião de máquinas agregadoras de múltiplas ferramentas, que antes eram espalhadas por qualidades humanas distintas, o êxito prático maior (ou a invenção vitoriosa modelada pelas circunstâncias do tempo) do criador de técnicas.

Produtos dessa mesma época, as exposições universais foram espetáculos privilegiados para apresentar, às vezes em primeira mão, as invenções que já estavam sendo utilizadas ou que ainda buscavam investimentos para serem reproduzidas, negociadas e inseridas nas unidades de produção. Reflexos desse pragmatismo ascendente das circunstâncias que as produziram, as exposições aclaravam, sobre a sua época, que alguns centros se mecanizavam na produção e na circulação dos produtos do mercado mundial, mesmo que isso ocorresse com a continuidade da indústria familiar e da manufatura no interior da própria Europa e nos diversos lugares que compunham a grande massa dos fornecedores de matérias-primas e alimentos para esses centros.

Tradução de Wanderlei de Paula Barreto e Ana Maria Zanutto de Paula Barreto. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 102.

¹⁷² Baseado em Friedrich Engels, o autor elenca, como exemplo, seis grandes invenções que foram criadas em diferentes anos e, quando reunidas nas formações das fábricas, alterariam a produtividade da indústria algodoeira: 1) o caixilho tocado a água inventado por Arkwright, em 1769; 2) a máquina de fiar patenteada por Hargreaves, em 1770; 3) a mula de Compton, em 1779; 4) O tear mecânico de Cartwright, de 1785 (em uso somente entre 1820 e 1830); 5) a mula autônoma inventada por Kelly, em 1792; e 6) a máquina a vapor de James Watt, criada em 1769 e aplicada a indústria algodoeira no último quartel do século XVIII. DOBB, Maurice, **A evolução do capitalismo**. 6ª ed. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 319-324.

Nesse sentido, o ato de visitar as exposições se tornava uma verdadeira diversão fantasmagórica do tempo e do espaço, ofuscamento provocado pelo processo geral de acumulação de capital e pela necessidade da relação entre centro e periferia para continuar as taxas crescentes de lucros. Se os *magasins de nouveautés* se constituíram como grandes lojas que estocavam mercadorias com origem de diversos territórios e feitas por relações sociais de produção das mais distintas possíveis, as exposições universais, na sua dimensão mais aparente, se realizaram como uma representação em miniatura dessas novidades do mundo, um conjunto de amostras que demarcavam uma matematização dos estoques das trocas comerciais e das novidades que estavam dispostas nos acabamentos do mundo conhecido. No entanto, para o visitante, “com a exposição universal, celebra-se, portanto, pela primeira vez, o mistério que hoje se tornou familiar a qualquer um que tenha entrado em um supermercado ou tenha ficado exposto à manipulação do *réclame*: a epifania do inapreensível”, como trata Giorgio Agamben ao dizer do fetiche da mercadoria que se instalava como substância nesse processo de universalização do mundo como uma coleção de mercadorias¹⁷³.

De certa forma, essa face de vitrine da geopolítica do capitalismo demarcou as exposições universais como veículos de circulação de ideias, de pessoas e de mercadorias em escala mundial, objetivando-se como *lugares de peregrinação ao fetiche da mercadoria* para as massas visitantes¹⁷⁴. Elas eram um espetáculo do mundo exibido, tentativa de se montar a representação mais completa da *coleção de mercadorias* empilhadas para criar e satisfazer as necessidades do estômago e da imaginação¹⁷⁵. Enfim, o ato de exibição das novidades diz respeito à preparação de uma representação específica para o mercado mundial que amalgamava a proposta da “fraternidade universal” com os negócios dos capitalistas individuais, dos representantes dos Estados nacionais e o entretenimento das massas, sendo esse último ponto marcado pelo ato da exposição em si, o encontro da massa com os produtos, os edifícios, as pessoas de outros países, as mercadorias e as necessidades sociais.

---

¹⁷³ AGAMBEN, Giorgio. “Marx ou a exposição universal”. In: **Estâncias – a palavra e o fantasma na cultura ocidental**. Tradução de Selvino Assmann. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 66-72.

¹⁷⁴ BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 44.

¹⁷⁵ Lembrando aqui da célebre leitura de Marx sobre a especificidade da sociedade capitalista: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar (...). A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco, não se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou, indiretamente, como meio de produção”. MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 113.

Se nos catálogos, nos livros e nos relatórios, preparados exclusivamente para as exposições universais, se buscava dividir, classificar, localizar territorialmente e descrever como as qualidades dos produtos e as riquezas dos territórios poderiam passar por um processo de exploração ou comercialização, no ato dos acontecimentos das exposições universais, a razão de ser dessas riquezas das nações estava em serem apresentadas a partir de amostras dos próprios produtos, e levar o visitante a contemplar esses objetos era mais uma finalidade das próprias exposições. Sem dúvida, o número de visitantes, genericamente, nos permite pensar que, em parte, o convite para contemplar as mercadorias e entreter-se com o projeto da burguesia atingiu uma catástrofe razoável na difusão do ethos burguês do valor de troca e do culto do mercado mundial. Dizendo de outra maneira, os visitantes também alertavam para o nível de mobilidade dos próprios representantes de Estados, dos possuidores de capital e dos próprios trabalhadores pelo mundo para vislumbrar a montagem fantasmagórica da “miniatura” desse mesmo mundo.

A busca pelo lócus dessa estandardização da barbárie com as “cores da pacificidade” entre as sociedades ganhou, para Plum, também o sentido de comprovar e divulgar que, além das mercadorias, as pessoas poderiam circular “livremente” pelo mundo¹⁷⁶. A ideologia do progresso atingia a própria ideia de reunião das pessoas nas grandes cidades, a “pretensa evidência empírica da realização de ato de civilização”, uma vitória da humanidade na terra, uma evolução na superfície do planeta que deveria ser festejada. Na verdade, a liberdade de circular era mais um aspecto da circulação da mercadoria, por meios protecionistas ou pelo imperialismo de livre-comércio.

Usando a passagem do Antigo Testamento que trata do mito da Torre de Babel¹⁷⁷, no livro de Gênesis, Plum argumenta que as exposições universais exploraram a ideia de que as diversas línguas espalhadas pelo mundo (criadas por Deus como castigo aos povos que pretendiam atingir o contato com o céu a partir de uma torre) poderiam se reunir de maneira

---

¹⁷⁶ PLUM, Werner. **Exposições mundiais no século XIX**: espetáculos da transformação sócio-cultural. Tradução de Wanderlei de Paula Barreto e Ana Maria de Paula Barreto. Bonn: Instituto de Pesquisa Friedrich-Ebert Stiftung, 1979, p. 11.

¹⁷⁷ A lenda da Torre de Babel está no Gênesis (primeiro livro de Moisés) e se refere ao processo de origem e de fixação da humanidade após o dilúvio a partir dos descendentes da família de Noé, que, reunidos no mesmo lugar (a Babilônia), possuíam uma só língua. A Torre de Babel ganha destaque por ser uma tentativa de construção humana, com uso de tijolos cozinhados e de betume, que tinha o objetivo de reunir toda a população do mundo e fazê-la entrar em contato direto com Deus a partir de uma torre na terra. Conta a narrativa que Deus castigou essa construção, fazendo surgir diversos idiomas no interior da torre, instalando a confusão entre todos, sendo o resultado desse castigo divino a dispersão, a ocupação e a fixação desses povos-línguas em diversas frações do planeta. Cf. as palavras *Babel* e *Torre* em CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionários de símbolos**. 26ª ed. Tradução de Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim e Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 111-112; 888-889.

pacífica e respeitosa em um mesmo lugar. A alegoria da Torre de Babel servia à burguesia industrial para afirmar como o progresso técnico e o mercado mundial eram capazes de unificar todas as nações, as classes sociais e projetar os possíveis paraísos terrestres. Essa alegoria, afinal de contas, ajudava a divulgar retoricamente que as grandes cidades da era industrial, como Londres, Paris, Viena, Chicago, etc., seriam aquelas capazes de unir todas as línguas que haviam sido espalhadas pelo castigo divino e que as obras gigantescas serviriam para abrigar nesses encontros essa sociedade que lutava para se unificar.

Como lembra Fernand Braudel, qualquer *cidade-mundo* é uma Torre de Babel por reunir os diversos idiomas do mundo, ser a síntese do universo mercantil, permitir a circulação de mercadorias e o encontro das distintas pessoas do mundo, vestidas a seu modo e realizando seus interesses livres. “Essa população heterogênea, cosmopolita, deve poder viver e trabalhar em paz.”¹⁷⁸ Claro, as cidades-mundo são aquelas ligadas ao mercado mundial, ao turbilhão das trocas, ao cotidiano normatizado pelo mundo da mercadoria e da exploração do trabalho, do espetáculo pago, da circulação paga.

A reunião de idiomas diferentes em uma cidade era apresentada como sinônimo da concordância que deveria existir entre os povos. A Torre de Babel, dessa maneira, foi uma ótima alegoria para expressar que aqueles que concordavam deveriam estar coligados, definidos sobre normas e aderidos pacificamente ao projeto coletivo do mercado mundial.

Desde a Great Exhibition são lançados votos, dos patrocinadores aos participantes, para que a paz entre os povos de boa vontade se eternize. Trata-se de adaptar a insociável sociabilidade dos Estados-indivíduos num intercâmbio duradouro, próspero e pacífico, baseado em competições amistosas, espécie de olimpíadas das proezas industriais (...). Não sem propósito, as palavras da rainha Vitória na abertura da Exposição de 1851 iriam reverberar por todo o espaço do *Crystal Palace* e dos futuros eventos similares: “É meu desejo ansioso promover entre nações o cultivo de todas aquelas artes que são animadas pela paz, e que por seu turno contribuem para manter a paz mundial”¹⁷⁹.

A primeira exposição universal, em Londres (1851), abriu essa espécie de evento que congregava as determinações históricas da economia de mercado em escala mundial atreladas à reunião das pessoas como sinônimo aparente de paz mundial. Concebida como uma festa que avaliaria e compararia o “panorama geral que a humanidade inteira atingiu”, como “um novo ponto de partida de onde as nações poderão dirigir seus determinados esforços” e como uma reunião entre os homens da arte, das ciências e do comércio para elaborar os novos

¹⁷⁸ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Tradução de Telma Costa. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 22.

¹⁷⁹ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 75.

“objetivos para os quais as nações civilizadas existem”¹⁸⁰, não seria diferente entender que qualquer cidade que fosse sede dessa proposta de unidade pacífica da humanidade era centro de produção das ideias e das relações sociais em que o trabalho abstrato e o valor de troca eram a linguagem principal.

Nesse sentido, as vitrines da geopolítica do capitalismo produzidas pelas exposições universais, além de demarcar quantidades e qualidades dos produtos do mundo todo, faziam do valor de troca e da divulgação da vida baseada na mercadoria a imaginação universal da comunicação humana sobre as amostras criadas pela capacidade física e intelectual na vida moderna. Para o *nervo óptico* desse visitante, concomitante à negação das relações sociais de produção que haviam dado o conteúdo e o contexto da preparação da mercadoria, aquilo que Marx chamou de *fetichismo da mercadoria*¹⁸¹, estava posta a sedução pelas *reliquias inanimadas*. Seduzir coletivamente é, de fato, uma das sugestões da vitrine. A constituição do mundo em miniatura era a construção, no plano da imaginação, dos artigos do comércio que poderiam se tornar novas necessidades, abrir novos mercados e garantir níveis de circulação de mercadoria no interior da vida social das cidades, além de caricaturar, de forma dita didática, as diferentes relações com a natureza nos diversos territórios distantes em que se fazia a vida social.

Essa entrega para contemplar *o universo das mercadorias*, para Benjamin, afirma as exposições universais como um momento de idealizar o valor de troca sobre as próprias coisas:

As exposições universais idealizam o valor de troca das mercadorias. Criam um quadro no qual seu valor de uso passa para segundo plano. Inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para divertir-se. A indústria do entretenimento facilita isso elevando-o ao nível da mercadoria. Ele se abandona as suas manipulações ao desfrutar a sua própria alienação e a dos outros – a

---

¹⁸⁰ Frases destacadas por Leitão sobre a relação entre unidade da humanidade que estava proposta na primeira exposição em Londres. Cf. LEITÃO, Nicolau Andresen. **Exposições universais**: Londres 1851. Lisboa: Expo 98, 1994, p. 9.

¹⁸¹ “A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta, pois, como um estímulo subjetivo do próprio nervo óptico, mas como forma objetiva de uma coisa que está fora do olho. No ato de ver, porém, a luz de uma coisa, de um objeto externo, é efetivamente lançada sobre outra coisa, o olho. Trata-se de uma relação física entre coisas físicas. Já a forma-mercadoria e a relação de valor entre produtos do trabalho, em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente, nada a ver com a sua natureza física e com as relações materiais que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 147-148.

entronização da mercadoria e o brilho da distração que a cerca é o tema secreto da arte de Grandville. A isso corresponde a discrepância entre seu elemento utópico e seu elemento cínico. Suas especiosidades na representação de objetos inanimados correspondem àquilo que Marx denomina de “argúcias teológicas” da mercadoria. Estas se manifestam claramente na *spécialité* – designação de uma mercadoria que surge nesta época na indústria de luxo. Sob o lápis de Grandville, a natureza inteira se transforma em especialidades. Ele as representa no mesmo espírito o qual o reclame – também esta palavra surge naquela época – começa a apresentar seus artigos. Ele acaba demente¹⁸².

Não é por acaso que as exposições universais trouxeram para o plano primeiro a *exposição do exterior*, o sentido mais cru dessa palavra herdada do latim¹⁸³, aliada à maneira fetichista de tratar os objetos e reificar as sociedades, principalmente na medida em que as amostras apresentadas eram aquelas que faziam ou iriam fazer parte dos produtos selecionados dos museus nacionais, sendo divulgadas nos diversos “tesouros dos centros da indústria moderna e da periferia do capitalismo” como amostras congeladas de um território nacional que se transformam ironicamente em patrimônio da humanidade¹⁸⁴.

Apreciar as diversas *coisas* do mundo que aparecem no plano dos sentidos, saber de suas qualidades particulares para os negócios e seus usos sociais, era também abrir as possibilidades para conhecer que produtos poderiam ser explorados, padronizados e transformados em necessidades para os novos consumidores e que técnicas haviam de mais inovadoras para transformar novos artigos de comércio da natureza em mercadorias.

Essas experiências sensíveis com as mercadorias e a negação dos *fantasmas* nos levam exatamente a entender essas vitrines da geopolítica do capitalismo forjadas nas exposições universais como *templos fetichistas* que, de um lado, negavam as condições materiais e o dispêndio do trabalho daqueles que fizeram com que os produtos representados ficassem prontos para chegar até os olhos dos visitantes (e, ainda mais, aproveitavam essas *mercadorias* mudas para dizer o que quisessem sobre elas); de outro, compunham *templos fetichistas* por buscar encantar os visitantes com a própria mercadoria, assumindo assim uma espécie de poder fantasmagórico que, além de disfarçar as relações sociais de produção, fazia

¹⁸² BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 44.

¹⁸³ “Ex – fora de”, uma espécie de “narrativa a partir do que se vê”, CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Digital Ltda., 2010, p. 277.

¹⁸⁴ Sobre a crítica a essa maneira de narrar o passado e transmitir a história no presente, cf. BENJAMIN, W. “História y coleccionismo: Edward Fuchs”. In: **Discursos interrompidos**. Madrid: Taurus, 1973, p. 87-135, p. 225.

as relações coisificadas e qualquer produto do cérebro humano se intensificarem como coisas dotadas de vida própria¹⁸⁵.

Esse processo de naturalização das mercadorias fez das exposições universais verdadeiras arenas da aparência superficial das formas de viver e das criações humanas na sociedade industrial. Substituiu a realidade objetiva das condições de produção e da vida social particular abrigadas em cada amostra que chegava às cidades por um conjunto de descrições e apresentações tautológicas, que ganhavam expressividade com a declaração “tal qual é a realidade”, entendida a partir da ideia de imitação e cópia na sua dimensão sensível, que estava contextualizada pelos interesses da sociedade industrial e das frações das classes dominantes que enxergavam nessa exposição a possibilidade de inserção.

Tomando o Palácio de Cristal como lugar de reunião desses visitantes para contemplar a mercadoria, Hardman expõe o *fenômeno-evento* das exposições universais como um ato fragmentado, *fluxo vertiginoso do vale das mercadorias*:

O Palácio de cristal e congêneres “edificam o universo das mercadorias”, elevando um mundo à parte, que expõe fragmentos de todos os lugares conhecidos para converter-se num estranho lugar-nenhum; que rememora efemérides da história universal para misturá-las num todo informe, datado mas desprovido de densidade histórica. Valores e sentidos se dissolvem numa igualização abstrata (...) Os visitantes de há muito se mascaram em multidão: apenas os pavilhões, as classes e os grupos de objetos expostos possuem uma ordem hierárquica, uma placa com nome. Os espectadores compõem a cena, de aspecto magnífico e prismático. As galerias transbordantes são naus sem rumo; o espírito da metrópole navega à deriva. Tempo espacializado: indivíduos, objetos, tudo ocorre ao fluxo vertiginoso do vale das mercadorias¹⁸⁶.

Como centro de propagação das relações de troca e de veiculação das ideias do etos burguês, se estendendo do conhecimento científico da natureza ao seu controle material pela inserção da maquinaria, as exposições universais são resultados da produção do próprio projeto de separação entre os que fazem e os que representam aqueles que fazem aos moldes da sociedade capitalista, e as cidades grandes representam a proposta de seu próprio tempo e espaço social, que é segregado e articulado como um objeto qualquer de consumo, vislumbrado e espetacularizado.

¹⁸⁵ Essa outra dimensão do conceito de fetichismo diz respeito ao processo de circulação das coisas, e não somente à negação das relações sociais de produção e extração da mais-valia – “o fetiche é, assim, um *sex-appeal*, *sex-appeal* do inorgânico, reificação do vivo e animação do morto”. MATOS, Olgária Chain Féres. **Benjaminianas**: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 272.

¹⁸⁶ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma**: a ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 69-70.

Os espetáculos das exposições universais deixam, desse modo, um conjunto de rastros que nos permitem pensar a catástrofe que se constituiu com o mercado mundial. Sua marca maior no visitante está em atuar como uma das dimensões da ideologia do progresso de constituição da liberdade ligada à venda da força de trabalho, às necessidades satisfeitas pela mercadoria e à naturalização da divisão do mercado mundial como divisões entre Estados nacionais e, por extensão, entre povos nacionais específicos. Para os representantes de Estados e os capitalistas individuais, além do ato de autocongratulação dos resultados já atingidos, essas cerimônias do imperialismo se constituíam como *centros de acumulação de informações* sobre as condições prévias dos caminhos mais fáceis para continuar ampliando a acumulação de capital, isso ao conseguir criar um *catálogo oficial das formas de viver e das criações humanas em geral* em cada ato nas grandes cidades como parte da retórica da ampliação do processo de civilização.

Nesse sentido, as repetições, as imitações e as homogeneizações como concepção de sociedade não estariam somente no plano das palavras e das mostras de projetos, mas também nos próprios objetos e monumentos que possibilitassem a disseminação do valor de troca como linguagem universal. A questão permaneceria em fazer do concreto tautológico das cidades-mundo e dos pavilhões de cada país um particular material de divulgação, um texto que impusesse uma particularidade e que assim passasse a ser visto como o que havia de maior indicador de progresso. As cidades foram usadas como cartões-postais com a finalidade de representar o poder político, econômico e bélico nos trustes das rivalizações que os países industrializados tinham com o próprio mundo para continuar acumulando capital.

Não é por mera coincidência que essas cidades conseguiram unir sua produção material (a partir da construção de monumentos) com os interesses das diversas firmas e bancos que participavam da exposição com os objetivos de divulgar seus produtos. E, ainda mais, que fariam de obras como o Palácio de Cristal (1851), em Londres, da Rotonda, em Viena, do Palácio da Indústria (1862) e da torre Eiffel (1889), em Paris, da urbanização do Jackson Park nas margens do lago Michigan, em Chicago (1893), etc., um conjunto de obras que carregaria a relação da grandiosidade do mito da Torre de Babel com o poder dessas próprias empresas e dos Estados industrializados¹⁸⁷.

Como argumenta Hobsbawm, a produção material da própria cidade e a reunião dos empresários, representantes de Estados, de turistas e visitantes locais se exercia como um ato

---

¹⁸⁷ Como responde, ironicamente, o Príncipe Alberto sobre o Palácio de Cristal: “... os teólogos dizem que esta segunda Torre de Babel chamará a atenção e as iras de um Deus ofendido” apud LEITÃO, Nicolau Andresen. **Exposições universais:** Londres 1851. Lisboa, Expo 98.

de “autocongratulação” da burguesia industrial pela vitória do mercado mundial e dos processos de acumulação.

A era dessa vitória global foi iniciada e pontilhada pelos gigantescos novos rituais de autocongratulação, as Grandes Exposições Internacionais, cada uma delas encaixada num principesco monumento à riqueza e ao progresso técnico – o Palácio de Cristal em Londres (1851), a Rotonda (“maior que São Pedro de Roma”) em Viena, cada qual exibindo o número crescente e variado de manufaturas, cada uma delas atraindo turistas nacionais e estrangeiros em quantidades astronômicas. Catorze mil firmas exibiram em Londres em 1851 (a moda tinha sido condignamente inaugurada no lar do capitalismo); 54 mil Paris, em 1855; 29 mil em Londres, em 1862; 50 mil em Paris, em 1867¹⁸⁸.

Escancarado o poder dos dominantes sobre a natureza e a quantidade de natureza para os dominantes da indústria moderna, não seria de estranhar que a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos fossem os centros capazes de organizar tais festas de idolatria dos Estados nacionais no interior de grandes cidades que se tornavam centro da “conexão orgânica” entre esses territórios e os territórios controlados por eles no processo geral de acumulação de capital.

Enfim, a travessia até aqui percorrida nos permite concluir com um comentário simples sobre as exposições universais: a partir da necessidade de expandir o mercado mundial para, assim, também controlar as crises de sobreacumulação, os capitalistas individuais e os representantes políticos dos Estados modernos organizaram um conjunto de *espetáculos* para festejar a expansão atingida pelas forças produtivas na Europa e nos Estados Unidos, e, ao mesmo tempo, para anunciar que ainda era necessário expandir muito nas particularidades político-econômicas mais remotas do mundo. Produto das ideias da classe dominante, as exposições universais se tornaram o baile que os representantes políticos e econômicos dos Estados imperialistas produziam para eles mesmos, seus intermediários (ou propensos) dos Estados modernos na periferia do capitalismo e quem mais quisesse pagar para entrar e apreciar a história das frações que davam continuidade à história da sociedade como a história da luta de classes e da assimetria entre particularidades do globo pelas práticas imperialistas.

---

¹⁸⁸ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p.58.

**Estados Unidos:
Um Novo Centro da Geopolítica do Capitalismo**

III

Se, em 1860, os Estados Unidos eram a quarta potência industrial do planeta, atrás da Grã-Bretanha, França e Alemanha, em 1894 haviam se transformado na primeira, multiplicando-se por cinco o valor dos seus produtos manufaturados, enquanto a Alemanha conseguiu apenas duplicá-lo. Com isso, o capitalismo industrial deixava de ser uma construção exclusivamente europeia, para transformar-se numa manifestação da liderança do Ocidente sobre o resto do mundo.

André Martin, em *Guerra de Secessão*, 2011.

A maior parte do mundo, e especialmente a Europa, estava atenta aos Estados Unidos porque (...) vários milhões de Europeus haviam emigrado para lá e porque sua grande extensão territorial e seu extraordinário progresso fizeram-no rapidamente o milagre técnico do planeta. Tratava-se, como os americanos foram os primeiros a reconhecer, da terra dos superlativos. Onde mais se poderia encontrar uma cidade como Chicago, que tinha modestos trinta mil habitantes em 1850 e veio a se tornar o sexto maior centro urbano do mundo, com mais de um milhão de habitantes em apenas quarenta anos? Não havia maiores estradas de ferro do mundo atravessando inigualáveis distâncias em suas rotas transcontinentais, e nenhum outro país excedia o total em milhas construídas (49.168, em 1870).

Eric Hobsbawm, em *A era dos impérios*, 2009.

The fifth centennial of the discovery of America will find a greater nation and a greater city to celebrate the event. Our country grows at a rate which, if carried on, will make it by that time enormously stronger than any other in the world. Our population, and our resources and our capacity grow as necessity demands. The limit cannot be foreseen. Who can doubt that it will remain for the United States herself to surpass this World's Fair if it is ever to be surpassed?¹⁸⁹

George Davis, em *The World's Columbian Exposition*, 1893.

A exposição universal de Chicago, que ocorreu em 1893, ficando conhecida como *The World's Columbian Exposition*, foi a nona edição desse tipo de evento da universalidade promovido para a produção e circulação da coleção de mercadorias no mercado mundial composta pela relação entre os centros e as periferias do capitalismo. Os Estados Unidos da América haviam iniciado sua participação como sede apenas em 1876, com a organização da exposição universal da Filadélfia, diferentemente do caráter vanguardista da forma política estatal, da acumulação de capital e dos centros da sobreacumulação localizados na Grã-Bretanha e na França. Sem falar dos métodos espoliativos de ataque colonial da formação dessas potências ligadas aos territórios de além-mar, fazendo seus representantes assumir o

---

¹⁸⁹ Tradução Livre: “O quinto centenário da descoberta da América encontrará uma nação maior e uma cidade maior a celebrar o evento. Nosso país cresce a uma taxa que, se mantida, o fará nesse tempo enormemente mais forte que qualquer outro no mundo. Nossa população, nossos recursos e nossa capacidade crescem à medida que as necessidades exigem. O limite não pode ser previsto. Quem pode duvidar que ele permanecerá para os próprios Estados Unidos superar nesta Feira Mundial se ele está sempre a ser superado?”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. Chicago: International Publishing Co., 1893.

domínio da geopolítica do capitalismo e, como visto, tornando-os organizadores das primeiras grandes exposições universais.

A forma norte-americana para se tornar inicialmente potência não foi concomitante à das primeiras potências europeias nem se deu pela mesma estratégia do imperialismo de livre-mercado da Grã-Bretanha ou da colonização francesa. Veremos que, sendo um território diretamente interligado com a atração de imigrantes trabalhadores europeus e com os investimentos externos dos excedentes de capital vindos da Europa, principalmente dos ingleses, o contexto da segunda metade do século XIX americano presenciava a consolidação na expansão das fronteiras internas a partir do avanço sobre o domínio dos meios de produção, circundantes às fronteiras do Estado, pelos representantes políticos e especuladores de terras, bem como da montagem de um conjunto de infraestruturas físicas, como as ferrovias, que abriram e consolidaram novas conquistas nos limites dos territórios incorporados aos Estados Unidos. Produz-se nesse *territorialismo interno* uma estrutura integradora do campo e da cidade, de circulação de matérias primas, produtos agrícolas, industriais e de excedentes de força de trabalho para o desenvolvimento do capitalismo nesse país. Dessa forma, sediar uma exposição universal na cidade de Chicago, no final do século XIX, foi expressar o próprio processo de acumulação de capital excedente que estava articulado com a formação hegemônica dos possuidores de capital e dos representantes políticos dos Estados Unidos no mercado interno e nas competições no mercado mundial.

Neste capítulo pretendemos compreender como a exposição universal de Chicago, em 1893, faz parte de um espetáculo específico, vinculado à propaganda dos Estados Unidos como um novo centro de expansão geográfica do capital. Nesse sentido, torna-se interessante articular um conjunto de processos que nos ajude a interpretar como os possuidores de capital e os representantes da política nos Estados Unidos tornavam-se parcela desse novo centro imperialista e, dessa forma, entender como a cidade de Chicago se tornou um dos grandes centros políticos e econômicos desse país que foi capaz de sediar a maior exposição universal, com maior volume de investimentos de capital. Assim, podemos observar a importância da organização da exposição universal de Chicago como produto dos excedentes de capital e de força de trabalho que atuavam na consolidação da produção material de uma cidade e, dialeticamente, na preparação de uma exposição universal que, por um lado, dava continuidade à ideologia do progresso – que agora ganhava ares republicanos do imperialismo americano – e, por outro, deixava explícito que tudo isso só era possível porque havia, no interior do país, instituições e personagens muito ricos à procura de investimentos seguros

para os imensos montantes de capital na periferia do próprio país, bem como, na periferia do capitalismo, sendo a América Latina sua zona de influência em latência.

3.1 O *territorialismo continental* como base do imperialismo americano

É de Karl Marx, em *O capital*, a afirmativa de que é nas antigas colônias, como as que formaram os Estados Unidos, no norte da América, que se descobre a verdade sobre as relações capitalistas na metrópole. Descobre-se também como os representantes do capital na Europa ocidental, baseados no domínio da produção de excedentes e na exploração do trabalho de outra classe, necessitavam invadir as sociedades do outro lado do oceano, a fim de recriar as condições necessárias para a crescente valorização do próprio capital. Assim, reproduzem-se nesse processo os representantes dos possuidores de capital ao destruir as propriedades fundadas no próprio trabalho. Estabelecem ainda uma proposta de produção sob os ombros de um conjunto de expropriados locais e imigrantes que se formavam como uma grande massa de vendedores de si mesmos, ao mesmo tempo em que acompanhavam o avanço da metamorfose dos meios de produção, nos cantos mais remotos das antigas relações sociais não capitalistas, em capital¹⁹⁰.

Ora, a escrita do texto de Marx, em 1867, evidenciava um país que tomava medidas internas para se tornar completamente capitalista, capazes de possibilitar a constituição de uma sociabilidade baseada na contradição entre os possuidores de capital e a grande massa de trabalhadores livres assalariados na agricultura e na indústria; mostrava também que o rápido processo de industrialização estivera ligado por tais iniciativas, isto é, pelo método violento e expropriativo semelhante da acumulação primitiva europeia, necessário para se tornar também uma potência agrícola e industrial capitalista no interior do Novo Mundo. Para haver o empilhamento cada vez maior de capital nas mãos de poucos possuidores, foi necessário transformar a grande massa de humanos em trabalhadores, os meios de produção em propriedade privada e o avanço para a exploração planejada da terra em projeto nacional, ao mesmo tempo que essa usurpação e exploração, que aumentavam a massa de miseráveis com base na opressão, ocorriam sob muitas experiências de resistência, rebeliões e planos de libertação por parte dos trabalhadores, redesenhando os próprios planejamentos estatais.

A questão central que queremos trazer para compreender os Estados Unidos no último quartel do século XIX – e, assim, o período marcado pela grande crise de capitais

---

¹⁹⁰ MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, em especial o último capítulo, “A teoria moderna da colonização”.

excedentes entre 1873 a 1895, em que ocorre a exposição universal de Chicago – refere-se à análise do passado recente americano anterior a 1893, montado sobre o desenvolvimento das forças produtivas e da eficiência da expropriação e da exploração dos trabalhadores, bem como da tomada de meios de produção para atrair e negociar com os emigrantes na fronteira, que permitiria aos representantes dos Estados Unidos da América falar em nome de um Estado moderno.

Na década de 1860, as dimensões dos Estados Unidos já eram próximas às de hoje, uma vez que se afirmou o processo de consolidação das fronteiras e de jurisdição sobre um território nacional, o sistema de modernização da agricultura, o aumento do exército reserva de trabalhadores com base na imigração de populações europeias, o aumento da produção de mercadorias em manufaturas e fábricas e as transformações econômicas e políticas vinculadas à industrialização e urbanização. Como ressalta André Martin, tudo se torna incompreensível, para o caso também dos Estados Unidos da América, se não fizermos um exame do que se tornou esse país a partir da década de 1860, quando a “humanidade vivenciou as contrações que precederam o nascimento da sociedade atual”¹⁹¹.

Alguns números, citados por Emília Viotti da Costa sobre essa dinâmica no mercado interno e suas alterações até a década de 1860 interessam-nos na medida em que decomponemos indiretamente esses dados numéricos, evidenciando alguns processos que estavam vinculados às transformações econômico-políticas dos Estados Unidos que precederam a grande crise de sobreacumulação entre 1873 e 1895. Sobre alguns resultados das transformações referentes ao crescimento do impulso da acumulação de capital nos Estados Unidos na década de 1860, relata a autora:

Após a Independência, os grandes proprietários rurais tiveram que dividir o poder com outros grupos, que se tornaram crescentemente poderosos graças ao desenvolvimento de novas formas de empreendimentos no século XIX. Em 1848, havia nos Estados Unidos 123.025 manufaturas; vinte e dois anos depois, o número tinha aumentado para 353.863 (...); em 1851, havia 8.886 milhas de ferrovias e, em 1861, 31.286, milhas (...) O número de bancos nos Estados Unidos aumentou de 85, em 1811, para 1.931, em 1860 (...) A população dos Estados Unidos cresceu de 5.486.000, em 1808, para 33.188.000 em [1862] (...) De 1820 a 1861 mais de cinco milhões de pessoas, provenientes principalmente da Europa, dirigiram-se para os Estados Unidos (...) A diversificação econômica e o crescimento populacional afetaram principalmente a região Nordeste dos Estados Unidos e provocaram profundas mudanças na estrutura social. O número de trabalhadores industriais aumentou de 957.059, em 1849, para 2.053.996, em 1869 (...) Os setores de classe média (pequena burguesia) também se expandiram rapidamente. Os grupos empresariais tornaram-se mais poderosos, passando a investir capital em diferentes

---

¹⁹¹ MARTIN, André. “Guerra de Secessão”. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 219-251.

atividades: bancos, manufaturas, ferrovias, canais, melhoramentos urbanos, seguros, etc.¹⁹²

“Seja qual for a forma que escolhermos para analisar a transformação dos Estados Unidos, se o final de um sonho revolucionário ou o início de uma era, o fato é que isso aconteceu no período de 1848-1875.” É dessa forma que Hobsbawm trata do fracasso do sonho rural dos proprietários agrários livres (ligados à imagem inicial da república e da liberdade na independência) a partir da corrida de expansão para o Oeste e, sobretudo, da Guerra Civil Americana (1861-1865). Esses eventos, demarcados num processo político-econômico de aspecto temporal e territorial, interpenetravam-se como dois movimentos que, para a história dos Estados Unidos, tornaram-se divisores de água, fazendo os possuidores do capital e os representantes da política estatal americana atuarem num extenso projeto de consolidação de uma materialidade territorial.

Trata-se do avanço da expropriação interna (separando comunidades rurais autóctones dos meios de produção e das comunidades rurais que habitavam) e, contraditoriamente, da luta pela recolonização e domínio das novas porções territoriais expropriadas (usando membros da população local de outros pontos do território e de imigrantes para ocupar o território no avanço do domínio dos meios de produção). Exemplos desse processo são a Califórnia (em 1850) e o Novo México (1853), a partir da constituição das grandes plantações de monoculturas, da mineração, da urbanização, da industrialização e da implantação de infraestruturas de transporte, comunicação, armazenamento, segurança, etc.¹⁹³

A questão da “descoberta” do ouro na Califórnia, que até 1848 era parte do território mexicano, trouxe também uma preocupação mais intensa sobre o domínio do Oeste e o controle sobre a entrada do Pacífico. Na verdade, essa reserva de ouro multiplicava os meios de pagamentos e a potencialidade do crédito nos Estados Unidos, encorajava os líderes da economia mundial, bem como, das fronteiras próximas, a migrar e investir naquela fração isolada do território americano, a que só se chegava pelo mar. O resultado, como afirma Hobsbawm, foi que os “caçadores de ouro” no Pacífico criaram novos mercados a partir do nada, fazendo da Califórnia um centro econômico e populacional dos Estados Unidos:

Em fins de 1849, a população da Califórnia havia passado de 14 mil para aproximadamente 100 mil e, em 1852, para 500 mil; San Francisco já era então uma

¹⁹² COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 191-192.

¹⁹³ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

cidade de quase 35 mil. No final de 1849, cerca de 540 navios aportaram naquela cidade, oriundos de portos metade europeus, metade americanos, e, em 1850, 1.150 navios ali deixaram quase meio milhão de toneladas de mercadorias (...) A Califórnia, pela primeira vez, criou uma rede de comércio ligando as costas do pacífico, através dos quais cereais chilenos, café e cacau mexicano, batatas e outros alimentos da Austrália, açúcar e arroz da China e mesmo – depois de 1854 – algumas importações do Japão foram transportadas para os Estados Unidos¹⁹⁴.

Não por acaso, como iremos ver, foi da Califórnia o maior montante de doações de capital para a organização da exposição universal de Chicago.

Além da importância dos metais preciosos da Califórnia, a expansão territorial interna dos Estados Unidos para o Oeste (Kansas, Nebraska, Utah, etc.), até 1860, preparava as bases econômicas e sociais que, movidas pela atração das novas trocas comerciais, alargavam o número de proprietários e possuidores de capital interno. Os interesses dos possuidores de capital excedente externo e, assim, de força de trabalho excedente também em outros territórios, criaram nas terras americanas a possibilidade dos investidores de acumular rapidamente, transformando possuidores de capital e representantes do Estado em personagens que enxergavam como desafio a necessidade de estabelecer as bases materiais de um projeto de desenvolvimento econômico, o qual serviu de suporte para um Estado moderno.

Entre 1861 e 1895, constituíram-se os Estados Unidos em mais um centro da geopolítica do capitalismo que se moveria por ações imperialistas. Inicialmente, continentalmente, garantindo dominação sobre o território conquistado e as suas fronteiras, tomando suas práticas de imperialismo continental sem atrapalhar, no âmbito do domínio espacial do mercado mundial, as estratégias econômicas e o poder político da Inglaterra e da França. Bases continentais que, posteriormente, serviriam para a demarcação dos excedentes da natureza e para a produção de excedentes industriais, no período do último quartel do século XIX, que também levariam os representantes americanos para as práticas imperialistas na América Central e do Sul e para o Pacífico¹⁹⁵.

A montagem desse territorialismo interno continental é interpretada por Arrighi, em seu livro *O longo século XX*, como a base do imperialismo americano¹⁹⁶. Diferentemente da Inglaterra, que compôs um império mundial derivado de uma economia mundial construída também sob seu controle, a formação econômica e social dos Estados Unidos, em vez de um

¹⁹⁴ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 97-98.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

colonialismo direto externo, erigiu suas bases capitalistas sobre um vasto processo de conquista e ocupação de territórios vizinhos ou distantes, fora da expansão inicial das treze colônias, marcada também pela violência sem precedentes contra as populações indígenas locais.

“Essa harmonia perfeita entre territorialismo e capitalismo na formação do Estado norte-americano”, para Arrighi, esteve ligada à própria ideia de *espaço vital*. Este era concebido como o território julgado “necessário” para a existência da nação, ou seja, como uma base material alargada que possibilitasse, aos possuidores de capital e aos representantes de Estado, controlar a ampliação dos recursos naturais até se chegar aos limites possíveis para o amplo desenvolvimento do capitalismo, a expansão material da exploração dos braços dos nativos e, sobretudo, a transformação do espaço pelos braços dos novos habitantes que chegavam (fugitivos, esfomeados, etc.) da Europa.

Dito de outra forma, desde a independência política dos Estados Unidos, em 1776, quando colonos europeus, costurados por treze estados diferentes, exigiram sua soberania da Inglaterra, os mesmos, para Arrighi,

trataram de conquistar toda a parte do continente norte-americano que era lucrativa e a reorganizar seu espaço de maneira totalmente capitalista. Entre outras coisas, isso significou retirar os nativos para dar espaço a uma crescente população de imigrantes (...) O resultado foi um compacto império territorial doméstico – termo indistintamente usado como sinônimo de união federativa – caracterizado por custos de proteção substancialmente inferiores aos do vasto império territorial ultramarino da Grã-Bretanha¹⁹⁷.

De certa forma, como já vimos com Rosa Luxemburgo no capítulo anterior, a violência, a guerra, a resistência e as revoluções estavam vinculadas como os dois lados da mesma moeda da expansão geográfica dos países capitalistas industrializados sobre sociedades não capitalistas – e, no caso específico dos Estados Unidos, sobre outras regiões num mesmo país, que, baseadas na divisão entre capitalistas e assalariados (como era o caso do Leste americano, com centro em Nova York), avançavam seus domínios na abertura de novos mercados e trocas comerciais sobre outros modos de produção não capitalistas que coexistiam nesse mesmo Estado moderno em constituição. É necessário dizer, mesmo que Arrighi fale disso tão naturalmente, que essa reorganização do território totalmente capitalista se fazia com a força bruta da barbárie, com a destrutividade militar das outras formas de fazer

---

¹⁹⁷ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 60.

a vida na América, brotando essa nova sociabilidade para o mercado à base de muita violência¹⁹⁸.

Que o domínio territorial tinha como foco compor um conjunto de relações sociais capitalistas nos Estados Unidos, isso já estava claro. Da mesma forma que também só era possível alcançar tal objetivo criando um mercado interno, ou seja, expropriar a grande massa de humanos das propriedades coletivas, transformando os nativos e os imigrantes em trabalhadores e consumidores de novas mercadorias e a terra, os recursos naturais e os meios de subsistência em artigos de comércio. Processos bastante marcados pelo ponto de inflexão da história econômica e política que foi dada pelo acontecimento da Guerra Civil Americana (1861-1865), isto é, pelo “maior evento da história americana, uma vez que ali foram fincadas as bases daquilo que se tornaria, mais tarde, o Estado mais poderoso na face da terra”¹⁹⁹.

Como nos conta Abel Enrique González Santamaría, a Guerra de Secessão americana foi um acontecimento central e estratégico, para não dizer final, que produziu um duplo aspecto no que se trata da consolidação desse “territorialismo interno” para a história político-econômica dos Estados Unidos. Por um lado, a Guerra Civil, vencida pelo Norte, serviu para consolidar a fronteira meridional do território estatal pelos representantes protecionistas da burguesia, e ainda foi utilizada para o controle do livre-comércio das exportações de matérias-primas, como o algodão, a cana-de-açúcar e o fumo para a Grã-Bretanha e a França²⁰⁰, arrastando nesse aspecto um projeto interno de expropriação das populações autóctones, a abolição da mão de obra escrava (1863-1865) e o planejamento sobre o tipo de uso e integração das novas terras e da força de trabalho empregada no Oeste como elementos para o projeto de escoamento dos investimentos de capital excedente. Por outro lado, a consolidação desse território integrado de tamanhos continentais dava as condições permanentes de renovação dos meios de produção para os possuidores de capital internos (representados em grande medida por Nova York) e, assim, das próprias bases de negociação dos Estados Unidos com a Inglaterra e os demais recursos empresariais com outros Estados, sobretudo nos momentos de crise, se tornando assim o principal centro aliado

---

¹⁹⁸ LUXEMBURGO, Rosa. “A acumulação de capital – uma anticrítica”. In: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e acumulação de capital**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972.

¹⁹⁹ MARTIN, André. “Guerra de Secessão”. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 219-251.

²⁰⁰ Como nos lembra Hobsbawm, “os estados do Sul dos Estados Unidos, por exemplo, estavam [até o início da Guerra de Secessão] bastante contentes de ter mercado ilimitado para seu algodão na Inglaterra e, portanto, ficaram fortemente ligados ao comércio livre até serem conquistados pelo Norte”. HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848 – 1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. p. 66.

de atração, absorção e investimentos dos capitais excedentes (de força de trabalho, moeda, produtos, etc.) da economia mundial após a segunda metade do século XIX²⁰¹.

A Guerra de Secessão colocava os proprietários de terra do Sul (representados pelo general Lee) em disputa direta com os industriais e banqueiros no Norte (representados pelo general Grant). Dizendo de outra maneira, se tratava de uma guerra contra os poderes internos do Sul na representação política da presidência e do Congresso americanos (de 1789 a 1860), que também tinham planos de expandir a exploração de escravizados no Oeste, bem como de uma luta pela tomada dos representantes do Norte do domínio do território e das trocas comerciais orquestradas pela Inglaterra nas terras do Sul, sendo o domínio sobre esses produtos um importante tema para a guerra.

Outros temas envolvidos no conflito, nesse sentido, eram as tarifas na troca das mercadorias, já que o Sul defendia baixas tarifas no livre mercado de matérias-primas e alimentos e o Norte, altas tarifas protecionistas. Ainda podemos citar os interesses em direcionar as políticas territoriais de transporte e os recursos financeiros dos cofres públicos, já que o Norte defendia a expansão das ferrovias para o Oeste e o Sul, como uma forma de reproduzir a acumulação ampliada de capital em regiões do território vistas como populosas e ricas em recursos, porém, isoladas do litoral, perpetuando nesses fragmentos do território o tempo lento da vida de migrantes camponeses e das relações sociais de produção baseadas na escravização ou mesmo em brancos livres não assalariados. Na correnteza das pautas, o tema da abolição também se transformou em um ataque feroz dos possuidores de capital no Norte aos proprietários de terra e de escravizados no Sul, pois a expansão geográfica interna vinculada ao algodão e ao fumo, em grande medida, estava se dando com base no trabalho de escravizados e sob o controle territorial dos donos de escravizados, sendo a abolição, dessa maneira, a força de precipitação do poder do Sul sobre extensas terras, braços e mentes nos Estados Unidos.

Perguntando-se sobre o que levaria a Guerra Civil nos Estados Unidos a se tornar uma Guerra de Secessão, Hobsbawm diz que essa foi a saída política encontrada pelos proprietários de terra e de escravizados para perdurar a sobrevivência das relações de produção não capitalista como forma de acumulação de capital a partir da circulação e venda dos produtos. Esses proprietários e intermediários de matérias-primas já não vislumbravam mais a condição de coexistência dos distintos desenvolvimentos de modos de produção capitalista nos Estados Unidos, especialmente após a eleição de Abraham Lincoln (de

---

²⁰¹ SANTAMARÍA, Abel Enrique González. **La gran estrategia:** Estados Unidos vs América Latina. Habana: Editorial Capitán, 2013.

Illinois), em 1860, momento em que os sulistas já havia também entendido que perderiam, no conjunto, o domínio da expansão para o Oeste. Em outras palavras, o Norte, centro industrial-financeiro dos Estados Unidos, marcado por Nova York, estava no centro da dinâmica da expansão geográfica do capital e, assim, do desenvolvimento expansivo das forças produtivas no território americano, “estava numa posição de unificar o continente que o Sul não tinha. Agressivos em postura, o recurso real dos sulistas estava em abandonar a luta e separar-se da União”²⁰².

Ao final, para o Partido Republicano e os representantes da indústria abrigados ao Norte, a finalidade da guerra era criar um sistema protecionista que livrasse a burguesia do fantasma do separatismo do Sul do país. Sabiam todos eles que o sistema de territorialismo interno do Norte pelo Sul era necessário para a montagem de um desenvolvimento geográfico desigual interno marcado pela interdependência econômica: primeiro, para possibilitar o processo de acumulação de capital no Norte industrial e a competição a nível internacional, inclusive com a Grã-Bretanha, ao ter matérias-primas a baixos preços e meios de subsistência em abundância que permitissem uma renovação da produção industrial capitalista e a reprodução da exploração do trabalho²⁰³; segundo, o controle do Sul também possibilitaria absorver os produtos das populações camponesas autóctones e avançar na modernização da agricultura a partir do que se tinha nos mercados interno e externo, produtores e consumidores para as matérias-primas e os alimentos. Abria-se, com essa divisão social e territorial do trabalho entre Norte e Sul, um trunfo para a fortificação do Norte como centro econômico e, dessa forma, para novas negociações com a Inglaterra e para a invasão dos produtos agrícolas e industriais americanos em geral, tornando o Sul um centro subordinado ao Norte, sem falar da permanência das intensas práticas racistas que perduraram mesmo com a abolição²⁰⁴;

---

²⁰² HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 205.

²⁰³ Sobre a autonomia gestada para o desenvolvimento econômico, ao se possuírem matérias-primas e alimentos, assinala Maurice Dobb: “Os países que contavam com uma agricultura [interna], e não com a importação, para seu abastecimento alimentício, tais como a Alemanha e no caso da América também para suas matérias-primas, inclinavam suas preferências para uma política de proteção diferencial da indústria nascente. Onde produtos agrícolas tanto supriam as necessidades do consumo nacional quanto eram exportados, essa política apresentava o significado não só de excluir a concorrência de indústrias estrangeiras no mercado nacional, mas também de tender a aumentar o nível interno de preços industriais, ao mesmo tempo que mantinha os preços agrícolas no nível mundial, fazendo assim as condições de comércio dentro das fronteiras nacionais voltar-se para a vantagem da indústria, exatamente como dentro de um sistema de metrópole e colônias o Sistema Mercantil fizera antes”. DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 6ª ed. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 239.

²⁰⁴ Não se trata de esquecer que o Norte também era segregado entre bairros de brancos e de negros, apenas de relatar como a escravidão ampliava a intensidade das próprias práticas racistas e contra o negro nos Estados Unidos. “De fato, o Sul permaneceu agrário, pobre, atrasado e ressentido; os brancos ressentindo a nunca esquecida derrota, os negros a privação de direitos civis e rudeza da subordinação reimposta pelos brancos.”

terceiro, a abertura de novos territórios, ainda sem infraestrutura de transporte e de comunicação, possibilitaria aos banqueiros e especuladores internos ou estrangeiros de capital intermediar, especular e jogar com o dinheiro a partir das estradas de ferro, das construções urbanas, da telegrafia. Ou seja, o Sul pretendia auferir um destino lucrativo ao capital ocioso.

Que a Inglaterra era a grande fábrica em que se produziam os bens industriais para o mundo, não se havia dúvida e não se perdia isso de vista. A Guerra de Secessão alargava as possibilidades de diálogo entre a Inglaterra e o Norte, com os representantes políticos e possuidores de capital nos Estados Unidos mais ligados à recente industrialização, à especulação de terras, aos transportes, à expansão do trabalho assalariado, aos bancos e à abertura para investimento dos excedentes no campo e nos centros urbanos em formação. Isso já se apresentava como um novo aspecto da acumulação de capital dos anos posteriores à primeira crise de sobreacumulação de capital, de 1848, sendo explícitas as medidas do imperialismo britânico sobre a proibição do tráfico internacional de escravizados e, concomitante, a defesa da abolição da escravização. No entanto, como assinala Mike Davis, os chefes de Estado e os possuidores de capital entendiam que os investimentos financeiros nos Estados Unidos e a compra contínua de matérias-primas criavam um concorrente futuro no mercado mundial, sobretudo quanto a produtos industriais e capitais financeiros, já que eram a dívida externa e o abastecimento da periferia com produtos industrializados que muito satisfaziam os bancos e os representantes da mercadoria nos centros do capitalismo²⁰⁵.

No início da guerra, a Inglaterra havia apoiado o Sul, representado pelos escravistas, aristocráticos agrícolas e membros do Partido Democrata, aliado dos próprios ingleses na exportação de matérias-primas e no controle de parte da produção agrícola dos Estados Unidos. No entanto, esse apoio da Inglaterra (e da Europa) estava condicionado à possibilidade de lucratividade com a guerra, quer com os empréstimos de capital financeiro, quer com a continuidade da importação de algodão. No que diz respeito à importação de capital, os Confederados buscaram o financiamento da guerra a partir do endividamento do Estado, como relata o historiador da burguesia Niall Ferguson:

No começo da guerra, na ausência de um sistema preexistente de imposição central de impostos, o inexperiente Tesouro Confederado para por seu exército através da venda de títulos para seus próprios cidadãos, na forma de dois grandes empréstimos de US\$ 15 milhões e US\$ 100 milhões. Mas havia uma quantidade finita de capital

---

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 205.

²⁰⁵ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

líquido disponível no Sul, com suas muitas fazendas autossuficientes e suas cidades relativamente pequenas. Para sobreviver, como mais tarde foi alegado, a Confederação procurou os Rothschild, na esperança de que a maior dinastia financeira pudesse ajudá-la a derrotar o Norte, como tinha ajudado Wellington a derrotar Napoleão (...) Na realidade, entretanto, os Rothschild optaram por não apoiar o Sul. Por quê? Talvez porque eles sentissem um desgosto genuíno pela instituição da escravidão. Mas pelo menos de igual importância foi uma consciência de que a Confederação não era um bom risco de crédito (afinal, o presidente confederado, Jefferson Davies, havia advogado abertamente o repúdio das dívidas do estado, quando era senador)²⁰⁶.

Quanto à questão da lucratividade promovida pela exportação de algodão para Inglaterra e a Europa, sabiam os sulistas que essa era a moeda de troca principal com os centros da acumulação de capital, fazendo dessa matéria-prima para a indústria têxtil a base da confiança do financiamento para a guerra²⁰⁷.

Nas palavras de Ferguson, essa era a “carta na manga” dos sulistas:

A ideia era usar a colheita de algodão do Sul não apenas como uma fonte de ganhos com a exportação, mas como colateral para um novo título garantido pelo algodão. Quando a obscura firma francesa de Emile Erlanger & Co. começou a emitir os títulos garantidos pelo algodão em nome do Sul dos Estados Unidos, a resposta de Londres e de Amsterdã foi mais positiva. A coisa mais atraente sobre esses títulos em libras esterlinas, que tinham um cupom de 7% e um vencimento de vinte anos, era que eles podiam ser convertidos em algodão a preços anteriores à guerra, de seis [pensos] a libra-peso. Apesar das derrotas militares do Sul, os títulos mantiveram seu valor durante a maior parte da guerra pela simples razão de que o preço da garantia subjacente, o algodão, estava subindo como consequência da demanda crescente durante o período de guerra. De fato, o preço dos títulos realmente dobrou entre dezembro de 1863 e setembro de 1864, a despeito das derrotas da Confederação em Ganttysburg e em Vicksburg, porque o preço do algodão havia disparado²⁰⁸.

Além das dependências das condições acima relatadas, não se pode descartar a dependência da exportação do trigo do Norte para a Inglaterra, atrelada mais à proposta abolicionista defendida pelos donos de indústria, pelos intelectuais do chamado “renascimento americano” e por alguns do Partido Republicano. Sem falar que a proposta do Norte para expandir a construção de ferrovias e novos investimentos em infraestrutura para o Sul e o

²⁰⁶ FERGUSON, Niall. **A ascensão do dinheiro**: a história financeira do mundo. Tradução de Cordelia Magalhães. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009, p. 90-91.

²⁰⁷ “Em 1860, o porto de Liverpool era a principal artéria para o suprimento de algodão importado para a indústria têxtil britânica, então o principal vetor da economia industrial vitoriana. Mas de 80% dessas importações vinham do Sul dos Estados Unidos. [...] Para aumentar a pressão, decidiram impor um embargo em todas as exportações de algodão para Liverpool. Os preços dispararam de 61/2 por libra-peso para 271/2. [...] Uma típica tecelagem inglesa, como a que está preservada em Styal, no Sul de Manchester, empregava cerca de 400 trabalhadores, mas esse número era apenas uma fração das 300.000 pessoas empregadas pela firma King Cotton, em Lancashire, como um todo. Sem algodão não havia literalmente nada que esses trabalhadores pudessem fazer”. Ibidem, p. 92.

²⁰⁸ Ibidem, p. 91.

Oeste fazia com que os possuidores de capital da Inglaterra e Europa considerassem a possibilidade da construção do projeto econômico proposto pelo Norte, pois enxergavam nessa possibilidade de industrialização, abolição e expansão do trabalho livre em novas terras (além da criação necessária de novos consumidores) um processo ligado à consolidação de mais um ponto de desenvolvimento do capitalismo, mesmo que já tivesse ficado claro que teriam ainda o algodão de fibra fina de qualidade dos Estados Unidos²⁰⁹.

As possibilidades de investimento lucrativo a partir dos elementos acima citados, encabeçados pelo Norte, atreladas à queda da seguridade dos títulos emitidos pelo Sul para o financiamento da guerra levaram a um distanciamento gradual entre os possuidores de capital da Europa e os confederados: sem falar que, no que se trata da compra de matérias-primas e de meios de subsistência, a Índia, o Egito, a China e o Brasil haviam entrado nessas trocas no âmbito do mercado mundial britânico²¹⁰.

Ainda assim, a capacidade do Sul manipular o mercado de títulos dependia de uma condição complicada: que os investidores pudessem tomar posse física do algodão que garantia os títulos, se o Sul deixasse de pagar os juros. Afinal, a garantia somente é boa se um credor pode botar as mãos nela. E foi por isso que a queda de Nova Orleans, em abril de 1862, foi o verdadeiro momento decisivo da Guerra Civil americana. Com o principal porto do Sul nas mãos da União, qualquer investidor que quisesse se apoderar do algodão sulista teria que passar pelo bloqueio naval da União, não apenas uma vez, mas duas, para entrar e para sair. Considerando o crescente poder naval do Norte na área e em torno do Mississippi, essa não era uma perspectiva atraente²¹¹.

Além da tomada do porto e o combate ao financiamento da guerra propostos pelo Sul com a venda de títulos na Europa, o retorno dos debates sobre o *Homestead Act*, em 1862, foi um projeto proposital de enfraquecimento dos proprietários de terra e de escravizados do Sul. O *Homestead Act* reforçava o projeto dos burgueses e especuladores de terra no Norte, mesmo que propusesse na sua primeira versão do plano original o trabalho livre e a terra livre para os imigrantes já instalados nos Estados Unidos, para os nativos sem-terra do Sul escravizados e para a classe média urbana proletarizada. Em seu plano inicial, “oferecia a qualquer filho de família americana, maior de 21 anos, 160 acres gratuitos depois de cinco anos de residência

²⁰⁹ SANTAMARÍA, Abel Enrique González. **La gran estrategia**: Estados Unidos vs América Latina. Habana: Editorial Capitán, 2013.

²¹⁰ MARTIN, André. “Guerra de Secessão”. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 219-251.

²¹¹ FERGUSON, Niall. **A ascensão do dinheiro**: a história financeira do mundo. Tradução Cordelia Magalhães. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009, p. 93.

contínua ou compra por U\$\$ 1,25 por acre depois de seis meses. Não é preciso acrescentar que essa utopia fracassou”²¹².

Tornava-se um projeto da burguesia, dos banqueiros e dos especuladores na expansão interna da fronteira dos Estados Unidos para o Oeste, ao mesmo tempo que essas frações da classe dominante no Norte vislumbravam, nessa abertura de caminho, uma expansão do número de vozes contra a escravização e os proprietários de terra no Sul. Aprovar o *Homestead Act* no período da Guerra Civil, ou seja, no momento de maior desentendimento dos projetos da burguesia industrial do Norte e da aristocracia no Sul, foi declarar não só a derrota dos donos de escravizados que já tinham seus nomes expurgados da contraposição política presidencial, mas apresentar que as terras públicas ao Oeste e a expansão geográfica das fronteiras internas estavam sendo vistas como campo aberto para a produção agrícola e como centros de trabalho e de consumo dos produtos industrializados. E, ainda mais, como um centro para pequenos e grandes investimentos nos negócios de terra pelos especuladores que recebiam ou compravam terras públicas, usando do discurso da distribuição de alguns lotes de terras para pequenos proprietários apenas como um pequeno projeto subordinado sobre o qual se transformariam os interesses especulativos, a exploração do trabalho e dos recursos naturais a Oeste²¹³.

Esse retorno ao debate sobre a expansão para o Oeste, em plena guerra, evidenciava o poder da própria dinâmica do capital, que tinha na destruição de seus obstáculos físicos e sociais a constituição da materialidade resultada da expansão geográfica do processo de acumulação de capital.

A necessidade de expansão para o Oeste resultou de um complexo conjunto de forças: urbanização, industrialização, imigração, acumulação de capital e ampliação do mercado interno e do mercado internacional. Aos olhos dos novos grupos empresariais, o Oeste era um campo para investimentos de capital, um mercado potencial para seus produtos manufaturados e um celeiro para os crescentes centros urbanos no Leste e para o mercado internacional. À medida que os investimentos eram canalizados em direção ao Oeste, para aquisição de terras, para a construção de estradas, ferroviárias, canais, etc., e novas áreas eram povoadas, os investidores e os novos colonizadores interessados no desenvolvimento do Oeste uniram-se àqueles que defendiam o *Homestead Act* (...) Apesar da ideologia que sustentava o *Homestead Act* enfatizar a superioridade do pequeno agricultor independente e o próprio Ato tencionar combater a monopolização da terra por especuladores, a economia encaminhava-se na direção oposta. A mecanização da agricultura, aumentando a dependência ante o crédito e o transporte, e a vulnerabilidade às oscilações do mercado – característica da nova agricultura comercial – tornaram difícil a sobrevivência do pequeno proprietário livre e independente. Sem capital

²¹² HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 199.

²¹³ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 171-195.

para obter equipamentos para suas fazendas e vivendo em terras relativamente inférteis e distantes dos meios de transporte, muitos agricultores foram forçados a se tornar arrendatários nas terras dos especuladores, que continuavam monopolizando a melhor terra (...) O *Homestead Act* – que resultou essencialmente da situação criada pela revolução industrial – era incongruente com as novas tendências da sociedade industrial. As expectativas que fizeram emergir o “mito da pequena propriedade” (...) foram frustradas pelas novas tendências econômicas²¹⁴.

“Os verdadeiros beneficiários da terra livre eram os especuladores, financistas e empresários capitalistas.”²¹⁵ Esse plano construído para os pequenos proprietários (que estão na origem do Partido Republicano) redesenhava o projeto de doação das terras públicas entre os donos de estradas de ferro e os jogadores da bolsa de valores, que, operando a partir da especulação imobiliária, passaram a negociar a propriedade privada das terras do Oeste. A não doação de terras ao Oeste se articulava com outro problema, que os representantes do Norte estavam bem mais preocupados em resolver naquele período e que estava ligado ao domínio do território: a consolidação de uma força de trabalho livre para ser explorada nos planejamentos que vislumbravam materializar as infraestruturas e a mobilidade do capital na expansão geográfica para o Oeste e para o Sul, sendo a Guerra de Secessão um momento de abertura para interligar essa nova configuração territorial.

Era sabido pelos representantes do Estado e pelos possuidores de capital que um dos maiores problemas dos Estados Unidos para consolidar seu projeto de desenvolvimento capitalista estava em conseguir fazer crescer o número de trabalhadores e, além disso, criar estratégias que barrassem o acesso de populações locais, ex-escravizados e imigrantes aos meios de produção, já que o avanço contínuo da fronteira a Oeste possibilitava a passagem rápida da condição de trabalhador para a de pequeno proprietário de concorrente dos antigos patrões capitalistas. Mesmo assim, o tamanho do território em processo de conquista forjava a ocupação das terras como parte da raiz ideológica de sua nacionalidade: a ideologia da *zona pioneira*, que colocava continuamente o problema do número de trabalhadores livres para ocupar as ditas terras livres e o número de expropriados que serviriam para a própria exploração nas indústrias e nas fazendas²¹⁶. Mesmo que não se possa esquecer que tribos

²¹⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 188-190.

²¹⁵ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 199.

²¹⁶ Lembra José de Souza Martins que a noção de *zona pioneira* “teve um sentido muito forte na conhecida ‘marcha para Oeste’, no século XIX, nos Estados Unidos da América. Chegou mesmo a constituir ali o fundamento ideológico de uma teoria da história americana e do caráter nacional americano. Isso [ironicamente] porque os pioneiros eram homens livres que ocupavam terras igualmente livres do Oeste”. MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 64. Essa ideia também pode ser encontrada nos personagens dos romances de Rudyard Kipling (1865-1936) como característica dos vencedores europeus, agora do outro lado do Atlântico. “Do outro lado do Atlântico, à imagem do colonizador que leva o ‘fardo do homem branco’, corresponde a mitologia norte-americana da ‘fronteira’:

como os Apaches e os Yaqui continuaram travando lutas de resistência que duraram mais de um século contra o fardo do homem branco na ocupação da dita *zona pioneira*, freando alguns processos de expansão da barbárie, redefinindo a apropriação dos meios de produção para a exploração econômica como mais um centro de branqueamento estrangeiro no Sudoeste americano²¹⁷.

Sabe-se, a partir da interpretação de Leo Huberman, que foi pelo processo de ocupação de terras pela atração de imigrantes que os representantes da política estatal e das empresas vinculadas à acumulação de capital criaram um conjunto de ideologias sobre os Estados Unidos que pretendia resolver o problema do exército de reserva de trabalhadores livres ao divulgar um país promissor para os desempregados e “vadios” na Europa. Com forte participação das companhias de navios de carga e de passageiros, se erguia a imagem de que na América se podia comprar tudo com os altos salários que se ganhava e falar tudo com a república que se constituía, ou seja, que era permitido ser livre, esta última mensagem muito ligada aos presos políticos e aos perseguidos religiosos que desembarcavam no Norte da América como fugitivos. Para encurtar a narrativa da tragédia dessa luta dos possuidores de capital e representantes políticos dos Estados Unidos em sustentar um crescimento contínuo da população, pouco ou quase nada na imprensa era destacado sobre os maus-tratos que se iniciavam desde o embarque nos navios e iam até os portos, as fazendas ou as fábricas em terras americanas.

Aliás, o chamamento “Venha para a América” não era feito junto às palavras de Benjamin Franklin, que, ainda no século XVIII, já havia dito que os Estados Unidos só conseguiriam acumular riqueza, principalmente com sua inserção na Revolução Industrial, quando conseguissem amontoar um grande número de pobres e miseráveis sem-terras. Para esse presidente, qualquer projeto de industrialização fundamentava-se nas pessoas suficientemente pobres e sem acesso aos meios de produção, sendo o número de terras livres na América, de razoável acesso aos pobres, um empecilho para a própria expansão da riqueza nessa nação e, assim, para a sustentação do “povo” como uma grande massa sob o controle dos patrões. Não à toa, Huberman resgata essa citação de Franklin para dizer como outro aspecto dessa ideologia, a participação do trabalho feminino e do trabalho infantil como

---

fronteira da civilização, incessantemente empurrada para o oeste por valorosos desbravadores, apóstolos a seu modo dos direitos do homem, da exploração mineral, da agricultura e da carabina Winchester. Os pioneiros do faroeste aplicam espontaneamente uma teoria do espaço vital”. CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **História das idéias políticas**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 103.

²¹⁷ HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 201.

formas de dignidade humana, fora feito também sem dizer que essas eram as bases da superexploração da força de trabalho na indústria moderna (incluindo, sobretudo crianças), já que grande parte dos homens imigrantes se arriscavam periodicamente na expansão da fronteira para o Oeste²¹⁸.

Em outras palavras, cabe recordar Marx ao dizer que um dos obstáculos dos representantes da propriedade privada nos Estados Unidos era, além de fazer um belo plano de expansão geográfica, reproduzir uma “superpopulação relativa” que mantivesse o mercado de trabalho interno com trabalhadores dependentes dos possuidores de capital. Dessa forma, Marx interpretou naquele período que as atitudes americanas, após a Guerra de Secessão, ampliaram continuamente a importação de trabalhadores da Europa, ao mesmo tempo que encareciam o preço da terra para evitar uma compra rápida por parte dos imigrante e, numa estratégia geopolítica, doavam terras públicas para especuladores financeiros ligados à construção de infraestruturas que possibilitassem uma aceleração na produção material do território e um acréscimo da acumulação expandida de capital nos Estados Unidos.

O enorme e contínuo afluxo de pessoas que a cada ano se dirigem à América deixa sedimentos estagnados no leste dos Estados Unidos, porquanto a onda emigratória da Europa lança mais pessoas no mercado de trabalho do que o pode absorver a onda emigratória para o oeste. Por outro lado, a guerra civil americana teve como consequências uma enorme dívida pública e, com ela, uma sobrecarga tributária, o surgimento da mais ordinária das aristocracias financeiras, a doação de uma parte imensa de terras públicas a sociedades de especuladores dedicados a exploração de ferrovias, minas, etc., – em suma, a mais rápida centralização de capital. A Grande República deixou, assim, de ser a terra prometida dos trabalhadores emigrantes. A produção capitalista avança ali a passos de gigante²¹⁹.

Mesmo que o fim da guerra anunciasse o assassinato próximo a 1 milhão de trabalhadores e o problema da reprodução de uma “superpopulação relativa” de trabalhadores não tivesse sido resolvido totalmente com a entrada de imigrantes europeus até 1865, destaca Leo Huberman que o desfecho *da guerra dos ricos na qual lutam e morrem os pobres* conseguiu atingir os objetivos projetados desde o início pelos seus representantes do Estado e os possuidores de capital nos Estados Unidos ao Norte:

Em abril de 1865 o general Lee, do sul, rendeu-se ao general Grant, do norte. A guerra civil terminara (...) Os capitalistas do norte, por outro lado, tinham agora à disposição tudo aquilo porque tinha lutado durante 60 anos. Nada daquela absurda

²¹⁸ Sobre essa passagem de Benjamin Franklin e a história dos migrantes europeus transferidos para a América, cf. HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza dos Estados Unidos (nós, o povo)**. 4ª ed. Tradução de Mary Fonseca. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²¹⁹ MARX, K.; ENGELS, F. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 844.

tarifa de proteção – impunha agora a tarifa mais alta que já se tinha visto. Não havia mais problema quanto a gastar ou não o dinheiro do governo para melhorias internas – as companhias de estradas de ferro receberam milhares de acres de terra do governo, e gordas quantias de dinheiro público. Nada de salários altos para os trabalhadores – os industriais podiam mandar buscar no estrangeiro trabalhadores contratados, por menos do que teriam que pagar aos americanos. Nada de bancos particulares que imprimiam dólares de papel, que subiam ou caíam de valor – os agiotas agora podiam consolidar um sistema de bancos que tornavam seguros os seus empréstimos e os lucros. Os comerciantes, industriais, banqueiros, tinham lutado e tinham vencido a batalha pela liderança contra os proprietários de terra²²⁰.

O contexto particular que se construía no território dos Estados Unidos era singular de um país capitalista recente, que havia por muitas décadas sido o principal centro de recepção de uma população camponesa ou urbana desapossada e, com o processo da Segunda Revolução Industrial, se tornava o corredor de trocas comerciais e de investimentos industrial-financeiros. Para Harvey, num Estado aberto aos *ordenamentos espaço temporais* da Grã-Bretanha, após o fim da Guerra de Secessão (1861-1865), representantes da política e do capital nos Estados Unidos estavam também abertos para assumir a condição de coordenadores de um novo centro imperialista, com produtos da agricultura e industrial-financeiros, de domínio dos povos brancos e de montagem das bases para sua prática expansiva causadora também de incômodos externos, na medida que a quantidade de excedentes produzidos anunciava que seria necessário competir pelos mercados estabelecidos com seu capital excedente²²¹.

3.2 Os excedentes de capital impulsionam novas expansões imperialistas

Para Harvey, após a Guerra de Secessão, os Estados Unidos materializaram “um notável surto de desenvolvimento capitalista”, se tornando, até o final do século XIX, o país “tecnológico e economicamente dominante com relação ao resto do mundo”. O autor acrescenta ainda que “sua forma de governo (...) refletia em larga medida os interesses de classe corporativos e industriais, tendo sido desde a independência burguês até a medula (como está formalizado em sua Constituição)”²²². O que Harvey deixa claro é que, após a Guerra de Secessão, os Estados Unidos haviam se estruturado como um novo centro da

²²⁰ HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza dos Estados Unidos (nós, o povo)**. 4ª ed. Tradução de Mary Fonseca. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 164-165.

²²¹ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5ª Ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

²²² Ibidem, p. 32.

acumulação de capital, com uma forma política estatal que assegurava e defendia seus possuidores de capital nas aventuras expansionistas interna e externamente.

Mais alguns dados de destaque sobre esse “notável surto de desenvolvimento capitalista” podem ser observados na expansão da produção da grande indústria, como a de minério de ferro, produtora de trilhos e locomotivas, que atingia próximo a 2 milhões de toneladas por ano até o início de 1870. Pode-se lembrar ainda da indústria de bens de consumo, como era o caso dos 400 mil relógios produzidos por ano, das máquinas de costuras, dos revólveres, que fazia a economia política do Norte, apoiado no mercado interno e no protecionismo tarifário desse mercado, expandir sua base num mercado doméstico de massa, acompanhado pela montagem crescente da expansão da força de trabalho para a exploração a partir das imigrações, sendo os Estados Unidos o principal centro de recepção dos 9 milhões de pessoas que saíram da Europa até 1875. Faz-se necessário ainda dizer, sobre a expansão do *territorialismo continental*, que o projeto dessa integração do território também se afirmava a passos rápidos a partir da expansão da força a vapor nas fábricas como um todo e, sobretudo, como resultado da expansão ferroviária no país²²³.

Entre o fim da Guerra de Secessão e o início da crise em 1873, “a malha ferroviária praticamente duplicou, sendo construídos 56.000 km de linhas férreas”²²⁴, construindo um conjunto de redes de transporte e de infraestrutura no campo e na cidade que serviriam aos representantes políticos e econômicos como estratégias para mobilizar os recursos, os produtos da agricultura e da indústria, além de atrair investimentos para a implantação de indústrias.

Em números absolutos, os Estados Unidos já estavam um pouco mais à frente por volta de 1850 e deixaram a Inglaterra bem atrás em 1870, com mais do dobro da força a vapor que a velha Inglaterra, mas, mesmo assim, a expansão industrial americana, apesar de extraordinária, parecia menos sensacional que a da Alemanha. A força a vapor fixa desta última era extremamente modesta em 1850 – e, em 1870, era 900 mil HP, o mesmo que a da Inglaterra, e muito superior a francesa, que havia sido consideravelmente maior em 1850, mas conseguira atingir não mais que 341000 em 1870 – menos que o dobro da pequena Bélgica²²⁵.

Assim, a resposta de médio prazo, dada pelo fim da Guerra de Secessão nos Estados Unidos até o último quartel do século XIX, apresentava seu resultado mais explícito na

²²³ HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

²²⁴ CHAVES CURVO, Raul Murilo. **Comparação entre crises sistêmicas do sistema capitalista (1873, 1929 e 2008)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ, 2011, p. 56.

²²⁵ HOBBSAWM, Eric. Op. cit., p. 69.

construção de um projeto de expansão geográfica do capital orientada pelos possuidores de capital e pelos representantes políticos do Norte. Esses personagens da economia e da política dominante produziam processos que combinavam, sobretudo, a materialidade da produção contínua de capital (grande indústria) a partir de matérias-primas, meios de subsistência e força de trabalho em potência para a exploração, incluindo os Estados Unidos entre os centros da produção de excedentes de capital e entre as potências dominantes da geopolítica do capitalismo.

Abrir o território nacional para a exploração dos recursos naturais, implantar um sistema de transporte que pudesse fortificar a transferência de soldados, trabalhadores e informações nesse extenso território, fortalecer o processo de controle e apropriação de terras nas mãos de poucas pessoas vinculadas às companhias de transporte, aos bancos, à concentração industrial e à urbanização do litoral e do interior dos Estados Unidos, foram práticas combinadas entre Estado e capital. Mas nada disso conseguiria ser realizado sem continuar as políticas de atração de força de trabalho barata de imigrantes, que se somavam aos 4 milhões de trabalhadores negros que foram entregues ao mercado de trabalho após a Guerra de Secessão. Esse conjunto de trabalhadores excedentes fazia as tarefas de cavar, plantar, colher, empurrar, fechar e abrir, levantar ou descer, construir ou derrubar, imprimir ou afrouxar, etc., realizadas na produção e circulação de mercadorias.

Ora, a combinação de todos esses elementos ganhava sentido quando se observava ainda o contexto da geopolítica do capitalismo naquele período; assim, cabe acrescentar a importância da posição geográfica dos Estados Unidos. Referimo-nos aqui à posição de insularidade entre as principais intersecções do mercado mundial com acesso aos dois maiores oceanos do mundo. Isso sobrevalorizava também a expansão do uso do territorialismo continental e, como destaca Arrighi, essa qualidade foi marcante para a construção dos Estados Unidos como um novo centro do mercado mundial, que tinha sua maior expressão no mercado interno, que mesclava um protecionismo referente à entrada dos produtos estrangeiros e uma atração desenfreada pelo capital excedente mundial.

No correr do século XIX, destaca Arrighi,

a vantagem decisiva na luta pelo poder mundial havia-se convertido no tamanho e no potencial de crescimento comparativos do mercado interno. Quanto maior e mais dinâmico o mercado interno de um Estado em relação a todos os demais, melhores as chances de esse Estado expulsar o Reino Unido do centro das redes globais de relações protetor-cliente que constituíam o mercado mundial. Desse ponto de vista, os Estados Unidos estavam numa posição muito melhor do que a Alemanha. Suas dimensões continentais, sua insularidade e sua dotação de recursos naturais, bem como a política sistematicamente seguida por seu governo, de manter as portas do

mercado interna fechadas aos produtos estrangeiros, mas abertas ao capital, à mão de obra e a iniciativa do exterior, havia transformado o país no maior beneficiário do imperialismo britânico de livre-comércio. Na época em que começou a luta pela supremacia mundial, a economia interna dos Estados Unidos já havia avançado muito a caminho de se tornar o novo centro da economia mundial²²⁶.

Como nos descreve Leo Huberman, “tudo isso tornou os Estados Unidos o país mais rico do mundo”²²⁷. O país fez dessa expansão geográfica interna o instrumento central necessário para sua inserção no mercado mundial de produtos agrícolas e industriais, na medida em que seu próprio território se compunha de uma complexa divisão do trabalho capaz de garantir os movimentos de acumulação ampliada do capital, combinando a exploração da natureza como contínua matéria-prima para a indústria, a produção dos meios de subsistência no domínio das terras férteis para o mercado interno e externo de alimentos, a atração de imigrantes para trabalhar nas monoculturas, na indústria moderna ou na implantação de ferrovias entre os portos no litoral e as cidades e fazendas no interior. Tudo isso fez da integração do extenso país um projeto de territorialismo interno do próprio capital excedente, ou melhor, um campo aberto para aqueles que queriam investir em obras de infraestrutura que fortalecessem a combinação entre recursos naturais, capital e trabalho.

Os recursos naturais dos Estados Unidos ultrapassavam qualquer comparação. O carvão e o ferro talvez fossem os materiais mais essenciais para o mundo que se transformava. Quanto ao carvão, os Estados Unidos tinham metades dos depósitos conhecidos no mundo. Quanto ao ferro à produção era enorme (...) Não só os depósitos eram grandes, como também fáceis de explorar. No Minnesota, por exemplo, não era preciso usar dinamites ou brocas para extrair o ferro – ele se encontrava na superfície, pronto para ser apanhado e colocado nos carrinhos da mina. Com o petróleo, cobre, chumbo ou zinco, dava-se a mesma coisa – havia uma reserva mais que generosa. 1/3 do continente estava coberto de madeiras. Nenhuma outra região, em lugar nenhum, dispunha de uma área tão grande de terra fértil e plana, tornando possível produzir algodão, trigo, milho e gado. Quase 3 milhões de milhas quadradas de terra, estendendo-se desde o Atlântico até o Pacífico, tornando os Estados Unidos a única nação mundo que tem frente para 2 oceanos. No coração deste grande território espalhava-se uma rede de 27.000 milhas de rios e canais navegáveis que, somados as 4 mil milhas de costa, nos grandes lagos, era mais que a extensão de toda a costa sem gelo da Europa. A natureza tinha sido generosa. Aqui estava um tesouro desmedido²²⁸.

Se o mapeamento dos recursos naturais e o domínio das terras após a Guerra de Secessão era necessário para a expansão do capital industrial e financeiro, nada disso conseguiria ser reproduzido com tanta eficiência se não fosse o projeto de integração do

²²⁶ ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 61.

²²⁷ HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza dos Estados Unidos (nós, o povo)**. 4ª ed. Tradução de Mary Fonseca. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 169.

²²⁸ Ibidem, p. 167-168.

território nacional a partir da implantação ferroviária que costurasse com diversas possibilidades a relação do interior dos Estados Unidos com o litoral.

Estirar cada quilômetro de trilhos no território era realizar o projeto dos possuidores no Norte, era orientar o dinheiro dos cofres públicos para os bolsos que especulavam a partir das companhias ferroviárias sobre o domínio dos recursos naturais e das terras férteis, era distribuir terras entre donos de companhias, membros do Estado e proprietários da grande indústria, era operar no território um projeto de expansão para a continuidade da centralidade dos empréstimos e dos investimentos do capital excedente dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e de outros países. Ainda mais quando, perto da metade da década de 1860, a capacidade de absorver o excedente de capital e de trabalho, como alerta Harvey, já estava se esgotando novamente na Europa ocidental. De alguma maneira, a abertura dos Estados Unidos aos ordenamentos espaçotemporais externos possibilitava um território para a inversão do capital dos grupos empresariais que vislumbrava naquele país uma reprodução segura do excedente²²⁹.

O comércio exterior permitiu aos especuladores europeus, principalmente, aos ingleses negociar as possibilidades do Norte da América de se ter acesso aos equipamentos produtivos feitos em seu território *pari passu* com o crescimento da taxa de lucros com investimentos maciços da Grã-Bretanha e, indiretamente, à medida que também acelerava a transferência de algodão, trigo, etc., para os ingleses até o início da década de 1870. Aos representantes dos Estados Unidos, coube a estratégia voltada para aproveitamento do seu domínio territorial para coordenar a montagem dessas bases produtivas com os investimentos externos, sendo esse ato um processo que anunciou, nos anos finais do século XIX, uma soberania interna no que se refere à produção industrial das próprias ferrovias nos Estados Unidos, assim como máquinas e outros produtos industriais para o mercado de consumo²³⁰.

Nessa perspectiva, o jogo estrangeiro entre Inglaterra e Estados Unidos era o principal até o início do último quartel do século XIX, centrado, sobretudo, nas ferrovias e na compra e venda de matérias-primas e meios de subsistência, já que a Inglaterra havia praticamente destruído a maior parte das capacidades produtivas de seu campo e, assim, do

---

²²⁹ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5ª ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

²³⁰ Sobre a expansão ferroviária nos Estados Unidos, afirma Doob: “Em todo o período de 1865 a 1895, na verdade, a milhagem ferroviária norte-americana multiplicou-se quatro ou cinco vezes, embora uma proporção crescente do equipamento ferroviário norte-americano, à medida que o século se encerrava, fosse suprida por fontes locais e não britânicas”. Cf. DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 6ª ed. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar, 197, p. 363.

campesinato, abrindo nessa destruição trocas comerciais desiguais com a própria periferia do capitalismo e com os outros centos da acumulação de capital.

Essas trocas baseadas no comércio exterior, estavam desde o início, marcadas pela capacidade de articular acordos entre os possuidores de capital nos centros europeus e os possuidores de capital no território americano, sendo esse movimento central para os Estados Unidos demarcar e ampliar uma contínua acumulação de capital que estava relacionada diretamente com sua entrada mais forte no mercado mundial. Esse processo atuava na modernização da agricultura, na centralização da industrialização e da urbanização no território americano, estando tal consolidação de inserção na divisão internacional do trabalho como um novo competidor no que se refere à exportação de capital.

Com essa nova capacidade e com os imensos recursos naturais e industriais a sua disposição, os Estados Unidos passam a competir com vantagens nos mercados europeus. A Grã-Bretanha, maior importadora de trigo, passa a comprar a partir de 1871, dos americanos, provocando graves problemas aos exportadores russos e da Europa Central, que viram seus preços em muito se desvalorizarem. Em 1872, foi a vez do querosene e alimentos industrializados americanos derrubarem os preços dos óleos de colza, da farinha de trigo e da carne. A superpotência norte-americana havia chegado ao mercado europeu²³¹.

Isso refletia internamente o rápido territorialismo interno do capital no poder de integração que havia produzido com as ferrovias no território americano, ganhando destaque para a implantação de estradas de ferro transcontinentais que possibilitaram ligar o litoral Norte ao Centro, ao Sul e ao Oeste do país. Os produtos agrícolas e das indústrias haviam invadido a Europa na competição de mercados.

A mecanização da agricultura apresentava uma economia forte, o excesso de produtos agrícolas para a exportação possibilitava a importação de máquinas e o pagamento da dívida tanto de mercadorias e de empréstimos. As invenções de máquinas no interior da indústria e das plantações, somadas à aplicação da ciência na produção, ganhavam sua expressão no empilhamento de produtos nos portos. De alguma maneira, as mercadorias já apresentavam a particularidade dos Estados Unidos no mercado mundial, no mundo do trabalho e das empresas, nas crescentes taxas de lucros e na manutenção dos salários dos trabalhadores.

No entanto, a crise de sobreacumulação de excedentes de capital entre 1873 e 1895 também rebateu internamente a crescente montagem do territorialismo americano, apresentando-se como mais um problema para ser resolvido pelos representantes do Estado e

---

²³¹ CHARLES CURVO, Raul Murilo. **Comparação entre crises sistêmicas do sistema capitalista (1873, 1929 e 2008)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ, 2011, p. 56.

os possuidores de capital que investiam nos Estados Unidos. Da mesma forma, esses representantes tinham na massa de trabalhadores, negros ou brancos, afetada pela grande depressão, um outro obstáculo no que se referia ao excedente de desempregados. Em verdade, a experiência do forte crescimento econômico e da expansão territorial interna, a partir do fim da Guerra de Secessão e com o advento do ápice de produtividade nas terras e na indústria, como parte de sua inserção na Segunda Revolução Industrial, se deparava com mais um período que amalgamava queda dos preços e das taxas de lucros, desemprego, queda dos salários, falência de empresas, especulação financeira, novas expropriações de populações que sobreviviam com os produtos do seu próprio trabalho e redefinições da expansão geográfica para os excedentes de mercadorias que estavam na forma de moeda, de capital produtivo e de bens de consumo presos, cada vez mais, ao protecionismo dos Estados nacionais.

Quanto à agricultura, revela Hobsbawm, “as décadas da Depressão foram um mau momento para os agricultores de qualquer país envolvido com o mercado mundial”, sendo o campo desses países, envolvidos com o processo geral de acumulação de capital, tomado por diversos conflitos sociais, rebeliões camponesas, momento de agitação eleitoral, doenças e, contraditoriamente, muita luta contra a fome e a morte. “O coração do populismo, que assolou os EUA nos anos de 1890, se situava no Kansas e em Nebraska [no Sudoeste], terras produtoras de trigo.” Ora, o preço do trigo, em 1894, havia despencado para menos de um terço do que valia na década de 1860, também ocasionando uma frente de depressão para os trabalhadores ocupados na agricultura, como era o caso da grande parcela do Sudoeste e Sul americanos. A inundação de matérias-primas no mercado mundial aumentava e, para os possuidores de capital e representantes de Estado, a saída estava em regular as taxas alfandegárias protecionistas para o comércio de todas elas, a fim de manter os preços dos produtos no mercado interno, planejando para que os excedentes de matérias-primas de outros países tivessem sua presença minimizada – à exceção da Inglaterra, que havia praticamente continuado sem taxas alfandegárias para a entrada dos meios de subsistências e das matérias-primas²³².

A falência de empresas americanas, as demissões e a manutenção dos baixos salários, junto com a quebra de contrato com as especuladoras das companhias ferroviárias que estavam ligadas aos bancos europeus, sobretudo ingleses, anunciavam que esse período não seria tão otimista assim, mesmo que ficasse claro que a forma como os Estados Unidos presenciaram a crise se diferenciava, com menores dificuldades e com algumas facilidades de

---

²³² HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 67.

estabilização a médio prazo para essa depressão, ao se comparar com aquelas enfrentadas pelos representantes do Estado e do capital na Europa, pois havia muitos pontos de investimento para absorção do capital excedente²³³.

Atingidos pela mesma depressão que ligava os representantes dos Estados e do capital na Inglaterra, na Alemanha, na França, na Suécia, na Bélgica, na Rússia, etc., os nomes que controlavam a política e a economia nos Estados Unidos foram abatidos pela incerteza financeira, pelos cortes de investimentos públicos e estrangeiros e pela falência de um conjunto de empresas endividadas com os empréstimos realizados aos bancos, que faliram também em conjunto, tendo sido marcante o fechamento temporário da Bolsa de Valores de Nova York.

O protecionismo, para o caso da industrialização, ajudava a ampliar o desenvolvimento da indústria nacional, impedindo a outra entrada de mercadorias para a massa de consumidores americanos; também aprontava as barreiras nacionais referentes às entradas dos produtos externos e, ao mesmo tempo, reforçava a luta para encontrar saídas lucrativas para o excedente de capital. Assim, se a tentativa do protecionismo expressava uma concorrência internacional entre possuidores de capital e Estados nacionais, seus resultados levaram, no período da grande depressão, a uma maior concentração de capital nas mãos de poucas empresas, a partir da fusão e criação de companhias que permitissem controlar e competir mundialmente, aparecendo a terminologia dos trustes, monopólios e oligopólios como léxico característico desse período.

A Standard Oil Company, que em 1880 controlou 90%-95% do petróleo refinado nos EUA, eram, sem dúvidas, monopólios. Assim, para fins práticos, os “trustes de bilhões de dólares” da *United States Steel* (...) que detinha 63% da indústria siderúrgica americana (...) Uma tendência ao monopólio ou oligopólio é inegável na indústria pesada, em setores profundamente dependentes de encomendas governamentais – como o de armamentos, em rápida expansão –, em atividades que geram e distribuem novas formas (...) de energia, como o petróleo e a eletricidade,

---

²³³ Autores como Maurice Doob chegam a dizer que as condições histórico-geográficas criadas nos Estados Unidos pré-crise de 1873 suportaram a profundidade da grande depressão ou a presenciaram de forma bem otimista: “Nos Estados Unidos, a fronteira de expansão, com suas ricas possibilidades tanto para o investimento quanto para os mercados, bem como uma reserva de mão de obra engrossada pela imigração e por um grande aumento natural da população, deram ao capitalismo norte-americano na última quadra do século XIX uma resistência que o capitalismo mais antigo da Grã-Bretanha não poderia ter. O espírito de otimismo comercial, confiante em que nenhuma estreiteza de mercados ou de oferta de mão de obra iria roubar ao pioneiro os seus ganhos, continuou por alguns decênios a nutrir-se de suas próprias realizações na esfera da técnica e organização industrial. A construção ferroviária, como vimos, continuou no continente norte-americano a observar tanto o capital quando os produtos de sua crescente indústria pesada, até os anos finais do século, e sua população, engrossada por quase 20 milhões de imigrantes vindos da Europa, quase triplicou entre 1860 e 1890”. DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 6ª ed. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 197, p. 382.

nos transportes e em algumas indústrias produtoras de bens de consumo de massa como sabão e tabaco²³⁴.

Tratando de monopólio, nada melhor que relembrar a passagem em Lênin afirma que a crise de 1873 a 1895 havia dado início a um processo de formação das oligarquias financeiras, sendo a marca desse período de crise o domínio do capital financeiro que subordina a si o capital industrial. Para o caso dos Estados Unidos, é expressivo, para o autor, o domínio financeiro dos bancos “multimilionários Rockefeller e Morgan”, que dominavam um capital de 11 bilhões:

No princípio dos anos 1870, o grupo financeiro monopolista Rockefeller controlava capitais superiores a 120 milhões de dólares, e o grupo Morgan, capitais superiores a 90 milhões de dólares. Entre o número das companhias industriais controladas pelos Morgan Havia grandes monopólios dos EUA, como United States Steel, a General Electric, a General Motors e muitas outras corporações da indústria transformadora, dos transportes ferroviários, da banca. O principal poderio do grupo Rockefeller era o controle da indústria petrolífera; na esfera da sua influência encontravam-se os maiores monopólios petrolíferos dos EUA, incluindo a Standard Oil Co. (Nova Jersey; desde 1872, Exxon) A esfera de influência do grupo Rockefeller abrangia a indústria (eletrônica, construção de máquinas), as instituições financeiras e de crédito, os seguros. Os grupos Rockefeller e Morgan tinham uma enorme influência na vida política dos EUA. Muitos presidentes e ministros dos EUA foram protegidos dos Morgan; os Rockefeller, juntamente com outros magnatas, financiavam o Partido Republicano dos EUA. Os monopólios da esfera de influência dos Morgan e dos Rockefeller obtinham enormes lucros das encomendas militares e dos fornecimentos ao governo²³⁵.

Por exemplo, no que se refere às compras e às fusões de empresas ferroviárias, foi notável, como resultado, a criação de monopólios internos na construção e controle desse serviço de transportes. Figuras como Willian Henry Vanderbilt (1821-1885) esteve entre os principais personagens, sendo destaque a compra que fez de companhias pequenas que prestavam serviço nos arredores de Nova York, unindo essas linhas e ofertando o serviço regular entre Nova York e Chicago a partir de meados de 1870. Foi também ele que financiou a construção da estação central de Nova York e de fortes instituições financeiras especializadas na concessão de empréstimos para o Estado e na formação de um mercado imobiliário residencial e municipal por meio do instrumento do crédito hipotecário no último quartel do século XIX²³⁶.

²³⁴ HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 77-78.

²³⁵ LENIN, V. **Imperialismo** – fase superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 67.

²³⁶ Sobre esse e outros personagens do período, cf. SANTAMARÍA, Abel Enrique González. **La gran estrategia**: Estados Unidos vs América Latina. Habana: Editorial Capitán, 2013.

Companhias como a do Pacífico Central ou a União do Pacífico apresentavam o monopólio de pequenas empresas transformadas em poucas companhias, responsabilizadas por implantar grande parte das obras que partiam de Nova York. A implantação dessas infraestruturas físicas também completava, diretamente, seus papéis na expansão geográfica do capital, atuando como agentes centrais para a aquisição e negociação de terras às margens das ferrovias, o arrendamento de terras para as monoculturas que já tinham o transporte ferroviário na porta das fazendas e a mobilidade de conjunto de ex-escravizados e brancos no mercado livre de trabalho para servir no projeto de acumulação de capital. Talvez com esses detalhes seja mais fácil entender como os produtos da agricultura e da indústria dos Estados Unidos se uniam ao processo do desenvolvimento do sistema de transporte.

Na compreensão de Chaves Curvo, essa disponibilidade do crédito hipotecário, sobretudo, pelo *Crédit Mobilier*, resultou na intensificação da expansão geográfica do mercado imobiliário também como mais uma saída para o capital excedente, bem identificado pelo aumento contínuo dos preços dos terrenos urbanos: “A facilidade na obtenção de crédito impulsionou significativa expansão da construção imobiliária, tanto que é um período em que foram construídos rebuscados e belos edifícios nas cidades de Viena, Berlim e Paris.”²³⁷ Como veremos na próxima seção, Chicago era produto de inversão do capital apresentado na verticalização, na especulação do solo e na segregação social construída na cidade, se tornando ainda um dos principais centros da política e da economia americanas, mas também um dos centros em que a violência, o racismo, a exploração do trabalho alheio e o tema do acesso à terra urbana foram elevados, sem antecedentes semelhantes, como pauta dos conflitos sociais.

A crise compreendida entre o período de 1873 a 1895, mesmo se apresentando como uma depressão, com a queda da taxa de lucros, não impediu a consolidação dos Estados Unidos como um novo centro da expansão geográfica do capital. Já na década de 1880, mesmo com a queda dos preços devido ao alto nível de produtividade, algumas expansões, fusões e, como veremos, novos avanços territoriais permitiram uma estabilização dos lucros, apresentando, interna e externamente, a saída para um país produtor de excedentes. Dados sobre a força mecânica empregada nas estradas de ferro, sobre a produção de aço, a produção de carvão e produtos manufaturados (industrializados) revelam a consolidação de uma nova

---

²³⁷ CHARLES CURVO, Raul Murilo. **Comparação entre crises sistêmicas do sistema capitalista (1873, 1929 e 2008)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ, 2011.

potência no mercado mundial, um centro da geopolítica do capitalismo que entrava na rivalização e competição dos produtos na economia de mercado (Quadros 02, 03, 04, 05 e 06).

Quadro 02 – Força mecânica empregada nas estradas de ferro, na navegação e na indústria (em cavalos-vapor)

Países	1850	1880
Inglaterra	1.290.000	7.600.000
França	370.000	3.070.000
Alemanha	260.000	5.180.000
Rússia	20.000	1.740.000
Áustria	100.000	1.560.000
Europa	2.240.000	22.000.000
Estados Unidos da América	1.680.000	14.400.000

Fonte: Adaptado de BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais.** Tradução de Horácio de Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 545.

Quadro 03 – Produção de aço bruto (em toneladas)

Países	1850	1880
Inglaterra	2.250.000	7.780.000
França	570.000	1.630.000
Alemanha	402.000	2.780.000
Estados Unidos da América	560.000	3.840.000
Produção mundial	4.422.000	17.140.000

Fonte: Adaptado de BEER, Max. **História do Socialismo e das Lutas Sociais.** Tradução de Horácio de Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 545.

Quadro 04 – Produção de aço (média anual)

Países	1850-1860	1880-1889
Inglaterra	2.600.000	25.100.000
França	800.000	3.800.000
Alemanha	1.300.000	12.000.000
Estados Unidos da América	700.000	21.000.000
Outros países	700.000	6.100.000
Total	6.100.000	68.000.000

Fonte: Adaptado de BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais.** Tradução de Horácio de Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 545.

Quadro 05 – Produção de carvão (em toneladas)

Países	1850	1886
Inglaterra	49.000.000	147.000.000
França	440.000	19.400.000
Alemanha	6.700.000	59.100.000
Estados Unidos da América	8.000.000	70.500.000
Produção mundial	81.700.000	340.000.000

Fonte: Adaptado de BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Tradução de Horácio de Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 546.

Quadro 06 – Produtos manufaturados (em milhões de libras esterlinas)

Países	1840	1888
Inglaterra	384	830
França	260	483
Alemanha	150	583
Estados Unidos da América	96	1.443

Fonte: Adaptado de BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Tradução de Horácio de Melo. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 546.

De fato, se os dados sobre uma parcela do desenvolvimento das forças produtivas anunciava um país que ampliava sua concentração de capital, aquele outro problema apontado por Marx, do não crescimento de uma superpopulação relativa para compor o exército de reserva de trabalhadores para o desenvolvimento do capitalismo, era anunciado anos mais tarde, pelo próprio autor e por Engels, como um problema que já havia sido resolvido, exatamente pelo poder de atração dos Estados Unidos com relação ao excedente de força de trabalho da Europa. O grande número de imigrantes europeus, junto com a expansão da fronteira vinculada à produção agrícola e à indústria pesada, posicionava os Estados Unidos na década de 1880 como um país em crescimento que agora disputava o mercado mundial com os outros países europeus e, sobretudo, com a Inglaterra²³⁸.

Assim, além das questões internas e do mercado interno, que de fato faziam os Estados Unidos e os capitais europeus excedentes encontrarem fins lucrativos para seus investimentos, a busca por novos territórios e novos mercados para exportar seu capital interno também esteve presente, sobretudo após a Conferência de Berlim, em 1884, em que os Estados Unidos ficaram de fora da divisão da África e da Ásia para os novos projetos de

²³⁸ MARX, K.; ENGELS, F. “Prefácio à edição russa de 1882”. In: **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 72-73.

neocolonialismo por Inglaterra, França, etc. Dessa forma, só o territorialismo continental já não dava conta de um novo centro da acumulação de capital que estava num processo de contínua expansão.

Assim, práticas imperialistas, além do avanço das fronteiras do território nacional, proporcionaram a abertura de novos mercados para o reinvestimento de capital excedente, bem como para a apropriação privada de meios de produção, como foi o caso da expansão para as Américas Central e do Sul e para o Pacífico.

Como relata K. Hunt & H. Sherman:

No decorrer do século XIX, o imperialismo norte-americano canalizou todas as suas energias para a conquista do continente e o extermínio da população indígena. A primeira aquisição imperialista ultramarina dos Estados Unidos foram as Ilhas Samoa. Em 1878, os nativos de Pago-Pago concederam aos norte-americanos o direito de usar seu porto. Onze anos depois, as ilhas haviam sido conquistadas e divididas entre os Estados Unidos e a Alemanha (...) Em 1887, Pearl Harbor tornou-se base naval dos Estados Unidos. Em pouco tempo, os capitalistas americanos assumiram o controle sobre a maior parte da produção açucareira do Havaí. Logo depois, os brancos, que constituíam uma pequena minoria da população e eram todos de origem norte-americana, revoltaram-se contra a rainha Liliuo-Kalani e, com auxílio dos fuzileiros navais dos Estados Unidos, subjugaram a população nativa. Em 1898, o Havaí foi oficialmente anexado aos Estados Unidos²³⁹.

De fato, como assinala Hobsbawm, a Doutrina Monroe, que enunciava a “América para os americanos”, passou a funcionar e ser respeitada pelas potências europeias durante a grande depressão entre 1873 e 1895²⁴⁰. A Inglaterra, a França e a Alemanha, mesmo mantendo relações comerciais necessárias para a ampliação da acumulação de capital a partir da compra de matérias-primas e alimentos a preços baixos desses países, não se engajaram em nenhuma prática de domínio direto ou de repartição da América Latina, como fizeram, sobretudo a Inglaterra e a França, com a África e a Ásia a partir da década de 1880. Na verdade, aquele conjunto de repúblicas já independentes, colonizadas por quatro séculos e com formações com classes dominantes internas, além dos Estados modernos formados, não era politicamente atrativo para as potências imperialistas. Os próprios Estados Unidos, mesmo

²³⁹ HUNT, K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. Tradução Jaime Larry Benchimol. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 154.

²⁴⁰ “Esta doutrina, expressa pela primeira vez em 1823 e subsequente repetida e elaborada pelos governos dos EUA, manifesta hostilidade a qualquer outra colonização ou intervenção política de potências europeias no hemisfério ocidental. Mais tarde, isso passou a significar que os EUA eram a única potência com o direito de interferir em qualquer ponto do hemisfério. A medida que os EUA foram se tornando mais poderosos, a Doutrina Monroe foi sendo encarada como mais seriedade pelos Estados europeus”. HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 101.

não administrando diretamente a área, buscaram uma aproximação no final do século XIX, como com o Brasil, assunto de que voltaremos a tratar no próximo capítulo²⁴¹.

“Na verdade, o investimento no exterior já demonstrava uma recuperação modesta já nos anos seguintes a 1880, sob o impulso do novo movimento e a mudança de atenção no mercado de investimento para a América do Sul, principalmente, Argentina, Chile e Brasil.”²⁴² A crise de 1873, sem dúvida, era sentida de outra forma, mas usada igualmente para a continuidade de um projeto interno de expansão geográfica da acumulação capitalista, sobretudo, a partir da continuidade da atração e da exploração da força de trabalho dos imigrantes, ao mesmo tempo que seu excedente exigia novas expansões geográficas para os produtos agrícolas, industriais, os produtos da natureza e o capital financeiro excedente, passando a concorrer nas exportações como potência industrial-financeira, sendo a América Latina sua periferia em latência para as trocas comerciais e novos investimentos.

Sobre esse período nos Estados Unidos, Marx afirma:

Foi justamente a imigração europeia que possibilitou à América do Norte a produção agrícola em proporções gigantescas, cuja concorrência está abalando os alicerces da propriedade rural europeia – a grande como a pequena. Ao mesmo tempo, deu aos Estados Unidos a oportunidade de explorar seus imensos recursos industriais, com tal energia e em tais proporções que, dentro em breve, arruinarão o monopólio industrial da Europa ocidental, especificamente o da Inglaterra. Essas duas circunstâncias repercutem de maneira revolucionária na própria América do Norte. Pouco a pouco, a pequena e a média propriedade rural, base do regime político em sua totalidade, sucumbe diante da competição das fazendas gigantescas; ao mesmo tempo formam-se, pela primeira vez nas regiões industriais, um numeroso proletariado e uma concentração fabulosa de capitais²⁴³.

O que não quer dizer que essa população se comportava passivamente frente ao desemprego, aos baixos salários e aos maus-tratos na realização cotidiana da venda dos pedaços do tempo da vida nesse período de crescimento do número da força de trabalhadores imigrantes e da concentração de capital. O espírito do último quartel do século XIX, com seus movimentos comunistas e anarquistas, fez parte também de alguns resultados do crescimento da população por parte dos imigrantes que, de diversas formas, levantaram o desejo de se inserir nas internacionais dos trabalhadores nas últimas décadas do Oitocentos nos Estados Unidos. O contexto americano vivenciado apresentava um conjunto de contradições sociais

²⁴¹ Sobre o desinteresse das potências europeias em neocolonizar a América Latina, cf. HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 100-101.

²⁴² DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 6ª ed. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 197, p. 383.

²⁴³ MARX, K.; ENGELS, F. “Prefácio à edição russa de 1882”. In: **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 72-73.

que fora herdado do seu crescimento econômico interno e de sua condição de centro produtor agrícola, industrial e financeiro da economia mundial, mesmo que a ideologia do progresso americano distorcesse e criasse a história do progresso que queria sobre esses processos²⁴⁴.

O que merece nossa atenção, na segunda metade do século XIX americano, é a maneira como esse país se tornou uma potência imperialista e usou do extenso território (expropriado continuamente de grande parte de nações, nativas ou construídas como frutos do processo de colonização e ocupação), da população branca descendente de famílias europeias e das antigas relações de subordinação (e logo após, de emancipação política) com a Grã-Bretanha, como os elementos que o estavam levando a se tornar um centro do mercado mundial que abusava, ideologicamente, da divulgação da autoimagem de uma nação branca, puritana, destinada a ser também o exemplo da “civilização” e do “progresso” no Novo Mundo formado por um *nacionalismo multiétnico*²⁴⁵.

Pensando com Immanuel Wallerstein, torna-se possível conceber que as propagandas territoriais, para os Estados Unidos da América, comporiam um dos lados da modernidade, isto é, faziam parte do fortalecimento da “modernidade tecnológica”, aquela que, fundamentada na ideologia protecionista liberal, punha os países em rivalidade a partir da comparação dos “avanços tecnológicos”, da “produção material com máquinas”, do poderio industrial-financeiro, da disposição dos recursos naturais e da diferenciação entre as identidades nacionais, formadas a partir do poder central dos Estados e das empresas (pela coerção das Forças Armadas, do domínio territorial e do sistema educativo), bem como, da ideologia nacionalista racista, que criava uma hierarquização e generalizações entre povos nacionais superiores e povos nacionais bárbaros (pretos, índios, amarelos, mestiços, etc.), tidos como nativos prestes ao desaparecimento, por ser a escória da história passada (pré-moderna) que se via naquela ocasião violentada sem precedentes, apresentada nos livros oficiais como um espetáculo para os amantes do darwinismo social, frente à sociedade que se pretendia branca, urbanizada e maquinal, mesmo sem saber que o resultado seria a Primeira Guerra Mundial²⁴⁶.

---

²⁴⁴ “En la década de 1880 hubo 4 millones y medio de inmigrantes y en la década de 1890, 5 millones, lo que produjo un excedente laboral que mantuvo bajos salarios. Los obreros comenzaron las protestas y a organizarse. Desde 1884 se realizaron varias huelgas en fábricas textiles de Nueva York y en Chicago, la Asociación Obrera Internacional (International Working People’s Association) organizaba manifestaciones multitudinarias y desfiles. Para 1886 la Federación Laboral Americana (American Federation of Labor) exhortaba a las huelgas nacionales en cualquier lugar del país donde se negara la jornada de ocho horas.” SANTAMARÍA, Abel Enrique González. **La gran estrategia: Estados Unidos vs América Latina**. Habana: Editorial Capitán, 2013, p. 95-96.

²⁴⁵ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5ª ed. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

²⁴⁶ WALLERSTEIN, I. “El fin de ¿ qué modernidad?”. **La Época**, Costa Rica, 20 out. 1996. P 22-3.

Nas palavras de Sandra Jatahy Pesavento,

no contexto americano, os Estados Unidos era um caso à parte: eram anglo-saxões, europeus d'além-mar, que se posicionavam como uma projeção de raça e cultura européias. Em outras palavras, participavam, segundo o consenso mais ou menos generalizado da época, de um mesmo lastro comum formador de cultura, da civilização e dos avanços técnicos (...) em suma, o mito do progresso, tão presente no imaginário do século XIX, encontrava a sua materialização inquestionável em terras americanas. Em tempo recorde, a jovem nação americana conseguira alçar-se ao nível tecnológico de outras potências. Nesta trajetória de desenvolvimento, fortalecia-se a auto-imagem, consolidando-se noções tais como “gênio inventivo” do povo americano ou o seu “senso prático”, que, conjugados, era capazes de presentear o mundo com novos inventos e descobertas²⁴⁷.

Ora, ser sede das próprias exposições universais, sobretudo da exposição universal de Chicago (1893), na transição entre o século XIX e XX, já era um indicador, para os demais países imperialistas do Norte, que os Estados Unidos da América tinham condições de coordenar uma festa com grandes gastos e investimentos (desde a formação do local que abrigaria as comissões gerais até os detalhes de luxo e a arquitetura mais requintada da ideologia do progresso), anunciando para os outros países que as transformações que se deram lá, nos últimos cinquenta anos do século XIX, habilitavam os Estados Unidos a serem um novo centro da geopolítica do capitalismo. Nas palavras de Merle Curti:

In the forty years between the Crystal Palace exhibition of 1851 and the Columbian Exposition of 1893 European attitudes toward American civilization had profoundly changed. These changes must, of course, be attributed to many factors – to the Union's success in the Civil War, to increasing exports and growing competition in world markets, to the changing emphases in foreign travel books dealing with the United States, to cite but a few. However, among the factors that demonstrated to the rest of the world the emergence of a new and powerful America were the international exhibitions. These exhibits have a genuine importance that has not hitherto been appreciated. This study clearly shows that American technology, at least in certain fields, won European praise much earlier and more generally than has commonly been supposed. American participation in these grand displays also facilitated the adoption and modification by Europeans and Japanese of American technological innovations. It is not possible here to evaluate the influence of these exhibitions in attracting skilled artisans and unemployed capital to America and in promoting exports, though doubtless they contributed in some way to these objectives. American participation in the international exhibitions did something to break down American provincialism and helped to develop an American readiness to meet Europe's criticisms of America by showing what America was and what it could produce. In discussions on the advisability of American official participation and of governmental subsidies, all the arguments that involved America's reputation in the world community were canvassed. The final upshot was a victory for those who maintained that it was no longer sufficient for America to meet foreign criticism merely by verbal defenses, that it was no longer enough just to sit back and

---

²⁴⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a exposição universal da Filadélfia de 1876”. *ANais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. Vol. 2. 1994, p. 156-157.

watch, but that now the time had come actively to advertise American power and greatness to the world²⁴⁸.

Para os possuidores do capital e representantes do Estado, além de ser uma oportunidade de apresentar as tecnologias, as riquezas naturais, os produtos industriais, etc., sediar as exposições universais era anunciar o poder dos Estados Unidos na coordenação da economia, da política e da cultura mundial e, assim, apresentar o país como um dos maiores Estados imperialistas, que combinava os grandes projetos industriais com o fôlego de excedente financeiro que buscava grande parte de sua absorção na materialização de grandes cidades, como Chicago, fomentada principalmente a partir da própria exposição universal, se inserindo, no final do século XIX, entre as capitais da modernidade, como as badaladas Paris, Londres, Berlim, Viena, etc.

3.3 A exposição universal de Chicago numa centralidade urbana da nova potência

Se a combinação entre economia, política e cultura da classe dominante em um país fosse o critério de uma cidade para sediar a segunda exposição universal nos Estados Unidos, não haveria lugar melhor para a composição de mais uma *vitrine do imperialismo* que Nova York. Como retrata Fernand Braudel, essa cidade representava, já no último quartel do século XIX, o centro das transformações da hegemonia dos Estados Unidos no mercado mundial, sendo explicitamente o centro financeiro do país, uma “cidade-mundo”²⁴⁹. Sem falar que

---

²⁴⁸ Tradução: “Nos quarenta anos entre a exibição de 1851 no Palácio de Cristal e a exposição Columbiana de 1893 as atitudes europeias para com a civilização americana mudaram profundamente. Essas mudanças devem, é claro, ser atribuídas a muitos fatores – ao sucesso da União na Guerra Civil, ao aumento nas exportações e à crescente competição nos mercados mundiais, às mudanças de ênfase nos livros de viagem estrangeiros tratando com os Estados Unidos, para citar alguns. Entretanto, entre os fatores que demonstraram para o resto do mundo a emergência de uma nova e poderosa América, estavam as exposições internacionais. Essas exposições têm uma importância genuína que até o momento não tinha sido apreciada. Isso demonstra claramente que a tecnologia americana, pelo menos em certas áreas, venceu o louvor europeu muito mais cedo e de maneira mais geral do que tem sido comumente sustentado. A participação da América nesses grandes cenários também facilitou a adoção e modificação pelos europeus e japoneses das inovações tecnológicas americanas. Não tem sido possível aqui avaliar a influência dessas exposições em atrair artesãos habilidosos e capital desempregado para a América e promover as exportações, embora, sem dúvida, elas tenham contribuído de algum modo para esses objetivos. A participação da América nas exposições internacionais contribuiu para quebrar o provincialismo e ajudaram a desenvolver uma prontidão americana de encontro ao criticismo europeu à América, mostrando o que a América era e o que ela poderia produzir. Em discussões sobre a conveniência da participação oficial da América e de subsídios governamentais, todos os argumentos envolvendo a reputação da América na comunidade mundial foram enquadrados. O resultado final foi uma vitória para aqueles que sustentaram que não seria mais suficiente para a América ir de encontro ao criticismo meramente por defesas verbais, que não seria mais o bastante apenas sentar e observar, mas que agora o tempo havia chegado ativamente para anunciar o poder e a grandeza da América para o mundo”. Cf. no original CURTI, Merle. “America at the World Fairs, 1851-1893”. *The American Historical Review*, Vol. 55, No. 4, Jul. 1950, p. 856.

²⁴⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Tradução de Telma Costa. Vol. 3. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Nova York, no Nordeste, estava no litoral, compondo essa posição geográfica uma imediata funcionalidade atrativa para os visitantes que se propunham a viajar para uma exposição universal na América²⁵⁰. Nova York também gozava do apoio dos representantes da Filadélfia, a primeira a sediar uma exposição universal nos Estados Unidos, em 1876²⁵¹.

Faz-se necessário destacar que mais duas cidades, St. Louis e Washington, estavam na disputa para sediar a segunda exposição universal nos Estados Unidos. No entanto, essas cidades atuaram como coadjuvantes na eleição para a escolha da sede, desaguando a votação da disputa eleitoral no Congresso americano nos seguintes resultados: Chicago (157), Nova York (107), St. Louis (25) e Washington (18), o que reflete a força política concentrada em Chicago. De fato, a centralidade da disputa estava entre Nova York e Chicago: a primeira baseando seu argumento na situação metropolitana, na centralidade comercial e na localização litorânea; a segunda, por sua vez, anunciava-se como aquela de melhor capacidade para o financiamento empresarial e ressaltava o significativo crescimento populacional das últimas décadas. A distância material do litoral e o estigma de Chicago ser uma cidade do interior americano não suplantavam a centralidade e a concentração de capital e trabalho em dimensões excedentes, sinais de que os investimentos lucrativos estavam com forte poder de circulação²⁵².

---

²⁵⁰ DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893, p. 41.

²⁵¹ Exposição que, para Eric Hobsbawm, foi a mais exuberante. “Justiça seja feita, a maior delas todas foi a Feira do Centenário de Filadélfia, em 1876, nos Estados Unidos da América, aberta pelo presidente e com a presença do imperador e da imperatriz do Brasil – as cabeças coroadas da época agora se curvavam diante dos produtos da indústria – e de 130 mil cidadãos entusiastas. Eles eram os primeiros dos dez milhões que naquela ocasião pagaram tributo ao progresso da época” HOBBSAWM, E. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 58. Palavras estas que estariam bem distantes das ambições que G. Davis, como diretor-geral da World's Columbian Exposition, programara para Chicago: “The benefits conferred by the Chicago Exhibition will exceed those of the Centennial in proportion to its greater artistic achievements and greater comprehensiveness in every department of human activity. These ideal buildings will influence the architecture of our own country—and indeed of the whole world that gazes upon it—for an indefinite period. The treasures of industry, Science and art forming their contents, will be reflected in the pictures, fabrics and manufactures of many subsequent years. This will be the visible, artistic and commercial result of the World's Columbian Exposition”. Tradução: “Os benefícios conferidos pela exibição de Chicago excederão aqueles do Centenário em proporção às suas maiores realizações artísticas e maior abrangência em todo departamento da atividade humana. Esta construção ideal influenciará a arquitetura de nosso próprio país – e assim de todo o mundo que fita sobre ele – por um período indefinido. Estes tesouros da indústria, ciência e arte formando seus conteúdos serão refletidos nas fotos, tecidos e manufaturas de muitos anos por vir. Isto será o resultado visível, artístico e comercial da Exibição Mundial de Colúmbia”. Cf. DAVIS, George R. & PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893, p. 19.

²⁵² Sobre a disputa entre as cidades para sediar a segunda exposição universal nos Estados Unidos, cf. *ibidem*, p. 42-43.

Essa condição aparentemente atípica da escolha de Chicago, uma cidade distanciada dos holofotes das grandes metrópoles litorâneas, fora motivo, por exemplo, de argumentos elaborados pelo diretor-geral da exposição, George Davis (1893), ao salientar que:

Chicago possessed many well-supported claims, aside from the distance from the sea board, to furnish the ideal site for an ideal Exposition. In itself the phenomenal city so gigantic, so young, so rich, strong and powerful is the very essence of American progress. It is so essentially the most distinctively American of the great towns of the United States, that many other cities are foreign compared with it. To all discerning minds it consequently appeared eminently proper that the celebration of our four centuries of unexampled prosperity, of which this marvelous city is itself the apotheosis, should be held in Chicago²⁵³.

A cidade de Chicago, lembrada sempre como uma particularidade agrícola e por seus currais no interior dos Estados Unidos, sendo destaque na Guerra de Secessão por se tornar um elemento central na superioridade logística e na capacidade de alimentar as tropas do Norte (devido à produção de enlatados e de rações de carne)²⁵⁴, fazia parte do caminho de quem se destinava ao Oeste, um entreposto entre o litoral (Nova York) e o extremo Oeste na Califórnia (centro da expansão do ouro), marcando-se pela centralidade histórica e geográfica do vale do Mississippi.

Como vemos, Chicago foi favorecida pelo *territorialismo* forjado no processo de constituição dos Estados Unidos como centro de reprodução do capital, sendo dialeticamente uma região consolidada sob a violenta expropriação das populações indígenas locais no Oeste como um todo, consistindo a construção dos currais em Chicago numa materialidade dos processos político-econômicos de extermínio das formas de se fazer a vida das comunidades de nativos baseadas na criação de animais, principalmente, de búfalos.

Nas palavras de Hobsbawm:

De fato, a região entre o Mississippi e a Califórnia (o Oeste Selvagem) permaneceu bastante vazia em nosso período, diferindo do “Oeste Dócil” ou central, já bastante populoso, cultivado e mesmo industrializado. Estimava-se que o total de trabalho

²⁵³ Trad. Livre: “Chicago possuía muitas reivindicações bem fundamentadas, apesar da distância do litoral, para acomodar um lugar ideal e uma exposição ideal. Em si essa cidade fenomenal tão gigante, tão jovem, tão rica, forte e poderosa é a essência do progresso americano. É tão essencialmente a mais distintamente americana das grandes cidades dos Estados Unidos, que muitas outras cidades são estrangeiras comparadas a ela. Para todas as mentes discernentes ela consequentemente aparecia tão eminentemente própria que a celebração de quatro séculos de prosperidade sem precedentes, do qual esta cidade maravilhosa é a própria apoteose, deveria ser sediada em Chicago”. Cf. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World’s Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893, p. 11.

²⁵⁴ “A superioridade logística do Norte pode também ser medida pela alimentação das tropas. Os currais de Chicago sustentaram bem os homens na linha de frente, com substancial rações de carne salgada ou enlatados.” MARTIN, André. “Guerra de Secessão”. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 246.

para a instalação de fazendas na vasta área da planície, no período entre 1850 e 1880, era pouco mais que o despendido para tal fim no mesmo período no sudoeste ou nos estados do Atlântico. As pradarias do Oeste do Mississippi estavam sendo lentamente colonizadas por fazendeiros, o que implicava a remoção (por transferência forçada) dos Índios, incluindo os já transferidos por legislação precedente e pelo massacre do búfalo, do qual viviam os índios. Sua extinção começou em 1867, no mesmo ano que o Congresso estabeleceu as mais importantes reservas indígenas (...) O sudoeste permanecia essencialmente pecuário, isto é, rural e agrário. As grandes hordas de boi – uns quatro milhões entre 1865 e 1879 – eram levadas para pontos de embarque e estações ferroviárias em direção aos grandes matadouros de Chicago²⁵⁵.

Mesmo mantendo-se como um grande centro formado pelos negócios agropastoris, a cidade de Chicago fez parte daquelas metrópoles do século XIX *que nasceram do nada*, isto é, foi uma cidade em que a rápida expansão geográfica promovida pelo encontro entre capital e trabalho transformou as forças produtivas e as relações sociais, sendo dominantes os investimentos destinados à construção espacial e sobretudo vertical da cidade. Esses investimentos de capital e rápida concentração da força de trabalho incluíram Chicago entre os ícones do *boom-city*, e a exposição universal de Chicago foi parte desse processo²⁵⁶.

No último quartel do século XIX, Chicago passou a ser amplamente noticiada pelo forte crescimento populacional, pela expansão rápida da indústria moderna de bens de consumo, pela implantação de infraestruturas físicas (como estradas de ferro, etc.) e sociais (moradias, centros de instruções, parques, etc.) e, ainda, pela especulação com o capital financeiro nas terras urbanas.

Como assinala ainda Guido Zucconi,

O imaginário coletivo fica extasiado principalmente por Chicago, a metrópole “nascida do nada” que, entre 1850 e 1900, passou de 5.000 a 1.700.000 habitantes. Sua expansão assumirá ritmos particularmente relevantes depois do desastre de 1871; a *feira colombiana de 1893* promoverá, em todo o mundo, o ícone do *boom-city*, associado a um crescimento extraordinário pela intensidade e incremento vertical²⁵⁷.

A divulgação da importância do vale do Mississippi para os Estados Unidos, sendo Chicago apregoada como a capital dessa região, abriu os olhos para expandir a importância dessa parte do território americano (uma vez que, quando se falava em cidade cosmopolita e financeira, o foco era dado a Nova York). Articulada ao vale do Mississippi, Chicago havia se tornado um dos principais centros político-econômicos dos Estados Unidos, uma experiência

²⁵⁵ HOBSBAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 200-201.

²⁵⁶ Sobre as cidades dos centros do capitalismo no Oitocentos, cf. ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. Tradução de Marisa Barda. São Paulo: Perspectiva, 2009.

²⁵⁷ Cf. Ibidem, p. 17.

contraditória da expansão geográfica do capital e das relações de classe, sendo sua materialidade urbana em construção parte da ideologia das próprias forças poderosas vinculadas ao processo de acumulação de capital que circulavam em seu interior.

Em texto de Moses P. Handy, chefe do Department of Publicity and Promotion da World's Columbian Exposition, traduzido e publicado no Brasil nas páginas da revista *Auxiliador da Indústria Nacional*, foram anunciado alguns dos motivos da escolha de Chicago, em vez de Nova York, para sediar a exposição universal:

Em geral quando se falla dos Estados Unidos os estrangeiros, com poucas excepções, só conhecem Nova York e mais nada. Mas porque? Este enigma terá a sua explicação no facto que os Européus tratão os seus negócios americanos principalmente com casas de Nova York e ainda não chegarão a apreciar a importancia de Chicago. A estatística mostra-nos que algumas decadas antes, a porção oriental dos Estados Unidos, cuja metropole é Nova York, estava na frente, tanto no que diz respeito á população como na importancia commercial e politica. Mas tudo mudou entretanto. Os estados no interior e aquelles no Oeste, encerrando o grande Valle do Mississippi tem se desenvolvido rapidamente. Esta vasta area, occupando um espaço quatro vezes maior do que a Inglaterra, a França e a Allemanha juntas é pela natureza uma das mais ricas e mais productivas regiões no mundo. Tem sido maravilhoso o augmento da população, da sua riqueza e de todos os ramos da industria durante o ultimo quarto deste seculo. Consta, que este Valle de Mississippi produz maior quantidade de productos da agricultura do que qualquer outro paiz do mundo e tambem com relação á industria esta rapidamente chegando á frente. Chicago póde chamar-se a capital e o mercado central do Valle do Mississippi. E', certo, que Chicago é o ponto central desta grande area de 2 milhões de milhas quadradas, para todos os negocios, seja de venda ou de compra. Mas tambem a vida nacional dirige-se visivelmente para o Oeste²⁵⁸.

Ainda sobre a centralidade de Chicago e sua projeção de dominação na região do vale do Mississippi, levando em conta especificamente a concentração da população e da indústria e sua posição na geografia política dos Estados Unidos, acrescenta o artigo:

O centro da população, isto é, o ponto entre o Norte e o Sul, o Este e Oeste onde se encontra o mesmo numero de habitantes achou-se em 1830 perto de Moorefield em Virginia, perto de 500 milhas ao Este e 250 milhas ao Sul de Chicago. Vejamos 30 annos depois. Em 1860 já encontramos-lo no Oeste em Columbus, Ohio, que é situado perto de 400 milhas ao Este de Chicago. Finalmente lemos na estatística de 1890 que ella mudou no intervallo para perto de Greensburg no estado de Indiana ou sómente 100 milhas ao Este e na mesma distancia ao Sul de Chicago. O centro industrial e commercial podemos buscar talvez ainda mais perto. E' certo, que a tendencia de ambos é para Chicago e que por consequente elles achar-se-hão dentro dos limites da nossa cidade, daqui a 10 annos. O centro geographico do paiz é no Norte de Kansas ou 500 milhas a Oeste ou 100 milhas ao Sul de Chicago. Durante

---

²⁵⁸ Cf. "Exposição de Chicago". In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., maio de 1891, p. 103.

20 anos, a situação central e vantajosa de Chicago e a sua importancia para o commercio tem sido reconhecida por todos os Estados da União²⁵⁹.

Havia ainda a intenção divulgar a cidade de Chicago como produto de seu próprio cosmopolitismo e da unidade dos costumes de vários povos que, “vivendo em paz”, dispunham de coragem e de energia para fundir grandes fortunas, instituir a vida pública e conduzir a vida privada com sucesso. “O caracter de nossa cidade é mais cosmopolitano do que de qualquer outra cidade americana, com excepção de Nova York”²⁶⁰; o censo de 1890 apontava Chicago ocupada sob a base de algumas nacionalidades principais, a saber: os alemães (384 mil), os americanos (292 mil), os irlandeses (215 mil), os boêmios (54 mil), os poloneses (52 mil), os suecos (45 mil), os noruegueses (44 mil), os ingleses (26 mil), os franceses (12 mil), os escoceses (11 mil), etc., com um total de 1.208 habitantes. Devemos lembrar aqui, com Huberman, que esses números eram pessoas:

Gente branca, preta, amarela, de pele escura; católicos, protestantes, huguenotes, quakers, batistas, metodistas, unitarianos, judeus; espanhóis, ingleses, alemães, franceses, noruegueses, japoneses, chineses, holandeses, boêmios, italianos, austríacos, eslavos, poloneses, romenos, russos – e a lista está apenas começando; fazendeiros, mineiros, aventureiros, soldados, marinheiros, ricos, pobres, mendigos, ladrões, sapateiros, alfaiates, atores, músicos, ministros religiosos, engenheiros, escritores, cantores, cavadores de valas, industriais, açougueiros, padeiros e fabricantes de velas²⁶¹.

Ao se divulgar como fruto de um conjunto de nacionalidades, em sua maioria dos brancos dos países do velho mundo europeu, a cidade difundia um critério atrativo das populações desses países europeus para se deslocar da Europa e visitar Chicago, saber como os emigrantes de seus países haviam participado de sua materialização e como se reinventaram após os diversos motivos que os haviam levados para além-mar. Essa questão da intervenção dos europeus em Chicago, nas propagandas da visita à exposição, foi muito além: a organização do evento ainda notou que a participação dos europeus na cidade de Chicago se tratara da geração que transformou um “território insalubre, inapto para habitação humana”, no interior dos Estados Unidos, em uma “grande metrópole americana, uma das maravilhas deste século”, sobretudo após o incêndio que destruiu totalmente a cidade em 1871.

²⁵⁹ “Exposição de Chicago”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., maio de 1891, p. 103.

²⁶⁰ Ibidem, p. 104.

²⁶¹ HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza dos Estados Unidos (nós, o povo)**. 4ª ed. Tradução Mary Fonseca. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 1.

Em muitos dos fragmentos do território dos Estados Unidos a expropriação com violência ou mesmo a pilhagem tinham sido o método para transformar os meios de produção em capital. O grande incêndio na cidade de Chicago abriu espaço novo, solidariedade entre os capitais, o Estado e a população, alargou postos de emprego, com o lema “*Chicago shall rise again!*” (Chicago deve se erguer novamente!).

Como comenta John E. Findling:

The Chicago fire broke out on 8 October 1871 at the corner of Jefferson and Dekroven Streets, southwest of the central business district. A summer drought had dried out the wooden buildings, and a wind from the southwest pushed the fire north and east through downtown Chicago, across the Chicago River (which many believed would stop the fire), and into the north side, where the next day it burned itself out in Lincoln Park, the a rather barren place. Over 300 persons were killed in the fire, some 100,000 were left homeless, and 17,000 buildings were destroyed. The total property damage was estimated at \$88 million. The city, however, recovered quickly. Some businesses were functioning again within 48 hours, relief supplies arrived from all parts of the country, and a genuine spirit of civic boosterism developed almost overnight, echoed in the phrase, ‘Chicago Shall Rise Again!’ Out of the ashes, too, arose the notion that the fire was seminal event in the city’s history, and all future histories of modern Chicago would start with the fire and its heroic aftermath²⁶².

O incêndio que destruiu 90% de Chicago abriu possibilidade para que essa cidade, como capital do vale do Mississippi que estava marcada pela acelerada expansão geográfica do capital, se somasse ao processo de materialização para onde se dirigia uma forte centralidade da vida nacional, sendo reconstruída praticamente no intervalo daqueles dias que marcaram a crise de sobreacumulação no último quartel do século XIX. Em outras palavras, é possível dizer que a destruição de Chicago pelo incêndio permitiu que ela se tornasse fonte de investimento dos capitais financeiros excedentes, da força de trabalho desempregada, ficando conhecida pelos empregos gerados tanto no campo como na cidade, usando assim a reconstrução da cidade e, sobretudo, as obras para a exposição universal como parte consolidadora de sua reformulação material e de sua propaganda como metrópole mundial²⁶³.

²⁶² “O incêndio de Chicago ocorreu em 8 de outubro de 1871 na esquina das ruas Jefferson e Dekroven, o sudeste do distrito central de negócios. Uma estiagem de verão secou os prédios de madeira, e um vento do Sudoeste empurrou o fogo para o Norte e para o Leste pelo centro de Chicago, ao longo do rio Chicago (que muitos acreditavam que barraria o fogo), para a zona Norte, onde no dia seguinte ele queimou o Lincoln Park, um lugar bastante árido. Mais de 300 pessoas morreram no incêndio, cerca de 100 mil ficaram sem casa, e 17 mil edificações foram destruídas. O dano patrimonial foi estimado em US\$ 88 milhões. A cidade, entretanto, se recuperou rapidamente. Alguns negócios estavam funcionando em 48 horas, suprimentos chegaram de todas as partes do país, e um espírito genuíno de engajamento cívico se desenvolveu quase da noite para o dia, ecoando na frase ‘Chicago deve se erguer novamente!’. Das cinzas, também, surgiu a noção de que o fogo foi um evento fundamental na história da cidade, e todas as futuras histórias da Chicago moderna começa com o fogo e sua heroica consequência.” FINDLING, Jonh E. **Chicago’s Great World’s Fairs**. Nova York: Manchester University Press, 1994, p. 2-3.

²⁶³ Cf. ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. Tradução de Marisa Barda. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Nessa perspectiva, o forte crescimento populacional e produtivo ocorrido em Chicago nesse período não pode ser atribuído simplesmente a uma cidade “nascida do nada” ou ao “acaso”. O que se verifica é que Chicago, após o incêndio de 1871 e em meio a uma crise de queda tendencial das taxas de lucratividade, após grande *boom* da produção industrial e agrícola nos EUA, representava uma enorme potencialidade (ou capacidade) de absorção de capitais excedentes, além de um grande centro consumidor de mercadorias, o que poderia auferir um destino lucrativo ao capital ocioso. Não foi por acaso que, em 1873, ano do anúncio da grande crise de sobreacumulação, foi realizada uma Exposição Interestadual e Industrial de Chicago, em prédios construídos no centro da cidade, feita pela organização mecânica e agrícola do noroeste, apresentando uma forte reunião dos capitais agrícolas, industriais e financeiros em expansão nesse centro dos Estados Unidos²⁶⁴.

Cabe lembrar ainda que foi em Chicago, como atesta Ferguson, que o capital adquiriu novos mecanismos de reprodução, criando pela primeira vez um *mercado permanente de futuros*, em 1874. A necessidade de estabelecer o negócio de *hedge* nos mercados de *commodities* revelava uma grande quantidade de produtos comercializados, assim como a existência de especuladores dispostos a arriscar seu capital na promessa de um futuro lucrativo²⁶⁵.

As origens do negócio de *hedge*, bastante apropriadamente são agrícolas [...] Entre janeiro de 1859 e maio de 1867, em parte como resultado da Guerra Civil, o preço do trigo disparou de 55 centavos para US\$ 2,88 por alqueire, a medida de peso, antes de despencar para 77 centavos em março de 1870. As primeiras formas de proteção para os fazendeiros eram conhecidas como contratos avançados, na verdade simples acordos bilaterais entre o vendedor e o comprador [...] Com o desenvolvimento de um contrato padrão de futuros “destinos”, ao lado de um conjunto de regras para garantir o acordo e, finalmente, uma carteira de compensação, o primeiro verdadeiro mercado de futuros nasceu. Seu local de nascimento foi a Windy City – a Cidade dos Ventos –, Chicago. A criação de uma bolsa permanente de futuros em 1874 – a Chicago Produce Exchange, a antepassada da atual Chicago Mercantile Exchange – criou um lar para os negócios de hedge nos mercados de commodities dos Estados Unidos²⁶⁶.

Se a produção dessa nova materialidade urbana e todos os contratos financeiros necessitavam de uma forte ideologia que mediasse tais persuasões aos investidores e ao público visitante, os organizadores da exposição universal de Chicago sabiam fazer isso muito

²⁶⁴ FINDLING, Jonh E. **Chicago's Great World's Fairs**. Nova York: Manchester University Press, 1994.

²⁶⁵ FERGUSON, Niall. **A ascensão do dinheiro**: a história financeira do mundo; tradução Cordelia Magalhães. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009, p. 211.

²⁶⁶ Ibidem, p.211.

bem, propagando a cidade como um local que produzia e reunia parcela da acumulação de capital no mundo:

A cidade foi, ha vinte annos, quasi totalmente destruida por um incêndio, perdendo-se propriedades, no valor de \$200,000,000. Do incendio não ficou nem o minimo indicio, tudo foi, não sómente reconstruido, mas também amplificado, e os prendidos se virem os immensos edificios que se achão na parte commercial da cidade; edificios tão altos que uma construcção de dez andares não é considerada como alta, ha muitas casas com 12 e 14 andares e taes de 16, 18 e até de 20 andares achão-se em obras. As ruas em geral são direitas e mais largas do que em qualquer outra cidade: especialmente os *boulevards* (avenidas) podem comparar-se favoravelmente com aquelles de Pariz. Todos os *boulevards* conduzem aos parques (tapadas) mais ou menos melhorados, que serão o orgulho da cidade. O Lago Michigan, que marca os limites da cidade, na parte occidental tornou o clima da cidade excepcionalmente favoravel, tanto no verão como no inverno (...) Mas a proximidade do lago não é a única vantagem para a cidade; elle fez da cidade um dos primeiros portos de mar do mundo. Em Chicago, chegão e despachão, pouco mais ou menos, tantos navios, como em Londres, e emquanto à tonelagem é unicamente excedida por New-York²⁶⁷.

O porto, somente no último ano (1890), importou 6 milhões de porcos e 2,5 milhões de gado, que geraram como exportação 1,9 bilhão de quilos de carnes salgadas, 610 mil caixas de carnes enlatadas, 250 milhões de quilos de carne fumada, 190 mil barris com carne de porco, 135 milhões de quilos de toucinho, 46 milhões de ditos de peles e 6,5 milhões de quilos de lã. “Os *Union Stock Yards* isto é o mercado, onde se faz esta immensa transacção occupa mais de 350 ares, incluindo 20 milhas de ruas, 87 ditas de caminhos de ferro e 3,300 cercas para o gado, tendo espaço para 150,000 porcos, 25,000 cabeças de gado e 15,000 carneiros.”²⁶⁸

Sobre os cereais, a comissão central também foi contundente em informar que pelo porto transitaram, em 1890, 1.817.997 barris de farinha, 4.278.845 alqueires de trigo, 48.725.179 de grãos, 3.639.976 de trigo, 41.189.667 de sementes de leva, 1.266.655 de linhaça, 3.004.635 de demais produtos alimentícios, 9.212.490 de queijos e 38.619.468 de manteiga. Esses números, usados para falar ao mercado mundial, eram divulgados pelos representantes da exposição para tratar da importância do comércio interno e externo de animais, de carnes e dos cereais, isto é, das bases do processo de acumulação de capital que estavam envolvidos em Chicago. E, além do mais, as estatísticas também se refeririam ao desenvolvimento das forças produtivas de capital fixo (armazéns, etc.) e à transferência, do porto para o interior (e vice-versa), por “27 grandes caminhos de ferro, cujo ponto principal é

²⁶⁷ “Exposição de Chicago”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., maio de 1891, p. 150.

²⁶⁸ Ibidem, p.150.

em Chicago, que dominão este imenso trafego”²⁶⁹. Se a crise de sobreacumulação, de 1873 a 1895, precisava de “espaço novo” para aplicar seu excedente de capital, encontrou em Chicago um território sedento por investimentos, local onde os bancos movimentavam diariamente US\$ 12 milhões, vinculados às trocas comerciais e as trocas financeiras²⁷⁰.

Se as exposições universais simbolizavam a reunião entre centros e periferias sob um espetáculo que ocultava as possibilidades lucrativas da epifania do domínio imperialista, Chicago, como sede de uma nova exposição universal, simbolizava o lugar de centralidade ocupada por essa cidade no processo de reprodução do capital nos Estados Unidos, sendo esse país um novo centro da expansão geográfica do capital. Na verdade, se convidavam investidores e visitantes para uma aventura que seria “confortável” e “saudável” para os olhos, os negócios e as aprendizagens sobre o “progresso” no interior do “Novo Mundo”.

Visitar Chicago, sua aparência, já era em si mesmo um motivo de viagem e contemplação, segundo os organizadores. Não esquecendo que tudo isso ainda prometia ser feito por ferrovias que costuravam Chicago por inteira, “*railway tracks threaded the grounds from every direction; an army of workmen kept busy day and night; every man whose interests were with the Exposition gave his best thought and effort to its advancement*”²⁷¹.

Ora, uma cidade em que a população dobrou em dez anos e que, a cada ano que se passava, construía 10 mil novos edifícios já seria motivo de curiosidade universal? Para os representantes americanos, sim – afinal, contemplar as entranhas dos Estados Unidos da América e sua dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas, além das novas relações sociais de produção, também foi um discurso levantado pela escolha de Chicago para sediar a exposição. Em um simples exemplo, como uma viagem entre Nova York e Chicago, transmitiam-se para os países as possibilidades instrutivas que abrigavam aquela travessia de 24 horas entre o Leste e o Centro-Oeste daquele país.

Vislumbrar a aparência do “Mundo Novo”, como se dizia, era parte da revelação do enigma para os visitantes que só conheciam a Europa ou Nova York. Mesmo que os motivos para apresentar o Novo Mundo não fossem apenas, para a situação dos Estados Unidos da América, sinônimo de uma sociedade aberta aos investimentos ou para os imigrantes, mas um

---

²⁶⁹ “Exposição de Chicago”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 5 de maio de 1891, p. 150.

²⁷⁰ Ibidem.

²⁷¹ Tradução livre: “ferrovias traçaram as intrincadas bases de todas as direções; um exército de trabalhadores se manteve ocupado dia e noite; todo homem cujos interesses estavam na exposição deram seu melhor, e se esforçaram para a sua realização”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World’s Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893, p. 64.

“Novo Mundo [que] confrontava cada vez mais a Europa, não como a nova sociedade, mas como a sociedade dos novos ricos”²⁷².

E’ de presumir que os estrangeiros que virão a Chicago não querem sómente vêr a exposição mas também tudo que fôr possível do paiz hospitaleiro mesmo. Nada mais natural, o “Mundo Novo” tem sido até agora para elles um livro fechado que desejão abrir e estudar. Para observar a apparencia do paiz, as suas industrias e os costumes dos seus habitantes teremos a melhor occasião já durante a viagem de Nova York á Chicago. Entre outras alteracções temos no caminho as cascatas no Niagara (Niagara Falls). Chicago em si mesmo offerece aos visitantes um panorama não sómente interessante mas também instructivo. Esta cidade precisava sómente cincoenta annos para elevar-se da ordem de uma aldêa á uma metropoli, classificando como a segunda cidade dos Estados Unidos e como a setima no mundo²⁷³.

3.4 *The World’s Columbian Exposition* homenageia à expansão geográfica

A exposição universal de Chicago, proposta em 1890 e preparada oficialmente entre 1891 e 1892, foi uma forma de o governo dos Estados Unidos da América apresentar ao mundo o processo de expansão geográfica e de consolidação dessa parcela da *zona pioneira* do país no Centro-Oeste americano. Uma escolha que tinha o fito de mostrar que a conquista dessas terras e povos, ou até mesmo o branqueamento das pessoas e das formas espaciais da cidade, em menos de sessenta anos, fizeram com que ela se constituísse no segundo principal centro econômico do país e o primeiro centro de direção da política estatal dos Estados Unidos, levando os visitantes não somente a mais uma cidade americana, mas ao centro urbano que abrigara, nos últimos doze anos, os presidentes eleitos dos Estados Unidos, ficando Chicago conhecida naquele período como “a cidade da Convenção Nacional”²⁷⁴.

Além do oferecimento ao público de algo interessante para ser contemplado, a própria capacidade dos negócios de acolhimento dos “milhões de visitantes” que eram previstos para uma exposição universal no *fin-de-siècle* já fazia parte da propaganda que se pretendia positiva da escolha de Chicago para sediar esse *espetáculo do imperialismo*. A

²⁷² Cf. HOBBSAWM, Eric. **A era do capital (1848-1875)**. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 192-198.

²⁷³ “Exposição de Chicago”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 5 de maio de 1891, p. 104.

²⁷⁴ O poder dos representantes de Chicago na política nacional se deu após a eleição do presidente da república Abraham Lincoln (1861 e 1865) e, principalmente, após eleger Grant, Garfield, Cleveland e Harrison também como presidentes da república. Esse movimento levou muitos americanos a chamar Chicago de Cidade da Convenção, sendo tal força nas assembleias nacionais um dos fortes motivos que levariam Chicago a sediar a exposição universal. Cf. *ibidem*, p. 103.

partir da imprensa americana, se difundiram, internacionalmente, as previsões sobre o público aguardado, as condições de hospedagem, a alimentação oferecida e o transporte para mobilizar essa multidão esperada. Como já era de se esperar, a exposição universal de Paris, de 1889, foi apresentada como a referência para se pensar a exposição universal de Chicago, ao se recordar que a capital da França foi visitada, durante seis meses, por 28.149.353 pessoas – em média, 137.289 visitantes por dias, sendo a máxima entrada em um dia de 400 mil pessoas. Foi por esse cálculo de público possível que Chicago projetou sua propaganda de cidade e, assim, imaginou a produção de uma geografia material capaz de superar as expectativas daquilo que já fora feito em uma exposição universal, até mesmo na exposição universal da Filadélfia, de 1876.

Nas páginas da imprensa brasileira, por exemplo, já circulavam notícias sobre as expectativas do público:

Em vista da provável magnificencia da Exposição Columbiana e do vivo interesse no desenvolvimento, que tomão sessenta milhões de Americanos como também os fabricantes dos paizes estrangeiros, não erramos se calculamos que o numero de visitantes será o mesmo do que na Exposição de Pariz. Tomando por base 130,000 entradas diárias na Exposição de Pariz podemos calcular que houve 1,500,000 forasteiros na capital francesa e presumindo que cada visitador ficou dez dias, teremos como número diario de visitantes presentes na cidade durante a Exposição 60,000. Mas devemos considerar que durante 6 mezes, que aquella Exposição ficou aberta, o número das visitas não foi sempre o mesmo. Excursões monstruosas de todas as partes da Europa elevárão o termo medio tres, mesmo quatro vezes acima do numero regular. Assim podemos calcular, que a maioria das admissões totaes, no dia mais concorrido, isto é, 400,000, fôrão forasteiros, ou que a cidade teve de acomodar, em um dia só, 200,000 visitantes²⁷⁵.

Por se tornar, nos doze anos antes da exposição universal de Chicago, a cidade da Convenção Nacional da política americana, a última convenção de 1888 foi recordada como um evento de massa que comprovara a capacidade da cidade de, efetivamente, acomodar o público de 100 mil pessoas. A experiência urbana com esse público visitante – mesmo que a imprensa tenha divulgado várias caricaturas de representantes políticos dormindo em vagões de trem, nos armários de hotéis, nas ruas, etc. – foi lançada pelos organizadores como uma comprovação de que, mesmo na turbulência de um centro comercial, como era o caso de Chicago, fora visto “um sobejo de hospedarias disponíveis em todas as partes da cidade”²⁷⁶.

²⁷⁵ Cf. “Acomodações para os visitantes da Exposição Internacional de Chicago, em 1893”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 25 de abril de 1891, p. 128.

²⁷⁶ Cf. *ibidem*, p. 128.

Programando a permanência de seu visitante durante uma semana, caso ele quisesse visitar a exposição por inteiro, a cidade de Chicago, tomada como mais uma metrópole do capitalismo, apresentava-se desenhada para o *flâneur* urbano programado e para a aventura do consumo dirigido. A escolha do sítio urbano ao Sul da cidade (em vez do centro comercial), como forma também preferida pelos organizadores para expandir o tecido urbano, com novos hotéis, restaurantes, habitações, modernização das linhas de transporte e tantas outras formas de hospedagens apresentava também a força especulativa do forte poder do crédito público e privado efetivo e dos lucros programados, que já previam a transformação da cidade como parte dos resultados atingidos com a exposição universal de Chicago.

A visita da Exposição requererá ao menos uma semana e o visitante que examinar todas estas maravilhas será forçado a ficar em movimento desde pela manhã até a noite. Certamente, todos os hotéis fora da cidade serão cheios durante a Exposição. As facilidades da metrópole ocidental de tomar conta dos visitantes, mesmo se não fallamos dos hotéis, serão mais do que sufficiente para contentar todos. Estima-se que existão na cidade 18,000 casas de pastos (Boarding houses) que podem receber 50,000 visitantes. Um número igual de hospedes poderia dormir em casas que alugão um ou dous quartos. Tudo aquillo prova, que, por maior que seja a multidão de visitantes, haverá bastante accomodações para ao menos 250,000 pessoas. A respeito da questão de alimentação, para esta multidão, pôde-se dizer que nenhuma cidade no mundo pôde comparar-se com Chicago. Os alimentos importados em um mez só, bastarão para os pedidos dos seus visitantes durante todo o tempo da Exposição. Quanto aos meios de transporte desta multidão consta, que as facilidades de transporte são as mais amplas possíveis. Fóra disto a largura das ruas de Chicago, sem igual em todo o mundo, torna a probabilidade de accumulações mais remota como em qualquer outra parte. Assim apresenta-se hoje a cidade da futura Exposição. Mas entretanto constroem-se novos edifícios com uma frente de 50 milhas por anno. Hotéis que poderão accomodar 200 até 1000 hospedes achão-se em construcção. Caminhos de ferro elevados serão construidos e Americanos movidos pela electricidade substituirão os carros movidos por cavallos para os pontos afastados da cidade. Terrenos não occupados actualmente serão cobertos de casas em 1893. Finalmente, podemos assegurar que Chicago será capaz de accomodar os seus hospedes durante a Exposição Columbiana de tal modo que justificará a affirmação que foi feita frequentemente, que o Congresso fez bem em escolher a cidade de Chicago para o sítio desta celebração internacional²⁷⁷.

Nas palavras do primeiro presidente da exposição, Lyman J. Gage, na ocasião de sua retirada da administração, a exposição, pensada desde o início por uma corporação no estado de Illinois, em julho de 1889, após conjuntura favorável pelo Congresso Nacional, abriu uma lista de nomes para subscrições financeiras. Contou, já inicialmente, com a assinatura de 29.375 pessoas, tudo com o objetivo de captar recursos que garantissem a legitimidade da exposição universal e os inícios das obras, assegurando nessa primeira subscrição mais de

²⁷⁷ Cf. "Accomodações para os visitantes da Exposição Internacional de Chicago, em 1893". In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 25 de abril de 1891, pg.128.

US\$ 5 milhões de dólares (Quadro 07). A formação da própria corporação composta por arquitetos e demais possuidores de capital, representantes do poder comercial e industrial de Chicago, havia sido desde o começo a parcela importante da vitória de Chicago para sediar a exposição nos Estados Unidos, mesmo que a captura de outras fontes também tenha sido ativada e que aqueles que estavam pagando decidissem a localização e o planejamento urbano da exposição²⁷⁸.

Quadro 07 – Subscrições financeiras para a exposição universal de Chicago

Importância financeira (em dólares)	Números de subscritores	Resultado
\$ 85.000 e mais	16	\$ 1.000.000,00
\$ 8.0000 e menos que \$ 85.000	74	\$ 1.218.680,00
\$ 1.8000 e menos que \$ 10.000	858	\$ 1.631.750,00
\$ 100 e menos que \$ 1.000	6.000	\$ 1.115.730,00
\$ 10 e menos que \$ 100	22.420	\$ 431.090,00
Total	29.375	\$ 51.670.350,00

Fonte: Adaptado das informações do “Extracto do relatório do Sr. Presidente Lyman J. Gage”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 18 de abril de 1891, p. 102.

Mesmo com a eleição definitiva da comissão central, dos membros gerais e dos oficiais envolvidos pela corporação, o presidente dos Estados Unidos só veio proclamar a sanção para a realização da exposição em 14 de dezembro de 1890, sendo tal apoio também marcado, já no início de 1891, por dezessete estados americanos e novos nomes públicos para compor a organização da exposição. Essa construção entre corporação e Estado ainda se beneficiou das leis de apropriação de recursos financeiros como mais uma forma de captura, agora de dinheiro público, para a realização da exposição universal de Chicago, apropriando-se a corporação responsável pela exposição, assim, das somas de mais de US\$ 1 milhão logo de início, nesse casamento entre corporação privada e comissão pública (Quadro 08).

²⁷⁸ Sobre o tema da corporação e os arquitetos, cf. KARLOWICZ, Titus M. D. H. “Burnham’s Role in the Selection of Architects for the World’s Columbian Exposition”. In: **Journal of the Society of Architectural Historians**, Vol. 29, No. 3 (Oct., 1970), pp. 247-254.

Quadro 08 – Apropriações financeiras internas de estados americanos

Estados	Apropriações
Califórnia	\$ 300.000
Idaho	\$ 20.000
Indiana	\$ 75.000
Iowa	\$ 50.000
Nebraska	\$ 50.000
N. Jersey	\$ 20.000
N. Dakota	\$ 25.000
N. México	\$ 25.000
N. Carolina	\$ 25.000
Oklahoma	\$ 7.000
Ohio	\$ 100.000
Pensylvania	\$ 150.000
Vermont	\$ 5.000
Washington	\$ 100.000
W. Virginia	\$ 40.000
Wyoming	\$ 30.000
Total	\$ 1.122.000

Fonte: Adaptado das informações do “Extracto do relatório do Sr. Presidente Lyman J. Gage”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert & Cia., 18 de abril de 1891, p. 107.

O presidente Lyman J. Gage conclui, no tom financeiro da própria corporação, que com as pendências de novas apropriações de recursos públicos de outros Estados, somadas aos negócios referentes nas compras de terrenos e nas construções de edifícios financiados por cada país em Chicago, se teria um montante de US\$ 17 milhões (Quadro 09). Ao consultar ninguém menos que Berger – organizador das exposições universais em Paris –, Gage anuncia que já tinha a quantia necessária para materializar o projeto da exposição universal de Chicago. Destaca ainda que “mesmo se uma quantia superior áquella fôr precisa para a execução desta obra internacional [...] não haveria minima difficuldade em cobril-a imediatamente na nossa cidade mesmo, tanta é a boa vontade e o entusiasmo que não reina

sómente em Chicago, mas em todos os Estados da nossa República, para garantir um sucesso à Exposição”²⁷⁹.

Quadro 09 – Receita inicial da comissão da exposição de Chicago

Recursos	Quantia à disposição no estoque	\$ 5.000.000,00
	Subscrição da cidade de Chicago	\$ 5.000.000,00
	Importância provável das entradas de	\$ 7.000.000,00
	Concessões e privilégios	\$ 1.000.000,00
	Produtos de venda de edifícios e produtos depois de fechada a exposição	\$ 3.000.000,00
Total		\$ 21.000.000,00
Gastos	Para terrenos e edifícios	\$ 2.766.820,00
	Para administração	\$ 3.308.563,00
	Gastos gerais de janeiro de 1890 até novembro de 1893	\$ 1.550.000,00
Total		\$ 17.625.453,00

Fonte: Adaptado das informações do “Extracto do relatório do Sr. Presidente Lyman J. Gage”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 18 de abril de 1891, p. 107.

O total de capitais reunidos, pelos dados apresentados acima, já nos diz muito sobre aquela produção material da cidade sob a lógica do capital financeiro que, naquela ocasião, vislumbrava na construção do Jackson Park, da tapada de Washington e da modelação da Midway Plaisance, uma redefinição do tecido urbano, sob a égide do valor de troca, ao Sul da cidade de Chicago. A escolha desses lugares, marcados pelo poder da força do dinheiro na produção do espaço urbano de Chicago, não deixou, assim, de ser apontada pelo diretor-geral como um ponto de amplo debate e de dúvidas para a própria organização da exposição.

Salienta G. Davis:

It was not easy to find commensurate space with improved surroundings. Jackson Park, the proposed location, was only partially improved, and owing to this fact the proposition of a divided site was made, and strange as it now seems, had many supporters. Gradually, however, with strenuous efforts, the makers of the World's Fair struggled towards the light, and the site problem was finally solved by the acceptance of Jackson Park and Midway Plaisance upon the proffer of the same by the South Park Commissioners²⁸⁰.

²⁷⁹ Adaptado das informações do “Extracto do relatório do Sr. Presidente Lyman J. Gage”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 18 de abril de 1891, p. 107.

²⁸⁰ Tradução livre: “Não foi fácil encontrar espaço comensurável com as redondezas melhoradas. Jackson Park, a localidade proposta, foi somente parcialmente melhorada, e relacionado a esse fato a proposta de um local

Identificado, pela comissão central como o sítio mais acondicionado e próprio para a exposição, devido aos poucos usos agrícolas e ao grande número de árvores, o Jackson Park também foi escolhido por seu recorte espacial, por se encontrar às margens do lago Michigan. Mesmo possuindo terrenos irregulares ou alguns usos agrícolas nessa planície, esse foi o quadrante selecionado e pretendido para disposição pelo comitê central da exposição columbiana de Chicago, sendo justificada a escolha também de afastar o *espetáculo* da turbulência do centro histórico da cidade, além de produzir um espaço novo, com mais infraestruturas sociais e de transportes, redefinindo urbanamente o sul da cidade.

E' verdade que os sítios escolhidos achão-se em uma certa distancia do centro da cidade mesmo, mas este facto é sem influencia, visto que tanto os "Americanos" (cable cars) como o caminho de ferro "Illinois Central", passam alli perto, e demais tomar-se-hão todas as providências para facilitar uma prompta e rapida circulação entre a cidade e o sitio da Exposição durante o tempo da ultima providencia que será preciso para evitar accumulações. A razão principal porque o Jackson Park foi escolhido como sitio da exposição deve buscar-se na circumstancia, que a situação delle é a mais linda e pittoresca que se pode imaginar, visto que esta tapada acha-se na praia do Lago Michigan e tem a preferencia que será acessível tanto do Lago mesmo por terra. Perto de oitenta geiras da parte septentrional desta tapada achão-se já cultivados, mas esta parte fórma sómente uma fração pequena deste immenso terreno, coberto de árvores. No terreno ainda, não amelhorado prepara-se a criação de um systema de lagôas e aqueductos de 100-300 pés de largura, que, passando em frente dos principais edificios da exposição, terá no seu meio uma ilha, cujo tamanho será de 1800 pés e formará um circuito de tres milhas, que será navegável por botes de passeio. Estes aqueductos, que serão atravessados por muitas pontes, comunicarão com o Lago Michigan, em dous pontos, a primeira vez ao Sul do terreno o já melhorado e depois na praça central da Exposição: aqui estenderão-se, seguindo para o ocidente, pontões, que entrarão a bordo dos vapores. Estes pontões ou embarcadouros formarão um lugar proprio para o desembargue dos passageiros que chegarão a bordo dos vapores que fazem a carreira no Lago. Propõe-se também construir ali um porto, onde nós veremos fundeados grande número de botes de passeio, representando todas as nações e épocas, que estarão a disposição dos visitantes. No oeste deste porto artificial achar-se-ha o Casino, um edificio cujo frontispício será formado por muitas columnas corinthias, e daqui poderemos dominar completamente o vasto campo da Exposição. O primeiro objecto que chama nossa atenção, se nós tomamos posto no Casino, será no occidente a estatua colossal da Liberdade, que será posta proximo da lagôa, alli onde ella chega á terra²⁸¹.

O Jackson Park cumpria, por um lado, o poder de propagar a organização de capitais financeiros para pagar, logo de início, 65 profissionais de arquitetura e engenharia para a

---

dividido foi feita e, tão estranho quanto parece agora, teve muitos apoiadores. Gradualmente, com esforços extenuantes, os realizadores da Feira Mundial se esforçaram na direção da luz, e o problema do local foi finalmente resolvido pela aceitação do Jackson Park e de Midway Plaisance sobre a oferta do mesmo pelos delegados do South Park". DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1983**. International Publishing Co, Chicago, 1893, p. 12

²⁸¹ Cf.. "Brasil. Extracto do relatório do Sr. Presidente Lyman J. Gage". In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 18 de abril de 1891, p. 107-108.

materialização do gigante projeto de aterramentos e edificações; por outro, a propaganda das construções projetadas já era usada como parte da força comercial de Chicago e da união das unidades federativas no interior dos Estados Unidos que apoiavam a realização da cerimônia do no imenso Jackson Park, isso sem falar de todo o discurso sobre o gênio inventivo e científico que estava fixado nas próprias construções – *“It is not easy to overestimate the stupendous character of this portion of the greatest enterprise of modern times”*²⁸² (Figura 01).

Figura 01 – Planta do sítio da exposição universal de Chicago

Fonte: Library of Congress. Souvenir map of the World's Columbian Exposition at Jackson Park and Midway Plaisance, Chicago, Ill, U.S.A., 1893.

²⁸² Tradução livre: “Não tem sido fácil superestimar a característica estupenda dessa porção do maior empreendimento dos tempos modernos”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893, p. 13.

Comum a todos os planejadores urbanos que estavam sob o auspício da força bruta do dinheiro, os planos para a produção material da geografia do Jackson Park transformavam o projeto opressivo e totalitário do capital financeiro numa modalidade de *paraíso americano*, que seria construída para a felicidade de investidores do comércio mundial e demais visitantes admiradores das riquezas das nações. O próprio tamanho das construções, como salienta Davis, inibia muitos dos representantes de Estados sobre o espaço para a prática política e econômica, bem como para a geração de empregos em números expressivos no interior dos Estados Unidos:

It is a fact that the room required for the conduct of the business interests of the Fair is greater than that occupied by the governments of some of the great States of the Union, and the force of employees, even outside the army of laborers who performed the manual labor of building the Fair, is of astonishing number²⁸³.

A imaginação de uma paisagem ideal, no interior da cidade de Chicago, estava sendo montada pelas mãos dos próprios trabalhadores à luz dos arquitetos especuladores, que, apoiados nas materialidades já existentes, como lagos e planícies, vislumbravam – com praças, pontões, tabuleiros de relva, varandas, aquedutos, portos artificiais, ferrovias, estátuas, passeios públicos e um conjunto de prédios edificadas – realizar um negócio urbano que se revelava pela capa de um ambiente construído indicador da organização espacial de uma cidade, mesmo que proposto de forma isolada e sem referência à vida urbana de Chicago, onde essa forma espacial propunha, fantasmagoricamente, o controle do tempo e das contradições sociais ocultadas pela imaginação dos planejadores²⁸⁴.

A “perfeição” com que são descritos os edifícios principais, indicados na planta acima e na citação abaixo, apresenta esse desejo de “livre organização espacial” e a força para produção de uma ordem particular material na cidade. O leitor precisa de paciência para seguirmos lendo algumas longas citações sobre o plano de produção material do sul de Chicago e percebermos que o mais interessante é observar como a razão foi posta a serviço do espetáculo do imperialismo em Chicago. Trata-se de um pensamento sob a égide do dinheiro

---

²⁸³ Tradução livre: “É fato que o espaço exigido para conduzir os interesses financeiros da feira é maior que o ocupado pelos governos de alguns dos maiores estados da União, e a força dos empregos, mesmo fora do exército de trabalhadores que executou o trabalho braçal de construir a feira, é um número surpreendente”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World’s Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893, p. 77.

²⁸⁴ Há muito, lembra Harvey, personagens intelectuais e planejadores de Estado tem pensado na forma espacial da cidade separada das formas sociais do capitalismo, como a propriedade privada, o dinheiro, o trabalho assalariado, a acumulação de capital, etc., tomando a busca pela harmonia e perfeição (a cidade como liberdade) do mundo como uma *utopia espacial* que tenta se desarticular da história, do processo social, da “história real” e da mudança social. Sobre tal debate, cf. HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

e da “beleza”, que vai sendo montada aos moldes de um quebra-cabeça espacial, onde cada peça, pela forma e aparência tem sua finalidade a favor da ideologia do progresso.

Com o Jackson Park, ao final de tudo, rompem-se as possibilidades de fazer uma exposição no centro da cidade de Chicago, de o visitante presenciar no cotidiano da visita da feira também as contradições sociais que abrigava a própria Chicago ou, dizendo em outras palavras, construía uma *White City* (branca, limpa e rica) separada da *Black City* (mestiça, poluída e envolvida com a pobreza), em que o sonho de civilização se evidenciava com o domínio anglo-saxônico da “raça branca”²⁸⁵.

Nessa perspectiva, a divisão, a função e a aparência dos edifícios no Jackson Park produziam uma segregação espacial descrita como progresso:

Ao norte avistaremos um grupo pittoresco de edificios, provavelmente 40 ou 50 delles, representando em si mesma uma verdadeira aldeia de palacios (...) das nações estrangeiras, como também aquelles de um certo número de cidades da União, sendo o sítio arranjado com lindos passeios, flôres, e plantações. Emquanto não se póde dizer com certeza, quantos ediffícios serão alli erigidos, consta já, que haverá alli grande numero delles, variando nas proporções e no estylo. Elles achar-se-hão postos em avenidas largas e curvadas e constituirão assim provavelmente a parte mais interessante de toda a Exposição. Ao lado occidental temos o palacio do Estado de Illinois (...) Elle será construido em stylo classico e coroado por um zimborio no centro e munido de um portico ao lado Sul. Alli mesmo achar-se-ha o palacio de Bellas Artes. Na máxima delas achar-se-há a Exibição pescaria dos Estados Unidos, (...) sendo encostado em ambos os lados por arcadas curvadas que o ligarão com dois pavilhões redondos que encerrará o aquario e a exibição de aparelhos de pesca. Este ediffício, desenho do Sr. Henry Cobb de Chicago, será construido em estylo Hespanhol e será notavel pela sua decoração alegre. Seguindo mais para o Sul, encontraremos do outro lado da lagôa o palacio dos Estados Unidos (...) coroado por um zimbório de 120 pés. Este ediffício servirá para uma completa exibição de varios departamentos federais, etc, da guerra, marinha e do Museu Nacional. Na praia do lago será posto pelo governo um parque de artilharia, uma estação de salva vidas munida de todos os aparelhos, um pharol e afinal um modelo (...) Este “navio” feito de tijolo com uma manta de cimento (...), sendo munido de todos os aparelhos próprios, isto é, canhões, torres de defesa, torpedos, botes, ancoras, tripulação, etc. O maior de todos será aquelle ediffício que nós encontraremos depois de ter passado as exhibições governamentais, sendo o das Manufacturas e das Artes Liberais (...) Terá dois pateos e no centro um zimborio de 350 pés de diametro. Um portico de altura de dois andares rodeará este ediffício e será um passeio favorecido donde nós poderemos mirar todos os ediffícios. Este palacio, cujo desenho é do Sr. Georges S. Post de Nova York, será construído no estylo da Renaissance franceza. Depois de ter visitado este immenso ediffício, que será tres vezes maior que o ediffício principal da Exposição de Pariz (...) chegamos ao cães. Este cães, construído pelo Sr. Augustus St. Gaudens de Pariz será magnífico e por conseguinte um passeio favorecido pelo público. Duas pontes se estenderão 400 pés dentro do Lago Michigan e, sendo curvados, formarão um porto artificial, no meio do qual avistar-se-ha, sobre um pedestal a estatua de Colombo (...) Do cães seguirá uma avenida para o Este, atravessando o parque (...) Ao lado direito da entrada para esta grande avenida temos

²⁸⁵ O planejamento separava os “americanos de cor” ou a “cidade poluída e colorida” da “cidade branca” ou “para os povos brancos” que estava sendo construída ao sul de Chicago para a exposição universal. Sobre a segregação social e espacial promovida pela produção do Jackson Park, cf. KEELER, Clinton. “The White City and the Black City: the Dream of a Civilization”. *American Quarterly*, Vol. 2, n. 2, 1950, p. 112-117.

o Palacio da Industria (...) a Esquerda é o edificio da Agricultura (...) Ao final o edificio da administração da Exposição, situada em uma distância de uma milha da entrada da avenida, [desenhado] pelo presidente do Instituto Americano de Architectos, Sr. Ricardo M. Hunt de Nova York. Perto do edificio da agricultura temos a espaçosa casa das machinas, ligado com o perímetro por um arco, que circundará um braço da lagôa (...). O edificio ulterior será approximadamente identico com o primeiro, mas variará na apparencia que será séria e impressiva e será talvez a melhor obra dos seus construtores os Srs. Peabody & Steans de Boston. A' direita do edificio da administração temos a seção electrica e á esquerda a exhibição de Minas. Ambos estes edificios em estylo francez (...) o primeiro desenhado pelos Srs. Van Brunt & Houve de Kansas City (...) enquanto o ulterior construido pelo Sr. S.S Beman de Chicago. Ao norte destes edificios na lagôa principal, vemos uma ilha. (...) Projecta-se deixar aquilo tão natural e primitivo quanto possível, sem caminhos, para representar assim um bosque natural em miniatura. (...) para o lado sul-occidental, quando nós deixamos o edificio da Administração, temos uma estação do caminho de ferro. Seis linhas entrarão aqui no terreno da Exposição, formando um laço (...) A exhibição dos animaes domesticos mostrar-se-ha em um vasto espaço que será reservado para este fim na parte Sul da Avenida. (...) Resta sómente, que tornemos para o Norte, onde notamos em primeiro logar o edificio de transportações (...) Ao norte desta casa temos o Palacio da Horticultura²⁸⁶.

Entre tantos outros edificios destacados, a famosa avenida Midway Plaisance (Figura 02), corredor perpendicular que ligava o Jackson Park à tapada de Washington (podendo ser visualizada na planta supracitada), fora imaginada para reunir, desde a sua entrada, formas e funções que provocariam aos visitantes mais alguns dos destaques políticos e culturais estrangeiros da exposição universal de Chicago.

Em frente da entrada para a tapada da *Midway Plaisance*, constituindo um dos objetos principaes, que certamente chamará a atenção dos visitantes da Exposição, teremos o edificio, destinado para receber a Exposição das Senhoras, [desenhado] pela Sra. Hayden de Boston. Propõe-se de pôr aqui o quartel general da Direcção das Senhoras e não duvidamos que aqui será colocada uma lindissima exhibição que ilustrará o progresso do labor e nos vários ramos da industria, executados pela mulher (...) Na *Midway Plaisance*, achar-se-ha a *Torre Protector*. Esta torre, uma grandiosa construcção de aço, terá uma altura de 1050 pés ou pouco mais ou menos 100 pés mais do que a Torre “Eiffel”. Subindo até ao seu pico, obteremos uma vista geral da Exposição como também de toda a cidade. Ao lado occidental desta torre, (...) veremos alguns bonitos edificios, e entre eles alguns estrangeiros (...) Não será mister dizer, que todos os edificios serão lindamente embandeirados²⁸⁷.

²⁸⁶ Cf. “Brasil. Os edificios projectados para a exposição internacional de Chicago, em 1893”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 25 de abril de 1891, p. 125-127.

²⁸⁷ Cf. ibidem, p. 127.

Figura 02 – Midway Plaisance

Fonte: Paul V. Galvin Library Digital History Collection. “The Midway Plaisance”. January 16, 1999. **Illinois Institute of Technology**. Disponível em: <http://columbus.iit.edu/dreamcity/midway.html> (accessed March 12, 2013).

“Midway Plaisance is a hive of coffees, almost every one of the foreign villages having accommodations for thousands of visitors who may be served with refreshments of food and drink.”²⁸⁸ Como é possível perceber pelo desenho da planta e pelas funções dadas aos edifícios, a Midway Plaisance também passou a ser a projeção de uma materialidade da exposição universal de Chicago que nos possibilitava enxergar as diversas contradições entre os centros imperialistas e as periferias de economia colonial.

Essa foi uma avenida pensada para o entretenimento a partir da exposição de comida, música, vendas de objetos e a cultura em geral de cada país. Como ainda se pode analisar ao final da pesquisa, o conteúdo dessa forma espacial era um verdadeiro espetáculo hierárquico entre povos dos centros industriais e povos da periferia do capitalismo, sendo as exibições de culinárias americanas e europeias, junto com a exposição de corpos de nativos africanos, um momento “antropológico”, praticamente um movimento de educação e “civilização” do mundo racionalizado pelos centros da geopolítica do capitalismo²⁸⁹.

O arranjo espacial do Jackson Park e da Midway Plaisance, se podemos chamá-lo assim, já estava no primeiro semestre de 1891 imaginado no interior do ideal de “razão”,

²⁸⁸ Tradução livre: “A Midway Plaisance é uma colmeia de cafês, quase todos das vilas estrangeiras, tendo acomodações para milhares de visitantes que podem ser utilizadas com reabastecimento de comida e de bebida”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893, p. 601.

²⁸⁹ FINDLING, Jonh E. **Chicago's Great World's Fairs**. Nova York: Manchester University Press, 1994, p. 16, 27, 28.

“paz” e “beleza” que a própria burguesia e os representantes políticos poderiam oferecer ao mundo a partir dos nomes que investiam nos Estados Unidos no final do século XIX. Esse projeto de tijolos, cimento, aço, vidro, água e ilhas, de vias expressas e torres, cassinos e pontes, projetava exatamente uma materialização no sul de Chicago de um espaço urbano que reunia uma mistura de concepções de estilos e cores para as formas espaciais.

Chicago trazia em si o poder e a expressão do dinheiro sobre a cidade – e, sem muito esforço de compreensão, um sopro degradante da vida urbana que erigia a própria cidade como uma mercadoria. Ao se proporem apartados da *história real* da cidade, o Jackson Park e a avenida Midway Plaisance serviam para projetar a fragmentação como a proposta de diversão e composição de uma narrativa histórica livre de intervenções inerentes às conturbadas vidas cotidianas nas capitais da modernidade no final do século XIX.

Segundo Erika Gólcher (2003), a exposição universal de Chicago, para os Estados Unidos da América, se mostrava para o mundo como a exposição das condições políticas, econômicas e científicas que atingiam aquele país²⁹⁰.

Essa exposição, afirma a autora,

perfilava-se como a mais exitosa Exposição da América. O local eleito para a feira mundial foi o *Jackson Park*, com dois milhões e setecentos e cinquenta mil metros quadrados de extensão, um terreno imenso em que faria o governo norte-americano investir 28 milhões de dólares para adaptá-lo as condições requeridas para a feira²⁹¹.

Se os investimentos de US\$ 9 milhões dirigidos para a exposição universal de Filadélfia, em 1876, já assustavam e ultrapassavam aqueles feitos anteriormente pela Inglaterra (1851 e 1852) e pela França (1855 e 1867) para organizar as suas exposições, a megalomania arquitetural projetada para a exposição columbiana, não há dúvida, era também uma maneira de mostrar que, em Chicago, haveria uma superação do espaço absoluto e das edificações ao se comparar com as maiores exposições universais em Paris, de 1878 e 1889, usando desse elemento material para propagar, assim, Chicago como uma metrópole da acumulação de capital.

Ainda que os terrenos das últimas exposições em Paris, em 1878 e 1889 (os Champs de Mars) fôrão magníficos e os edifícios grandiosos, tudo aquillo será excedido pela Exposição Columbiana. Não sómente o sítio da futura exposição será quatro vezes maior do que aquelle em Paris, tambem os edifícios da Exposição Columbiana cobrirão duas vezes o espaço daquella. Basta dizer que só os últimos custarão a

²⁹⁰ GÓLCHER, Erika. “Imperios y ferias mundiales: la epoca liberal”. *Anuario de Estudios Centroamericanos*. Universidad de Costa Rica. Vol. 24, 1998, p. 75-94.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 85.

metade mais do que foi o gasto total da exposição de Pariz. Os primeiros architectos do paiz têm preparado os planos para os differentes edifícios que darão uma idéa exacta da architectura americana²⁹².

Levando em conta o que estava a propósito para cada edifício, talvez se torne mais fácil compreender como naquele tipo de arquitetura e forma espacial em Chicago propunha, ironicamente, reunir a divisão internacional do trabalho humano, sob os véus dos investimentos de US\$ 28 milhões para incorporação de infraestruturas físicas e sociais²⁹³ e, sobretudo, pelo público que viajaria ao Centro-Oeste dos Estados Unidos para visitar os deuses e os demônios que circulavam na cidade americana, que passaria no final do século a ser chamada de *White City* ou, como informa Davis, “*the City of Aladdin’s palaces*”²⁹⁴.

Seu caráter imperialista foi claro: o tema da festa de 1893 era comemorar os 400 anos da chegada de Cristóvão Colombo à América, apresentar como a “descoberta do mundo novo era revelado aos europeus”, como já se falavam nos manuais de introdução à geografia²⁹⁵, e como isso havia interligado, após os quatrocentos anos da primeira grande expansão eurocentrista, os centros “civilizados” e as “sociedades perdidas” que haviam sido encontradas pelos viajantes de além-mar e estavam no processo de civilização. É claro que a motivação de resgatar a imagem de Cristóvão Colombo era fazer uma homenagem à expansão geográfica do mundo com suas viagens, a partir de 1492, e a revelação do mundo americano aos europeus, contemplando assim de que modo o início da constituição de um planeta Terra que implantou o Norte como o seu centro da acumulação de capital governador do mundo fez com que, após quatro séculos, os Estados Unidos fossem seu discípulo mais novo desse projeto de dominação mundial na América.

Dessa forma, a escolha da chegada de Cristóvão Colombo era muito mais que uma mera data comemorativa. Adentrava o plano da ideologia da produção de um espetáculo sobre a construção de um mundo novo, sendo fortemente disseminada entre os intelectuais de Chicago daquela época como prova da possibilidade de progresso e civilização. O poeta Walt

---

²⁹² Cf. “Brasil. Os edificios projetados para a exposição internacional de Chicago, em 1893”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 25 de abril de 1891, p. 125.

²⁹³ Sobre os detalhes arquitetônicos da infraestrutura física e social construída na cidade de Chicago para a exposição universal, sugerimos consultar o texto de MORENO, Juan M. Martínez. “La Exposición Mundial Colombina de Chicago, 1893”. **Real Academia Sevillana de Buenas Letras**. Vol. 16, p. 153-168, 1988.

²⁹⁴ DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World’s Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893, p. 13.

²⁹⁵ CLOZIER, René. **História da geografia**. 3ª ed. Tradução de Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa-América, LDA, 2006.

Whitman, navegando nessa maré da apologia ao Novo Mundo construído pela descoberta, tratava Colombo como um deus que dera nascimento ao mundo moderno na América:

A THOUGHT OF COLUMBUS (1892)

The mystery of mysteries, the crude and hurried ceaseless flame, spontaneous, bearing on itself.
 The bubble and the huge, round, concrete orb!
 A breath of Deity, as thence the bulging universe unfolding!
 The many issuing cycles from their precedent minute!
 The eras of the soul incepting in an hour,
 Haply the widest, farthest evolutions of the world and man.
 Thousands and thousands of miles hence, and now four centuries back,
 A mortal impulse thrilling its brain cell,
 Reck'd or unreck'd, the birth can no longer be postponed:
 A phantom of the moment, mystic, stalking, sudden,
 Only a silent thought, yet toppling down of more than walls of brass or stone.
 (A flutter at the darkness' edge as if old Time's and Space's secret revealing.)
 A thought! a definite thought works out in shape.
 Four hundred years roll on.
 The rapid cumulus — trade navigation, war, peace, democracy, roll on;
 The restless armies and the fleets of time following their leader—the old camps of ages pitch'd in newer, larger areas,
 The tangled, long-deferr'd eclairsissement of human life and hope boldly begins untying,
 As here to-day up-grows the Western World.
 (An added word yet to my song, far Discoverer, as ne'er before sent back to son of earth—
 If still thou hearest, hear me
 Voicing as now—lands, races, arts, bravas to thee
 O'er the long backward path to thee—one vast consensus, north, south, east, west,
 Soul plaudits! acclamation! reverent echoes!
 One manifold, huge memory to thee! oceans and lands!
 The modern world to thee and thought of thee!)²⁹⁶.

---

²⁹⁶ Tradução livre: “Um pensamento sobre *Columbian* (1892): O mistério dos mistérios, a chama incessante crua e apressada / Espontânea, repousando em si mesma. / A bolha e a orbe de concreto imensa e redonda! / Um sopro de Deidade, como dali o universo abaulado se desdobra! / Os muitos círculos enviesados de seus minutos precedentes! / As eras da alma interceptando em uma hora, / Talvez as mais largas, as mais distantes evoluções do mundo e do homem. / Milhares e milhares de milhas então, e agora quatro séculos atrás, / Um impulso mortal atravessando suas células cerebrais, / Dobrado e desdobrado, o nascimento não pode mais ser adiado: / Um fantasma do momento, mítico, observador, sutil, somente um pensamento silencioso, ainda embasado em mais

Como afirma Andrew Vogel, a visão de Whitman sobre Colombo evocava aproximações com a ideia de grandes descobertas²⁹⁷. Além disso, com os grandes dominantes e todo o mundo que estava por se expandir a partir dos Estados Unidos, a exposição queria, em nome de Colombo, se autocongratular como fruto também de 1492, como algo ligado a uma expressão de caráter divino de criação do mundo, que levou a todas as partes “novas” o orgulho pelo progresso, pela construção de grandes feitos, pela idealização de modernidade e de novos tempos, pelo domínio da natureza.

Portanto, a exposição universal de Chicago centralizava a reunião desses próprios feitos nos Estados Unidos, país que concentrava na materialidade do seu território e de uma exposição universal em particular a exibição da ideologia do progresso e da civilização que buscara relacionar seu processo de transformação de um novo centro da geopolítica do capitalismo com os resultados de gênese da coragem de Colombo sobre o esforço de dominar a natureza (terra e oceanos). De fato, Whitman, que faleceu antes mesmo do início da exposição, havia dado um presente a seus organizadores, que escolheram Colombo para propagar a origem do poder dos ricos no Novo Mundo.

Também com o intuito de se vangloriar por essa certidão de nascimento do Novo Mundo, a comissão dos negócios estrangeiros americanos pediu à direção da *World's Fair* para construir no Jackson Park uma réplica do velho convento Santa María de la Rabica, que ficava próximo de Palos, na Espanha. Dois sentidos principais se internalizavam nessa reprodução material do convento: primeiro, a reprodução daquela arquitetura ajudaria por si só a reconstruir a história de um Colombo “desabrigado, triste e esfomeado”, que recorreu aos diretores do convento por comida e abrigo para si e seu filho; segundo, a réplica do convento ornamentaria as mentes dos visitantes ao propagar a narrativa de que ter sido nesse lugar, naquela cadeira e naquela mesa que Colombo produziu seus planos corajosos, que submeteu

---

que paredes de bronze ou pedra. / (Um flautista na escuridão margeia como se revelasse os velhos segredos do tempo e do espaço) / Uma ideia! Um pensamento definitivo trabalhado na forma. / Quatrocentos anos se passaram. / Os cúmulos rápidos – navegações mercantes, guerra, paz, democracia, se passaram; / Os exércitos incansáveis e as frotas de tempo seguindo seu líder – os velhos campos de eras encerradas em áreas novas, maiores, / O encerramento emaranhado e deferido da vida humana / E a esperança nitidamente começa desvinculada, / Como a partir daqui se desenvolve o Mundo Ocidental / (uma palavra adicionada ainda a minha canção, distante descobridor, com nunca antes enviado de volta ao filho da terra – se ainda teu ouvinte, me escute vocalizando como agora – terras, corridas, artes, bravas a eles / Sobre o longo caminho retrógrado a eles, um vasto consenso, norte, sul, leste, oeste, / Alma aplaudida!, aclamação, ecos reverentes! / Uma manopla, grande memória para eles, oceanos e terras / Um mundo moderno para eles, e pensado por eles!”.

²⁹⁷ Sobre uma interpretação do poema de Whitman, cf. VOGEL, Andrew. “Whitman’s Columbia: the commemoration of the world’s columbian exposition of 1893 in ‘A Thought of Columbus’”. **Walt Whitman Quarterly Review**. Vol. 29. N. 1, 2011, 1-18.

ao conselho de Salamanca, para se atirar no mar com Alonso Pinzón, comandante que também conheceu por lá²⁹⁸.

Para a exposição universal de Chicago, a edificação do convento era pensada para abrigar, de fato, os materiais de escritórios e de navegação, as representações mundiais, os livros ligados às descobertas e, assim, as publicações que diziam respeito à Europa e aos Estados Unidos em geral. Enfim, além de uma exposição universal em sua homenagem, Colombo ganhara um conjunto de salas com suas próprias coleções com livros e relíquias, sua coleção de mapas e planos de navegação, manuscritos, quadros, etc. Apresentava-se um herói, o Moisés da sociedade moderna, pessoa extraordinária, um ser implacável, distante da interpretação de abertura a um projeto genocida que viria.

Não estava escrito em poemas, muitos menos nos textos oficiais da exposição universal de Chicago, que “o ano de 1492 marca o início da história mundial eurocêntrica, da convicção de que uns poucos países europeus centrais e ocidentais estavam destinados a conquistar e governar o globo, a euro-megalomania”²⁹⁹. É dessa forma, em retrospecto, que Hobsbawm afirma a necessidade de não se esquecer que o ano de 1492 é uma forte data do passado que nos serve para refletir sobre “os sofrimentos impostos aos americanos nativos ou aos africanos importados”, não se podendo negar nem negligenciar que “o impacto da conquista e das explorações sobre essas populações foi catastrófico, e não só durante os 150 primeiros anos da conquista europeia”³⁰⁰.

Para Hobsbawm, Colombo representa bem um elo entre o que passou a se chamar de Velho Mundo e Novo Mundo. O Novo Mundo, visto como o centro receptor das barbaridades cometidas pelos projetos de colonização e do imperialismo e, assim, como formação econômica e social que nada tinha para ensinar ao Velho Mundo, precisa também ser reconhecido pela historiografia como o laboratório e o território produtivo que impactou no desenvolvimento da ciência, da alimentação, da música, nas danças, no artesanato e nas diversas formas de fazer a vida no Velho Mundo.

De alguma forma, seria incompleta a teoria da evolução de Charles Darwin e Russel Wallace sem conhecer a fauna e a flora da América do Sul, assim como a seus produtos, como

---

²⁹⁸ Os pedidos da Comissão do Exterior podem ser encontrados em “Os edifícios projetados para a exposição internacional de Chicago, em 1893”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 24 de julho de 1891, p. 70.

²⁹⁹ HOBBSAWM, Eric. “O velho mundo e o novo: quinhentos anos de Colombo”. In: **Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Tradução de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 413.

³⁰⁰ Ibidem, p. 405.

a batata, o milho, a mandioca, a batata-doce, ou mesmo o tabaco, a coca e o cacau – produzidos na periferia do capitalismo ou inseridos na cultura ou nos produtos industriais dos centros do capitalismo – foram expropriados do Novo Mundo junto com os meios de produção nativos, a natureza e a força de trabalho³⁰¹.

Nessa perspectiva, talvez esse elo que representa Colombo como homenageado já esteja mais claro em termos de convidados. Os organizadores da exposição universal de Chicago buscaram abarcar um grande número de países que participariam como expositores e garantir o rótulo de “universal” na perspectiva de constituição de uma política econômica mundial ligada ao projeto de dominação dos centros industriais e financeiros. Os primeiros representantes a confirmarem a presença, já em 1891, foram os países do centro, como a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Espanha; na periferia do capitalismo, países como Peru, México, Honduras, Salvador, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Guatemala e Jamaica; Rússia, Brasil, Venezuela, Equador, Turquia, Egito, Marrocos, Nicarágua, São Domingos e Haiti também confirmaram as participações, assim como colônias inglesas situadas na Índia ocidental e nas Américas do Sul e Central, como era o caso de Guiana, ilhas de Trindade, Barbados e outras. Estas comporiam o Palácio das Índias Ocidentais, um edifício de arquitetura tropical e, assim, também de exibição de produtos tropicais³⁰².

Cabia a cada país apresentar, nesse novo centro imperial, o que se tinha de melhor em produtos, ciências e tecnologias. Trazer para essa *vitrine da geopolítica do capitalismo* a projeção de território e de sociedade particular que permitisse uma apresentação do país e, em grande medida, da sua particularidade na divisão internacional do trabalho no interior do mercado mundial. Os representantes dos Estados e do capital buscavam alcançar, nessa preparação detalhada, ganhos para cada um deles, com seus distintos projetos de dominação do mundo.

Para realizar essa comparação entre os centros e as periferias com precisão, foi elaborada uma minuciosa classificação, dividida em doze seções, que teve o intuito de delimitar alguns temas, produtos e qualidades dos objetos expostos. O detalhamento em subseções oferece uma projeção racional da organização de cada grupo, sendo exigido ainda de cada departamento temático livros de estatísticas e de história que possibilitassem aos

---

³⁰¹ HOBBSBAWM, Eric. “O velho mundo e o novo: quinhentos anos de Colombo”. In: **Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Tradução de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 405-414.

³⁰² Sobre os convites, os gastos dos países para a exposição, etc., pode-se acompanhá-los pelas matérias intituladas “Notícias relativas à Exposição Universal de Chicago, entre 1891 e 1892”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891/1892.

interessados ampliar seus olhares sobre os produtos e sobre tantos outros detalhes extras que os livros pudessem trazer. Unida à classificação e à comparação estava a competição entre os produtos e os expositores por prêmios em dinheiro, que eram oferecidos para aqueles artigos que fossem considerados superiores no exame do júri internacional, ganhando o selo de qualidade do mercado mundial.

Assim, a comparação entre os centros e as periferias ganhava sua forma para a exposição universal de Chicago a partir dos temas e das normas para a escrita e a exposição das amostras³⁰³.

A collocação dos artigos e productos na Exposição e a ordem dos nomes no catálogo effectuar-se-ha (...) em 12 grupos ou secções do modo seguinte: A. Agricultura, madeiras, productos dos bosques, machinas aratorias e os meios de applicação. B. Viticultura, horticultura e floricultura. C. Gado, animaes bravos e domesticos. D. Peixes, pescarias, productos da pesca, aparelhos e redes de pesca. E. Minas, mineração e metallurgia. F. Machinas. G. Meios de transporte, caminhos de ferro, navios e vehiculos. H. Manufacturas. I. Electricidade. K. Bellas artes: pinturas, esculturas e artes decorativas. L. Artes liberaes: educação, pontes e calçadas, obras públicas, architectura, musica e arte theatral. M. Etymologia, arqueologia, progresso de trabalho e invenções³⁰⁴.

Nem todos os países conseguiriam enviar os livros, os catálogos e os produtos que completassem a estrutura delimitada para a exposição universal de Chicago. No entanto, o que se enviasse precisaria se encaixar em alguma seção, estar vinculado ao pavilhão de algum país, com o nome do expositor ou da firma timbrado, mais as características dos conteúdos de cada artigo destacado pelo expositor, os objetos ou invenções mais sofisticados precisavam das comprovações de patentes.

Independentemente de serem artigos de guerra ou couro para a manufatura de botas, foram enviados do interior de diversos Estados modernos ou colônias para algum porto (Portland, Boston, Nova York, Philadelphia, Tampa, Nova Orleans, San Francisco, Wilmington, Port Townsend, Seattle, Tacoma, Chicago, etc.) marcado pelo extremo sistema de vigilância e proteção para a entrada e saída de mercadorias. A questão central é que ao final de novembro de 1892, com a chegada dos primeiros materiais dos diversos Estados modernos, um catálogo oficial da exposição universal de Chicago já estava sendo

³⁰³ “World’s Columbian Commission”. **Classification of the World’s Columbian exposition, Chicago, U.S.A., 1891**. Chicago: Donohue and Henneberry, 1891, p. 122.

³⁰⁴ Sobre as demais normas direcionadas para os expositores, cf. “Regulamentos geraes para os expositores estrangeiros da Exposição Universal Columbiana em Chicago prescriptos pelo diretor geral, em nome da comissão universal columbiana, em virtude da lei do congresso do 25 de Abril de 1890”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891/1892, p. 219-220.

confeccionado e publicado em inglês, francês, alemão e espanhol, tendo seus direitos de venda reservados à comissão central da exposição universal de Chicago³⁰⁵.

Para o caso do Brasil, os livros, os catálogos e os produtos enviados para a exposição universal de Chicago estavam entranhados com as heranças da formação econômica e social de um país de passado colonial, de abolição recente da escravidão, representado por personagens do Estado, das profissões liberais, da agricultura e da indústria que, politicamente, vivenciavam os primeiros anos da experiência com a república, rebatendo tal contexto na participação desses personagens na forma de confecção dos materiais escritos e na seleção das amostras dos produtos que seriam escolhidos para construir parcelas da ideologia do progresso de fragmentos do território do Brasil para a exposição universal de Chicago.

Em tom de anúncio de uma notícia nova, ainda em 1891, chegavam ao Rio de Janeiro, pelas páginas do periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*, mais algumas palavras importadas dos Estados Unidos da América, tratando das expectativas da organização da autoapresentação do Brasil para a exposição universal de Chicago:

Segundo as noticias que chegarão do Brazil parece que aquella grande republica fará uma magnifica Exposição na World's Fair de 1893. O governo brasileiro approvou a quantia de 500,000 dollars para ser dignamente representado na Exposição. Existe a proposta de, não sómente construir-se um edificio no qual serão expostos os magnificos productos desta republica mas tambem de rodear este edificio com illustrações praticas dos methodos da agricultura e da industria, em uso no Brasil. Acharse-ha alli uma fabrica de assucar em plena atividade, uma quinta com plantas de café, onde se poderá ver a maneira da colheita e da preparação desde producto para o mercado. Tambem a preparação da borracha, producto importante da exportação brasileira será exposta aos visitantes. Algumas casas, occupadas de famílias indigenas, executando industrias nacionaes completarão esta parte interessantissima da Exposição. Aqui espera-se que uma banda militar do Brazil venha tocar no recinto da Exposição³⁰⁶.

Como veremos nos próximos capítulos, além das amostras dos produtos de açúcar, de café, da borracha, do cacau, ou mesmo, de minerais e vegetais, as frações de classes dominantes no Brasil e seus colaboradores intelectuais fizeram um esforço para produzir livros, catálogos, relatórios, fotografias, mapas, etc. que permitissem a transformação de

³⁰⁵ Sobre as demais normas direcionadas para os expositores, cf. “Regulamentos geraes para os expositores estrangeiros da Exposição Universal Columbiana em Chicago prescriptos pelo diretor geral, em nome da comissão universal columbiana, em virtude da lei do congresso do 25 de Abril de 1890”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891/1892, p. 219-220.

³⁰⁶ Brasil “Algumas noticias a respeito da Exposição Internacional de Chicago em 1893”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891, p. 246.

fragmentos desse território em papéis, possibilitando que o Brasil fosse estudado e arquivado por aqueles que tivessem acesso a essa produção intelectual. Na verdade, ocultava aqueles textos sobre o território do Brasil um encontro de processos históricos entre centro e periferia: por um lado, os Estados Unidos buscavam operacionalizar o pan-americanismo da Doutrina Monroe, orquestrando, naquela era de neocolonialismo pelas grandes potências, a América Latina como sua área de influência, seu espaço no presente e no futuro para seus domínios; por outro lado, o início da República no Brasil, mesmo que arrastasse dívidas e trocas com a Grã-Bretanha, fora marcado pela tentativa das classes dominantes e dos representantes estatais de se aproximar de seus “similares” nos Estados Unidos, sendo marcante também o apoio dos Estados Unidos para a permanência desse sistema político.

Em suma, os textos enviados pelo Brasil, além das amostras dos produtos, demarcavam com precisão as riquezas naturais e as potências para a exploração da natureza para mineração, agricultura, etc. Dessa forma, veremos que detalhar esse território do Brasil para os Estados Unidos com essas relíquias inanimadas, era abrir o livro sobre o domínio do Brasil a partir dos estoques das ideias que entregava e sistematizava fragmentos dos territórios que poderiam ser lucrativos para aqueles que possuíam capital excedente, naquele espaço aberto e sedento por acordos com esse centro do capital. Em nome de levar mais progresso aos trópicos, os representantes do Brasil deixavam clara sua inspiração no imperialismo americano e sua necessidade de expandir a integração dos seus produtos no mercado mundial, restaurando-se como uma periferia do capitalismo especializada na exportação de produtos primários.

Parte II

A afirmação de uma periferia

**Atendendo ao Convite Geopolítico:
a exposição universal de Chicago no início da Primeira República no Brasil.**

IV

A americanização do Brasil significava, para os homens que assumiram o poder a 15 de novembro de 1889, o fim da herança colonial, a industrialização, o progresso da Democracia. Era o mesmo ideal que, durante um século, todas as gerações de revolucionários agitaram. A República sintetizava-o.

Moniz Bandeira em *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, 1973.

A nova Constituição, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, instituiu um sistema federativo altamente descentralizado, inspirado no modelo estadunidense, para contemplar justamente as reivindicações das diversas frações da assim chamada classe produtora rural.

Pedro Fassoni Arruda em *Capitalismo Dependente e relações de poder no Brasil*, 2012.

Depois de 1865 os Estados Unidos se transformara de nação agrícola em nação industrial. Já vimos que os recursos naturais não tinham iguais no mundo inteiro, com exceção talvez da Rússia. Entretanto, havia certas matérias-primas, muito importantes para os fabricantes americanos, que não existiam de modo algum no país, ou pelo menos não havia a quantidade suficiente. Borracha, seda, juta, estanho, níquel, nitrato, cortiça, manganês, tungstênio encabeçavam uma longa lista. No ramo de alimentos, café, cacau, banana, açúcar, azeite de oliva, coco e outros, principalmente produtos tropicais. Os negociantes queriam controlar as fontes desses recursos naturais, se fosse possível. Os homens de negócios americanos se interessaram muito pelos países produtores de tal matéria-prima.

Leo Huberman em *História da riqueza dos EUA*, 1987.

No capítulo anterior afirmamos que a emergência dos Estados Unidos da América como novo centro de acumulação de capital teve como estratégia a expansão das fronteiras continentais para as atividades produtivas fortalecida pelo forte mercado doméstico e, logo após, pelo seu avanço para a América Latina em busca de aproximações de espaços novos para a reprodução do seu capital excedente nas suas diversas formas. Compreendemos que o processo de reprodução do capital nos Estados Unidos não estava dissociado da produção do avanço da mecanização da produção agrícola, do processo de industrialização, da ampliação do capital financeiro e da imigração da força de trabalho desempregada em massa, sendo a cidade de Chicago e, assim, a organização da exposição universal, uma vitrine da materialidade dessa ampliação da crescente acumulação de capital.

Neste capítulo, temos a finalidade de apresentar como os representantes políticos e econômicos dominantes do Brasil, que aceitaram o convite dos Estados Unidos para enviar um conjunto de personagens, livros e amostras de produtos sobre o território desse país para apresentar na exposição universal de Chicago, tinham como processo histórico oculto a

constituição do país como mais uma periferia do capitalismo que se afirmava quer na sua organização produtiva quer no seu sistema político. Mesmo com um território de tamanho continental, os processos de transição entre a monarquia e a república, de abolição dos escravizados e de formulação de uma Constituição liberal não eliminavam a condição de território subordinado aos centros da acumulação de capital como um produtor primário-exportador, bem como marcado por frações de classe dominantes e por seus representantes políticos como importadores de capital financeiro e de produtos industrializados dos centros.

O período de transição da monarquia para a república, nas últimas décadas do século XIX no Brasil, converge com a crise de sobreacumulação do capital de 1873 a 1895. Os representantes do Brasil, já com o Estado moderno consolidado (diferentemente do caso da África e da Ásia colonizados diretamente), permanecem endividados externamente com o *imperialismo de livre-comércio* comandado pela Inglaterra e, em termos dos novos acordos políticos e econômicos, buscavam aproximações subordinadas com os Estados Unidos a fim de estabilizar sua balança comercial. Dessa forma, veremos como a elaboração e envio de textos e produtos para a exposição universal de Chicago, mesmo que se tratasse de um espetáculo para os demais países, estavam abrigados desse processo histórico que restaurava o Brasil como uma periferia do capitalismo, sendo os personagens envolvidos na elaboração dos materiais para Chicago membros diretos das frações de classes dominantes, representantes de Estado ou colaboradores intelectuais que buscaram na fortificação das oligarquias, a partir da república, evidenciar o peso da mediação desses nomes com texto e produtos, tornando-se *agentes da expansão geográfica do capitalismo* nas unidades federativas na periferia do Brasil.

4.1 A Restauração da Moeda Colonial

Na interpretação de Emília Viotti da Costa, a proclamação da república no Brasil, em 1889, não pode ser confundida com o processo abolicionista (1888), como se os fazendeiros tradicionais do vale do Paraíba unidos contra a monarquia houvessem sozinhos derrubado o centralismo de dom Pedro II. Da mesma forma, não é possível dizer que o Partido Republicano fundou a república no Brasil – pois, mesmo que este tivesse vários aliados não declarados, não foram somente as ideias republicanas que, no último quartel do século XIX, levaram à queda da monarquia. Assim também, não é estimulado pela autora que pensemos a república como fruto de uma inesperada revolta militar, mesmo que o Exército tivesse ganhado a patente de “Salvador da Pátria” após a Guerra do Paraguai, não dá para dizer que

os ensinamentos positivistas de Benjamin Constant na Escola Militar proclamariam a república pelo golpe militar. E, por fim, a prática central para a proclamação da república no Brasil não cabe somente aos críticos da monarquia e do poder Moderador de Dom Pedro II, pois a crítica à monarquia e à proposta de instalar uma república nos trópicos já existia desde os movimentos de independência, sendo o desejo da república também já divulgado como uma forma de governo “livre” para os poderes locais³⁰⁷.

Já a partir de 15 de novembro de 1889, Hamilton Monteiro apresenta que pelo menos três grandes vias de interpretação da república estavam vinculadas aos fatos e aos personagens, às causas e aos efeitos que ainda rebatem na historiografia brasileira, quando se trata da Primeira República no Brasil. A primeira interpretação enxergava o advento da Primeira República como um resultado histórico das lutas passadas, expressadas pelos movimentos de cunho separatista, antes mesmo da independência política. Como a única monarquia na América Latina, não se teria dúvidas de que o destino também seria a implantação de uma república, já que o Império não era compatível com o Novo Mundo, sendo tal modelo político um afastamento do que era a própria América. A segunda interpretação foca a proclamação da Primeira República justificada pelo golpe militar que derrubou a monarquia. Adere-se à leitura da implantação da república como produto da unidade entre os militares que, ressentidos com a humilhação gestada por toda a monarquia ao Exército, reagiram diante das condições logísticas, financeiras e de prestígio social, ao comparar-se com a Guarda Nacional. As ofensas acumuladas, nesse sentido, eram a justa causa para a implantação de uma república sob a ditadura dos militares. A terceira interpretação baseia-se na crítica da militarização como forma de decisão e antecipação do regime deposto; faz apologia, mesmo sem menções explícitas, à monarquia e, assim, à unidade nacional; referencia o Império como período de progresso, de ordem e de identidade nacional, expondo dom Pedro II como uma figura de integração para a construção do próprio país³⁰⁸. “Entretanto, se esses são elementos perceptíveis e imediatamente identificáveis com a Proclamação da Primeira República, não são suficientes para explicar a mudança.”³⁰⁹

Para evitar mal-entendidos, é necessário esclarecer que a crítica a essas três formas de interpretação sobre o início da república no Brasil não trata de excluir o processo de abolição dos escravizados, o poder dos militares e da força política de alguns personagens no

³⁰⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

³⁰⁸ Sobre essas três interpretações, cf. MONTEIRO, Hamilton H. **Brasil República**. São Paulo: Ática, 1986, p. 5-9.

³⁰⁹ Ibidem, p. 8.

interior desse país no final do século XIX. A inversão do movimento de pensamento busca provocar no leitor a explicação dos processos que levaram à proclamação da república no Brasil, que não se referem a fatos empíricos isolados, precisando seu entendimento estar articulado com as transformações econômicas e políticas que vinham se realizando no território do Brasil com as novas condições internacionais no mercado mundial. Essas transformações na geopolítica do capitalismo com um conjunto de mudanças econômicas e políticas internas ao Brasil estavam conectadas organicamente com o processo geral de acumulação de capital, com a expansão geográfica do capital e as crises de sobreacumulação que tinha como origem os centros industriais e financeiros do mercado mundial.

Como fundamento interpretativo é possível, como ponto de partida, resgatarmos a análise de Caio Prado Júnior de que a demarcação precisa dos períodos após a colonização, como a monarquia e a república, não se apresenta de forma alguma como uma descontinuidade dos *sentidos da colonização* do território de dimensões continentais que seria o Brasil. Pelo contrário, esses momentos posteriores constituem-se como “um elo da mesma cadeia que nos traz desde o nosso mais remoto passado”³¹⁰, sendo a compreensão da formação do Brasil um episódio da continuidade da construção de uma periferia do capitalismo no mercado mundial, um Estado moderno novo que se constituiu a partir do domínio europeu na economia mercantil exportadora de produtos primários sob a base do trabalho de escravizados. Essa fração de classes dominantes no Brasil, que é filha da economia de mercado, que busca fixar-se no mercado a partir dos negócios com extrações vegetais, minerais e produtos agrícolas e que olha para fora à procura de inserção nas trocas comerciais, fazendo tudo isso à custa da intensa exploração da força de trabalho, permanece como um aspecto principal da formação econômica e política no Brasil mesmo após a colonização de Portugal.

Assinala Caio Prado Júnior:

Um tal caráter mais estável, permanente, orgânico, de uma sociedade própria e definida, só se revelará aos poucos, dominado e abafado que é pelo que o precede, e que continuará mantendo a primazia e ditando os traços essenciais da nossa evolução colonial. Se vamos a essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão e, em seguida café (...) Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão de obra que precisa: indígenas ou

³¹⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 14.

negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Haverá resultantes secundárias que tendem para algo de mais elevado; mas elas ainda mal se fazem notar. O “sentido” da evolução brasileira que é o caráter aqui que estamos indagando, ainda se afirmar por aquele caráter inicial da colonização³¹¹.

A perspectiva aqui é entendermos como a unidade territorial do Brasil e a formação das frações de classes dominantes locais estiveram ligadas à construção do Estado a partir da garantia da manutenção dos interesses políticos e da ampliação das posses dessas classes – sobretudo, dos meios de produção. No entanto, a moeda de troca que as frações de classes dominantes possuíam, mesmo com o país independente de Portugal, eram os negócios envolvendo, sobretudo, os recursos naturais e os produtos agrícolas baseados na exploração dos escravizados nas grandes unidades produtivas até as últimas consequências, sendo essas as suas próprias bases coloniais. Dessa forma, o movimento de transição da monarquia para a república, abolindo a escravização e liberando mais poder para as oligarquias das antigas províncias, estava atrelado a uma busca constante da construção do projeto dessas classes dominantes de se inserir na dinâmica do capitalismo de bases modernas (industrializado e financeiro), que buscava fontes lucrativas para o excedente de capital que atingia no último quartel do século XIX.

Na interpretação de Pedro Fassoni Arruda, a transição da monarquia para a consolidação da Primeira República evidenciava um momento singular sobre o processo de desenvolvimento capitalista da economia brasileira. Essa trajetória foi marcada pela construção de um novo sistema político, que estava ligado à reorganização da estrutura produtiva e, assim, articulado diretamente aos processos de abolição dos escravizados, de importação de trabalhadores imigrantes, de transformações na agricultura e de implantação inicial da indústria moderna para substituir o artesanato ou pelo lento processo de substituição de importações. Ao mesmo tempo, o processo de transição da monarquia para a república destacava-se como um período em que os países imperialistas avançavam na disputa pelo mercado interno no Brasil. A busca pelo controle dos recursos e das matérias-primas, o endividamento do Estado e a ampliação da extração de lucros a partir dos empréstimos para obras de infraestruturas de transporte e comunicação, além das vendas de mercadorias industrializadas em grande quantidade, concretizavam-se como temas de um país independente. Também se verificava a transição das relações das frações de classes

---

³¹¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 26.

dominantes no Brasil com os centros imperialista, passando da forte articulação subordinada com a hegemonia britânica para as novas aproximações dos negócios com os representantes da política e os possuidores de capital, sobretudo dos Estados Unidos³¹².

O Brasil, país anunciado externamente como “um outro” Estado territorial independente politicamente na segunda década do Oitocentos (1822), estruturou-se como monarquia. Com poder territorialmente centralizado, com um grande recorte de superfície terrestre, seus conflitos iniciais estiveram, para as frações dominantes formadas pelas oligarquias agrárias locais, em demarcar, garantir e expandir as fronteiras internas, além de necessitar manter suas bases sociais de formação de classe. Diversos movimentos republicanos, como a Confederação do Equador, a Cabanagem, a Sabinada e a Farroupilha, propunham a jurisdição de vários Estados modernos em vez de um único país, bem como a abolição da escravidão, assim como acontecia na independência política dos outros países que compunham a América Latina.

Como nos lembra Ilmar Mattos, a escolha pela montagem de uma Coroa, personificada na figura do imperador, tinha o papel de manter a integridade do território, a segurança política perante as ameaças dos movimentos republicanos antes e após a independência política, e servir de suporte aos poderes locais e regionais constituídos como herança colonial (domínios portugueses). Mesmo que a forma de monarquia, dividindo o Estado territorial em províncias, divulgasse a escolha por esse sistema político como uma defesa do poder de unidade nacional, oficialmente transformava, como contraponto, as províncias em circunscrições territoriais e unidades locais, não sendo delegadas a elas ordens constitucionais particulares, como seria o caso da divisão territorial aos moldes da república por unidades federativas. No entanto, a figura do imperador centralizava a decisão dos interesses dominantes que “se distribuem de maneira irregular pela imensidão do território (...) A Coroa ocupa, agora, o lugar da região, mas se o faz, devemos acrescentar, não é para que ela desapareça, e sim justamente para assegurar a sua continuidade”³¹³.

A base da relação entre os representantes do Brasil e dos países do centro do capitalismo já estava assentada desde o período colonial, com o comércio do açúcar, produzido nos engenhos no litoral nordestino, e a produção de cacau no litoral; a produção de café entre as fazendas do Vale do Paraíba, depois se expandindo para o Oeste Paulista; os seringais, que ganhavam destaque na economia na floresta amazônica; e pontos do sertão,

---

³¹² ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

³¹³ MATTOS, I. R. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: ACCESS, 1999, p. 81.

produtores de algodão e de outros tantos produtos voltados para a exportação, como a carne e o couro – todos esses constituíram as relações do Brasil junto aos países consumidores, definindo a formação econômica e social encontrada na transição do século XIX e, poderíamos dizer, em grande parte do século XX.

Na segunda metade do século XIX, os produtos que compunham o rol de oportunidades oferecidos pelo Brasil mostravam que o mercado de produtos da natureza (vegetais, minerais, etc.) e de matérias-primas (dadas pela natureza ou produzidas na agricultura) também passava por concorrências de outros territórios coloniais ou independentes politicamente que igualmente queriam se inserir no mercado mundial e, em certa medida, lutavam pela parcela lucrativa que essas exportações deixavam para as frações das classes dominantes internas e para os rendimentos dos Estados, fazendo com que a periferia do capitalismo buscasse se adequar às demandas externas que partiam dos centros da acumulação ampliada de capital e focassem nos produtos específicos que eram demarcados pelos centros da acumulação.

O desenvolvimento geográfico desigual reproduzia-se também internamente. O centro econômico e político do país, em finais do século XIX, que politicamente unificava-se como monarquia, estava no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), tinha seu produto principal de exportação de café e estava fundado na exploração do trabalho de escravizados. Diferentemente do açúcar, que fora o produto principal nos domínios portugueses na América do Sul, o foco no café ganhava expressão, sobretudo, pelo preço que o produto ganhara a partir de meados do século XIX e, como parte de aumento de cotação, dos conflitos civis que se davam no Haiti, na Jamaica e em Cuba, principais centros produtores do artigo colonial até o início do século XIX.

Na primeira metade do século XIX, o Brasil havia realizado uma reestruturação de suas capacidades produtivas, reorganizando no território a mão de obra através do tráfego interprovincial de escravizados, e transitava para a transformação das relações sociais de produção e de propriedade de bases coloniais em relações de produção capitalistas – assim, a propriedade da terra passou a ser restrita aos detentores de capital e do Estado. Outro elemento importante foi que, em termos de condições naturais, o território do país, sobretudo o Sul, apresentava condições internas de expansão geográfica dos cultivos de cafezais, o que colocava Haiti, Jamaica e Cuba em desvantagem, já que os processos destrutivos dos ambientes naturais nesses países estavam inerentes a esse tipo de produção. Na disputa geopolítica pela produtividade e pelo mercado consumidor de café, o Brasil, que se tornava independente politicamente de Portugal, continuava especializado em produzir artigos

coloniais para os centros do mercado mundial, servindo-se de um papel colonial bem definido pelos centros imperialistas³¹⁴.

Na interpretação do próprio Mattos, a monarquia implantada no Brasil, centralizada no Rio de Janeiro, “restaurava” um duplo aspecto da *moeda colonial*: de um lado, mantinha a estrutura produtiva montada sobre as bases agrárias para exportação, de certa forma dando sequência à estrutura colonial marcada pela relação senhor de escravo/*plantation*/escravizados – mesmo que muitos núcleos com relações sociais de produção pré-capitalistas resistissem ou mesmo fossem fundados ao longo do desenvolvimento específico do capitalismo no Brasil. De outro lado, restaurava-se a “conexão orgânica” subordinante à expansão geográfica dos centros europeus, sobretudo a Inglaterra, que exigia, por exemplo, mudanças internas na periferia do capitalismo a partir da especialização que fora posta para esse país na divisão internacional do trabalho, bem como no seu papel como centro de importação do capital excedente britânico.³¹⁵

Somente com a restauração da moeda colonial as frações de classes dominantes e os representantes de Estados conseguiriam se reinserir no mercado mundial, pois, mesmo possuindo terras e recursos, não dispunham de capital excedente capaz de propiciar a produção e a mobilização dos meios de produção e da força de trabalho em um amplo processo de acumulação de capital. A restauração dessa *moeda colonial* era aquela que fazia as frações das classes dominantes na periferia e no centro não se desentenderem, mesmo que a primeira soubesse que estava submissa ao segundo; sabia, porém, que os bons preços dos produtos tropicais para os centros industriais a mantinha favorável no mercado mundial. No “pacto colonial” estava o grande segredo e a trama. Ele permitia, para a periferia, explorar os escravizados até as últimas consequências de violência, ser donos de terra, explorar pobres brancos sem meios de produção, se apropriar da produção da lavoura, concomitantemente passando a se especializar nos artigos coloniais e vendendo tudo que fosse produzido para os centros imperialistas. Esses centros da acumulação do capital usavam as periferias como “espaço novo” e “mercado novo” de absorção do seu excedente de capital na forma de bens de consumo, máquinas e moeda, sendo os empréstimos a juros elevados uma relação perene

³¹⁴ “O tráfico transatlântico negreiro para o Brasil entre as décadas de 1820 e 1840, sobretudo no período de 1835 e 1850, foi o mais intenso da história do infame comércio para as Américas, estando diretamente articulado à montagem da economia cafeeira brasileira. Ainda que o Brasil não se resumisse aos cafezais do Vale do Paraíba, eles representaram o principal esteio da economia do Império brasileiro, e promoveram, igualmente, a profunda transformação no mercado mundial do artigo.” MARQUESE, Rafael de Bivar. “Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX”. **Revista de História**, vol. 29, João Pessoa, jul./dez., 2013, p. 289-321.

³¹⁵ MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**: a formação do Estado Imperial. São Paulo: ACCESS, 1999, principalmente o capítulo 3 da parte 1, intitulado “A moeda colonial em restauração”.

de endividamento dessa periferia aos centros – mesmo que, dialeticamente, os empréstimos financeiros fossem a garantia de manutenção do *status quo* das frações de classe dominante no Brasil.

O objetivo da expansão da troca comercial e do domínio político da dimensão externa de *restauração da moeda colonial* era, para os ingleses, aquilo que na colonização era para os portugueses³¹⁶. É claro que existiriam outras *autonomias internas* comerciais a partir do momento em que o Estado territorial foi consolidando em sua integridade, construindo uma classe dominante bastante fixada em oligarquias. Entretanto, era da Inglaterra e não de outro canto que as *águas civilizadas* materiais do “drama do progresso” desembarcavam com dominação na periferia do capitalismo, o que não quer dizer que não tivéssemos subordinações também relacionadas com comércios portugueses, franceses, etc. Isso dependia muito das relações internas de cada província e dos produtos negociados. No entanto, era da “oficina do mundo” industrial, centro de extração do mais-valor nas fábricas, que vinha grande parte do capital em forma de máquina, de bens de consumo duráveis e, como veremos mais à frente, na forma de moeda propensas aos empréstimos a partir dos bancos em Londres.

A crise de sobreacumulação de 1848, marcada fortemente pela falta de matérias-primas para as fábricas, de alimentação para os trabalhadores, de excedentes das capacidades produtivas em desvalorização e de consumidores para as mercadorias, desencadeou no Brasil um conjunto de processos vindos do centro que estavam evidentes, sobretudo, pela restauração da continuidade da formação de um país ligado aos processos violentos da *acumulação primitiva*. Mesmo após a independência, por exemplo, a manutenção da subjugação política e da dependência às ordens dos centros europeus sobre os investimentos seguros para a reprodução do capital, a privatização dos meios de produção e restauração agrária dos produtos de exportação, ao controle da exploração do trabalho compulsório (de escravizados ou de homens brancos livres de “pés descalços”), as formas de tributações distintas para a mercadoria de diversos países, a exploração e destruição da natureza a partir do domínio da madeira, dos minérios, da água, da terra e a contínua expansão da dívida

---

³¹⁶ Quanto ao aspecto externo da moeda colonial, Paul Singer acrescenta que após as guerras napoleônicas (1789-1815) entre a França e a Grã-Bretanha, vencidas pela segunda, todas as “ex-colônias espanholas, portuguesas e mesmo inglesas da América foram inseridas [sob a primazia inglesa] no sistema capitalista mundial como produtores especializados de ‘artigos coloniais’ – fumo, algodão, açúcar, café, salitre, cobre, prata, etc. – que eram trocados pelos produtos manufaturados ingleses ou pelos artigos de luxo da França”. SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, n/1 3 (jul./sep., 1974, p. 547-593).

pública aos centros europeus foram processos que acompanharam a formação econômica e social do Brasil³¹⁷.

Sobre a crise de sobreacumulação em 1848 e a reação da burguesia na periferia, comenta Mattos:

A burguesia ainda ascendente também percorre uma trajetória, no decorrer da qual não apenas ela define seus interesses como também discute, em termos políticos e teóricos, a função do mercado externo no desenvolvimento capitalista ou o papel das relações internacionais de produção na negação da contradição que caracteriza o capitalismo concorrencial – a lei da baixa tendencial da taxa de lucros (...) a política inglesa traduz de forma nítida a arrancada inicial do processo de industrialização e também a situação conjuntural do continente. Limitada internamente e no mercado europeu, a burguesia inglesa procura garantir na América os mercados necessários à produção fabril, e para tal age buscando substituir o antigo colonizador, restaurando em proveito próprio, por meio de acordos diplomáticos e comerciais e de modo unilateral, a prática do monopólio sobre os mercados³¹⁸.

Após 1848, como lembra Marquese, é o momento em que o preço do café assume os níveis mais altos no mercado para aquele período. O Sul dos Estados Unidos, com a produção de algodão, e o Sul do Brasil, com a produção de café, assumiam particularidades diretamente ligadas à expansão da industrialização e da sociedade industrial centralizada na Inglaterra. O marco mais importante de lembrar é que, mesmo que a Inglaterra combatesse o tráfico de escravizados na América Central, estimulava de forma indireta a expansão da escravidão negra no Brasil, perdurando a forma mais bárbara de condições de trabalho e sobrevivência a um conjunto de africanos que foram, tanto pelos proprietários quanto pela ciência, transformados na espécie mais primitiva e subjugada. A pompa de maior produtor de café no mundo dada ao Brasil, a partir de meados do século XIX, tendo como maior centro comprador os Estados Unidos, foi sustentada pela exploração dos escravizados negros que desembarcaram antes de 1850, antes mesmo da proibição do tráfico internacional de escravizados pelos britânicos.

Nas palavras de Marquese, a elasticidade da montagem da escravização no Brasil, sobretudo no Vale do Paraíba, criara as possibilidades para que as frações de classes dominantes ligadas ao café, com o apoio da Coroa, estabelecessem as bases desse novo Estado territorial e, assim, do seu centro político-econômico baseado no café:

³¹⁷ Para Karl Marx, alguns processos e métodos, como a expropriação, a colonização, leis punitivas aos trabalhadores, leis da afirmação da propriedade privada, dívidas públicas aos Estados ou sociedades colonizadas, etc., compõem-se como parte da acumulação primitiva. MARX, K.; ENGELS, F. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

³¹⁸ MATTOS, I. R. **O tempo saquarema**: a formação do Estado imperial. São Paulo: ACCESS, 1999, p. 90.

Mesmo que tenham sido forçados, em 1850, a abdicar do infame comércio, pode-se afirmar que a classe senhorial do Vale do Paraíba acumulava, no início daquela década, uma história de grandes sucessos. Contra os inimigos internos: entre 1835-1845 com os recursos fiscais ofertados pela exportação de café, os poderes centrais do Império do Brasil conseguiram derrotar grupos provinciais que a eles se opunham; do mesmo modo, as poucas ações de resistência escrava coletiva que eclodiram no Vale do Paraíba durante o arranque da cafeicultura foram facilmente esmagadas pela repressão dos fazendeiros. Contra o inimigo externo: o estoque de africanos ilegalmente escravizados após 1835, a contrapelo da lei de 1831 e da fortíssima pressão diplomática e naval britânica é que sustentaria os altos patamares da produção cafeeira do Vale do Paraíba até o final da década de 1860. Após encerrar o tráfico em 1850, o Estado imperial brasileiro em momento algum colocou em risco os direitos de propriedade dos fazendeiros de café sobre a enorme massa de trabalhadores que eles mantinham, em cativeiro ilegal, dentro de suas propriedades³¹⁹.

De certa forma, a construção do Segundo Reinado, de Dom Pedro II (1841-1889), se fez relacionada aos representantes da política e dos produtos para exportação diretamente com as ordens de subordinação ao centro da acumulação de capital, sobretudo, o inglês que financiava grande parte dos investimentos e, claro, exigia o pagamento dos empréstimos. Enquanto as frações de classe dominante no Brasil lutavam para expandir o desenvolvimento das forças produtivas necessárias e das relações de trabalho que melhor lhe favorecessem na produção nas fazendas, essa condição abrigava, concomitantemente, a preservação de sua singularidade como mais uma periferia do capitalismo no mercado mundial. As redefinições do mercado mundial após meados do século XIX abrigavam processos internos no Brasil que, claramente, diziam sobre a expansão geográfica do capital excedente britânico para o mercado brasileiro, anunciando um conjunto de transformações que se dariam também na segunda metade do Oitocentos neste país.

Sobre a presença da Inglaterra no Brasil no Segundo Reinado, relata ainda Pedro Passoni Arruda:

Em meados do século 19, quase todas as exportações de capitais e mercadorias para o Brasil provinham da Grã-Bretanha. Isso coincide com o período em que os industriais ingleses ainda podiam vangloriar da condição de “oficina do mundo”, como era conhecida a metrópole daquele vasto império, onde se costumava dizer que “o Sol jamais se punha”. Da Inglaterra vinham os capitais, os técnicos e engenheiro responsáveis pela construção de ferrovias e demais obras de infraestrutura, as locomotivas e peças de reposição, maquinaria agrícola e demais equipamentos para processar alimentos (usina de açúcar, máquinas de beneficiamento de café, descaroçadores de algodão, moinhos de trigo, etc), fusos e teares mecânicos empregados nas fábricas de tecidos, caldeiras, máquinas a vapor e até o carvão consumido pelos navios a vapor e locomotivas, além de usinas de energia elétrica, pontes de ferro, trilhos de trem e vagões ferroviários, que chegavam inteiramente prontos para serem montados no país. Tudo, ou quase tudo que vinha

³¹⁹ MARQUESE, Rafael de Bivar. “Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX”. *Revista de História*, vol. 29, João Pessoa, jul. /dez. 2013, p. 301-302.

da Grã-Bretanha era transportado em navios de companhias de navegação britânica, que faziam os contratos de seguro junto a empresas igualmente britânicas³²⁰.

Ainda sobre a forma imperialista de articulação entre a economia inglesa e a economia do Império do Brasil a partir de dom Pedro II, argumenta Mattos:

O momento da Maioridade é o momento no qual a moeda colonial começa a completar uma recunhagem; e aí reside a diferença básica com o momento anterior. As mudanças ocorridas no velho Império propiciam uma mudança no padrão de relacionamento com o Império no novo continente: de um lado, a revogação das *corn laws*, dos *navigation acts* e uma reforma tributária interna que substituiu as taxas sobre os fluxos de comércio exterior por impostos sobre os lucros e o consumo assinalavam, em graus diversos, o deslocamento dos interesses protecionistas e o triunfo dos interesses industriais e livre-cambistas; de outro, operava-se o progressivo deslocamento do foco da acumulação da indústria têxtil para a de bens de produção, abrindo caminho para a exportação de uma nova mercadoria: o capital. Registremos ainda que até aproximadamente 1873, as vésperas da Grande Depressão, a exportação de capitais estará intimamente associada à exportação de mercadorias e que o mais importante tipo de investimento dos setores capitalistas ingleses era a construção de ferrovias, as quais constituíam num agente do aprofundamento da divisão internacional do trabalho³²¹.

Após meados de 1850, por exemplo, a expansão do mercado mundial impulsionada pela Revolução Industrial evidenciava um conjunto de transformações na materialidade do território e nas relações sociais provindas dessa modernização no Brasil. As mudanças no mercado interno/externo e a invasão de mercadorias inglesas, cada vez mais, em números maiores, acabaram por impulsionar outros processos, como: a) as transformações na política de acesso à terra; b) a pressão sobre o processo da abolição de escravizados; c) a abertura para a imigração de trabalhadores de outros países; e d) a implantação de infraestruturas físicas (transportes, comunicações e máquinas) e sociais (serviços urbanos) que acelerassem as transações e ampliassem o número de produtos nas trocas mundiais, sem falar na renovação da dívida pública, que se ampliava.

A expansão geográfica dos processos de acumulação de capital derivados dos centros imperialistas provocou, em diferentes formações econômicas e sociais, a incorporação de novas terras sobre o controle do Estado e de proprietários privados e da necessidade de novos trabalhadores à economia agrícola, comercial e, em alguns territórios, ao recente processo de industrialização e urbanização. “O ritmo da mudança, entretanto, variou de um país para outro e, dentro dos limites de um mesmo país, de uma região para a outra, de acordo com o grau e a

³²⁰ ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 133.

³²¹ MATTOS, I. R. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: ACCESS, 1999, p. 92.

intensidade com que o desenvolvimento da economia industrial e comercial afetou essas áreas”³²².

Para o caso do Brasil, a Lei de Terras de 1850 (e as leis graduais vinculadas à abolição, das quais trataremos mais à frente) também se relacionava com o planejamento processual da separação da grande massa de escravizados e brancos pobres dos meios de produção. Essa lei articulava uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil que envolvia os representantes de Estado, os proprietários agrários e os trabalhadores (escravizados e livres) que estavam diretamente vinculados à *restauração da moeda colonial*, ligada à hegemonia britânica e ao desenvolvimento de uma particularidade da periferia da sociedade capitalista na América Latina. No entanto, mesmo com a constituição dessas formas sociais criadas, sabiam proprietários e representantes políticos que se fazia necessário atrair capital externo para haver investimentos lucrativos dos meios de produção (abundantes, porém paralisados) e da força de trabalho (escassa, mantida em cativeiro).

Se “do ponto de vista da economia capitalista, toda esta terra e toda esta gente constituía um imenso reservatório que a expansão imperialista, na segunda metade do século [XIX] apenas começou a tocar”, como afirma Paul Singer³²³, pode-se afirmar que a consolidação de um poder monárquico central, que se servia da figura de dom Pedro II como uma personificação de unidade das frações de classe dominantes, consolidava as bases dessa subordinação. Dava continuidade à exploração do trabalho de escravizados até os últimos limites de violência e, concomitantemente, executava com o domínio da forma jurídica a expansão da demarcação da propriedade privada da terra e demais produtos da natureza em todo território estatal sob a crescente ordem das transformações internas ligadas à expansão geográfica do capital.

A Lei de Terras, de 1850, inspirada nas teorias de Wakefield, buscava fazer o caminho de controle das terras que estavam no interior das fronteiras desse Estado territorial ou mesmo daquelas terras ocupadas, mas que não tinham legalmente os registros da propriedade no interior do Brasil. Nas irônicas passagens de Marx sobre o tratado burguês de Wakefield, se discute que este visava em sua teoria à fabricação de trabalhadores assalariados nas antigas colônias e, concomitantemente, transformava em mercadorias a transição da terra,

---

³²² COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 172.

³²³ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3 (jul./sep., 1974, p. 547-593), p. 552.

dos meios de subsistência, das máquinas e dos outros meios de produção, fazendo de seus proprietários possuidores de capital³²⁴.

Se “ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas”³²⁵, podemos dizer que a Lei de Terras de 1850, para o Brasil, primeiro apresentou o processo gradual, para aqueles que representavam a política e os produtos agroexportadores, sob a pressão da Inglaterra e os olhos atentos da classe dominantes internas, de prolongar ao máximo a articulação da questão da propriedade da terra e do trabalho; segundo, essas eram as possibilidades para desenvolver as formas sociais para a expansão interna da acumulação de capital, apresentando ao mundo as relações sociais capitalistas necessárias para a produção.

A Lei de Terras no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse à compra, colocando [propondo] um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa. Tanto os que obtiveram propriedades ilegalmente, por meio da ocupação, nos anos precedentes à lei, como os que receberam doações, mas nunca preencheram as exigências para a legitimação de suas propriedades puderam registrá-las e validar seus títulos após demarcar seus limites e pagar taxas – isso se tivessem realmente ocupado e explorado a terra (...) Os produtos da venda das terras públicas e das taxas de registro das propriedades seriam exclusivamente para a demarcação de terras públicas e para a importação de colonos³²⁶.

A conexão orgânica do Brasil com a Inglaterra e o crescimento dos preços dos produtos tropicais também estavam vinculados à tentativa do Estado de lucrar e controlar a apropriação do “espaço novo” com os produtos agrícolas por parte dos posseiros vinculados à expansão das trocas com o imperialismo de livre concorrência internacional. O processo acelerado das ocupações, as extensões das posses sem títulos e os novos preços de produtos tropicais no mercado mundial, ao comparar com o período da colônia, também eram elementos que estavam ocultos na própria Lei de Terras de 1850:

As posses resultantes da ocupação aumentaram de forma incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra cujos limites eram vagamente definidos por acidentes geográficos naturais: um rio, uma queda d’água, uma encosta. Apesar de essas propriedades não possuírem estatuto legal, elas eram compradas, vendidas e avaliadas à vontade. A situação agravou-se com a expansão das *plantations* em razão da crescente demanda de produtos tropicais no mercado internacional. No século XIX, o café, que não tinha sido importante no período colonial, tornou-se o mais importante produto da economia brasileira, suplantando o açúcar. A cada ano, novas áreas foram ocupadas pelos fazendeiros de café, que

³²⁴ MARX, K.; ENGELS, F. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, sobretudo “A teoria moderna da colonização”.

³²⁵ Ibidem, p. 836.

³²⁶ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 173.

sentiam agudamente a necessidade de legalizar a propriedade da terra e de obter trabalho, particularmente, naquela época, quando a forma tradicional de obter trabalho – a escravidão – estava sendo ameaçada por forte oposição conduzida pela Inglaterra (...) A única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar³²⁷.

Essa transição histórica-geográfica de tornar as terras de propriedade privada em terras de domínio público dizia respeito também à transformação da terra e do trabalho em mercadorias, da continuidade, em outros níveis, da separação da “grande massa da sociedade” dos meios de produção e, assim, do seu produto, como uma forma de exploração da força de trabalho aos mais baixos preços. Não à toa, no interior no Brasil a opção das frações da classe dominante de continuar com a exploração do trabalho de escravizados, até suas últimas consequências, estava vinculada com o processo interno de acumulação de capital que tinha seu foco na circulação dos produtos agropecuários para exportação e, articulado a isso, na dificuldade de reproduzir uma superpopulação relativa de trabalhadores livres locais, brancos pobres, ex-escravizados ou imigrantes. “O trabalho escravo também permitia a acumulação de capital, ainda que principalmente fora dos quadros restritos da fazenda, nas escalas percorridas pela circulação da mercadoria e pela exploração econômica.”³²⁸

O período da monarquia expandiu com intensidade o mercado interno e, ao mesmo tempo, os projetos de unidade nacional. A “restauração da moeda colonial” se dava mesmo por essa via contraditória – de um lado, ampliando no território a malha ferroviária, o sistema de comunicação por telegrafia e de desembarque, com a modernização dos portos e a aceleração das relações entre o litoral e o sertão, sem falar no desenvolvimento da infraestrutura urbana (iluminação, avenidas, esgotos, parques públicos). De outro lado, essas mudanças eram parte das transformações do território, que estava relacionada com a penetração do capital estrangeiro, com o processo de continuidade da herança colonial de uma periferia da sociedade capitalista, marcada pelo seu papel coadjuvante nas decisões econômicas e políticas dos investimentos no mercado mundial, sendo fomentada como “espaço novo” para os investimentos de capital e consumo das mercadorias dos centros.

Restaurar a *moeda colonial* foi dar continuidade a uma organização produtiva que tinha peso nas oligarquias agrárias e nos produtos tropicais, sobretudo aqueles coordenados pelos produtores do Vale do Paraíba, mas também todos aqueles vinculados às frações dominantes nas demais províncias, o que também fazia do desenvolvimento das forças

³²⁷ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 178.

³²⁸ MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 114.

produtivas e da exploração de escravizados um reflexo da participação que essas particularidades locais tinham com a exportação de produtos da natureza, com alimentos e matérias-primas. No entanto, se a Lei de Terras, de 1850, havia sido erigida para gradualmente criar a impossibilidade de a “grande massa de humanos” ter acesso aos meios de produção a partir da demarcação privada e do comércio de terras no mercado formal dos meios de produção. Isto é, liberava-se o trabalho, ou melhor, liberavam-se as pessoas para que se vendessem a si mesmas, somente após a demarcação dos meios de produção, o que faz do próprio processo de abolição uma complexidade do desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais de produção e da dinâmica do mercado interno no Brasil. O que fica claro que essa mesma Lei estava articulada com a substituição do trabalho de escravizados pelo trabalho assalariado realizado pelo conjunto de “pobres livres” e, sobretudo, pelo desembarque de imigrantes, que não deveriam também ter acesso fácil aos meios de produção.

Como assinala Emília Viotti da Costa:

A única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas. Portanto, os tradicionais meios de acesso à terra – ocupação, formas de arrendamento, meação – seriam proscritos. Toda terra, que não estivesse apropriadamente utilizada ou ocupada deveria voltar ao Estado como terra pública. Essas terras seriam vendidas por um preço suficientemente alto para dificultar a compra de terras pelos recém-chegados. Com o dinheiro acumulado pela venda de terras, o governo poderia subsidiar a imigração, trazendo europeus para o Brasil para substituir os escravos nas fazendas³²⁹.

De fato, a Lei de Terras no Brasil se realiza sob pressão da Inglaterra contra a escravidão no Brasil. A crise do escravismo tem seu anúncio mais forte em 1850, quando a Inglaterra proíbe o tráfico intercontinental de escravizados, estando o fundamento da pressão inglesa baseado na baixa produção de produtos tropicais pelo trabalho realizado pelo número de escravizados, sendo a defesa do trabalho livre daqueles que não tinham acesso aos meios de produção ligada às grandes proporções de produtos primários que poderiam ser levados ao mercado mundial. O interesse dos ingleses com essas trocas desiguais estariam em manter os baixos salários na Inglaterra na medida em que o aumento da quantidade de produtos barateasse a cesta básica do proletariado inglês. A pressão pela abolição, claro, também se dava pela necessidade de expandir um mercado consumidor para as mercadorias britânicas e, no trâmite da divisão internacional do trabalho, como uma forma de consolidar as trocas

---

³²⁹ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 178-179.

desiguais, as assimetrias, entre centro (industrializado) e periferia (produtora de produtos primários).

Singer ainda acrescenta que a proibição do tráfico internacional de escravizados acabou atuando sobre o desenvolvimento das forças produtivas do próprio Brasil, na medida em que impossibilitava o acréscimo e a mobilidade da força de trabalho, sendo tal escolha pelas relações de trabalho de escravizados o reforça à permanência da dependência aos ingleses:

A hegemonia britânica nos mares forçou a abolição do tráfico negreiro a partir de 1850. Como a população escrava não tende a crescer vegetativamente no cativeiro, a expansão da cafeicultura no centro-sul requereu constante transferência de escravos. Sendo o seu número finito e a longo prazo decrescente, o crescimento da demanda externa por alguns de nossos produtos só podia acabar acarretando a escassez e o encarecimento do escravo. É bem provável que a origem de alguns fracassos do Brasil escravista no mercado mundial tenha estado na escassez e inadequação da mão de obra ou, em outros termos, na barreira constituída pelas relações escravistas de produção ao desenvolvimento das forças produtivas. Numa época em que a penetração do capitalismo na periferia europeia suscitava amplos fluxos migratórios de irlandeses, alemães, italianos, etc., que se dirigiam à América, a permanência da escravidão sem *tráfego* no Brasil deve ter sido a causa básica desta *alienação na dependência* que caracterizou o país pelo menos até 1888³³⁰.

As anotações de Singer consideram que, mesmo que se tenha montado uma força de trabalho de escravizados antes de 1850, o afluxo de trabalhadores no país, junto com o processo de não abolição, aprontou um estacionamento do desenvolvimento das forças produtivas comandado pelos proprietários de terras. Mesmo que a economia de exportação de café tenha materializado um conjunto de mudanças no setor de transportes, por pressão dos ingleses e pela aceleração dos lucros ligados à compressão do tempo de circulação da transferência das mercadorias no mercado mundial, essas forças produtivas estavam ligadas à especialização do país na produção de artigos coloniais, na consolidação de uma dependência para as frações de classes dominantes e na manutenção do trabalho de escravizados até as últimas consequências. Sem dúvidas, a alta dos preços do café, até o final da década de 1860 e a possibilidade de expandir a produção cada vez mais fizeram com que proprietários levassem a escravidão até os últimos dias neste país³³¹.

Mesmo com essa adequação do desenvolvimento das forças produtivas ligadas às relações sociais de produção escravizadas, o comércio internacional dos produtos coloniais possibilitava um conjunto de lucros que, mesmo iniciado o gradual movimento de abolição,

³³⁰ SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)". **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3 (jul./sep., 1974, p. 547-593).

³³¹ Ibidem, p. 547-593.

fez permanecer na escravização a forma principal de exploração do trabalho. A única pauta que parecia não estar em questão, nem para as frações de classe dominante no Brasil nem para os possuidores de capital nos centros do capitalismo, era a superação das contradições entre exploradores e explorados. Pelo contrário, as preocupações centrais estariam em manter o crescimento da taxa de lucros pelos centros do capital e em *restaurar a moeda colonial* pelas frações de classe dominante que a garantisse nessa condição internamente, sendo o lento processo interno de abolição da escravização, sobretudo a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (1888), a clarividência do projeto da manutenção das relações sociais de exploração da força de trabalho da grande massa de humanos ligada à privatização dos meios de produção em mais uma periferia do capitalismo³³².

Para Lilian M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, um dos processos geopolíticos que roubariam a atenção e adiariam a questão da abolição do trabalho de escravizados no Brasil seria a guerra contra o Paraguai (1865-1870). Mesmo que esse argumento sozinho não sirva para explicar o objetivo da gradualidade do processo abolicionista, ele é interessante para percebermos como a interferência estatal, com a mediação política a partir de leis abolicionistas, se tornava central para controlar a transferência da condição dos trabalhadores escravizados para a condição de trabalhadores livres e para usar o exército para conter as rebeliões e revoltas que poderiam ameaçar a continuidade do poder dos proprietários agrários – o que não quer dizer que Estado e proprietários se entendessem a cada passo dado pela lei a caminho da abolição, mas que ambos sabiam, conservadoramente, que esse passo era central para não perder o domínio do território nacional³³³.

De fato, o conjunto de rebeliões dos escravizados e de vozes, internas e externas, contra a escravização mostravam que a gradualidade estava relacionada com o poder das origens agrárias do Estado no Brasil, que imprimia a permanência da violência da exploração do trabalho de escravizados ligadas, principalmente, aos negócios dos produtos tropicais. Sem falar que, somadas as experiências de fugas, resistências e revoltas dos escravizados no interior do Brasil, os representantes de Estado e as frações de classes dominantes também temiam que os resultados do fim da Guerra de Secessão americana (1861-1865), com a abolição dos escravizados do Sul em 1865, estimulasse também os movimentos abolicionistas no Brasil a fazer a libertação por um processo violento, ligado à força e à ruptura, que nascesse, por exemplo, como resultado de uma guerra, uma revolta de massa, uma rebelião de

---

³³² COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. 9ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

³³³ SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa. M. **Brasil: uma autobiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 301.

negros. Aliás, a guerra contra o Paraguai, mesmo que a luta tivesse o objetivo de demarcar e garantir as fronteiras da Bacia do Prata entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, aguçaria a assombração das classes dominantes sobre a abolição no Brasil, já que o objetivo dessas frações de classes antigas era explorar os escravizados até as últimas consequências.

Mesmo saindo vitoriosa da guerra contra o Paraguai, ao lado da Argentina e do Uruguai, a monarquia brasileira teve sua economia-política marcada negativamente pelo conflito. Dizendo com outras palavras, esse foi um processo histórico que se somava à crise do escravismo, dos proprietários do Vale do Paraíba e ao começo do fim da monarquia. Primeiro, ela fortaleceu o Exército e a classe dos militares, já que praticamente a expansão do número de soldados na guerra, inclusive de negros libertos ou em busca de alforrias que lutaram contra o Paraguai, apresentaram o descaso do governo monarca com as Forças Armadas, sendo lida a guerra para os combatentes como uma carnificina, um matadouro, um campo de doenças. Após seu término, fortaleceu-se uma classe de soldados (sem falar da figura de herói ofertada ao duque de Caxias) que iniciava a década de 1870 se posicionando contra alguns processos políticos da própria monarquia.

Como relatam Schwarcz e Starling:

Terminada a guerra, a situação do Império foi atingida não só fora como dentro do país (...) O combate consolidou uma instituição no cenário local: o exército. Se em 1865 este possuía 18 mil homens, um ano depois esse número variava entre 38 mil e 78 mil soldados. Foi durante o conflito que se formou esse novo Exército, separada da “força de elite” que era a Guarda Nacional. Já com o fim da guerra, os combatentes carregados de láureas, a profissão das armas tornava-se uma forma de ascensão social e ganhava uma representatividade social até ali desconhecida. Criou-se então uma elite dentro do Exército, social e intelectualmente antagônica à elite civil, insatisfeita com a situação do país e com a sua própria hierarquia de poder. Ao mesmo tempo, acostumados a conviver lado a lado com soldados negros, os militares passaram a negar-se a exercer a antiga função: perseguir escravos fugidos. Enfim, o Exército acumulava descontentamentos com o Império. Não por obra do acaso, suas fileiras logo saíam simpatizantes da causa da República e da Abolição³³⁴.

A segunda, ligada à *restauração externa da moeda colonial* vinculada aos centros da acumulação de capital, faz da guerra para o Brasil, além da continuidade de um grande exportador de produtos primários para a Europa, um endividado a partir das finanças que migram para o país por empréstimos. Além de a área da Bacia do Rio da Prata ser de interesse das atuações do imperialismo inglês, o Brasil terminara a guerra endividado com a compra de materiais bélicos para o Exército e para a Marinha, sendo marcante a “passagem de 45 navios

³³⁴ SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma autobiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 298.

armados, em 1865, a 94 benevolentes no fim do conflito, em 1870”; o país ainda havia gastado na guerra mais de 600 mil contos de réis, sem falar na morte de 4.332 soldados, dos cuidados para 18.597 feridos e da responsabilidade sobre 988 desaparecidos. Para os que eram contra a participação da guerra contra o Paraguai, esses gastos apresentavam “onze vezes o orçamento governamental para o ano de 1864, criando-se um déficit que persistiu até o fim da Monarquia”, alargavam o descaso dos representantes com um projeto interno de país e a dívida pública com os países estrangeiros³³⁵.

A guerra contra o Paraguai, de fato, se somaria como um forte elemento da crise da monarquia e da necessidade do Estado de mediar gradualmente a continuidade do processo abolicionista, com a finalidade de conter os ânimos dos militares, abolicionistas e republicanos que voltariam a se fortalecer na década de 1870, mesmo que isso levasse a desentendimentos com os proprietários, principalmente os do Vale do Paraíba a partir da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871³³⁶. Quanto à dívida externa, essa escolha defensiva das frações de classe dominante no Brasil, a de se subordinar aos centros da acumulação de capital, implicava continuar sendo um país endividado com os centros imperialistas, o que fortificaria sua condição de produtor de produtos tropicais, sobretudo alimentos e matérias-primas para abastecer os centros industriais.

Se é possível falar de uma crise da escravização no Brasil, a partir da Lei do Ventre Livre, de 1871, é importante não esquecer que havia uma expansão geográfica da produção de café no Vale do Paraíba, no Oeste Velho e no chamado Oeste Novo em São Paulo, que estavam fundados no trabalho de escravizados, mobilizando o trabalho interprovincial entre o Norte o Sul do Brasil para suprir a falta de mãos, e que consistia também em um conjunto de ferrovias cujas construções haviam iniciado na década de 1850 e 1860, na expansão da

---

³³⁵ SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma autobiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 291.

³³⁶ Mesmo que a guerra contra o Paraguai tivesse contado com 7.979 escravos libertos, a chamada Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, não avançava no ultimato da escravização no Brasil, apresentando, assim, o forte poder das frações das classes dominantes ligadas ao latifúndio e a negociação dos produtos tropicais. “Em 28 de setembro de 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que apesar de seu perfil tímido e da defesa de um modelo gradativo do fim do sistema, significava um passo importante nessa direção (...) Afinal, a medida libertava os escravos que nascessem após a data de sua promulgação, mas não suas mães. Por isso mesmo, estabelecia-se que os menores permaneceriam com as progenitoras até os oito anos, quando o senhor optava por receber indenização do Estado – no valor de 600 mil – ou por utilizar os serviços do menor até os 21 anos. Eram evidentes as vantagens dos senhores, que além do mais tinham por prática alterar a idade na matrícula de nascimento dos cativos. A despeito de tantos favorecimentos, o projeto contou com a oposição dos donos de escravos, que começavam a desconfiar de seu monarca (...) A lei de 1871 também serviu para arrefecer o ambiente. A ideia era antecipar para melhor controlar: evitar uma guerra civil, como ocorrera nos Estados Unidos, ou uma rebelião generalizada de escravos, a exemplo das revoltas no Haiti. Era este, aliás, o motivo de retardar a medida até findar o fim da Guerra do Paraguai: dispor das tropas no país. Fazer pouco para evitar o pior era o lema dessa elite de perfil conservador.” Cf. SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma autobiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 299-300.

produção, na transferência dos produtos agrícolas para portos e centros consumidores e na mobilidade da força de trabalho de escravizados para os negócios. Se existe algum limite dos proprietários do café nessa época, talvez possamos dizer que os donos antigos do Vale do Paraíba se viam ameaçados, além da escassa força de trabalho, pelos limites naturais para a exploração dos cafezais. Grande parte das terras novas já haviam esgotado sua capacidade produtiva e, junto à exaustão da escravização como força de trabalho para atingir os níveis de produção sob a base da violência, as grandes monoculturas atingiam nesses fragmentos do território seus níveis destrutivos da natureza, não sendo raro que o resultado dessa combinação fosse a venda de escravizados desses antigos proprietários para as novas áreas de cafezais, sobretudo do Oeste paulista.

Como retrata Marquese:

A década compreendida entre 1872-1881 representou o pico do tráfico interno de escravos no Brasil, com quase 100.000 escravos deslocados para as zonas cafeeiras do centro-sul, com claro predomínio das transferências interprovinciais sobre os intraprovinciais. A distribuição regional desses cativos não foi uniforme. Ainda que fazendeiros de todo o centro-sul tenham adquirido escravos no mercado interno, os principais polos compradores estavam nas zonas de fronteira recém atendidas pelas ferrovias. Tal foi o caso de Cantagalo: entre 1873 (ano da chegada da ferrovia ao município) e 1882, sua população escrava saltou de 17.562 para 21.621. Padrão análogo pode ser observado em todos os municípios do “Oeste Novo” de São Paulo (isto é, para além da região de Campinas), cobertos pelos trilhos da *Paulista* e da *Mogiana*: no período de 1874 a 1882, seu número de escravos aumentou de 26.282 para 38.24253. Já nos municípios de exploração mais antiga do Vale do Paraíba ocidental, entre 1872 e 1884 a população escrava ou estacionou (casos de Valença e Barra Mansa, no Rio de Janeiro), ou regrediu (Vassouras e Pirai, no Rio de Janeiro, Bananal, em São Paulo)³³⁷.

O dito Oeste Novo de São Paulo seria o beneficiado nesse processo. E não seria de estranhar que essa centralidade da exportação do café e da força de trabalho tivesse também um rebatimento interno político. Não custa lembrar que essa manutenção das exportações altas do café, já tendo como centro o estado de São Paulo, que passaria a ser o lugar de expansão do ideal republicano e da crítica ao centralismo do poder de dom Pedro II – uma crítica totalmente articulada com as transformações econômicas e sociais que estavam se realizando no interior do Brasil, conectadas com o mercado mundial. Mesmo que pareça mero jogo de datas, cabe lembrar que 1873 foi quando ocorreu a primeira Convenção do Partido Republicano, fundado um ano antes, formado inicialmente por profissionais liberais urbanos e consolidado pela participação de grande número de fazendeiros do Oeste paulista, advogados, médicos, etc. Como maior centro de importação de capital estrangeiro e de exportação de café

³³⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar. “Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX”. *Revista de História*, vol. 29, João Pessoa, jul. /dez., 2013, p. 306.

no último quartel do século XIX, os representantes dos produtos agrícolas do novo Oeste paulista fariam da sua força econômica interna uma luta pela forma política estatal, já que contavam com um número inexpressivo de representantes políticos na monarquia. Mesmo que, pelos dados acima de compra de escravizados, se apresentassem como um partido republicano que não falava tanto de abolição³³⁸.

Não se pode esquecer também que, além da questão que envolvia a Lei de Terras em si, o lento processo de gradualidade da abolição e os processos desencadeados pela participação do Brasil na guerra contra o Paraguai, a crise da monarquia, no início da década de 1870, teve relação direta com a crise de sobreacumulação iniciada nos centros da acumulação de capital, entre 1873 a 1895, crise está que também questionou as amarras externas que foram gestadas no território do Brasil na medida em que permanecia a continuidade da escravização e o desenvolvimento das forças produtivas presas ao domínio das relações sociais de produção escravizadas. As taxas de exportações, nesse sentido, apresentariam processo de declínio, mesmo que apresentassem uma aproximação dos possuidores de produtos tropicais com os Estados Unidos da América. Cabe lembrar que a crise de sobreacumulação de 1873 a 1895 evidenciava um grande número de excedentes de capital no mercado dos centros concentradores dos excedentes, sendo a constituição de monopólios das periferias pelos centros e o protecionismo armas desse novo período. Como atesta Hobsbawm, quem mais foi vítima dessa queda de lucratividade foram os produtos da agricultura³³⁹, sendo nítido esse processo quando se visualiza a exportação dos produtos no Brasil (Tabelas 01, 02 e 03).

---

³³⁸ “A assimetria política era, entretanto, evidente. Maior produtor de café, São Paulo contava com um número inexpressivo de senadores durante o período imperial: três em 1859, equivalente à bancada do Pará e inferior à da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Mesmo em 1889, o grupo paulista na Câmara de Deputados era praticamente igual ao do Ceará, e inferior à representação de Pernambuco, Bahia, Minas, Rio de Janeiro, sendo que o mesmo ocorria no conselho de Estado e nos ministérios.” Cf. SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma autobiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 301.

³³⁹ Sobre a crise de 1873 e a crise mundial dos preços dos produtos agrícolas, trata o autor: “a agricultura foi à vítima mais espetacular desse declínio dos lucros – na verdade, alguns de seus setores foram os que sofreram depressão mais profunda de toda a economia – e aquela cujo descontentamento teve consequências políticas mais imediatas e de maior alcance. Sua produção que havia aumentado muito no decorrer das décadas precedentes, agora inundava o mercado mundial, até então protegido contra a concorrência estrangeira pelo custo elevado do transporte. As consequências para os preços agrícolas, tanto na agricultura europeia como nas economias exportadoras ultramarinas, foram dramáticas. Em 1894, o preço do trigo era apenas pouco mais de um terço do que fora em 1867 – um prêmio esplêndido para os compradores, mas um desastre para os agricultores e trabalhadores agrícolas, que ainda representavam entre 40% e 50% dos trabalhadores do sexo masculino nos países industrializados (à exceção da Inglaterra) e até 90% nos outros”. HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 66.

Tabela 01 – Comércio Exterior do Brasil (1851-1900)

Período	Médias Anuais (em milhões de £)			Variação (%)	
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação
1851-1860	10,20	11,52	-1,32	47,0	41,0
1861-1870	14,98	13,14	1,84	33,0	25,4
1871-1880	19,98	16,49	3,49	10,0	16,6
1881-1890	22,06	19,23	2,83	31,6	31,4
1891-1900	29,10	25,28	3,82	63,7	26,1

Fonte: adaptada de SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, Vol. 36. Nº 3, 1974, p. 347-593; SILVA, H. Shlitler. “Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX”. **Revista de História da Economia Brasileira**, São Paulo, Ano I, nº 1, junho 1953.

Tabela 02 – Brasil: Principais Produtos de Exportação 1851 a 1900

Período	Participação em (%) na Receita das Exportações					
	Café	Açúcar	Algodão	Couros e Peles	Outros	Total
1851-1860	48,8	21,2	6,2	2,3	7,2	100,0
1861-1870	45,5	12,3	18,3	3,1	6,0	100,0
1871-1880	56,6	11,8	9,5	5,5	5,6	100,0
1881-1890	61,5	9,9	4,2	8,0	3,2	100,0
1891-1900	64,5	6,0	2,7	15,0	2,4	100,0

Fonte: adaptada de SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, Vol. 36. Nº 3, 1974, p. 347-593; SILVA, H. Shlitler. “Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX”. **Revista de História da Economia Brasileira**, São Paulo, Ano I, nº 1, junho 1953; VILELA, A. Villanova e USZIGAN, W. “Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1845”, **IPEA/INPES**, Rio, 1973.

Tabela 03 – Principais Parceiros do Brasil no Comércio Internacional

Períodos	Participação (em %) no Comércio Exterior do Brasil							
	Grã-Bretanha		Alemanha		Estados Unidos		França	
	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.
1853/4 -1857/8	32,0	24,8	6,0	5,9	28,1	7,0	7,8	12,7
1870/1 -1872/4	39,4	53,4	5,9	6,5	28,8	5,4	7,5	12,2
1902-1904	18,8	28,1	15,0	12,2	43,0	11,5	7,8	8,8

Fonte: adaptada de SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, Vol. 36. Nº 3, 1974, p. 347-593; SILVA, H. Shlitler, “Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX”, **Revista de História da Economia Brasileira**, São Paulo, Ano I, nº 1, junho 1953; VILELA, A. Villanova e USZIGAN, W. “Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira 1889-1845”, **IPEA/INPES**, Rio, 1973.

Esse período da crise da sobreacumulação de capital, entre 1873 e 1895, marcava a queda da lucratividade na venda das exportações dos produtos agrícolas. Além disso, deixava claro para as frações de classes dominantes que a baixa produtividade com a exploração de

escravizados apontava para um obstáculo da expansão da acumulação interna de capital, sendo propagandeada a necessidade da montagem de uma força de trabalho excedente. Como iremos ver na próxima seção, as frações de classes dominantes e os representantes do Estado haviam herdado uma dívida externa da Grã-Bretanha até o final do século XIX; no entanto, o imperialismo de livre-comércio da Grã-Bretanha centralizava, na crise de sobreacumulação, suas atenções para a África e a Ásia, afastando-se do Brasil na compra dos produtos primários. Assim, as trocas comerciais com os Estados Unidos, entre 1873 a 1895, foram a saída das frações de classes dominantes para buscar rentabilidade na sua manutenção no interior desse país e para pagar a dívida externa com a Inglaterra.

A partir dos números elencados acima podemos superficialmente pensar que os rendimentos positivos das exportações sobre as importações excluiria o Brasil de uma relação de dominação – ou que pelo menos estaríamos nesse processo. No entanto, o que os dados ocultam é a afirmação do Brasil enquanto uma periferia no processo de acumulação de capital, não excluindo o ligeiro saldo obtido pela balança comercial na segunda metade do século XIX; pelo contrário, a manutenção dessa base produtiva era a possibilidade lucrativa na posição de uma periferia do capitalismo. A relação entre centro e periferia não pode ser compreendida fora do mercado mundial, onde a imposição do padrão-ouro, mesmo que sob uma taxa de câmbio fixa, mantinha e reproduzia a vantajosa condição dos proprietários de capital. Uma das grandes contribuições de Harvey foi observar que as relações de mercado reproduzem as relações de dominação, tanto em nível local quanto internacional; assim, era pela manutenção de uma divisão internacional do trabalho que garantisse a manutenção de produções e acumulações desiguais, fosse de mercadorias, fosse de capital, sendo a *restauração da moeda colonial* para o Brasil, em nosso caso específico, a continuidade de uma periferia produtora primária³⁴⁰.

O desenvolvimento do mercado interno e externo no Brasil sofreria os rebatimentos da grande crise de sobreacumulação das taxas de lucros durante a década de 1870. Aquele aumento das exportações apontadas pelo crescimento da venda de matérias-primas e alimentos, sobretudo para a Inglaterra, passara a apresentar declínio. Sem falar que novos mercados concorrentes de “artigos coloniais” foram restaurados, como foi o caso das exportações de algodão dos Estados Unidos após o fim da Guerra de Secessão ou do mercado cubano de açúcar, enfraquecendo o setor de engenhos tradicionais do Nordeste. De certa maneira, as relações sociais de produção baseadas na escravização reforçavam seus limites na

---

³⁴⁰ HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

crise de sobreacumulação entre 1873 e 1895, momento em que as trocas desiguais entre os centros de concentração de capital e as periferias que participavam como subordinadas nesse processo precisavam acelerar de produção e troca de mercadorias, a mobilidade dos excedentes de capital e de trabalho, produzir e aquecer os mercados internos.

A crise iniciada na década de 1870, no âmbito do mercado mundial, tinha como ímpeto central o empilhamento de capital excedente na forma de mercadorias, capital produtivo e moeda por um conjunto de países europeus e os Estados Unidos, que também se industrializaram e passaram a competir no mercado mundial. De fato, para todos os países industrializados, a América do Sul passava a ser uma grande zona de influência em disputa, tonando-se “um dos principais centros da batalha, o que se reflete no deslocamento de capitais britânicos para esta área: de 10,5% em 1860/70, a América do Sul passa a concentrar 20% a 22% dos capitais britânicos de 1881/90”³⁴¹. Para o Brasil, em geral, a crise de sobreacumulação, entre 1873 a 1895, apresentava essa continuidade do país sobre a subordinação da importação do capital britânico; no entanto, anunciava as quedas de exportação dos seus produtos coloniais no mercado mundial e, lentamente, um afastamento da predominância da Grã-Bretanha como rota central do mercado de exportações dos artigos coloniais produzidos no Brasil.

4.2 As aproximações geopolíticas com os Estados Unidos

A continuidade da subordinação ao excedente de capital britânico, até o final do século XIX, torna-se muito clara sobretudo quando se verificava como a própria dívida pública fixava com os empréstimos uma amarra que prendia os representantes da econômica e da política do Brasil na condição de especialista na produção de artigos primários no mercado mundial. Os empréstimos cumpriam a finalidade dos possuidores de capital britânico (principalmente do banco dos Rothschild) de inverter seu capital financeiro em mais dinheiro, na medida em que emprestava a taxas de juros elevadas. Sem falar que, em grande medida, esses empréstimos casavam taxas de juros elevadas sobre o capital emprestado com a inversão de obras públicas, como ferrovias realizadas por intermediários ingleses, que, além de receber a “garantia de juros” sobre o capital investido, ainda mobilizavam o mercado de importação na medida em que o capital produtivo vinha da Inglaterra. Ao final, grande parte dos empréstimos era para pagar os lucros crescentes de empréstimos passados, demonstrando

---

³⁴¹ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. *Revista Mexicana de Sociologia*, vol. 36, nº 3 (jul./sep., 1974, p. 565).

que as frações de classe dominantes no Brasil e o Estado, com um ligeiro saldo positivo na segunda metade do século XIX, não tinha, com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, a capacidade de gerar uma acumulação de capital excedente interno.

Apenas para termos um panorama sobre a dívida pública arrastada pelo Estado do Brasil ao capital britânico, Singer assinala os resultados dos empréstimos durante grande parte do século XIX:

Durante o Império, o nosso governo foi grande cliente da City de Londres, ali representado pelo Banco dos Rothschild. Entre 1825 e 1889, o Brasil levantou 17 empréstimos dos quais apenas dois se destinaram a investimentos (em estradas) e dois tiveram motivação política imediata: o reconhecimento da nossa independência e o financiamento da Guerra do Paraguai. Dos restantes, nada menos que 10 se destinaram à liquidação de dívidas anteriores. Politicamente, estes empréstimos constituíam uma forma prática da Grã-Bretanha apoiar o governo e o regime imperante. Quando as relações entre Grã-Bretanha e Brasil entravam em crise, obviamente não havia empréstimos. Assim, as divergências sobre o tráfico negreiro devem ter impedido que os houvesse entre 1843 e 1852, o intervalo mais longo em que o endividamento externo do 2º Império deixou crescer. Economicamente, pode-se dizer que estes empréstimos constituíam aplicações bem rendosas, tanto para os intermediários, que geralmente recebiam polpudas comissões, como para os tomadores, que adquiriam os títulos bastantes abaixo dos preços. Dos 17 empréstimos levantados, entre 1821 e 1889, 8 foram colocados a menos de 90% do seu valor nominal. Assim, embora a taxa de juros nominal fosse geralmente de 4% a 5%, ela acabava sendo para os tomadores de 7 a 8% e, para os governos brasileiros, onerados pelas comissões, ainda bem maiores³⁴².

Sucessivas desvalorizações dos principais produtos comerciais e a incapacidade das frações de classe dominantes de manter uma produção capaz de fortificar as exportações no Brasil deixaram a moeda e a economia brasileiras fortemente dependentes de empréstimos britânicos. Dessa forma, o histórico de relações comerciais com a Grã-Bretanha, que a partir de meados do século XIX envolvia um volume cada vez menor de mercadorias sob a ocorrência de pesados empréstimos, deixou o Brasil sob forte endividamento financeiro. A título de comparação, por exemplo, lembra Denio Nogueira que, em 1850, no processo crescente das trocas comerciais com a Grã-Bretanha, havia no Brasil apenas quatro bancos, tendo sua circulação monetária resumida a 50 mil contos, enquanto nos Estados Unidos, na mesma época, “somente no Estado de Nova York existiam 150 bancos, cujo capital total somava quase o dobro da moeda em circulação em todo o Brasil”³⁴³.

³⁴² SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3 (jul./sep., 1974, p. 565-566).

³⁴³ NOGUEIRA, Denio. **Raízes de uma nação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Editora Universitária Santa Úrsula, 1988, p. 364.

Nas palavras de Davis, a hegemonia financeira da Grã-Bretanha deixava como herança, para as frações de classes dominantes e os representantes de Estado, uma dívida externa, sendo os poucos bancos outra expressão da condição de periferia que se afirmava mesmo na transição entre o século XIX e XX:

O nível mais profundo da hegemonia britânica era financeiro. Os déficits comerciais crônicos foram repetidas vezes refinanciados por punitivos empréstimos britânicos, cujos pagamentos de juros geraram déficits orçamentários permanentes que, por sua vez, eram financiados por ainda mais títulos estrangeiros (...) O sistema bancário regional [no Brasil] era pouco desenvolvido. Já em 1888, treze das vinte províncias brasileiras não tinham nem mesmo bancos locais, e o capital do sistema nacional inteiro era de apenas 48 milhões. O banco do Estado limitava-se à conservadora administração do fornecimento de dinheiro no interesse de seus credores britânicos (...) a autonomia de desenvolvimento do Estado brasileiro foi desse modo circunscrita pela dívida externa, um sistema bancário primitivo e a inconstância de suas receitas de exportação³⁴⁴.

Fica claro, com base nos dados apresentados na seção anterior, que a Grã-Bretanha dominava o comércio exterior no Brasil pelo menos até 1874, fornecendo a mais da metade de suas importações e absorvendo de três a quatro décimos de suas exportações. Logo após esse período, apresenta-se um declínio da participação nas exportações do Brasil para a Inglaterra, sendo marcada a especialização brasileira na exportação de café, bebida que também não era de consumo popular na Grã-Bretanha (o chá já era a bebida preferida), mas sim nos Estados Unidos e em outras partes da Europa. Além disso, a crise de sobreacumulação, mesmo que desse continuidade à exportação do capital britânico para o Brasil, frente à dependência da manutenção desse Estado territorial que dependia das importações de capital, ressaltava-se também na queda das exportações e dos preços dos artigos coloniais. Somavam-se a esse processo as formas lucrativas que a Inglaterra conseguiu encontrar, entre 1873 a 1895, nos investimentos e nas trocas desiguais no interior da expansão das suas próprias colônias na África e na Ásia, a partir do domínio que teve sobre o próprio comércio direto de produtos tropicais. Dessa forma, o mercado de café e de outros produtos para os Estados Unidos, assinalando boa capacidade de absorção contínua dessa produção agrícola pelos americanos, ganhou centralidade e atenção dos produtores agrícolas sobre os possíveis projetos de cultivos no último quartel do século XIX.

O Brasil era subordinado, exatamente, da potência em que a expansão geográfica era vida ou morte para a permanência da Grã-Bretanha como centro imperialista. No entanto, no período da grande depressão redefiniram-se os investimentos na própria América Latina – as

---

³⁴⁴ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais:** clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 390-391.

preocupações estavam muito mais em negociar a dívida externa e manter esses espaços como grandes centros das importações dos produtos britânicos do que em investir em industrialização ou em outros gastos produtivos em ferrovias sem a certeza da lucratividade. Como aponta o próprio Harvey, as escolhas feitas pelos britânicos estavam na exportação de seu capital para os Estados Unidos³⁴⁵ e, nas palavras de Hobsbawm, ao final, os investimentos financeiros mais contínuos “estava sendo direcionados a um pequeno número de economias em desenvolvimento rápido, sobretudo povoados por europeus – Canadá, Austrália, África do Sul, Argentina, etc. – bem como, é claro, aos EUA”³⁴⁶.

Dessa forma, ainda assinala Hobsbawm que a importância da América do Sul estava em ser um centro exportador, sendo a grande depressão, entre 1873 e 1895, um período de afastamento do capital excedente inglês desse subcontinente:

A maior parte do sucesso ultramarino britânico se deveu à exploração mais sistemática das possessões britânicas já existentes ou da **posição especial do país como maior importador** de áreas como a América do Sul, bem como seu investidor. À exceção da Índia, do Egito e da África do Sul, a maior parte da atividade econômica britânica ocorria em países praticamente independentes, como os “domínios brancos”, ou em áreas como os EUA e a América Latina, onde a ação do Estado britânico não era, ou não podia ser, efetivamente desenvolvido. Pois, apesar dos gritos de dor da Associação de Detentores de Debêntures Estrangeiras (criada durante a Grande Depressão) ao se defrontar com a conhecida prática latina de suspender o pagamento da dívida ou pagá-la em moeda desvalorizada, o governo não deu um respaldo efetivo a seus investidores na América Latina, porque não podia. A Grande Depressão foi um teste de fogo nesse sentido, porque, como depressões mundiais posteriores (inclusive as dos anos 1970 e 1980), levou a uma crise de endividamento internacional de vulto, que pôs os bancos das metrópoles em sérios riscos. O máximo que o governo britânico pôde fazer foi tomar providências para salvar a grande casa de Baring da insolvência na “crise Baring” de 1890, quando esse banco se aventurou, como fazem os bancos, com excessivos desembargos na voragem das inadimplentes finanças argentinas³⁴⁷.

Em geral, sobre algumas outras questões particulares envolvendo a queda das exportações e o esgotamento do impulso nas trocas desiguais no mercado externo, levando em conta alguns dos produtos coloniais principais que vinham perdendo negócios no mercado internacional, assinala Singer:

Vale a pena notar que o total de nossas exportações, após os fortes aumentos registrados entre 1841/50 e 1861/70, passa a crescer bem menos nas décadas seguintes: apenas 33% entre esta última e a seguinte (1871/80) e somente 10% entre

³⁴⁵ HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5ª ed. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

³⁴⁶ HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 124.

³⁴⁷ Ibidem, p.126.

este decênio e o de 1881/90. Tudo leva a crer que o impulso que se iniciara por volta de 1850 começa a se esgotar de 1870 em diante. A nossa inferioridade frente ao algodão americano, após o fim da Guerra da Secessão e frente ao açúcar cubano estão por detrás desta queda no ritmo de crescimento de nosso comércio externo. A tendência se inverte após a abolição e o início da imigração em massa de europeus para o Brasil: entre a penúltima e a última década do século passado nossas exportações crescem 31,6%³⁴⁸.

Ainda para Singer, a permanência e a deficiência do sistema escravocrata rebateriam fortemente na disputa de mercados coloniais pela continuidade de inserção nos centros da acumulação de capital. Aqueles países ou colônias que conseguiram desenvolver as forças produtivas e as relações sociais de produção afirmaram, assim, a permanência dos seus produtos no mercado mundial. No caso do Brasil, eram nítidos os limites que a escravização impunha ao desenvolvimento do mercado do açúcar e do algodão, sendo produzidos pelos investimentos diretos dos países industrializados nos países coloniais.

Na corrida para sustentar a balança comercial, grande parte dos produtores passam a investir em café, que exigia poucos investimentos e uma técnica de beneficiamento simples. Assim, passam os proprietários de café a disputar o controle do trabalho dos escravizados explorados ao Norte para migrar para o Sul, bem como o controle dos imigrantes que chegavam da Europa, assistindo tal manutenção e crescimento das exportações de café no Brasil à queda mais geral das exportações dos produtos coloniais no mercado mundial no período da crise de sobreacumulação³⁴⁹.

Por mais indireta que pareça, a renovação da força de trabalho no Sul do Brasil, sobretudo nas lavouras de café, teve a ver também com o papel que a expansão dos negócios do capital excedente dos Estados Unidos no período da crise de sobreacumulação, de 1873 e 1895, avançava no mercado mundial. Inteligentemente, Marquese analisa que o avanço dos Estados Unidos na exportação de grãos, no que se refere à produção de trigo no Meio-Oeste e a suas exportações para a Inglaterra, ambas comandadas por Chicago, devorou um conjunto de pequenos proprietários e trabalhadores que produziam trigo na Itália. Falidos, proletarizados, esfomeados, grande parte desses trabalhadores migrou para o Brasil nas últimas duas décadas do século XIX e, com os olhos atentos ao fim da escravidão, foram aproveitados, em grande número, pelos proprietários de terras, principalmente, do Oeste paulista como trabalhadores na expansão da produção de café.

---

³⁴⁸ SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)". **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3 (jul./sep., 1974, p. 552).

³⁴⁹ Ibidem, (jul./sep. 1974, p. 555-557).

Entre 1886-1892, o aporte de 192.000 trabalhadores italianos para a lavoura cafeeira paulista. Tendo-se em conta o volume do tráfico interprovincial de escravos entre 1872-1881 (100.000 cativos para o conjunto das três províncias cafeeiras), observa-se como o suprimento de trabalho fornecido pela imigração em massa rapidamente atendeu à demanda prévia, trazendo a solução para a crise da escravidão nas áreas de fronteira e criando a base para a espetacular expansão de seus cafezais nos anos seguintes à abolição³⁵⁰.

A crise de sobreacumulação anunciava como as mudanças na dinâmica do mercado mundial, a partir da década de 1870, exigia o próprio desenvolvimento das forças produtivas e de novas relações sociais de produção capazes de possibilitar uma expansão geográfica interna com a finalidade de se articular com o processo contínuo de acumulação de capital, com as trocas desiguais entre exportadores de produtos industrializados e importadores de produtos primários, sem falar no estímulo ao lento processo de industrialização e da ampliação da modernização das infraestruturas de transporte em alguns pontos da periferia do capitalismo. No entanto, como mostra a mesma citação acima, o tráfico interno de escravizados interprovincial teve continuidade até os últimos dias antes da abolição.

Ainda para Singer, essa permanência da exploração do trabalho baseada na escravização, até as últimas consequências no Brasil, atua nesse contexto como mais um elemento de subordinação do país pelos proprietários de café, não acompanhando o país as transformações necessárias capazes de diversificar o setor de mercado externo nem conseguindo se articular às exigências do mercado mundial:

A razão dos fracassos brasileiros em outros mercados que não o do café está fundamentalmente nas mudanças sofridas pelo capitalismo, que entra a partir de 1870 em sua fase monopolista, com o que se alteram as regras do jogo do comércio mundial. Em última análise, a Abolição e a República chegam tarde para permitir ao Brasil diversificar seu Setor de Mercado Externo, de modo que a expansão das forças produtivas se volta em boa parte para o mercado interno, lançando as bases da industrialização do país. Isto se pode ver claramente, quando se examina a sorte do Brasil nos mercados mundiais onde tínhamos possibilidades de competir: no do açúcar, do algodão e da borracha. Em todos os três o produto brasileiro foi expulso pela política característica do capital monopolista, que procura mais do que a vantagem comercial – o custo menor – a expansão imperialista³⁵¹.

O não desenvolvimento das capacidades de acumulação interna foi a consequência da permanência prolongada da escravização no Brasil, posição vantajosa para o centro de acumulação de capital uma vez que garantia a manutenção de um “espaço aberto” e a permanência de um “espaço novo”. Envoltos na crise de sobreacumulação de capital, se dá a

³⁵⁰ MARQUESE, Rafael de Bivar. “Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX”. **Revista de História**, vol. 29, João Pessoa, jul./dez., 2013, p. 306, p. 316.

³⁵¹ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3 (jul. /sep. 1974, p. 558).

gênese do processo de industrialização no Brasil, ensaio de uma primeira possibilidade de diversificar o setor de mercado externo. Assentada sobre um duplo aspecto, *a substituição do artesanato* e *a substituição de importações*, também ganhou bastante evidência pelos representantes da política e da economia, quando esses viram os produtos coloniais perderem preços e compradores no mercado mundial bem fatiado entre centros da acumulação de capital e zonas de influência. A crise, de alguma forma, levava à falência um conjunto de manufaturas domésticas e pequenas indústrias rurais que, espalhadas nas cidades ou pelo campo brasileiro, passaram a ser concentradas em poucas empresas destinadas a substituir essas manufaturas que haviam substituído o artesanato, sendo bem visualizadas pela reutilização dos prédios ou casas usadas para essa transformação da natureza pelo trabalho.

Sobre esse primeiro aspecto de gênese da industrialização brasileira, afirma Martins:

Na verdade, os principais grupos econômicos, os que se tornaram grandes depois, surgiram no último quarto do século XIX. E praticamente todos eles nasceram para substituir a produção artesanal e doméstica ou a produção em pequena escala disseminadas por um grande número de pequenos estabelecimentos tanto na capital quanto no interior. Aliás, a indústria em São Paulo nasceu distribuída por quase todos os municípios da província. Só depois do “encilhamento” [em 1892] é que passou a concentrar-se na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que completou um processo iniciado com a expansão das ferrovias. Nasceram, portanto, para substituir a pequena produção artesanal e não para substituir importações³⁵².

O que poderíamos chamar de primeiro aspecto da industrialização brasileira, pensado por Martins, se trata dos processos de beneficiamento que surgiram à margem do café e das casas importadoras de produtos industriais. Indústrias de sabão, sandália, cigarro, etc. faziam parte dos lugares de transformação da natureza em valor de uso para a população local, sobretudo rural. Essa primeira versão do aparecimento da indústria está vinculada a um complexo de relações e produtos, que, segundo o autor, não pode ser reduzido ao binômio café-indústria, como faz por exemplo Celso Furtado Sampaio, indicando a industrialização brasileira como fruto apenas do processo de substituição de importações devido ao acontecimento da Primeira Guerra Mundial³⁵³.

Ainda afirma o autor:

Fábricas organizadas muito antes da guerra foram fechadas e seu patrimônio reaparece mais tarde, como empresas mais recentes, nas mãos de outros capitalistas

³⁵² MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 106.

³⁵³ Ibidem, p.106.

que não os do primeiro momento. Outras vezes, as empresas foram reorganizadas anos depois da origem e foram simplesmente fechadas³⁵⁴.

Em relação ao café e à crise do mercado de exportação desse produto, fecha seu argumento:

Particularmente não se pode entender como a indústria cresceu fora dos períodos de crise no setor exportador. O importante a notar é que, para explicar a substituição de importação nos períodos críticos do café, os autores referem-se ao fato de que a indústria veio socorrer a economia, substituindo as importações, mas ocorre que essa indústria já existia³⁵⁵.

No entanto, talvez falte a Martins que os próprios processos de compra, fusão e concorrência entre a nascente indústria que substitui o artesanato no Brasil, na transição do século XIX para o século XX, façam parte do segundo aspecto da industrialização no Brasil, na crise do Império e transição para a república. Por um lado, mesmo que ele trate da indústria no Brasil como um empreendimento que nasceu para concorrer com pequenas manufaturas rurais e pequenas fábricas, é possível se perguntar como a crise de 1873 a 1895 fez parte desse processo com a importação de bens de produção da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos, etc. Por outro lado, essa crise ampliava a dívida pública com os empréstimos destinados ao Brasil, apontando a crise da monarquia também como um momento de complexificação da dívida, como já foi falado na permanência do endividamento durante todo o Oitocentos. Ao mesmo tempo, esse segundo aspecto do processo de industrialização, substituindo importações estrangeiras, era algo que se expandia numa disputa pelo mercado interno brasileiro. Em outras palavras, era uma industrialização que estava em consonância com a divisão internacional do trabalho, atendendo aos níveis de acumulação da periferia.

Como analisa Singer:

O que interessa salientar aqui, no entanto, é que durante este período a política de expansão imperial praticada pelas potências industriais restringia sobremaneira as oportunidades de inserção na divisão internacional do trabalho a países como o Brasil, constringendo-os a procurar a substituição de importações uma outra forma de desenvolver suas forças produtivas³⁵⁶.

Sem dúvida, se observarmos os próprios dados produzidos por Richard Graham, esses afirmam que o processo de industrialização do Brasil, dialeticamente, pode ser lido

---

³⁵⁴ Ibidem, p. 101.

³⁵⁵ MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 106.

³⁵⁶ SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)". **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3 (jul. /sep. 1974, p. 562).

como um movimento de ajuste espacial da Grã-Bretanha no que se refere à venda de bens de capital, sobretudo para a indústria têxtil, aos países periféricos na transição do século XIX para o século XX³⁵⁷. O aumento expressivo da importação de bens de capital por parte de frações da classe de industriais no interior do Brasil, somado à queda da importação de produtos têxteis da Inglaterra, de alguma maneira, também apresentava um país que se industrializa periféricamente, aos moldes do centro, e que substituiu aos poucos as importações de produtos industrializados, que também não apresentavam as maiores taxas lucrativas para os possuidores de capital no final do século XIX³⁵⁸.

Para Arruda, o processo de industrialização como substituição de importação nem sempre estivera ligado a industrialização do artesanato, diferentemente da interpretação de José de Souza Martins. Sua relação estava mais articulada às crises de sobreacumulação mundial e, assim, ao declínio nas exportações dos produtos tropicais, sobretudo o café, nesses períodos. Arruda revela ainda que esse tipo de industrialização no Brasil esteve ligado aos investimentos de exportação de capital britânico, bem como à continuidade de empréstimos para tal empreitada. O projeto das frações da classe dominante industrial estava em tornar o país independente das receitas arrecadadas com a negociação dos produtos tropicais, buscando romper o poder político e econômico das frações de classe dominante articuladas ao latifúndio. No entanto, a própria forma de industrialização também era um desenho da condição periférica do Brasil no mercado mundial e, concomitantemente, o país continuaria sob o domínio das frações da classe dominante ligadas à produção de café³⁵⁹.

Mesmo assim, como certifica Mello, o processo de industrialização retardatária no Brasil trouxe um dinamismo para o mercado interno a partir da substituição de importação, na transição do século XIX e XX, com a chamada *industrialização extensiva*, em que “a substituição ocorre na faixa dos bens de consumo corrente, de alguns produtos intermediários e bens de capital cuja a tecnologia exige baixa densidade de capital, e, mesmo de bens de consumo duráveis leves, produzindo-se um alargamento do capital, com uso abundante de mão-de-obra e expansão horizontal no mercado”³⁶⁰. Mesmo restringindo o estudo da industrialização ligado à acumulação de capital promovida pela crescente exportação de café (claro, o capital cafeeiro era o complexo exportador e importador mais forte), o autor demarca

³⁵⁷ GRAHAM, Richard. **Britain and the onset of modernization in Brazil: 1850-1914**. Cambridge: University Press, 1968.

³⁵⁸ MELLO, João Manoel Cardoso de. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

³⁵⁹ ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

³⁶⁰ MELLO, João Manoel Cardoso de. Op. cit., p. 93.

o período de 1886 a 1918 como sendo esse primeiro ciclo de industrialização no Brasil, com a imigração de trabalhadores europeus e com a dependência aos centros externos da indústria de bens de produção de capital.

Em geral, a questão mais forte está em dizer que o desenvolvimento das forças produtivas ligadas à industrialização, mesmo que retardatária e subordinada aos centros industriais europeus e norte-americano, implicava também na constituição de novas frações de classes dominantes locais e, nessa esteira, numa dinamização do mercado interno que possibilitasse uma necessária reprodução das relações sociais de produção capitalista e, assim, uma expansão geográfica do capital a partir dos interesses das oligarquias no interior do Brasil. Mello ainda frisa a importação da força de trabalho de imigrantes, lembrando que, somente entre 1888 e 1900, chegaram 1.400.000 pessoas, sendo esse mercado de trabalho disputado pelos diferentes possuidores de capital e de representantes políticos³⁶¹.

Eram claros para as frações de classe dominante, na transição da monarquia para a república, não somente a necessidade de um projeto de acumulação de capital, mas também o modelo de industrialização de que dispunham como forma de inserção no capitalismo. No entanto, mesmo vendendo ideias de um projeto de industrialização em que vinculavam o Brasil ao capitalismo moderno, na sua forma periférica, sabiam as frações internas de classe dominante que esse processo de inicial industrialização não tomaria a proeminência da exportação dos produtos primários como a particularidade do Brasil no mercado mundial. Foi na continuidade de um país produtor primário-exportador que se fincaram as bases da economia e da política na transição entre o século XIX e XX no Brasil, residindo aí a necessidade de afirmação do lugar de periferia e da restauração da moeda colonial, sendo essa última a base econômica e social.

O mais interessante de se analisar é como esse processo das transformações político-econômicas internas promotoras de uma ânsia republicana não estava separado das transformações externas exigidas pelos centros do mercado mundial para a inserção adequada do Brasil na divisão internacional do trabalho. E, ainda mais, alertava aos representantes da política e da economia dominantes no Brasil que o processo de abolição dos escravizados e a fundação de uma república eram o mínimo para recomeçar a expansão interna do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção travadas pela continuidade do escravismo e da sustentação da economia na exportação de produtos tropicais. No último quartel do século XIX, vinham sendo os Estados Unidos o país que tinha

---

³⁶¹ MELLO, João Manoel Cardoso de. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

capacidade de estabilizar a balança comercial brasileira. Dessa forma, a crise de sobreacumulação acompanhou o Brasil na transferência das suas relações com a Inglaterra para a busca de abrir novos mercados de exportação de produtos primários nos Estados Unidos.

Na verdade, as relações da Grã-Bretanha com a compra de produtos primários e com investimentos diretos na América Latina permaneceu e cresceu, entre a grande depressão até as primeiras décadas do século XX, apenas na Argentina. Relata Joseph Tulchin que 30% das exportações dos produtos primários argentinos, como trigo e carne, eram vendidos para a Inglaterra, e 40% dos investimentos estrangeiros realizados na Argentina eram dos ingleses³⁶². Esses dados também forçavam os representantes do Brasil a buscar novos mercados, saídas para seus produtos primários no mercado americano, indo esse interesse também de encontro a busca dos Estados Unidos pela América Latina. A restrição da entrada dos produtos argentinos no mercado americano, sobretudo pela manutenção da proximidade com os ingleses, ainda animava personagens da política e da economia do Brasil a aceitar a expansão dos norte-americanos para as novas trocas comerciais.

Como já havíamos apresentado no capítulo passado, os Estados Unidos se construíam na grande depressão como um novo centro da acumulação de capital, concentrador de excedentes e que também precisava abrir novos espaços lucrativos para as suas relações, sendo a sua expansão para a América Latina parte desse processo. No entanto, não foi vendendo os seus produtos para o Brasil, nem exportando capital financeiro, que se desenvolveram as relações entre os dois países. No último quartel do século XIX, os possuidores de capital na América do Norte tornaram-na o único centro capaz de estabilizar a balança comercial brasileira a partir da compra dos produtos primários. Interessados por um conjunto de matérias-primas e alimentos que não havia no seu território, fizeram do Brasil um vizinho próximo que buscava aproximações geopolíticas à medida que apresentava produtos importantes para os fabricantes americanos.

Com base nas palavras de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, podemos afirmar que a saída para a estabilização da balança comercial no Brasil estava na contínua absorção dos produtos primários pelos Estados Unidos:

A sustentação do processo modernizador interno, nas décadas finais do Império, dependia do comércio com os Estados Unidos. Isto porque os superávits da balança comercial permitiam acumular excedentes em conta corrente, utilizados tanto para

---

³⁶² TULCHIN, Joseph S. **América Latina e Estados Unidos: uma relação turbulenta**. Tradução de Lavinia Silveira. São Paulo: Contexto, 2016, p. 45.

amortizações e serviços dos empréstimos obtidos em Londres, quanto para custear o complexo exportação-importação-transporte-seguro, em mãos dos ingleses. Entre 1861 e 1865, o saldo brasileiro nas trocas com os Estados Unidos atingiu 1.246 mil libras; entre 1886 e 1890, 3.309 mil. O desequilíbrio desse comércio brasileiro na década de 1841-1850 foi de 41,6 milhões de dólares; na década de 1851-1860, de 124,3 milhões. Em 1870, os Estados Unidos absorviam 75% das exportações do café e o comércio bilateral era ligeiramente superior ao comércio entre os Estados Unidos e o resto da América Latina. Em 1889, os Estados Unidos absorviam 61% das exportações totais, enquanto colocavam no mercado brasileiro apenas 5% das importações totais³⁶³.

De fato, essa aproximação geopolítica com os Estados Unidos ganharia medidas formais com a implantação da Primeira República e reforçada pelas mudanças também que isso implicava nas aberturas do território do Brasil para o capital estrangeiro. Instaurada pelo golpe militar em 15 de novembro de 1889, liderado pelo marechal do Exército Deodoro da Fonseca, se tratava da metamorfose da forma política estatal a favor das frações de classes dominantes locais, daqueles que dominavam as forças produtivas ou mesmo que enxergavam a monarquia como um empecilho para a expansão capitalista no interior do Brasil:

A abolição e a República podem ser consideradas, neste sentido, como uma espécie de “aggiornamento”, que recolocou o Brasil, pouco a pouco, numa posição de maior destaque na divisão internacional do trabalho e no caminho dos fluxos de capital e de força de trabalho que se encaminhavam do velho para o Novo Mundo (...) Não há dúvidas que os acontecimentos de 1888/89 criam o quadro institucional adequado para a crescente integração do Brasil na economia capitalista mundial. A realização deste processo e as contradições que dele decorrem marcam de formas característica este período de nossa história”³⁶⁴.

A ideia do federalismo, assim, ganhava cunhagem de uma nova proposta política na medida em que, após a abolição da escravidão, sua implantação implicaria na liberação das forças produtivas dos territórios estaduais (antigas províncias) que estavam sob o domínio do centralismo monárquico. Dessa maneira, abriria as possibilidades para a produção e extração com os negócios da natureza e a composição de uma força de trabalho para ser apropriada no processo de acumulação de capital por parte das oligarquias locais. A busca por um desenvolvimento das forças produtivas locais nas unidades federativas, das novas relações sociais de produção, do controle sobre a propriedade privada da terra, dos lucros das exportações, faziam da implantação da Primeira República uma alternativa para as frações de classes dominantes do Brasil pleitearem um melhor posicionamento na geopolítica do capitalismo na transição do século XIX para o século XX.

³⁶³ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 202, p. 137-138.

³⁶⁴ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**. Vol. 36, n. 3, jul – Sep 1974, p. 552-553.

O fato de a importação de produtos ingleses superar a importação de mercadorias americanas durante a crise de sobreacumulação, deixa claro para as frações de classes dominantes no Brasil que a única possibilidade de oportunidades vantajosas para a balança comercial brasileira estava na necessidade de vinculação ao mesmo projeto dos Estados Unidos de expansão capitalista da produção e de acumulação, além de se libertar do monopólio britânico sobre a América do Sul. Não por acaso os Estados Unidos da América foram o primeiro centro da acumulação ampliada de capital a reconhecer a queda da monarquia e a implantação do governo provisório da república sob o comando do presidente Deodoro da Fonseca, não tendo o Brasil o reconhecimento imediato dos ingleses.

A disputa da América Latina pelos Estados Unidos, que buscavam ameaçar a supremacia britânica, apenas se iniciava na transição do século XIX para o século XX; mesmo assim, montava-se uma base aliada com parcela das frações de classe dominante local no Brasil que tinha influência desde a elaboração da Constituição de 1891 até os acordos comerciais instalados entre os países nos primeiros anos da primeira república (a partir de 1891), a crise do encilhamento, em 1892, bem como, a disposição a intervenção militar americana em apoio aos republicanos em 1894. Os Estados Unidos apontavam, nos primeiros cinco anos da República, como uma potência imperialista que queria estabelecer relações política e econômicas com o Brasil, estando parte dos representantes brasileiros também almejando essa aproximação geopolítica.

No que se trata em específico da Constituição de 1891, além das trocas comerciais diretas, outras articulações políticas, diplomáticas e militares aproximavam os representantes de Estado dos países. Como nos conta Moniz Bandeira, a nova Constituição de 1891, coordenada por Rui Barbosa, foi “uma cópia mais ou menos fiel da americana”³⁶⁵, passando ainda o país a se chamar “Estados Unidos do Brasil”, já que essa Constituição daria mais autonomia às unidades federativas e, assim, ao poder das oligarquias locais latifundiárias. Ainda interpretando o autor que, além da proximidade comercial, havia uma simpatia dos novos dirigentes com a proposta de “americanização do Brasil”, tudo isso acompanhado por um nacionalismo quando seus representantes se referiam, no começo da república, à subordinação do país aos detentores do capital europeu.

Ainda sobre a Constituição de 1891, expressa Arruda, que a nova Carta Magna tornou possível o desenvolvimento das forças produtivas e de novas relações sociais de produção na medida em que a principal inspiração americana estava na descentralização do

---

³⁶⁵ BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 134.

poder nacional e na dotação das unidades federativas de poderes de decisão. Mesmo que as preocupações com a unidade do território nacional ainda perpassassem a cabeça dos representantes políticos, a nova Constituição buscava, muito mais, consagrar a unidade nacional a partir da convivência econômica e política entre as oligarquias, sobretudo, daqueles que orquestravam os poderes locais vinculados à produção com base no latifúndio³⁶⁶. De fato, a autonomia política que a nova constituição gerava para as frações de classe dominantes locais possibilitava um redesenho do país a partir das suas particularidades territoriais e de sua articulação com as condições objetivas do mercado mundial na geopolítica do capitalismo.

Nas palavras de Maria Efigênia Lage de Resende,

O modelo da Constituição republicana de 1891 é a Constituição dos Estados Unidos da América. Com ele, enquadra-se o Brasil na tradição liberal norte-americana de organização federativa e do individualismo política e econômico. É o federalismo a grande inovação da Constituição de 1891. O federalismo, implantado em substituição ao centralismo do Império, confere aos estados uma enorme soma de poder, que se distribui entre o estado e os municípios. Sobre esse princípio edifica-se a força política dos coronéis no nível municipal e das oligarquias nos níveis estadual e federal. O federalismo, tal como se configura na constituição de 1891, deixa aos estados, recém-criados, uma larga margem de autonomia. Pela constituição, eles detêm a propriedade das minas e das terras devolutas situadas em seus respectivos territórios e podem realizar entre si ajustes e convenções, sem caráter político. Podem legislar, também, sobre qualquer assunto que não lhes for negado, expressa ou implicitamente, pelos princípios constitucionais da União. Esse dispositivo permite aos estados, por exemplo, cobrar impostos interestaduais, decretar impostos de exportação, contrair empréstimos no exterior, elaborar sistema eleitoral e judiciários próprios, organizar força militar³⁶⁷.

A Constituição de 1891 era acompanhada, ela mesma, aos olhos das frações de classes dominantes do Brasil, dos possíveis acordos comerciais que pudessem ser instalados entre a particularidade das unidades federativas estatais-territoriais e os centros da acumulação. Em geral, não somente para a restauração da moeda colonial com a Inglaterra, mas com os excedentes de capital dos Estados Unidos. Com esse novo centro da geopolítica do capitalismo, as frações de classes dominantes no Brasil buscavam alargar a penetração do capital americano, as possibilidades de inversão do seu excedente nas particularidades do território brasileiro, mesmo que o monopólio da presença britânica, por exemplo, na construção de ferrovias e portos e nos empréstimos de capital financeiro dominando pela

³⁶⁶ ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 280-312.

³⁶⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excluyente – da proclamação da república à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 89-120.

forma da dívida pública, implicasse em obstáculos para a criação de novas linhas de produção pelos Estados Unidos.

Esse obstáculo afirmado pela permanente dívida pública, apresentava a necessidade para as frações de classes dominantes dessa aproximação geopolítica do Brasil com os Estados Unidos no início da República, sobretudo com a crise financeira que se herdava nessa transição de sistemas políticos. A incapacidade do governo imperial de realizar uma política monetária capaz de manter a liquidez necessária para a manutenção de pesados pagamentos de amortizações de juros da dívida pública do Estado junto a bancos ingleses, promover a implementação do trabalho assalariado, manter níveis de investimento e subsídio à produção agrícola e a incipiente indústria nascente, além da possibilidade de manter e diversificar as relações comerciais necessárias à expansão da produção brasileira, levaram o então recente governo republicano a implementar uma reforma bancária e monetária capaz de resolver o problema de liquidez no Brasil.

O então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, utilizou a reforma bancária implementada em 1888 pelo visconde de Ouro Preto, a qual estabelecia os bancos de emissão, descentralizando a emissão de notas monetárias, lastreadas em títulos da dívida pública e em ouro. Com a ordem de emissão de notas decretada em 1889, os bancos emitiram uma quantidade massiva de notas, aumentado de forma sem precedentes instituições e ações especulativas, o que levou à enorme desvalorização da moeda no Brasil e à crise do encilhamento.

Um dos fatores que estimularam as grandes emissões foi a situação do Tesouro público, junto com a perturbação produzida pela mudança do regime político, que não somente desorganizou num primeiro momento a arrecadação tributária, mas logo depois transfere para os Estados alguns tributos, com grande desfalque para as finanças nacionais. E, enquanto diminuía a receita (ou pelo menos não aumentava na devida proporção, pois uma diminuição absoluta só ocorreu de 1891 para 1892), cresciam consideravelmente os encargos com as insurreições armadas e golpes que se sucederam a partir de 1891. Na década de 1890, recursos externos foram canalizados para a repressão de revoltas que se repetiam em várias partes do país; entretanto, as condições para a contratação de empréstimos estrangeiros não eram boas. A desordem monetária, a inflação, o aumento da dívida e a depreciação cambial eram características que geravam dificuldades crescentes de acomodação junto aos Rothschild. (...) Os centros financeiros do exterior não só suspendiam novas remessas de capitais para o Brasil, como ainda liquidavam apressadamente suas disponibilidades locais, forçando a baixa da moeda nacional (o mil-réis). Além disso, como o país se encontrava financeira e politicamente convulsionado, não estava em posição de apelar para o crédito externo. Por isso, para cobrir o déficit orçamentário crescente, o governo não teve outro recurso que as emissões de papel inconvertível³⁶⁸.

³⁶⁸ FILOMENO, Felipe Amin. “A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista”. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, vol. 19, nº 1 (38), p. 135-171, abr. 2010, p. 158-159.

A interrupção do fluxo de capitais estrangeiros e do impulso dinâmico da demanda mundial por café havia desencadeado uma crise generalizada, tal como afirmado na teoria dos ciclos de endividamento. A moeda em circulação, o câmbio e a dívida externa quase quadruplicaram de 1889 a 1898. O total de papel-moeda em circulação aumentou de 211 para 779,9 mil contos, o câmbio de 9\$078 para 33\$391 mil-réis por libra esterlina e, apesar da dívida externa em libras ter crescido apenas 18%, passando de 30,4 para 35,7 milhões (uma taxa muito menor do que no período 1882/1889), a dívida em moeda nacional passou de 275,5 em 1889 para 1.193,1 mil contos em 1898³⁶⁹.

Na verdade, a crise do encilhamento revelava a fragilidade não só da política monetária, mas também das bases produtivas que sustentavam a economia brasileira. A expansão das plantações de café no Oeste paulista, aliada à desvalorização do café no mercado internacional, a um afastamento gradual de exportações para a Inglaterra e à recorrência constante de empréstimos junto aos bancos ingleses, impossibilitava a produção e concentração de capital necessário para a mobilização da mão de obra assalariada e dos meios de produção. Um cenário calamitoso e ameaçador para as frações da classe dominante brasileira se apresentava ao longo da década de 1890, o risco beirava até mesmo a possibilidade de perda parcial ou total da posse dos meios de produção, como a proposta de arrendamento da Cia. Estrada de Ferro Central do Brasil, defendida por banqueiros, apresentada como a forma única de obtenção de financiamento³⁷⁰.

A única saída possível no horizonte histórico para as frações de classes dominantes residia nas oportunidades advindas da balança comercial com os Estados Unidos. O empenho dos personagens no interior do Brasil de escrever e selecionar amostras dos produtos para a exposição universal de Chicago fazia parte das novas aberturas de negociações com os Estados Unidos e das possibilidades de construção de um projeto de desenvolvimento capitalista, mesmo que periférico, no Brasil a partir das trocas de produtos e da busca por capital financeiro. Sabiam os representantes do Brasil que o capital americano começou a penetrar em toda parte, em todas as direções, em terras próximas e longínquas na transição do século XIX para o século XX.

Para os Estados Unidos o avanço para o domínio da América Latina já era necessário no presente e, sem dúvidas, urgente a longo prazo. A divisão do globo pelas principais potências imperialistas europeias, na Conferência de Berlim, em 1885, dividindo a África e a Ásia em possessões principalmente da França e da Inglaterra, permitiu o avanço do domínio dos Estados Unidos na América Latina. A disponibilidade de acesso aos mercados

³⁶⁹ FILOMENO, Felipe Amin. “A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista”. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, vol. 19, nº 1 (38), p. 135-171, abr. 2010, p. 158-161.

³⁷⁰ Sobre o encilhamento cf. *ibidem*, p. 161.

América Central e América do Sul possibilitava aos Estados Unidos desenvolver um projeto de expansão das produções vinculadas às matérias-primas, aos alimentos e aos produtos da natureza. Mesmo que o território americano de certa forma ainda possibilitasse as inversões dos excedentes de capital na forma de capital produtivo, produtos industriais e capital financeiro, as necessidades de expansão, na transição do século XIX e XX, fariam mais alto na medida em que as taxas médias de lucros poderiam ser expandidas com os negócios nas periferias do capitalismo.

Diferente de como concebe José Luís Fiori, ao dizer que as aproximações geopolíticas dos representantes do Brasil com os Estados Unidos, na última década do século XIX, estavam apenas na forma como os representantes do Brasil “espelhava-se cada vez mais no modelo político e na legislação norte-americana”, estando sua subjugação relacionada apenas à Inglaterra, veremos que outras interferências americanas foram realizadas no território do Brasil³⁷¹. Logo no início da república, foi firmado um acordo entre os dois países que buscava ampliar, por parte do Brasil, as importações de máquinas e alimentos não produzidos nesse país e, pelos Estados Unidos, com a compra de produtos primários do Brasil já estabelecidos ou em declínio no mercado mundial. “Queriam os americanos comprar matérias-primas, mas queriam também vender os produtos manufaturados”, como assinala Huberman ao tratar da busca dos fabricantes dos Estados Unidos para o excedente de máquinas e outras mercadorias³⁷².

O aumento de volume da produção das fábricas foi tremendo. À medida que iam sendo vendidas cada vez mais mercadorias, à medida que os lucros atingiam zonas astronômicas, os fabricantes aumentavam o tamanho e o equipamento de produção das suas fábricas para poder produzir ainda mais. Chegou o tempo em que os fabricantes estavam fabricando mais do que podiam vender. Então, tinham que procurar novos mercados que pudessem absorver o excesso de produção. Seus antigos fregueses não podiam comprar tudo que produziam, portanto era preciso achar fregueses novos (...) Estavam ajudando a “americanizar” o mundo³⁷³.

Comprovando essa dimensão, Joseph Tulchin assinala que o secretário de Estado dos Estados Unidos James Blaine, iniciou tanto um combate mais claro aos ingleses como uma aproximação com os representantes políticos da América Latina a partir da intervenção nas guerras que vinham acontecendo no interior do continente devido a demarcação de fronteiras, mediando os Estados Unidos esses assuntos diplomáticos e, em seguida, elaborando, como

³⁷¹ FIORI, José Luís. “O Brasil no império americano”. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz. **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: FASE, 2004, p. 51-52.

³⁷² HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza dos Estados Unidos (nós, o povo)**. 4ª ed. Tradução de Mary Fonseca. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 227.

³⁷³ Ibidem, p.227.

contrapartida comercial, uma proposta para inaugurar uma união aduaneira entre os representantes dos Estados independentes na América Latina com os norte-americanos:

A primeira tentativa séria de construir uma comunidade no hemisfério, na qual os EUA exerceriam um papel central, foi a proposta do secretário de Estado James G. Blaine de colocar em andamento uma união aduaneira através de uma Conferência Pan-Americana. Em seu primeiro e curto mandato como secretário de Estado, Blaine estava ocupado com o conflito entre Chile e Argentina e com a ameaça de conflito entre México e a Guatemala. Em todos esses casos, ele temia uma intervenção europeia. Blaine via a força britânica apoiando o Chile e o capital francês financiando os peruanos, e instruiu os embaixadores norte-americanos nos dois países a usar seus bons ofícios para resolver o conflito sem vantagens para os europeus (...) O projeto foi adiado quando Blaine renunciou depois do assassinato de Garfield, e seu sucessor, Frederick Frelinghuysen, decidiu afastar-se do que considerava uma política agressiva de Blaine contra os britânicos. Quando foi nomeado novamente como secretário de Estado, em 1889, na presidência de Benjamin Harrison, Blaine retomou a ideia de uma Conferência Pan-Americana, mas dessa vez seu principal interesse era uma união aduaneira que desse maior vantagem aos EUA nos crescentes mercados da América Latina. A noção de expandir o comércio a mercados estrangeiros tornava-se rapidamente uma obsessão norte-americana³⁷⁴.

Foi dessa forma que o acordo aduaneiro de 31 de janeiro de 1891, entre Brasil e Estados Unidos, tivera sua origem na *Conferência Internacional Americana*, realizada em Washington em 1890, sendo o Brasil representado por José Gurgel do Amaral Valente e Salvador de Mendonça. Nessa conferência, os representantes dos Estados Unidos da América propuseram, entre tantas pautas, a construção de uma *união aduaneira* de toda a América Latina com os Estados Unidos, sendo essa proposta a tentativa de concretizar o “pan-americanismo” pensado por Blaine que combatia, por um lado, a força do imperialismo britânico na América do Sul e, por outro, abria os novos mercados necessários para os possuidores de capital dos Estados Unidos. Construir um acordo comercial de proporções continentais, estando o seu centro nos Estados Unidos, era a tentativa do secretário de Estado americano³⁷⁵.

No entanto, esse projeto original elaborado por Blaine fora rejeitada pelos países não-industrializados da América. Entendiam os representantes políticos e da economia desses países, primeiro, que os Estados modernos maiores iriam liquidar as pequenas Repúblicas, na medida que as trocas desiguais beneficiariam aqueles que mais teriam produtos para exportar; segundo, os Estados Unidos naquela época era o único país com mercadorias industrializadas

³⁷⁴ TULCHIN, Joseph S. **América Latina e Estados Unidos: uma relação turbulenta**. Tradução de Lavinia Silveiras. São Paulo: Contexto, 2016, p. 38.

³⁷⁵ Sobre o detalhe desses debates, cf. o “Relatório apresentado ao Generalissimo Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil por Quintino Bocayuva, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 5-17.

e capital financeiro excedente, sendo essa proposta americana uma forma de buscar abrir espaço novo para o consumo desses produtos industrializados estocados e o investimento de capital financeiro, este principalmente em ferrovias, sendo essa uma maneira já consagrada de especular nas periferias do capitalismo; terceiro, muitos dos países da América Latina tinham seus rendimentos baseados na exportação de produtos primários semelhantes, sendo essa abertura total beneficiada para a concentração de riquezas entre alguns Estados modernos que conseguiriam manter os baixos preços e a grande quantidade de produtos a disposição e, sobretudo, favoreceriam aos Estados Unidos que barateariam a produção de suas mercadorias³⁷⁶.

Dessa forma, fora acordado na *Conferência Internacional Americana*, sobretudo com a intervenção de Salvador de Mendonça, que o melhor a se fazer, durante a década de 1890, seria iniciar a aproximação geopolítica com os Estados Unidos a partir de relações bilaterais, permitindo nessa abertura analisar os ganhos que cada parte tinha com os “acordos parciais” a partir das trocas entre produtos primários e manufaturados, sendo utilizada a noção de “reciprocidade” para destacar a importância que o acordo comercial deveria gerar para a balança comercial de cada Estado. Os acordos comerciais bilaterais mesmo inaugurando uma aproximação com os norte-americanos, como foi o caso do Brasil com os Estados Unidos a partir do início da década de 1890, não eliminava a manutenção do primeiro como uma periferia do capitalismo qualificada pela exportação dos produtos primários. O acordo concretizava uma divisão internacional do trabalho entre centros industrializados e produtos de matérias-primas, sendo essa partilha parte também de uma farta estratégia dos centros da acumulação de capital a fim de reproduzir as “assimetrias” do poder político e econômico entre os Estados modernos, mesmo que isso não impedisse a possibilidade evolutiva da periferia de ter saldos positivos na balança comercial ao se comparar com os anos anteriores³⁷⁷.

O acordo comercial de 1891, entre Brasil e Estados Unidos, isentava a cobrança de impostos (direitos de exportação) para a exportação de açúcar, melão, café e couros que

---

³⁷⁶ Sobre o detalhe desses debates, cf. o “Relatório apresentado ao Generalissimo Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil por Quintino Bocayuva, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 5-17.

³⁷⁷ Para Paulo Roberto de Almeida, esse contrato entre os dois países representou a primeira tentativa dos Estados Unidos de constituir uma proposta de uma Aliança de Livre Comércio das Américas, deixando claro que a manutenção das assimetrias dos níveis de desenvolvimento já estava bem demarcada naquele contexto. Essa atitude pró-americanismo, para o autor, trata-se de princípio também da política externa brasileira de buscar negócios no interior do hemisfério, ações surgidas com o início da república no Brasil. ALMEIDA, Paulo Roberto de. “As relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica”. *Hispania*, vol. 35, nº 3, 2002, p. 435-438.

fossem produzidos no Brasil. Em troca, permitia a entrada de alguns produtos naturais que não tinha no Brasil ou que tinha em pouca quantidade e, sobretudo, da exportação de produtos industrializados dos Estados Unidos para o Brasil também sem taxações. Entre os principais produtos americanos que poderiam entrar sem taxações estavam: trigo em grão; farinha de trigo; manufatura de milho e farinha de maisena; centeio e farinha de centeio; trigo mourisco e farinha de trigo mourisco; batatas inglesas, feijão e ervilha; feno e aveia; óleo de semente de algodão; carvão de pedra, antracite e betuminoso; ferramentas, instrumentos e máquinas para a agricultura; ferramentas, instrumentos e máquinas para mineração e mecânica, incluindo máquinas a vapor, fixadas no chão ou portáteis; todas as máquinas para manufaturas e indústrias; instrumentos e livros para artes e ciências; todos os materiais para as estradas de ferro³⁷⁸.

De fato, a busca por novos mercados para o açúcar produzido no Brasil, sobretudo no Norte do país, era um dos assuntos principais, já que o café tinha um mercado consolidado naquele contexto, ambos agora sem cobranças de taxas. E para os Estados Unidos da América, abriam-se novos mercados para os produtos industrializados e também para os derivados do trigo, excedentes que se acumulavam na busca de novos negócios por seus representantes. Mesmo que o Brasil tivesse ainda no processo de implantação da República, sendo a latência dos movimentos separatistas uma permanência, o acordo comercial com os Estados Unidos da América abria, para aqueles que apoiavam o sistema republicano, o “discurso” de uma nova era para o Brasil iniciada a partir dessa nova relação geopolítica:

Sejam quaes forem os argumentos da opposição que se levanta contra esse acordo, - opposição que só pode nascer da ignorancia dos fatos e desconhecimento do estado das relações politicas e commerciaes das duas Republicas, ou de interesses pessoaes feridos pela modificação da nossa tarifa, acima dos quaes se ergue o interesse geral da nação – *esse accordo é o começo de uma nova era*, quer nas nossas relações internacionais, quer na economia interna dos nossos Estados, pois nos garante o monopolio virtual deste grande mercado para os nossos principais productos, abrindo especialmente as suas portas ao nosso assucar, e assim *restaurando* a riqueza dos Estados do Norte³⁷⁹.

Além desses produtos dos Estados Unidos que ganhava isenção dos direitos de importação, outros produtos americanos ganhavam 25% de desconto ao serem importados

³⁷⁸ Sobre esses e outros produtos que estavam isentos a partir do acordo de 1891, cf. o “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil por Justo Leite Chermont, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, julho 1891, p. 21-23.

³⁷⁹ Sobre esses e outros produtos que estavam isentos a partir do acordo de 1891, cf. o “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil por Justo Leite Chermont, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, julho 1891, p. 24.

para o Brasil, são eles: banhas e substitutos de banha; presuntos, manteiga e queijos; carne, peixes, frutos e legumes; manufaturas de algodão, sobretudo, roupas de algodão; manufaturas de ferro, de aço ou mistas; couros e manufaturas de couras, exceto calçados; manufaturas de madeiras, como carroças, carros e carruagens; e manufaturas de borracha. Em documento intitulado *Reciprocidade com o Brasil*, assinado pelo presidente dos Estados Unidos Benjamin Harrison e seu secretário das relações exteriores James Blaine, este que já havia trocado várias correspondências com Salvador de Mendonça, estava afirmado por documentos a construção desse acordo das trocas comerciais entre as duas Repúblicas, uma carta do início das volumosas negociações entre Brasil e Estados Unidos³⁸⁰.

No entanto, essa aproximação entre Brasil e Estados Unidos foi mais estudada do que se aparentava. As perdas de rendimentos com a abertura para aquela quantidade de produtos americanos foram sempre questionadas pelos representantes políticos das unidades federativas que sobreviviam das taxas das exportações e, assim, sabiam que articulados a isso estaria o afastamento ainda mais forte das exportações europeias taxadas para o Brasil. Buscou-se refazer a lista dos produtos com isenções totais e, ao mesmo tempo, foram incorporados outros produtos com descontos de 25%. Mesmo assim, questionava Salvador de Mendonça: “poderíamos entrar em um caminho de retaliação e guerra de tarifas com este paiz? Conviria á nossa Republica nascente desviar-se do curso que hoje felizmente levam as suas relações com a Grande União, para entrar n’uma senda de luta e malquerença com a nação, cuja amisade as maiores potencias do mundo desejam cultivar?”³⁸¹. De certa forma, o acordo comercial inaugurava essa iminência do domínio político e econômico dos Estados Unidos sobre o Brasil, sendo essa abertura de mercado, um prenúncio das reciprocidades desiguais entre os países, a manutenção do Brasil para esse centro como um território exportador de produtos primários, sendo a busca pela restauração do mercado de açúcar da cana de açúcar o grande interesse, já que a Europa estava fechada para esse produto a partir do açúcar de beterraba que abastecia aquele continente.

O acordo original com os Estados Unidos que tinha a pretensão de ser fechado entre 10 a 15 anos, passava também a ser visto sem prazo fixo, podendo ser suspenso por qualquer

---

³⁸⁰ Sobre o conjunto de documentos enviados pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos afim de entrarem em concordância para o acordo de 1891, pode ser consultado em “Sobre esses e outros produtos que estavam insentos a partir do acordo de 1891”, cf. o “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil por Justo Leite Chermont, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, julho 1891, anexo número 01, p. 1-28.

³⁸¹ Sobre o conjunto de documentos enviados pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos afim de entrarem em concordância para o acordo de 1891, pode ser consultado em “Sobre esses e outros produtos que estavam insentos a partir do acordo de 1891”, cf. *ibidem*, p. 26.

uma das partes na medida que mostrasse que não era conveniente para algum dos dois países, detectando a não produção dos benefícios para a balança comercial a partir dos mercados dos produtos de cada particularidade. Para os representantes do Brasil, encontrar mercados para o açúcar nos Estados Unidos era restaurar a moeda colonial e a contribuição das unidades federativas do Norte para as rendas dos Estados (vista nos relatórios das relações exteriores como um processo de falência), sendo esse cálculo com as vendas dos produtos algo entendido como um conjunto de rendimentos novos que superariam as perdas das entradas dos produtos industrializados dos Estados Unidos.

Na compreensão de Singer, esse acordo buscava corrigir a balança comercial entre os dois países, já que os Estados Unidos eram o maior comprador de café do Brasil, enquanto pouco se comprava aqui os produtos industrializados ou agrícolas americanos³⁸². Em geral, essa aproximação entre Brasil e Estados Unidos reunia interesses que se sobrepunham aos tempos das formações econômicas e sociais de cada país, sendo visto o início da república como o canal em que confluíam os interesses políticos e econômicos daqueles países na geopolítica do capitalismo:

A aproximação política entre o Brasil republicano e os Estados Unidos tinha como base, além da comunhão de ideais republicanos, a hostilidade aos velhos centros imperialistas europeus, particularmente à Grã-Bretanha. Esta hostilidade tinha, em ambos os países, origens semelhantes mas objetivos diferentes. Ambos, como ex-colônias europeias, desejavam ver reduzida a influência do imperialismo europeu no continente americano. O Brasil pretendia desta maneira ganhar um controle maior sobre a sua própria economia, sobretudo quando este controle estava nas mãos de uma potência como a Grã-Bretanha, que tinha dado todo apoio a Monarquia. Já os Estados Unidos, conquistaram sua autonomia de fato com a Guerra da Secessão (o Sul, cujo algodão era exportado à Europa, tinha interesses complementares ao do imperialismo europeu) e almejavam, no final do século XIX, competir com as demais potências imperialistas por zonas de influência. É claro que nestas circunstâncias, a proclamação da República no Brasil e o estremecimento nas relações entre o novo regime e a antiga potência dominante, a Grã-Bretanha, só podiam ser interpretados, pelos Estados Unidos, como sinal de que o Brasil acabara de cair na sua zona de influência³⁸³.

“O que importa são as linhas gerais do processo de penetração dos Estados Unidos no Brasil, da luta contra a proeminência da Inglaterra, para o estabelecimento do seu próprio sistema imperialista”, diz Bandeira³⁸⁴ sobre as raízes da expansão geográfica do capital americano no Brasil. No entanto, avalia o próprio autor que, durante a assinatura do acordo

³⁸² SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. *Revista Mexicana de Sociologia*, vol. 36, n° 3 (jul./sep. 1974, p. 577).

³⁸³ Ibidem, p. 577.

³⁸⁴ BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 136.

comercial com os Estados Unidos, a partir de 1891, as exportações americanas para o Brasil se mantiveram entre 12 e 14 milhões de dólares, bem ineficazes quando comparadas com a entrada dos produtos ingleses. Entretanto, para o Brasil, as exportações para os Estados Unidos, que haviam atingido 59 milhões de dólares, em 1890, se elevaram para 83 e 119 milhões de dólares, entre 1891 e 1892, decaindo em 76 milhões de dólares, em 1893. Por ser o maior centro para exportação dos produtos brasileiros, em destaque o café, a república inaugurava uma linha econômica e política de entendimento com os Estados Unidos³⁸⁵.

Dessa forma, vale aqui lembrar outra articulação política que aproximou o Brasil dos Estados Unidos, na última década do século XIX, estivera no acompanhamento e na proteção dos ideais republicanos no Brasil pelo poder americano na queda de Deodoro da Fonseca da presidência da república em 1891, fruto do golpe que esse presidente havia dado com a autorização do fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Estaduais, enviando o poder norte-americano apoio à ascensão de Floriano Peixoto para presidente e se colocando à disposição para uma intervenção militar no país diante das pressões internas e externas caso os monarquistas ameaçassem a queda da república. Mais uma vez, “ao contrário das potências europeias, o governo dos Estados Unidos estava disposto a intervir militarmente, se fosse necessário, para defender não apenas o novo regime como também a permanência de Floriano Peixoto”³⁸⁶.

A Revolta da Armada, que começou no Rio de Janeiro e se espalhou pelas unidades federativas de Santa Catarina e do Paraná, alertava para o exterior a latência do separatismo e, assim, da integridade do território do Brasil no início da República, podendo nesse movimento político ser criado outros países nessa transição da descentralização do poder moderador sustentado pela Monarquia. E para aqueles que apoiavam o Império de Dom Pedro II, como a Grã-Bretanha e, sobretudo, os agentes financeiros nesse país, como o Barão de Rothschild, essa possibilidade de fragmentação do território preocupavam as antigas relações exteriores do Brasil. “A preocupação de Rothschild naturalmente se relacionava com a questão da dívida externa do Brasil, do qual era o grande credor, uma vez que a desintegração do país em dois ou três Estados independentes complicaria a assunção da responsabilidade pelo seu pagamento”³⁸⁷. Dessa forma, quando as revoltas iniciaram, rumores de que a Grã-Bretanha apoiaria os movimentos de sedição, a fim de restaurar a Monarquia, já eram

---

³⁸⁵ Ibidem, p. 137-138.

³⁸⁶ ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 124.

³⁸⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. “O sentido social e o contexto político da Guerra de Canudos”. **Revista espaço acadêmico**. Nº. 50 – Julho de 2005, p. 5.

esperados como uma forma do imperialismo de livre-comércio da Grã-Bretanha restaurar seu poder sobre essa periferia do capitalismo, sendo o acordo comercial de 1891, do Brasil com os Estados Unidos, um fato que incomodava também os ingleses quando se depararam com as novas rotas comerciais estabelecidas pela recente República.

A suspeita agasalhada pelo governo do marechal Floriano Peixoto, era efetivamente de que a Grã-Bretanha, Portugal e outras nações da Europa instigavam a sedição com o objetivo de restaurar a Monarquia e colocar no trono o príncipe Leopoldo Augusto. Algum fundamento aparente havia. O Tratado de Reciprocidade comercial de 1891, com que o Brasil, mediante reduções tarifárias, favorecia a importação de manufaturas dos EUA, alarmava a comunidade de negócios da Grã-Bretanha³⁸⁸.

“Os EUA, ao que tudo indicava, dispunham-se a realmente intervir no Brasil, caso a insurreição da Armada triunfasse e restabelecesse a Monarquia e (...) se o marechal Floriano solicitasse sua assistência”³⁸⁹. A Revolta da Armada, liderada pelos monarquistas Custódio de Melo e Saldanha da Gama, afirmou-se na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, com o objetivo de impedir o desembarque de mercadorias, bem como a entrada de outros navios estrangeiros enquanto não se depusesse o presidente Floriano Peixoto. A possível intervenção norte-americana era a interferência motriz que consolidava ainda mais as relações políticas e econômicas do Brasil com os Estados Unidos e, ao mesmo tempo, a permanência da república sob o comando de Floriano Peixoto.

O presidente Grover Cleveland logo forçou uma tomada de posição em favor de Floriano Peixoto, seguindo as recomendações do secretário de Estado Walter Gresham. A decisão do presidente estadunidense foi motivada pela decisão de Saldanha da Gama de impedir a entrada de mercadorias através do porto do Rio de Janeiro, visando inviabilizar financeiramente o regime através da supressão das receitas das alfândegas (...) O episódio assinala a manifesta disposição dos Estados Unidos de levar a cabo suas pretensões geopolíticas e econômicas, visando substituir a Grã-Bretanha no papel que ela havia desempenhado durante o Império (...) A presença dos Estados Unidos no Brasil estava se tornando, na virada do século (que mais tarde seria chamado de “americano”), um fenômeno praticamente irreversível, diante da modificação da correlação de forças. Mesmo aqueles que criticaram a atuação de Floriano Peixoto e a intervenção dos EUA na Revolta da Armada, logo passariam a contemporizar, ou então mudar inteiramente de atitude³⁹⁰.

Ainda sobre a Revolta da Armada e as relações com as disputas imperialistas pelo domínio periférico, afirma Bandeira:

³⁸⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. “O sentido social e o contexto político da Guerra de Canudos”. **Revista espaço acadêmico**. Nº. 50 – Julho de 2005, p. 7.

³⁸⁹ Ibidem, p. 8.

³⁹⁰

A revolta da Armada ocorreu no ano (1893) em que o comércio do café sofreu violentas flutuações [caiu da arrecadação de 119 milhões, em 1892, para 76 milhões, em 1893] e o crack abalava a economia dos Estados Unidos. Aquele movimento, dentro das próprias circunstâncias nacionais que o gerou, refletiu, de certa forma, a inconformidade dos interesses europeus, particularmente, ingleses, diante da ameaça americana. Assim se configurava o quadro de luta interimperialista. A ditadura de Floriano, que tinha todos os aspectos de um movimento contra o predomínio da Inglaterra, consolidou a República (...) Os Estados Unidos, cada vez mais, influenciavam, decisivamente, as transformações do Brasil³⁹¹.

“Os americanos não se dispunham a perder as posições, que conquistaram com a República, a partir do Tratado de Comércio, o primeiro depois de meio de recusas pelo Império.”³⁹² A aproximação entre Brasil e Estados Unidos havia montado laços políticos e econômicos iniciais para a Primeira República. A Constituição de 1891 havia dado o primeiro passo para a descentralização do poder político e ao mesmo tempo da liberação do desenvolvimento das forças produtivas por parte de cada unidade federativa. Aos americanos, os acordos comerciais, a intervenção militar e a defesa da república nas antigas terras monárquicas abriam possibilidades para a expansão da forma mais segura de inversão do capital excedente, isto é, pela “disputa por concessões”, disputando com os centros europeus a forma mais lucrativa de investimento do capital na periferia do capitalismo.

Sobre a disputa por concessões na Primeira República, arremata Singer:

Estas constituem a forma mais importante de penetração dos capitais dos países industrializados nas Economias Coloniais, onde a expansão das atividades de mercado exigia a ampliação correspondente da rede de transporte (ferrovias, portos, linhas de navegação, etc.) e dos serviços públicos: telefonia, telegrafia, iluminação pública, transporte público urbano (feito principalmente por bondes) etc. Tais atividades, assim como a colonização de terras devolutas, que acompanhavam, em geral, a construção de ferrovias, era executada por companhias quase sempre de capital estrangeiro, que obtinham “concessões” do governo, as quais asseguravam à concessionária exclusividade (isto é, monopólio) na execução do serviço e, muitas vezes, garantia de uma remuneração mínima do capital empregado³⁹³.

Como veremos no próximo capítulo, as possibilidades de abertura para a inversão do capital excedente foram ofertadas aos centros do imperialismo, sobretudo aos Estados Unidos nos materiais enviados para a exposição universal de Chicago, em vários ângulos e setores. Mais uma vez, a promulgação da Constituição de 1891, se mostrou como elemento convergente e necessário para o período de expansão do volume de comércio entre Brasil e Estados Unidos. Concomitantemente, se davam o processo de escolha dos personagens e a

³⁹¹ BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 145.

³⁹² Ibidem, p. 143.

³⁹³ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3 (jul./sep. 1974, p. 579).

preparação dos materiais escritos e das amostras de produtos para a exposição universal de Chicago. E, no caso da Revolta da Armada, esta iniciara e ocorria ao mesmo tempo que o espetáculo da geopolítica do capitalismo nos Estados Unidos ocorria. Sem dúvida, todos esses processos, articulados ao início da república, estavam envolvidos nas entrelinhas do envio dos documentos, bem como da forma particular que os representantes do Brasil se organizaram para a apresentação dessa periferia na exposição universal de Chicago. A aceitação do convite dos Estados Unidos para participar da exposição universal de Chicago fora, entre tantas coisas, um aspecto da geopolítica do capitalismo travado pela realidade particular desses dois países.

4.3 Agentes para Chicago na busca pela inserção no mercado mundial

Durante os anos de 1891 e 1892, foi publicado nas páginas do periódico *Auxiliador da Indústria Nacional*, no Rio de Janeiro, um conjunto de notícias, cartas e informações gerais sobre uma comissão e uma corporação que, nos Estados Unidos, preparavam a cidade de Chicago para se tornar sede da exposição universal de 1893. Sob a sombra da crise de sobreacumulação de capital que atingiu, principalmente, a Europa e os Estados Unidos entre 1873 a 1895, o Department of Publicity and Promotion of the World's Columbian Exposition, coordenado por Moses Handy, repassara para a imprensa no Brasil e no mundo os anúncios que se julgavam necessários para convidar e convencer os representantes da política e do capital dos Estados modernos e das colônias para participarem da World's Columbian Exposition, como fora chamada a exposição universal de Chicago³⁹⁴.

Entre tantas palavras publicadas no Brasil sobre os trabalhos da comissão e da corporação que preparavam a exposição universal em Chicago, bem como sobre as transformações urbanas que estavam em andamento e que ainda eram planejadas para a cidade recepcionar os visitantes, tornava-se marcante a tradução da mensagem de Benjamin Harrison. O então presidente dos Estados Unidos convidava, em nome do governo e do povo americano, todas as nações do mundo a enviarem produtos da indústria, das manufaturas, da

---

³⁹⁴ A Exposição universal de Chicago de 1893 (designada oficialmente *The World's Columbian Exposition*) foi uma entre tantas exposições universais que se realizaram pelos centros do imperialismo do Oitocentos, sobretudo as destacadas exposições de Londres (1851), Paris (1855), Londres (1862), Paris (1867), Viena (1873), Filadélfia (1876), Paris (1878) e Paris (1889). Para detalhes sobre essa e outras exposições universais que ocorreram nos últimos cinquenta anos do século XIX, bem como durante todo século XX, cf. SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte; RASMUSSEN, Anne, **Les Fastes du Progrès: Le guide des Expositions Universelles (1851-1992)**, Paris, Flammarion, 1992.

agricultura, das minas, dos mares e das artes liberais que possibilitassem dar ao mundo inteiro “uma ilustração dos recursos e do progresso da civilização humana”³⁹⁵.

Harrison anunciava, sobretudo, que a exposição universal de Chicago homenagearia os quatrocentos anos da “descoberta da América” por Cristóvão Colombo, referindo-se à expansão geográfica promovida pelo “descobrimento” do novo mundo, ou melhor, “ao acontecimento proeminente na história humana e de máximo interesse para a humanidade”, convocando, na mesma ocasião, os Estados modernos e as colônias a nomear seus “representantes e mandar tais produtos a *World’ Exposition* que podem dar uma ideia dos seus recursos, da indústria e do seu progresso na civilização”³⁹⁶.

Essas palavras sobre as pretensões envolvidas na exposição universal de Chicago faziam parte dos interesses que circulavam comumente nos bastidores dos representantes dos centros da acumulação de capital quando se falava em mais uma exposição universal, em particular dos nomes de capitalistas individuais e de representantes estatais dos Estados Unidos, que montavam suas bases político-econômicas imperialistas já no último quartel do século XIX, aproveitando a exposição universal como uma faceta dessa construção para intensificar o processo de concentração e centralização de capital. A construção dos Estados Unidos como novo centro da acumulação possibilitou o investimento de elevadas somas de capital na construção de Chicago, transformando-a no que viria a ser uma das maiores metrópoles mundiais do século XIX. Assim, a exposição universal de Chicago expressava a construção desse novo centro do capitalismo, reunindo em uma particularidade urbana os possuidores de excedentes.

Ao Brasil, mesmo num processo interno de transição para a república, as frações de classe dominante nas unidades federativas e seus colaboradores intelectuais se preparavam para enviar seus representantes com as ideias e os produtos, sobretudo da natureza e da agricultura, que melhor apresentassem o território desse país nos Estados Unidos. Era necessário para as frações de classes dominantes apresentar minuciosamente os recursos naturais e as potências agrícolas que possibilitassem a abertura de novas relações com esse centro da geopolítica do capitalismo, concretizando um novo projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil. Foi com essa responsabilidade que diversos personagens, que

---

³⁹⁵ A publicação da mensagem de Benjamin Harrison encontra-se no interior das “Notícias relativas à Exposição Universal de Chicago”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891.

³⁹⁶ Ibidem.

apresentaremos logo à frente, agiram na catalogação e na sistematização dos mais diversos ativos dos produtos da natureza e nas possibilidades de investimentos de capital.

No relatório do ministro da Agricultura, Antão Gonçalves de Faria, já se observava, desde o início do ano de 1891, um conjunto de anúncios que envolvia o Brasil como um dos Estados modernos convidados a participar da “exposição universal Columbiana” programada para ocorrer em 1893. Nesse relatório, também se divulgavam os interesses do Brasil de usar essa exposição para fazer propaganda das riquezas naturais e apresentar o grau de civilização desse território para os Estados Unidos. O inverso também era verdadeiro: representantes dos Estados Unidos vieram ao Brasil, circularam de Norte a Sul, expandindo a importância da participação do Brasil no espetáculo em Chicago e verificando os investimentos financeiros para a exibição brasileira na exposição universal a partir da formação de uma Comissão Nacional e da montagem de um edifício particular nos Estados Unidos:

Para commemorar o grande successo do descobrimento da America pelo immortal navegador Christovão Colombo foi projectada e acha-se em via de execução na cidade de Chicago, nos Estados Unidos da América do Norte, uma exposição universal que terá de realizar-se no anno proximo vindouro, sendo que, para occupar-se de trabalhos referentes a essa festa industrial, vieram ao Brazil no caracter de especiaes commissarios o capitão Alexandre Rodgers e tenente Franck E. Sawyer que, acompanhados por delegados do governo Brasileiro, effectuaram viagens ao norte e ao sul da República, recebendo por toda a parte vivos testemunhos de apreço pessoal e de alto interesse pelo bom exito na coparticipação do Brazil que, espero, será condigna da punjança das nossas riquezas naturaes e do grao da nossa civilisação.

Tanto quanto póde depender da acção do governo, nenhum exforço tem sido poupado para que semelhante resultado seja cabalmente preenchido. Já foi obtido na área da exposição em Chicago um espaço de 10.000 metros quadrados para os edificios e compartimentos da secção Brasileira e esta projectada em local apropriado uma Exposição Nacional Preparatória que, destinada a patentear o estado do nosso desenvolvimento nos diversos ramos da industria, habilitará ao mesmo tempo escolha discreta dos productos que, por sua natureza, devam ser exhibidos em Chicago. Dentro de poucos dias estará constituida a comissão que superintender e dirigir todos os trabalhos referentes a este objecto, assim no Brazil como em Chicago, e espero que na mesma comissão sejam representadas as diversas especialidades do trabalho. O Congresso Nacional, na Lei do Orçamento vigente, destinou para tal serviço o credito de 600:000\$. Já pela cotação actual do cambio, já pela multiplicidade dos encargos a que cumpre ocorrer, semelhante credito tem-se mostrado insufficiente, pelo que é para esperar do patriotismo do mesmo Congresso que, attendendo ás circumstancias, augmente em proporções razoaveis o sobredito credito (...) A 1º de Maio de 1893 estará aberta a Exposição Universal Columbiana e tudo faz esperar que o Brazil ahi representado sem frívolo apparato nem ostentação vaidosa, mas de modo que dê a conhecer exactamente qual o caminho que temos percorrido nas varias esferas do trabalho e quaes os elementos naturaes que com certeza nos asseguram grande porvir³⁹⁷.

³⁹⁷ Brasil. **Ministério da Agricultura**. Ministro Antão Gonçalves de Faria. Relatório do Ano de 1891. Apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil em 1º de Maio de 1892, p. 14-15.

A visita de representantes do governo americano no território do Brasil, de alguma forma, já coadunava com a proximidade geopolítica que vinha se dando desde o início da república, sendo nítidos os interesses de ambas as partes (como fora firmado no acordo comercial, em 1891) em alargar os negócios entre os recursos da natureza e os produtos da agricultura entre centro e periferia – e nada melhor que uma exposição universal para detalhar as riquezas naturais e uma diversidade de produtos que ainda não figuravam entre aqueles destacados nas exportações. Sem falar que a participação dos representantes do Brasil em Chicago possibilitava detalhar quadrantes territoriais ainda ofuscados para o mais novo centro da geopolítica do capitalismo, já que a relação comercial institucional há pouco havia se estabelecido, diferentemente do que acontecia com países na Europa, como a Inglaterra e a França.

Na verdade, os representantes do Brasil haviam feito uma escolha de participar da exposição colombiana de Chicago, em 1893. Falamos “escolha” pois o Brasil havia sido oficialmente convidado também em 1891, para participar das programadas exposições universais em Madri e em Gênova (que igualmente homenagearam Cristóvão Colombo e o quarto centenário de “descoberta da América”), bem como da exposição universal de Roma (que teve como tema o 25º aniversário da elevação dessa cidade a capital do reino da Itália). A negação de ambos os convites se deu, abertamente, por falta de crédito no início da república para custear as despesas do Brasil em todas essas exposições universais. Em outras palavras, os representantes do Brasil escolheram investir seu dinheiro na exposição universal de Chicago, ganhando maior proximidade na relação com os Estados Unidos. Essa escolha seria avaliada como o melhor resultado sobre a participação brasileira em uma exposição universal³⁹⁸.

A participação do Brasil na exposição universal de Chicago abria possibilidades para a elaboração detalhada de novas imagens sobre as unidades federativas estatais-territoriais internas (as antigas províncias, que passaram no modelo federativo a ser estados) a partir do momento que se instalara a república, em 1889. Numa dimensão de continuidade, sem dúvida, se pode falar do caráter periférico que esse país continuou a assumir no mercado mundial; assim, a apresentação detalhada do território do Brasil na exposição universal de Chicago revelava o interesse de alargar o desenvolvimento das forças produtivas a partir da filiação com a ideologia do progresso na expansão geográfica do capital.

---

³⁹⁸ Brasil. **Ministério da Agricultura**. Ministro Antônio Gonçalves de Faria. Relatório do Ano de 1891. Apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em 1º de Maio de 1892, p. 14-15.

Para efeitos internos, essa apresentação “mais completa” do Brasil para os Estados Unidos, que Bibiano Costallat referia devido à implantação da república e de suas unidades federativas, dizia respeito ao maior envolvimento dos representantes políticos, dos proprietários privados, dos comerciantes e dos intelectuais das unidades federativas no interior do Brasil quanto à preparação, ao envio de materiais e à presença particular nessa feira dos Estados Unidos. Seu resultado mais direto foi a fragmentação das representações sobre o território nacional, sendo as escalas políticas das unidades federativas as ganhadoras de maior destaque (como veremos no próximo capítulo, mesmo que na essência o *sentido* de uma periferia do capitalismo tenha permanecido). A demarcação precisa para a extração dos produtos vegetais “virgens”, as explorações das jazidas de minerais “intocadas”, a potencialidade para a expansão agrícola “em espaços de reservas”, as tentativas de aberturas para novas exportações de matérias-primas e alimentos “excedentes”, o convite para investimentos nessas particularidades no interior do Brasil em ferrovias capazes de acelerar as trocas e a expansão das grandes unidades produtoras, entre tantas outras entregas do território, deram o tom de todas as frações de classes dominantes, dos representantes políticos e de seus colaboradores intelectuais nos textos e amostras dos produtos.

Podemos dizer que essa pista interpretativa sobre a fragmentação das representações do território nacional baseadas nas frações de classes dominantes locais surgiu a partir da autora Sandra Jatahy Pesavento, que menciona que as diferenças, por exemplo, entre a última participação do Brasil enquanto monarquia, na exposição universal de Paris, em 1889, e sua primeira participação, no período da república, a partir da exposição universal de Chicago, em 1893, estariam vinculadas ao contexto de transição política e, assim, das transformações derivadas da dinâmica política e econômica da particularidade do Brasil da monarquia para a república³⁹⁹.

Um dos reflexos dessa travessia política estaria, exatamente, nas afirmações evidentes da participação mais interesseira dos representantes das unidades federativas estatais-territoriais internas na produção e no envio de materiais (da troca mercantil e do trabalho intelectual) para a exposição universal de Chicago, em 1893. O envolvimento de novos nomes das oligarquias locais, as articulações entre esses representantes políticos, os personagens comerciais das capitais de cada estado e, ainda, a formação das Comissões Centrais, que se conformaram para participar da exposição universal em Chicago, entre outras coisas, nos levam a problematizar como as mudanças contextuais da particularidade da vida

---

³⁹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais:** espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997b.

social no Brasil afetaram a produção do conhecimento, a seleção das amostras dos produtos enviados e as maneiras de pensar as decisões das ações no território estatal.

Sobre essa descontinuidade da participação do Brasil nas *exposições universais* no final do século XIX, entre a monarquia e a república, alguns outros argumentos são levantados por Sandra Jatahy Pesavento:

O que cabe assinalar é a participação maior dos estados em detrimento da União no tocante à participação brasileira. Reflexo da forma federativa de governo instaurado? Não se pode esquecer que, pela constituição de 1891, a renda das exportações cabia aos estados, de modo que estes se empenharam numa verdadeira campanha publicitária de suas riquezas. Se na exposição de 1889 havia uma publicação sobre o Brasil como um todo, dando aos estrangeiros o conhecimento da evolução geral do país, na exposição universal de Chicago prevaleceram as publicações de cada estado na propaganda de seus recursos⁴⁰⁰.

O que não quer dizer que não se tivesse formada uma Comissão Brasileira e um pavilhão particular para a exposição universal de Chicago⁴⁰¹ ou mesmo que não se tenha exibido uma imagem da escala ampla do Brasil nesse evento⁴⁰². Não se trata disso! A diferença razoável, e merecedora de destaque, é que a partir da Constituição de 1891 os representantes das unidades federativas estatais-territoriais internas tiveram mais interesses para preparar os catálogos e elaborar os livros de descrição das geografias materiais dos seus territórios com os objetivos de apresentar, de maneira mais detalhada, os recursos naturais (produtos vegetais e minerais), os produtos agrícolas (exportados ou que buscavam brechas no mercado mundial) e a espacialização da política no interior da unidade federativa que tinha certo domínio, deixando claro quem eram os personagens de cada território que (inter)mediavam as relações com os centros da acumulação de capital.

Independentemente da fragmentação pela implantação da república e dos interesses pelo controle dos rendimentos das exportações pelas oligarquias, o que estava posto para as comissões centrais, que representaram o Brasil na exposição universal de Chicago, era a *restauração dos sentidos da moeda colonial*, na medida em que os produtos primários-exportadores foram os produtos principais dos rendimentos do país. Nesse sentido, a

⁴⁰⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais:** espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997b, p. 216.

⁴⁰¹ Foi formada uma comissão brasileira inicialmente sob a presidência de José Simeão de Oliveira (que morreu em junho de 1893) e, consecutivamente, de Joaquim Antonio Cordovil Maurity. Sobre o pavilhão nacional, como bem lembra Juan M. Martínez Moreno (1988), estava o Estado do Brasil eleito entre os mais bonitos e festejados.

⁴⁰² O próprio Museu no Rio de Janeiro enviou os materiais representativos de cunho nacional, ganhando até prêmios sobre a qualidade desse material, como insetos, instrumentos científicos, etc. E, ainda mais, foi enviado um catálogo nacional com todos os produtos aprovados e selecionados, “em nome do Brasil”, para a exposição universal de Chicago.

apresentação dos personagens que faremos, logo abaixo, refere-se ao que chamamos de *agentes do desenvolvimento do capitalismo periférico no Brasil*, pois havia claramente uma identidade da produção intelectual das comissões centrais com os interesses das frações de classes dominantes e dos representantes de Estado na reconstrução de um projeto de desenvolvimento do capitalismo no Brasil; uma das medidas para isso foi detalhar uma diversidade de produtos que poderiam diversificar o setor do mercado externo e apresentar um conjunto de produtos que precisava de capital para sua extração ou ampliação.

A participação do Brasil na exposição universal em Chicago estava, de um lado, na maior autonomia formal (para as oligarquias) que a instauração da república possibilitou no controle legal das trocas econômicas externas pelos representantes das unidades federativas, fazendo com que o Estado nacional fosse mais bem detalhado em livros locais nesse certame do progresso e da civilização nortista; de outro, as diferenças também estavam nos interesses das próprias frações de classes dominantes locais em divulgar melhor seu território, principalmente, para os Estados Unidos, concomitantemente ao processo de atualização dos conhecimentos e interesses que esses representantes passaram a ter sobre o esquadramento das riquezas naturais, da agricultura, da indústria extrativa, da indústria moderna, da modernização e da população de seu território (aproveitando para realizar um autoconhecimento e um conjunto de práticas internas de domínio que serviam para além das exposições universais).

Dessa forma, foi sobre os ombros das comissões centrais (locais) que ficaram, em grande medida, as responsabilidades e os interesses para escrever, selecionar e enviar os materiais escolhidos para a exposição universal de Chicago nesse início da república. As oligarquias e os demais membros proprietários locais, os agentes do desenvolvimento desse capitalismo periférico, tomariam a frente dessas comissões e levariam para Chicago um conjunto de conhecimentos e amostras que pretendiam representar o território de onde haviam partido os produtores de conhecimentos e as amostras dos produtos da natureza, da agricultura, da indústria, dos transportes. Os representantes dos recortes territoriais estatais, mesmo em consonância com a proposta do governo federal de participar da exposição universal de Chicago, iriam se destacar na produção de livros e na elevação da força das unidades federativas na representação do Brasil nos Estados Unidos.

A formação das comissões centrais de São Paulo, do Ceará, da Bahia e do Pará, como fragmentos detalhados de territórios das unidades federativas de uma periferia do capitalismo, é expressão da participação do Brasil na exposição universal de Chicago, a partir da publicação de textos e de amostras de produtos elaborados e organizados por essas

comissões, entre os anos de 1892 e 1893, principalmente pelo envolvimento dos seguintes personagens: Adolpho Augusto Pinto (chefe da Comissão Brasileira e membro da Comissão Central de São Paulo); Isaie Boris, Antonio Bezerra, Thomaz Pompeu de Souza Brazil, José Freire Bezerril Fontenelle e Ernesto Antonio Lassance Cunha (membros da Comissão Central do Ceará); Francisco Vicente Vianna e José Carlos Ferreira (membros da Comissão Central da Bahia); e Ignacio Batista de Moura, Henrique A. de Santa Rosa, Alexandre V. Tavares, Pedro da Cunha, Manoel Odorico Nina Ribeiro e Alberto Torrezão (membros da Comissão Central do Pará), além de um conjunto de marechais, coronéis, advogados, médicos e outros personagens que, como veremos no próximo capítulo, viajaram como representantes do Brasil e participaram dos diversos departamentos da exposição universal de Chicago. Afinal, as unidades federativas que preparavam com detalhe o material escrito e as amostras dos produtos buscavam redefinir, a partir de propagandas sobre seu território, sua incorporação ao mercado mundial, sendo seus autores e organizadores *agentes do desenvolvimento do capitalismo nessa periferia* em busca de mais inserção no mercado mundial.

Apresentar esses personagens nos aproxima das ações que essas pessoas tiveram no interior do Brasil no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas e às transformações das relações sociais de produção na transição de um Brasil fincado no trabalho de escravizados para um país que pretendia formar um exército de reserva de trabalhadores assalariados. Mesmo que sejam de frações de classes dominantes, representantes do poder estatal (cargos políticos, militares, etc.) ou colaboradores intelectuais dessas classes no interior do país, cabe apresentá-los pela Comissão Central que compunham, sendo nosso destaque aqui dado aos membros da Comissão de São Paulo, da Comissão Central do Ceará, da Comissão Central da Bahia e da Comissão Central do Pará.

Esses *agentes do desenvolvimento do capitalismo na periferia* do Brasil, selecionados pelo poder local republicano, buscaram atender às demandas enviadas pelos governos de estado e pelos ministros da Agricultura, do Comércio e de Obras Públicas, assim como pelas mensagens dos governadores e do presidente da república⁴⁰³, no que dizia respeito à produção de livros e à coleta dos produtos naturais-industriais que deveriam ser expostos em Chicago; por outro lado, esses agentes da periferia do capitalismo eram os nomes que expressavam a própria condição de produzir um certo tipo de discurso colonizado, à luz das normas previstas, sobre o território dessas unidades federativas no que dizia respeito à

---

⁴⁰³ Esses relatórios encontram-se digitalizados pelo *Center for Research Libraries*. Trata-se de uma biblioteca digital organizada pelas principais universidades dos Estados Unidos, como a Universidade de Chicago, elaborando um verdadeiro estoque de ideias sobre a periferia do capitalismo que pode ser consultado em <http://www.crl.edu/brazil>.

natureza, às matérias-primas, à indústria extrativa, à população e à administração política de um território periférico que buscava atrair investimentos, imigrantes e alargar novas trocas comerciais. Não esquecendo que nesse período esses territórios, no interior do Brasil, já tinham um acúmulo de produtos intelectuais internos realizados por esses personagens, ou mesmo por personagens anteriores, que foram consultados para descrever não somente o Brasil, mas as particularidades de sua “tropicalidade” e seu “atraso”, isto é, pela “sua incivilização” ou “grau de civilização atingido” para aqueles do centro do capitalismo que divulgavam um modelo de sociedade e de técnicas que mediavam a relação entre a sociedade e a natureza, sendo a indústria moderna e os bancos parte central dessa concentração, que os tornava centros do desenvolvimento do capitalismo.

A formação das comissões centrais de São Paulo, do Ceará, da Bahia e do Pará, de certa forma, nos recoloca no cerne de algumas questões, a saber: quem eram esses personagens que representaram o Brasil na exposição universal de Chicago? Que filiações intelectuais, políticas e posições econômicas essas figuras assumiam na vida social, na lógica particular do poder local e no interior do Brasil? Havia personagens estrangeiros na Comissão Brasileira? Afinal, que intelectuais estiveram envolvidos no plano das ideias, com as seleções das amostras dos produtos da natureza e da agricultura com a representação política e diplomática do Brasil na exposição universal de Chicago? Uma questão sobre a qual não temos dúvida é que todos eles eram defensores, de alguma forma, da república, homens que transitavam entre os gabinetes locais e nacionais e, assim, sabiam da necessidade que o projeto das unidades federativas para criar as condições para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil só era possível se pusesse as reservas de recursos naturais, as potencialidades agrícolas e as possibilidades de atratividade para os investimentos dos centros imperialistas.

Um dos membros principais que viajaram do Brasil para a exposição universal de Chicago foi Adolpho Augusto Pinto, o principal membro da Comissão de São Paulo, se destacando por escrever o livro *The State of São Paulo: The Land of Coffee* (O Estado de São Paulo: a terra do café) para mais um espetáculo resultado da geopolítica do capitalismo, agora nos Estados Unidos. Em fins do século XIX, A. Pinto era um dos profissionais liberais mais envolvidos com o desenvolvimento das forças produtivas e com as relações sociais de produção capitalistas nessa unidade federativa. Além disso, ele possuía toda uma carreira envolvida com os processos de *modernização* do Brasil. O levantamento da ficha de posições assumidas por A. Pinto no interior do país nos aproxima, em uma primeira ocasião, das

intenções que estavam sendo preparadas por uma parcela da periferia do capitalismo para a exposição universal de Chicago.

Sobre Augusto Pinto, descreve Aracy A. Amaral,

Nascido em Itu, em 1856 (...) estuda primeiramente no Colégio São Luiz, em seguida vai para a Bahia estudar medicina e, finalmente, diploma-se em Engenharia no Rio de Janeiro, em 1880. Com profissão tão prestigiosa como condizente com o progresso que se desejava para o meio local, Adolfo Pinto foi fiscal de obras do primeiro Serviço de Águas e Esgotos de São Paulo, trabalhou na *São Paulo Railway* e tornou-se ainda Consultor Técnico da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Além disso, foi o primeiro organizador do Serviço de Estatística, em 1886, tendo representado o Brasil na Exposição Internacional Colombiana em Chicago, no ano de 1893, onde foi nomeado por Navarro de Carvalho como um *gentleman* e uma grande figura da engenharia brasileira⁴⁰⁴.

Tratava-se de um agente do Estado e das frações de classe dominantes no interior de São Paulo, um personagem que transformava o território, internamente, em contato direto com as trocas comerciais e os interesses no mercado externo.

Independentemente das palavras elogiosas de Aracy Amaral sobre a relação de Adolfo Pinto e as propostas para o dito “progresso” no Brasil, cabe dizer, que sua escolha como membro da Comissão Central de São Paulo e um dos nomes centrais para a representação do Brasil nos Estados Unidos unia um profissional de formação vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas (engenheiro) a um homem que desfilava na alta posição social no Brasil. Educado pelos princípios da diplomacia e da cortesia entre seus pares, sendo um colaborador intelectual das frações de classe dominante no Brasil, prova das suas frequentes viagens ao exterior em nome do governo brasileiro ou como parte das atividades dos cargos que assumira.

Até o ano de 1893, A. Pinto havia assumido diferentes cargos profissionais que o colocavam entre os principais intelectuais da engenharia envolvidos com a implantação de estradas de ferro, eletrificação, saneamento, iluminação, estradas de rodagem, etc. Entre alguns cargos, destacava o próprio autor na sua autobiografia a função de engenheiro fiscal da província de São Paulo, a partir da indicação da condessa de Lajes (Alexandre Vieira de Carvalho), em 1880, fazendo parte das primeiras obras de canalização de águas e esgotos, entre 1880 e 1885. Com a subida do Partido Conservador ao poder, em 1885, foi nomeado para ser o engenheiro fiscal da *São Paulo Railway*, sendo reconhecido pelo autor que esse convite fora ocorrido, em grande medida, pelos problemas e debates provocados pela

---

⁴⁰⁴ AMARAL, Aracy. A. **Textos do Trópico de Capricórnio**: artigos e ensaios (1980 – 2005). Vol. 1: Modernismo, arte moderna e o compromisso com o lugar. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 20.

canalização da água e esgoto, levando o nome dele a circular na Assembleia Legislativa. Concomitantemente ao cargo de engenheiro fiscal da ferrovia, em 1886, foi nomeado pelo presidente da província de São Paulo como membro da Comissão Central de Estatística de São Paulo, que tinha o objetivo de levantar os movimentos relativos à população, à economia e aos serviços públicos no Estado. Na verdade, como membro dessa Comissão, A. Pinto conseguiu montar, como ele mesmo fala, “peça por peça”, o material necessário para tratar e compreender o território de São Paulo, sendo entregue, em 1887, o livro intitulado *A província de São Paulo* como resultado da Comissão de Estatísticas, obra que, de alguma forma, o fazia ter um conhecimento sistemático e abstrato sobre São Paulo⁴⁰⁵.

Assumiu ainda, em 1888, o cargo de chefe do escritório central e de engenheiro auxiliar da diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, companhia que estava sob o comando de Fidêncio Nepomuceno Prates. O emprego na Companhia Paulista possibilitou a A. Pinto exercer um cargo técnico no interior de uma das empresas ferroviárias mais importantes do país, participando, dessa forma, dos debates com as empresas concorrentes, como a Mojiana, sobre o prolongamento do desenvolvimento dos transportes no interior de São Paulo, bem como de outras situações decisivas, como o parecer que fez para a Companhia Paulista sobre as condições financeiras da ferrovia de Rio Claro a Araraquara, propondo a compra e a fusão da Companhia de Rio Claro, que pertencia aos ingleses, caso que se desdobrou entre 1888 e 1892. Além disso, participou do prolongamento do ramal de Santa Veridiana, esteve à frente das obras do ramal de Rincão a Pontal, ambas em 1892, buscando ocupar frentes do território disputadas com a Mojiana.

Os trabalhos realizados por A. Pinto na Companhia Paulista, empresa que ele mesmo falou que não deixaria por qualquer outra proposta de emprego, estava em desenvolver as forças produtivas no estado de São Paulo ligadas ao transporte ferroviário e aos capitais acumulados com a transferência de mercadorias, isso sem perder de vista que outras empresas também se expandiam e lutavam por frentes semelhantes. Em uma das passagens na sua autobiografia, defendendo os interesses da Companhia Paulista, relatou os princípios

---

⁴⁰⁵ “Compreendia aquele trabalho três grandes partes, constando a primeira do resultado do recenseamento geral da população da Província e do movimento de nascimentos, casamentos e óbitos, paróquia por paróquia, estatística da receita e despesa pública, da importação e exportação, do movimento ferroviário, postal, bancário, criminal, etc.; continha a segunda parte a descrição geral da Província, compreendendo sua história, geografia, geologia, climatologia, agricultura, comércio, indústria, imigração, instrução, etc.; enfim, continha a terceira parte uma notícia detalhada de cada município, sua fundação, divisas, produção, estradas, curiosidades naturais, etc.” PINTO, Adolpho Augusto. **Minha vida**: memórias de um engenheiro paulista. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 29-30.

econômicos e o empenho profissional que definiu sua colaboração em obras específicas, como foi o caso do ramal do Rincão, na Companhia:

É de plena evidência que um sistema de viação se acha tanto mais garantido por seus fatores de renda quanto maior é o campo econômico em que opera diretamente, de modo a poder sempre contar com elementos próprios de tráfego, sem depender de contribuição estranha. Os fatos tendo proporcionado-me ensejo de apreciar praticamente o valor desse princípio, desde então reconheci a necessidade de trabalhar com empenho, enviando meus melhores esforços, para alargar o mais possível a zona diretamente servida pelas linhas férreas da Companhia Paulista. Não quer isso dizer que convenha a uma empresa de viação construir ramais a torto e a direito, exagerando o capital social sem proventos compensadores. Não, o que convém é alargar o setor territorial tributário do sistema de transporte, fazendo que as linhas de fronteira abranjam a maior zona possível (...) Animado dessas idéias, quando a Mojiana estava empenhada na tentativa de construir seu prolongamento para Santos, pus-me a estudar nos mapas geográficos de São Paulo, ainda então imperfeitos e sem muita exatidão, o que poderia a Paulista por sua vez tentar na zona confiante com a da Mojiana, a fim de captar, em suas nascentes, boa parte da corrente de tráfego que, na hipótese de vir a construir-se o prolongamento da Mojiana a Santos, não mais deixaria ela que se baldeassem em Campinas para a Paulista. Pelos estudos que fiz sobre os vários mapas do Estado então existentes, verifiquei que o traçado da linha Mojiana, de Casa Branca a Ribeirão Preto, deixava uma estreita faixa de terreno à margem direita do rio Moji Guaçu, mais ou menos de Guataporã para baixo, fora da zona privilegiada dessa estrada. Era o espaço bastante para permitir que a Companhia Paulista derivasse de Rincão um ramal⁴⁰⁶.

Estamos diante de um planejador, um astuto profissional dedicado às estratégias do sistema de engenharia. Como atesta Hélio Damante, tratar de Adolfo Pinto é discorrer sobre um pioneiro nas atividades de *consultorias e assessorias* nos últimos anos da monarquia e durante toda a primeira república, sendo os cargos que assumiu, bem como, as concessões a que concorria, na monarquia ou na República, um retrato das transformações na geografia material de seu próprio tempo, do próprio país e, sobretudo, do estado de São Paulo.

Adolfo Augusto Pinto foi bem o precursor – como técnico e como economista – do assessor brasileiro; é o seu protótipo, sempre que se apresente imune ao imediatismo e vacinado da auto-suficiência dos tecnocratas. É onde cabe referir o seu sadio e vigilante nacionalismo, forçando, no início da carreira, como engenheiro-fiscal, a uma baixa de tarifas da antiga “São Paulo Railway”; defendendo, mais de uma vez, a Paulista de golpes dos apetites internacionais; traçando planos de defesa cambial, etc.⁴⁰⁷

O que Damante chama da “ética das assessorias” desenvolvida por A. Pinto, tratava-se da colaboração intelectual que esse engenheiro prestou para as frações de classes dominantes vinculadas à modernização, sobretudo das companhias articuladas ao transporte

⁴⁰⁶ PINTO, Adolfo Augusto. **Minha vida**: memórias de um engenheiro paulista. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 38-39.

⁴⁰⁷ DAMANTE, Hélio. “Prefácio”. In: PINTO, Adolfo Augusto. **Minha vida**: memórias de um engenheiro paulista. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

do café, sendo talvez razoavelmente estranho, para um engenheiro tão respeitado naquela época, apenas o fato de não ter exercido nenhum cargo direto de representação política (governador, deputado, etc.), mesmo que politicamente representasse o Brasil e São Paulo em diversas ocasiões.

A escolha de A. Pinto para ser um dos nomes centrais entre os representantes do Brasil e o membro principal da Comissão de São Paulo na exposição universal de Chicago, de alguma forma, estava explicada. Esse engenheiro, lembra ainda Damante, foi ele próprio um capítulo da história de São Paulo:

Faceta de uma existência extremamente fecunda em realização em prol da coletividade, as quais marcam toda uma época da vida social, cultural e econômica de São Paulo. Já se escreveu que “uma biografia completa de Adolfo Pinto seria um substancial e rico capítulo da história de São Paulo, no período evolutivo culminante que foi a transformação determinada pela República, pela expansão cafeeira, pelo desenvolvimento industrial e outros fatores”⁴⁰⁸.

Também não foi à toa a sua escolha como patrono do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Na autobiografia de A. Pinto, ainda é possível constatar, nas descrições das obras de modernização realizadas pelo próprio autor, como um conjunto de contradições entre o antigo e o moderno, a transição por que passava a cidade de São Paulo – e ele assumia, em seu discurso, fazer parte das transformações da vida social da cidade. Por exemplo, com as obras de saneamento, destacava como São Paulo, que antes vivia sob o auspício da coleta de água feita por carroças, por águas represadas em lugares abertos, assim como os esgotos, sendo fixas apenas as fossas nos quintais, para novos problemas com a água encanada, típica da vida moderna. Da mesma forma, como a fiscalização da São Paulo Railway levou a abrir uma rua (Paula Sousa), construir armazéns, expandir geograficamente a materialidade da ferrovia, além de apressar os fluxos comerciais nas proximidades da estação, nas baldeações e, assim, do caixa financeiro, ocupando terrenos antes inutilizados. Como uma “região que se achava ainda inculta e ocupada em sua maior porção por selvagens”, isso referindo-se à margem esquerda do rio Tietê, “em futuro muito próximo eu previa que forçosamente havia de abrir-se às fecundas incursões do trabalho e da civilização” ao passar trilhos da Companhia Paulista⁴⁰⁹. “Num pensamento imbuído no espírito positivista da

⁴⁰⁸ DAMANTE, Hélio. “Prefácio”. In: PINTO, Adolpho Augusto. **Minha vida**: memórias de um engenheiro paulista. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

⁴⁰⁹ PINTO, Adolpho Augusto. **Minha vida**: memórias de um engenheiro paulista. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 40.

época”⁴¹⁰, fazia da cidade um espaço para a acumulação de capital, abrindo-a à mobilidade e ao escoamento da produção e da força de trabalho.

A partir da estrutura do livro *The State of São Paulo* – dividido entre a) “Uma breve notícia geral”; b) “O cultivo do café”; e c) “Imigração” – é possível verificarmos como o autor pensava a unidade federativa de São Paulo a partir da reprodução do capitalismo no Brasil. Uniu numa mesma obra um território que tinha grandes lucros a partir da produção de café, da expansão geográfica do capital para novas terras e da atração dos imigrantes como força de trabalho excedente necessária para tal expansão. Como veremos no próximo capítulo, junto com a análise das demais produções intelectuais das outras comissões, A. Pinto era um daqueles personagens capazes de pensar a manutenção de São Paulo como centro agrícola do Brasil por meio do avanço do domínio dos novos meios de produção pelo capital, recorrendo, assim, na elaboração de uma propaganda que animasse investidores e trabalhadores a migrarem para o Brasil.

Nesse sentido, participar como escritor do livro e membro da Comissão Central de São Paulo na exposição universal de Chicago, em 1893, foi para Adolpho Pinto mais um dos trabalhos que desempenhou para os governos do Brasil e de São Paulo, no papel de *agente de um desenvolvimento de capitalismo periférico no Brasil*, expressando seu conhecimento do estado de São Paulo e de sua capital no contexto das reformas urbanas. Desta forma Adolpho Pinto relatou sua atuação junto os interesses das classes dominantes em sua autobiografia:

Para promover a representação do Estado de São Paulo, o respectivo Governo nomeou uma comissão (...) da qual fui julgado merecer a distinção de fazer parte, exercendo as funções de secretário geral. Depois de coligidos, selecionados e remetidos a seu destino os objetos representativos da valiosa contribuição paulista, fui encarregado, na qualidade de delegado do Estado de São Paulo na Exposição de Chicago, de zelar os interesses dos expositores paulistas, fazer executar o programa de uma exibição completa do café em todas as suas modalidades, desde o conjunto das máquinas de beneficiar o grão até a distribuição em bebida do precioso produto, e promover ativa propaganda no sentido de divulgar o conhecimento dos fatores naturais que concorrem para tornar o Estado de São Paulo o maior produtor do café e um dos mais futuros centros imigrantistas do mundo. Para facilitar-me o desempenho da importância de incumbência e a fim de que pudesse o delegado de São Paulo ter caráter oficial na Exposição Colombiana, o Governo Federal se designou nomear-me membro da comissão nacional encarregada de representar o Brasil no grande certame, da qual era presidente o cientista Dr. Ladislau Neto e faziam parte o general Simeão, Honório Coutinho, Aguiar Moreira, Rodolfo Bernardelli, maestro Carlos Gomes e outros⁴¹¹.

⁴¹⁰ SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da metrópole:** arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, p. 48.

⁴¹¹ PINTO, Adolpho Augusto. **Minha vida:** memórias de um engenheiro paulista. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969, p. 87-88.

A. Pinto escreveu, a partir da sua experiência no próprio espetáculo em Chicago, um livro elogioso, intitulado *Viajando*, sobre a participação do Brasil na exposição universal de Chicago. Nesse escrito, ele conta que o Brasil havia participado de todos os departamentos, sobretudo dos que reuniam produções manufaturadas, máquinas, eletricidade, etc. Cabe levar em conta que A. Pinto era o principal membro da Comissão Central de São Paulo e membro da Comissão Brasileira e havia viajado com o objetivo de relatar a participação do Brasil na exposição, não sendo estranho que, perdido entre esse papel de intelectual para o Estado e as frações de classe dominante, também se perdesse na aparência das palavras da ciência e da imprensa, das estatísticas e dos mapas, na lucidez da epifania dos produtos expostos. Mesmo assim, suas anotações são centrais para que possamos, no próximo capítulo, revelar como os livros, os catálogos, os mapas, as fotos e os produtos provindos das unidades federativas estatais-territoriais do Brasil foram apresentados no ato fetichista do próprio espetáculo da exposição universal de Chicago.

Além de Adolpho Augusto Pinto, já durante os anos de 1892 e 1893 a Comissão Central do Ceará acompanhava o movimento de organização dos estados para o espetáculo nos Estados Unidos, produzindo um conjunto de publicações e selecionando materiais da troca comercial e outros produtos internos para serem apresentados na exposição universal de Chicago, sendo dois livros, um catálogo e um relatório sobre a unidade federativa do Ceará os principais escritos elaborados⁴¹². Essas publicações, como veremos, coadunam com uma divisão política e econômica da produção intelectual entre os personagens Isaie Boris, Thomaz Pompeu de Souza Brazil, Antonio Bezerra, José Freire Bezerril Fontenelle e Ernesto Antonio Lassance Cunha, participando cada um desses homens com a produção de ideias que lhes eram mais favoráveis nas habilidades do fazer político, da vida comercial e profissional sobre o território do Ceará, bem como das amizades pessoais no interior das frações da classe dominante no Ceará.

Dito isso, acreditamos ser necessário, ainda que de forma breve, apresentar um pouco das idiosincrasias desses personagens, suas práticas comuns e seus papéis específicos no interior da Comissão Central do Ceará. Levantar esses aspectos é de uma importância investigativa fundamental para que possamos, assim, chegar às formas de organização da equipe e aos materiais escritos por eles com maiores informações das aparências e das

---

⁴¹² Outros materiais foram produzidos, como **The State of Ceará**. Brief notes for the Exposition of Chicago as authorized by the governor of Ceará, Brazil, elaborado por José Freire Bezerril Fontenelle; CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. “Synopsis Histórica da Estrada de Ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufatureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago, 1892”, p. 252-272 fac-símile). In: FILHO, José Capelo; SARMIENTO, Lúcia. **Arquitetura ferroviária no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

ocultações que se escondem entre as linhas grafadas que habitam no interior da apresentação do território do Ceará e das amostras dos produtos selecionados, principalmente sobre os produtos vegetais, minerais, agrícolas, etc.

Isaie Boris, o primeiro deles, por exemplo, nada menos, foi o presidente da Comissão Central do Ceará imbuído, assim, de coordenar os trabalhos da inteligência e os artigos do comércio para serem enviados por essa unidade federativa estatal-territorial para a exposição universal de Chicago. Em tempos de oligarquias locais fortes, amplamente fortalecidas pela Constituição nacional de 1891, esse personagem havia se inserido no território do Ceará mais como um homem estrangeiro de negócios, um bom intermediário entre as frações de classes dominantes locais, os representantes do Estado e os negócios estrangeiros do que como um herdeiro e construtor clássico das famílias do Norte colonial⁴¹³. Além de presidente da comissão, Isaie Boris era um homem branco, de origem francesa, bem articulado com a dinâmica do comércio local, nacional e mundial, principalmente a partir da venda de matérias-primas e alimentos no Norte do Brasil, devido a sua família ser vinculada à propriedade de uma casa estrangeira de comércio, a Casa Francesa Boris, que, instalada em Fortaleza desde 1872, comprava matérias-primas dos produtores do sertão no Ceará e importava produtos industrializados e *in natura* que não eram produzidos ou eram produzidos em pouca quantidade e outras qualidades por essas terras.

A instalação da Casa Boris no Ceará fez parte de uma série de casas estrangeiras que se instalaram nesse território, principalmente na década de 1860, ligadas ao conjunto da “crise algodoeira”. Esse período foi marcado pela busca intensa de matérias-primas e alimentos por parte da Grã-Bretanha. Essa busca por outros territórios se devia à paralisação, especificamente, da produção de algodão nos Estados Unidos no momento da Guerra de Secessão (1861 a 1865). Foi nesse íterim que se deu a inserção mais intensa dos representantes das mercadorias produzidas no território do Ceará na divisão mundial do trabalho, fazendo a instalação da família Boris e da Comissão Central do Ceará parte da conjuntura que ganhou força nessa década.

Ao apontar a abertura de novos mercados e a entrada de casas francesas nas transações, Denise Monteiro Takeya (1995) comprova o *signal negociador* que se instalou, a partir de 1860 no território do Ceará, alicerçado na agroexportação:

---

⁴¹³ Sobre os herdeiros e os construtores do Brasil, cf. MATTOS, Ilmar R. de. “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção de uma unidade política”. **Revista Almanack Braziliense**, nº 1, São Paulo, 2005, p. 8-26.

Aos anos de 1860 correspondeu uma fase de expansão econômica alicerçada na agroexportação, como o Ceará até então não conhecera. Sobre essa produção foram produzidas notícias, pelos agentes consulares, dirigidas a comerciantes franceses, estimulando-os a estabelecerem casas comerciais na província. O crescimento da economia cearense nesse período significava, para esses interesses, a possibilidade de atuarem não só no ramo da exportação de matérias-primas para a Europa, mas também no ramo da importação de manufaturas francesas. Com efeito, como decorrência do processo de integração da economia cearense a divisão internacional do trabalho, a riqueza aí gerada potencializava uma parcela da população, ainda que restrita, como mercado consumidor dos artigos franceses, sobretudo aqueles de luxo, que tão especialmente os caracterizavam⁴¹⁴.

A força da família Boris teve ascensão após 1884, a partir do contexto da inserção do Ceará no mercado exportador e, principalmente, por se tornar a primeira província a abolir a escravidão no Brasil e por ter sido sua família escolhida como a representante dos interesses consulares da França no Ceará, fazendo desse grupo – e, em particular, de Isaie Boris – uma forte força política e econômica que circulava entre as classes dominantes nesse território⁴¹⁵.

O próprio Boris, na abertura do catálogo, para que não ficasse estranho um francês presidir a Comissão Central do Ceará, anunciou que o Ceará era sua *segunda pátria* e que o convite para ser presidente da comissão, feito pelo vice-governador Liberato Barroso, estava relacionado com o papel propagandeador e comercial que a Casa Boris gerara na exposição universal de Paris, em 1889. Enfim, como agente de classe que era, incumbido da missão de angariar investimentos para aplicação no estado, o papel de mediador realizado por Isaie Boris é observado por Karl Marx (2013, p. 159): “as mercadorias não podem ir por si mesma ao mercado e trocar-se umas pelas outras”, sendo esse o papel de seus possuidores⁴¹⁶.

O segundo membro da Comissão Central do Ceará foi José Freire Bezerril Fontenelle, um representante estatal pela política e pelas Forças Armadas, defensor da Primeira República no Brasil. Nascido em Viçosa, ingressou na Escola Militar no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1871, e aí fez o curso de engenharia, bacharelando-se em matemáticas e ciências físicas. Foi promovido a tenente em 1877 e a capitão em 1879. Sujeito ativo na instauração da república no Ceará, sendo ainda secretário de Agricultura do primeiro governo republicano no estado. Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado no Congresso Nacional Constituinte. Após a instauração da Constituição de 1891, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, com mandato até 1893. Já em 1892, passou a membro da intendência

⁴¹⁴ TAKEYA, D. M. **Europa, França e Ceará**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 136.

⁴¹⁵ “A partir do ano de 1884, a família Boris passou a representar os interesses consulares da França na província do Ceará, representação que se estendeu ininterruptamente até 1925 e, depois, de 1928 a 1977.” MONTEIRO, Denise Mattos. “Casas comerciais francesas no Brasil e na América Latina no século XIX: fontes para a pesquisa histórica”. In: **América Latina en la Historia Económica** – Boletim de Fuentes, vol. 9, 1998; 9, p. 60.

⁴¹⁶ MARX, Karl; ENGELS, F. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

municipal de Fortaleza e foi eleito para o Congresso Estadual. Sua carreira militar prosseguiu no mesmo período, sendo promovido a major em 1890, a tenente-coronel graduado em 1891 e efetivado em 1892⁴¹⁷.

Ainda em 1892 foi eleito presidente (então governador) da unidade federativa do Ceará, tendo como seu vice Nogueira Acióli, governando até o fim do quadriênio em 1896, quando transferiu o governo novamente a Nogueira Acióli, agora eleito presidente do estado. Nesse sentido, no momento que aconteceu a exposição universal de Chicago, em 1893, era um homem defensor da república e um governador ligado à oligarquia Pompeu-Accioly, com carreira militar, pois ainda chegou ao posto de coronel em 1894. Em sua administração foram criados os liceus do Ceará e a repartição da alfândega, além da instalação da Caixa Filial do Banco de Pernambuco no Ceará.

Uma curiosidade sobre a genealogia de José Freire Bezerril Fontenelle também nos ajuda a entender esse militar e defensor da república como um homem branco de raízes estrangeiras. Sua família é de origem francesa, do engenheiro de minas Jean Fontainelles, homem que veio para o Brasil para pesquisar ouro e prata nas serras da Ibiapaba e dos Cocos, no território do Ceará. Instalando-se em Viçosa, a família Fontainelles mudou seu sobrenome para Fontenelle, criando os Fontenelles brasileiros. Além disso, o que torna mais interessante é a origem da família Fontenelle, ligada à produção intelectual e à prática extrativa da mineração, sem falar que, além da finalidade de explorar o potencial aurífero do território do Ceará, cabe lembrar que o francês engenheiro de minas Jean Fontenelle, em 1766, casou-se com Umbelina Maria de Jesus, filha do português Manuel Gonçalves de Brito, natural da Ilha da Madeira, Portugal, lugar de intensos negócios de escravizados e extração de recursos naturais⁴¹⁸.

O terceiro membro da Comissão Central do Ceará, de maior pompa intelectual e herança político-econômica da oligarquia local, era Thomaz Pompeu de Souza Brazil (1852-1929), conhecido por fazer parte daquele grupo de historiadores e geógrafos do final do século XIX, que viveram divididos, ou melhor, envolvidos com a *produção do pensamento geográfico*, com a produção da *narrativa histórica*, com a política administrativa das províncias-estados, como proprietário de manufaturas, de fábricas de tecidos e como professor de história e geografia dos cursos secundários.

---

⁴¹⁷ Sobre José Freire Bezerril Fontenelle, cf. organização biográfica feita por Kleinto de Moraes, disponível em <http://cpdoc.fgv.br/>. Pode-se também visitar o **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Coordenadora geral: Alzira Alves de Abreu, 2015.

⁴¹⁸ GONSALVES Jr., José Carlos Torres. **Os Fontenelle – minha genealogia**, 2015, disponível em <http://osfontenelle.blogspot.com.br/>.

Primeiro, em termos científicos, poderíamos dizer que T. Brazil tem todas as características que o qualificam como geógrafo e como historiador do seu período. Bacharel em ciências sociais e jurídicas (no tempo em que não haviam cursos superiores para formação de geógrafos e historiadores), foi professor de geografia e de história no Liceu do Ceará e da Escola Normal, um dos fundadores do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (sendo presidente de 1889 a 1929) e, ainda, publicou vários textos rotulados com temáticas tratadas pelos campos científicos da história e geografia modernas, como a população, a climatologia, a história do Ceará, a seca e a geografia geral. “Participou da fundação, na década de 1870, da *Academia Francesa do Ceará* e do *Jornal Fraternidade*, responsáveis por disseminar as ideias do positivismo na província cearense e em torno delas aglutinar uma elite de intelectuais liberais”, como Capistrano de Abreu⁴¹⁹. Credenciais mais que qualificadas para a atuação de mais um *agente do desenvolvimento do capitalismo periférico brasileiro*.

Além das questões que envolvem sua pessoa na produção da ciência, Thomas Pompeu de Sousa Brazil foi homem de intensa atuação política, com três legislaturas como deputado geral, sendo ainda inspetor geral da instrução pública e lente da Escola Militar⁴²⁰. Esteve junto ao grupo conhecido como liberais e republicanos, ficando, na república, em grande medida, ao lado dos florianos. E, por fim, considerando-o, agora, como dono dos meios de produção, pode-se destacar que Thomas Pompeu de Sousa Brazil teve a experiência que nos faz entender que esse homem de ciência e política também era um homem de negócios. Talvez essa fosse a principal definição da vida desse personagem.

De acordo com Carlos Negreiros Viana, esse homem da Comissão Central do Ceará foi um dos sócios, em 1882, da fábrica de manufatura de tecidos de algodão chamada de Pompeu & Irmãos, tendo como sócio seu irmão, Antonio Pompeu de Souza Brazil, e seu cunhado, Antonio Pinto Nogueira Accioly, sendo ainda sócio da Companhia Ferro-Carril do Outeiro (1896), além de presidente do Banco do Ceará (1898), instalando em seguida a Fábrica Progresso (1912), também do ramo têxtil, trabalhando principalmente com a produção de redes de dormir para a Amazônia no período pré-Primeira Guerra Mundial⁴²¹. Personagem

⁴¹⁹ BOMFIM, Paulo R. A; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. “Contextos, personagens e idéias: Thomas Pompeu de Souza Brasil e Elysio de Carvalho”. In: **XII Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2009, Montevideo. Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, p. 3.

⁴²⁰ Essas informações biográficas estão na contracapa do próprio documento **Estado do Ceará na exposição de Chicago**, sem dúvida alguma sendo expostas como critério de respaldo para um “homem de ciência” daquele período.

⁴²¹ VIANA, Carlos Negreiro. “Thomaz Pompeu de Souza Brazil: o homem de empresas”. **Revista do Instituto do Ceará**, 2006, p. 171-195.

mais que qualificado para agir na construção de um projeto de desenvolvimento capitalista junto aos centros do capitalismo, sobretudo os Estados Unidos.

Já sabendo que era um homem privilegiado na monarquia e na sua passagem para a república, T. Brazil carregava ainda mais um elemento que o diferenciava dos demais do estado do Ceará. Era ele filho de Thomaz Pompeu de Sousa Brazil (1818-1877), um dos lentes ratificadores “do progresso” e da “civilização material” no território do Ceará que, com Nogueira Accioly e seus pares, montou nessa unidade federativa estatal-territorial uma oligarquia (a oligarquia Pompeu-Accioly) que teve o controle político do território do Ceará entre 1864 e 1912⁴²².

Segundo Almir Leal de Oliveira, o conhecimento geográfico e histórico, herdado de Thomaz Pompeu sobre o território do Ceará, possibilitou que T. Brazil (Pompeu Filho) desse continuidade às “concepções científicas orientadas para o progresso”, para a representação do território do Ceará, para pensar o “desenvolvimento econômico” e os “interesses de renovar” e “ampliar os domínios da economia capitalista no Ceará”.

Visivelmente comprometido com a dimensão prática do conhecimento, o estudo de Pompeu Filho representava uma síntese dos estudos geográficos realizados pelo seu pai, acrescido de novos dados e referências coletadas por ele a partir de sua experiência como administrador do Ceará e como deputado geral⁴²³.

O próprio Pompeu Filho (1893), no prefácio de *Estado do Ceará na exposição de Chicago*, expunha sobre isso de maneira direta: “meu pai – o Senador Pompeu – esforçara-se em 1861 por tornar conhecida a então província do Ceará sobre todas as relações. Como tentativa foi bem sucedido, o seu *Ensaio Estatístico do Ceará* ainda é a fonte mais pura onde beber informações”⁴²⁴.

Vislumbrado por um saber técnico-pragmático, um defensor de uma “retórica do poder periférico” em nome da “civilização” e da expansão das práticas capitalistas na produção das necessidades, seus projetos estavam em construir um conhecimento que tivesse a pretensão de transformar a realidade material imediata, de propor transformações diretas planejadas para o futuro, atuações que caminhassem para o dito “progresso” e a expansão

⁴²² Sobre o papel intelectual que Thomaz Pompeu (o pai) teve na produção do pensamento geográfico no Brasil, no período da monarquia, cf. SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Senador Pompeu**: um geógrafo do poder no Império do Brasil. São Paulo: FFLCH/USP, 1997. Para as questões de ordem do seu papel específico na construção da teoria das secas no Norte do Brasil, cf. SOUSA FREITAS, J. W. **Política e seca no Ceará**: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905). São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

⁴²³ OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Ceará na exposição de Chicago (1893)**: ciência e técnica. Documentos: revista do arquivo público do Ceará (APEC), Fortaleza, nº 1, 2005, p. 85.

⁴²⁴ BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Estado do Ceará na exposição de Chicago**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893, p. 1.

geográfica do domínio do território do Ceará – enfim, para a “saída do atraso” anunciado pelos malefícios causados pelas condições naturais, como a seca, por exemplo. Assim, os estudos de cunho geográfico e estatístico operavam na possibilidade de detalhar o presente do território do Ceará, na localização dos produtos da natureza e da agricultura, de pensar as pessoas como coisas, de enumerar a paisagem, detalhar as vias de expansão interna e de cartografar tudo na composição de um plano para a reforma. Foi a produção intelectual que Pompeu Filho que conseguiu articular e fazer, também, os discursos que pretendia sobre o presente e o futuro para essa unidade federativa⁴²⁵.

Diferentemente de Isaie Boris e Thomas Pompeu de Sousa Brazil, proprietários de capital comercial e industrial, o terceiro membro da Comissão Central do Ceará, Antonio Bezerra de Menezes, se articulou com a fração da classe dominante a partir da política local, ao se tornar presidente da Assembleia Provincial e deputado geral, fazendo parte daqueles homens do “asseado” meio da forma política estatal, sendo ainda membro do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, da Academia de Letras e primeiro presidente da sociedade de Ciências Práticas.

No entanto, levanta Andrade Furtado no seu livro biográfico intitulado *Antonio Bezerra* que esse era ainda bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife⁴²⁶. Escreveu nas páginas dos jornais conservadores *América* e *Tribuna Católica*, esse último o colocando como verdadeiro militante da igreja na imprensa. E, além de ler bem a língua francesa, foi um estudioso da língua portuguesa, publicando, entre outros trabalhos nesse campo, *Questões de gramática filosófica* e *Compêndio de gramática nacional*. Tornou-se funcionário público nesse campo ao exercer, principalmente, o cargo de professor de português do Liceu do Ceará e de membro do Centro Literário de Fortaleza e da Academia de Letras.

Além de escritor e professor, fez parte Antonio Bezerra daqueles intelectuais e políticos que defenderam o abolicionismo no Ceará, fundando, com Telles Marrocos e Antonio Martins, o jornal *O Libertador* e, com Antonio Augusto de Vasconcellos, Ferreira do Valle e Guilherme de Studart, o jornal *O Ceará*, ambos parte da imprensa abolicionista. Nessa mesma esteira, lançou, em 1883, o livro *Três Lyras*, com os poetas da abolição Justiniano de Serpa e Antonio Martins.

⁴²⁵ OLIVEIRA, Almir Leal de. “O Ceará na exposição de Chicago (1893): ciência e técnica”. **Revista do arquivo público do Ceará (APEC)**, Fortaleza, nº 1, 2005, p. 87.

⁴²⁶ No entanto, sobre a formação institucional em direito, outra informação se contrapõe a essa. No **Dicionário bio-bibliográfico**, de Guilherme Studart, está relatado que Bezerra de Menezes não conseguiu concluir sua Faculdade de Direito – que, aliás, estava cursando em São Paulo, e não no Recife.

Para Andrade Furtado, Antonio Bezerra ainda era um baírrista, apaixonado pela “pátria” Ceará, pelos estudos geográficos e de história natural, sendo reconhecido como um dos intelectuais mais refinados do estado, um conhecedor da flora, da fauna, da geomorfologia, dos animais e das riquezas minerais existentes desse território, fruto dos extensivos estudos que realizava sobre as terras do Ceará⁴²⁷.

Segundo Oliveira, esse conhecimento de Antonio Bezerra sobre a natureza no Ceará fez dele, além de membro da Comissão Central do Ceará, o principal responsável pela coleta, organização e distribuição dos produtos na elaboração do catálogo preparado, no interior dessa unidade federativa, em 1892, para a exposição universal de Chicago⁴²⁸. O vasto conhecimento do território cearense e de suas potencialidades produtivas, além de sua aproximação com as frações de classe dominante no estado, tornou Antonio Bezerra um agente extremamente necessário na formulação de um plano de investimento capaz de atrair recursos externos ao estado.

Sua viagem de estudo ao Norte do Ceará, numa comissão científica formada durante a década de 1880 para tal ensejo, foi também um dos elementos que o fez ser convidado para compor a comissão. A viagem o levaria a lançar, em 1889, o livro *Província do Ceará: notas de viagem (parte do Norte)*, integrante dos materiais de arte e literatura no catálogo do território do Ceará para a exposição universal de Chicago, em 1893, junto com o livro *Maranguape: notas de viagem*, também de sua autoria, publicado em 1884.

Em estudo realizado por Paulo Ítalo Moreira são relatados alguns dos motivos que levaram Antonio Bezerra a ser convidado para fazer parte da comissão; o estudo também discorre sobre a produção de conhecimentos sobre a natureza que essa travessia possibilitara:

Em 1884, Antônio Bezerra (1841-1921) recebe um convite do governo provincial para viajar à região norte da Província do Ceará, em comissão para mapear as especificidades de cada localidade (...) Mesmo não tendo sido diplomado, Bezerra reunia uma gama de conhecimentos teóricos e práticos, pelos quais o Governo Provincial reconheceu fazendo a escolha deste intelectual para a difícil missão de desbravar o sertão cearense. Conhecimento empírico, pois Bezerra já havia tido uma experiência em expedições de cunho naturalista anteriormente, em seu livro *Maranguape: notas de viagem*, publicado em 1884. Percebemos ao longo do livro, que o intelectual do Ceará se faz valer de seu conhecimento pragmático para desenvolver as suas digressões sobre o seu cotidiano na viagem, pois as descrições detalhadas de tipos de plantas, conchas, insetos, solo, etc., são feitas através de seu conhecimento teórico, por intermédio de suas leituras e, principalmente, por

⁴²⁷ ANDRADE FURTADO, M. A. **Antonio Bezerra**. Fortaleza: Departamento Estadual da Imprensa e Propaganda, s/d.

⁴²⁸ OLIVEIRA, Almir Leal de. “O Ceará na exposição de Chicago (1893): ciência e técnica”. **Revista do Arquivo Público do Ceará (APEC)**, Fortaleza, nº 1, 2005, p. 87.

conhecimento de causa, pelo seu trabalho em campo. Isto dá bastante legitimidade ao seu trabalho, pois Bezerra comprova e vivencia tudo o que ele lê nos livros⁴²⁹.

Enquanto o livro escrito por Thomaz Pompeu sobre o Ceará para a exposição universal de Chicago exigia uma capacidade de narrar dimensões, entrelaçar números e fatos históricos, saber sobre a natureza física e a legislação política, o trabalho de Bezerra exigia a minuciosidade do colecionador e do historiador dos produtos da natureza, daquele que consegue elencar as coisas a partir das qualidades biológicas e mineralógicas, da indústria e das belas-artes em um mesmo catálogo – inventariar o território a ponto de conhecê-lo a partir de um conjunto de listas de produtos, com os cuidados da localização e dos produtos. Cabia ao produtor do catálogo descrever a qualidade de cada objeto e, se possível, indicar suas possibilidades para a exploração econômica que já se fazia dele ou que se sabia que pode ser feita.

Por fim, o último membro foi o engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha, que escreveu o texto *Synopse histórica da estrada de ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufatureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago*⁴³⁰ a convite da Comissão Central do Ceará. Cunha era um engenheiro de destaque, sendo o engenheiro de confiança de dom Pedro II entre 1877 e 1879. Solicitado para selecionar uma fração do território do Ceará para construir um açude, escolheu o Boqueirão do Cedro, localizado em Quixadá, participando diretamente dessa primeira grande obra hídrica de combate à seca no Ceará realizada pelas políticas territoriais da monarquia⁴³¹. Além disso, o autor ganhou destaque mesmo após a exposição universal de Chicago: em 1907, com a proposição da integração entre as linhas de ferro entre os territórios do Ceará, Piauí e Maranhão⁴³²; e, em 1909, no I Congresso Brasileiro de Geografia, no Rio de Janeiro, também a

⁴²⁹ MOREIRA, Paulo Italo. “A História Natural dos Sertões do Ceará de Antônio Bezerra em Notas de Viagem (1889)”. In: **III Seminário Internacional História e Historiografia e X Seminário de Pesquisa do Departamento de História UFC**, 2012, Fortaleza. III Seminário Internacional História e Historiografia e X Seminário de Pesquisa do Departamento de História UFC, 2012.

⁴³⁰ CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. “Synopse Histórica da Estrada de Ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufatureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago”, 1892, p. 252-272 (fac-símile). In: FILHO, José Capelo; SARMIENTO, Lídia. **Arquitetura ferroviária no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

⁴³¹ Para outros detalhes, cf. <<http://www.patunoticias.com/2015/04/06/primeiro-acude-do-pais-cedro-busca-titulo-de-patrimonio-mundial/>>.

⁴³² “Projeto de ligação das capitais dos estados de Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão pelas estradas de ferro atualmente em tráfego e as linhas propostas ligando entre si aquelas estradas”. Organizado por ordem do exmº sr. dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas pelo engenheiro civil Ernesto Antônio Lassance Cunha. – Escala 1:2.500.000. – [s.l. : s.n.], julho de 1907. 1 mapa blue-print : color. ; 55 x 59 cm. Carimbo: Clube de Engenharia – Carta Geográfica do Brasil. 44/2. 1.Ferrovias. 2. Brasil, Nordeste. I. Cunha, Ernesto Antônio Lassance. II. 1907. Cf. Fundo Francisco Bhering (F4) INSTRUMENTO PROVISÓRIO DOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS. P. 99.

partir da exposição de um dos seus mapas sobre o transporte ferroviário no Brasil⁴³³. Foi com esse intuito de uma produção intelectual e pela experiência prática em propor uma expansão ferroviária no Ceará, combater a seca, integrar o Norte e o Sul do Brasil a partir de ferrovias, que ele foi convidado para participar da elaboração intelectual que fora enviada para Chicago.

Não tão diferente dessas intenções dos representantes do Ceará, mas com uma particularidade territorial bem específica, a formação da Comissão Central do Pará também vislumbrava propagandear uma unidade federativa e a história da sua materialidade e da inserção no mercado mundial que vinha se ampliando, sobretudo da expansão geográfica que vinha ocorrendo no último quartel do século XIX. A organização da comissão era formada por seis representantes, sendo eles: Ignacio Batista de Moura, Henrique A. de Santa Rosa, Alexandre V. Tavares, Pedro da Cunha, Manoel Odorico Nina Ribeiro e Alberto Torrezão. A divisão da participação de seus membros para escrever sobre temas específicos, grafados no livro *O estado do Pará: apontamentos para a exposição de Chicago*, já nos diz muito sobre a realidade da vida social no estado e, assim, o papel que cumpriam seus agentes.

Sobre o apoio político do governador do Pará aos trabalhos dessa comissão, assinala Fonseca:

O governador do Pará à época era Lauro Sodré (1858-1944), um engenheiro militar que teve como mestre o maçom Benjamim Constant (1836-1891), o que o fez defender a causa da República e a doutrina positiva de Comte (1789-1857), que tem como eixo o progresso. Sendo um grande incentivador de estudos, artes e ciência, patrocinou a ida de alguns trabalhos desenvolvidos por figuras ilustres da terra, da capital que era a vitrine da borracha. Estes trabalhos foram reconhecidos e publicados no livro com impressão pela *The Knickerbocker press* de Nova York, no ano da exposição, intitulado *The state of Pará, notes for the exposition of Chicago*. Este livro foi traduzido por José Coelho da Gama Abreu (1832-1906), o Barão de Marajó, título que recebeu pelos bons serviços prestados à nação. Político, historiador e escritor brasileiro, Gama Abreu teve a maior parte de sua formação em Portugal, formando-se em filosofia e matemática pela Universidade de Coimbra⁴³⁴.

Para o primeiro membro da comissão, Ignacio Batista de Moura, foi dada a responsabilidade de escrever sobre a história do Pará e sobre a indústria. A Henrique A. de Santa Rosa, a descrição física e dos recursos naturais do território do Pará. A Alexandre V. Tavares, a instrução pública. A Pedro da Cunha, os números sobre as rendas públicas e do comércio. A Manoel Odorico Nina Ribeiro, as vias de comunicação e transporte. E, por fim, a

⁴³³ LUCIENE P. Carris Cardoso. “Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909)”. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 1, p. 80-96, jan.-jun. 2005.

⁴³⁴ FONSECA, Jorge Nassar Fleury da. **Artes do progresso: uma história da visualidade da Exposição de Chicago de 1893**. 19&20, Rio de Janeiro, vol. IV, nº 1, jan. 2009, s/n.

Alberto Torrezão, a narrativa sobre a agricultura no Pará⁴³⁵. Dessa forma, conhecer um pouco de cada um desses personagens, antes de revelarmos no próximo capítulo que interpretação do estado do Pará esse material levou para a exposição universal de Chicago, é uma forma de analisarmos como as frações de classes dominantes locais e seus colaboradores intelectuais preparavam um conjunto de narrativas a partir dos domínios dos territórios de que faziam parte.

O primeiro deles, Ignacio Batista de Moura, foi um dos membros da comissão que escreveu sobre a história do Pará no livro enviado para o espetáculo, tendo como subtítulo “desde sua fundação em 1818 até hoje [1893]”, bem como sobre a indústria nesse estado. Ele também fez parte daquele grupo de engenheiros do estado que viajou até Chicago e que, internamente, era conhecido pelos trabalhos profissionais, de engenharia, e intelectuais, como professor, cronista e literatura, ligados à defesa da prosperidade material, laboriosa e da particularidade do Pará. Formado pela Escola Politécnica no Rio de Janeiro, em 1882, foi planejador e participou do início da construção da estrada de ferro de Bragança, estando aí seus primeiros ensaios profissionais. Amante do progresso e da indústria na Amazônia, conhecedor do território do Pará, publicou livros com esse tema, como *Sur les Progrès* e *Viagem de Belém a São João do Araguaia*. Nesta última obra, como nos faz saber José Francisco da Silva Queiroz, I. B. de Moura mostrava ser um conhecedor sobre os “acidentes geográficos, a fauna, a flora e, principalmente, o homem nos seus costumes”, nos apresentando, pelo território e a população, trechos do estado do Pará⁴³⁶.

Usando também da história do Pará para particularizar essa unidade federativa no interior do Brasil, o autor reconhece no Pará as últimas terras colonizadas pelos portugueses, uma fronteira tomada e conquistada, já que ingleses, franceses e holandeses haviam feito tentativas, com a implantação de feitorias, de criar novas colônias na América no século XVII. Internamente, uma unidade federativa que também tinha seu passado ligado à luta pela autonomia política com o Maranhão, estando na fundação de vilas e cidades pelos governantes no Pará uma forma de particularizar um território político que teria domínio e unidade no interior do Brasil.

A “prosperidade” do Pará estivera após a retomada dos territórios dos “anarquistas republicanos”, como chamava o autor, que fizeram a *Revolução da Cabanagem*, entre 1835 e

---

⁴³⁵ MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V.; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O estado do Pará**: apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892 (160 p.).

⁴³⁶ SILVA QUEIROZ, José Francisco da. **Por uma história da recepção da obra de Max Martins**. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras; Universidade Federal do Pará, 2012, p. 27.

1836, redimensionando o domínio e a articulação da província com o poder central⁴³⁷. A cabanagem, junto com outros movimentos separatistas que surgiram no Brasil ao longo do século XIX, tinha por objetivo a contestação e a resistência ao poder exercido pelas frações de classes dominantes desde a colonização. A repressão a tais movimentos significava a dominação completa do território por parte das classes dominantes locais, expressado juridicamente na Lei de Terras de 1850. A disposição da posse da terra e da força de trabalho era o único elemento capaz de permitir a captação de capital externo nessas unidades federativas. Apenas sob tal aspecto compreende-se a atuação e a interpretação de I. B. Moura do genocídio de aproximadamente 45 mil pessoas durante a Cabanagem, cerca de um terço da população do Pará e da Amazônia nesse período.

O discurso a favor dos colonizadores e proprietários internos, feito por I. B. Moura, desenha, a todo momento na narrativa linear histórica, um território que foi criando sua particularidade no interior do Brasil e que conseguiu entrar nos trâmites da expansão geográfica do mercado mundial à medida que conseguia impedir vozes políticas e culturais diferentes, como as dos índios e dos movimentos republicanos, como a Cabanagem, das decisões no poder central. Dessa forma, delimita a própria tomada de Belém dos Cabanos, em 13 de maio de 1836, como o grande passo para o “progresso” e a “prosperidade” que atingiu o Pará até o final do século XIX.

Começou para a província a paz e a prosperidade, aumentando a sua receita: em 1838 era ella de 231 contos; em 1888 de 3.205 contos e hoje passa de 6.000 contos. N'este compulso só incluímos a renda do Estado, independente da municipal e geral. Multiplicaram-se os estabelecimentos industriais e de lavoura. Algum tempo depois, fôram esses estabelecimentos sendo abandonados e o povo se entregou, quasi exclusivamente, à colheita dos productos naturaes: borracha, cacáo, cumurú, etc. por lhe dar maiores lucros. Ao passo que o commercio alargava-se mais os navios nacionais eram poucos para transportar todos os productos da Amazonia, por isso o Governo abriu em 1867 o Rio Amazonas ás embarcações de todas as nações. Franqueada, assim, a exploração do grande rio a todos os paizes, desenvolveu-se o Pará e cresceu o seu rendimento⁴³⁸.

A navegação a vapor comprimia o tempo de circulação dos produtos, das informações e das pessoas no interior da região amazônica, imprimindo pela força dos motores a vapor na água aquilo que, em outros territórios, era realizado pela força do vapor das locomotivas sobre os trilhos de ferro. A navegação a vapor, assim, possibilitava também reforçar a segurança do território, ampliar o consumo entre cidades, expandir as importações, exportar com maior

⁴³⁷ MOURA, Ignácio Batista de. “História do Pará”. In: **O estado do Pará**: apontamentos para a exposição universal de Chicago. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 11.

⁴³⁸ Ibidem, p. 11.

amplitude, vigiar a circulação sobre os rios, os desembarques e embarques de mercadorias. De fato, a ideologia do progresso e todo seu dicionário composto pela linguagem da prosperidade, dos melhoramentos materiais, da ordem sobre o território e da civilização acompanhavam as transformações da Amazônia e do Pará, dotando seus agentes da clareza e da necessidade de um projeto de desenvolvimento capitalista nesse fragmento da periferia.

O segundo membro da Comissão Central do Pará, Henrique Santa Rosa, serve para vermos que as atitudes da escolha dos colaboradores intelectuais desse estado não estavam deslocadas do desejo de expandir os domínios internos dos recursos naturais e das formas de usá-las na expansão geográfica do capitalismo. Responsável na comissão pela descrição física e dos recursos naturais do Pará, esse autor, com Ignacio Moura, segundo Tarcísio Cardoso Moraes, era leitor da geografia tradicional oitocentista, sobretudo de A. Humboldt, F. Ratzel, etc. Lendo os alemães, ambos aprenderam rapidamente que o Estado era um “agente político fundamental na definição do espaço, do território e dos recursos naturais de uma nação”⁴³⁹. Não foi à toa que, sete anos após a exposição universal de Chicago, Ignácio Moura e Henrique Rosa estavam entre os membros fundadores de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, fundado em 1900, responsável por situar a história da dominação de classes e o poder sobre o território na narrativa central e dissimulada à qual caberia a oficialidade, reforçando internamente seus papéis de agentes do desenvolvimento de um capitalismo dependente no Brasil.

Mesmo jovem, H. Santa Rosa compôs, aos 23 anos, a comissão como parte daquela geração do Pará que assistia às transformações na Amazônia, particularmente do território do Pará e na cidade de Belém. Como parte da região amazônica, o estado do Pará e, singularmente, a cidade de Belém tiveram como frações de classe dominante os proprietários de terra, pecuaristas, grandes comerciantes e personagens ligados à extração de produtos naturais, principalmente, a partir de meados do século XIX, quando as linhas a vapor intensificaram a inserção internacional de uma região no território do país quase isolada das demais particularidades estatais. Belém e Manaus transformaram-se em centros de reunião das frações de classes dominantes, construindo a paisagem da cidade a partir da ordem econômica e política que esses centros urbanos assumiam na Amazônia.

A expansão econômica marcada pela extração de borracha nos seringais propagava as possibilidades dessa expansão interna, da aplicação de capital às reformas urbanas em Belém e

---

⁴³⁹ MORAES, Tarcísio Cardoso. “Geografia do poder: círculos intelectuais, natureza e historiografia na república paraense – século XX”. *ANais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo*, julho 2011, p. 1 (1-16).

em outras cidades militares no interior, da importação de formas de produzir e de viver típicas dos centros do capitalismo.

Como expressa Ana Maria Daou:

Nas duas últimas décadas do século XIX, essas conexões intensificaram-se, possibilitando a incorporação da Amazônia como parte do crescente mercado mundial. O volume de exportação da borracha começa a tomar destaque no conjunto das exportações da região. Ao dinamismo promovido pela economia gomífera a partir dos anos 1880, corresponde a chegada de pessoas, capitais e mercadorias, o que facultou para as elites da Amazônia uma situação de riqueza e prosperidade únicas. A descentralização administrativa promovida pela instauração da República deixava para os governos dos estados as receitas advindas da exportação, de modo que, no Pará e no Amazonas, a exportação da borracha gerava uma fase de grande prosperidade das finanças estaduais. A regularidade das idas e vindas de navios de múltiplas bandeiras veio garantir grande parte do abastecimento das duas capitais, favorecendo a implantação de um tipo de gosto e de consumo que valorizava o que vinha de fora e enfatizava todos os sinais que promovessem uma aproximação com as capitais europeias, paradigmáticas do progresso e da civilização⁴⁴⁰.

Sem dúvida, o destaque maior para essa apresentação de produtos da natureza no Brasil estaria na extração da resina para a produção de borracha. Extraída dos seringais naturais da floresta amazônica, sendo exportada do Pará pelo porto em Belém, a borracha, na segunda metade do século XIX, ganhava expressão pela descoberta de sua vulcanização, passando a ser utilizada para a produção de pneus de bicicleta. Suas exportações pelo Brasil eram crescentes: “ganha algum destaque em nossa pauta de exportação a partir de 1851/60, ocupando o 3º lugar nela em 1881/90 e o segundo a partir de 1891 até o fim da 1a. Guerra Mundial”⁴⁴¹.

O terceiro personagem, Manoel Odorico Nina Ribeiro, havia sido engenheiro da Câmara em Belém, sendo reconhecido por ter feito um levantamento e projeto dessa cidade por ordem da Vereação do Quatriênio de 1883-1886, projeto que seria a base do texto que ele enviou para a exposição universal de Chicago, segundo José Nassar Fleury e Aline Alves Ferreira:

Neste trabalho, que foi parte integrante da Exposição Universal de Chicago em 1893, encontramos elementos instituídos pela modernidade que se instalava, bem como elementos que vinham instaurados desde a época colonial. Percebemos em seu mapa, dessa herança colonial, uma valorização do espaço público com a presença de muitas praças. Algumas dessas que não mais existem e outras que nunca chegaram a ser implantadas. Nina também se preocupa em salientar os terrenos baixos e os altos,

⁴⁴⁰ DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 15-16.

⁴⁴¹ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3, 1974, p. 560-561.

separando e definindo as áreas de várzea e terra firme, o que sempre foi uma constante no vale amazônico devido a sua uniformidade do relevo⁴⁴².

Naqueles dias de ascensão das exportações da borracha e da ligação do território do Pará por meio das navegações internacionais, Manoel Odorico Nina Ribeiro colaborava com planejamentos, fazendo mapas sobre a cidade, envolvidos com os melhoramentos e com o planejamento urbano em épocas de discursos higienistas e salubristas, de projeção para implantação de linhas de bondes e obras sanitárias subterrâneas.

Outro agente defensor do desenvolvimento do capitalismo, Alberto Torrezão, homens de letras do Pará, elaborou em 1899 um dicionário sobre o *Vocabulário Puri*, mostrando traduções de expressões linguísticas indígenas quando ligadas à língua portuguesa, uma forma também de entender o significado dos “hábitos indígenas”⁴⁴³. Como membro da comissão, o último capítulo do livro de Alberto Torrezão trata da agricultura na Amazônia, fazendo parte do chamado para imigrantes e para o capital ocuparem o território do Pará, desconsiderando as populações indígenas naquela unidade federativa. Sobre Pedro da Cunha, o último agente da comissão, o trabalho que realizou sobre as rendas públicas e o comércio no livro apresentava um personagem que conhecia com detalhes os produtos do Pará, como a borracha, a castanha, o cacau e a farinha de mandioca e sua importância para as exportações e o mercado interno na Amazônia. Reconhecia ser a borracha o produto-chefe das transformações dos rendimentos públicos do Pará e do território do Pará em um campo aberto para a expansão geográfica do capital.

Por fim, a Comissão Central da Bahia, formada por ordem de Joaquim Manuel Rodrigues Lima, governador daquele estado, foi conduzida pela escrita do livro *Memória sobre o estado da Bahia*, de Francisco Vicente Viana, que na época era o diretor do Arquivo Público da Bahia, realizando com essa obra a confecção de um documento capaz de expor as potencialidades de investimento do estado. O documento deveria atender às necessidades de captação de investimento estrangeiro no estado, apresentando que muito havia para ser explorado após a intensa dominação desse território na colonização. Para tanto, Francisco Vicente Viana contou com o auxílio de José Carlos Ferreira, da mesma repartição, e juntos realizaram extensa descrição dos recursos naturais disponíveis e de fácil extração no estado, além de intenso detalhamento geográfico, geológico, marinho, de fauna, flora, vegetação,

⁴⁴² FLEURY, José Nassar; FERREIRA, Aline Alves. “Ver-o-Peso da cidade: O mercado, a carne e a cidade no final do século XIX”. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. VI, nº 1 (2011), p. 100-116.

⁴⁴³ BARBATO, Luis Fernando Tosta. “A raça em revista: um guia de artigos comentados sobre a questão racial nas revistas do IHGB (1870-1902)”. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, vol. 5, nº 1, Janeiro-Julho de 2014.

solos, clima, estações, ventos, salubridade, moléstias e epidemias, minerais diversos, mapa detalhado da população do estado, organização política e territorial, organização jurídica e legislativa, malha ferroviária, história e dados sociais como escolaridade da população, número de escolas, volume de comércio, produção industrial, agricultura, saúde e religiosidade.

Em texto de abertura, escreve o governador J. Lima para F. Viana:

Devendo figurar na exposição de Chicago uma noticia minuciosa sobre o Estado da Bahia, que deverá constar principalmente da descripção política e geographica do mesmo Estado, suas riquezas naturaes, amenidade de seu clima, estatística, etc, tenho resolvido encarregar-vos desse importante trabalho. Communicando-vos esta minha resolução, confio que desempenhareis cabalmente semelhante commissão, addicionando aos indicados pontos outros e todos os de mais esclarecimentos que vos surgirem vossa intelligencia e conhecimentos especiaes⁴⁴⁴.

Francisco Vicente Viana era de uma família de barões. Seu avô, também com nome de Francisco Vicente Viana, era o barão com grandezas no Rio das Contas, título dado por dom Pedro I; além de ser juiz, representante político do território da Bahia entre a colônia e o início do Império, esse homem ainda era conhecido pela destruição dos focos republicanos que pretendiam tornar a Bahia uma federação após a independência, conflito que ficou conhecido como Mata-Maroto, comandado por Silva Castro, o avô de Castro Alves. “Seu pai foi secretário da presidência da província da Bahia durante a gestão de seu avô e recebeu o título de barão de Viana.”⁴⁴⁵ Foi filho de uma família que lutou pela integridade do território do Brasil e da Bahia, usando das armas e das ordens políticas para controlar as forças contrárias, chamadas de revolucionárias, aos desejos das frações de classes dominantes que construía a partir do monarca e de um extenso território a unidade do Estado moderno chamado Brasil.

O autor do livro *Memória sobre o estado da Bahia* era um jornalista e político que, nos últimos cinco anos, entre o fim da monarquia e o início da república, ficara marcado pela defesa da criação e da organização de um Arquivo Público que conseguisse conservar e sistematizar os principais documentos oficiais sobre a Bahia. Além do mais, a criação do Arquivo Público havia aberto uma propaganda de recolhimento dos documentos oficiais que

⁴⁴⁴ Documento exposto na abertura do livro VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Bahia: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 101, Praça Castro Alves, 1893 (622 p.).

⁴⁴⁵ Fragmentos encontrados na biografia do irmão VIANA, Pedro Vicente, deputado federal da Bahia entre 1908-1911. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br.

estavam em diversas repartições e em propriedades de particulares⁴⁴⁶. De certa maneira, a escrita do livro para a exposição universal de Chicago era uma grande síntese, até o momento, de todos os documentos que o autor tinha em mãos sobre os recursos naturais, a agricultura, os transportes e tantos outros temas, minuciosidades sobre o território da Bahia que eram expostas num longo livro para os Estados Unidos, que abordava um território que, mesmo com longos séculos de extração e exploração pelas práticas de colonização, era, naqueles idos do final do século XIX, uma fonte de recursos para forte investimento do capital em ferrovias, monocultura, mineração, trocas comerciais, criação de companhias e dinâmica política e econômica do território.

Nessa perspectiva, talvez já não se tenha tantas dúvidas de que os personagens que formavam as comissões centrais eram, na verdade, mediadores diretos, membros das frações de classes dominantes, representantes estatais no interior do Brasil e funcionários públicos e colaboradores intelectuais dessas frações de classe dominante na periferia do capitalismo. Na constituição da totalidade composta pela geopolítica do capitalismo, se compunham esses nomes como verdadeiros atravessadores do mercado de ideias e das trocas comerciais necessárias para a expansão geográfica da acumulação de capital, fazendo do trabalho científico, aos moldes modernos nessas terras, arquivo valioso para os centros imperialistas⁴⁴⁷.

Os personagens que escreveram sobre as unidades federativas tinham sua trajetória marcada como representantes de Estado, militares, banqueiros, proprietários de terra, donos de fábricas, de casas de exportação de matérias-primas, ao lado de seus colaboradores intelectuais, botânicos, geógrafos, historiadores, estatísticos, etc., sendo que muitas vezes um personagem dominante era o mesmo que fazia o seu texto, selecionava seus produtos e viajava até o centro do imperialismo para representar seu próprio domínio sobre o território na periferia do capitalismo. Sua função no desenvolvimento das forças produtivas, das relações sociais de produção e na articulação com as trocas internas e internacionais estavam gravadas naquelas relíquias inanimadas na forma de textos escritos e nas amostras dos produtos que haviam sido selecionados e enviados para os Estados Unidos.

---

⁴⁴⁶ Sobre a história de Francisco Vicente Vianna e a criação do arquivo público da Bahia, cf. MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. “Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1890-1984”. *Acervo*. Rio de Janeiro, vol. 26, nº 2, p. 243-255, jul./dez. 2013

⁴⁴⁷ Para que não fuja o conteúdo do significado da *mediação*, cabe lembrar que os mediadores, para John Weeks (1989), são os personagens da classe dominante local que, atrelados ao Estado, ou seja, à divisão política entre países, utilizam esse poder institucional para promover o projeto deles mesmos no local. A mediação, por fim, como alinha José Paulo Netto (2011), é também um recurso interpretativo do materialismo dialético para compreender que o capitalismo não é algo abstrato e uniforme, mas se desenvolve a partir de formações político-econômicas particulares e, dessa forma, do conjunto de relações sociais locais complexas, desigual e articulada com uma universalidade complexa, ou seja, “o complexo no complexo”.

Em um período de conflitos estaduais contra a república, como foi o caso da Revolta da Armada e seu espraio para as unidades federativas do Rio Grande do Sul e do Paraná, participar da exposição universal de Chicago era um ato político a favor de Floriano Peixoto e da república. Assim, ao mesmo tempo que se defendia a república – na medida em que se criticavam os movimentos separatistas apoiados por países vizinhos e estrangeiros que não concordavam com essa mudança, como a Grã-Bretanha –, admitia-se também a necessidade da autonomia das unidades federativas perante a União. A inspiração dos Estados Unidos para esse novo sistema político, guardadas as devidas proporções históricas da formação de cada um dos Estados modernos, era publicada como na forma de territórios regidos por uma Constituição “liberal” e “moderna”. Esse é mais um capítulo dos Estados Unidos como modelo político e como território para as trocas comerciais entre centros e periferias, mesmo que a Grã-Bretanha continuasse a participar do saque do território do país aliado às frações internas de classes dominantes no Brasil.

No caso dos representantes políticos do Ceará, os relatórios dos governos traziam uma reflexão entre guerra e progresso. As revoltas no Rio Grande do Sul e Paraná e o contexto de revoltas no Rio de Janeiro foram interpretados pelo governador José Freire Bezerril Fontenelle como fase natural do processo de civilização, quase um teste para saber a força da política e da polícia na república, elementos essenciais para um país crescer. Nesse sentido, junto com a França, os Estados Unidos foram lembrados como uma inspiração por terem se desenvolvido a partir da Guerra de Secessão, entre 1861 e 1865, conseguindo ser Estado moderno a partir dos poderes autônomos das unidades federativas. No caso particular do Brasil, assistia-se à insatisfação interna de representantes monarquistas no país e externa com a implantação da República, tendo construídos movimentos separatistas que, segundo os republicanos, eram influenciados por países estrangeiros descontentes com a república, como era o caso da Inglaterra e da sua influência nos países que faziam fronteira no Sul do Brasil.

Diz Fontenelle:

A França tem visto um sem-número de revoltas, que se sucedem a cada mudança de forma de governo, algumas accarretando até a bancarrota. A ultima republica tem gasto vinte annos para se consolidar, e de todo ainda não passou a teimosia das restaurações. E a America do Norte? Acaso os Estados Unidos, essa riquissima e poderosa republica, formada pelo enlace de Estados autanomos, outr’ora colonias independentes, conseguiram ser um colosso, sem as dissensões de uns com outros Estados, sem as guerras em que se despendem rios de sangue e dinheiro? Ahi está bem recente ainda a guerra de secessão que durou largos annos, consumindo quasi um milhão de soldados, e bilhões de dollares. O que falta por ventura aos brasileiros é mais sizo e patriotismo, para não se registrarem factos como esses, de serem acclamados com hymnos e injuriosas alegrias, as punhaladas desferidas contra a

Republica, por desnaturalizados brasileiros, que, reunidos a estrangeiros, ousam atirar-se sobre a Nação⁴⁴⁸.

Também em tom de força sobre o otimismo da república como uma possibilidade para reconstruir a particularidade da Bahia no interior do Brasil, transformação das forças produtivas e das relações sociais de produção, disse o governo da Bahia Joaquim Leal Ferreira em defesa da república:

E' preciso que praticamente demonstremos que a Bahia é um Estado que tem recursos para viver e prudencia e tino para dirigir. Só assim o laço federativo se firmará e as novas instituições ficarão solidamente constituídas. E esta obra será vossa, porque votaste uma constituição liberal e moderna, haveis de prover a sua completa e fiel execução, e acudireis solícitamente em sua defeza, em nome da Pátria e em nome da Republica⁴⁴⁹.

O relatório posterior, apresentado por Joaquim Manoel Rodrigues Lima, que governou o estado da Bahia no período de preparação dos materiais da exposição de Chicago, conclamava a ordem da república como o novo sistema que, naquele momento, derramava sangue no Rio Grande do Sul, porém possibilitaria uma multiplicação rápida interna e externa a partir da produção e da circulação da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais no território da Bahia:

Agora mesmo que, nos campos onde o sangue rio-grandense ensinou aos brasileiros, ha 27 annos, como se lavavam as affrontas e injurias feiras á Pátria, é elle derramado em lucta fraticida, ao choque dos odios e das ambições, póde a Republica descansar tranquila na lealdade e fidelidade dos baianos, podem os inimigos communs da nação ter a certeza de que se explodem na fronteira contra os brasileiros os velhos interesses das nações visinhas, não conseguirão perturbar o movimento refletido e cauteloso que neste Estado já consolidou a grandeza do novo regimen. Sois vós grandes obreiros chamados a continuar a empreza inaugurada. Está confiado ao Vosso patriotismo e zelo a educação das novas gerações, o largo e amplo povoamento do solo, a multiplicação rápida dos nossos laços de communicacão e progresso, a disseminação do trabalho, a expansão das energias, o prodigioso desenvolvimento da riqueza e da produção; ides criar uma patria nova, como jamais puderam sonhal-a os nossos paes e como nunca a bemdirão em demasia nossos filhos!⁴⁵⁰.

Em tom semelhante, Lauro Sodré, representante político do governo do Estado do Pará, buscou mostrar as diferenças pensadas por ele entre a origem da República e das

⁴⁴⁸ Mensagem do Presidente do Estado Tenente Coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenelle à Assembleia Legislativa do Ceará em sua 2ª sessão ordinária. Fortaleza, 1893, p. 5.

⁴⁴⁹ Mensagem do Presidente da Bahia (Estado) Joaquim Lear Ferreira à Assembleia Legislativa, Salvador, 7 de abril de 1892, p. 10.

⁴⁵⁰ Ibidem, p. 10.

autonomias das unidades federativas nos Estados Unidos e, assim, no Brasil, quando pensadas juntas as suas origens como Estados modernos.

Em defesa da república, aquela que possibilitava a soberania das unidades federativas dentro da soberania da União, relata o governador:

Ao inverso do que succedeu á Grande República norte-americana, entre nós tudo valia, os poderes centraes sob o regimen monarchico, nada valiam as antigas provincias, que a revolução estupenda de 15 de Novembro veio metamorphosear em Estados autonomos, de satrapias que eram no tempo de El-Rei. Alli as antigas colonias tinham proclamado e estabellecido a sua independencia, adoptando instituições apropriadas, quando o Congresso declarou a Independencia dos Estados Unidos; e em 1877 o artigo 2º da confederação estatuiu: “Cada Estado conserva a sua soberania, a sua liberdade e a sua independencia”. E em Washington disia em 1785: a confederação me parece não ser nada mais do que uma sombra sem substância. “O particularismo estava na carne e no sangue dos habitantes destas comunidades politicas, elle explodia desde que o menor interesse local entrava em conflito com o interesse geral”. Si a federação na América do Norte foi resultado de uma integração, não tendo a união senão um domínio outhorgado e limitado, enquanto os Estados possuíam uma soberania de origem, entre nós a evolução política produzio-se por um movimento de diferenciação, tendo os poderes centraes concedido aos Estados as suas cartas de alforria. A União constituiu-se ali por ordem de uma soberania dos Estados, entre nós, a constituição dos Estados foi um acto de soberania da União. Lá a consolidação do regimen demandou essa longa e arriscada campanha contra as pronunciadas tendencias seccionistas pois apezar da palavra celebre de Patrick Henri – nós somos todos americanos – é certo que todos “os patriotas cessavam de pensar e sentir como americano para tornar-se mais exclusivamente do que nunca New-Yorkeses, Carolinianos, Virginianos”. Aqui para que a federação seja uma realidade traduzida em factos e não fique uma mera phantazia, uma palavra vasia de significação, uma ornamentação da carta politica da Republica, é myster que lutemos contra a tendencia centralista, que nos ando impulsionando, contra essa força intensa, que nos atrahê para o unitarismo, e que geraria grandes males para a Patria, porque a Republica só é viavel com a federação e pela federação, e a integridade desse colosso sul-americano depende da autonomia dos Estados. Fallando dos Estados Unidos da A. do N dizia notavel escriptor: “as vantagens alcançadas pelo governo central sobre os seccionistas crearam uma tendencia para a centralização, da qual poderão advir felizes resultados, si bem a regredirem si bem a regrarem e medirem, mas que, si cair no exagero, fará que sejam perdidos todos os beneficios da União”⁴⁵¹.

Já o governador do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, contava que eram as exportações de café para as praças do centro do capitalismo dos Estados Unidos e da Europa que vinham permitindo a ele ter rendas positivas no Tesouro estadual, contando que a autonomia das unidades federativas com os recursos das exportações financeiras fosse um dos maiores benefícios proclamados pela república. Sobre os dados do Tesouro de São Paulo, relata:

---

⁴⁵¹ Mensagem do Presidente do Pará (Estado) Lauro Sodré à Assembleia Legislativa em 1º de julho de 1892, p. 9-10.

E' lisonjeira e inteiramente tranquillizadora a situação financeira do Estado, assignalando o exercício de 1892 e 1893 os mais consideraveis algarismos que tem sido produzido pela arrecadação das rendas publicas que lhe cabem (...) As regulares safras de café dos annos de 1891 e 1892, determinando uma continua e avultada exportação desse genero para as principais praças commerciaes dos Estados Unidos da America do Norte e da Europa, coincidindo com as altas dos preços resultante da depressão soffrida e em que se manteve a taxa do cambio internacional – explicam em grande parte esse extraordinario resultado, que, eloquentemente, attesta o aproveitamento progressivo das nossas forças e recursos naturaes e o desenvolvimento da fortuna pública e particular do Estado⁴⁵².

Mesmo com todas essas contradições internas e problemas financeiros nas demais unidades federativas, sobrevivente da bola de neve dos empréstimos no exterior, o presidente Floriano Peixoto desvendou alguns temas de ordem do país para aquele momento, além de atestar, em 1892, que as comissões nos estados para a exposição universal de Chicago já estavam trabalhando. De alguma forma, Floriano Peixoto antecipava, em 1892, os principais temas a serem tratados pelas comissões centrais nos livros, relatórios, catálogos e na amostra dos demais produtos na exposição universal de Chicago.

Devido ao excesso de riquezas naturais nos territórios das unidades federativas e à escassa força de trabalho apta a exploração, tornava-se necessário construir um texto que revelasse a potencialidade também das unidades federativas do Norte (climatologia, geomorfologia, mineralogia, produtos vegetais, fertilidade do solo, hidrografia, etc.), capazes de, além de atrair capital, se fazer participar na disputa da corrente de imigração europeia, como o caso de São Paulo. Assim, tornava-se necessário alarmar a necessidade das riquezas no território para também ampliar a rede ferroviária e abrir novos espaços com a produção, sendo a ferrovia capaz de acelerar as comunicações e transferências dos produtos. Enfim, o território tornava-se propagandeado para investidores, trabalhadores e frações internas das classes dominantes.

Apezar da deficiencia da verba votada para ocorrer ás despezas com a Exposição Colombiana de Chicago, o Governo tem providenciado de modo que o Brazil ahi seja representado dignamente. Deve estar já feito a aquisição da área destinada a secção brasileira, e breve seguirá um commissario especial incumbido de dirigir a construção do edificio e mais trabalhos indispensaveis. Comissões funcionam em diversos estados da República preparando elementos necessarios e tudo dispondo afim de que cada um delles concorra, exhibindo os seus respectivos productos. Por certo, attendendo aos interesses da nossa industria e á conveniencia de tornar conhecido no estrangeiro os productos do paiz e o seu estado de civilisação, decretareis os meios que forem precisos para a boa realização de tão elevado intuito. Para satisfazer os reclamos da lavoura (...) não só tem sido regularisado os serviços da immigração e colonização no sul da Republica, mas tem também o governo procurado com empenho desenvolver-os no Norte. Convencido de não estar para ahi

---

⁴⁵² Mensagem apresentada em 7 de Abril de 1893 pelo presidente de São Paulo (Estado) Bernardino de Campos, p. 24-25.

estabelecida a corrente immigratoria, apenas pela circunstancia da falsa apreciação que na Europa se faz desta parte do paiz, ficou resolvido e está já iniciado o estudo preliminar indispensavel a um trabalho efectivo de propaganda, pela qual fiquem perfeitamente conhecidas as condições climatericas, orographicas, hydrographicas, riqueza florestal, fertilidade do solo, vias de comunicação existentes, fretes, etc, em cada um dos Estados septentrionais, desde o de Alagoas até o Amazonas. Desde já, porém, estão os governos Estadoaes habilitados, com recursos que votastes, para iniciar a fundação de nucleos, povoando-os de nacionaes ou de estrangeiros que para elles se encaminhem. Confiando nas medidas postas em execução, espero que veremos dentro em poucos annos completamente modificados, pela abundancia de braços, as condições da nossa industria agricola, para cujo desenvolvimento correrão também de modo efficaz as linhas férreas (...) Do Ceará ao Rio Grande do Sul vão sendo activamente realizados não só os trabalhos de construcção mas os de exploração para o prolongamento das diversas linhas. Carece, portanto, ainda de mais amplo desenvolvimento a nossa rede de communicações⁴⁵³.

As revelações desses relatórios políticos servem ainda mais para manifestar como o início da república, aliado à preparação dos textos e das amostras para a exposição universal de Chicago, inter cruzou um conjunto de interesses locais e nacionais. Tornar-se-á explícita, no próximo capítulo, a “entrega” do território das unidades federativas pelas classes dominantes para os centros do imperialismo a partir da minuciosa produção intelectual sobre os seus territórios. A quantidade de capital excedente na forma de produtos, máquinas e moeda, sobretudo nos Estados Unidos, animava o “olhar para fora” das oligarquias locais em busca do capital que fosse necessário para desenvolver as forças produtivas, as relações sociais de produção e possibilitar o remanejamento da população excedente para as diversas unidades federativas. A criação dessas propagandas a fim de revelar as possibilidades lucrativas, na abertura de espaço novo para o capital, colocava essa produção intelectual como um grande arsenal de reserva para a expansão geográfica das potências imperialistas.

Esses personagens envolvidos na produção de textos e seleção de objetos do Brasil para a exposição universal de Chicago, em grande medida, sobretudo ao lembrarmos aqui Pedro Fassoni Arruda, fazem parte daquelas frações da classe dominante local que constituem a “expressão interna da dependência estrutural, na medida em que se associam ao capital estrangeiro, submetendo deliberadamente o país às ordens do imperialismo”⁴⁵⁴. Isto é, dentro das condições objetivas do mercado mundial, esses personagens se conformam como mediadores subsumidos às práticas imperialistas voltadas para o processo contínuo de centralização e concentração de capital nos centros da geopolítica do capitalismo, principalmente para os Estados Unidos, mesmo que, internamente, reproduzam as formas

⁴⁵³ Mensagem dirigida ao Congresso Nacional pelo marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 16-17.

⁴⁵⁴ ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 14.

sociais adequadas para o estabelecimento de uma luta de classes entre dominantes e dominados no interior do Brasil.

O que cabe deixar claro, como veremos no próximo capítulo, é que a elaboração dos livros, dos catálogos e dos demais textos foi feita com intenção de produzir uma propaganda das riquezas (da natureza e do trabalho) do território do Brasil; dialeticamente, erigia uma estratégia de atuação futura para aqueles que, com capital acumulado, tivessem o interesse de investir na compra dos produtos da natureza, da terra e nos domínios da superfície terrestre das particularidades no interior do Brasil. Apresentavam-se um Ceará, um São Paulo, uma Bahia e um Pará em forma de materialidade pela produção intelectual, estados prontos para receber os capitais excedentes de outros centros de acumulação e para participar fortemente da divisão internacional do trabalho, projetando as intensificações dos domínios sobre a natureza e expansões das relações capitalistas de produção e reprodução da vida social nesses territórios.

Atendendo aos pressupostos de um pensamento para as classes dominantes, no qual “o que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito”⁴⁵⁵, as publicações preparadas e enviadas pelas comissões centrais produziram discursos intelectuais com uso da linguagem matemática, primeiro, para fazer das riquezas naturais da unidade federativa estatal-territorial algo que a demonstração do seu controle se apresentasse como um conjunto de mensurações, classificações e detalhismos; segundo, essa mensuração tem a pretensão de buscar uma imagem semelhante “ao que é”, sendo a imitação mais perfeita da aparência dos territórios das unidades federativas, pela representação de sua geografia material, o exercício intelectual e “científico” mais completo para as exposições universais.

Em suma, a exposição de objetos, materiais e escritos, ou mesmo de pessoas e obras de arte no ato da exposição universal de Chicago usava do recurso matemático também como uma possibilidade de separação do produtor do material produzido, separava as relações sociais concretas de produção nos territórios, a sociabilidade da divisão entre o trabalho material e intelectual de cada local sobre o que era exibido, efetivava as leis de controle das terras e naturalizava a propriedade como objeto de controle por representantes de estados e proprietários. Sobre as amostras, fazia dos objetos algo vazio de substância humana ou, pela via contrária, fantasiava o próprio processo de produção como se estivesse apresentando o objeto da natureza como dádiva que estava ali esperando braços, máquinas e investidores para serem arrancados da terra. De fato, anulavam-se as forças que se exerciam para dominar o

---

⁴⁵⁵ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 20.

território e que estavam escondidas em todos os objetos e, assim, se apresentavam os territórios como produtos absolutos da razão, posse de poucas pessoas.

Brasil:
a “entrega” de um território para os negócios nos Estados Unidos

V

O Governo dos Estados Unidos do Brazil, inspirado pela longa sympathia, reciproca amisade e ligação continentaes, que tendem cada vez mais, si é possível, a confraternisar os povos das suas Americas, de bom grado aceitou o convite do Governo dos Estados Unidos da America do Norte, concorrendo com todas as forças de sua nascente vitalidade áquelle certamen do progresso e da civilização, fazendo-se ahi representar, com as principaes industrias e productos de seu solo, e em boa hora, exhibindo com geraes e publicas demonstrações de apreço, os seus recursos naturaes, o gráo de cultura em todos os ramos de conhecimentos humanos, e os progressos realisados pelos brasileiros, em tão curtos annos de sua novel nacionalidade. Tanto para honrar o convite da grande Republica Septrentional, quanto para bem desempenhar-se de seus deveres, teve o Governo Federal de entender-se com todos os Estados da União Brasileira, afim de se fazerem representar, como se fizeram, no concurso universal de civilização hodierna anunciado para Chicago.

Bibiano Cestallat, *Exposição Colombiano de Chicago*, 1894.

Realisou-se no dia 1º de maio do anno findo, como estava annunciada, a abertura da Exposição Universal Columbiana de Chicago, encerrando-se os respectivos trabalhos em 30 de Outubro ultimo. A exposição geral do Brazil foi um verdadeiro sucesso em todos os sentidos: prova o avultado numero de premios conquistados. Desse facto auspicioso resultará, estou convencido, o desenvolvimento das relações commerciaes entre as duas Republicas.

Florianio Peixoto em *Mensagem ao Congresso Nacional*, 1894.

Na América Latina é o normal: sempre entregam os recursos ao imperialismo em nome da falta de recursos.

Eduardo Galeano em *As Veias Abertas da América Latina*, 1976.

A ameaça de um enfraquecimento representativo na economia global avizinhava-se para as frações de classes dominantes na última década do século XIX. O constante endividamento junto ao capital financeiro e a incapacidade da produção agrícola em propiciar um substancial volume de acumulação interna de capital que possibilitasse o estancamento dos fluxos de rendimentos nacionais para a Inglaterra, principalmente, além das dificuldades de mobilizar a força de trabalho sob a forma assalariada e de desenvolver as forças produtivas, levaram as frações de classes dominantes a terem clareza da necessidade de um projeto de desenvolvimento capitalista que, por sua vez, só seria possível se atrelado ao processo de expansão geográfica da acumulação de capital norte-americano.

Tornava-se necessário o fortalecimento da restauração da moeda colonial, base econômica e social do modelo agroexportador no Brasil. Os personagens que agiram na formulação do vasto material intelectual elaborado, enviado e apresentado na exposição

universal de Chicago, onde boa parte do território nacional foi oferecido como oportunidade lucrativa de investimento, eram, na verdade, portadores e representantes dos interesses das frações de classes dominantes no Brasil que buscaram sanar as carências de disponibilidades de capital no país, a fim de permitir a sua reinserção, mesmo que de forma periférica, na geopolítica do capitalismo. A esses produtos intelectuais, representantes dos interesses das frações de classes dominantes sobre suas unidades federativas, nos voltamos como ideias em favor do desenvolvimento do capitalismo periférico no Brasil, isto é, como agentes intermediadores do processo contínuo da acumulação expandida de capital pelo domínio do Estado, de empresas locais ou de casas estrangeiras que disputavam a exploração da natureza, os negócios com os produtos da agricultura e o controle da força de trabalho nos fragmentos do território do Brasil em que atuavam.

Neste capítulo, temos o objetivo de analisar como os temas relacionados aos produtos da natureza (vegetais e minerais), aos produtos da agricultura e as infraestruturas de transporte foram expostos nos livros, catálogos e relatórios escritos para a exposição universal de Chicago. Por fim, no ensejo de tentarmos apreender o que desses materiais foi recepcionado e ganhou destaque em Chicago, adentramos no espetáculo ao encarar o universo do fetiche da mercadoria, do *sex appel do inorgânico*, da animação das coisas mortas e da reificação das relações sobre a vida que adormeciam nas coisas mortas. É, antes de tudo, um confronto para não sermos seduzidos pela aparência dos objetos, pelo acúmulo de *reliquias inanimadas* sob o discurso da civilização. No interior do espetáculo, a multidão apreende pouco o domínio dos centros imperialistas sobre as periferias a partir da exaltação do progresso, e pouco consegue absorver alguns interesses periféricos que estavam ocultos na produção intelectual e nas amostras dos produtos na medida que a periferia, representada pelos interesses das frações de classe dominante, aderiam à mesma retórica de inserção no projeto “civilizatório” dos centros da geopolítica do capitalismo.

5.1 As exportações que afirmavam uma periferia

Frente ao contexto de aproximações geopolíticas entre os representantes do Brasil com os Estados Unidos da América (país que buscava também produtos vegetais, minerais, alimentos e matérias-primas na periferia do capitalismo), a natureza transforma-se num atrativo do território brasileiro; mesmo delimitada politicamente, ela demarcava um *contexto biofísico* para a acumulação de capital, uma ordem das “coisas”, da qual se poderia retirar o máximo de proveito de matérias-primas e da extração da riqueza do território. Cabe assinalar

que, além do reconhecimento da bandeira da república, o interesse dos Estados Unidos em se aproximar da América Latina – e, assim, do Brasil – estava claro na década de 1890, que, como vimos, foi marcada pelo acordo comercial de 1891. Essa aproximação indicava como a acumulação de capital concentrada no interior dos Estados Unidos também evidenciava uma acumulação de poder de um novo centro da geopolítica do capitalismo sobre uma extensa periferia ao sul do continente, sendo a tentativa de um acordo comercial a forma mais atrativa dessa relação entre uma potência industrial e um conjunto de Estados qualificados na produção e exportação de produtos primários.

A tentativa do primeiro acordo comercial tem origem no ano de 1890, quando foi organizada a Conferência Internacional Americana, que reuniu os Estados independentes da América em Washington, sendo o Brasil representado por José Gurgel do Amaral Valente e Salvador de Mendonça, este já atuando como cônsul em Nova York. Entre os assuntos principais, constavam em destaque: a) a proposta da *união monetária*, projetada a partir da criação de uma moeda de prata comum, emitida por cada governo, com curso legal em todas as transações comerciais entre os cidadãos de todos os Estados no Norte e Sul da América; b) a *união aduaneira*, levantando-se a proposta da formação de um comércio comum entre os Estados da América; c) o *direito ao porto*, propondo-se um pagamento comum para as atracagens dos navios a partir da “tonelagem bruta”, entendida como a capacidade total de toneladas, buscando favorecer a navegação continental; d) a adoção do *sistema métrico decimal* nas alfândegas dos Estados que ainda não haviam aderido a essa proposta de pesos e medidas; e) a criação de um *Banco Internacional Americano*, antecipando a isso as concessões favoráveis ao desenvolvimento de operações bancárias interamericanas nos bancos nacionais existentes; f) a construção de uma *estrada de ferro intercontinental* que conseguisse ligar todos os Estados independentes da América a fim de estabelecer o controle político e o desenvolvimento econômico nos territórios nacionais; e g) a criação de um *Escritório Internacional Americano* para a compilação, coordenação e publicação em inglês, espanhol e português de dados, estatísticas e de informações intelectuais referentes à produção, ao comércio, às leis e aos regulamentos aduaneiros dos respectivos países da América. Ao final, a intenção era construir uma *União Internacional das Repúblicas Americanas*, com sede em Washington e sob a vigilância do secretário de Estado dos Estados Unidos. Nesse escritório estariam compiladas e organizadas todas as publicações da América Latina sobre a produção e o comércio de cada Estado, as tarifas e leis vigentes nos diversos países com o estrato da entrada e saída de produtos e navios, dados sobre o comércio exterior e os produtos nacionais de cada território, estando esse material estocado como parte do

mercado de ideias necessário para as trocas externas e, sobretudo, para esse novo centro de excedentes de mercadorias e capital financeiro que eram os Estados Unidos⁴⁵⁶.

As aproximações geopolíticas com os Estados Unidos da América, a partir do reconhecimento da república e do acordo comercial de 1891, fizeram dos textos do Brasil para a exposição universal de Chicago parte desse processo histórico de concessões e favorecimento aos produtos industrializados dos Estados Unidos e à abertura de novos caminhos de produtos primários do Brasil, como a exportação de borracha, café e açúcar. Esse acordo era um teste sobre as trocas econômicas entre os dois países, pois, como assinala Huberman, os fabricantes dos Estados Unidos buscavam borracha, estanho, níquel, nitrato, manganês, tungstênio, cacau, sementes tropicais para óleos, couros e demais produtos que não tinham em seu território. Além dessa troca entre produtos primários e abertura para as mercadorias industrializadas dos Estados Unidos, sabiam ainda os representantes do Brasil que “não só os capitalistas americanos tinham excessos de produção do qual tinham que se desfazer, mas também excesso de capital”, concluindo que “quando um país é novo, quando suas terras, minas e ferrovias estão começando a ser exploradas, os capitalistas de outras nações, procurando lucros maiores que os oferecidos em suas terras, investem dinheiro no progresso do país novo”⁴⁵⁷. A América Latinha era agora vista com a mesma função para os Estados Unidos que estes tiveram para a Inglaterra, ao se deparar com os excedentes de produtos e capital que buscavam ser absorvidos em outros territórios.

No caso específico da exportação de açúcar, por exemplo, a partir do relatório *Commerce of the United States with American Countries* e dos dados da Bolsa de Açúcar de Nova York, Salvador de Mendonça, representante político do Brasil em Washington, enumerava o crescimento das exportações desse produto primário após o acordo aduaneiro entre Brasil e Estados Unidos:

No ano de 1890 a importação de assucar do Brasil nos Estados Unidos foi de 73.800,979 libras no valor de 1.659,251 dollars, ao passo que nos nove meses de 1º de Abril a 31 de dezembro de 1891, a importação foi de 181.275,147 libras no valor de 5.024,701 dollars, mostrando a comparação destes algarismos, nos primeiros nove meses de vigencia do accordo aduaneiro, o aumento de 107.474,177 libras, no valor de 3.365,450 dollars⁴⁵⁸.

⁴⁵⁶ Sobre o detalhe desses debates, cf. o “Relatório apresentado ao Generalissimo Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil por Quintino Bocayuva, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 5-17.

⁴⁵⁷ HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza dos Estados Unidos (nós, o povo)**. 4ª ed. Tradução de Mary Fonseca. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 227.

⁴⁵⁸ Dados citados no “Relatório apresentando ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil por Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Ministro de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, junho de 1893, p. 15.

Desde o 1º de Abril de 1891 até 31 de Dezembro de 1892, o total do assucar importado do Brazil foi de 306,355,460 no valor de 8,061,353 dollars, ao passo que a importação de assucar do Brazil nos vinte e um mezes precedentes ao accordo, isto é, de 1º de julho de 1889 a 31 de março de 1891, foi apenas de 177,502,329 libras, no valor de 3.940,170 dollars, mostrando o periodo de vigencia do accordo, uma augmento de 128,853,131 libras no valor de 4,121,183 dollars⁴⁵⁹.

O mercado americano era visto como a saída mais promissora, para não dizer a única saída, que poderia salvar os representantes de Estado e dos produtos primários no Brasil da queda das exportações, sobretudo do açúcar, acentuadas pelo afastamento do mercado consumidor da Inglaterra, além de vislumbrar nessa aproximação geopolítica com os Estados Unidos a abertura de mercados novos para o fumo, o cacau e outros produtos vegetais. Aproveitavam com a possibilidade da elaboração de textos para apresentar os minerais e as jazidas que eram virgens ou insuficientemente exploradas, bem como, as terras férteis que poderiam ser transformadas para expandir a quantidade dos produtos agrícolas e as ferrovias que poderiam interligar minas, pontos de extrações vegetais e latifúndios, expondo também os investimentos em infraestrutura como uma proposta para avançar as importações americanas no Brasil, sobretudo do capital financeiro excedente. Esse rastro da eminência da subordinação aos Estados Unidos como centro possível para estabilizar a balança comercial ou para exportar seu excesso de capital em investimentos lucrativos parece ser o carimbo do processo histórico da produção intelectual enviada pelo Brasil para a exposição universal de Chicago.

Os Estados Unidos, como principal alternativa para a ampliação das exportações dos produtos primários do Brasil, já se realizavam de forma clara e contundente nessa transição do século XIX para o século XX. No texto de Salvador de Mendonça sobre a montagem de alguns dos resultados do acordo com os Estados Unidos a partir de 1891, já estava expresso o entendimento dos representantes políticos sobre as trocas comerciais com os norte-americanos como um intercâmbio que favorecia as exportações dos produtos primários do Brasil. Esse embate entre os Estados Unidos como um território para a saída dos produtos primários e, contraditoriamente, do Brasil como um país que pouco absorvia os produtos industrializados dos Estados Unidos, já que as relações com as importações dos produtos industrializados ingleses ainda eram dominantes, passava a ser o debate entre representantes dos dois países:

Abre-se para productos nossos e principalmente para nosso assucar o melhor mercado do mundo, e ao augmento da riqueza de Estado hoje pobres [Norte do

---

⁴⁵⁹ Dados citados no “Relatório apresentando ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil por Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Ministro de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, junho de 1893, p. 16.

Brasil] corresponderá o augmento da sua exportação, que pagará direitos muito mais avultados do que a somma que deixamos de receber. Duas outras vantagens temos ainda neste acordo: 1ª Nação de 16 milhões de habitantes vamos abastecer uma nação de 63 milhões, ao passo que ella só encontrará entre nós mercado muito menor para seus productos; 2ª Todos os productos que exportamos para os Estados Unidos da América são artigos de monopolio ou quasi monopolio, como a borracha, o café e o assucar; ao passo que os artigos que importamos dos Estados Unidos são todos artigos de concurrencia, productos manufacturados, com excepção do kerozene⁴⁶⁰.

No texto de Salvador de Mendonça, ministro brasileiro em Washington, estava a interpretação dos americanos que chegava até a ele, bem como as comprovações estatísticas da balança comercial de que esse acordo só beneficiava as exportações brasileiras:

Ao contrario do que aqui [nos Estados Unidos] e no Brazil se esperava geralmente, o nosso convenio aduaneiro só ao Brazil tem beneficiado; as estatisticas Americanas já demonstrão que, ao passo que a exportação dos Estados Unidos para o Brazil nos 14 mezes de 1º de Abril de 91 a 31 de Maio de 92, comparada com a dos 14 mezes precedentes, apenas subiu de \$16.080,134 a \$16.991,622, a exportação do Brazil para os Estados Unidos, nos mesmos periodos comparados, subiu de \$94.913,078 a \$135.210,221, sendo o crescimento para os Norte Americanos nos 14 primeiros mezes do convenio apenas de \$911,488, enquanto que para o Brazil foi de \$40.297,143⁴⁶¹.

De uma forma geral, acrescenta o presidente Benjamin Harrison que as exportações dos Estados Unidos para a Europa e a América Latina apresentavam crescimento entre 20% e 25%, isso sendo considerado pouco frente às importações que os países associados aos acordos com os Estados Unidos vinham tendo, sobretudo, com os produtos primários da América Latina, salvando grandes partes do mercado exterior desses países.

A exportação para a Allemanha e Austria-Hungria cresceu em valor de \$47.673,756 a \$57.993,064 sendo o augmento de \$10.319,308 ou 21.63 por cento. Com os paizes Americanos o valor da nossa exportação cresceu de \$44.160,285 a \$54.613,598, sendo o crescimento de \$10.453,313 ou 23.67 por cento. O augmento total do valor da exportação para todos os paizes que teem connosco ajustes de reciprocidade foi de \$20.772,621. Tem havido grande augmento no valor da importação desses paizes desde que entrarão em vigor os ajustes commerciaes, chegando a 74.294,525, mas inteiramente de paizes Americanos, consistindo pela maior parte de em assucar, café, borracha⁴⁶².

⁴⁶⁰ “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil por Justo Leite Chermont, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, julho 1891, anexo número 01, p. 32.

⁴⁶¹ Texto de Salvador de Mendonça exposto no “Relatório apresentando ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil por Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Ministro de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, junho de 1893, p. 5.

⁴⁶² Texto do Presidente dos Estados Unidos Benjamin Harrison citado no “Relatório apresentando ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil por Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Ministro de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, junho de 1893, p. 6-7.

No entanto, a pouca absorção dos produtos dos Estados Unidos pelo Brasil, como a farinha de trigo, incomodava outras mínimas relações comerciais com a Europa. Além do afastamento da Inglaterra, o acordo aduaneiro com os Estados Unidos afastava também a importação de trigo e farinha de trigo da Áustria-Hungria pelo Brasil, sofrendo o governo brasileiro pressão política por esse país na medida em que tomara a atitude de isentar as taxas a favor do trigo e da farinha de trigo apenas dos norte-americanos a partir de 1891. A ruína das relações entre os comércios do Brasil e da Áustria-Hungria, como foi apontado no relatório do ministro das Relações Exteriores Felisbello Firmo de Oliveira Freire, também estava em risco, já que o governo da Áustria-Hungria exigia a mesma igualdade das taxas dos Estados Unidos – caso contrário, anunciava cessar qualquer troca com o Brasil, já que, na concorrência com os Estados Unidos, pouco mercado sobraria ou seria lucrativo⁴⁶³.

Por outro lado, a continuidade da crítica ao governo brasileiro em 1895 por Greshan, secretário de Estado norte-americano, assinalou a permanências das queixas da não importação de maior volume dos produtos americanos pelo Brasil, isso quando relacionados com as exportações brasileiras para os Estados Unidos.

E' desnecessário dizer que este governo deseja cultivar com o Brasil as mais liberaes e extensas relações commerciaes. A sua disposição a este respeito é sufficientemente attestada pela sua presente tarifa, na qual a grande massa dos artigos exportados pelo Brazil para os Estados-Unidos está na lista livre. Ao passo que a nossa importação do Brazil, de 1890 a 1893, teve um augmento de quase dezessete milhões de dollars em valor, a nossa exportação para o Brazil em 1893 mostra um augmento de menos de meio milhão sobre a de 1890. Estes factos não são mencionados com espirito de queixa, mas na esperança que nossas relações commerciaes com o Brazil, não podendo de modo algum ser abaladas pela terminação do ajuste de reciprocidade, tenha no futuro constante e mutua expansão⁴⁶⁴.

De fato, como se observa nos dados acima, havia um forte desequilíbrio da balança comercial entre Brasil e Estados Unidos, com uma enorme vantagem ou favorecimento para as exportações do Brasil frente à importação dos produtos americanos. É justamente nesse elemento – que se mostrava, inicialmente, contraditório com a afirmação do Brasil enquanto periferia – que reside a consolidação da eminência da subordinação do Brasil aos Estados Unidos. A subordinação passava justamente pelo favorecimento comercial do Brasil aos Estados Unidos, não tendo de forma nenhuma a superação do caráter de periferia do

⁴⁶³ Sobre as reclamações do governo da Áustria-Hungria, cf. o “Relatório apresentando ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil por Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Ministro de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, junho de 1893, p. 20.

⁴⁶⁴ Texto do Secretário de Estado dos Estados Unidos Granshan anexado no “Relatório apresentando ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil por Carlos Augusto de Carvalho, Ministro de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, maio de 1895, p. 23.

capitalismo por ser o maior exportador dessa relação bilateral – pelo contrário, é exatamente com essas exportações que se realizou sua reafirmação como exportador de produtos primários para os centros industriais e financeiros. O importante não estava somente no volume de comércio, mas no tipo de produto que era posto no mercado mundial. O Brasil se especializou nos produtos mais baratos das trocas comerciais, as matérias-primas e alimentos, sendo seus dados das exportações uma afirmação da sua condição como território que continuava a reboque dos centros da acumulação de capital, que se enriqueciam com a produção de máquinas, ferro e aço, a produtividade da maquinaria, a concentração de capital, a venda dos produtos industrializados e a especulação com o capital financeiro dos grandes bancos.

Foi nesse contexto da afirmação do Brasil como uma periferia do capitalismo exportadora de produtos primários que a produção intelectual e as amostras dos produtos comerciais para a exposição universal de Chicago foram elaboradas e sistematizadas. Dentre as pautas da Conferência Internacional Americana (a rigor, apenas o acordo comercial de 1891 entre Estado Unidos e Brasil estava em fase de concretização), não podemos esquecer que os materiais escritos também abrigavam parte da proposta da *união aduaneira*, ou mesmo de possíveis novos acordos comerciais com os representantes do comércio e dos produtos no Brasil. É possível verificar como essa pauta do Congresso Americano foi sendo atendida, no caso do Brasil, de forma fragmentada, sobretudo no que se refere à atenção dada à produção intelectual que permitisse realizar uma leitura minuciosa sobre partes do território desse país a partir de livros, relatórios, artigos, estatísticas e informações oficiais sobre a produção e o comércio.

A necessidade posta pelo governo dos Estados Unidos para formar o Escritório Nacional Americano foi tão gritante que esse mesmo governo propôs pagar as despesas de todos os funcionários (diretor, secretário, guarda-livros, escrivão, escrevente, tradutor do espanhol para o inglês, tradutor do português para o inglês, correio e porteiro) no primeiro ano de funcionamento. Além disso, comprometeu-se a pagar o aluguel do prédio para reunir essas publicações, pagar a energia elétrica, o fogo e a limpeza, os gastos com papel e impressões para a publicação de um boletim anual, além das despesas diversas, dando tudo a soma de US\$ 36 mil anuais. De certa forma, esse oferecimento de financiamento do governo dos Estados Unidos exigia formas de organização e elaboração de documentos que possibilitassem rastrear a produção e o comércio de cada Estado. “O governo do Brasil

concordou no estabelecimento do mencionado escritório, comprometeu-se a pagar a quantia de \$5.250 dólares [a partir de 1892] e obrigou-se a fornecer documentos”⁴⁶⁵.

Dessa forma, entendemos a elaboração e publicação dos livros enviados para a exposição universal de Chicago como parte do atendimento das frações de classes dominantes e representantes do Brasil aos interesses dos Estados Unidos da América em compilar e coordenar as publicações que tratassem dos recursos naturais, da produção agrícola, das trocas comerciais e das infraestruturas físicas, como os portos e as ferrovias, desenvolvidas nos territórios, sendo esse atendimento um pressuposto para a expansão de futuros acordos econômicos e políticos, propaganda das possibilidades de extensão da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos.

A necessidade de abrir novos mercados, a fim de equilibrar a balança comercial brasileira e aumentar os rendimentos dos Estados, obviamente também era interesse das frações de classes dominantes e dos representantes políticos no interior do Brasil, ambos possuidores de extensas propriedades fundiárias e sustentados pelos rendimentos dos latifúndios, ou mesmo pela especulação que poderia ser executada com a propriedade desses meios de produção e a implantação de ferrovias. Assim, não haveria momento melhor para a elaboração por escrito do projeto de desenvolvimento do capitalismo periférico do Brasil para esse novo centro imperialista – que organizava, naquela ocasião, esse núcleo da produção intelectual sobre a América Latina, usando do contexto de homenagem ao quarto centenário de descoberta da América, que ganhara os anos de 1892 e 1893 nos centros do capitalismo como o pano de fundo da organização dos materiais intelectuais pelos Estados Unidos:

Resolve-se que se funde na cidade de Washington, para commemorar a reunião da Conferencia Internacional Americana, uma biblioteca Latino-Americana, em local especial que se pedirá ao Governo dos Estados Unidos, formados por contribuições de todos os governos representantes nesta Conferência, em que se recolhão todas as obras históricas, geographicas, litterarias, mappas e documentos officiaes de toda especie. Esta bibliotheca deverá ser inaugurada solenemente no dia em que for celebrado nos Estados Unidos o quarto centenario de descoberta da América⁴⁶⁶.

Para um país que tinha seu destaque no mercado mundial na exportação de produtos vegetais e minerais, alimentos e matérias-primas, a apresentação detalhada das qualidades naturais das unidades federativas foi uma preocupação em comum entre os diferentes agentes do desenvolvimento do capitalismo periférico no Brasil que escreveram livros e selecionaram

⁴⁶⁵ Sobre esses debates, cf. o “Relatório apresentado ao Generalissimo Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil por Quintino Bocayuva, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 22.

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 27.

amostras dos produtos da natureza e da agricultura para a exposição universal de Chicago. Diferentemente das matérias-primas e dos alimentos produzidos pelo trabalho humano, que veremos na terceira seção deste capítulo, a descrição da *natureza natural* sobre as especificidades dos territórios do Ceará, do Pará, da Bahia e de São Paulo abrigava uma leitura sobre os *materiais naturais* ou as *sustâncias naturais* que um país estava assentado, seus limites políticos e as qualidades dos recursos, para que assim se falasse, mais à frente, dos resultados dos domínios já atingidos num dado território e aqueles que eram de interesse atingir pelos representantes das unidades federativas a partir da expansão das forças produtivas destinadas às novas explorações da natureza⁴⁶⁷.

Nessa perspectiva, acreditamos que se torna necessário antecipar uma primeira formulação analítica, que nos serve como um resultado comum da leitura sobre a *natureza* pelos autores dos livros do Ceará, do Pará, da Bahia e de São Paulo. Essa afirmação geral diz respeito à *concepção de natureza* e dos *produtos da natureza* nos escritos que foram enviados para a exposição universal de Chicago, pois veremos, logo à frente, que não se tratava de uma exposição das formas de apropriação da natureza vinculada aos territórios tribais ou às comunidades pré-capitalistas, pensadas, por exemplo, a partir de Marx⁴⁶⁸. Nessas comunidades, a natureza é vista como um *valor de uso* – condição objetiva não produzida diretamente pelo trabalho humano, mas que serve para a descoberta do próprio indivíduo que, ao se relacionar com esse corpo inorgânico, apropria-se da natureza como laboratório das suas

---

⁴⁶⁷ Sobre a questão da “natureza dada” ou dos “materiais naturais” nos quais se assenta a particularidade de cada unidade federativa e aparece os fenômenos sociais como uma substancial material dada para a sua existência, torna-se importante a definição proposta por Claude Raffestin: “A matéria (ou substância), encontra-se na superfície da terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um ‘dado’, pois preexiste a toda ação humana (...) A matéria é um dado puro, na exata medida em que resulta de forças que agiram ao longo da história da terra sem nenhuma participação ou intervenção do homem. A matéria, não é, de início, a consequência de uma prática, mas é oferecida à prática e, desde então, se torna um vasto campo de possibilidades. ‘Possibilidades’ dentre as quais apenas algumas se realizarão, por meio de um objetivo intencional (conhecimento e prática), que desempenhará o papel do filtro seletor (...) Toda matéria é caracterizada por propriedades cuja valorização dependerá da relação que os homens mantiverem com ela” (p. 223). “A relação com a matéria é política, no sentido de que é um produto coletivo. A relação interessa ao acesso de um grupo à matéria. Esse acesso modifica tudo de uma só vez, tanto o meio como o próprio grupo. Toda relação com a matéria é uma relação de poder que se inscreve no campo político por intermédio do modo de produção” (p. 225). RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

⁴⁶⁸ Tratando de tribos nômades (no caso, tribos de índios americanos caçadores) e de tribos de “povos estabelecidos”, fixados, Marx desenvolve um conceito de território importante para pensarmos as relações entre sociedade e natureza nas comunidades pré-capitalistas. Diz o autor: “A tribo considera uma certa região seu território de caça e o mantém pela força contra outras tribos, ou trata de expulsar as demais do território que reclama” (p. 84). Em outra passagem, sobre as tribos fixas, acrescenta, numa relação íntima entre território e propriedade: “a propriedade significa nada mais do que a atitude ao encarar as suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como pré-requisito de sua própria existência; sua atitude em relação a elas como pré-requisitos naturais de si mesmo, que constituíram, assim, prolongamentos de seu próprio corpo” (p. 85). Cf. MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 7ª ed. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

condições naturais de trabalho vivo, suporte da vida, sendo a natureza uma extensão do seu próprio corpo.

Essa relação do indivíduo com a natureza nas comunidades pré-capitalistas, com as condições objetivas de sua existência, também cria um outro conceito de propriedade. Lembra Marx que a propriedade da terra – confundida, em certa medida, com o conceito de território traçado por ele – “inclui a propriedade das matérias-primas e do instrumento original do trabalho, o solo, e, também, a de seus frutos espontâneos”⁴⁶⁹ pela grande massa humana da sociedade. Assim, mesmo em extensos conflitos pela manutenção dos territórios entre tribos, a não separação entre a condição primária da produção e o corpo inorgânico dado pela natureza faz dos próprios produtos do trabalho humano uma expressão da vida em metabolismo direto com os meios de produção naturais de uso coletivo e da concepção da natureza como um suporte inseparável para a continuidade da vida.

Nesse sentido, mesmo que houvesse, no interior das unidades federativas do Ceará, do Pará, da Bahia e de São Paulo, tribos indígenas, quilombos, camponeses, pescadores, pontos geográficos de resistência à transformação da natureza como objeto de mercado e comunidades totalmente isoladas do roteiro de expansão das forças produtivas, não foi sobre essas formas de sociabilidade que os livros se detiveram. A produção intelectual enviada pelas frações de classes dominantes e representantes de Estado para os Estados Unidos tratava de apresentar minuciosamente os recursos naturais e as potências agrícolas que possibilitasse a abertura de novas relações com esse centro da geopolítica do capitalismo, concretizando a continuidade de um projeto de desenvolvimento capitalista periférico no Brasil.

Os livros *expressavam o espaço político de um Estado*. Em outras palavras, a matéria natural foi transformada num trunfo geopolítico do Estado, dissociando seu acesso de comunidades pré-capitalistas da grande massa de trabalhadores e passando a definir uma dominação sobre os negócios referentes a esses recursos. Como afirma Raffestin, essa medida de falar a partir do Estado indica que “a produção dos recursos supõe, pois, uma dominação mínima de uma porção do quadro espaço-temporal” da matéria natural⁴⁷⁰. Expressava-se, assim, um conhecimento sobre o território em que a grande massa da sociedade estava sendo separada da propriedade da natureza (dos instrumentos de trabalho e das condições objetivas dos meios de subsistência) pela instalação da propriedade privada sobre a terra, do controle do

---

⁴⁶⁹ MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 7ª ed. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, p. 93-94.

⁴⁷⁰ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 227.

território por parte da forma política estatal e das diversas utilidades dadas aos produtos da natureza, sendo o conjunto desses recursos naturais a base do território de cada unidade federativa e dos representantes do Estado, ligados às frações de classes dominantes e aos manipuladores da natureza e do território como um objeto de mercado destinado para a produção de riqueza⁴⁷¹.

Sob o capitalismo, como assinala Marx, a natureza torna-se um mero objeto, é transformada nos cantos mais remotos pelo desenvolvimento das forças produtivas e, assim, dominada como um meio de produção do capital, sendo as trocas intelectuais internacionais também um trunfo sobre as formas de sacrificá-la como um obstáculo para a acumulação de capital:

A natureza torna-se pela primeira vez simplesmente um objeto para a espécie humana, meramente um material de utilidades; ela deixa de ser reconhecida como um potencial por direito próprio; e o conhecimento teórico sobre suas leis independentes aparece somente como um estratagema destinado a restringi-la as exigências humanas, quer como objeto de consumo quer como meios de produção. Seguindo esta tendência, o capital foi além dos limites e preconceitos nacionais, além da edificação da natureza e da satisfação hereditária auto-suficiente de necessidades existentes e restritas a limites bem definidos e além da reprodução dos modos de vidas tradicionais. O capital destrói tudo isto e é permanentemente revolucionário, pondo abaixo os obstáculos que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, a diversidade da produção e a exploração e troca de forças naturais e intelectuais⁴⁷².

Como afirmou Enrique Leff, na sociedade produtora de mercadorias, a produção de excedentes a partir da exploração do trabalho se realiza concomitantemente ao controle e à destruição da natureza. São inerentes a esse projeto a destruição de práticas agrícolas tradicionais e o controle dos recursos naturais de interesses para a sociedade de mercado, mesmo que esses sejam usados por comunidades sob relações sociais pré-capitalistas. Essa

---

⁴⁷¹ Essa forma clássica de pensar a relação entre o território como a propriedade de um Estado, como espaço de sua jurisdição, é a própria expressão do exercício de um poder político “superior” na modernidade, que busca efetivar controle e ordenamento para a expansão dos usos vinculados à sociedade de mercado nas áreas já dominadas, bem como pelo controle dos “enclaves” de territórios de resistência, como vimos no capítulo passado, com as questões que envolviam outras formas de se relacionar com a natureza e, assim, de pensar a política e a economia no território – como o exemplo de Canudos, na Bahia. Por fim, essa forma de pensar a natureza como propriedade de um Estado, vincula-se a uma questão maior, sobretudo da força militar que se exerce no interior dos territórios para manter o controle da vida social, sendo todas as abstrações que buscam “limpar” os territórios das apropriações não capitalistas, como veremos nos próprios livros enviados pelas unidades federativas para a exposição universal de Chicago, parte de uma força bruta exercida no plano do conhecimento pelo projeto de expansão geográfica da sociedade de mercado. Sobre a forma de pensar a relação entre Estado e território nas sociedades modernas, cf. MORAES, A. C. Robert. **Território e história no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. Indica-se principalmente o capítulo III, “Estado e território numa perspectiva histórica”.

⁴⁷² Citado por HARVEY, D. “População, recursos e ideologia da ciência”. **Seleção de Textos 7**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1981, p. 17.

expropriação, além de formar parte do excedente de força de trabalho, serve para garantir a exploração dos recursos naturais, indica que a espoliação da natureza para um plano destrutivo estava sendo feito a partir do desenvolvimento predatório da expansão geográfica das forças produtivas nos territórios⁴⁷³.

A racionalidade desenvolvimentista em destaque nos territórios periféricos do capitalismo, como o Brasil, saqueados ou que concedem o envio dos seus produtos da natureza, alimentos e matérias-primas para as trocas desiguais sob o domínio dos centros do capital industrial e financeiro, implicava também nos custos ecológicos e na sepultura de outras relações com a natureza, ao demarcar as melhores terras para a agricultura, a exploração das melhores madeiras para os fornos, a privatização dos melhores cursos de águas para a produção de energia, os usos intensivos dos recursos naturais de todas as espécies para o mercado. Assim, essa forma de demarcar os territórios é uma forma racional para apresentar, para os centros da reprodução ampliada do capital, as novas fontes que lhes permitiriam expandir continuamente a produção, pondo a natureza das unidades federativas estatais à disposição do banquete destrutivo do mercado mundial⁴⁷⁴.

A compreensão da natureza nos livros enviados para a exposição universal de Chicago, chamada em grande medida, nessas obras, como a *parte/descrição física*, vai assumir diferentes tratos no que se refere ao uso político e econômico para cada unidade federativa, mesmo que persistam, em todas as obras, a “limpeza” ou a imagem de “controle” de outras apropriações do território por comunidades não envolvidas com a sociedade de mercado. De forma bastante rara, quando se fala em “pescadores”, trata-se de um ser ou comunidade que habita espaços distantes, como ilhas; quando se trata de índios, adjetivam-se as tribos como “já civilizadas” ou “não-violentas”. É anunciado o assassinato de uma *mucamba* por cansaço, devido ao longo caminho percorrido pela comitiva de um coronel paulista, que migrava para a mineração na Bahia, como um ato heroico, isso por matar a *mucamba* para não deixá-la servir a outro proprietário. Nada também se questiona quando se pagava US\$ 30 anuais a um trabalhador assalariado nas fazendas de café. Assim, quando se tratava da natureza do território de cada unidade federativa, praticamente abstraíam-se as apropriações feitas da natureza e do território por outras tribos e abria-se as possibilidades de

---

⁴⁷³ LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Jorge Silva. Petrópolis: Rio de Janeiro: 2009. Cf. principalmente o capítulo 1, “Subdesenvolvimento e degradação ambiental”.

⁴⁷⁴ Ibidem.

exploração dos produtos da natureza, da vegetação, dos minerais e da fertilidade do solo vinculados à expansão geográfica da sociedade de mercado.

Com essa forma de sistematização dos territórios os agentes preparavam as bases de exposição da natureza para a exploração, na medida em que, de um lado, evidenciavam um conjunto de produtos da natureza fixados nos territórios, mas que a partir de amostras minerais ou vegetais fariam com que eles viajassem até Chicago para serem avaliados pelo crivo dos visitantes da exposição universal; por outro lado, os livros deixavam claro que muitas das matérias-primas que já estavam circulando no mercado mundial ainda poderiam ser exploradas intensivamente na periferia do capitalismo, e havia um conjunto de *valores de uso* ainda não explorados, produtos da natureza que serviam nos territórios para consumo imediato ou que circulavam no mercado interno, expostos como “presentes” das condições naturais do solo e das vegetações, que potencializavam as promessas de “futuros” das unidades federativas.

Os limites de cada território das unidades federativas e suas qualidades naturais eram, ao mesmo tempo, parte da produção de um conhecimento necessário para a “exploração e trocas de forças naturais e intelectuais”, como assinalou Marx na passagem supracitada. Na verdade, como expressa ainda Harvey, esse tipo de conhecimento referia-se a uma expressão da “lei capitalista da acumulação sempre empurrando a sociedade para os limites de suas relações potenciais e para os limites de sua base de recursos naturais”⁴⁷⁵. Assim, Harvey interpreta como, sob a lógica da acumulação expandida do capital, a limitação dos recursos em alguns territórios poderia ser suprida por esses novos limites dos recursos naturais dados a conhecer por esse tipo de conhecimento internacional feito para circular como potencial de exploração e trocas no mercado mundial.

Mesmo como um Estado politicamente independente e com classes dominantes já consolidadas, a forma de apresentar o território do Brasil nos Estados Unidos, a partir dos materiais escritos e das amostras dos produtos, era condizente com as necessidades dos centros da acumulação de capital de renovar constantemente a produção de mercadorias nas fábricas, bem como de atrair investimentos de capitais financeiros excedentes desses centros para ser convertidos em infraestruturas de transporte, empréstimos públicos e especulação com os produtos agrícolas. Em tempos de acordo comercial com os Estados Unidos da América, desde 1891 esquadrinhou-se um território sobre suas riquezas vegetais, minerais e

---

⁴⁷⁵ HARVEY, D. “População, recursos e ideologia da ciência”. **Seleção de Textos 7**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1981, p. 17.

os diversos tipos de matérias-primas e alimentos que permitissem ampliar a incorporação das unidades federativas no mercado mundial.

5.2 As reservas dos produtos minerais e vegetais

Os livros, catálogos, relatórios e todos os inventários para a *mobilização* dos recursos eram frutos da produção de um conhecimento que Raffestin chamou de “informação funcional”, pressuposta de um domínio mínimo de um território – em nosso caso, por parte do Estado, preparado geralmente em um plano, um inventário, avaliação dos recursos potenciais e um programa de exploração. Os agentes de desenvolvimento do capitalismo periférico no Brasil tiveram o interesse de intelectualmente explorar ao máximo os territórios das unidades federativas, sendo as regulações do mercado as principais medidas levadas em conta. Sua função foi produzir o máximo de conhecimento possível sobre as potencialidades de exploração da natureza. O inventário, associado ao tempo presente daquelas enumerações, demarcava os recursos que qualificavam funcionalmente os territórios num dado contexto, podendo um produto não ser explorado no dia seguinte, mas propagado como objeto arquivado, que poderia ser fornecido e explorado nos anos posteriores, sendo sua demarcação precisa a importância dada ao estoque de ideias⁴⁷⁶.

As comissões centrais, assim, trataram de pesquisar e afirmar que muitas dessas fontes da natureza (aqui destacamos os recursos minerais e vegetais) não foram exploradas a contento. Enviaram-se à exposição universal de Chicago textos e amostras da natureza que estavam abertas para serem exploradas, explicitando a existência de “terras virgens” e de parcelas da natureza ainda “intocadas”. Ora, se eram indicadas as qualidades funcionais dos produtos da natureza e, muitas vezes, sua quantidade, a potência dos escritos estava na produção de conhecimento sobre um conjunto de recursos que ainda não haviam sido descobertos, demarcados e explorados. Isso fica bastante claro na repetição de algumas

---

⁴⁷⁶ “A informação funcional é aquela que interessa a todas as técnicas de valorização, em qualquer nível. A parte da informação reguladora é muito fraca que é, como já dissemos, a dos preços. (...) Outra consequência: *o meio físico e humano* não é levado em consideração (...) Essa atitude característica das fases de crescimento, tais como a Europa industrializada conheceu no século desde o século XIX, conduz a estratégias políticas brutais, ou seja, quando a exploração doméstica não é suficiente para cobrir o consumo, volta-se ao exterior, com o fim de completá-la. A época colonial foi fortemente marcada por esse comportamento exploracionista. As relações de produção e de propriedade dão então origem a relações de poder muito dissimétricas, tanto com as coisas como com os homens. Se fizéssemos uma história das relações implicadas pela pesquisa dos recursos, descobriríamos que se trata de um episódio marcadamente dissimétrico da história humana. Aquilo que se chamou de luta ou de batalha pelas matérias-primas se inscreve perfeitamente na perspectiva exploracionista. Aliás, como veremos mais adiante por meio de exemplos, o mundo ainda não saiu dela.” RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 227-235.

expressões nos documentos, como “ainda não foi explorado”, “nunca foi explorado”, “poderia ser melhor explorado” e “terra e mata virgem”, quando se apresentavam as narrativas sobre esses produtos no território do Brasil.

O início da república no Brasil arrastava consigo o projeto de reinserir novos produtos do país em uma “zona de influência” do mercado mundial. Articular novos produtos com um dos centros da acumulação de capital era um desafio para as frações da classe dominantes que haviam prolongado a abolição da escravização, afastando-se do momento em que os centros definiram suas “zonas de influência” nas primeiras duas décadas da grande depressão, entre 1873 e 1895. Mesmo que os ingleses continuassem comandando o número de produtos importados do Brasil, já sabiam as frações de classes dominantes no Brasil que os interesses dos representantes do Estado e do capital da Grã-Bretanha estavam mais voltados para investimentos em agricultura e indústria nas suas colônias na África e na Ásia, sobretudo com a exploração da sociedade e do território da Índia⁴⁷⁷.

Dessa forma, a proximidade e a “amizade” dos representantes do Estado e dos produtos no Brasil com os representantes dos Estados Unidos, como atesta o ministro Bibiano Costallat em uma de nossas epígrafes, era uma oportunidade de apresentar para um dos maiores centros consumidores de matérias-primas e alimentos, no Norte da América, fragmentos precisos dos recursos naturais e dos produtos do solo no interior do Brasil, sendo o acordo realizado, desde 1891, entre Brasil e Estados Unidos, a força motriz para os representantes desse país apresentarem, naquele período, seu território para o maior comprador de café e de açúcar. Em 1893, os Estados Unidos dispuseram navios de guerra, militares e investimentos financeiros ao governo de Floriano Peixoto para derrotar a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, e manter a continuidade da república no Brasil, marcando esse acordo comercial e a manutenção do golpe que fundou a república as proximidades entre os representantes políticos desses países e a exposição universal de Chicago a afirmação dessa nova combinação entre um centro e uma periferia na geopolítica do capitalismo. Para o Brasil, era a oportunidade de detalhar minuciosamente as suas riquezas como parte do reconhecimento de sua importância para os possuidores de capital e compradores de matérias-primas⁴⁷⁸.

---

⁴⁷⁷ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**. Vol. 36, nº 3, 1974, p. 547-593.

⁴⁷⁸ BRASIL. **Ministerio da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Relatório do Ministro Bibiano Sergio Macedo de Fontoura Costallat. Relatório do Anno de 1893. Apresentado em Maio de 1894, p. 32.

No que se refere aos minerais, as frações de classes dominantes no interior do Brasil buscaram, nos escritos enviados para a exposição universal de Chicago, reconstruir uma propaganda das riquezas naturais do território do Estado. Indicado como parte do setor primário em decadência desde o início do século XIX⁴⁷⁹, a diversidade de minerais que foi exposta nesses materiais servia de demonstração sobre o não esgotamento das jazidas de minerais (superficiais e subterrâneas) e de outras fronteiras da mineração no interior do Brasil. Igualmente a grande lavoura, a mineração também fazia parte daquelas atividades que se destinava, segundo Caio Prado Júnior, “à exploração de produtos que tem por objeto unicamente a exportação, em função da qual se organiza e mantém a exploração; são atividades que se desenvolvem à margem das necessidades próprias da sociedade brasileira”⁴⁸⁰. Assim como a produção no latifúndio não saciava a fome, os rendimentos adquiridos com a mineração não eram usados para realizar as necessidades materiais básicas da vida da classe trabalhadora no interior do Brasil.

Ironicamente, como nos ensina Eduardo Galeano, esse discurso sobre a riqueza do solo apresentada aos Estados Unidos não falava da quantidade de miseráveis que eram herdeiros dessa forma de *entrega* das fontes da natureza para o imperialismo. Para o autor, demarcar as fontes naturais de minerais era, no plano geopolítico, discutir sobre “as fontes subterrâneas do poder” que estavam fixadas no território do Brasil. No jogo do mercado mundial, enfatizar sobre as jazidas de cobre não estava separado da grande necessidade dos americanos de cobre na fabricação de armas de fogo. Para a produção de aço, por exemplo, um dos produtos mais caros do final do século XIX, precisava de minerais de ferro, como a bauxita, encontrados em abundância no Brasil. As siderúrgicas precisavam de manganês, níquel e cromo para produzir motores, sem falar que fontes externas de petróleo já estavam na

---

⁴⁷⁹ Sobre a decadência da mineração no início do século XIX, sobretudo da mineração realizada na superfície, assinala Caio Prado Júnior: “No alvorecer do século XIX, a indústria mineradora no Brasil, que se iniciara sob tão brilhante auspício e absorvera durante cem anos o melhor das atenções e atividades do país, já tocava sua ruína final” (p. 177); “De meados do século XVIII em diante a mineração não fizera mais que declinar; o seu apogeu deve ser fixado naquele momento, quando se chega ao máximo da produtividade das minas e interrompem-se as descobertas sucessivas que iam mantendo uma chama que bruxuleava nalguns lugares, e se apagava já em outros; quando finalmente a atividade dos mineradores se estende sobre sua maior área de expansão” (p. 177-178); “A falta de recursos técnicos e materiais foi por isso, à medida que prosseguiram as escavações, tornando difícil, até afinal impossível, a exploração destas camadas que se aprofundavam no solo. Os instrumentos usados, a rotina dos processos, a ignorância completa dos mineradores em tudo quanto dizia respeito ao seu ofício, salvo os conhecimentos empíricos adquiridos pela experiência e que se reduziam a umas poucas medidas, sempre as mesmas, impossibilitaram, num momento dado e em cada caso, a continuação da exploração” (p. 179); “A indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante (...) Chega-se assim, no alvorecer do século XIX, a um momento em que já se tinham esgotado praticamente todos estes depósitos de superfície na vasta área em que ocorreram” (p. 179). PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 177-194.

⁴⁸⁰ Ibidem, p. 177.

lista da caça de minerais. E, como era de costume no Brasil, a *entrega* de minerais para os estrangeiros se dava articulado o discurso de que não se tinha recursos financeiros para investir na exploração dos minerais profundos ou para aproveitar os minerais que estavam em terras virgens. Dessa forma, os acordos feitos com companhias eram concretizados basicamente pelo repasse de rendimentos financeiros ao Estado – sempre menos de 2%, dos lucros com as exportações dos minerais⁴⁸¹.

Com Galeano é possível interpretar como a apresentação do território e das amostras da natureza, na exposição universal de Chicago, servia como parte de um mapeamento externo dos recursos naturais que garantiam a segurança das companhias e das corporações internacionais que precisavam de minerais na produção industrial nos centros do capitalismo americano. Essa forma de se “despojar gratuitamente das fontes naturais”, de conceder aos centros da acumulação ampliada de capital as mais detalhadas informações, que lhes permitissem roubar ou ampliar suas concessões na periferia do capitalismo, “arrancar suas mais fabulosas riquezas naturais”, respectivamente, era uma forma de os centros da acumulação de capital saberem que fontes externas supririam o esgotamento de suas fontes domésticas ou poderiam proteger o subsolo dos seus países e extrair com baixas inversões de capital financeiro o subsolo de outros territórios⁴⁸².

Cabe ainda lembrar que, no acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos, a partir de 1891, além da entrada de trigo, farinha de trigo e outros alimentos, também era isento de taxas um conjunto de máquinas, entre elas, ferramentas, instrumentos e máquinas para mineração e mecânica, incluindo máquinas a vapor, fixadas no chão ou portáteis, além dos manuais científicos da exploração mineral pelos americanos que qualificavam os conhecimentos sobre a exploração das minas, sobretudo, os subterrâneos. Além da venda de máquinas para a mineração, propagandear as minas era garantir que a exploração fosse realizada e que novos minerais necessários fossem incorporados na circulação de capital, tornando sua possível abundância um dos elementos que tornavam mais barata ainda a

---

⁴⁸¹ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

⁴⁸² O autor, mesmo não citando a exposição universal de Chicago, trata do Congresso Internacional de Geologia, em Estocolmo, poucos anos depois, como um evento que também revelava os minerais da América Latina – mesmo que para nós esse evento não seja o ato inaugural da cartografia dos recursos naturais do Brasil: “Graças à informação que recolheu e divulgou, lá pelo ano de 1910, o Congresso Internacional de Geologia, reunido em Estocolmo, os homens de negócios dos Estados Unidos puderam pela primeira vez avaliar as dimensões dos tesouros escondidos sob o solo de uma série de países, um dos quais, talvez o mais tentador, era o Brasil”. Cf. GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 199.

produção industrial nos centros da acumulação de capital e aumentassem os rendimentos nacionais no interior do Brasil.

Os livros enviados para a exposição universal de Chicago *entregavam* aos centros do imperialismo, principalmente para os Estados Unidos, além da fertilidade das terras e da possibilidade da expansão de novos domínios, uma oferta imensa de produtos da natureza. Esses produtos tornavam evidentes a potência de novas trocas no mercado mundial, caso existissem demandas para novas extrações ou para investimentos estrangeiros nos territórios. Como atesta Lenin, muitas vezes para se conseguirem empréstimos financeiros vinculados à exportação de capital, para os Estados da periferia do capitalismo, era necessário saber o que se tinha em troca, sendo a demarcação e entrega das minas sempre objetos de proveito próprio e de intercâmbio para os possuidores de capital, fechando o pacote entre empréstimos, compras de máquinas e explorações das jazidas de interesses⁴⁸³.

Como interpretam Ávila e Monte-Mor, a inelasticidade da demanda externa por produtos primários, agravada pelo aumento da demanda interna por produtos industrializados e por crédito no Brasil, resultava sempre na instabilidade da capacidade de pagamento da dívida externa e, dessa forma, da própria capacidade de importação de capital pelos países primário-exportadores. Nessa medida, as frações das classes dominantes na periferia do capitalismo mostraram que as atividades extrativas da natureza eram uma das formas de ampliar as rendas do Estado, na medida em que atraíam as atividades mais destrutivas, como a mineração, o extrativismo e a monocultura, para compor a grande parte do rendimento nacional⁴⁸⁴.

No entanto, o que estava claro na transição do século XIX para o século XX, como assinala Hobsbawm, era que os centros da acumulação de capital, em destaque os Estados Unidos, *precisavam do exótico*, buscando abrir mercados com os territórios mais distantes e, contraditoriamente, tornando-se dependentes das matérias-primas, sobretudo das jazidas de minerais que, como assinala o autor, eram o trunfo dos territórios para integrar novos mercados permanentes com os centros imperialistas:

O desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias-primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusivamente ou profusamente em lugares remotos. O motor de combustão interna, criação típica do período que nos ocupa, dependia do petróleo e da borracha. O petróleo ainda vinha

⁴⁸³ LENIN, Vladimir L. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

⁴⁸⁴ ÁVILA, Jorge Luís Texeira; MELO MONTE-MOR, Roberto Luís de. “Subdesenvolvimento sustentável? Velhas e novas contradições na periferia do capitalismo”. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 3, 2011, p. 381-396.

predominantemente dos EUA e da Europa, mas os campos petrolíferos do Oriente Médio já eram objeto de intenso confronto e conchavo diplomático. A borracha era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos anti-imperialistas precoce e justificados (...) O estanho provinha da Ásia e da América do Sul. Os metais-ferrosos, que anteriormente eram irrelevantes, tornaram-se essenciais para as ligas de aço exigidas pela tecnologia da alta velocidade. Alguns deles eram abundantes (...) notadamente nos Estados Unidos, mas outros não. As novas indústrias elétrica e de motores precisavam muito de um dos metais mais antigos, o cobre. Suas principais reservas e, por conseguinte, seus maiores produtores, estavam no que o final do século XX chamaria de Terceiro Mundo: Chile, Peru, Zaire, Zâmbia. E é claro, havia uma demanda constante e nunca satisfeita de metais preciosos que, neste período, transformaram a África do Sul, de longe, no maior produtor de ouro do mundo, sem contar a riqueza em diamantes. As minas eram os principais pioneiros da abertura do mundo ao imperialismo, muito eficazes nesse papel, porque os lucros eram suficientemente excepcionais para justificar a construção de ramais de ferrovias⁴⁸⁵.

Nessa esteira, a diversidade de produtos das jazidas de minerais expostos em amostras pelos fragmentos do território do Brasil, além de demarcar a continuidade da condição de uma periferia especializada na exportação de produtos primários, evidenciava que já estavam circulando no comércio exterior minerais extraídos do território desse país e, principalmente, que a exposição universal de Chicago era o momento de descrever nos livros o “estoque” dos *valores de uso* que poderiam ser inseridos em extrações e exportações de novos produtos minerais. A Comissão Central do Ceará, por exemplo, enviou 405 amostras de minerais, referindo-se detalhadamente ao território com seus minérios em grande quantidade nas serras, nas margens dos rios, nas terras dos sertões, nas cavernas e no litoral; tentava-se uma demarcação para a exploração, extração e aproveitamento na produção e ampliação do comércio de minerais entre os representantes do território do Ceará e os possuidores de capital.

Destaca-se, por exemplo, a coleção do próprio Antonio Bezerra, membro da Comissão Central do Ceará, que apresentou em destaque amiantos, “pyrite”, “peroxydo, hematite e carbonato de ferro”, “ferro oxydulado”, “ferro lamelar”, “ferro olegístico”, “linhito terroso”, “cobre sulforado”, “cobre oxydulado”, “schisto micaceo”, “schisto betuminoso”, “turmalina cristaes”, “rubis balais”, “graphito”, “talco”, “linhito compactado”, “quartzo feldspctia”, “quartzo hialino”, “soda nativa”, “carbonato de cal”, “sienito”, “talco schistoso”, “grés argiloso”, “granito”, “celestine”, “argila salífera”, “salgemma”, “calcário cristalizado”,

---

⁴⁸⁵ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 107-108.

“calchisto”, “mica em folha e em pó”, “gneiss”, “ferro nativo”, “cal comum”, “cal ferruginoso”, “salitre”, “sal mineral”, “pedra-hume nativa”, “marmore”, “sal marinho”, etc.⁴⁸⁶

Alguns produtos já se encontravam inseridos no mercado, como a *soda*, amostra de mineral encontrada do município de Ipu. Na produção intelectual do Ceará, relatou-se que esse minério “já foi estudado na Europa pelo professor Honzeau, correspondente do Instituto da França, que encontrou 73 por cento da soda de commercio do mercado mundial”⁴⁸⁷, sendo essa própria apropriação estrangeira usada como um bom selo para as minas que se encontravam no território do Ceará. Da mesma forma, cita casos como o *carbonato de cálcio*, na serra do Apodi, no município de Limoeiro do Norte, ou mesmo, do *sal marinho*, nessa ocasião visto como um produto quase intocável, com grandes facilidades para ser explorado, isso para termos alguns exemplos.

Sobre o *sal marinho*, Bezerra ainda argumenta:

Extraídos das aguas do mar. Por toda a parte do Ceará, encontram-se terrenos apropriados para a extracção d'este producto. A natureza é que prepara as salinas do Ceará. Para obetel-o não precisa mais do que represar com uma pequena parede de terras as marés vivas e os raios solares passados alguns momentos cristalisam grande quantidade, cujo unico trabalho é colher (...) No sertão do Aracaty-Assu existe já cristalizado sal puro em minas. Com os seus imensos terrenos appropriados o Ceará poderia fornecer, a preço infimo, sal para consumo do mundo inteiro⁴⁸⁸.

Os representantes do território da Bahia também levantaram um detalhamento minucioso sobre o ouro, o diamante, a prata, o cobre, o chumbo, o carvão de pedra, o salitre e a calcedônia. Como um território intensamente explorado no período da colonização portuguesa, sobretudo no século XVIII, momento em que os representantes de Portugal assinavam o Tratado de Methuen, desde 1703, com a Inglaterra, a robusta propaganda dos minerais do território da Bahia tinha o desafio de apresentar que a quantidade imensa de ouro enviado para Portugal pagar a Inglaterra pela importação de tecidos e manufaturas britânicas não tinha esgotado suas fontes de minérios na superfície e no subsolo, já que a extração do ouro havia deixado extensos buracos no território baiano⁴⁸⁹.

⁴⁸⁶ BEZERRA, Antonio. **Exposição de Chicago 1892-1893**: catálogo dos productos, remetidos a Exposição Preparatória do Rio de Janeiro. Fortaleza: Tipografia Econômica – Praça do Ferreira, 1892.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 176.

⁴⁸⁸ Ibidem, p. 196.

⁴⁸⁹ Sobre o Tratado de Methuen, em 1703, ratifica Eduardo Galeano: “Esta foi a coroação de uma enorme série de privilégios conseguida pelos comerciantes britânicos em Portugal. Em troca de algumas vantagens para seus vinhos no mercado inglês, Portugal abria seu próprio mercado, e o de suas colônias, às manufaturas britânicas. Em virtude do desnível de desenvolvimento industrial já então existente, a medida implicava uma condenação à ruína para as manufaturas locais. Não era com vinho que se pagavam os tecidos ingleses, mas com o ouro do Brasil, e neste processo ficariam paralisados os teares portugueses. Portugal não se limitou a matar o embrião de

Baseado nos estudos de geologia de Orville Derby, bem como em documentos antigos que retratavam a longa história da mineração da Bahia, o autor demarcava como a extração de fontes minerais no território da Bahia, sobretudo o ouro, fora feita para pagar a importação de mercadorias vindas da Europa, tendo saído desse território uma imensa quantidade de minerais para a Europa. No entanto, anunciava que mesmo as minas antigas ainda não haviam sido devidamente exploradas como deveriam, sobretudo seu subsolo, e mapeava um conjunto de “minas ainda intocadas” prontas para a exploração. Bezerra adianta que as dificuldades para explorar as riquezas minerais se encontravam nos investimentos, que se referem aos instrumentos necessários para as escavações e a manutenção dos trabalhadores (alimentação e vigilância), ambos caros para a prática da mineração⁴⁹⁰.

Sobre o ouro, destacou o Vale do Rio Verde, sobretudo no distrito de Chapada e Assuruá, como um ponto “afamado por suas riquezas em todos os gêneros de mineraes, metaes e pedras preciosas, é claro que dessas riquezas participe seu valle em grande escala, apesar de nunca ter sido explorado como conviria”⁴⁹¹; na Serra de Itabira, onde “asseveram os entendidos a existencia das mais ricas minas de ouro do Estado, affirmando-se que, com a mudança do leito deste rio para o arraial das Furnas (...) manifestar-se-hão verdadeiros tesouros”⁴⁹²; entre os rios Paraguassú e Cochó, no distrito de Andarahy, “de remoto tempo data o conhecimento da existência do ouro”⁴⁹³; na comarca de Caetité, “ricas deste metal, como provam as minas que existem”⁴⁹⁴; no alto da Serra de Jacobina “ha minas de ouro ainda não exploradas”⁴⁹⁵; as minas de Mandioccal, “abundantissimas, mas até hoje inexploradas”⁴⁹⁶, etc., contando ainda nas passagens sobre o ouro com uma série de episódios de proprietários que ficaram ricos, ou lamentando-se sobre o pequeno número de companhias que exploravam a quantidade de ouro ainda estava no território.

---

sua própria indústria, mas também, de passagem, aniquilou os germes de qualquer tipo de desenvolvimento manufatureiro no Brasil. O reino proibiu o funcionamento de refinarias de açúcar em 1715; em 1729, declarou como crime a abertura de novas vias de comunicação (...); em 1785, determinou o incêndio aos teares e fiadores brasileiros (...) Portugal não produzia nada, e tão fictícia era a riqueza do ouro brasileiro que até os escravos negros que trabalhavam nas minas da colônia eram vestidos pelos ingleses (...) Em fins do século XVIII, embora ainda não tivessem esgotado os diamantes, o país estava prostado”. GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 78-79.

⁴⁹⁰ VIANA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 62-101.

⁴⁹¹ Ibidem, p. 62.

⁴⁹² Ibidem, p. 63.

⁴⁹³ Ibidem, p. 63.

⁴⁹⁴ Ibidem, p. 64.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 64.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 66.

Sobre o diamante, Bezerra afirmava que eles se achavam nas cabeceiras do Jequitinhonha, Rio de Contas e Paraguassú, postas também como minas não esgotadas. Além disso, pontuava que o comércio desse mineral entrara em recessão devido os preços mais baixos de diamante promovido pelo Cabo da Boa Esperança, tendo uma mudança para a extração de carbonato:

Tão grande, pois, quanto é a existencia do diamante no Estado, tem-se a sua exploração pouco a pouco diminuido e quase extinguido. Atribui-se este desaparecimento a descoberta e exploração dos diamantes do Cabo da Boa Esperança, que fez baixar na Europa os preços desta mercadoria a ponto de nas Lavras se quebrar todo o commercio, os garimpos serem abandonados e a população procurar a vida da lavoura do café, da qual actualmente já tira grandes vantagens. A mineração tem se occupado mais com a aquisição do carbonato, hoje muito procurado, e que promete grandes lucros, por ser a Bahia o único logar no mundo em que elle até hoje tem sido descoberto⁴⁹⁷.

A busca por essas *riquezas ocultas*, como tratava o autor a mineração, ainda poderia ser explorada no território da Bahia no âmbito de cobre, prata, ferro e outros metais: lá havia a “incalculável riqueza da serra da Itiúba”⁴⁹⁸. Ainda era mencionada uma imensa lista de localidades passíveis de extração de certos minerais: em Jacobina Nova e na Serra da Conceição era demarcada a existência de ferro; em Assuruá e Acauá, chumbo; carvão de pedra, pirita e molibdênio, no subterrâneo do Engenho Cabotô, na foz do Rio Cotegipe, na Ilha de Itaparica e Pirajá⁴⁹⁹.

Mesmo assim, também anunciava F. Vicente outras explorações de minerais, como turfa, petróleo e nafta, que vinham se dando com sucesso pela companhia John Grant & Cia:

Em compensação tem sido cercadas de bom resultado as descobertas de *turfa*, *petroleo* e *naphta* feitas em diversos logares do Estado, mas particularmente a feita em 1852 em Marahú por José Francisco Thomaz do Nascimento, em consequencia de diversas autorizações e concessões feitas pelo governo, a industria extractiva dessas substancias está sendo explorada com grande proveito pela firma John Grant & C.⁵⁰⁰

Cabe assinalar que John Grant, anos depois, fora reconhecido como aquele que primeiro explorou com sucesso petróleo no Brasil: essa “lama negra” dos subterrâneos de

⁴⁹⁷ VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do ‘Diário da Bahia’, 1893, p. 62-101, p. 72-73.

⁴⁹⁸ Ibidem, p. 70.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 80-84.

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 86.

Maraú ficou grafada num livro de Grant intitulado *Braziline* (junção de *Brazil* com a palavra em inglês *gasoline*)⁵⁰¹.

Em proporções menores, porém, no intuito de apresentar os produtos minerais que estavam contidos nas qualidades naturais do território na unidade federativa de São Paulo, consta no catálogo oficial do Brasil da exposição universal de Chicago que a Comissão Central desse estado apresentou uma coleção de minerais da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo, com amostras de rochas que buscaram demonstrar a formação do seu território, como minérios de ouro, minérios de ferro, manganês, xistos argilosos, arenito, argila, quartzito, calcário e uma coleção de pedras de construção e para ornamentação, como granito, diorite, basalto e pórfiro. A partir do Banco da União de São Paulo, ainda, é possível verificar a apresentação de granitos, mármore, calcários verdes e compactos como parte da apresentação da unidade federativa de São Paulo em Chicago⁵⁰². A apresentação dessas amostras levantava um quadro sintético sobre a geologia e os minerais que constituíam o mosaico dos relevos do território de São Paulo. Esse território era posto como possuidor de riqueza fixa e adubo natural para sua própria exploração, enumerando, assim, suas *reliíquias inanimadas* para seduzir excedentes de capital e trabalho para imigrarem a São Paulo⁵⁰³.

Os detalhes sobre a natureza acrescentam-se, na mesma direção, quando H. Santa Rosa elenca um catálogo com um conjunto de minerais do território do Pará que estavam dispostos também para serem extraídos. Segundo o próprio autor, ao detectar um conjunto de fósseis e minerais, “resta-nos simplesmente dar a conhecer alguns elementos paleontológicos, que sirvam para guiar o observador cientista (...) e elucidar-o na descoberta da prodigiosa riqueza mineral que em seu seio guarda o valle majestoso a espera que venha arrancar-a a força mascula da industria e o braço vigoroso do homem”⁵⁰⁴.

Acrescenta Galeano, que essa forma de presença do ouro na Amazônia, por exemplo, estava vinculada a um desconhecimento dos metais pelas tribos, diferentemente do que

---

⁵⁰¹ Sobre a desconstrução da história da exploração do petróleo no Brasil, cf. a interessante matéria “O petróleo não foi descoberto por Lobato”, de Nelson Cadeña, no caderno Opinião, do jornal **Tribuna da Bahia**, publicada em Salvador no dia 22 de janeiro de 2013.

⁵⁰² Brazilian Commission. **Catalogue of the Brazilian section at the World's Columbian Exposition**. Chicago: E. Campbell, Printer, 1893, p. 72-80.

⁵⁰³ “The various qualities of land in São Paulo being excessively rich in pottassic feldspath, phosphor and salts of iron, there is need of costly manures, the old plantations being sufficiently manured with the same podof the coffee.” PINTO, Adolpho Augusto. **The State of São Paulo, Brazil, Chicago**. John Anderson Publishing Company, 1893, p. 9.

⁵⁰⁴ SANTA ROSA, Henrique A. de. “Descrição physica”. In: MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O Estado do Pará**: apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 35.

ocorrera na América Hispânica. Dessa forma, a demarcação do ouro feita pelos próprios portugueses ou colaboradores intelectuais a seu serviço definia “os locais onde se depositavam os aluviões de ouro no vasto território que se abre, com a derrota e o extermínio dos indígenas, à passagem a conquista”⁵⁰⁵.

O autor acrescenta:

Os leitos e bancos de vários rios e riachos que por ali corriam continham traços de ouro aluvial em pequenas quantidades visíveis. A ação milenar das chuvas havia roído os filões de ouro das rochas e os depositados nos rios, no fundo dos vales e nas depressões das montanhas. Sob camadas de areia, terra ou argila, o pedregoso subsolo oferecia pepitas de ouro, fácil de extrair do cascalho de quartzo; os métodos de extração tornaram-se mais complicados na medida em que se foram esgotando os depósitos superficiais⁵⁰⁶.

A transição para o século XX, segundo Galeano, também foi repleta de expropriações, com o uso de armas de fogo e a propagação de doenças (como a varíola), pontas de lança da dita civilização que avançava sobre os territórios indígenas e suas fontes naturais. “Ocorre que quanto mais ricas são as terras virgens mais grave é a ameaça que pende sobre as suas vidas; a generosidade da natureza os condena à espoliação e ao crime”; ele ainda acrescenta que o ouro e outros minerais, assim como a extração da madeira e da borracha, “riqueza cujo valor comercial os nativos ignoram”, são as iscas que causam assassinatos e vendas de terras pelo Estado em territórios dos nativos⁵⁰⁷.

Os agentes conseguiram afirmar nos materiais produzidos a existência de minerais diversos a serem apropriados, apresentando de forma escrita um conhecimento detalhado sobre as diversas utilidades que eram dadas aos recursos naturais, a enumeração, classificação e descrição física das suas propriedades. Aqueles minerais estavam em estado “puro”, como natureza “dada”, buscavam no mercado uma prática, para a produção, transformando propriedades latentes em bens econômicos para o mercado. Não havia exemplo melhor para a entrada de um produto numa prática de mercado, como assinala Raffestin, do que o *carvão*, produto natural conhecido há muito tempo, mas que só veio a assumir importância como combustível, sobretudo, após a Revolução Industrial. De modo oposto, o *sílex*, mineral que servia para a fabricação de armas, caso fosse explorado da mesma maneira desde a

---

⁵⁰⁵ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 73.

⁵⁰⁶ Ibidem, p. 73.

⁵⁰⁷ Ibidem, p. 71.

Antiguidade teria suas jazidas esgotadas⁵⁰⁸. Assim, muitas propriedades dos materiais da natureza poderiam encontrar utilidades novas com o passar dos anos a partir de técnicas diferentes de novas explorações e da criação de outros produtos, mas a exposição antecipava, pelo menos a partir dos livros, os destinos para a exploração que eles teriam.

Além dos minerais que foram enviados à exposição universal de Chicago, grande destaque tiveram os produtos vegetais. Diferente dos minerais, os produtos vegetais não haviam assumido a proeminência comercial do Brasil tanto na colonização como no Império, mesmo que a origem da colonização marcada pela exploração do pau Brasil fixe o domínio português baseado na indústria extrativa. No entanto, para Caio Prado Júnior, a Amazônia e demais riquezas vegetais de outros territórios eram exemplos de potências para a economia que não haviam sido desenvolvidas como poderiam, servindo ainda no século XIX como suporte da vida humana local⁵⁰⁹. Dessa forma, produtos vegetais como cravo, canela, madeiras, fibras, resinas, frutos selvagens, etc, mesmo sendo secundários na produção dos rendimentos nacionais, eram vistos como fontes de reservas naturais ou “tesouros incalculáveis” que foram detalhados nos livros e nas amostras dos produtos enviados para a exposição universal de Chicago, sendo a borracha de origem do látex das seringueiras o exemplo da expressão comercial de um novo produto vegetal integrado as exportações do Brasil para os Estados Unidos.

Foi nesse sentido que a comissão do Ceará, por exemplo, enviou 152 amostras de cascas de árvore, 359 exemplares de raízes e folhas, sem falar dos produtos da vegetação, dos frutos e das flores, das madeiras e de outras plantas, do fumo. Quanto às fibras vegetais, destacavam-se as do tucum, da carnaúba, da malva-branca, do melão caetano, da embiratanha, do ingá, da macambira, do croatá açu, da mutamba, do mororó, do sabiá, etc. Sem falar da quantidade de sementes selvagens, seus óleos que serviam para combustível, para fazer sabão, remédios, etc. Qualquer interessado que tivesse acesso ao catálogo do território do Ceará teria em mãos as informações sobre os valores de uso e os conhecimentos locais sobre os produtos vegetais que circulavam internamente.

O domínio da natureza por essa forma calculista de pensar foi o instrumento central do uso da razão para o mapeamento pragmático da vegetação, capaz de transformar todas as coisas em “algo de reproduzível”, ou seja, passível de apropriação lucrativa, e de apresentar as

---

⁵⁰⁸ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993, p. 227, p. 234-235.

⁵⁰⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011, p. 222-231.

potencialidades para essa reprodução, a passagem de um produto como valor de uso para sua exploração em níveis mercantis. Esse processo de *duplicação da natureza*⁵¹⁰, como o chamam Adorno e Horkheimer, de expor um produto natural, seu corpo físico, apresentando os possíveis usos que poderiam ser dados, como forma de propaganda positiva do produto, foram o tipo de conhecimento funcional produzido.

Assim, ainda pensando o território do Ceará, divulgava-se que certos tipos de árvores poderiam se transformar em ótima lenha, que sementes oleaginosas poderiam se transformar em combustível ou medicamentos industriais, e anunciavam-se países com reservas de recursos naturais como promissores e países industrializados como modelos de sociedade a serem seguidos. Por fim, projetava-se com esse inicial conhecimento sobre um território a potente expectativa mais rápida e direta da participação – nesse caso, dos produtos do território do Ceará no mercado mundial do “futuro”.

Essa mesma forma de pensar os produtos da natureza da vegetação duplicadamente, tanto reconhecidos como espécies quanto pelo seu aproveitamento para o comércio, estava na enumeração que F. Vicente fazia sobre a flora da unidade federativa da Bahia. Os autores deixavam muito claro quais dos produtos já estavam inseridos no comércio exterior e como tantos outros eram valores de usos consumidos pelas populações locais, circulando no interior da Bahia:

Sendo imenso o numero das plantas uteis para o sustento ou economia do homem e importantes para o commercio, citaremos aqui apenas algumas das mais notaveis para indicar a riqueza dos productos. Entre as palmeiras já citamos a *piassava*, cujas fibras fornecem um rico artigo de exportação. Da *carnaúba*, também já citada, cujas folhas servem para tecidos, e é exportada hoje para a Europa (...) A *Elaeis guineensis* (dendê) fornece azeite, que fórma uma grande parte da alimentação popular. A *Mangabeira* (*Hancornia spec*) produz um succo leitoso, que, depois de endurecido, fórma uma caulchouc que é exportado em grande escala. Grande é o número de arvores que fornecem balsamo, como a *copahyba*; outras produzem resinas preciosas, como o jatobá, ou *jatahy* (*Hymenaea Courbaril* L) e a *almecegueira*, especie de icica. A casca de varias espécies de myrtaceas e a fructa do *jenipapeiro* (*Genipa brasiliensis*) dão tinta preta. De muitas arvores serve a casca para curtir couros, como o *mangue vermelho* (*Rizophora mangle* L). A *mamona* (*Ricinus Communis* L), e a *andiroba* (*Carapa Guyanensis*) fornecem azeite. Grande é a variedade de *bananeiras* (*Musa paradisiaca* L). Diversas especies de *sapucaya* (*Leeythis* Sp), fornecem nem só nozes de agradável sabor, como estopa, feita de sua casca, empregada no calafêto. A *mangabeira*, além de cautchouc, produz um fructo saboroso; o *jenipapeiro*, o *cajueiro*, o *imbuzeiro*, varias espécies de *maracujá* (*Passiflora maliformis*), diversas myrtaceas como grumixameira, a jaboticabeira, a pitangueira, e varias especies de psidium como o abio, produzem saborosos fructos (...) Além das palmeiras, fornecem sobretudo algumas bromeliaceas, fibras preciosas para a cordoaria, como os *gravatás* ou *caruás* (*Bilbergia* Sp) e o Imbé (*Philodendron*

⁵¹⁰ Sobre o debate da duplicação da natureza a partir do uso da razão instrumental e mistificante, cf. ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1985.

Imbé Schott) e as *embiras* (*Xylopia sericia*) e outras. Entre as essenciais corantes está o *páó-brazil* (*Caesalpinia echinata*) e a *tatagiba* (*Maclura tinctoria*). D'entre as madeiras chamadas de lei, para edificações e fabrico de mobílias e construção naval, citaremos a sucupira (*Bowdichia viragiloide* Mart), o *páó-rôxo* (*Peltogyne guarubú*), o *vinhatico* (*Echyrospermum Balthasar*), o *Jatahy* (*Hymenca açú*), o *páó d'arco* (*Tecoma* Sp), a sapucaia (*Lecythis*), o *jequitibá* (*Pyxidaria macrocarpa*), a *peroba* (*Aspidosperma peroba*). Para marcenaria prestam-se admiravelmente o *jacarandá* (*Machaerium* Sp), a *peroba*, o *cedro*, os *vinhaticos*, o *piquiá marfim* (*Aspidosperma eburneum*), o *Gonçalo-alves* (*Astronium fraxinifolium*), o *sebastião de arruda* (*Phytocalymna floribundum*), os diferentes *louros* (*Cardia*), etc. Finalmente citaremos ainda a *massaranduba* (*mimisops elata*), a *baraúna* (*Melanoxiton Brauna*), o *aderno* (*Burseraceas Astronium*), o angelim (*Andira stipulacea*), o condurú (*Broximum condurú*), a *oiticica* (*Soaresia nitida*), o *piqui* (*Caryocar brasiliensis*), a *pindahiba* (*Xilopea sencea*), o *angico* (*Bocoa proveancis*) e muitas outras e muitas outras⁵¹¹.

Assim, transformavam-se em “coisas” os diversos produtos extraídos da natureza que aparecem no plano dos sentidos imediatos; saber suas qualidades particulares era também abrir as possibilidades para conhecer que produtos poderiam ser explorados, padronizados e transformados em necessidades para os novos consumidores, apresentando assim novos alimentos e fontes de matérias-primas que se abriam aos negócios. Ainda se poderia destacar como produtos que circulavam no mercado interno e saberes das populações locais foram citados como partes de produtos dominados pelos representantes dos territórios, sendo expostos como peças da natureza que poderiam ser desmontadas, extraídas e exploradas à medida que os mercados para exportação fossem abertos.

Outros produtos vegetais extraídos da natureza ganharam destaque na apresentação por escrito do território da unidade federativa do Pará para a exposição colombiana de Chicago. Grande parte desses produtos da natureza estavam vinculados ao comércio exterior, sobretudo à Europa e aos Estados Unidos, no último quartel do século XIX. Esses algarismos foram lembrados no livro sobre o estado do Pará por Pedro da Cunha, ao destacar que “o commercio exterior cresceu nos ultimos vinte annos na razão de 296%, ou o progresso médio annual de 14,8%”⁵¹². Entre os produtos principais extraídos e comercializados no exterior, estava a borracha, produto que a partir da abertura dos portos amazônicos para a navegação internacional foi expandido nas trocas comerciais para a América do Norte, a América do Sul e a Europa (Tabela 04).

⁵¹¹ VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 51-53.

⁵¹² CUNHA, Pedro. “Rendas publicas e commercio”. In: MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V.; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O estado do Pará**: apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 87.

Tabela 04 – Borracha Exportada do Território do Pará (1871 – 1891).

Ano	Borracha Fina		Borracha Entre-Fina		Borracha Sernamby	
	Kg	Lucro em réis	Kg	Lucro em réis	Kg	Lucro em réis
1871	2.439.811	4.912:811\$614	258.391	473:528\$375	1.153.011	1.494:963\$688
1881	3.184.811	8.262:686\$000	393.743	967:377\$660	1.852.959	2.709:839\$040
1891	3.948.146	13.987:019\$634	966.929	3.287:718\$025	2.714.676	6.198:871\$613

Fonte: CUNHA, Pedro. “Rendas Publicas e Commercio”. In: **O Estado do Pará**: apontamentos para a exposição universal de Chicago. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 87.

A borracha era o destaque nessas exportações, como vimos no capítulo passado a partir dos dados levantados por Paul Singer; era o segundo produto do Brasil na tabela do comércio exterior, só não superava a produção de café, e ambos marcavam juntos um projeto de intensa extração da natureza, atração de imigrantes e possibilidades de novos negócios da periferia do capitalismo⁵¹³. Para a unidade federativa do Pará, os negócios envolvendo a borracha por si só representavam “2/3 do valor total da produção, contribuindo para as rendas estaduais e municipais com quase 25% do seu valor, sem ruína nem empobrecimento do produtor”⁵¹⁴. Os dados sobre a exportação de borrachas *finas*, *entrefinas* e *sernamby* e os ganhos arrecadados com essas exportações demarcavam um mercado externo também perene, pelo menos quando demarcamos o último quartel do século XIX.

No entanto, interpreta Galeano que esses números ocultavam a exploração do trabalho e a morte dos trabalhadores por epidemias, como as de impaludismo (malária), tuberculose ou beribéri, nos pantanosos seringais. O chamado “exército da borracha” era formado, sobretudo, por migrantes do “sertão” do Brasil expropriados pela violência e pela seca e, nos cálculos do autor, mais de meio milhão de camponeses morreram nessa “indústria da borracha”. Galeano anota alguns detalhes sobre o regime de trabalho na Amazônia:

Não só a febre; também aguardava, na selva, um regime de trabalho bastante parecido com a escravidão. O trabalho se pagava em espécies – carne seca, farinha de mandioca, rapadura, aguardente – até que o seringueiro saldasse as suas dívidas, milagre que raras vezes ocorria. Havia um acordo entre os empresários para não dar trabalho aos operários que tivessem dívidas pendentes; os guardas rurais, postados nas margens dos rios, disparavam contra os fugitivos. As dívidas somavam-se às dívidas. A dívida original, pelo transporte do trabalhador do Nordeste, agregava-se a dívida pelos instrumentos de trabalho –, facão, faca, baldes, e como o trabalhador

⁵¹³ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3, 1974, p. 547-593.

⁵¹⁴ CUNHA, Pedro. “Rendas publicas e commercio”. In: MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V.; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O estado do Pará**: apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 87.

comia, e sobretudo bebia, quanto mais antigo fosse o operário, maior seria a dívida por ele acumulada. Analfabetos, os nordestinos sofriam sem defesas os passes de prestidigitação da contabilidade dos administradores⁵¹⁵.

Além da extração da borracha, a castanha é propagandeada como outro produto da natureza que, em grande quantidade, ainda não fora extraído. Mais uma vez, o texto sobre o território do Pará abre a perspectiva de que se precisava de uma população excedente que possibilitasse explorar as riquezas oferecidas pela natureza com as proporções devidas:

Genero antigamente conhecido nos mercados consumidores pelo nome de castanha do Maranhão, é producto d'este Estado do Amazonas, onde sua colheita está ao alcance de todos que quizerem ir buscal-o em nossas mattas, abundantissimas de castanheiros. No interior das mattas, ha castanhas, onde o homem nunca penetrou, a colheita limita-se quasi que á existente nas proximidades das margens dos rios⁵¹⁶.

Ainda é destacada por Cunha a evolução da exportação desses produtos e da arrecadação com as negociações da castanha, usando tais dados como uma prova ao exterior de que eram rentáveis os investimentos, mesmo que a evolução dos preços apresentados antecipasse que precisariam de uma grande quantidade de castanhas para acumular capital – pois, ainda que entre 1836 e 1851 o preço de 50 quilos de castanhas variasse entre 2\$000 e 6\$000, e em 1893 559 quilos fossem vendidos por 27\$950, os números evidenciavam uma intensa exploração das matas para atingir expectativas lucrativas, o que não quer dizer que a castanha não levantasse admiradores locais e estrangeiros interessados na sua exploração. Os dados de exportação apresentam o crescimento de produtos e de rendas (Tabela 05).

Tabela 05 – Extração de Castanha no Território do Pará (1871 – 1891)

Ano	Kg de Castanha	Lucro em réis
1871	2.694.924	296:861\$300
1881	74.114	392.023\$040
1891	109.700	868:279\$935

Fonte: CUNHA, Pedro. “Rendas Publicas e Commercio”. In: **O Estado do Pará:** apontamentos para a exposição universal de Chicago. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 87.

⁵¹⁵ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 73.

⁵¹⁶ CUNHA, Pedro. “Rendas publicas e commercio”. In: MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V.; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O estado do Pará:** apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 90.

Cabe dizer ainda que, ao analisarmos o catálogo oficial do Brasil apresentado na exposição universal de Chicago, vimos que outros produtos da natureza, que circulavam no mercado interno ou que eram utilizados em pequena quantidade no interior do Pará, foram enviados para os Estados Unidos, com 359 variedades de madeira, 27 variedades de madeira ornamental, 14 pranchas de madeira, 70 toras de madeira, cascas para coloração, folhas de tabaco, amostras de videira rastejante (cipós), amostras de madeira da floresta, grandes portas de madeira para dentro e fora das construções, amostras de jutaí, anani e outras resinas, frutos da palmeira do urucuri, ervas e raízes para fim medicinal e perfumaria⁵¹⁷.

Ao final, toda a propaganda para a extração da natureza, ou melhor, para a especulação com a natureza até as últimas consequências, vislumbrava uma predestinação “futura” que resultaria na própria industrialização no território do Pará, já que era um território coberto por matérias-primas da Floresta Amazônica que serviriam para a continuidade do próprio espírito especulador do “mundo civilizado”:

O Pará tornar-se-á mais cedo ou mais tarde um paiz eminentemente industrial. Quando as riquezas fabulosas das suas florestas de exploração começarem a escassear ou já não estiverem na razão directa da affluencia de trabalhadores que para aqui hão de convergir cada vez mais, o espirito especulador da civilisação, ha de se lançar com voracidade e com lucros a *industrializar* os milhões de materias-primas que alastram por todo o sólo da Amazonia. As riquissimas florestas, das quaes um pequeno numero de *specimens* deve figurar na Exposição Colombiana, hão de fornecer madeiras para as mais engenhosas construcções e para o mais requintado luxo do conforto e da Arte. As aerocomias e astrocarium a que pertencem a jauary, o tucum e uma infinidade de palmeiras, de que abundam as margens dos nossos rios, contêm nos longos foliolos das suas folhas fibras delicadas e finas como a seda e mais forte que o linho ou o canhamo do Egyto. D’essas fibras se tece redes, tapetes, chapéos de verão, esteiras e cestas admiraveis. Da piassaba e de outras mauritias, faz se vassouras e grossos cabos de navio. De todas extrae-se uma estopa alva e finissima que a indústria há de preferir um dia para o calafeto nos grandes estaleiros ou em effeito útil no fabrico de papel (...) Enfim, ha nas florestas amazonicas uma infinidade de resinas que substituem a gomma da Arabia e outras que por melhor se reputam no mercado⁵¹⁸.

A propaganda sobre a natureza ainda se ampliava, com plantas medicinais e com a propaganda da seiva de andirobeira, a castanheira e os óleos finos que era possível preparar a partir da infinidade de produtos da floresta.

Estava claro que o início da república anunciava, para as unidades federativas, o fim do trabalho formalmente escravizado e das possibilidades para negociar os recursos dos

⁵¹⁷ Brazilian Commission. **Catalogue of the Brazilian section at the World's Columbian Exposition.** Chicago: E. Campbell, Printer, 1893, p. 59-64.

⁵¹⁸ MOURA, Ignacio Batista de. “Industria”. In: MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V.; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O estado do Pará: apontamentos para a exposição universal de Chicago.** Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 109-110.

territórios no comércio exterior. No entanto, estava posta, para os representantes do Estado e as frações de classes dominantes, a necessidade de produzir trabalhadores livres em número excedente, dissociados da natureza e dos meios de produção, tendo apenas a sua força de trabalho para negociar e se aventurar como um elemento colonizador desses fragmentos do território no interior do Brasil – materialidade que, como vimos, vinha sendo apresentada quase como “inexplorada”, cheios de “espaços novos” e “virgens” para a exploração, conotação que permaneceria ao se apresentar os produtos da agricultura. Dessa forma, as matérias-primas e os alimentos, na era de recomposição de uma balança comercial a partir das exportações para os Estados Unidos, tornavam-se atraentes para as frações de classes dominantes das unidades federativas com pouca articulação de seus produtos com esse centro do mercado mundial.

5.3 Produtos da Agricultura e o “apelo” por infraestruturas

A dependência das receitas das unidades federativas e do Estado territorial do Brasil das exportações, sobretudo dos produtos da agricultura, fez da apresentação de matérias-primas e de alimentos na exposição universal de Chicago um momento de exibir um balanço sobre os números das exportações. Em outras palavras, o desafio para as frações de classe dominante das oligarquias locais era mostrar, em seus livros, a diversidade de produtos que já estavam envolvidos nas trocas com o mercado mundial, entre tantos outros que, servindo ao mercado interno no Brasil, foram apresentados como potência alimentícia e como matéria de utilidade industrial com fins de ampliar o processo de acumulação expandida de capital dos centros industriais e financeiros.

É claro que os possuidores de capital desses centros da acumulação esperavam exatamente por isso. Sabiam todos os industriais, como assinala Marx, que o aumento dos preços das matérias-primas, principalmente dessas que dependiam das colheitas, interferia de forma inversamente proporcional na taxa de lucro. Assim como a maquinaria e os salários, as matérias-primas faziam parte daquele capital adiantado para a reunião desses componentes na fábrica para a transformação em mercadoria. No entanto, a matéria-prima era consumida totalmente no próprio ato da produção, enquanto a máquina estava em um lento processo de desgaste. Disputadas no âmbito do mercado mundial, as matérias-primas eram um elemento central da acumulação de excedentes de capital, por isso buscava-se sempre encontrá-la nos mais baixos preços⁵¹⁹.

---

⁵¹⁹ MARX, Karl. **O Capital**. Vol. III, tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Sobre a necessidade dos centros da acumulação de capital de encontrar matérias-primas sempre a preços baixos, adverte Marx:

Com as demais circunstâncias constantes, a taxa de lucro cai ou sobe em sentido inverso ao preço da matéria-prima. Resulta daí, entre outras coisas, quão importante é para os países industriais o preço baixo da matéria-prima, mesmo se as oscilações no preço da matéria-prima não fossem acompanhadas por mudanças na esfera de venda do produto, portanto abstraindo inteiramente a relação entre procura e oferta. (...) Na realidade vemos, por isso, que ao subir o preço da matéria-prima, o preço do artigo fabricado não sobe na mesma proporção que aquele, nem cai na mesma proporção ao cair o preço da matéria-prima. Por isso, a taxa de lucro, num caso, cai mais e, em outro, sobe mais do que se as mercadorias se vendessem por seu valor⁵²⁰.

Em seguida, acrescenta:

O súbito colapso do preço das matérias-primas coloca um entrave a sua reprodução, restabelecendo-se assim o monopólio dos países fornecedores originais, que produzem nas condições mais favoráveis; talvez restabelecimento com certas limitações, mas ainda assim restabelecimento. A reprodução das matérias-primas em virtude do impulso dado passa sem dúvida a efetuar-se em escala ampliada, nomeadamente nos países que possuem mais ou menos o monopólio dessa produção⁵²¹.

A busca por matérias-primas a preços baixos era o caminho percorrido pelos possuidores de capital para conseguir baratear os custos de produção, liberando capital aos níveis de expansão que pretendia da produção. Se a crise de sobreacumulação de 1873 a 1895, como atesta Coggiola, referiu-se à queda tendencial da taxa de lucros devido ao aumento da produtividade resultante da expansão da maquinaria, aumentando os estoques de excedentes de mercadorias que estavam postas na circulação, de capital financeiro em busca de novos investimentos e de trabalhadores desempregados nos centros da acumulação expandida de capital, os monopólios sobre as matérias-primas, criados pelas potências imperialistas sobre suas “zonas de influência”, foram uma saída encontrada para garantir um crescimento das taxas de lucros a partir da expansão geográfica no último quartel do século XIX⁵²².

O Estado do Brasil buscava se aproximar das negociações com os Estados Unidos. Apesar da retórica nacionalista, ao chamar o golpe militar de 1889 de “revolução”, os republicanos pouco conseguiam combater o poder dos ingleses de interferir nos fluxos de capitais, nas trocas desiguais e no monopólio das matérias-primas. No próprio plano do

⁵²⁰ MARX, Karl. **O Capital**. Vol. III, tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 82-83.

⁵²¹ Ibidem, p. 91.

⁵²² COGGIOLA, Osvaldo. **As grandes depressões – 1873-1896 e 1929-1939: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009.

comércio, como ratifica Davis, os intermediários em sua maioria eram estrangeiros: “Na Bahia da década de 1890, por exemplo, apenas um dos onze exportadores licenciados era baiano; e vinte e quatro das sessenta e quatro casas importadoras eram especializadas em mercadoria têxtil britânica”⁵²³. Mesmo que os caminhos dos investimentos ingleses estivessem voltados, na agricultura e na infraestrutura de transportes, em sua maioria para a África e a Ásia (principalmente a Índia), o imperialismo de livre-comércio dos britânicos, interferia no interior das unidades federativas, mesmo que essa interferência não se desse de forma igual nos outros territórios em que tinham domínio direto.

Os representantes da região Norte, vinculados à extração de vegetais e minerais, à exportação de algodão, açúcar e de alimentos para a Europa, continuavam bastante subordinados aos intermediários britânicos, mesmo que as aproximações com os intermediários dos Estados Unidos, com a exportação de borracha, de açúcar e de café, estivessem abrindo novo fluxo. Na década de 1890, o “colonialismo informal” dos britânicos não influenciava as regiões da mesma forma e, a especialização dos territórios do Sul como produtores de café – exportando sobretudo para os Estados Unidos, mas também abastecendo metade do mercado mundial dessa mercadoria – expunha uma parte do território que não estava vinculada fortemente a uma única “zona de influência”. Assim, a república, mesmo concentrada no poder dos proprietários de terra paulistas vinculados à monocultura de café, também tinha coronéis com poder local em outros territórios – os mesmos dessas frações de classes dominantes que queriam apresentar para os centros como vinham se dando as exportações nesses locais e, em latência, como se encontrava a capacidade dessas particularidades de produzir excedentes de matérias-primas e alimentos a partir de outros produtos, mesmo que os representantes do café também quisessem expandir sua produção.

Segundo Hobsbawm, as oligarquias das periferias do capitalismo sabiam que era a partir da permanência no mercado mundial, exportando matérias-primas e alimentos, assim como minerais e fibras vegetais, que essas frações de classes dominantes e os intermediários conseguiriam acumular internamente capital, mesmo com as trocas extremamente desiguais com os centros imperialistas. No entanto, afirma o autor que, para os centros da acumulação de excedentes, a função da periferia era complementar as economias centrais, e não fazer concorrência com um projeto de industrialização que poderia ser gerado com um denso projeto da acumulação de capital. Mais uma vez, não foi em vão que alguns países se especializaram e dependiam das rendas das exportações de um único produto. Mesmo assim,

---

⁵²³ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do terceiro mundo. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 391.

eram oferecidos aos intermediários do mercado mundial pelos representantes dos territórios e intermediários comerciais todos os produtos cuja exportação pudesse ser expandida:

Para os interesses vinculados à exportação de produtos primários – não era negócio se industrializar (...) As oligarquias de proprietários de terra e de comerciantes agentes das potências estrangeiras – locais, importados da Europa ou ambos – e, onde existiam, de seus governantes, beneficiavam-se com a duração absoluta do período de expansão das matérias-primas de exportação de suas regiões, interrompida apenas por crises breves, embora as vezes dramáticas, geradas pelo ciclo comercial, pela excessiva especulação, pela paz e pela guerra. A Era dos Impérios, que começou no final do século XIX, durou até a Grande Depressão de 1929-1933. Ainda assim, no transcurso deste período eles se tornariam crescentemente vulneráveis, pois suas fortunas eram, cada vez mais, função do preço do café, da borracha, do estanho, do cacau, da carne e da lã. Porém, até a queda vertical dos preços das mercadorias primárias durante a Depressão de 1929, essa vulnerabilidade, quando considerada a longo prazo, não parecia muito significativa comparada à aparentemente ilimitada expansão das exportações e dos créditos⁵²⁴.

Dessa forma, os representantes das unidades federativas estatais territoriais, nos livros enviados para a exposição universal de Chicago, aproveitaram para, após a apresentação da natureza natural, descrever as possibilidades de exploração e da qualidade de seus recursos, destacar os domínios territoriais que vinham se dando a partir da agricultura para a produção de alimentos e matérias-primas.

A exportação de algodão no Brasil foi um tema central da apresentação nos livros e catálogos enviados para a exposição universal de Chicago. Sem dúvidas, a tarefa também estaria em levar para os Estados Unidos as melhores amostras de algodão que pudessem concorrer com outros centros produtores dessa matéria-prima no mercado mundial, inclusive o americano. Retrospectivamente, era lembrado pelos representantes do Brasil que os próprios Estados Unidos haviam sido um concorrente forte das vendas desse produto no mercado mundial desde o final do século XVIII até meados do século XIX, tendo como motor de tudo a expansão da indústria têxtil britânica.

A substituição das exportações dos Estados Unidos para a América do Sul, durante a década de 1860, foi motivada pela produção indústria têxtil britânica, redefinindo a produção agrícola, o espaço agrário e as relações sociais no território. A expansão da produção de algodão no Ceará e na Bahia, sobretudo com a inserção do algodão arbóreo, deixava claro também a seleção de parcelas do território, inclusive do sertão, apropriadas para a produção algodoeira. Sobre a produção de algodão, adverte T. Pompeu sobre o território do Ceará que “a sua região cultural estende-se, actualmente, não só as serras e valles frescos, como a alguns

⁵²⁴ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 110-111.

sertões mais ou menos seccos. Em todo Valle do Jaguaribe e seus tributários, na serra do Pereiro, nas encostas do Araripe e da Serra Grande, nas serras do Machado, Uruburetama, Baturité, Acarape, Aratanha, Maranguape, nas ribeiras do Acarahú, Mundahú, etc, veem-se plantações importantes” de algodão⁵²⁵. E ainda acrescenta: “A Cultura do Algodão é a mais fácil de todas e exige metade ou pouco mais do trabalho que requer o café”⁵²⁶.

Mesmo não apresentando uma evolução dos dados, como fizeram os representantes do território do Ceará, F. Vicente assinalou que o território da Bahia também tinha “situações minimamente favoráveis ao seu cultivo, que não é, infelizmente, o que devia ser, por nos faltarem os precisos meios de transportes e braços destinados a taes misteres lá naquellas regiões longinquoas e desalentadas onde ele prospera”⁵²⁷. O autor expõe que, mesmo não sendo plantados no sertão, até pelo fato de existirem industriais têxteis que estavam em Salvador, expõe que o território tem terrenos suficientes que “oferecem condições extraordinariamente remuneradoras”⁵²⁸. Mesmo assim, apresentavam que, em 1891, haviam sido exportados do território da Bahia 165 fardos de algodão para Liverpool, 100 para Montevidéu e Buenos Aires, e 29 fardos de algodão para Lisboa e Porto⁵²⁹.

No entanto, outras lembranças, como a paralisação da exportação de algodão americano durante a Guerra de Secessão (1861-1865), se apresentavam como um fato para expressar a capacidade e a potência do Brasil na produção dessa matéria-prima, mesmo que, como vimos, a exportação do algodão não fosse a que mais estava em crescimento na década de 1890.

Durante a Guerra de Secessão, porém, o Norte bloqueou o Sul e as exportações de algodão americano para a Europa cessaram. Produziu-se então terrível crise na indústria têxtil europeia, sobretudo na Inglaterra, onde a “Fome de Algodão” ocasionou o fechamento das usinas e enorme desemprego. A oportunidade não deixou de ser aproveitada pelos demais competidores e o Brasil viu a renda anual de suas exportações de algodão subir da média de £630 000 em 1851/60 para £2 740 000 na década seguinte. Em 1861/70, o algodão foi de novo o segundo produto de nossa pauta, voltando com 18,3% a alcançar quase a mesma participação que tivera em 1821/30 (...) Este ciclo de nosso algodão foi curto: o valor anual médio de nossas exportações caiu a £1 900 000 na década de 1870/80 e apenas £930 000 na seguinte.

⁵²⁵ BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na exposição de Chicago (1893)**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893, p. 70.

⁵²⁶ Ibidem, p. 81.

⁵²⁷ VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 285.

⁵²⁸ Ibidem, p.285.

⁵²⁹ As informações sobre as exportações de algodão da Bahia e dos demais produtos, podem ser consultadas no “Mappa da exportação dos principaes generos d’este Estado para os países e portos abaixo mencionados no decurso de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1891”, anexado ao final do livro sobre o território da Bahia.

Durante todo o período republicano, nossas exportações de algodão se mantêm em nível insignificante⁵³⁰.

A produção de algodão havia mudado a paisagem do interior do Norte durante e após a Guerra de Secessão. Muitos trabalhadores migraram do litoral para trabalhar no algodão. Cultivado em sua maioria por trabalhadores livres e sem-terras nos meios de produção dos fazendeiros, o algodão, pelo menos até o início da década de 1880, foi uma “miragem de prosperidade”, chegando a ser embarcados 8 milhões de quilos apenas pelo porto de Pernambuco, que drenava o algodão do interior da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, com o quilo tendo o preço dobrado em comparação com o início da década de 1860⁵³¹. Pelos dados acima, sobretudo do Ceará, torna-se possível perceber que, mesmo após o final da Guerra de Secessão, o algodão continuou a ter crescimento nas suas exportações até 1877, período da grande seca, voltando na década de 1880 a atingir novos picos até a seca de 1888 a 1891.

Para Davis, mesmo após o retorno dos representantes dos Estados Unidos à exportação de algodão de excelente qualidade, após a Guerra de Secessão, a Grã-Bretanha continuou fazendo pressão para a expansão geográfica da produção de algodão no interior Brasil. O que não aguardava era que a queda dos preços, somada a outros caminhos tomados pela Inglaterra, faria dessa monocultura e dos 40% da população rural, que eram agregados sem-terra, se depararem com a rejeição dos britânicos durante as décadas posteriores – os mesmos que “orquestraram o surto uma década antes, passaram a rejeitar as remessas de algodão inferior, mal processado”, do Norte⁵³².

Embora devesse ter sido evidente após Appomatox que o algodão de excelente qualidade dos EUA logo inundaria o mercado mundial, a Associação Fornecedora de Algodão de Manchester, cujo primordial interesse era um mercado comprador permanentemente abarrotado de algodão cru, fez ferozes pressões sobre os brasileiros para cultivarem ainda mais hectares de terra. Logo depois, contudo, o retorno do algodão de fibra curta do sul fez despencar o preço das variedades promovidas com muito zelo por Manchester no Egito, na Índia e no Brasil. Os sertanejos desesperados tentaram compensar produzindo mais algodão. Mas enquanto faixas de lavoura de algodão floresciam nos mais remotos cantos do sertão, os produtos caíam vítimas de um torniquete entre preços de mercado em queda e altos e rígidos custos mundiais de transporte por terra para os portos fluviais mais próximos⁵³³.

⁵³⁰ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3, 1974, p. 560.

⁵³¹ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 401.

⁵³² Ibidem, p. 402.

⁵³³ Ibidem, p. 391 e p. 402.

A questão posta por Marx, nesse caso pensando algo equivalente à Índia, é que durante a Guerra de Secessão as fábricas da Grã-Bretanha ficaram praticamente paralisadas por falta de matéria-prima ou funcionando com apenas parte do maquinário. Além disso, expressa o autor que o algodão do Egito e da Índia também desacelerou a produção, o que rebateu nos salários e gerou desempregados que foram ocupados pelas instituições de amparo em obras de modernização da cidade, como saneamento básico, construção de obras públicas, etc., a preços miseráveis. Outras periferias haviam sido inseridas, e os altos preços do algodão, mesmo de qualidade mais grosseira que o algodão americano, foram procurados em diversos territórios para salvar a indústria inglesa e incentivados pelos britânicos para a sua produção⁵³⁴.

No entanto, após a década de 1860, as buscas inglesas do algodão em outros territórios apresentaram, para as periferias, que elas foram incorporadas de forma conjuntural, sendo esse corte das exportações, sobretudo na América do Sul, algo que também impediria a especialização no algodão, em termos de quantidade e qualidade. Sem falar, que essa anexação havia também sujeitado o território a uma condição clássica de colônia como produtora das matérias-primas complementares. Os preços subiram, na década de 1860, por escassez real dessa matéria-prima e logo depois desabaram com o retorno dos Estados Unidos à produção e com o neocolonialismo na África e na Ásia, da “modernização da pobreza”, como chama Davis ao lembrar que os investimentos britânicos em ferrovias passaram a ser na Índia, sendo para lá voltadas as atenções da produção de algodão, sobretudo durante a grande depressão entre 1873 e 1895.

A exposição universal de Chicago, dessa forma, aparecia como uma oportunidade de enviar amostras de algodão que possibilitassem, de um lado, apresentar a qualidade do produto do Brasil na concorrência pela matéria-prima e, de outro, engajar novamente esse produto no mercado mundial, já que os Estados Unidos, mesmo também passando por quedas, tinham excedentes para combater a concorrência. “Os excedentes agrícolas norte-americanos”, como assinala Eduardo Galeano, “resultam dos fortes subsídios que o Estado outorga aos produtores: a preço de *dumping* e como parte dos programas de ajuda exterior, os excedentes se espalham pelo mundo”⁵³⁵.

---

⁵³⁴ MARX, Karl. **O Capital**. Vol. III, tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 91-92.

⁵³⁵ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 126.

Segundo Singer, os desafios das frações das classes dominantes para expandir novamente a exportação de algodão eram bem mais amplos, pois essa queda da produção de algodão não resultava, segundo o autor, apenas do retorno dos Estados Unidos após a Guerra de Secessão, mas das estratégias criadas pelos centros da acumulação do capital europeu para se libertar da dependência do algodão americano, na medida em que interpretavam os Estados Unidos como o país que iria usar dessa própria matéria-prima para desenvolver sua industrialização têxtil e concorrer no mercado mundial. “A Alemanha promoveu o plantio de algodões em suas colônias do Camerum e Togo. A Inglaterra conquistou o Egito e o Sudão, tendo em vista desenvolver-se ali a cotonicultura.” A garantia desse produto nas zonas de influência, como a Índia e a América do Sul, consagrou as poucas aberturas dos representantes do Brasil para o mercado externo desse produto. Dessa forma, mesmo que introdutória, a “cotonicultura passou a ser estimulada pela expansão de nossa própria indústria de fiação e tecelagem, que se dá de modo mais firme após a abolição”⁵³⁶.

No livro sobre o estado do Ceará, estava explícito que grande parte dos agricultores havia abandonado a cultura do algodão pela queda dos preços (por não conseguir produzir no Ceará a preços baixos) na concorrência do mercado mundial; mesmo assim, apresentava T. Pompeu a necessidade de estender o projeto de meios de produção, como a importação de sementes dos Estados Unidos para aplicar ao solo do território:

O algodão chamado – Riqueza – caroço azul e longa fibra começa a ser cultivado. Procede de sementes mandadas vir directamente dos Estados Unidos por uma casa desta praça, e daria hoje rendas duplas aos plantadores, se estes não houvessem sido omissos no seu cultivo. Cumpre, entretanto mostrar e propagar as boas sementes. Sendo o sólo cearense apropriado a cultura das melhores especies, podendo rivalisar com a de 1ª qualidade americana, por que não empregar todos os meios de conseguil-a? O governo russo acaba de dar-nos exemplo digno de imitação. O algodão cultivado no Turkenstan russo pertencia a unica variedade a lã. Esta variedade produzia apenas 40 a 55 puds por deciatina. A administração russa compreendeo a importancia para o futuro do pais de tal cultura, si no Turkestan fossem introduzidas as especies americanas de grande rendimento. Entre estas escolheu a variedade *uplan*, e desde 1868 foram enviadas essas sementes ao paiz, teve de lutar contra a principio a má vontade dos indigenas que não quizeram plantar outra semente senão a sua⁵³⁷.

O chamado ao capital estrangeiro estava feito. Além das sementes, a oferta de terras indígenas e o chamado aos braços anunciavam a possibilidade de uma expansão “infinita” dessa cultura no Norte do país, mesmo que o transporte e a falta de força de trabalho fossem

⁵³⁶ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, n. 3, 1974, p. 560.

⁵³⁷ BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na exposição de Chicago (1893)**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893, p. 82.

postos como empecilhos para a expansão dessa matéria-prima. Na descrição dos autores dos territórios do Ceará e da Bahia, estados que ganhavam destaque quando se tratava da produção de algodão, um elemento é repetido e defendido de maneira insistente: os pontos de exploração da cultura do algodão ainda não haviam atingido o grau de desenvolvimento que o *solo* permitia. Ambos anunciavam a falta de técnicas, de créditos e de investimentos como o grande motivo para a pouca “prosperidade” das *regiões culturais* e para os seus atrasos. Da mesma maneira, apontavam a necessidade de construção de ferrovias como uma forma de ligar o sertão ao litoral, controlar a produção e mobilizar a força de trabalho, mesmo que a circulação de algodão do Brasil no mercado mundial, no final do século XIX, já se apresentasse desarticulada do consumo em massa dos grandes centros da acumulação de capital. A exibição das potencialidades na produção de algodão no Brasil era uma aposta dos representantes do Estado em dizer que se tinha algodão de qualidade para disputar com os fios, sobretudo dos Estados Unidos, ou pelo menos que havia condições naturais para serem exploradas.

Os territórios do Ceará, da Bahia e de São Paulo também usaram da exposição universal de Chicago para apresentar a “especialização do país” no mercado mundial: o café. Com uma produção que havia ganhado expansão no Sul do Brasil, sustentada pelo trabalho escravo, os números sobre a exportação do café destacavam também, minimamente, a participação de outros territórios no comércio exterior. Ao final, ficava claro nas propagandas que a expansão interna dos domínios de cada território para o cultivo de café mostrava-se a mais promissora nas unidades federativas do Norte, mesmo sabendo que o principal concorrente para essa região era, exatamente, São Paulo (Tabelas 06, 07 e 08).

Tabela 06 – Exportação de Café do Território do Ceará

Ano	Kg de Café	Lucro em réis
1861	2.810.940	1.178.054\$000
1871	560.283	226.761\$000
1881	3.937.980	1.253.148\$440
1890	238.611	191.366\$000

Fonte: Adaptado de BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na Exposição de Chicago (1893)**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893, p. 88.

Tabela 07 – Exportação de Café do Território da Bahia

Data	Kg de Café
1891	9.499.620

Fonte: Adaptado VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 284.

Tabela 08 – Café Exportado do Território de São Paulo

Ano	Kg de Café	Lucro em réis
1867	30.000.000	-
1887	150.000.000	-
1892	220.000.000	200.000.000\$000

Fonte: Adaptado de PINTO, Adolpho Augusto. **The State of São Paulo, Brazil, Chicago**. John Anderson Publishing Company, 1893, p. 6.

Para os representantes das unidades federativas do Norte, Ceará e Bahia, as palavras estavam em localizar os terrenos propícios para as plantações de café e, de certa forma, demarcavam um otimismo sobre o mercado futuro dessas plantações. Da mesma forma que o algodão, com médias e pequenas propriedades, esses lugares foram sendo apontados na cartografia das “informações gratuitas” sobre as possibilidades de expandir os domínios nesses fragmentos do território do Brasil com tal cultivo.

Foi dessa forma que T. Pompeu descreveu a localização onde já vinha se dando o cultivo de café, fazendo referências às qualidades do solo e do clima:

[Sobre o Café] além das serras de Baturité, Maranguape e Aratanha, onde seu cultivo adquiriu certa extensão, há plantações em menor escala nas de Meruóca, Serra Grande, encosta do Araripe, nos municípios do Crato e Jardim. Essas serras por sua elevação mediana, de clima benigno, frescas, afastadas da brisa marítima, voltadas para o Oriente, de terreno de barro, pedra e areia, são as mais apropriadas a cultura do Café (...) Consta-me que os cafés da Meruóca apresentam aspecto animador e textura robusta. Na Serra Grande vai prosperando regularmente e nos municípios de Crato e Jardim alarga-se sua cultura anualmente, depois de 1879. Em S. Benedicto e S. Pedro da Serra Grande, mostraram-me pés de café de mais de metro de circunferência. Há fazendeiros que possuem ali plantações de 30.000 e mais pés de café⁵³⁸.

Anunciava-se que, mesmo com outras exportações de café concorrendo no mercado mundial com o Brasil, partindo dos territórios de Java, do Ceilão, da Índia, da Venezuela, do Haiti, etc., o excedente em circulação, segundo ele próximo a 6 mil toneladas, era pequeno, contextualizando nesses números a necessidade de expandir essa produção nas serras úmidas

⁵³⁸ BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na exposição de Chicago (1893)**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893, p. 86.

no Ceará. É interessante observar ainda que esse destaque, dado pelo autor, ao ano de 1879 como retorno das exportações de café, refere-se às interrupções provocadas pela seca de 1877 a 1879. As secas, adiciona o autor, atreladas às circunstâncias financeiras do estado do Ceará para desenvolver obras de infraestrutura de transporte e barramentos de água, faziam com que não houvesse uma exportação contínua do produto. No entanto, mesmo com essas “intermitências” provocadas pelas instabilidades climáticas, acreditava-se que a retirada das taxas para exportação apresentaria um interesse maior para os produtores investirem na produção de café, ao diminuir os gastos, e, assim, expandir os domínios no território do Ceará com melhor parcela na exportação total de café pelo Brasil. Em relação ao solo, acrescenta: “Seja como fôr, o Ceará ainda não exporta a quantidade de café que poderia produzir, caso fossem aproveitadas as serras frescas que avesham o litoral”⁵³⁹ – referindo-se sobretudo à Serra de Maranguape, Pacatuba e Meruoca, que tinha ferrovias sendo implantadas para os portos de Fortaleza e Camocim.

O livro escrito por F. Vicente sobre o território da Bahia trata de como o café, que tivera seu cultivo iniciado pela colonização do Sul do território pelos suíços, estivera em crise após a abolição da escravização com a falta de braços para os proprietários dos grandes latifúndios no início da república. No entanto, revela que, após os altos preços no mercado mundial, quando comparado com outros produtos da agricultura, as médias e pequenas propriedades vinham transformando o território, principalmente nas margens das possibilidades de circulação. Além de apresentar que, futuramente, a produção de café na Bahia iria triplicar, pois os agricultores tinham-se voltado para o cultivo do café em alguns municípios, sendo bem explícito na localização e adaptação do cultivo do café no território:

A cultura do café prevalece nos municipios de Nazareth, Amargosa, Areia, S. Félix, Maragogipe, Conceição do Almeida, etc, etc., no sul do Estado e nos logares centraes onde chega a viação commoda deverá assumir dentro de breve tempo importancia tripla da que tem actualmente. Se a exportação no anno de 1891 foi de 9.449.620 kilogrammas, ella não tardará a elevar-se a 27 ou 30 milhões, havendo tanto terreno já roteado e destinado á sua cultura naquelles municipios supra indicados. Conviria que se zelasse melhor o respectivo preparo industrial, e neste sentido, uma vez que a pequena lavoura começa a apoderar-se do seu cultivo, estabelecer-se usinas de preparação, exactamente como se vae proceder em grande para com a plantação da canna⁵⁴⁰.

⁵³⁹ BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na exposição de Chicago (1893)**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893, p. 88.

⁵⁴⁰ VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 284.

Esses territórios municipais, segundo os autores, contabilizaram no comércio exterior para a Alemanha em 1891, especificamente para Hamburgo e Bremen a venda, respectivamente, de 17.744 e 25.714 sacos de café. Sacos de café também foram exportados para a Inglaterra: 1.140 para Liverpool e 148 para Londres. Para a França, em Marselha e Bordeaux, foram exportados 22.145 e 3.080 sacos de café. Para os Estados Unidos, sobretudo Nova York, 28.180 sacos de café; para Gênova, na Itália, 13.686; para Lisboa e Porto, em Portugal, 17; para a Antuérpia, na Bélgica, 4.594; para Trieste, na Áustria, 1.100; e, para Lagos, possessão inglesa na África, foi enviado um único saco de café. Interligado aos grandes centros da acumulação de capital financeiro, o território da Bahia anunciava ser parcela da periferia do capitalismo inserida na exportação de alimentos a partir do café, sendo esse seu segundo produto de exportação, ficando em primeiro a exportação de açúcar mascavo para os Estados Unidos⁵⁴¹.

No entanto, os dados de exportação do café de 9.499.620 quilos, da Bahia, e de 3.937.980 quilos, no auge da produção de café do Ceará no último quartel do século XIX, parecem ser irrisórios perto dos 220.000.000 quilos apresentados pelo território de São Paulo. Não à toa, praticamente o livro inteiro sobre essa unidade federativa tem como referência tal cultivo, diferentemente dos livros das demais unidades federativas, que fazem outros balanços produtivos e comerciais da produção de várias matérias-primas e cereais.

Com o subtítulo “a terra do café”, o livro de Adolpho Pinto sobre o estado de São Paulo para a exposição universal de Chicago apresentava espessamente o produto-chefe das exportações realizadas no Brasil – e, como veremos mais à frente, o impulso para a implantação de infraestruturas de transporte nessa unidade federativa e, como visto no capítulo anterior, para a luta pela manutenção da centralidade do poder político nacional na cidade de São Paulo. Em outras palavras, como assinala ironicamente Davis, “na verdade, com a consolidação do poder paulista o Brasil se tornou uma monocultura” – relatando que a concentração econômica e política de São Paulo se dava, sobretudo, pela maneira como centralizava a produção de café e o território paulista eram privilegiados no desenvolvimento das forças produtivas relacionadas ao comércio exterior⁵⁴².

O café, como mostra Singer, era um produto com grande demanda externa pelos hábitos construídos pela população urbana dos países industriais, que o revezava com o chá e

⁵⁴¹ As informações sobre as exportações de café da Bahia e dos demais produtos podem ser consultadas no “Mappa da exportação dos principaes generos d’este Estado para os países e portos abaixo mencionados no decurso de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1891”, anexado ao final do livro sobre o território da Bahia.

⁵⁴² DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 392.

o chocolate nas refeições⁵⁴³. Como tratamos na seção anterior sobre as qualidades do solo para o desenvolvimento do plantio de café, não seria de estranhar que a “parte econômica” do livro sobre o estado de São Paulo fizesse uma propaganda sobre a produção do café, *um produto que ativava a inteligência dos homens de letras e estimulava as forças para os que combatiam com os braços*, além das técnicas de plantio e beneficiamento do produto, apresentando o território de São Paulo e o café como um produto tropical consumido com lucratividade garantida⁵⁴⁴.

Nas palavras de A. Pinto, “agriculture is the principal source of wealth in the of São Paulo. No region in the world can offer to human labor a field more vast, more fertile and at the same time more lucrative”⁵⁴⁵. Essas palavras sustentavam o tom retórico dado ao livro, o qual concebia a própria propaganda da riqueza acumulada pela exportação de café como um manual de convencimento para o capital e a força de trabalho externa excedente migrarem para o território de São Paulo. Contudo, mesmo que apresentasse o cultivo de café como a plantação que tem maior extensão ocupada do solo, revelava que no território de São Paulo outros cultivos eram realizados além do café, eram eles: cana-de-açúcar, algodão, tabaco, mandioca, milho, feijão, arroz, batata, uva, chá, etc. O que mostrava também uma diversidade de produtos da agricultura na unidade federativa, mesmo que o autor afirmasse que quase todo o capital e a ocupação da força de trabalho eram aplicados na lavoura de café.

Mesmo que o livro focasse no cultivo do café como o principal investimento para o capital e o trabalho excedente, para A. Pinto seria interessante se existisse alguma máquina para o cafezal que fosse capaz de realizar as tarefas dos trabalhadores, substituindo a enxada, sendo capaz de abrir o chão, capinar e colher⁵⁴⁶. Um dos grandes motivos, sobretudo para as colheitas, estava relacionado com o aumento de salários devido à falta de trabalhadores. Por muitos anos, revelava o autor, eram pagos aos trabalhadores na colheita de café, em média, 400 réis para 50 litros de frutos, o que correspondia a 6 ou 7 quilos de café exportado. Em 1892, reconhece que, devido à escassez de trabalhadores, o preço pago aumentara para 800

---

⁵⁴³ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3, 1974, p. 547-593.

⁵⁴⁴ “In addition to its delightful odor and incomparable taste, coffee recommends itself as a cheap nourishment, whose action consists in lessening the rapidity of assimilation, and, consequently, in protecting the necessity of renewing our forces, being also a powerful auxiliary of the digestive functions and a first-class stimulant for those of the brain. Therefore it is the nourishment alike of labor and intelligence, the beverage of the man of letters as of the workman, and, consequently, of all of us who, in the daily struggle for life, use either the brain or arm as instruments of combat.” PINTO, Adolpho Augusto. **The State of São Paulo, Brazil, Chicago**. John Anderson Publishing Company, 1893, p. 7.

⁵⁴⁵ Ibidem, p. 6.

⁵⁴⁶ Ibidem, p. 8.

réis. A questão da inserção de máquina na produção, na colheita, na lavagem, no descascar, no secar e no polir estava em debate, sendo as atenções voltadas sobretudo para o Brunidor, máquina utilizada para dar um polimento leve nos grãos e que requeria um único trabalhador⁵⁴⁷.

O café foi anunciado por A. Pinto como o investimento na agricultura que possibilitava maior retorno de lucros:

From what we have said about the production of coffee in the state of São Paulo, it may be estimated at an average of about 400 dollars per hectare of coffee rightly cultivated. There is no culture in the world which produces so great a return, being five times greater than that of cereals, three times that of vineyard, and all with such little work⁵⁴⁸.

Mesmo que o café fosse o produto daquele período de maior abrangência no mercado mundial, outros produtos, como o açúcar, que também fizeram parte da colonização do Brasil e do acordo comercial com os Estados Unidos, em 1891, assumiam uma revalorização nas exportações em destaque. Apresentar, para os interessados da exposição universal de Chicago, os níveis de produção de açúcar, bem como, as potências de expansão geográfica desse produto para abastecer a demanda externa, também era disputar outros mercados hegemônicos desse produto e as zonas de influências já delimitadas pelas grandes potências.

Referente a esse produto, F. Vicente assinalou que o território da Bahia, como um dos litorais mais dotados para a cana-de-açúcar, era um dos pontos do Brasil que conseguira permanecer articulado com as exportações no mercado mundial. O autor não teve pudor nenhum em descrever que foi devorando a natureza e os nativos que a cana-de-açúcar se ergueu sob o comando dos possuidores de terra, que fundaram grandes fazendas de cana a partir da exploração de escravizados negros da África. Descrevendo o litoral como um espaço entregue aos latifundiários e espoliadores das culturas de subsistências das comunidades tradicionais, um espaço destinado em quase todos seu domínio à produção de cana, também admite que a cana-de-açúcar tomou “o interior a dentro do Estado até onde o transporte do gênero permitisse remuneração satisfactoria ao producto”⁵⁴⁹. E, mesmo notando que, com a abolição da escravização e o início da república, crescera a exportação do fumo (tabaco),

---

⁵⁴⁷ PINTO, Adolpho Augusto. **The State of São Paulo, Brazil, Chicago**. John Anderson Publishing Company, 1893, p. 6.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 12.

⁵⁴⁹ VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 280.

realizou uma leitura otimista frente aos benefícios promovidos pelo estado a partir do acordo com os Estados Unidos para a produção e exportação do açúcar proveniente da cana:

Em 1891, o assucar exportado para o estrangeiro attingio a 17.142.260 kilogramas, sendo maior a sua exportação em 1892. A lavoura da canna que tinha sofrido em virtude da transformação do trabalho activa-se, porém, agora com a volta dos braços que a tinham desamparado, e seu resultado vae tornando-se manifestamente remunerador. São, portanto, dignas de louvores as providencias tomadas pelos poderes publicos no sentido de animar o plantio da cana e multiplicar o numero de fabricas centraes para a respectiva manipulação (...) Não se deve, pois, ter receio algum do futuro quanto a estar mercadoria, sobretudo se pelo melhor trabalho e mais economica fabricação puder ser barateado o preço d'elle de modo a facultar a melhor qualidade sem augmento de sacrificio a grande massa dos consumidores. Já se vê que o porvir da lavoura de canna tem diante de si os melhores auspicios acrescendo que nenhum paiz poderá competir commosco na respectiva produção e idoneidade⁵⁵⁰.

Segundo Singer, no projeto de expansão do neocolonialismo, sobretudo, a partir da década de 1870, as impossibilidades provocadas pelos proprietários de terra e a defesa desses pela manutenção da escravização até as últimas consequências no Brasil tinham seu exemplo clássico nos engenhos tradicionais do Norte – que, embarreirados pelos latifundiários, tiveram os investimentos do capital britânico e americano inibidos, paralisando-se na modernização da produção e, consequentemente, nas possibilidades de lucros com as exportações de açúcar.

Assim, ratifica o autor:

As perspectivas de lucro que nosso açúcar oferecia ao capital monopolista americano e europeu eram inferiores às de indústrias localizadas em território metropolitano ou em território politicamente dominados pelas metrópoles, devido ao crescente protecionismo suscitado pela concorrência cada vez mais aguda entre os capitais monopolistas das grandes potências. Fossem outras circunstâncias e o capital dos países industrializados ter-se-ia invertido em nossas usinas, cujo produto teria tido então fácil acesso aos mercados metropolitanos. Talvez trinta anos antes este tivesse sido o caso se a abolição tivesse se dado logo após o fim do tráfico. Mas, nos anos noventa o mundo industrializado já se encontrava no plano inclinado que levaria a 1ª. Guerra Mundial, e a busca da autarquia norteava a política dos governos e do capital dos países industrializados⁵⁵¹.

No entanto, os representantes do território da Bahia anunciavam que esse comércio antigo de açúcar no comércio exterior permanecia articulado, sobretudo com os Estados Unidos. É necessário lembrar que o acordo geopolítico assinado com o Brasil, em 1891, permitia a entrada do açúcar no território americano sem cobrança de impostos, sendo nítido

⁵⁵⁰ VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 283-284.

⁵⁵¹ SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3, 1974, p. 558-559.

como esses números engradeciam, ou permitiam um refúgio para as exportações do território da Bahia, ao calcular a exportação de sacos de açúcar na quantia de 144.531 para Nova York; 18.161 para Hampton-Roads; 10.298 para Delaware; 11.588 para Boston; e 27.973 para Filadélfia⁵⁵².

Como destaca Hobsbawm, o consumo em massa de alimentos que vinham das trocas com os mercados de produtos da periferia do capitalismo, nos centros do capitalismo, foi expandido no último quartel do século XIX. E, além do café, o cacau era uma das matérias-primas mais cobiçadas para a produção de chocolate nos centros urbanos. Levantando apenas o consumo no interior da Grã-Bretanha, assinala o autor:

Os britânicos, que haviam consumido 700 gramas de chá *per capita* nos anos de 1840 e 1,5 kg nos anos de 1860, estavam consumindo 2,6 nos anos 1890, mas isso representava uma média anual de importação de 102 mil toneladas, contra menos de 45 mil toneladas nos anos de 1860. Enquanto os britânicos abandonavam as poucas xícaras de café que bebiam, para encher seus bules com chá da Índia e do Ceilão (Sri Lanka), os americanos e alemães importavam café em quantidades cada vez mais espetaculares, notadamente da América Latina. No início dos anos 1900, as famílias de Nova York consumiam meio quilo de café por semana. Os fabricantes Quaker de bebidas e chocolate da Inglaterra, felizes por distribuir bebidas não-alcoólicas, obtinham sua matéria-prima na África e na América do Sul⁵⁵³.

A apresentação da produção de cacau no Brasil, exposta nos livros enviados para a exposição universal de Chicago, tem destaque nas unidades federativas da Bahia e do Pará. Como a matéria-prima principal para a preparação do chocolate, essa atividade movimentou várias parcelas de território na América do Sul. No território da Bahia, como descreve F. Ferreira, prosperava “nas comarcas do sul, desde Valença até Alcobaça, mórmente nas de Ilhéos, Cannavieiras e Belmonte”⁵⁵⁴. No território do Pará, descreve Pedro da Cunha: “podendo ser cultivado em todo o Estado, é nas margens dos rios Amazonas e Tocantins, que mais abundão os cacoeiros. A sua plantação é fácil: o cacoeiro dá seu primeiro fructo 3 annos depois de plantado e produz durante mais de 50 ou 60 annos”⁵⁵⁵. Ambos recorrem às qualidades naturais que prevalecem nesses territórios e aos altos preços do produto no

⁵⁵² As informações sobre as exportações de café da Bahia e dos demais produtos podem ser consultadas no “Mappa da exportação dos principaes generos d’este Estado para os países e portos abaixo mencionados no decurso de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1891”, anexado ao final do livro sobre o território da Bahia.

⁵⁵³ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 108-109.

⁵⁵⁴ VIANA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p 284.

⁵⁵⁵ CUNHA, Pedro. “Rendas Publicas e commercio”. In: **O estado do Pará: apontamentos para a exposição universal de Chicago**. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 89.

mercado mundial, ao tratar da produção e das perspectivas de aumentar as exportações para além dos números que apresentavam na exposição universal de Chicago (Tabelas 09 e 10).

Tabela 09 – Exportação de Cacau do Território da Bahia

Data	Kg de Cacau
1892	3.028.720

Fonte: Adaptado de VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 279-197.

Tabela 10 – Exportação de Cacau do Território do Pará

Data	Kg de Cacau	Lucro em réis
1871	4.191.222	1.523:208\$700
1881	5.104.902	2.740:459\$140
1891	4.991.620	2.919:467\$630

Fonte: Adaptado de MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O Estado do Pará:** apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 89.

Ainda sobre o território do Pará, escreve P. da Cunha:

Escreveram pessoas conhecedoras do assumpto, que as colheitas do cacáo nas margens do Amazonas chegaram a ser tão abundantes, a não poderem ser totalmente transportadas nas frotas, que desciam o rio e ficavam em terra, com grandes perdas, embarcadas no anno seguinte. Paragens havia tão ricas d’esse producto, que o Governo as reservava para com o valor das colheitas ocorrer ás despesas do fardamento da milicia. Si não existe hoje mais essa quantidade prodigiosa de cacoeiros, é certo que o aproveitamento do cacáo tem sido muito maior, e os preços tem crescido de forma a compensar largamente os trabalhos e despesas de sua colheita⁵⁵⁶.

Sobre o território da Bahia, F. Vicente trata da produção do cacau:

O cacáo, outro rama de plantação, ensaiada em multiplas regiões, e cujo preço desafia a atividade dos plantadores, tem prosperado (...) A pequena e a média cultura constituem os seus principaes exploradores, mas ha tambem grandes propriedades que se entregam á respectiva faina com avultadas compensações. A razão deste limite de zona para o cultivo remunerador está na natureza da planta, que requer terreno humido frequentemente, profundamente argiloso e com espessa camada de

⁵⁵⁶ CUNHA, Pedro. “Rendas publicas e commercio”. In: MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V.; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O estado do Pará:** apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 89.

terra vegetal. A exportação de cacá accendeu no anno de 1891 a 3.028.720 kilogrammas, devendo a sua producção subir muito nestes tres annos proximos, em virtude de grande quantidade plantada e que só nessa epoca entrará em pleno rendimento. Pode-se mesmo asseverar que não ficará longe dos 10 milhões, com promessas de maior augmento, visto continuarem a se estender os campos da respectiva exploração⁵⁵⁷.

O comércio de exportação de cacau da Bahia também conseguiu se alinhar com os centros europeus e americano. O autor afirma que 27.811 sacos do produto foram comercializados com a Alemanha; 23.379 foram exportados para a Grã-Bretanha; 10.561 para a França; e 19.326 sacos para os Estados Unidos. Na década de 1890, o chocolate era consumido em massa como bebida nos centros urbanos europeus (como já vimos com Hobsbawm anteriormente) e mobilizava o debate sobre a produção e a circulação no outro lado do oceano Atlântico, e tantos os representantes do território da Bahia como os do Pará viam na manutenção do produto do cacau um dos principais mercados promissores, que deveria ser estimulado nos territórios dessas unidades federativas.

Entre esses produtos da agricultura vinculados à exportação, o algodão, o café, o açúcar e o cacau, acompanhados da produção de borracha, foram os principais oferecidos pelo Brasil nos materiais escritos para a exposição universal de Chicago, como uma parcela dos interesses que uma periferia do capitalismo tinha para com os centros da acumulação de capital – mesmo que outros produtos, como o tabaco, a castanha, entre outros, também já entrassem na busca por mercados externos. Além desses produtos vinculados à exportação, anunciavam os autores mais um conjunto de cereais e outros alimentos que se encontravam nos territórios das unidades federativas e que serviam, sobremaneira, para a subsistência da população local. Nesse quesito, São Paulo foi a única unidade federativa que pouca atenção projetou sobre outros produtos que não o café.

Os representantes das unidades federativas da Bahia, do Pará e do Ceará apresentam a mandioca (a farinha de mandioca, a fécula de mandioca e a tapioca), o milho (a farinha de milho), o feijão, o arroz, o trigo, batatas, pimentões, amendoins, cebolas e pimentas como alimentos que satisfazem a necessidade do estômago da grande massa da população. Em pequenas lavouras, feitas por lavradores, em sua maioria, fora dos centros dos produtos de exportação, esses cereais e outros alimentos animam o mercado interno. Sobre a produção desses cereais e de outros alimentos – sobretudo a mandioca –, relatam os autores da Bahia que “em quasi todas as zonas do nosso uberrimo estado podemos dizer que temos todas as

---

⁵⁵⁷ VIANA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 284-285.

culturas”⁵⁵⁸, ou mesmo, ao tratar da farinha de mandioca, relatavam os representantes do Pará que “essa é a base principal da alimentação de toda a população, é a cultura da mandioca a mais desenvolvida”⁵⁵⁹.

Com detalhados mapas da “produção agrícola” nos estados, elevaram os detalhes de sementes, os tipos de diferentes adaptações e os aproveitamentos “industriais” que poderiam ser feitos com os produtos. No catálogo do território do Ceará, em geral sobre os *produtos da agricultura*, os representantes da comissão apresentaram 50 amostras de milho, 23 amostras de arroz, 29 exemplares de mandioca, 116 amostras de feijão – e ainda amostras de amendoim, jerimum, pimentão verde, cebolas, etc. O crescimento desses dados sobre os meios de subsistência passa a ser feito, logo à frente, com o diálogo sobre a relação entre os setores produtivos⁵⁶⁰.

O catálogo também apresentava o aproveitamento dos produtos da agricultura para a indústria, como: a semente de algodão para o óleo; o fumo para o cigarro; a cana-de-açúcar para a produção de aguardente, rapadura e melaço; a mandioca para a produção de farinha; caju para vinho; algodão para fios grossos; peles de animais para couro de sandálias e cadeiras; frutas (goiaba, manga, murici e mamão) para sua transformação em doce, apresentando as potencialidades da agricultura e, ao mesmo tempo, o beneficiamento que já se fazia de alguns produtos⁵⁶¹.

Os representantes da política, da economia e da ciência enviaram amostras para Chicago ainda de goiaba, banana, tamarindo, pimenta-malagueta, pimenta-de-cheiro, pimentão, castanha, maxixe e mapirunga secos. Apresenta a Comissão Central do Ceará 212 amostras de “produtos da agricultura” que poderiam ser usados para a alimentação (como fruta, doce, vinho ou tempero) e para uso medicinal, sendo que muitas vezes uma única amostra era exposta com uma diversidade de usos, como foi o caso da cebola-brava, apresentada pela comissão “por conter um succo mucilaginoso e albuminoso que misturado [ao] negro fumo produz boa graxa

---

⁵⁵⁸ VIANA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 287.

⁵⁵⁹ MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V.; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O estado do Pará**: apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 91.

⁵⁶⁰ BEZERRA, Antonio. Comissão Central do Ceará. **Exposição de Chicago 1892-1893**: Catálogo dos Productos, remetidos a Exposição Preparatória do Rio de Janeiro. Fortaleza: Tipografia Econômica – Praça do Ferreira, 1892.

⁵⁶¹ Ibidem.

para sapatos. Substitue a colla na marcenaria. E' empregado ainda nas moléstias das vias respiratórias"⁵⁶².

Os agentes do projeto de desenvolvimento do capitalismo periférico no Brasil, que escreveram sobre os territórios de São Paulo, Pará, Bahia e Ceará, estavam bem contextualizados sobre as possibilidades de articular essas unidades federativas, produtoras de matérias-primas e alimentos, com os centros que necessitavam dessas matérias-primas para manter o processo contínuo de acumulação ampliada, mesmo que, para os centros, muitas ofertas das mesmas matérias-primas fossem feitas por várias periferias. O que implica pensar que as periferias e os representantes dessas matérias-primas estavam em concorrência, sendo os territórios de maior facilidade de produção e circulação sob o domínio direto dos centros da acumulação de capital aqueles preferidos pelos próprios centros. Não custa lembrar, com Eric Hobsbawm, que os anos entre 1873 e 1895 são assinalados como um período de *grande depressão* da taxa de lucros dos capitalistas e dos Estados imperiais e, dialeticamente, marcaram a era da *grande expansão* geográfica do mercado mundial, sendo a ampliação nítida da divisão internacional do trabalho (entre países primários e industrializados) uma das saídas encontradas – saídas que fariam a última década do século XIX e a primeira década do século XX preparar os terrenos de rivalização entre os diferentes Estados nacionais industrializados, sendo essa razão ainda um dos motes para o acontecimento da Primeira Guerra Mundial⁵⁶³.

Dessa forma, a questão que envolve o apelo para o desenvolvimento de infraestruturas físicas, ou melhor, das críticas feitas pelos representantes à ausência do desenvolvimento de infraestruturas físicas no território (sobretudo, ferrovias) passou a ser um tema comum ligado aos livros das exposições universais. Singer lembra que grande parte da infraestrutura de transporte, como as ferrovias, os portos e os sistemas de bondes, estava vinculada à própria recorrência do governo a empréstimos crescentes a capitais excedentes no exterior, difundindo assim a expansão da dívida pública e a exigência sobre a expansão da exportação de alimentos e matérias-primas para que pudessem ser sustentados os pagamentos da dívida externa como os superávits da balança comercial⁵⁶⁴. Assim, apresentar as possibilidades das exportações e, em conjunto, apelar para os investimentos em infraestruturas físicas era uma combinação da reprodução entre as trocas desiguais do centro possuidor de excedentes de produtos

⁵⁶² BEZERRA, Antonio. Comissão Central do Ceará. **Exposição de Chicago 1892-1893: Catálogo dos Productos**, remetidos a Exposição Preparatória do Rio de Janeiro. Fortaleza: Tipografia Econômica – Praça do Ferreira, 1892, p. 154.

⁵⁶³ HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

⁵⁶⁴ SINGER, Paul. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)". **Revista Mexicana de Sociologia**, vol. 36, nº 3, 1974, p. 547-593.

industrializados e de crédito e, dialeticamente, de uma periferia do capitalismo que possuía matérias-primas para serem “arrancadas” pelos braços dos trabalhadores locais e dos imigrantes a partir da incorporação desses territórios a novas trocas no mercado mundial.

Tentando contrariar as unidades federativas que dependiam exclusivamente do transporte ferroviário, H. Santa Rosa, da unidade federativa do Pará, tendo apresentado desde o início um projeto repleto de vias aquáticas, sem necessidade de implantação ferroviária, expõem um pouco dos sentidos do desenvolvimento do transporte que se buscava nesses territórios:

Se a prosperidade de qualquer paiz depende, como é hoje verdade reconhecida, do maior desenvolvimento das vias de comunicação que o cruzam, a todos surpreenderá o grandioso destino para que foi talhado este Estado pelo seu sistema hydrographico. Sem numero são os rios que atravessam o território n'um enrodilhamento majestoso⁵⁶⁵.

No entanto, muito além das existências de caminhos, estava em jogo a capacidade de levar grande quantidade de mercadorias num menor tempo possível, ligando distintos espaços e tempos. Não foi à toa que, mesmo sendo apresentado como um território que tinha um destino de desenvolvimento econômico certo por razão de seus rios, reforçava que para transformar alguns “territórios inóspito” era necessário abrir estradas de rodagens, ou mesmo ferrovias. Também sabiam eles, assim como foi revelado nos textos, que haviam cachoeiras, ou mesmo, larguras distintas nos diversos canais, fazendo com que nem sempre a navegação fosse contínua de um lugar a outro.

Em palavras de louvor à ciência como aquela que possibilitou integrar todo o globo (a humanidade) em um único mercado, expõe Manoel Odorico Nina Ribeiro, ao escrever no livro do estado do Pará sobre as vias de comunicação nesse território:

O cuidado com que actualmente os resultados certos são escrupulosamente separados dos que apenas se fundam em uma analogia duvidosa; a crítica uniforme e sévera que se emprega no estudo das forças da natureza e no exame da redistribuição da matéria e do movimento, permittiram que o progresso da sciencia, em contato continuo com o mundo exterior, operasse na organização de todas as artes da vida a mais rápida e a mais fecunda das revoluções. Por toda parte a sciencia tornou-se o patrimonio commum da humanidade; a agricultura, a industria, e o commercio transformaram-se, obedecendo aos seus utilissimos preceitos. A Amazonia, no seculo das grandes industrias, não podia escapar aos beneficios influxos da sciencia. Paiz da admiração dos sabios, *tornou-se assim em poucos annos um vasto mercado aberto á actividade humana*. O trabalho, o capital, o crédito, o transporte, a permuta

⁵⁶⁵ SANTA ROSA, Henrique A. de. “Descripção physica”. In: MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V.; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O estado do Pará**: apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 37.

e a especulação obedeceram á sciencia, intervindo na producção da riqueza. A eletricidade, o vapor, a liberdade e a lei operaram a acceleração do movimento na grande transformação economica e social⁵⁶⁶.

Se a incorporação ao mercado mundial era, por um lado, um fato – sobretudo para alguns territórios no Brasil que ainda, na primeira metade do século XIX, estavam praticamente isolados –, por outro lado era exatamente uma invasão dos centros da acumulação de capital por matérias-primas e alimentação, para expandir seus excedentes do capital produtivo. Essa incorporação, para Mike Davis, que transformava radicalmente sociedades isoladas e suas populações nativas interligadas com as potências imperialistas, também abria e alargava processos de limpeza étnica dos territórios para a ampliação das monoculturas, a criação de gado, a especialização dos territórios em alguns produtos para exportação. Não condizia, assim, o aumento das exportações, ou mesmo o estoque de produtos que apodreciam sem ser exportados, com a “melhoria da qualidade de vida” das populações; pelo contrário, a “exportação da fome” se desenvolve juntos com esses processos quando pensamos a Índia, a China, o Norte do Brasil, etc.⁵⁶⁷

A incorporação aos centros da acumulação de capital e os rápidos transportes eram uma pista desse processo, posto pelas próprias periferias como uma necessidade para expandir as condições de exportações das matérias-primas, sobretudo, para as classes dominantes nos distintos quadrantes do Brasil, que pretendiam enviar o máximo de produtos possíveis para o mercado externo. Para A. Pinto, por exemplo, trabalhando sob a hipótese de que a “crise dos preços” do café poderia ser estabilizada caso houvesse um desenvolvimento mais propício das ferrovias em São Paulo, que possibilitasse exportar mais produtos para suprir a queda dos preços, o desenvolvimento dos transportes era o fator que impulsionaria para arrancar e fazer circular novos excedentes que não conseguiam circular e chegar ao mercado.

Apresenta o autor, retrospectivamente, São Paulo como um território que teve sua primeira ferrovia inaugurada em 1868, ligando o porto de Santos, a capital e Jundiaí, num percurso de 138 quilômetros. Para o autor, essa implantação se deu pela garantia de juros de 7%, com o governo brasileiro possibilitando para a companhia 2.650.000 libras esterlinas. Mesmo afirmando que até o ano de 1874 os déficits haviam se sobressaído, enumera que, em 1893, os lucros do governo brasileiro passaram a existir com a expansão dos usos da linha

⁵⁶⁶ MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V.; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O estado do Pará:** apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892, p. 118.

⁵⁶⁷ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais:** clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Santos-Jundiaí, indicando o autor uma circulação de 600.000 toneladas, nessa artéria que considerava uma das principais da produção dos produtos no território. Adiciona que esse movimento, entre a garantia de juros de 7% e a implantação de ferrovias, fez com que novas companhias surgissem com o domínio do território e a expansão da circulação para “zonas marginais” do território de São Paulo. Informa ainda que, nos 25 anos anteriores, de 1878 a 1893, haviam sido construídos 2.500 quilômetros de ferrovia – mesmo dizendo que a interferência do território ondulante transformasse a implantação das ferrovias em trabalho laborioso⁵⁶⁸.

Nessa perspectiva, A. Pinto indicava que, mesmo com tanta quilometragem construída, o ano de 1893 apresentava-se como parte de uma “terrível crise” que afetava o comércio, a agricultura e a indústria em São Paulo. Seu motivo seria a “insuficiência de linhas de transporte”, conclamando a necessidade de novas ferrovias e de uma revisão do material circulante que conseguisse dar vazão à produção excedente que se acumulava:

At present, commerce, agriculture and industries are suffering a terrible crisis, which has effected all the people of São Paulo. This crisis originated in the insufficiency of the lines of state transportation, which have been crowded 100 much, some railways lacking rolling stock for so considerable a traffic, and the lines of Santos to Jundiahy (a single track one) not having the capacity for the required service. The crisis of transportation, however, due to a progress which in the last few years exceeded all expectation, is of temporary character, the companies being engaged (it being to their own interest) to increase their rolling stock and to construct other railways to the coast⁵⁶⁹.

A expansão para zonas mais distantes e a aglomeração de ferrovias na costa, para além do porto de Santos, também estavam dentro dos interesses das companhias que dominavam o tráfico de produtos do interior de São Paulo para os portos. O chamado para a construção de novas ferrovias, casado com as possibilidades de pagamentos que se apresentavam nos vultuosos números da exportação de café, faziam do apelo da unidade federativa de São Paulo uma defesa em comum dos demais representantes estatais e das frações de classes dominantes dos outros territórios.

---

⁵⁶⁸ PINTO, Adolpho Augusto. **The State of São Paulo, Brazil, Chicago**. John Anderson Publishing Company, 1893.

⁵⁶⁹ Tradução livre: “No presente, comércio, agricultura e indústria estão sofrendo uma terrível crise, que tem afetado todas as pessoas de São Paulo. Esta crise se originou na insuficiência das linhas de transporte do estado, que estão cem vezes mais congestionadas, algumas ferrovias sem circulação de mercadorias para um trânsito tão considerável, e linhas de Santos a Jundiaí (uma única linha) sem a capacidade para o serviço solicitado. A crise do transporte, entretanto, devido ao progresso que excedeu nos últimos anos todas as expectativas, é de caráter temporário, as companhias tendo se empenhado (sendo de seu próprio interesse) em aumentar sua circulação de mercadoria e a construir outras ferrovias para o litoral”. Ibidem, p. 5.

Foi fazendo uma crítica ao centralismo da antiga monarquia perante a possibilidade da aprovação e concessão a empresas que F. Vicente abriu a seção sobre a “Viação”, anunciando que o início da república também havia descentralizado a possibilidade dos negócios do capital estrangeiro com os representantes das unidades federativas. Contudo, em termos de extensão, já apresentava um território com ferrovias implantadas: “pouco mais de mil kilometros de estrada de ferro possui o Estado, distribuídos por diversas linhas construídas pelo governo central, diferentes companhias e pelo Estado”⁵⁷⁰.

Rememorava que empreendimentos organizados pela Bahia and S. Francisco Railway Company haviam ligado, entre 1858 e 1863, Salvador a Alagoinhas. E, ainda, que em 1884 essa mesma companhia havia ganhado a concessão para construir um ramal entre Alagoinhas e Timbó, com projeto de prolongá-lo até Sergipe. Relata que a companhia Tramroad organizou a implantação, em 1881, de Nazareth para Santo Antônio de Jesus, e desta última a cidade de Amargosa. Entre as outras reconstruções da implantação ferroviária no território da Bahia, discorre que a Brazilian Central Bahia Railway Company, entre 1870 e 1880, havia construído uma linha principal em São Félix do Paraguaçu com dois ramais, um para o município de Machado Portela e outro para Bandeira de Mello, descrevendo que um conjunto de planos de ampliação ferroviária fora feito para estender o percurso pelas companhias, com novas concessões do governo, sendo destaque a estrada de ferro entre Alagoinhas a cidade de Bonfim, com 322 quilômetros, sendo projetada sua continuidade até Juazeiro, conseguindo, assim, centralizar a comunicação do vale do São Francisco com a capital, Salvador. Mais duas estradas de ferro eram projetadas como centrais para a Bahia: *a estrada de ferro Bahia-Minas*, que, partindo de Caravelas, passaria por Aimorés, na fronteira de Minas, com possibilidade de prosseguir até Teófilo Otoni, no Norte de Minas Gerais; e *a estrada de ferro de Santo Amaro*, de Santo Amaro a Bom Jardim, sendo destaque essa ferrovia servir “a lavoura de assucar das diferentes freguesias que atravessa, assim como á fabrica central do Bom Jardim”⁵⁷¹.

Para o açúcar, para a mineração, para o petróleo, para o café, eram os destinos para onde corriam os trilhos que geralmente misturavam nomes de estrangeiros e de coronéis locais nas companhias em língua estrangeira. Ligando o litoral ao sertão, ou o sertão ao rio São Francisco, os autores concluíram o tema da viação apresentando um conjunto de

---

⁵⁷⁰ VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 160.

⁵⁷¹ Ibidem, p. 163.

concessão que o “espírito de empresa” da república havia já realizado para a expansão e construção de ferrovias no território da Bahia:

Accendendo-se com o estabelecimento da republica, o espirito de empresas, foram feitas pelo governo do Estado algumas concessões para a construção de estradas [entre 1890 e 1891] ás seguintes pessoas: (1) á Fortunato, Pinho, Avellar & C, (...) para uma estrada de ferro do rio Aratuype á povoação do Jequié; (2) á Companhia Tram-road de Nazareth, (...) para prolongar sua linha de Areia até Conquista; (3) á mesma, (...) para uma linha ferrea da estação de Nazareth, pela margem do rio Jaguaripe, até o ponto que oferecer mais facilidade á navegação; (4) ao Dr. Francisco Teixeira de Magalhães, (...) para uma estrada de ferro do rio Pardo ao pôrto de Santa Cruz; (5) á Luiz Gomes Pereira, (...) para uma estrada de ferro da serra da Itiuba á cidade de Jacobina; (6) ao Engenheiro Luiz Antonio de Souza Bahiana, (...) para uma estrada de ferro do Ramal do Timbó ao rio Real; (7) á John Cameron Grant, Franck George Williamson e João José da Cruz Camarão, (...) para uma estrada de ferro de Camamú ou Marahú ao rio S. Francisco; (8) ao Barão de Saramenha e engenheiro Modesto de Faria Bello, (...) para uma estrada de ferro, em prolongamento á de Montes Claros, á S. Sebastião do Salto Grande, no Estado de Minas, até Porto Seguro neste Estado; (9) á Leopoldo José da Silva, (...) para uma estrada de ferro de Pojuca á Barra do Rio Grande; (10) ao Dr. Davi Ottoni, (...) para uma estrada de ferro de Canavieiras ás divisas de Minas; (11) ao engenheiro Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade, (...) para uma estrada de ferro de Alagoinhas ao Rio S. Francisco; (12) á Alfredo Botelho Benjamin e José Ferreira Cardoso, (...) para um ramal da estação Bandeira de Mello á villa de Andarahy; (13) ao tenente-coronel José Nunes Affonso Britto, (...) para uma estrada de ferro da Lagôa Redonda á povoação do Palame; (14) ao Dr. Antonio Victorio de Araujo Faleão e Agrario Barbosa de Carvalho, (...) para uma estrada de ferro do terminal da central ao Estado de Goyaz; (15) aos coroneis Mauricio José de Souza Dantas e Marcos Leão Velloso, (...) para uma estrada de ferro de Entre-Rios ao arraial da Manga; (16) a João José Vaz, Américo de Freitas, Pedro Jayme David e Joaquim dos Santos Correia, (...) para uma estrada de ferro do arraial de Passé á cidade de Santo Amaro; e finalmente (17) ao engenheiro Francisco de Salles Torres Homem, (...) para uma estrada de ferro de Valença a Carinhanha⁵⁷².

A abertura de novas fontes de matérias-primas, por meio de ferrovias na periferia do capitalismo, era uma forma encontrada pelas frações de classes dominantes internas financiada pelos possuidores de capital para garantir o acesso da matéria-prima e criar os monopólios, garantindo os baixos preços, ou mesmo a pilhagem das matérias-primas, pelo menos por certos períodos. Dessa forma, o anúncio sobre a extensão de antigos caminhos de ferro, bem como a necessidade da implantação de novas ferrovias nos territórios, eram usados como propagandas promissoras das novas fontes de matérias-primas, que conseguiriam rápida circulação e, assim, preços mais estabilizados; mas não deixava de ser igualmente uma oferta para os centros de capital excedente para novos investimentos, que poderiam ser feitos garantindo ao mesmo tempo novas fontes de matérias-primas. Aliás, os investidores sabiam que o dinheiro acumulado por algumas classes dominantes no Brasil, sobretudo aquelas que

⁵⁷² VIANA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893, p. 164-165.

exportavam matérias-primas a baixos preços no final do século XIX, não dava para financiar a modernização do território – e, em tempos de corrida por matérias-primas, esse poderia ser um investimento com duplo benefício.

Para Davis, com referência, sobretudo, ao território do Ceará, a queda dos preços das matérias-primas do algodão mais a grande depressão, iniciada em 1873, casada ainda com as secas de 1877 a 1879 e de 1888 a 1891, haviam varrido a acumulação interna que os proprietários tiveram até a metade da década de 1870, ampliando as dívidas. E, para os sertanejos que haviam vindo do litoral, a década de 1890 era apresentada como o caminho para a sobrevivência em troca de trabalho forçado, agora para baratear as obras públicas e diminuir o salário, trabalhando muitas vezes por comida. Os horrores do final da década de 1870 e 1880, eram parte dos fantasmas que estavam ocultos nos produtos do Norte do Brasil. A fome e as mortes, em nível de holocaustos bélicos, envolviam uma retórica do poder local, que apelava para o desenvolvimento da infraestrutura de transporte como mais um tema que, atrelado à queda dos preços de café e à proposta de ampliar a produção de exportação no Brasil, também se somava ao projeto de combate à seca nos territórios como uma forma de fugir da queda da acumulação interna de capital⁵⁷³.

O apelo à questão do desenvolvimento de ferrovias no território do Ceará foi defendido tão fortemente pela Comissão Central do Ceará que um relatório composto por Ernesto Antonio Lassance Cunha foi feito sobre os resultados da implantação do transporte ferroviário no território, bem como sobre um plano que a apresentava em primeira mão, na exposição universal de Chicago, para os interessados que pretendiam investir em ferrovias ou oferecer empréstimos aos representantes do Ceará e do Brasil. Além da expansão da agricultura, expõe o autor a luta contra a seca, os empreendimentos encampados pelo capital local e o projeto de extensão que necessitaria ocorrer naquele início de república:

A Companhia, devido a pobreza do Ceará, às seccas que periodicamente o assolam, e na desconfiança de que só muito tarde o capital empregado offerecia resultados remunerados, luctou com os maiores embaraços para levar a effeito a construcção do trecho iniciado, a falta de capitais para acudir as despesas de preparação do leito e aquisição do material fixo e rodante, no estrangeiro, pelo que so no dia 7 de Setembro de 1875 inaugurou a estação de Maranguape e em 9 de Janeiro a estação de Pacatuba. Nesta ocasião já a companhia estava completamente exangue de recursos ao ponto de retardar os compromissos contrahidos com empreiteiros a quem foi dada a construcção. Sem embargo do estabelecimento do tráfego, a companhia continuou a lutar com as maiores difficuldades, porque embora affluissem productos da lavoura para as estações inauguradas, o pequeno percurso

---

⁵⁷³ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais:** clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

da linha em tráfego e a escassez e má qualidade do material rodante de que depunha, não lhe proporcionava renda que cobrisse as suas despesas de custeio⁵⁷⁴.

Nesse sentido, o texto construído para a exposição universal de Chicago propunha a realização de um projeto que tanto satisfaria o intento da classe senhorial de Fortaleza, por tomar o sul do Ceará (na cidade do Crato), sobrepor Fortaleza como porto principal do território e por prender, política economicamente, os sertões e as serras aos negócios da vida social da capital, quanto possibilitaria ultrapassar os limites do Ceará, ligando-o ao vale do rio São Francisco.

a Estrada de ferro de Baturité é a artéria destinada a servir o Sul do Ceará, tendo por ponto inicial a capital, cidade marítima, e por objetivo o rio S. Francisco, que por seu turno é a artéria fluvial, que em futuro não muito remoto, ligará o Norte ao sul do Brasil. Esta estrada preenche fins diversos: 1º Ligar o Ceará ao Sul [...] por meio do rio S. franciscos; 2º Proporcionar maior desenvolvimento da lavoura e industria do [...] Ceará até então atrofiada pela falta de meios fáceis de transporte para a condução dos productos do interior para a capital; 3º É também uma estrada estratégica, permita-se a expressão, para minorar os efeitos das seccas que assolam [o Ceará]⁵⁷⁵.

A necessidade de expandir a ferrovia no território do Ceará para expandir a produção agrícola ainda ganhou coro em algumas passagens no interior do livro de T. Pompeu. A produção de algodão – que, segundo o autor, tinha demonstrado, pelo exemplo dos Estados Unidos, uma acumulação de capital interna – estaria prejudicada no território do Ceará pela falta de “progresso”:

Infelizmente para esta fonte de renda, alem dos impostos, com que se onerou o caroço de algodão, subsiste principalmente para ella a carestia dos transportes; o que já tem sido motivo de não augmentar (...) De feito, é forçoso favorecer esta lavoura, e o processo consiste em dar-lhe estradas commodas e da menor distancia. Mas, em quanto se cogita geralmente de prolongamentos das duas vias-fêrreas do Estado se descûra das estradas de rodagem auxiliares que são indispensaveis dellas. Ha annos, se não applica somma alguma a esta necessidade de primeira ordem, salientando-se todavia a verdade de que o algodão sobreleva a todos os negocios para ricos e pobres; mas, pelo excesso dos fretes, sua cultura é sem resultado no interior do Estado. Quando se attende para o enorme cultivo deste herbaceo nos Estados Unidos, e os lucros que elle proporciona sem grandes fadigas, admira-se a lentidão do agricultor brasileiro, sua negação a toda idéa de progresso⁵⁷⁶.

⁵⁷⁴ LASSANCE CUNHA, Ernesto Antonio. “Synopse histórica da estrada de ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufatureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago, 1892”, p. 252-272. (fac-símile). In: FILHO, José Capelo; SARMIENTO, Lídia. **Arquitetura ferroviária no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 255.

⁵⁷⁵ Ibidem, p. 253.

⁵⁷⁶ BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na exposição de Chicago (1893)**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893, p. 83.

Sobre esse projeto de modernização que coadunava com o controle da natureza e, assim, com a desconstrução da imagem do Ceará como terra retardada economicamente pela problemática da seca, algumas medidas estavam sendo anunciadas pela Comissão Central do Ceará:

Retardou igualmente o desenvolvimento das forças da terra as sêccas repetidas, para correctivo das quaes se não adoptavam os meios convenientes, como seião a conserva de forragens para os gados, e o represamento das aguas pluvias para a irrigação e misteres da lavoura, acrescia a falta da via de transporte rapido e barato para os productos do interior, onde demorão as terras melhores para algodão, café, assucar, etc. A tudo se está provendo, de alguns annos a esta parte, achando-se em vias de terminação a barragem de Quixadá, a 190 kilometros da Fortaleza, para 140 milhões de metros cubicos d'agua, destinada á irrigação de um valle uberrimo de 6:000 hectares; e outras barragens se achão em estudo. Uma estrada de ferro⁵⁷⁷.

Por fim, um discurso entre agricultura e ferrovia, articulado ao controle das secas, era construído pela retórica do poder com o fito de garantir a continuidade da exportação do excedente durante o ano, bem como de expandir o terreno ocupado e inserir novas produções, novos excedentes, no território do Ceará:

Do que fica dito, facil é concluir que o Ceará, muito mais do que outra qualquer região brasileira está na intima e immediata dependencia das alternativas meteorologicas. A' annos de prodigiosa productividade agricola sucedem outros de penuria, de quasi esterilidade. N'aquelles, a carencia de vias de communicação, faceis e baratas, para *transportar o excedente* ordinario da producção, invalorisca esta, ou reduz a proporções tão insignificantes o preço dos productos agricolas que o lavrador prefere perdel-os a correr os riscos de leval-os aos mercados consumidores ou exportadores do litoral. Nas quadras de penuria, a imprevidencia dos habitantes, de par com a implacabilidade da seccura atmospherica que estiola e mata a vegetação, gera a miseria, a fome e com ella seus consecutarios naturaes, a peste, a prostituição, a mortandade, o exodo dos habitantes e o abandono do solo. No entretanto, se attendessemos para os dados pluviometricos, recolhidos cuidadosamente, desde 1849, nesta capital, e de 1878 em diferentes localidades, véremos que essas alternativas, embora importantes, não descem a minimas que impossibilitem a vida vegetal e animal, se aproveitados fossem os recursos postos pela natureza ao alcance das forças humanas⁵⁷⁸.

Os números e toda uma calculabilidade de possível domínio da natureza estavam relacionados diretamente com o “otimismo técnico”, que fora fomentado nas exposições universais como a meta inicial para dominar material e simbolicamente a superfície terrestre, desenvolver um processo de industrialização e de agricultura moderna, ligados ainda à modernização dos territórios com os transportes e, por fim, para que se atingisse uma

⁵⁷⁷ BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza. **Estado do Ceará na exposição de Chicago (1893)**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893, p. 3-4.

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 35.

“civilização completa” dos Estados nacionais aos moldes do desenvolvimento europeu, tendo como exemplo a maneira tardia norte-americana de industrialização e de agricultura que se constituía na antiga colônia da Grã-Bretanha. O desenvolvimento da técnica e o domínio da natureza nessas circunstâncias se tratava de uma própria descrição de como o capitalismo foi se constituindo e poderia ser expandido nessas terras⁵⁷⁹.

Para o caso do Ceará, que reclamava sobre a seca e as vocações negativas da natureza, não é de estranhar que esse “otimismo técnico” estivesse ligado à crença na ideologia do “progresso” e na leitura linear da história (sendo vista a concentração de técnicas, em si, como possibilidade de passar para outra fase da história num dado território). Esses conhecimentos em linha reta estavam pautados, assim, na fé de que a razão instrumental ligada à máquina iria levar as sociedades periféricas ao desenvolvimento e os indivíduos à liberdade econômica a partir da técnica. Saber sobre a natureza e seu domínio (nesse caso, para a exposição universal de Chicago) era um dado importante sobre que particularidade cada território assume no “trem da civilização” do capitalismo.

Analisando a apresentação do Brasil no espetáculo em Chicago, isto é, o modo como os produtos da natureza e da agricultura foram recepcionados, fica claro que, para as periferias do capitalismo, a transição do século XIX para o século XX evocava nas frações de classes dominantes locais um conjunto de impulsos para sua incorporação no mercado mundial. Esse pedido de inserção, essa entrega do território para a produção derivada do projeto da acumulação ampliada de capital, contraditoriamente, era o impulso da exploração da massa de trabalhadores (que também estava em processo de formação) e dos próprios recursos como moedas de troca dessa inserção.

Enviar todas as possíveis amostras para a exposição universal de Chicago (fosse de uma fibra vegetal, um minério em abundância ou mesmo de um produto da agricultura) era a confirmação, para alguns membros da classe dominante, de que continuar sendo periferia era a única forma de continuar sendo mandante nos trópicos. Os livros, todos eles, sabiam que as submissões aos centros industriais estavam postas, que não havia outro trilha a seguir que não fosse aceitar a força da invasão dos centros da acumulação de capital, da dita civilização, mesmo que tudo isso tivesse que continuar sacrificando, separando e transformando grande parte da sociedade em trabalhadores que sobreviviam em penúrias. No ato do espetáculo em Chicago, nem destruições da natureza, nem expropriações de nativos, nem controle das terras,

---

⁵⁷⁹ Sobre uma crítica ao aparelhamento matemático do pensamento ligado ao desenvolvimento trágico da técnica pelos representantes da economia burguesa, cf. ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

nem a violência aos camponeses ou a herança de pilhagens conseguiam ser mostrados – os produtos, separados da sua realidade, eram amostras fantasmagóricas daquela realidade.

5.4 Fragmentos do Brasil na ala da periferia no espetáculo em Chicago

Apesar do rótulo universal, o ato do espetáculo da exposição universal de Chicago apresentava a ordem político-econômica da *geopolítica do capitalismo* numa vitrine bem demarcada. De um lado, estavam os países do eixo central, aqueles da Europa ocidental e os Estados Unidos, geralmente citados pelos organizadores da exposição como os países que apresentavam maior qualidade dos objetos expostos, sobretudo referente às máquinas. De outro lado, os demais países, originados da África, Ásia e América Latina, agrupados como a ala da periferia, ganhando destaque nos produtos da natureza, agricultura, pesca, etc. Esse território periférico nos interessa para pensar a posição do Brasil na exposição universal de Chicago. Num espetáculo aos moldes de uma exposição universal, não é de se estranhar que, em termos de linguagem, a recepção do Brasil pelos representantes estrangeiros, bem como pelos seus representantes particulares, tenha ganhado um sentido elogioso que era dado pelos próprios organizadores da exposição e do mercado mundial ao seu território.

Iniciada em 1º de maio de 1893 e se estendendo até 30 de outubro do mesmo ano, a *vitrine da geopolítica do capitalismo* em Chicago contou com a participação de 46 países, sendo visitada por 27,5 milhões de pessoas, recebendo apenas no dia 9 de outubro de 1893 – dia em que se rememorava o grande incêndio de Chicago em 1871 – a visita de 716.881 visitantes⁵⁸⁰ (Gráfico 05). Esse número de visitantes, de certa maneira, mostrava ao mundo que a exposição universal de Chicago havia dado certo, mesmo que a grandiosidade dos investimentos e construções apresentasse um espetáculo que nas primeiras semanas ainda se realizaria entre os trabalhos dos operários, os términos dos acabamentos das obras, etc., do maior volume de investimentos (US\$ 28 milhões) e produção de espaço urbano (81 hectares) na história de uma exposição universal⁵⁸¹.

⁵⁸⁰ DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co, Chicago, 1893.

⁵⁸¹ FINDLING, Jonh E. **Chicago's Great World's Fairs**. Nova York: Manchester University Press, 1994, p. 17-18.

Gráfico 05 – Visitantes nas Principais Exposições Universais do Oitocentos

Fonte: Adaptado de GUDEHUS, B.S & RASMUSSEN, A. **Les Fastes du Progrès: le guide des expositions universelles (1851-1992)**. Paris, Flammarion, 1992.

O Brasil abriria as portas do seu palácio em Chicago apenas no dia 19 de julho. Essa demora se deu, sobretudo, pela morte do presidente da Comissão Brasileira, Marechal José Simeão, e do vice-presidente, Ladislau Netto, impedindo que o país fosse apresentado na famosa *White City* desde os primeiros dias do espetáculo⁵⁸². Entretanto, atrasado como fosse, estava o país apresentado nas diversas seções, como máquinas, transportes, manufaturas, eletricidade, agricultura, produtos florestais, minas, pescaria, etc. A morte das principais personificações de unidade do país não atrapalharia que os produtos fossem expostos, os livros abertos, os mapas entregues, os cafés provados e a imprensa norte-americana motivada a falar com elogios sobre a apresentação do Brasil.

Nos primeiros anos de uma república autoritária, novos nomes de militares e de outros colaboradores intelectuais figuravam como membros que marcaram a presença e a representação do Brasil nos departamentos e seções, somaram-se aos demais representantes

⁵⁸² “Com o falecimento, em junho de 1893, do Marechal José Simeão, que ao Brazil prestara os melhores serviços na organização dos trabalhos da nossa exposição em Chicago, foi nomeado para substituí-lo o contra-almirante Joaquim Antonio Cordovil Maurity, que no desempenho dessa comissão soube, mais uma vez, corresponder dignamente á confiança do Governo.” BRASIL. **Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Relatório do Ministro Bibiano Sergio Macedo de Fontoura Costallat. Relatório do Anno de 1893. Apresentado em maio de 1894, p. 32.

locais que viajaram até Chicago, compondo um amálgama entre poderes locais particularizados pelo poder das oligarquias e a situação política nacional.

Como descreve o próprio ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Bibiano Costallat, o país estava representado por nomes de confiança do governo nos doze departamentos da exposição universal de Chicago:

Manteve o Brasil em exposição permanente em cada um dos palacios e departamentos americanos as suas correspondentes secções expositoras, classificadas e distribuidas pelos seguintes commissarios brasileiros, nesta ordem: Dr. Graciano de Azambuja: no departamento da agricultura, a correspondente secção; e as de instrucção publica, estatistica, legislação e publicidade dos departamentos de manufacturas e artes liberaes, tendo por auxiliar o cidadão Francisco Freire Napoleão, e a secção da exposição de cafés, da qual servia de auxiliar o cidadão Luiz Michelet. Dr. Julio Brandão: no departamento das artes liberaes, as secções de medicina, cirugia, pharmacia e hygiene. Coronel Dr. F. M. de Souza Aguiar: no departamento das manufacturas, as correspondentes secções nacionaes; bem como o encargo dos trabalhos de architectura, e outros commissionedos pela presidencia. Barão de Marajó: no departamento de ethnologia, a secção correspondente, a de archeologia, e as annexas de couros e borrachas, além de outras commissões de que por vezes for incumbido pela presidencia. Professor Rodolpho Bernardelli: no departamento de bellas artes, as secções de pintura, estatuaria e as conexas, tendo por auxiliar o cidadão João José da Silva. Capitão de mar e guerra I. M. de Lemos Bastos: no departamento de electricidade, a correspondente secção e a de meteorologia. Capitão-tenente José Martins de Toledo: no departamento de meios de transporte, as respectivas secções de transporte por mar e por terra e assumptos relativos a marinha de guerra. Tenente João Batista da Motta: nos departamentos de mineralogia e de pescarias, as competentes secções, e posteriormente a de floricultura e assumptos militares. Maestro Carlos Gomes: no departamento de artes liberaes, a secção de musica. A Exma. Sra. Martha Sesselberg, representante do Estado do Pará, commissaria gratuita: no departamento das senhoras, a sua peregrina secção; assim também a collaboração pela imprensa sobre a vida, costumes, e dedicação do belo sexo no Brazil, como consta do numero especial do "*Graphic*", expressamente dedicado á Exposição do Brazil em Chicago, e o seu bello livro – *In Amazon Land*. Dr. Adolfo Aschoff: secretario da commissão, encarregado da thesouraria e do expediente, por vezes incumbido de algumas das secções na ausencia dos respectivos chefes, além de auxiliar sempre prompto ao lado da presidência para todos os trabalhos da Exposição Brasileira em Chicago⁵⁸³.

Uma visita ao pavilhão do Brasil já era suficiente para verificar as intenções do país: a presença de palmeiras e outros arbustos brasileiros, a exposição de mapas sobre o relevo brasileiro, a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, quadros representando o grito do Ipiranga, variadas paisagens no Brasil, aquarelas, fotografias do estado de São Paulo⁵⁸⁴. No entanto, é preciso, antes mesmo de nos deleitarmos criticamente sobre o que o país de fato apresentou de forma impressa e com amostras de produtos no Jackson Park, saber como a exposição universal em geral ocultava profundas fantasmagorias da geopolítica do capitalismo, desde os

⁵⁸³ BRASIL. **Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Relatório do Ministro Bibiano Sergio Macedo de Fontoura Costallat. Relatório do Anno de 1893. Apresentado em maio de 1894, p. 35-36.

⁵⁸⁴ PINTO, Adolpho Augusto. **Viajando**. São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901, p. 116-119.

negócios envolvendo a construção do sítio urbano, a organização espacial da exposição e, sobremaneira, no ato efêmero dos visitantes de contemplarem os objetos à deriva no espetáculo.

O espetáculo em Chicago apresentava uma realidade invertida, uma epifania da inapreensibilidade do domínio dos centros imperialistas sobre territórios coloniais, ou mesmo sobre aqueles Estados modernos independentes politicamente, mas que também estavam sob o domínio dos centros industriais e financeiros na transição do século XIX para o século XX. Desde o movimento do “corredor cultural” da Midway Plaisance, com suas cores raciais misturadas, até a divisão dos produtos entre os pavilhões no Jackson Park, a fantasmagoria do domínio imperialista se fez presente, mesmo que a dimensão de apreensibilidade do nervo óptico pouco fizesse compreender essa forma de domínio no plano do imediato de coleções de mercadorias animadas sob os olhares reificados dos visitantes.

No turbilhão da vida de uma metrópole, sobretudo quando preparada para receber uma exposição universal, a relação entre centro e periferia se apresentava das formas mais diversas. Destaque talvez possa ser dado em Chicago à montagem do efêmero que significava a avenida Midway Plaisance, com danças exóticas e eróticas. Ganhava destaque e controvérsia naquela rua composta de países estrangeiros a chamada “Little Egypt”, por exemplo, que realizava performances de *danças do ventre* em plena rua, colocando os que estavam visitando o centro do progresso e da educação na América como espectadores de mulheres com roupas semitransparentes, como objetos de diversão e estereótipos da “vida primitiva”, corpos totalmente apresentados fora da vida social dos seus territórios de origem, contextualizados como pornografia para os gostos ocidentais.

Aos darwinistas sociais, essa exposição de pessoas de colônias da África, da Ásia e de países latinos, todos sustentados por economias de produtos coloniais, era um verdadeiro banquete para fazer da curiosidade cultural sobre os territórios exóticos um espetáculo das classes, das raças e dos gêneros, uma epifania do domínio imperialista que também chegaria ao nível da cultura e das tradições, apresentando os países do centro do capitalismo – predominantemente, seus objetos, comidas, roupas, etc. – como um destino de “civilizados”, enquanto os que compunham a periferia do capitalismo apresentavam, sobretudo, pessoas, corpo, seios, bundas, exotismos humanos, “exibições nativas”, que mesmo sendo muitas vezes elogiados pelos organizadores não escondiam as religiões e as danças como parte do primitivismo periférico que queriam cultivar como inferiores à sociedade industrial.

Como analisa o próprio J. Findling:

In addition, the Midway contained native exhibits that were in some cases privately organized, and in others sponsored by foreign governments. There was a purposeful effort to emphasize the cultural aspects of a group of people in order to encourage the study of ethnology, and (...) has pointed out, for visitors to be shown convincing evidence of the racial superiority of the Anglo-Saxon race. If a Midway exhibit was from a 'civilized' country, then 'things' like music, food, or crafts were the focus of attention; if the exhibit was from a 'primitive' country (or colony), then people were the focus. The most primitive groups, like the Javanese and the Dahomeans, were regarded like animals in a petting zoo or small children at a church picnic. (...) Must have reflected the feeling of many visitors when he wrote that the Javanese village was 'so odd and dainty and simple, and the little people so like children masquerading in grown-up people's clothes'⁵⁸⁵.

O autoritarismo da raça superior também buscava ganhar bríos de “pacificidade” e convivência, mesmo que, na essência, ocultassem elementos dos centros imperialistas que estavam fervendo em plena rua. Brancos capazes de pensar e decidir o mundo dialogavam com negros, pardos, indígenas e amarelos capazes de dançar para a vitória de todos eles naquele espetáculo programado dos centros da geopolítica do capitalismo; muitos acabaram sendo expostos como animais, objetos de vislumbre para o público e de pesquisa para os cientistas. Não raramente, a exposição de pessoas para entretenimento, curiosidade e objeto científico era divulgada como uma forma também reificada de respeito às diferenças; no entanto, acabava por justificar o racismo, a própria expansão geográfica dos centros imperialistas e os projetos de superioridade intelectual que estavam entre os brancos. O desafio era tornar popular a própria superioridade entre as diferentes sociedades dos distintos territórios.

Mesmo não tratando da exposição universal de Chicago em si, Hobsbawm utiliza os exemplos das exposições universais, sobretudo as realizadas em Paris, no final do século XIX, para problematizar como a apresentação do pavilhão colonial, da área dos territórios dominados formal e informalmente, era um sucesso na atuação da propagação da superioridade racial e da subserviência dos povos de pele escura da periferia do capitalismo, confundidos com a propaganda do nacionalismo dos povos brancos e, assim, da propaganda do imperialismo:

---

⁵⁸⁵ Tradução livre: “Além disso, a Midway continha mostras nativas que eram em alguns casos organizadas de forma privada e, em outros, patrocinadas por governos estrangeiros. Houve um esforço vigoroso em enfatizar os aspectos culturais de um grupo de pessoas visando encorajar o estudo da etnologia, e (...) como apontado, para ser apresentada a evidência convincente da superioridade racial da raça anglo-saxônica. Se a mostra na Midway era de um país 'civilizado' (ou colônia), então o povo era o foco. Os grupos mais primitivos, como os javaneses e os daomeanos, eram tratados como animais em um zoológico ou crianças pequenas no piquenique da igreja. (...) Deve ter refletido o sentimento de muitos visitantes quando ele escreveu que a vila javanesa era 'tão estranha e delicada e simples, e as pessoas pequenas tão parecidas com crianças se mascarando em roupas de pessoas crescidas'”. FINDLING, John E. **Chicago's Great World's Fairs**. Nova York: Manchester University Press, 1994, p. 27.

É impossível negar que a ideia da superioridade em relação a um mundo de peles escuras situado em lugares remotos e sua dominação era autenticamente popular, beneficiando, assim, a política do imperialismo. Em suas grandes exposições internacionais, a civilização burguesa sempre se orgulha do triunfo triplo da ciência, da tecnologia e das manufaturas. Na Era dos Impérios, ela também se orgulhará de suas colônias. No final do século multiplicaram-se os “pavilhões coloniais”, até então praticamente desconhecidos: dezoito deles completaram a Torre Eiffel em 1889, catorze atraíram os turistas a Paris em 1900. Tratava-se, sem dúvida, de publicidade proposital, mas como toda propaganda – comercial ou política – realmente bem sucedida, só teve êxito por ter tocado um ponto sensível do público. As exposições coloniais eram um sucesso. Os jubileus, funerais e coroações reais britânicos eram ainda mais impressionantes porque, como os antigos triunfos romanos, exibiam marajás submissos com vestimentas preciosas – livremente leais e não-cativos. As paradas militares tonavam-se ainda mais coloridas por incluir *sikhs* enturbantados, *rajputs* bigodudos, *gurkas* sorridentes e implacáveis, cavalarianos argelinos e altos senegaleses negros: o mundo que era considerado barbárie a serviço da civilização⁵⁸⁶.

Muito interessante se torna a afirmação de Sandra Sofia Machado Koutsoukos sobre a Midway Plaisance. Para essa autora, esse *corredor* era o lugar, predominantemente, dos “outros”, ou seja, da ala da periferia, diferentemente do espetáculo de máquinas dos países centrais, que destacava o poder das economias do centro do capitalismo no Jackson Park. A multidão passeava entre os tidos como “selvagens”, os “zoo humanos”, para comer e beber escutando as bandas de músicas da periferia do capitalismo, se deparar com o estranho e, ao mesmo tempo, aquele que na escala linear da evolução da humanidade era considerado ali como o ponto de partida – logo, vê-los seria sinônimo de curiosidade e privilégio, já que eram raças prestes a serem eliminadas:

Na Midway, construída como um apêndice da grande feira, eram exibidos os “outros”. As atrações da Midway, com seus estereótipos raciais e culturais ressaltados, serviam a propósitos educacionais e científicos – como exemplos de diferentes níveis de civilização, que iria do quase civilizado ao selvagem –, e como entretenimento para o público, que ali consumia comidas e bebidas típicas de outras culturas, assistia a shows de dançarinas exóticas (egípcias, árabes e argelinas), shows de freaks (grotescos – pessoas com deficiências ou particularidades especiais, exibidas como se estivessem em pequenos circos), apresentações de habilidade com o laço, o chicote e os cães de esquimós (vestidos a caráter, com suas peles, nos meses mais quentes de Chicago), observavam árabes passeando com seus camelos, entre outras várias atrações. Por fim, o público se deparava com uma pequena vila formada por casinhas construídas com madeira tosca, bambus e palha e com um povo típico africano – os Dahomeyans (...) relegados à Midway, local de comidas, lanches e diversão; relegados ao status de “curiosidades” na zona de entretenimento⁵⁸⁷.

⁵⁸⁶ HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 13ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 118-119.

⁵⁸⁷ KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. “Negros Dahomeyans em exibição. Espetáculo e ciência na Exposição Universal de Chicago (1893)”. **ANAIIS DA ANPUH** – XXV – Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009, p. 4-5.

Mesmo que o público não soubesse, essa prática de apresentar pessoas de tribos e de territórios pré-capitalistas arrastava consigo um conjunto de problemas que, no ato da visita, não conseguia ser apreendido, se tornando comuns o adoecimento e as mortes de membros das tribos que durante os meses da exposição não suportavam as diferenças climáticas e os diferentes tratos ao ser retirados do seu hábitat. Nesse sentido, até como defuntos a sua condição de exótico era vista como um objeto a expor – conforme lembra Koutsoukos, os defuntos “eram expostos, fotografados, comparados, em troca de pouco pagamento (...) Sua presença ao vivo e seus retratos eram explorados para estudos, curiosidade e diversão. Seus cadáveres eram disputados por escolas de medicina, museus e coleções”⁵⁸⁸.

Analisando especificamente a apresentação da tribo de negros Dahomeyans (tribos da região do Togo e do Benin), Koutsoukos verifica que movimentos negros afro-americanos se manifestaram, durante a exposição universal de Chicago, propagando revolta e declarando vergonhosa a participação da tribo no espetáculo, pois o que se queria fazer com eles na Midway Plaisance era um verdadeiro território dos povos primitivos, vistos como inferiores, estando na dominação pelos centros imperialistas a saída para a África. Sobre os Dahomeyans, expressa a autora que já haviam sido expostos na exposição universal de Paris em 1889 como tribos de “coitados” que precisavam da ajuda imperialista. No entanto, em 1890, eles resistiram à dominação francesa e passaram por forte conflito, passando a ser vistos como “povos selvagens sedentos por sangue”. Quando da exposição universal de Chicago, em 1893, os Dahomeyans já estavam sob o controle do imperialismo francês novamente, voltando a ser expostos como os povos mais primitivos por ainda praticarem a antropofagia; no entanto, como comunidades primitivas expostas ao ridículo e à permissão da expansão do domínio dos centros imperialistas, mesmo que de alguma maneira também deixassem rastros da sua resistência como comunidade negra⁵⁸⁹.

Mesmo que a Midway Plaisance tivesse a exposição de culturas e atividades também dos países europeus e dos Estados Unidos, os visitantes e expositores não precisavam buscar muito o núcleo daquilo que os tornava dominantes e, apontando para a “solução” e a saída do primitivismo. No Jackson Park estava exposta a força dos centros da acumulação de capital e a especificidades que as periferias do capitalismo cumpriam no mercado mundial.

---

⁵⁸⁸ KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. “Negros Dahomeyans em exibição. Espetáculo e ciência na Exposição Universal de Chicago (1893)”. **ANAIS DA ANPUH** – XXV – Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009, p. 2.

⁵⁸⁹ Ibidem, p. 8-9.

Na White City se vislumbraria a sociedade que tinha sua universalidade baseada na fábrica, nas máquinas e na transformação de dinheiro em mais dinheiro. Ao mesmo tempo, estavam presentes aquelas sociedades julgadas pelos centros do imperialismo como atrasadas, capazes de “sair dessa condição” apenas se se alinhassem, cada vez mais, aos limites dados pela sua inserção no processo geral da acumulação do capital. Para cada particularidade Estatal e colonial, demarcada pelos centros da acumulação de capital, os territórios colonizados e os Estados modernos subordinados pelos centros industriais, estava explícito seu papel predominante no mercado mundial. Estava também demarcado quem dominava esse excedente de capital produtivo e financeiro e as reservas de recursos naturais, alimentação e matérias-primas.

Num breve olhar pelo texto do próprio organizador da exposição universal no Jackson Park, é possível entender como os departamentos da manufatura, da maquinaria, da eletricidade e dos transportes revelam como o destaque e domínio do espetáculo estava orquestrado pelos próprios centros da acumulação de capital, pelas quatro potências do capital financeiro-industrial (Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França). Mesmo que as periferias buscassem fazer a melhor propaganda do território nacional e de seus produtos, um passeio pelo Jackson Park tornava visível essa vitrine da geopolítica do capitalismo numa nítida objetivação da propagação e do domínio do mercado mundial por esses quatro países. Em departamentos como da manufatura e da maquinaria, por exemplo, veremos como o Brasil e outras periferias do capitalismo aparecem como coadjuvantes do controle da produção do capital produtivo, bem como das invenções técnicas que dominam a produção e a circulação em âmbito mundial.

Sobre o destaque e a organização desses departamentos, destaca G. Davis:

Four great nations, France, Great Britain, Germany and the United States, occupy the centre of the Manufactures Building, and adjoin one another facing this great clock tower. The United States occupies the entire northeast quarter of the building, as well as a large area in the northwest quarter⁵⁹⁰.

Entre o predomínio das manufaturas dos quatro maiores países do centro do capitalismo, os países da periferia também expunham seus produtos. Nas palavras de A. A. Pinto, o Brasil também havia exposto nesse departamento:

---

⁵⁹⁰ Tradução livre: “Quatro grandes nações, França, Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos, ocupam o centro dos edifícios de manufaturas e englobam uma a outra em frente a essa grande torre do relógio. Os Estados Unidos ocupam todo o quarto nordeste do prédio, bem como uma grande área no quadrante noroeste”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co., Chicago, 1893, p. 106.

Em manufacturas consta a nossa exposição de grande variedade de moveis finos, mosaicos de madeira, chapéus, tecidos de algodão, perfumarias, phosphoros, roupas feitas, espartilhos, calçados, malas, tintas, cordas e barbantes, ferragens e artigos de armarinho, rendas e bordados, papeis pintados, productos ceramicos, ladrilhos, artefactos de animagem e canhamação, etc. D'entre estes variados artigos sobresaem os moveis, mosaicos de madeira e ladrilhos, fabricados no rio de janeiro, os differentes productos da Companhia União Industrial de S. Sebastião, da mesma cidade, varios tecidos de algodão e chapéus de S. Paulo, e as redes e bordados do Ceará, que muito attraem a attenção, particularmente das senhoras⁵⁹¹.

O destaque dado aos produtos de Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará foi tudo que o autor escreveu sobre a participação do Brasil na seção das manufacturas. Na verdade, não se faz nenhuma comparação sobre o que foi exposto dos outros países; pelo contrário, as notas elogiosas sobre a participação do Brasil nessa seção, como nas demais, parece ser a prova da aceitação em todos os lugares. Na verdade, no próprio livro oficial da exposição pouco se fala do Brasil quando se trata de manufacturas:

Next to Germany on the right is found the display of Spain, and adjoining that the one of New South Wales. Italy's exhibit is just West of the latter, and then those of France, Sweden, thorne type setting Russia, Mexico, Austria, Brazil, Belgium and Canada. Of these latter, France has the largest space and a splendid display, occupying more than 21,000 feet. Belgium comes next in size, and then Austria, Canada and Italy. The others have smaller areas and less pretentious exhibits, although all are creditable⁵⁹².

Em vez de pensado isoladamente, esse país a todo momento esteve envolvido nos atos da avaliação entre aqueles países independente politicamente ou coloniais que levaram técnicas creditáveis, porém, sem grande destaque para o contexto de desenvolvimento das forças produtivas no âmbito dos negócios envolvendo as transformações técnicas no mercado mundial. Assim, a classificação do Brasil no prédio das manufacturas esteve junto com um grupo de países periféricos, considerados pelos próprios organizadores da exposição universal de Chicago como expositores de manufacturas de “menor importância”, como afirma G. Davis:

In the southwest corner of the Manufactures Building are collected the exhibits of many countries more remote from us than these we have named, or of less importance, which have some of the most attractive and interesting displays of all at

⁵⁹¹ PINTO, Adolpho Augusto. **Viajando**. São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901, p. 118-119.

⁵⁹² Tradução livre: “Próximo à Alemanha, à direita, é encontrada a vista da Espanha, e agregando aquela à Nova Gales do Sul. A localização da Itália é somente a oeste da última, e então aquela da França, Suécia, a configuração em forma de chifre de Rússia, México, Áustria, Brasil, Bélgica e Canadá. Destes últimos, a França tem o mais amplo espaço, ocupando mais que 21.000 pés. Bélgica vem a seguir em tamanho, e então a Áustria, Canadá e Itália. Os outros têm áreas menores e poucas exibições pretensiosas, embora todos sejam creditáveis”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co., Chicago, 1893, p. 156.

the Fair. Collected here are the pavilions of Jamaica, India, Ceylon, New South Wales, the Argentine Republic, Corea, Monaco, Turkey, Bulgaria, Portugal, Spain, Brazil, Siam, Mexico, and Persia⁵⁹³.

Se buscarmos outro departamento das quatro potências imperialistas, como no palácio da eletricidade, veremos que o pouco destaque ao Brasil é feito já que o destaque dada à participação nesse palácio estava na exposição de “diversos aparelhos fabricados pela Repartição Geral dos Telegraphos, do Rio, e um grande mappa representando todas as linhas telegraphicas do Brasil”⁵⁹⁴. Enquanto isso, a ala do centro do capitalismo reunida concentrava, sobretudo no palácio da eletricidade, o assunto da exposição universal de Chicago: a esperada invenção técnica de Thomas Edison, físico e inventor famoso do período, participante frequente das exposições em Paris.

Para a ocasião da exposição de Chicago, Edison havia preparado uma grande invenção, tornando o palácio da eletricidade a chave da cerimônia do imperialismo americano. Expôs o que ele chamou de *Kinetographo*, uma verdadeira antecipação da projeção em tela, naquele caso no pano de linho, das imagens das pessoas acompanhadas de suas vozes, podendo, assim, reproduzir os fatos da vida cotidiana, ou seja, reproduzir o movimento da vida como um espetáculo cotidiano de diversão e vigilância sem distorções da paisagem, do corpo e da voz. Tratava-se da “combination of the Phonograph and Stereopticon, will not only record and deliver a speech, but shows the speaker on a screen, faithfully reproducing his every movement and facial expression”⁵⁹⁵.

A importância dada ao Brasil na produção de máquinas e técnicas para a comunicação do mundo industrial, de fato, não é destaque nas matérias sobre a exposição universal. E mesmo que não seja dito pelos jornais ou anunciado juntamente aos olhos de quem ver, isso era sinônimo dos países que dominavam o processo de acumulação de capital no mundo, que concentravam o excedente de máquinas e dinheiro e financiavam ou compravam as invenções que pudessem ser inseridas lucrativamente na produção de mercadorias. Com Thomas Edison e outros inventores, nasciam a tela do cinema, as formas iniciais de vigilância urbana, as filmagens do cotidiano, etc.

⁵⁹³ Tradução livre: “No espaço sudoeste do edificio de manufaturas estão coletadas as mostras de muitos países mais remotos de nós, esses que nós nomeamos de menor importância, que têm algumas das mais atrativas e interessantes demonstrações de todas na feira. Coletados aqui estão os pavilhões da Jamaica, Índia, Ceilão, Nova Gales do Sul, a República da Argentina, Coreia, Mônaco, Turquia, Bulgária, Portugal, Espanha, Sião, México e Pérsia”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co., Chicago, 1893, p. 133.

⁵⁹⁴ PINTO, Adolpho Augusto. **Viajando**. São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901, p. 118-119.

⁵⁹⁵ Tradução livre: “Combinação do fonógrafo e do *Stereopticon*, não somente gravará e entregará um discurso, mas mostrará o locutor na cena, reproduzindo fielmente cada movimento e cada expressão facial sua”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. Op. cit., p. 326.

As quatro potências industriais também ganhavam concentração na seção de transportes, com destaque para Alemanha e Estados Unidos, tendo o desenvolvimento da circulação nos demais países passado despercebido ou não ganhado destaque frente às locomotivas, aos vagões, e demais planejamentos vinculados aos transportes dos centros da acumulação da *geopolítica do capitalismo*.

Entering at the south doorway of the main portion of the building one reaches first the German section. It occupies this entire end and part of the annex. Its decorative exhibits are very fine. The particular features consist of two large locomotives, all kinds of cars, including a Red Cross ambulance train, interlocking switch system, etc.⁵⁹⁶.

Nessa seção de máquinas e transportes, havia o estado de São Paulo representado o Brasil a partir da montagem do maquinismo completo de beneficiar café. Mesmo que a exposição dessas máquinas, pelas empresas mecânicas e exportadoras Mac-Hardy e Lidgerwood, oferecesse ao visitante a reunião das máquinas em atividade, isso apenas afirmava o país como uma periferia qualificada em artigos coloniais e máquinas simples de preparo de café. Essa questão periférica também ganhava expressão no que se refere aos transportes, sendo destaque as linhas de ferro centrais de São Paulo, também ligadas à produção de café e, ironicamente, um “velho coche” que dom Pedro I usava no início da monarquia:

Na galeria dos transportes vêem-se fac-similes de nossas principaes construcções navaes e também de locomotivas e carros de estradas de ferro, como os que exhibem as companhias Mogyana e Paulista, plantas, perfis e typos de obras d’arte de muitos caminhos de ferro, fotografias de edifícios e obras notáveis, typos de vehiculos de transporte urbano em tamanho natural desde o carrinho de mão até ao bonde, sendo especialmente digno de menção um velho coche imperial do tempo de Dom Pedro I, que se constituiu a *great attraction* da secção⁵⁹⁷.

O Brasil não tivera destaque na seção de eletricidade, nem na de transporte (reduzido a uma linha no livro oficial da exposição de G. Davis), nem na seção da maquinaria e manufatura, mesmo que tivesse apresentado objetos em todos esses departamentos. Estava o Brasil ligado aos países da periferia do capitalismo e bem mais próximo das qualidades de América Latina, África e Ásia no mercado mundial do que da Europa e dos Estados Unidos.

⁵⁹⁶ Tradução livre: “Entrando no portão sul da porção principal do prédio chega-se à seção da Alemanha. Ela ocupa toda essa extremidade e parte do anexo. Suas mostras decorativas são muito bonitas. As características peculiares consistem em duas grandes locomotivas, todos os tipos de carros, incluindo uma ambulância da Cruz Vermelha, sistemas de alavancas intertravantes, etc.”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World’s Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co., Chicago, 1893, p. 269.

⁵⁹⁷ PINTO, Adolpho Augusto. **Viajando**. São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901, p. 121.

E, se é para começarmos no maior destaque dado pelos estrangeiros ao plano aparente da força da Comissão Central do Brasil nos Estados Unidos, os muitos elogios ao pavilhão do Brasil destinavam-se aos detalhes da arquitetura, já com a interface política do início da república como aspecto que estaria forte nas cores e organização, mesmo que o que se passava no interior do país não pudesse também ser visto pelos estrangeiros, muito menos que fosse desnaturalizada a condição periférica da particularidade do Brasil no mercado mundial.

Na ala dos prédios estrangeiros, destaca o organizador sobre o pavilhão do Brasil:

The Brazilian Building has a splendid location southwest of Guatemala, and at the head of a point of land extending into the North Pond. The architect of it was Lieut.-Col. Francisco de Souza Aguiar, of the Brazilian army, who is also a delegate to the World's Fair. The ground plan of the building is in the form of a Greek cross, the outside dimension being 148 by 148 feet. The architecture of the building is French renaissance decorated with Indian figures in the bas-reliefs of the facade, and the stylobate of the dome. They are allegorical, and representative of the Republic of Brazil. The entire height of the building to the top of the dome is 120 feet. The columns and capitals are Corinthian. The entire roof except the dome is flat and surrounded by a balustrade. There are four campaniles, each with an open observation deck seventy feet above the ground. The interior is in perfect keeping with the exterior in all architectural fixtures. The cost of the building was \$9,000. The Brazilian exhibits are scattered through the main buildings of the Fair, but the coffee, diamond and other industries are also represented here⁵⁹⁸.

Ainda sobre o palácio do Brasil, relata também A. A. Pinto:

O edifício de nossa representação nacional está situado n'um dos melhores pontos do Jackson Park, á beira do lago interior e junto do palácio de Illinois, em meio de frondoso arvoredado e sobre um lindo tapete de relva, no qual se lê o nome do Brasil desenhado em belas plantas naturaes de variados matizes, á direita e á esquerda da escada exterior que dá acesso para o primeiro pavimento do edifício. Tem este a forma de cruz e compõe-se de dois pavimentos, decorados no estylo do renascimento francez, ostentando nas suas diversas fachadas profusão de elegantes ornatos e alegorias relativas aos vinte estados que formam a República Federativa do Brasil. O pavimento superior é rematado por uma grande cúpula central e quatro mirantes, dos quaes se gosam excellentes golpes de vista sobre o campo da exposição. Os salões e dependências interiores acham-se ricamente ornamentados; as janelas, muito largas, inundando de luz o recinto, estão guarneçadas de bellissimas cortinas; a escadaria e o chão do pavimento nobre cobertos de luxuosos tapetes

---

⁵⁹⁸ Tradução livre: “O prédio brasileiro tem uma localização esplêndida a sudoeste da Guatemala, e na dianteira de um banco de terra se estendendo na lagoa norte. O arquiteto dele foi o tenente coronel Francisco de Souza Aguiar, do Exército brasileiro, que é também um delegado da Feira Mundial. O plano-base do prédio é na forma de uma cruz grega, a dimensão exterior sendo 148 por 148 pés. A arquitetura do prédio é decorada à moda renascentista francesa com figuras de índios nas molduras das sacadas e no estilóbata do domo. Eles são alegóricos e representantes da República do Brasil. Toda a altura do prédio até o topo do domo é de 120 pés. As colunas e os destaques são coríntios. Todo o teto exceto o domo é plano e circundado por balaustrada. Havia quatro campanilhas, cada uma com um deque aberto de observação setenta metros acima do solo. O interior está em perfeita harmonia com o exterior em todas as questões arquitetônicas. O custo do prédio foi US\$ 9.000. As mostras brasileiras estão espalhadas pelos prédios principais da Feira, mas o café, diamantes e outros produtos estão também representados aqui”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co., Chicago, 1893, p. 554-555.

aveludados. O plano da obra é do nosso distinto patrício, engenheiro Souza Aguiar, membro da comissão brasileira, o qual é digno de louvor não só pelo esplendido projecto que elaborou, como pela dedicação e zelo com que administrou a sua execução⁵⁹⁹.

Talvez não haja dúvida de que esse tenha sido um dos edifícios mais cotejados da exposição universal de Chicago, sendo eleito um dos mais bonitos e completos. No entanto, cabe lembrar que é na classificação do departamento sobre a agricultura e do departamento em que destacam os produtos florestais (da natureza) que o Brasil e outros países periféricos, bem como países do próprio centro do capitalismo envolvidos com a produção de alimentos e matérias-primas, ganharam a adjetivação de “mais interessantes” e com produtos de destaques dado pela análise do diretor geral da exposição:

Chili, Cuba, British Guiana, Hayti, Liberia, Curacao, Peru, Mexico, Venezuela, Siam, Brazil and Austria complete the circle in that corner of the building. It is in these remoter countries that visitors find the greatest interest- Their stuffed beasts, birds, serpents, their magnificent tobaccos, their rubber and curious valuable woods, their coffees and cane, their nuts palm oil, fruit, coral, straw work, native manufactures, rice and vanilla beans, almost all being strange to us. Mexico occupies a large area, showing pulque, aguardiente, sugar-cane, coffee, tobacco and Cereals Japan, just opposite, displays fine teas, silks, etc. Its rustic pavilion is very unique, and shows some pretty effects in bamboo, cane, fibre ropes and twines. Honduras, Paraguay, Uruguay and Argentine Republic are neighbors of the ones just named, and then comes Germany⁶⁰⁰.

Não foi à toa que, desde a abertura do pavilhão do Brasil, foram usadas mulheres para servir xícaras de café, sendo tanto o uso das mulheres como a distribuição de café uma forma de atrair o público para visitar os produtos do Brasil, sobretudo para ver a exibição do café no pavimento térreo do edifício. Além de ver a exibição, aproveitava-se da degustação de café para atacar os produtores concorrentes no mercado mundial, como a Guatemala, a Costa Rica, o México e a Jamaica, bem como, sobre a proximidade entre Brasil e Estados Unidos, já que eram os americanos os principais compradores do café produzido.

Como sublinha A. A. Pinto:

⁵⁹⁹ PINTO, Adolpho Augusto. **Viajando**. São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901, p. 107-108.

⁶⁰⁰ Tradução livre: “Chile, Guiana Inglesa, Haiti, Libéria, Curaçao, Peru, México, Venezuela, Sião, Brasil e Áustria completam o círculo naquele canto do prédio. É nesses países remotos que visitantes encontram um grande interesse – suas feras empalhadas, aves, serpentes, seus magníficos tabacos, suas borrachas e madeiras de valor curioso, seus cafés e cana-de-açúcar, seus alimentos de castanheiras, frutas, corais, trabalhos em palha, artesanatos nativos, arroz e baunilha, quase todos estranhos a nós [dos Estados Unidos]. O México ocupa uma grande área, mostrando pulque, aguardente, cana-de-açúcar, café, tabaco e cereais. O Japão, de maneira oposta, apresenta chás finos, seda, etc. Seu pavilhão rústico é muito típico, e mostra alguns efeitos bonitos com bambu, cana, cordas de fibra e fios. Honduras, Paraguai, Uruguai e a República da Argentina são vizinhos desses citados, e então vem a Alemanha”. DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World’s Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co., Chicago, 1893, p. 178.

Começaram então a circular elegantes raparigas servindo o café, o genuíno e delicioso café brasileiro, torrado, moído e coado á nossa moda, bem diversa da que se usa aqui, fazendo-se a distribuição da preciosa bebida em louça e mais utensílios especialmente fabricados para o serviço da Exposição, sendo as chicaras ornamentadas com desenhos das bandeiras brasileira e americana e a legenda Café de São Paulo, Brasil. (...) Realmente o café distribuido, tanto no dia da inauguração como nos subsequentes, tem sido excellente, incomparavelmente melhor que o dos nossos concorrentes – Guatemala, Costa Rica, Mexico e Jamaica, pelo que o nosso pavilhão tem suas vinte mesas constantemente occupadas por visitantes, que não se cançam de gabar a excellencia do nosso producto, emquanto que os outros estão ordinariamente ás moscas⁶⁰¹.

Coube à Companhia Paulista, atrelada à própria Comissão Central de São Paulo, a atitude de criar esse serviço para servir café. Ainda no pavilhão do Brasil, enquanto os visitantes se serviam e embriagavam de café, era possível ter acesso ao livro sobre o estado de São Paulo em língua inglesa, tratando de como essa unidade federativa havia se transformado na terra do café. Como visto na seção anterior, o livro *The State of São Paulo* tinha um tamanho bem reduzido quando comparado aos demais e trazia informações sobre a natureza natural do estado de São Paulo, a “cultura” da rubiácea, os transportes e os imigrantes. Totalmente ilustrado com fotografias sobre esses diversos temas, o livro era também um chamativo para os visitantes, sobretudo, os norte-americanos, para a produção de café.

“A grande republica norte-americana é com certeza a que mais bebe café, mas tambem a que menos sabe faze-lo.” Foi com esse mote que, além do livro, anota A. A. Pinto, era entregue uma fotografia aos visitantes que, de um lado, tinha um cafezal do município de Ribeirão Preto e, de outro, tinha uma estatística sobre a produção. Além disso, os representantes do estado de São Paulo, atendendo aos pedidos dos americanos – no ato do convite para o Brasil participar da exposição universal de Chicago – revelavam o processo de produção, desde a amostra da diversidade de grãos e as técnicas de plantio até o preparo para torrar o café e as máquinas de moer e preparar a bebida.

Ainda sobre o café, e afirmando que, além de São Paulo, a exposição abarcava outras amostras do interior do Brasil, arremata o autor:

A exhibição de café do Brasil occupa todo o primeiro pavimento do palacio. As amostras estão dispostas com elegancia em vitrinas, em bellos vasos de crystal sobre aparadores, alguns dos quaes em fôrma de pyramide, de cujo vértice pendem ramos artificiaes da planta, uns com a promettedora florada aberta, outros já carregados de fructos. Pelo número, qualidade e instalação dos specimens, é opnião geral que nunca se fez tão rica exhibição do artigo. A nossa supremacia em semelhante terreno revela-se e impõe-se de modo incontestavel, ninguem pretende disputar com a palma ao Brasil. O numero de amostras anda por cerca de duas mil, a maior parte das quaes exhibidas pelo Centro da Lavoura e Commercio do Rio de Janeiro, e

---

⁶⁰¹ PINTO, Adolpho Augusto. **Viajando**. São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901, p. 110-111

consta de cafés de todos os Estados produtores do Brasil. Além d'estas, ha a colleção de cafés de S. Paulo, remetida pela Companhia Central Paulista, por intermédio da comissão do Estado, em numero mais ou menos de duzentas amostras, agrupadas n'uma das salas do edificil, cujas paredes estão decoradas com vistas panoramicas de fazendas do nosso Estado e dois importantes diagrammas enviados pela Estação Agronomica de Campinas, representando um deles a porcentagem média das differentes partes do cafeeiro de varias edades e a sua producção annual até á idade de 40 annos, e outro a composição chimica das diferentes partes da arvore⁶⁰².

No entanto, além do café, destaca o autor, outros produtos da agricultura, matérias-primas e produtos da natureza (artigos coloniais) foram apresentados com destaque pelo Brasil na exposição universal de Chicago:

O matte, o assucar, o fumo em folha e todos os seus preparos, o algodão, o cacau, a carnauba, a ramie e outras fibras, todas as especies de cereaes, variada colleção de productos alcoolicos, couros, borracha, etc. A simples enumeração d'estes productos dá a medida da importância e riqueza de nossa secção agricola, talvez a mais notavel de todas pelo valor e pela variedade dos artigos que a formam. Em productos florestaes é riquissima a serie exhibida, representando cerca de 1300 variedades de belas madeiras e quantidade de fibras, sendo dignas de especial menção as colleções remetidas pelos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Minas, São Paulo e Paraná. No meio do esplendido conjuncto destacam-se, por seu bellissimo aspecto, a meuracoatiára, a meurá-pinima, o pau-setim, o vermelhão, a violeta, o acapu e a saboarana, dos Estados da Amazonia, o pau brasil e o jacarandá, da Bahia, a peroba mirim e a caiúna, de São Paulo, e uma bonita colleção de embuias, do Paraná⁶⁰³.

Ainda sobre os produtos da natureza, na seção que dava destaque às minas, ganhavam expressão na exposição universal de Chicago o Canadá (com referência ao ouro), a Grã-Bretanha e a França (ambas envolvidas com técnicas de metalurgia e com os minerais dos territórios colonizados) ("Brazil, occupying a position just south of Germany, has a museum of minerals and gems from the banks of the Amazon and the flanks of the Andes."⁶⁰⁴) Ainda no departamento de minas, foi destaque a exibição de minerais de quase todas as unidades federativas do Brasil, sobretudo uma coleção da Comissão Geológica e Geográfica de São Paulo⁶⁰⁵.

E ainda mais:

Ahi acham tambem representados o ferro de Ypanema e uma esplendida colleção de mármore de Ytuparanga, perto de Sorocaba, exposta pelo Banco União. Estass notaveis amostras d'um bellissimo material de construcção, que a referida empresa,

⁶⁰² PINTO, Adolpho Augusto. **Viajando**. São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901, p. 114-115.

⁶⁰³ Ibidem, p. 117-118.

⁶⁰⁴ DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co., Chicago, 1893, p. 249.

⁶⁰⁵ Cf. PINTO, Adolpho Augusto. Op. cit., p. 119.

com louvavel esforço, trata de explorar, vieram acompanhados d'uma interessante memoria descriptiva, que fiz traduzir em inglez e imprimir, para ser distribuida, como tem sido, pelos visitantes da secção. Ahi se mostram tambem, em grandes blocos, o carvão de pedra do Rio Grande do Sul, e uma pyramide de cerca de doze metros de altura, representando, em volume natural, a quantidade de ouro exportado pelo Estado de Minas Geraes de 1720 a 1820, no valor de 1.212.320:000\$000 de réis, ao cambio de 12 d., pesando a respectiva massa de 615 toneladas⁶⁰⁶.

Como parte dos produtos da natureza, no departamento da peixaria e técnicas de pescar, o Brasil é colocado pelo organizador da exposição universal de Chicago entre outros grandes países da economia mundial, inclusive os centros. Esse movimento estava ligado a todo um processo de cartografia dos tipos de peixes e espaços oceânicos e fluviais, sem falar da socialização de fotos sobre redes e demais técnicas de pescar:

Distant Australia and Japan vie in friendly rivalry with the countries of Europe and North and South America in showing to the world what is most interesting in their fisheries, or to them most valuable from the standpoint of trade. Thirteen foreign countries are represented. These are Norway, Sweden, Russia, Germany, France, Great Britain, Japan, Australia, Brazil, Mexico and Canada⁶⁰⁷.

Sobre a exibição nesse departamento da pesca, assinala A. A. Pinto:

Na galeria de pesca exhibimos cóvos, redes e toda a sorte de aparelhos de que usamos para pescar. A parte mais interessante d'esta exhibição é uma jangada de Pernambuco, aparelhada com todos os accessorios de que usam os naturaes d'aquelle Estado em suas pescarias no mar grosso. Um enorme jacaré e um pirarucu de proporções não menos avantajadas, ambos representantes da fauna amazonica são as sentinellas que montam guarda á entrada da interessante secção⁶⁰⁸.

No relatório sobre o resultado da participação do Brasil na exposição universal de Chicago, preparado pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, seu autor, o ministro Bibiano Sergio Marcelo da Fontoura Costallat, aponta essa participação como a mais completa apresentação do território em âmbito mundial, isso quando comparado com as exposições universais passadas. E arremata: a exposição universal de Chicago, em 1893,

⁶⁰⁶ PINTO, Adolpho Augusto. **Viajando**. São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901, p. 120.

⁶⁰⁷ Tradução livre: "A distante via da Austrália e Japão em rivalidade amigável com os países da Europa e das Américas do Norte e do Sul em mostrar para o mundo o que é mais interessante em seus pescados, ou o mais valioso para eles do ponto de vista do comércio. Trinta países estrangeiros estão representados. São a Noruega, Suécia, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Japão, Austrália, Brasil, México e Canadá". DAVIS, George R.; PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition, Chicago, 1893**. International Publishing Co., Chicago, 1893, p. 212.

⁶⁰⁸ PINTO, Adolpho Augusto. Op. cit., p. 122.

representou “a maior e mais importante de todas que até hoje tem realizado no estrangeiro o Brazil”⁶⁰⁹.

O reflexo de tudo isso foi que, em Chicago, os catálogos, os livros e as fotografias, dos territórios internos do Brasil foram impressos e distribuídos nos Estados Unidos “feito bombons em festa de crianças”. Foram pagas ainda matérias especiais em revistas americanas, por exemplo, no *Graphic*, a revista ilustrada de maior tiragem em Chicago, bem como em alguns jornais, que cuidaram de propagandear uma imagem de um Brasil promissor que tinha algo a oferecer, desde os recursos naturais até as belas-artes em seus diversos quadrantes⁶¹⁰.

Ainda com base no relatório do ministro Bibiano Costallat, fica evidente o destaque que as unidades federativas estatais-territoriais internas tiveram na apresentação do Brasil na World’s Columbian Exposition:

Os Jornaes e revistas dos Estados Unidos eram incansaveis em publicar uteis informações sobre os recursos de nosso paiz; e impressos especiaes foram distribuidos sobre os objectos expostos. Nesse particular muito se salientaram os Estados de S. Paulo, Ceará, Pará e Amazonas, mandando delegados seus que fizeram a mais activa e intelligente propagando em favor dos respectivos productos estadoaes, e isso, tanto por intermédio da imprensa diária e das informações verbaes, como por meio de livros, photographias e folhetos grandemente distribuidos, conjunctamente com amostras e specimens de tudo quando se podia facilitar⁶¹¹.

De certa forma, o objetivo de realizar uma propaganda do Estado territorial do Brasil para os centros da acumulação de capital, sobretudo para os Estados Unidos pode ser analisado tanto pelos prêmios (Quadro 10) como pelos próprios representantes do Brasil como uma finalidade alcançada. Tanto A. A. Pinto como Bibiano Costallat afirmaram em seus escritos que essa participação cumpria o processo de aproximação entre os países do centro e afirmava a simpatia das relações entre os governos brasileiro e americano.

---

⁶⁰⁹ BRASIL. **Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Relatório do Ministro Bibiano Sergio Macedo de Fontoura Costallat. Relatório do Anno de 1893. Apresentado em maio de 1894, p. 33.

⁶¹⁰ Ibidem.

⁶¹¹ Ibidem, p. 37.

Quadro 10 – Prêmios conquistados pelo Brasil na exposição universal de Chicago

Departamento		Produto	Estados
Agricultura (Alimentos e matérias primas)	Alimentação	Farinha de Mandioca	Ceará, Bahia, Ouro Preto, Vitória, Rio de Janeiro, Pará (Ferreira & Irmãos), Rio Grande do Sul, Santa Catarina
		Azeite de Coco	Maranhão (Martins & irmãos)
		Polvilho	República do Brasil
		Açúcar	Pernambuco, Paraná, Bahia, Maranhão, Santa Catarina, Ceará, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro.
		Café	Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará,
		Frutas em calda	Santa Catarina
		Cacau	Bahia e Rio de Janeiro.
		Melaço	Bahia, Santa Catarina, Pernambuco, Pará, Maranhão,
		Licores	Alagoas, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais,
		Óleos vegetais	Pernambuco e Maranhão
		Óleos vegetais de rícino	Ceará e Pernambuco
		Óleo de Linhaça	Rio Grande do Sul, Paraná
		Nozes	Pará
		Óleo de palma	Pará
		Fava	Rio Grande do Sul e Maranhão.
		Cocos	Amazonas
		Carne em conserva	Rio Grande do Sul,
	Matérias-Primas	Algodão	Ceará, Alagoas, Maranhão
		Algodão Bom	Rio de Janeiro
		Matte	Paraná e Rio Grande do Sul
		Fumo em Rolo	Pará e Rio Grande do Sul
		Sebo	Rio Grande do Sul
		Sabão	Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia
		Tinta vegetal para escrita	Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul
Produtos da Natureza	Minas	Águas minerais	Minas Gerais
		Mármore	Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul
		Granitos	São Paulo, Bahia, Ceará
		Amiantos	Minas Gerais, Bahia, Ceará, Rio de Janeiro

Produtos da Natureza (Continuação)	Minas (Continuação)	Rochas carboníferas	Pará
		Carvão	Santa Catarina, Rio Grande do Sul
		Sal verde bruto	Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte
		Ouro Bruto	Minas Gerais
	Produtos Florestais, Fibras, folhas e sementes.	Exemplares de Borracha	Pará e Amazonas
		Coleção de exemplares de madeira	Ceará, Pará, Maranhão, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais
		Rapé	Bahia
		Fumo em Folha	Rio de Janeiro, Pernambuco
		Fibras Vegetais	Ceará, Amazonas, Bahia, Pará.

Fonte: adaptado de BRASIL. **Ministerio da Industria, Viação e Obras Públicas.** Relatório do Ministro Bibiano Sergio Macedo de Fontoura Cestallat. Relatório do Anno de 1893. Apresentado em Maio de 1894, p. 41-58.

Nas palavras de A. Pinto:

De quanto fica exposto bem se póde colligir a importancia da representação brasileira na maravilhosa Exposição de Chicago. Alli mostramos a evidencia não só a grandeza de nossos recursos naturaes como o grande progresso do Brasil em todos os ramos da actividade humana. O concurso que levamos á grande festa colombiana, alem de um dever imposto pela solidariedade americana significa tambem uma prova de alta sympatia da Republica Brasileira para com a nobre nação da America do Norte que tomára a iniciativa das solemnas homenagens devidas ao grande descobridor do Continente, ao comemorar-se o quarto centenario do glorioso acontecimento⁶¹².

Nessa mesma esteira, em tom e palavras quase semelhantes, relata Bibiano Costallat a avaliação positiva da representação do Brasil nos Estados Unidos, destacando as mudanças no futuro que seriam confiadas pelo governo brasileiro como resultado da participação no espetáculo em Chicago:

A importância da nossa representação na maravilhosa Exposição de Chicago bem serviu não só para significar a prova de sympatia e amizade da Republica Brasileira para com a Grande Nação Americana, mas também para demonstrar á evidencia a grandeza dos nossos recursos naturaes, o encaminhamento das industrias nacionaes, a sensata cultura de nossas amistosas relações commerciais e politicas com todas as Nações, e o progresso do Brazil em todos os ramos da actividade humana; o que, sem duvida nenhuma, nos permite nutrir a mais justa e esperançosa confiança nos futuros destinos da Patria (...) Com efeito, como ficou reconhecido por Europeus e Norte-Americanos, conhecedores praticos de exposições universaes, foi, incontestavelmente, a nossa exposição em Chicago a mais variada e completa, a maior e mais importante de todas que até hoje tem realizado no estrangeiro o Brasil,

⁶¹² PINTO, Adolpho Augusto. **Viajando.** São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901, p. 127.

que, seja dito com desvanecimento, alli occupando a posição a que tinha direito pelo seu progresso e engrandecimento, foi, por isso mesmo, classificado em um dos melhores logares como nação expositora, logar superior ao de muitas nações da Europa e ao todos os paizes americanos, com excepção dos Estados Unidos do Norte⁶¹³.

Após todos os elogios deliberados por partes dos governantes sobre a participação do Brasil na exposição universal em Chicago, encontramos no relatório do Ministério da Agricultura, de 1895, um breve recado afirmando que os produtos que retornaram foram entregues e que o mesmo deveria ser feito com os diplomas dos prêmios ganhados pelas comissões centrais nos Estados Unidos:

Ultimaram-se os trabalhos referentes a esta exposição e que se achavam a cargo do presidente da extincta comissão o Vice-Almirante Joaquim Antonio Cordovil Maurity, tendo os productos que figuraram naquelle certamen industrial sido entregues aos respectivos proprietarios, sem que houvesse uma unica reclamação. Falta apenas a distribuição dos premios com que foram distinguidos os expositores brasileiros e que ainda não teve logar porque os diplomas não chegaram de Chicago; tão depressa, porém receba-os o Ministério proceder-se-á a esse trabalho, sendo sem demora remetidos os dos Estados da União⁶¹⁴.

O interessante é que nesse mesmo relatório existe um convite para o Brasil participar da exposição organizada pela companhia Cotton States and International Exposition of Atlanta, Georgia, sendo os governadores de Ceará, Piauí, Bahia, Maranhão e Pernambuco convidados para a exposição de algodão em Atlanta. Nesse momento, o governo abre mão mais uma vez de uma participação nacional e convoca os poderes locais para tentar representar de alguma maneira o Brasil nos Estados Unidos, nos negócios diretos vinculados à plantação e à exportação de algodão. Ou seja, usou-se a fragmentação como uma medida para fazer o Brasil circular em todas as partes com as oligarquias que já estavam mais que consolidadas, mas também com as vontades de expandir os vínculos no comércio exterior e nos investimentos com os Estados Unidos.

---

⁶¹³ BRASIL. **Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Relatório do Ministro Bibiano Sergio Macedo de Fontoura Costallat. Relatório do Anno de 1893. Apresentado em maio de 1894, p.

⁶¹⁴ Brasil. **Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas**. Ministro Antonio Olyntho dos Santos Pires. Relatório do Ano de 1894. Apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em maio do ano de 1895, p. 31-32.

VI

Sorry Baby. Desculpe o inglês que eu aprendi, nos almanaques de música do mês.

Belchior em *Sorry baby*, 1973.

Aqui tem muita coisa, tem petróleo e tem muito interesse. Você aí na América no Norte inventa a corda aqui no Brasil a gente inventa o pescoço. Você aí nos Estados Unidos inventa o remédio a gente aqui no Brasil inventa a doença. Você inventa o trabalho e eu invento as mãos. Você inventa o peso e eu invento as costas. Assim seremos felizes americanos e brasileiros.

Tom Zé em *Ui*, 2009.

A solução pro nosso povo eu vou dar, negócio bom assim ninguém nunca viu, tá tudo pronto aqui é só vir pegar, a solução é alugar o Brasil!

Raul Seixas em *Aluga-se*, 1980.

Os produtos intelectuais e as amostras de mercadorias enviadas pelo Brasil para a exposição universal de Chicago, entre tantas possibilidades de propagandas e negócios, marcavam o período de afirmação do caráter periférico do país na dinâmica global de acumulação de capital a partir da transição da parte do comércio que era realizada até então com a Inglaterra para os Estados Unidos da América, que emergiam como mais um centro imperialista. Dessa forma, o lócus de atuação desta pesquisa é fruto da investigação do processo de expansão da geopolítica do capitalismo, no qual se localiza a eminência da subordinação do Brasil aos Estados Unidos, no final do século XIX, como tema central.

A definição dos Estados Unidos como mais um centro de acumulação de capital teve sua gênese no próprio processo de definição do território nacional, com a expansão para o Oeste e sobre áreas fronteiriças ao México, onde se possibilitou uma vasta gama de oportunidades de investimentos lucrativos ao capital excedente produzido internamente ou reinvestido a partir da Inglaterra. A construção de uma extensiva malha ferroviária (responsável por conectar as diferentes regiões de um país de tamanho continental, possibilitando o escoamento de mercadorias e mobilidade da força de trabalho em meio à conquista do Oeste e de partes do Sul) permitia, além da manutenção de um mercado favorável de matérias-primas e alimentos para os centros industriais e urbanos, um mercado consumidor para os excedentes de produtos industriais, encontrando os Estados Unidos, na sua expansão geográfica interna, um amortecimento para a crise de sobreacumulação entre 1873 e 1895. Esse imperialismo continental permitiu a injeção de uma imensa quantidade de

capitais, garantiu a construção de uma logística capaz de articular todo o território com a possibilidade de captação de excedentes europeus e alargou a inserção do país no mercado internacional como um novo centro produtor de capital acumulado, realidade que viria a se concretizar na segunda metade do século XIX, sobretudo após a Guerra de Secessão e com o expansionismo norte-americano nas últimas décadas para as regiões central e Sul das Américas.

A concretização dos Estados Unidos em mais um centro de acumulação de capital tinha na cidade de Chicago uma de suas maiores expressões. Destruída quase completamente em um incêndio em 1871, a cidade foi reconstruída e, durante os nove anos seguintes, sua população superaria meio milhão de pessoas. Em 1893, ano que sediou a exposição universal, a cidade já era um dos grandes centros econômico do país, contando com uma população estimada em 1,5 milhão de pessoas, chegando em finais do século XIX ao posto de sétima maior metrópole do mundo. Sua reconstrução física e econômica mostrava a pujança desse novo centro de acumulação, não só ligado à extração de mais-valor, mas também da proeminência do capital financeiro, o qual assumia a vanguarda do processo de reprodução do capital a partir das últimas duas décadas do século.

A construção dos Estados Unidos como um novo centro da acumulação favoreceu a balança comercial do Brasil, até então desfavorecida no comércio bilateral com a Inglaterra. A necessidade de matéria-prima, alimentos e produtos primários, advinda da crescente produção americana, fazia do Brasil um território de extrema e estratégica importância para os Estados Unidos. Apesar de o comércio brasileiro ter ocorrido na maior parte do século XIX principalmente com a Inglaterra, foi no comércio com os Estados Unidos que as frações das classes dominantes brasileiras conseguiram estabelecer um projeto de inserção no capitalismo moderno de finais do Oitocentos. O comércio com os ingleses legou ao Brasil o prolongamento excessivo da monocultura e do escravismo, uma vez que era na produção de produtos primários e sob a exploração do trabalho escravizado que as frações da classe dominante conseguiam fazer parte do mercado mundial, sendo essas as causas do quase anacronismo da economia brasileira em finais do XIX.

A transição para a república significou uma restauração da moeda colonial alicerçada na monocultura e na exportação de produtos primários. A abolição do trabalho de escravizados, a importação da força de trabalho excedente dos centros do capitalismo e o incipiente processo de industrialização direcionado para o mercado interno apresentavam as bases dos projetos das frações de classe dominante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A promulgação da Constituição de 1891 abriu diversas possibilidades para a afirmação

das unidades federativas, uma vez que foi garantida a descentralização da gerência do território, além de conferir às oligarquias locais autonomia na elaboração de projetos econômicos. Uma dessas aberturas estava, exatamente, na possibilidade de dominar os ganhos com as exportações a partir de uma articulação mais perene com os países industrializados, ou seja, de construir o Brasil a partir da fragmentação territorial-política entre as frações de classes dominantes das oligarquias locais.

Foi na tentativa de inserção no mercado mundial, que as oligarquias vislumbraram a exposição universal de Chicago, buscando afirmar a consolidação do comércio do Brasil frente aos seus concorrentes na periferia no que se refere aos negócios vinculados aos produtos da natureza, aos alimentos e às matérias-primas – além de apresentar produtos já consolidados no mercado mundial, como o café, a possibilidade vista pelas frações da classe dominante e seus colaboradores intelectuais de criar um vasto *testamento territorial* de outros produtos naturais, alimentos e produtos da agricultura ainda fora da circulação de capital e que poderiam ser inseridos nas trocas do mercado mundial por meio de investimentos que possibilitassem sua exploração quantitativa e seu beneficiamento.

A produção de um conhecimento que foi elaborado sobre a realidade empiricamente, a partir dos materiais escritos e das amostras de produtos, apresentava o território do Brasil, definido agora pelas unidades federativas e pelas potencialidades “naturais” de investimentos, não havendo nesse processo de entrega do território o reconhecimento das populações tradicionais que ocupavam muitas dessas regiões. A oferta do território a partir das suas potencialidades, realizada pelas frações das classes dominantes do Brasil na exposição universal de Chicago, mostrou que o universo do fetiche expresso nas amostras dos produtos revelava-se apenas aos olhos desatentos de quem os encontrava em sua forma “fantasmagórica” nas prateleiras. O projeto empreendido pelas oligarquias de inserir o país de forma mais lucrativa no capitalismo moderno tinha clareza do conjunto das relações sociais necessárias para tal objetivo, pois não apresentou apenas produtos a serem transformados em mercadorias, mas também a base social necessária para o pleno desenvolvimento das relações capitalistas de produção. A forte repressão aos movimentos contestatórios e separatistas do século XIX tratou de eliminar a resistência ao poder estabelecido e perpetuado por parte dos proprietários de terras desde a colonização – a própria Lei de Terras, de 1850, já expressara a concretização da posse privada do território. Percebe-se, nas palavras de Alberto Torrezão (autor do capítulo da agricultura do livro do Pará, enviado à exposição universal de Chicago) ao oferecer a Amazônia como lucrativo território de investimentos, que as oligarquias

negociavam no atacado, mas que não dispunham de recursos próprios para a realização de projeto que lhes permitisse acumular capital interno.

Nesse sentido, o esforço empreendido pelas frações de classe dominantes implicou no reconhecimento de que a única possibilidade de acumulação de capital, a renovação das relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, conquistas permitidas com a maior inserção no mercado mundial, poderiam ser obtidos apenas com a reafirmação de relações sociais e de seu modelo produtivo herdados da colonização, ou seja, com a possibilidade de as oligarquias conseguirem adentrar de forma mais efetiva no comércio mundial e acumular capital dependia do fortalecimento da *moeda colonial*. Aqui, a tese de que a manutenção do Brasil no comércio mundial requer a constante subordinação da produção interna às demandas dos centros de acumulação de capital converge para o entendimento de que a posição ocupada pelo Brasil no mercado mundial foi definida por sua colonização e, nos períodos posteriores, inseriu o país no capitalismo a partir da produção de produtos primários e sob forte exploração da força de trabalho.

Mesmo que nos documentos oficiais apresentados se afirme que a participação do Brasil na exposição universal de Chicago teve a composição mais completa e detalhada sobre o seu território no que se refere à propaganda dos recursos naturais, da agricultura e das infraestruturas de transporte, em grande medida interpretamos o esforço de detalhamento dos territórios pelas frações de classes dominantes particulares articulado com o plano de destruição da natureza, de forte exploração do trabalho, subordinada aos excedentes dos capitais financeiros que eternizavam dívidas externas ao país, qualificado pela produção de artigos coloniais para os mercados industrializados e conivente com um projeto de industrialização e modernização aos moldes do centro (mesmo que saibamos que a forma periférica de industrialização viesse se realizando em alguns pontos do território do país).

Na exposição universal de Chicago, o Brasil era apresentado como um território que dispunha de um conjunto de produtos (como a borracha, o algodão, o café, o cacau, a mandioca, a cana-de-açúcar, entre outros) que já faziam parte das trocas comerciais no mercado internacional, tendo como destaque a ala dos produtos da natureza e da agricultura, a demarcação de quadros naturais e de novos produtos *in natura*, que apareciam vinculados aos discursos da ampliação da exploração dos produtos já cultivados, bem como dos interesses em transformar em mercadorias um conjunto de outros produtos à medida que passassem a fazer parte dos investimentos de capital e, assim, ganhassem a forma de exploração adequada para as trocas no âmbito do mercado mundial.

Outro ponto de destaque foi o detalhamento de uma modernização inacabada nos fragmentos do território do Brasil, apresentando a necessidade para a expansão do desenvolvimento das forças produtivas quer para ocupar novos pedaços do território, bem como, para constituir um mercado interno que evitasse as rebeliões por causa da seca, fome, saques e golpes. A logística foi um tema que ficou marcado pelo poderoso discurso ligado ao escoamento dos produtos primários e da industrialização recente no Brasil. Nesse sentido, o investimento na ampliação da malha ferroviária do país foi conclamado como possibilidade de maior rapidez no escoamento da produção dos latifúndios até os portos e maior mobilidade da força de trabalho.

Os dados sobre os produtos da agricultura exportados, mais a inicial produção industrial, eram usados como elementos de afirmação junto aos investidores que estivessem dispostos a atuar no país. Anunciava-se mais uma vez um país que já se encontrava inserido no mercado mundial por meio da venda de alimentos e matérias-primas, e que tinha expandida sua força de trabalho com a recepção de imigrantes, sendo o interesse de apresentar os excedentes de trabalho uma medida que unia a propaganda sobre a continuidade do processo produtivo interno que já vinha ocorrendo, bem como as facilidades de exploração dos trabalhadores assalariados.

A apresentação realizada pelos representantes das frações de classe dominantes do Brasil em Chicago expôs, além das necessidades das oligarquias dominantes nas unidades federativas de dar visibilidade aos potenciais em cada território, a clareza do caminho a ser seguido pelas frações de classe dominantes internas diante do endividamento crescente do Estado do Brasil com bancos ingleses, e a incapacidade dessas frações de promover um processo interno de acumulação de capital que permitisse a saída do país de seu modelo produtivo baseado na exportação de produtos primários, elementos quase que divergentes em uma economia global regida por um capitalismo plenamente desenvolvido e sob forte expansão. Assim, coube orientar a necessidade de modernização das forças produtivas e de um projeto de acumulação de capital à subordinação do imenso desenvolvimento industrial ocorrido nos Estado Unido no último quartel do século XIX.

Principal parceiro comercial do Brasil no período, foi apenas com o favorecimento da balança comercial brasileira advinda desse comércio que o Estado manteve o pagamento da dívida externa com a Inglaterra. Ficou claro para os representantes políticos e para as frações de classe dominantes que somente sob a franca expansão da geopolítica norte-americana, como mais um centro imperialista, poder-se-ia realizar a reinserção do Brasil no mercado mundial, sob renovados e elevados índices de lucratividade que possibilitassem

cessar inclusive a sangria dos rendimentos internos para o capital financeiro externo. No entanto, apesar dos números positivos das exportações de produtos primários do Brasil para os Estados Unidos e da não correspondência com as importações dos produtos industrializados norte-americanos, que quantitativamente apresentavam dados da soberania do Brasil nessa relação bilateral, nada mais ratificava a restauração da moeda colonial do Brasil e a mudança de eixo das exportações da Europa para os Estados Unidos, mantendo-se o país como uma particularidade dependente do capital financeiro e produtivo externo ao seu território.

Dessa forma, a apresentação do território do Brasil na exposição universal de Chicago, em 1893, diante dos detentores de capital norte-americanos e europeus, oculta justamente sua afirmação enquanto periferia do capitalismo. A manutenção do Brasil como periferia no processo de expansão histórica e geográfica do capitalismo, auferindo maior lucratividade às frações de classes dominantes a partir da manutenção de relações sociais e de produção que têm seu sentido no período colonial, mesmo que reciclando a forma jurídica e social das relações políticas e sociais, como foi o caso da abolição da escravidão e da fundação da República, implicando na necessária subordinação da produção nacional de produtos primários e do parque industrial nascente às demandas não só do mercado internacional, mas também dos níveis de produtividade e lucratividade do principal centro do capitalismo em comércio com o Brasil nesse período, os Estados Unidos.

Mesmo que membros oficiais do Brasil, como A. A. Pinto e Bibiano Cestallat, entendessem a participação do Brasil no mesmo patamar das demais potências industriais e bélicas, fica claro para nós que a elaboração de livros, catálogos, relatórios e o envio de amostras dos produtos da natureza (matérias-primas vegetais e minerais) e da agricultura (matérias-primas e alimentos), por partes da fração das classes dominantes e de seus colaboradores intelectuais, refletiam o contexto periférico marcado pelo uso da exposição universal de Chicago como um momento para compor a propaganda mais adequada que se escolhesse para a projeção da possível leitura do Brasil “tal qual ele é”, bem como das expectativas de crescimento econômico e dos futuros acordos que esse segundo mundo, qualificado pela produção de artigos coloniais, poderia expandir em troca com os centros do imperialismo.

Dessa forma, dar a conhecer o Brasil a partir dessas experiências sensíveis no interior do espetáculo da exposição universal de Chicago correspondeu, exatamente, ao tipo apropriado de conhecimento que se ligava com o mundo da mercadoria, a prática imperialista, a divisão do mundo entre centros e periferias e, internamente, entre classes sociais em

unidades federativas distintas. Falar das aparências dos territórios era negar os “fantasmas” que cada coisa descrita “tal qual é” escondia. Era tratar as coisas limitadas ao externo, atingidas pelo nervo óptico sem conhecimento de suas precisões, reduzindo seu conteúdo à natureza física dos produtos, aos valores de uso, às qualidades do corpo físico das amostras apresentadas. Assim, os artigos do território transformados em *objetos mudos* estavam dispostos para que fosse dito o que se quisesse sobre eles, como fora feito com os livros, catálogos, mapas e as tantas bocas de militares e dos intelectuais afortunados que, no pavilhão do Brasil, ao lado de palmeiras, jacarés, xícaras de café e bengalas, ficaram contando histórias da geografia de uma terra em que nunca houve violência.

Fontes e Referências

Fontes

Chicago

BANCROFT, Hubert Howe. **The book of fair: an historical and descriptive**. Volume 1. Presentation of the World's Science, Art, and Industry, as viewed through the Columbian Exposition at Chicago, 1893. Chicago: Bancroft Company, Publishers, 1893.

_____. **The book of fair: an historical and descriptive**. Volume 2. Presentation of the World's Science, Art, and Industry, as viewed through the Columbian Exposition at Chicago, 1893. Chicago: Bancroft Company, Publishers, 1893.

DAVIS, George R & PALMER, Potter. **The World's Columbian Exposition Chicago, 1893**. Philadelphia, Pa, Chicago III: International Publishing Co, 1893.

EUA. World's Columbian Commission. **Classification of the World's Columbian exposition, Chicago, U.S.A, 1891**. Chicago: Donohue and Henneberry, 1891.

Brasil

BRAZIL. “Algumas noticias a respeito da Exposição Internacional de Chicago em 1893”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891.

BRAZIL. “Extracto do relatório do Sr. Presidente Lyman J. Gage”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 18 de abril de 1891, p. 107.

BRAZIL. “Notícias relativas à Exposição Universal de Chicago, entre 1891 e 1892”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891/1892.

BRAZIL. “Notícias relativas à Exposição Universal de Chicago”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert & C, 1891.

BRAZIL. “Regulamentos geraes para os expositores estrangeiros da Exposição Universal Columbiana em Chicago prescriptos pelo diretor geral, em nome da comissão universal columbiana, em virtude da lei do congresso do 25 de Abril de 1890”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891/1892, p. 219-220.

BRAZIL. “Regulamentos geraes para os expositores estrangeiros da Exposição Universal Columbiana em Chicago prescriptos pelo diretor geral, em nome da comissão universal columbiana, em virtude da lei do congresso do 25 de Abril de 1890”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 1891/1892, p. 219-220.

BRAZIL. “Accomodações para os visitantes da Exposição Internacional de Chicago, em 1893”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 25 de abril de 1891.

BRAZIL. “Exposição de Chicago”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 5 de maio de 1891.

BRAZIL. “Extracto do relatório do Sr. Presidente Lyman J. Gage”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 18 de abril de 1891.

BRAZIL. **Mensagem Dirigida ao Congresso Nacional** pelo Marechal Floriano Peixoto Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1892, p. 16-17.

BRAZIL. Ministerio da Agricultura. Ministro Antão Gonçalves de Faria. **Relatório do Ano de 1891** Apresentado ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 1º de Maio de 1892.

BRAZIL. Ministério da Agricultura. Ministro Antonio Francisco de Paula Souza. **Relatório do Ano de 1892** apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil em 1893.

BRAZIL. Ministerio da Agricultura. Ministro Bibiano Sergio Macedo de Fontoura Costallat. **Relatório do Anno de 1893** apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil em Maio de 1894.

BRAZIL. Ministerio da Industria, Viação e Obras Públicas. Ministro Antonio Olyntho dos Santos Pires. **Relatório do Ano de 1894**. Apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em Maio do ano de 1895.

BRAZIL. “Os edificios projectados para a exposição internacional de Chicago, em 1893”. In: **O Auxiliador da Indústria Nacional**. Periódico da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional sob a Direção e Redação do Dr. Nicolau Joaquim Moreira. Vol. LIX. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Cia., 25 de abril de 1891.

BRAZIL. **Relatório apresentado ao Generalissimo Chefe do Governo Provisorio dos Estados Unidos do Brazil por Quintino Bocauyva, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRAZIL. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por Justo Leite Chermont, Ministro e Secretario de Estado das Relações Exteriores.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, julho 1891, anexo número 01.

BRAZIL. **Relatório apresentando ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil por Felisbello Firmo de Oliveira Freire, Ministro de Estado das Relações Exteriores.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Junho de 1893.

BRAZIL. **Relatório apresentando ao Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil por Carlos Augusto de Carvalho, Ministro de Estado das Relações Exteriores.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Maio de 1895.

Brazilian Commission. **Catalogue of the Brazilian section at the World's Columbian Exposition.** Chicago: E. Campbell, Printer, 1893.

São Paulo

PINTO, Adolpho Augusto. **The State of São Paulo, Brazil, Chicago.** John Anderson Publishing Company, 1893.

_____. **Viajando.** São Paulo: Typographia Vanorden & Cia, 1901.

_____. **Minha Vida:** memórias de um engenheiro paulista. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969.

SÃO PAULO (Estado). **Mensagem apresentada em 07 de Abril de 1893** pelo Presidente de São Paulo, Bernardino de Campos.

Pará

MOURA, Ignacio Batista de; SANTA ROSA, Henrique A. de; TAVARES, Alexandre V; CUNHA, Pedro da; NINA RIBEIRO, Manoel Odorico; TORREZÃO, Alberto. **O Estado do Pará:** apontamentos para a exposição universal de Chicago. Traduzido por José Coelho da Gama Abreu. Belém: Typographia do Diário Oficial, 1892.

PARÁ (Estado). **Mensagem do Presidente do Pará** Lauro Sodré à Assembleia Legislativa em 1º de Julho de 1892.

PARÁ (Estado). Congresso do Estado do Pará. Presidente Duare Huert de Bacellar Pinto Guedes. **Mensagem** de 24 de Junho de 1891.

PARÁ (Estado). Congresso do Estado do Pará. Presidente Lauro Sodré. **Mensagem** de 1º de Julho de 1892.

PARÁ (Estado). Congresso do Estado do Pará. Presidente Lauro Sodré. **Mensagem** de 1º de Fevereiro de 1893.

PARÁ (Estado). Congresso do Estado do Pará. Presidente Lauro Sodré. **Mensagem** de 7 de Abril de 1894.

Ceará

BEZERRA, Antonio. Comissão Central do Ceará. **Exposição de Chicago 1892 – 1893: Catálogo dos Productos**, remetidos a Exposição Preparatória do Rio de Janeiro. Fortaleza-Ceará: Tipografia Econômica – Praça do Ferreira, 1892.

BRAZIL, Thomaz Pompeu de Sousa. **Estado do Ceará na Exposição de Chicago**. Fortaleza: Tipografia da República, 1893.

CEARÁ (Estado). Congresso do Estado do Ceará. Presidente José Freire Bezerril Fontenelle. **Mensagem** de 1º de Julho de 1893.

CEARÁ (Estado). Congresso do Estado do Ceará. Presidente José Freire Bezerril Fontenelle. **Mensagem** de 1º de Julho de 1894.

CUNHA, Ernesto Antonio Lassance. “Synopse Histórica da Estrada de Ferro de Baturité para a Exposição Universal de Artes, Indústrias Manufatureiras e Productos do Solo, das Minas e do Mar, Chicago, 1892”, 252-272p. (fac-símele). IN: FILHO, José Capelo; SARMIENTO, Lídia. **Arquitetura Ferroviária no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

Bahia

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Bahia: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 101, Praça Castro Alves, 1893.

BAHIA (Estado). **Mensagem do Presidente da Bahia** Joaquim Lear Ferreira à Assembleia Legislativa, Salvador, 07 de Abril de 1892.

BAHIA (Estado). Congresso do Estado da Bahia. Presidente Joaquim Manoel Rodrigues Lima. **Mensagem** de 07 de Abril de 1893.

Referências

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGAMBEN, Giorgio. “Marx ou a exposição universal”. In: **Estâncias – a palavra e o fantasma na cultura ocidental**. Tradução de Selvino Assmann. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ALMEIDA, Marta de. “Congressos e exposições científicas: temas e fontes para a história”. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2010.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “As relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica”. **Hispania**. Vol. 35, n. 3, 2002, p. 435-438.

AMARAL, Aracy. A. **Textos do Trópico de Capricórnio**: artigos e ensaios (1980 – 2005). Vol 1: Modernismo, arte moderna e o compromisso com o lugar. São Paulo: Editora 34, 2006.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Tradução de Georges Kormikiaris. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANDRADE FURTADO, M. A. **Antonio Bezerra**. Fortaleza: departamento Estadual da Imprensa e propaganda, s/d.

ARENDT, Hannah. “Imperialismo”. In: **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil**: 1889-1930. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

ASSIS, Raimundo Jucier S. de. “A Produção do pensamento geográfico no Brasil na preparação para a Exposição Universal de Chicago: um livro sobre o Ceará (1891-1893)”. **ANAIS** do III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Rio de Janeiro, 2012, p. 1-20.

_____. “O Território no Catálogo da Periferia: representações do Ceará – Brasil – para a exposição universal de Chicago – Estados Unidos (1892 – 1893)”. **ANAIS** do XIV Encuentros de Geógrafos de América Latina, Lima, 2013, p. 1-20p.

ÁVILA, Jorge Luís Texeira; MELO MONTE-MOR, Roberto Luís de. “Subdesenvolvimento sustentável? Velhas e novas contradições na periferia do capitalismo”. **Revista de Economia Política**, Vol. 31, nº 3, 2011, p. 381-396.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARBATO, Luis Fernando Tosta. “A Raça em Revista: um guia de artigos comentados sobre a questão racial nas revistas do IHGB (1870 – 1902)”. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia** V. 5, N.1, Janeiro – Julho de 2014.

BENJAMIN, W. “História y coleccionismo: Edward Fuchs”. In: **Discursos interrompidos**. Madrid: Taurus, 1973, p. 87-135.

_____. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BERNHARDT, Aroldo. **BRICS e Pré-Sal: a geopolítica do Golpe**. *Jornal Brasil* 247, 25 de julho de 2016.

BOMFIM, Paulo R. A; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. “Contextos, Personagens e Idéias: Thomas Pompeu de Souza Brasil e Elysio de Carvalho”. In: **XII Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2009, Montevideo. Anais do XII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. Tradução de Telma Costa. Vol. 3. São Paulo: Martins fontes, 2009.

BRAVO, Álvaro Fernández. “Latinoamericanismo y representación: iconografías de la nacionalidad en las exposiciones universales (París, 1889 y 1900)”. In: **La ciencia en la Argentina entre siglos: textos, contextos e instituciones**. Marcelo Monserrat (Org.), Buenos Aires: Cuadernos Argentinos Manantial, 2000, p. 171-185.

CADENHA, Nelson. “O petróleo não foi descoberto por Lobato”. **Jornal Tribuna da Bahia**. Caderno Opinião, Salvador, 22 de janeiro de 2013.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2ªed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **História das idéias políticas**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHAVES CURVO, Raul Murilo. **Comparação entre crises sistêmicas do sistema capitalista (1873, 1929 e 2008)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ, 2011.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**, 26ª ed. Tradução de Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim e Lúcia Melim. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

CLAVAL, Paul. “Geografia econômica e economia”. **Revista GeoTextos**, vol. 1, nº 1, 2005, p. 11-27.

CLOZIER, René. **História da geografia**. 3ª ed. Tradução de Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa-América, LDA, 2006.

COGGIOLA, Osvaldo. **As Grandes Depressões - 1873-1896 e 1929-1939: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 9ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Digital Ltda., 2010.

CURTI, Merle. “America at the World Fairs, 1851-1893”. **The American Historical Review**, Vol. 55, No. 4, Jul. 1950.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DOBB, Maurice, **A evolução do capitalismo**. 6ª ed. Tradução de Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

ENGELS, F. “Prefácio”. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélcio Scheneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERGUSON, Niall. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo**. Tradução de Cordelia Magalhães. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009.

FILOMENO, Felipe Amin. “A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista”. **Revista Economia e Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 135-171, abr. 2010.

FINDLING, Jonh E. **Chicago’s Great World’s Fairs**. Nova York: Manchester University Press, 1994.

FIORI, José Luis. “O Brasil no Império Americano”. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz. **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

FIORI, José Luís. “Os Golpistas e seus economistas de Plantão”. **Jornal GGN**. 25 de setembro de 2015.

FLEURY, José Nassar; FERREIRA, Aline Alves. “Ver-o-Peso da cidade: O mercado, a carne e a cidade no final do século XIX”. **Revista Estudos Amazônicos**. vol. VI, nº 1 (2011), pp. 100-116.

FONSECA, Jorge Nassar Fleury da. **Artes do progresso: uma história da visualidade da Exposição de Chicago de 1893**. 19&20, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jan. 2009.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 49ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GÓLCHER, Erika. “Imperios y ferias mundiales: la época liberal”, **Anuario de Estudios Centroamericanos**, Universidad de Costa Rica, vol. 24, 1988, p. 75-94.

GRAHAM, Richard. **Britian and the onset of modernization in Brazil: 1850-1914**. Cambridge, University Press, 1968.

GRESPLAN, Jorge. **A alegoria e o símbolo: as representações da modernidade em Walter Benjamin**. In: Carlos Eduardo Machado (Org.). São Paulo: Unesp, 2014.

GUDEHUS, B. S. ; RASMUSSEN, A. **Les fastes du progrès: le guide des expositions universelles (1851-1992)**. Paris: Flammarion, 1992.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**, Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. “População, Recursos e Ideologia da Ciência”. **Seleção de Textos 7**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, 1981.

_____. “A liberdade da cidade”. Tradução de Anselmo Alfredo, Tatiana Schor e Cássio Arruda Boechat. **Geosp – Espaço e Tempo**, nº 26, 2009.

_____. “Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination”, **Annals of the Association of American Geographers**, nº 80, 1990, p. 408-434.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O novo imperialismo**. 5ª Ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Paris: capital da modernidade**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015.

HOBBSBAWM, E. **A era do capital (1848-1875)**. 12ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **A era dos Impérios (1875-1914)**. 13ªed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. “O velho mundo e o novo: quinhentos anos de Colombo”. In: **Pessoas Extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Tradução de Irene Hirsch e Lólio Lourenço de Oliveira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 405-414.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza dos Estados Unidos (nós, o povo)**. 4ª ed. Tradução de Mary Fonseca. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HUNT, K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. Tradução Jaime Larry Benchimol. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

IANNI, Octavio. **Imperialismo e cultura**. Petrópolis: Vozes, 1976.

KARLOWICZ, Titus M. D. H. “Burnham’s Role in the Selection of Architects for the World’s Columbian Exposition”. In: **Journal of the Society of Architectural Historians**, Vol. 29, No. 3 (Oct., 1970), pp. 247-254.

KEELER, Clinton. “The White City and the Black City: the Dream of a Civilization”. **American Quarterly**, Vol. 2, n. 2, 1950, p. 112-117.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. “Negros Dahomeyans em exibição. Espetáculo e ciência na Exposição Universal de Chicago (1893)”. **ANAIS DA ANPUH – XXV - Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 2009.

KURZ, Robert. **O estouro da modernidade com tostões e canhões: inovações com armas de fogo, expansão pela guerra: uma olhada à pré-história do trabalho abstrato**. Tradução de Lumir Nahodil. São Paulo: Exit/Obeco, 2012.

KUZNETS, Simon. **Modern Economic Growth: rate, structure and spread**. New Haven: Yale University Press, 1966.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge Silva. Petrópolis, Rio de Janeiro: 2009.

LEITÃO, Nicolau Andresen. **Exposições universais: Londres 1851. Lisboa: Expo 98, 1994**.

LENIN, Vladimir L. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

LUCIENE P. Carris Cardoso. “Novos horizontes para o saber geográfico: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1883-1909)”. **Revista da Sbh**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 80-96, jan-jun. 2005.

LUXEMBURGO, Rosa. “A Acumulação de Capital – Uma Anticrítica”. In: LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARINE, Nikolai. **Imperialismo e Acumulação de Capital**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1972, p. 63-188;

_____. “O segundo e o terceiro volumes d’O Capital”. **Crítica Marxista**, nº 209, p. 135-143, 2009.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. “Aspectos Geopolíticos do Golpe”. **Jornal O Cafezinho**. 05 de março de 2016.

MARINGONI, Gilberto. “Rumo à direita na política externa”. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. **Por que gritamos golpe?** para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 59-64.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no Longo século XIX”. **Revista de História**, Vol. 29, João Pessoa, jul/dez, 2013, p. 289-321.

MARTIN, André, “Guerra de Secessão”. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 219-251.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. Vol. III/Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **A crise econômica na Europa**. Tradução de Paulo Barsotti. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, nº 23, 2009.

_____. “A situação da Europa / O estado financeiro da França. Tradução de Paulo Barsotti”. **Revista Lutas Sociais**. São Paulo, nº 23, 2009.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. 7ª ed. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. “Futuros resultados do domínio britânico na Índia”. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, [s./d.]. p. 292-297.

_____. “Discurso pronunciado na festa de aniversário do People’s Paper”. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega. [s./d.]. p. 298-299.

_____. “O domínio britânico na Índia”. In: **Obras Escolhidas**. Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, [s./d.]. p. 286-291.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto; ROSADO, Rita de Cássia Santana de Carvalho. “Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1890-1984”. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 243-255, jul./dez. 2013

MATOS, Olgária Chain Féres. **Benjaminianas: cultura capitalista e fetichismo contemporâneo**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: ACCESS, 1999.

_____. “Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção de uma unidade política”. **Revista Almanack Braziliense**, nº1, São Paulo, 2005, p. 8-26.

MELLO, João Manoel Cardoso de. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MENEGATH, Marildo. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. “O sentido social e o contexto político da Guerra de Canudos”. **Revista espaço acadêmico**. Nº. 50 – Julho de 2005, s/n.

MONTEIRO, Denise Mattos. “Casas Comerciais Francesas no Brasil e na América Latina no Século XIX: fontes para a pesquisa histórica”. In: **América Latina em la História Económica** – Boletim de Fuentes. Vol. 9, 1998.

MONTEIRO, Hamilton H. **Brasil República**. São Paulo: Ática, 1986.

MORAES, A. C. Robert. **Território e História no Brasil**. 2ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Tarcísio Cardoso. “Geografia do poder: círculos intelectuais, natureza e historiografia na República paraense – século XX”. **ANAIS do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH - São Paulo, julho 2011, p. 1-16.

MOREIRA, Paulo Italo. “A História Natural dos Sertões do Ceará de Antônio Bezerra em Notas de Viagem (1889)”. In: **III Seminário Internacional História e Historiografia e X Seminário de Pesquisa do Departamento de História UFC**, 2012, Fortaleza.

MORENO, Juan M. Martínez. “La Exposición Mundial Colombina de Chicago, 1893”. **Real Academia Sevillana de Buenas Letras**. Vol. 16, p. 153-168, 1988.

NIETO OLARTE, Mauricio. “La comprensión del Nuevo Mundo: geografía e historia natural en el siglo XVI”. In: Diana Bonnett and Felipe Castañeda (Org.). **El Nuevo Mundo: problemas y debates**. Bogotá: Universidad de los Andes, 2004, pp. 1-21.

NOGUEIRA, Denio. **Raízes de uma Nação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária / Editora Universitária Santa Úrsula, 1988.

OLIVEIRA, Almir Leal de. “O Ceará na Exposição de Chicago (1893): ciência e técnica”. **Revista do arquivo público do Ceará (APEC)**, Fortaleza, n. 01, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do Século XIX**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

_____. “Nós e os Outros: as exposições universais e o imaginário europeu sobre a América”. In: BESSONE, T. M. T.; QUEIROZ, T. **América Latina: Imagens, Imaginação e Imaginário**, A. P. São Paulo: Edusp, 1997b, p. 557-568.

_____. “Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a exposição universal da Filadélfia de 1876”. **ANAIS do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. Vol. 2. 1994.

PLUM, Werner, **Exposições mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural**. Tradução de Wanderlei de Paula Barreto e Ana Maria Zanutto de Paula Barreto. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008, p. 89-120.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SÁNCHEZ GOMEZ, Luis Ángel, “Ciencia, exotismo y colonialismo en la exposición universal de Paris de 1878”, **Cuadernos de Historia Contemporánea**, vol. 28, 2006.

SANTAMARÍA, Abel Enrique González, **La gran estrategia: Estados Unidos vs América Latina**. Habana: Editorial Capitán, 2013.

SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte; RASMUSSEN, Anne, **Les Fastes du Progrès: Le guide des Expositions Universelles (1851 – 1992)**, Paris, Flammarion, 1992.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa. M. **Brasil: uma autobiografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGAWA, Hugo. **Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX**. 2ªed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

SILVA QUEIROZ, José Francisco da. **Por uma história da recepção da obra de Max Martins**. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras / Universidade Federal do Pará, 2012.

SILVA, José Luiz Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 1992.

SINGER, Paul. “O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)”. **Revista Mexicana de Sociologia**. Vol. 36, n. 3, jul-set. 1974, p. 547-593

SOUSA FREITAS, J. W. **Política e Seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-1905)**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no império do Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.

_____. **Planos para o Império: os planos de viação do segundo reinado (1869 – 1889)**. São Paulo: Alameda, 2013.

TAKEYA, D. M. **Europa, França e Ceará**. São Paulo: Hucitec, 1995.

THE New York Times. “M. Reclus’s Great Globe”. 29 de outubro de 1898.

TÓRTIMA, Pedro. **Exposições Mundiais e Nacionais: a participação do Brasil**, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 150 anos. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina e Estados Unidos: uma relação turbulenta**. Tradução de Lavinia Silveiras. São Paulo: Contexto, 2016.

VIANA, Carlos Negreiro. “Thomaz Pompeu de Souza Brazil: o homem de empresas”. **Revista do Instituto do Ceará**, 2006, p. 171-195.

VITAGLIANO, Luís Fernando. “A Geopolítica do Golpe”. **Revista Carta Maior**. 26 de setembro de 2015.

VOGEL, Andrew. “Whitman’s Columbia: the commemoration of the word’s columbian exposition of 1893 in ‘A Thought of Columbus’”. **Walt Whitman Quarterly Review**. Vol. 29. N. 1, 2011, 1-18.

WALLERSTEIN, I. “El fin de ¿qué modernidad?”. **La Época**, Costa Rica, 20 out. 1996.

_____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. São Paulo: Contraponto, 2001.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano**. Tradução de Pedro Maia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZUCCONI, Guido. **A cidade do século XIX**. Tradução de Marisa Barda. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ZUSMAN, Perla. “Geografías civilizatorias: la participación argentina en dos exposiciones universales estadounidenses (1876 – 1893)”, **ANAIS I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico**, Uberlândia, UFU, 2008.

ZUSMAN, Perla; LOIS, Carla, “Producción de conocimiento geográfico y propaganda política em la construcción de la Argentina moderna (1860 – 1915)”, **ANAIS VII Congreso Argentino Chileno de Estudios Históricos e Integración Cultural**, Salta, 25 al 27 de abril del 2007.